

SOCIEDADE, CAMPO SOCIAL E ESPAÇO PÚBLICO

Edna Ramos de Castro
Silvio Lima Figueiredo
(Orgs.)

Sociedade, Campo Social e Espaço Público



Universidade Federal do Pará

Reitor: Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor: Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação: Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretora Adjunta: Ana Paula Bastos

Conselho Editorial do NAEA

Ana Paula Bastos; Armin Mathis; Edna Maria Ramos de Castro; Fábio Carlos da Silva; Silvio Lima Figueiredo; Luis Eduardo Aragon; Francisco de Assis Costa; Durbens Martins Nascimento

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Edna Maria Ramos de Castro
Silvio Lima Figueiredo
Organizadores

Sociedade, Campo Social e Espaço Público

SÉRIE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Belém
2014

Copyright dos autores
Coordenadoria de Comunicação e Difusão Científica do Naea
Ana Lucia Prado
Roseany Caxias

Capa: Andréa Pinheiro
Editoração: Ione Santos
Revisão: Roseany Caxias, Albano Gomes e autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Sociedade, campo social e espaço público / Edna Maria Ramos de Castro, Silvio Lima
Figueiredo, Organizadores - Belém: NAEA, 2014.

418 p.: il.; 16x22 cm.

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-71431-20-1

1. Grupos sociais. 2. Campo social. 3. Espaços públicos. 4. Interação social. I.
Castro, Edna Maria Ramos de. I. Figueiredo, Silvio Lima.

CDD 18. ed. 301.2

NAEA/UFPA
Av. Perimetral, Número 1 - Guamá, Belém - PA, CEP: 66075-750
Telefone (91) 3201-8521
naea@ufpa.br
editora_naea@ufpa.br

Sumário

O lugar do desenvolvimento nas arenas públicas	7
<i>Edna Maria Ramos de Castro e Silvio Lima Figueiredo</i>	
Mega projetos e novos territórios do capital: infraestrutura de transporte e portuária na Amazônia	14
<i>Edna Maria Ramos de Castro • Jondison Cardoso Rodrigues • Marcel Hazeu • Sara Alonso</i>	
Da natureza à mesa: trabalho e trocas materiais e interculturais em uma metrópole amazônica	43
<i>Iraneide Souza Silva</i>	
Memória, sociabilidade e espaço público: relações sociais e políticas de museologia social	58
<i>Ana Cláudia dos Santos da Silva • Silvio Lima Figueiredo</i>	
O artesanato de miriti e os espaços públicos da cidade de Belém	74
<i>Amarildo Ferreira Júnior • Silvio Lima Figueiredo</i>	
Modernização do território e cidade média na Amazônia paraense: Santarém, entre horizontalidades e verticalidades geográficas	89
<i>Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior • Gesiane Oliveira da Trindade • Helbert Michel Pampolha de Oliveira</i>	
Previdência, assistência social e programas de transferência de renda em Abaetetuba, Pará	115
<i>Suellen Souza Ramos • Sergio Luis de Medeiros Rivero • Oriana Trindade de Almeida • Carlos Eduardo Rodrigues Martins</i>	
Espaços públicos urbanos e práticas sociais: o Bosque Rodrigues Alves em Belém, PA	131
<i>Silvia Laura Costa Cardoso • Silvio Lima Figueiredo</i>	
Criação da área de proteção ambiental da Ilha do Combu: gestão e participação popular	149
<i>Brenda Batista Cirilo • Oriana Trindade de Almeida • Sérgio Luis de Medeiros Rivero • Shaji Thomas • Vivian Zeidemann</i>	
Parque nacional em área de fronteira: contradições e desafios	164
<i>Elysângela Sousa Pinheiro • Shaji Thomas • Oriana Trindade de Almeida • Sérgio Luis de Medeiros Rivero • Brenda Batista Cirilo</i>	

Relações internacionais e cooperação descentralizada de cidades amazônicas: um enfoque teórico	185
<i>William Monteiro Rocha • Edna Maria Ramos de Castro</i>	
Percepção das mudanças climáticas globais e ações governamentais de controle de risco	212
<i>Shaji Thomas • Oriana Trindade de Almeida • Gena Carla Corrêa Costa • Vivian Zeidemann • Sergio Luis de Medeiros Rívero • Lorena Von Paumgarten Leite • Antônio Anízio Macedo</i>	
Mídia, redes sociais e arena pública: o debate dos temas ambientais em mudança	229
<i>Wanderson dos Anjos Cursino • Alexandre Gibson Júnior • Silvio Lima Figueiredo</i>	
Novas mídias e grandes projetos na Amazônia: Quem participa? O twitter como voz coletiva no debate sobre grandes hidrelétricas	245
<i>Alda Cristina Silva da Costa • Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira • Nirvia Ravena</i>	
Comunicação e <i>software</i> livre para o desenvolvimento sustentável: reflexão teórica e ética sobre a questão na Amazônia	269
<i>Otacílio Amaral Filho • Larissa Carreira da Cunha</i>	
As estratégias de comunicação da série Amazônia Pública	287
<i>Pedro Loureiro de Bragança</i>	
Cinema, enunciação e Amazônia: do discurso hegemônico ao multicultural ...	298
<i>Alexandre Sócrates Araújo de Almeida Lins</i>	
Desafios da implementação da Lei de Acesso à Informação no Pará	314
<i>Jader Ribeiro Gama</i>	
A Amazônia de Eidorfe Moreira em livros e jornais	334
<i>Maria Stella Faciola Pessoa Guimarães</i>	
Desenvolvimento e desigualdade na Amazônia contemporânea	360
<i>Maria Elvira Rocha de Sá • Nádia Socorro Fialho Nascimento • Sandra Helena Ribeiro Cruz • Welson de Sousa Cardoso</i>	
Aprendizagem para a reprodução do fracasso	374
<i>Roberto Araújo Martins</i>	
Gerenciamento de resíduo químico medicamentoso em serviços de saúde: entre acertos e equívocos	395
<i>Jocileide de Sousa Gomes • Edna Maria Ramos de Castro</i>	

O lugar do desenvolvimento nas arenas públicas

Edna Maria Ramos de Castro¹ • Silvio Lima Figueiredo²

Os processos de mudanças sociais de forma acelerada efetivamente nos colocam diante do desafio de entender a contemporaneidade. Os processos de transformação social, economia e política, cultural, são rápidos e bastantes evidentes, e se manifestam com força nas cidades de todo o mundo. As cidades da Amazônia são pontos de referência dos fluxos e da mobilidade do capital e do trabalho, inclusive para além da fronteira nacional. Elas desempenharam, historicamente, um extraordinário papel de comunicação e de ligação dessa extensa região, razão do movimento revolucionário Cabanagem ter tido um alcance tão amplo em toda a província do Grão-Pará e Maranhão, com ocorrência do conflito nos altos cursos de rios do Estado do Amazonas.

Na última metade de século XX surgiram novas estruturas urbanas a partir de ações de segmentos sociais bastante diferenciados, de pequenos produtores rurais e urbanos a grandes grupos empresariais, como grandes projetos desenvolvimentistas que geraram grandes transformações no território. Novos padrões de consolidação da rede urbana resultam também desses processos de reestruturação regional, embora seja difícil identificá-los devido ao movimento altamente dinâmico de reorganização do território, em que a implantação de grandes projetos e, sobretudo a abertura de estradas, portos, ferrovias e hidrelétricas, em programas de infraestrutura, contribuíram para efetivar os planos governamentais e o projeto político de integração nacional, com extensão para países amazônicos.

¹ Pós-Doutora; Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), e Pesquisadora do CNPq. E-mail: edna.mrcastro@gmail.com

² Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), Brasil. Doutor em Comunicação (ECA/USP); realizou estágio pós-doutoral em sociologia na Université René Descartes - Paris V Sorbonne. Pesquisador do CNPq. E-mail: slima@ufpa.br

A dinâmica e a complexidade das redes urbanas, por exemplo, respondem seguramente pela manutenção das estruturas nas relações de troca, o que fica bem explícito quando se analisam certos segmentos econômicos. As cidades amazônicas localizadas ao longo do rio Amazonas e seus afluentes foram, e são ainda, pontos nodais dessas redes de trocas comerciais que se estendem até as fronteiras transnacionais. As redes são estruturas de comunicação livres de escalas, de limites (espaciais, temporais) e de fronteiras. Embora identificadas pela ação de atores reais, localizados em lugares que podem ser físicos, as relações se estabelecem em espaços não físicos, desterritorializados ou ainda, construindo um universo de relações que se realizam evocando, simbolicamente, sentimentos de pertença, identidades e interesses comuns.

Uma das possibilidades de compreensão dessas dinâmicas e dos processos de poder relativos a elas é o conceito de campo. A gênese do conceito de campo derivado da crítica teórica e metodológica de Pierre Bourdieu é marcada pelo exercício de compreensão e de superação da tensão teórica referida à relação indivíduo e sociedade. É um conceito chave da teoria crítica e tem orientado muitas pesquisas em ciências sociais nas últimas décadas. Para esse autor, o entendimento do mundo social exige ruptura e distanciamento com a percepção comum do mundo social, considerando a teoria como um *modus operandi* e não um *opus operando*, orientando a percepção da teoria científica e a produção de rupturas com o pensamento evolucionista e estruturalista, na leitura da realidade empírica.

A percepção da teoria e o trabalho empírico, nessa perspectiva da teoria do campo, permite a aplicação de princípios destes conceitos em estudos de diferentes campos sociais, com histórias diversas, ou estudos sobre universos distintos nas relações sociais, saberes e regras que dão sentido às ações, dentro de um dado campo, conforme recortam inúmeras teorias, e aproximado com o campo da educação, da política, do desenvolvimento, da mídia, da arte, da literatura, entre outros espaços de relações estruturantes que comportam o mundo social.

De tal modo, o espaço social, e portanto, relacional, pode ser entendido como uma arena de negociações e de disputas, essa arena esta presente na formulação e aplicação de políticas públicas, nas redes urbanas, nos debates acerca da comunicação e da mídia como arena e não importantes também da configuração de ideias sobre o desenvolvimento. O tema do desenvolvimento tem

tido relativa centralidade quando se trata de debates acadêmicos e políticos sobre as relações entre os processos de mudança e a sociedade, o Estado e a economia. As questões de desenvolvimento se inscrevem em um campo relacional no qual os discursos são produzidos, encontram sentido e eficácia simbólica.

O discurso de desenvolvimento nas teorias do século XX é de crescimento econômico. É a relação fundamental entre sociedade e natureza, na perspectiva ocidental, sempre foi a de retirar da última, recursos com potencial de transformação para obtenção de bens por meio do trabalho. Vê a natureza como fonte inesgotável de recursos. E, pela organização da atividade econômica e do trabalho, a natureza é processada para gerar utilidades, ou bens (materiais e imateriais) importantes pelo seu uso (valor de uso) e valor no mercado (valor de troca).

Ao longo do desenvolvimento capitalista, cada vez mais bens com valor de uso passam a ter também um valor de troca. Enquanto economia capitalista, a aplicação da lógica tem sentido no aumento da produtividade do trabalho, ou na economia atual, também com o processo de financeirização, para obter maiores ganhos de capital e, assim, realizar os movimentos de acumulação e de concentração de capital. O avanço da economia foi também possível devido à intensificação do desenvolvimento tecnológico considerado como instrumento para aumentar a eficiência dos processos produtivos.

Muitas vertentes teóricas produzem a crítica ao desenvolvimento, muitas vezes atrelando-o ao colonialismo. Na crítica do colonialismo, encontramos debates renovados durante os acontecimentos da guerra de independência da Argélia do jugo francês, principalmente nos pensamentos de Jean Paul Sarte e de Frantz Omar Fanon, que formularam um pensamento anticolonial radicalizando as explicações sobre a violência, a dominação, a subordinação e a desumanização nas práticas coloniais.

O debate sobre o pós-colonialismo, o neo-colonismo e o pós-desenvolvimento avançam, como mostram Edgardo Lander³ e Arturo Escobar⁴, na mesma direção que se entendia o discurso do desenvolvimento como

³ LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 21-53.

⁴ ESCOBAR, A. Más allá del Tercer Mundo, globalidad imperial, colonialidad global y movimientos sociales anti-globalización. *Nómadas*, 20, Bogotá, Colombia, abril, 2004.

equivalente ao discurso colonial. Como tal repousa em um sistema de crenças - sobre o desenvolvimento, sobre a eficácia da ciência e da técnica - organizadas sob uma lógica relacionada à expansão de capitais, ao sistema de mercado e da economia globalizada.

Essa lógica interpenetra as relações sociais, e dentro dessa perspectiva, os espaços sociais, campos de disputa e arenas de negociação exprimem uma controversa feição do que se entende como relações de poder, dominação e resistências e fazem com que a complexidade das soluções sejam diversas e profundas. A humanidade tem pela frente um grande desafio que é o discutir modelos de sociedades e de desenvolvimento existentes, uma economia capaz de incorporar a noção de natureza como matriz fundamental do desenvolvimento, e da diversidade de escolhas. Isso significa repensar, radicalmente, o modelo que vigorou nos últimos séculos e nos acompanha nesse terceiro milênio, com a hegemonia do crescimento econômico.

Este livro *Sociedade, campo social e espaço público* reúne trabalhos de pesquisa elaborados numa perspectiva interdisciplinar com contribuições teóricas e metodologias trazidas por disciplinas da grande área de humanidades, realizadas por professores e discentes do Programa de pós-graduado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Instituto de Altos Estudos Amazônicos, inaugurando-se com ele a *Série Desenvolvimento e Sustentabilidade*.

Os artigos do livro se estruturam em três partes que se integram e estão voltadas a questões de pesquisa sobre a Amazônia. A primeira parte contém estudos sobre as transformações sociais, econômicas e territoriais, tomando como abordagem os grandes projetos de infraestrutura e as áreas urbanas, de cidades, regiões metropolitanas, a médias e pequenas cidades. A segunda parte está composta de artigos que tratam da área da comunicação e informação sob várias perspectivas e recortes temáticos, respondendo a perguntas interessantes sobre a mídia, as redes sociais, o cinema, os jornais, e a legislação de acesso livre, e buscam interpretar de que forma e sob que lógicas a comunicação, no espaço público, expressa as disputas por poder e legitimação simbólica. Os artigos da terceira parte ao utilizar indicadores sociais, educacionais, de saúde e de meio ambiente para discussão de questões relativas à desigualdade social, traz uma

contribuição valiosa, a partir da pesquisa, para a melhoria das políticas públicas e dos modelos de gerenciamento de bens e recursos públicos.

O texto que abre a coletânea, de autoria de Edna Castro, Jondison Rodrigues, Marcel Hazeu e Sara Alonso, *Megaprojetos e novos territórios do capital: infraestrutura de transporte e portuária na Amazônia*, tem como objetivo iniciar o debate sobre tais perspectivas de desenvolvimento e seu impacto nas populações amazônicas a partir da investigação dos chamados Megaprojetos. No texto *Da natureza à mesa: trabalho e trocas materiais e interculturais em uma metrópole Amazônica*, Iraneide Souza Silva e Edna Castro apresentam reflexões sobre o universo do trabalho no comércio de produtos gerados por atividades agroextrativistas e agroecológicas, buscando entender esse universo, a partir das estratégias de geração de renda no âmbito da economia popular e as relações interculturais em áreas transfronteiriças.

Em *Memória, sociabilidade e espaço público: relações sociais e políticas de Museologia Social*, Ana Claudia Silva e Silvio Lima Figueiredo trazem estudos sobre o Bairro da Terra Firme em Belém, e elaboram resultados de pesquisa sobre as políticas públicas de museologia social no bairro, evidenciando os espaços públicos da feira de das ruas. Amarildo Ferreira Júnior e Silvio Lima Figueiredo igualmente demonstram as produções dos espaços usados pelos artesãos de miriti durante os festejos do círio de Nazaré, em Belém, mostrando as diferenças entre esses espaços na cidade, em *O artesanato de Miriti e os espaços públicos da cidade de Belém. Modernização do território e cidade média na Amazônia paraense: Santarém, entre horizontalidades e verticalidades geográficas*, de Saint-Clair Trindade Júnior, Gesiane Trindade e Helbert de Oliveira, apresenta os processos de modernização encontrados em Santarém, cidade do Oeste do Pará, a partir de estudos geográficos, caracterizando-a conceitualmente como cidade média. Suellen Ramos, Sergio Rivero, Oriana Almeida e Carlos Eduardo Martins em *Previdência, assistência social e programas de transferência de renda em Abaetetuba, Pará* analisam os programas de transferência de renda, o bolsa família, e seus impactos em Abaetetuba, cidade do estado do Pará próxima à capital, Belém.

Os espaços públicos urbanos voltam a ser tema de estudo nas pesquisas sobre o Bosque Rodrigues Alves, jardim botânico e patrimônio da cidade de Belém, PA, analisado sob a perspectiva da interação e do encontro no texto *Espaços*

públicos urbanos e práticas sociais: o Bosque Rodrigues Alves em Belém, de Silvia Laura Cardoso e Silvio Lima Figueiredo. Os temas referentes à participação em processos políticos são analisados por Brenda Cirilo, Oriana Almeida, Sérgio Rivero, Shaji Thomas e Vivian Zeidemann na implantação da APA da Ilha do Combu, a partir da investigação do envolvimento da população residente no processo de criação da APA, avaliando sua influência na implementação da gestão, em *Criação da Área de Proteção Ambiental da ilha do Combu: gestão e participação popular*. A criação de Unidades de Conservação no Brasil, e os problemas resultantes dessas ações são estudados em *Parque Nacional em Área de Fronteira: contradições e desafios*, que apresenta um estudo sobre o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), no Amapá, realizado por Elysângela Sousa Pinheiro, Shaji Thomas, Oriana Almeida, Sérgio Rivero e Brenda Cirilo.

As cidades voltam a ser objeto de estudo no texto *Relações internacionais e cooperação descentralizada de cidades amazônicas: um enfoque teórico*, de William Monteiro Rocha e Edna Castro, que debatem a agenda das relações internacionais nos governos locais de Belém e Manaus a partir de uma paradiplomacia e de uma cooperação descentralizada. *Percepção local dos eventos hidroclimáticos extremos e ações governamentais de controle de risco na área metropolitana de Belém, PA* é uma pesquisa que apresenta a percepção dos alunos da UFPA sobre as mudanças climáticas e sua avaliação acerca das ações governamentais para diminuir o risco causado por esses eventos extremos, os autores são Shaji Thomas, Oriana Almeida, Gena Costa, Sergio Rivero, Lorena Leite e Vivian Zeidemann.

O campo da mídia e suas relações é abordado em *Mídia, redes sociais e arena pública: o debate dos temas ambientais em mudança*, de Wanderson Cursino, Alexandre Gibson Júnior e Silvio Lima Figueiredo, com a análise dos jornais e das redes sociais sobre as questões ambientais e a sustentabilidade e em *Novas mídias e grandes projetos na Amazônia: Quem participa? O twitter como voz coletiva no debate sobre grandes hidrelétricas*, por Alda Costa, Ivana Oliveira e Nirvia Ravena, que trazem como objetivo analisar o *twitter* como voz coletiva para mobilização dos movimentos contra a construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. A temática da comunicação continua no texto *Comunicação e software livre para o desenvolvimento sustentável: reflexão teórica e ética sobre a questão na Amazônia*, de Otacílio Amaral Filho e Larissa Carreira da Cunha, que abordam o papel

da comunicação e da tecnologia, principalmente a importância que hoje ganha os softwares livres e a sua relação com a ideia de desenvolvimento sustentável, e continua também em *As estratégias de comunicação da série Amazônia Pública*, de Pedro Loureiro de Bragança, que investiga a importância e a participação da agência “Amazônia Pública” na elaboração de conteúdos jornalísticos alternativos.

A Amazônia é tema de estudos sobre sua simbolização e sobre os discursos sobre a região, inclusive nas obras cinematográficas, questões levantadas por Alexandre Almeida Lins em *Cinema, enunciação e Amazônia: do discurso hegemônico ao multicultural*. Os municípios da região são analisados no texto *Desafios da implementação da Lei de Acesso à Informação no Pará* em função das novas leis de acesso à informação, suas dificuldades e as tecnologias de informação envolvidas nesse novo processo, estudo apresentado por Jader Ribeiro Gama. As ideias sobre a Amazônia continuam no texto *A Amazônia de Eidorfe Moreira em livros e jornais*, de Maria Stella Guimarães, que revisita o pensamento social sobre a região a partir de um dos seus importantes pensadores. Da mesma forma, são debatidos os processos de desenvolvimento no que diz respeito à reprodução da desigualdade social e as possibilidades de sua diminuição, em *Desenvolvimento e desigualdade na Amazônia contemporânea*, de Maria Elvira Rocha de Sá, Nádia Nascimento, Sandra Cruz e Welson Cardoso. Na região, são ainda apresentados dados sobre a educação frente aos índices da educação básica e do analfabetismo funcional e o papel do professor nessa dinâmica, em estudo de Roberto Araújo Martins, *Aprendizagem para a reprodução do fracasso*. Por fim, Jocileide Gomes e Edna Castro em *Gerenciamento de resíduo químico medicamentoso em serviços de saúde: entre acertos e equívocos*, abordam as ações que envolvem o gerenciamento de resíduos químicos medicamentosos na capital paraense, a partir das ações de políticas públicas e sustentabilidade na cidade.

Mega projetos e novos territórios do capital: infraestrutura de transporte e portuária na Amazônia

*Edna Ramos de Castro*¹ • *Jondison Cardoso Rodrigues*²
• *Marcel Hazeu*³ • *Sara Alonso*⁴

Introdução

Nos últimos anos, no Brasil e na América do Sul, tem aumentado a tendência neodesenvolvimentista na formulação de políticas nacionais, apesar de ter havido uma certa ruptura com o Estado intervencionista nos anos 80 e 90 do século passado, em função, entre outros, da globalização, da reestruturação econômica e pelo continente estar atravessado de ditaduras. Nessas circunstâncias, a ação do Estado ignorava os limites do jogo democrático, que exige maior debate e participação nas decisões de políticas governamentais. Atualmente, novas regulamentações e mudanças no âmbito do Estado indicam um movimento que contraria o projeto de sociedade plural, do ponto de vista das identidades culturais e das particularidades territoriais.

Com as intensas mudanças verificadas na Amazônia brasileira nas décadas de 1970 e 1980, as cidades e as conexões que funcionavam como redes urbanas experimentaram uma recomposição do seu papel e no lugar ocupado no sistema de produção regional e nacional. Houve uma diferenciação interna do uso do solo e da estrutura da propriedade. Observou-se a emergência de novas estruturas urbanas

¹ Doutora em Sociologia, pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Para e Pesquisadora de Produtividade do CNPq.

² Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará e doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropic Umido/ NEA/ UFPA

³ Mestre pelo Programa de Mestrado do NAEA e doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA/UFPA

⁴ Mestre e Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ e Professora da Faculdade de Comunicação Blanquerna/Universidade Ramon llul-Barcelona, Espanha

resultantes do confronto entre modelos distintos de apropriação do território e de acumulação de capital por vários segmentos empresariais beneficiados com a exploração dos recursos naturais, e de processos decorrentes de mobilizações coletivas de atores diversos em torno da titulação e apropriação coletiva da terra, seja em territórios rurais e indígenas, seja nos processos de produção do espaço urbano.

Este artigo objetiva apontar e discutir alguns processos de mudanças sociais, econômicas e territoriais em contextos direta ou indiretamente vinculados à implantação de grandes projetos de infraestrutura, como a abertura de rodovias, de portos e a intensificação de uso das vias fluviais. Os massivos investimentos públicos e privados em obras de infraestrutura atendem aos interesses de outras frentes de expansão a eles associados – da fronteira mineral, do agronegócio e da implantação de hidrelétricas. O texto contempla a revisão do papel dos projetos de infraestrutura propostos tanto pelo PAC I e II, nas análises sobre as mudanças internas no país e na Amazônia, quanto no plano sulamericano, pela Iniciativa de Integração Regional da América do Sul (IIRSA) e nos planos nacionais de desenvolvimento de vários países que fazem fronteira com o Brasil (CASTRO, 2012).

A noção de território é aqui revisitada a partir de uma perspectiva de interpretação crítica que associa a intensificação das formas capitalistas de exploração do capital natural (HARVEY, 2011; SASSEN: 2003; 2010) as situações de tragédia social e de perda de territórios demarcados pela cultura e história dos lugares.

Observa-se um avanço do capital sobre novos territórios. Trata-se mudanças provocadas pela globalização no papel do Estado e na formulação de suas políticas públicas. Por isso não é possível simplesmente adaptar-se às novas exigências do capital, em particular na sua versão financeira, com um movimento de concentração de capital, a exemplo da liquidez que se encontra sobretudo nos fundos de pensões, de investimento e nas carteiras de seguro, em mãos de poucas empresas e com riscos mundializados, como mostram WALLERSTEIN (1989) e Harvey (2011). Um novo padrão de gestão da esfera pública tem-se colocado como matéria essencial, reforçando a necessidade de repensar o Estado. Uma série de acontecimentos políticos verificados nas últimas décadas fez nascer a necessidade de repactuar estado e sociedade, cuja natureza política depende de como os processos democráticos e de participação têm conseguido encontrar

espaços no meio do caminho das relações entre Estado e mercado. A abertura de mercados com a globalização, discutida em parte como desregulamentação, baseia-se na premissa de que o mercado encontra, por si só, seu ponto de equilíbrio, e, por isso, o Estado, na maior parte das teorias modernas sobre desenvolvimento, deixa de ser um Estado keynesiano ou um Estado de Bem-Estar Social. A redução dos gastos públicos e a modernização das estruturas organizacionais são apresentadas como garantia de eficácia na gestão da coisa pública.

Em síntese, busca-se demonstrar o papel do Estado e de suas políticas nos processos de mudança verificados na Amazônia. Outra dimensão que o artigo comporta corresponde à análise sobre a mobilidade – de pessoas e de mercadorias – ocorrida em Barcarena, um espaço altamente transformado pela implantação de grandes empreendimentos de mineração e siderurgia desde a década de 1970 e, mais recentemente, pela expansão do agronegócio e de outras atividades na região do entorno, que geram uma grande demanda por serviços portuários e de transportes. Os impactos provocados sobre a população local – urbana e ribeirinha – denunciam o aumento da violência e destituição de direitos, contrários aos discursos de desenvolvimento regional produzidos pelas “áreas” de planejamento dos empreendimentos e por técnicos dos órgãos do Estado desenvolvimentista.

Globalização e novos territórios do capital

Os processos de globalização consistem na continuidade do movimento de racionalização da sociedade moderna, verificando-se profundas mudanças na organização do sistema produtivo e na dinâmica de mercado. A globalização da economia tem acentuado a importância dos meios de comunicação e transporte enquanto vetores que articulam a dinâmica do mercado no que compete à circulação de informações, de mercadorias, de dinheiro e de pessoas. Os Estados nacionais são atores relevantes no processo de globalização, com maior presença na agenda internacional, ainda que no plano nacional haja uma efetiva redução da sua governabilidade, em função da dinâmica capitalista global. Por outro lado, as grandes empresas, mais competitivas, logram maior concentração de riqueza, contribuindo para a fragmentação social e a precarização do trabalho baseado nos princípios neoliberais. Nessa perspectiva, a globalização, na sua dimensão

econômica, está presente em diferentes setores, mesmo aqueles com tecnologia simples. O fortalecimento de arranjos produtivos em rede mostra claramente que há uma tendência do capital à concentração e à centralização, intensificando a sua interdependência em redes nacionais e internacionais cada vez mais amplas.

A dinâmica do setor de transporte configura-se como um campo de análise importante para entender o processo de globalização, justamente pelo seu papel central na circulação de produtos, pois revela os fluxos (de mercadorias e de pessoas), os lugares conectados pela globalização econômica, o volume e os tipos de produtos transportados de um lugar para outro (matérias-primas, bens transformados etc.) e as lógicas da organização internacional do trabalho e do mercado. O setor conta com empresas transportadoras em diversas modalidades e agrega profissionais que atuam na circulação de mercadorias no seu cotidiano de trabalho, sendo agentes e elos das cadeias produtivas em geral.

A divisão internacional do trabalho e a produção têm gerado um crescimento exponencial no volume de transporte rodoviário, fluvial, ferroviário e aéreo, além do transporte por dutos (gasodutos, minerodutos, oleodutos etc.). O setor de transporte tem a capacidade de atender fluxos diferenciados de matérias-primas, produtos semi-industrializados, subprodutos para montagem de produtos finais, garantindo a circulação mundial e regional desses bens. Para abordar as transformações globais através da circulação de produtos e mercadorias, pode-se observar e analisar as cadeias produtivas globais.

Na economia atual, há um crescimento significativo nos fluxos de trabalhadores que circulam entre diferentes regiões e países em busca de trabalho ou previamente agendados para trabalhos temporários. Cabe registrar ainda o aumento extraordinário de deslocamentos compulsórios em função de mudanças na economia, conflitos entre fronteiras, guerras e de investimentos na construção de megaprojetos na área de infraestrutura (hidrelétricas, transposição de rios, irrigação, ferrovias, estradas, entre outros).

Os fluxos migratórios internacionais se formam a partir de relações econômicas, culturais, históricas e políticas entre os diferentes territórios (SASSEN, 2010). Com base nesta afirmativa, questiona-se se teria a relação estabelecida a partir da atividade econômica, do fluxo de mercadorias entre Barcelona e os países de origem e de destino dos produtos embarcados e desembarcados, contribuído

para estruturar um sistema migratório envolvendo os moradores de Barcarena como migrantes internacionais com destino àqueles países? Será que os habitantes dos países de origem e destino dos produtos embarcados e desembarcados começaram a se inserir como imigrantes em Barcarena? A análise dos dados do censo de 2010 referentes à emigração e imigração mostra que esta relação não se configurou. Somente 76 pessoas foram identificadas como emigradas, conforme o Censo de 2010 (IBGE, 2010) – um número inexpressivo, mesmo considerando as limitações que os dados apresentam⁵.

A configuração atual do território na Amazônia resulta de importantes mudanças que ocorreram na sociedade e na economia nas últimas décadas, entre elas a diferenciação interna do uso do solo e da estrutura da propriedade. O entendimento desta questão requer uma análise das relações entre processos locais e globais, em busca de conexões lógicas que permitam compreender como os reflexos da globalização, cuja dinâmica principal se dá em um complexo mercado transnacional, podem definir as ações de atores locais e a pressão sobre os recursos naturais na região. Nessa perspectiva, cabe investigar os efeitos dos circuitos econômicos de alguns setores-chave, tais como as cadeias produtivas da pecuária, da madeira, dos grãos e dos minérios, embora, a nosso ver, a racionalidade de atores empresariais atuantes e responsáveis, em grande parte, pela perda de cobertura florestal (desmatamento), extrapole largamente esses setores. Identificam-se outras atividades, tais como o comércio, a produção de eletroeletrônicos, a pesca industrial, os grandes empreendimentos de infraestrutura, além do interesse nos recursos da biodiversidade que têm servido à indústria farmacêutica e de cosméticos, entre outros setores cujos mercados se organizam em cadeias transnacionais.

O comando da organização e gerenciamento desses fluxos concentram-se em metrópoles brasileiras como São Paulo, mas, sobretudo, em países da Europa e nos Estados Unidos, observando-se também um crescente controle por países asiáticos. Esses fluxos de produtos e informações circulam em nível

⁵ O IBGE ressalva que os dados sobre emigração internacional apresentam incertezas por questões metodológicas. Em primeiro lugar, não há clareza sobre o que foi considerada residência anterior de quem se encontrava em outro país no momento do censo, podendo ter levado à multiplicação de dados, pela possibilidade de uma pessoa ter morado em várias localidades. Por outro lado, pode ter havido perda de informações sobre a pessoa que mora no exterior, no caso em que toda a família emigrou ou que os parentes que conviviam faleceram.

global e ocorrem muitas vezes fora da zona de influência e até da compreensão dos agentes locais inseridos na dinâmica de execução desses comandos e orientações. Isso nos coloca diante da necessidade de entender como as novas forças sociais, políticas e econômicas reconstróem suas dinâmicas e como se configuram os padrões de governança; as formas pelas quais a sociedade civil reage e encontra outra funcionalidade; os lugares definidos nesse contexto para o processo de participação ou para os valores de cidadania e democracia; a emergência de outras contraturalidades e identidades sociais, políticas e econômicas; o aparecimento de novos acordos entre atores sociais, empresas e Estado, no âmbito de uma cultura política que se adapta às novas estruturas na conjuntura atual.

O mercado globalizado e o interesse econômico nos recursos naturais definem amplamente as pressões sobre a floresta amazônica, e extrapolam as fronteiras nacionais, como verificado na tríplice fronteira do Brasil, Peru e Bolívia, igualmente observados há mais de duas décadas nas fronteiras entre o Brasil, a Venezuela e a Guiana francesa, com a pressão sobre os recursos minerais. Os espaços transfronteiriços constituem novas áreas de expansão de mercado, que tendem a se tornar mais acessíveis em função da nova logística de transportes nas áreas de fronteira, contando também com a participação de empresas de diversos setores econômicos. As estratégias dos estados nacionais oscilam entre processos e acordos de integração e defesa de interesses nacionais.

O governo brasileiro tem defendido o seu projeto desenvolvimentista e testado nas relações internacionais a sua capacidade de negociar novos mercados no espaço sul-americano, sem perder a primazia das iniciativas de integração. As ações concretas se efetivam pelas novas regulamentações e acordos de cooperação, como aqueles que apontam na direção de financiamentos e investimentos pesados, sobretudo em infraestrutura, que permitam fortalecer o vínculo produção x circulação no mercado global. Verifica-se, na prática, a implantação de projetos destinados a vencer os desafios geográficos existentes na fronteira entre os países da bacia amazônica, no passado levado a termo pelo Projeto Calha Norte, que mesmo executando as obras muito aquém do planejado, representou uma intervenção significativa nas áreas de fronteira, assentando inúmeras bases físicas que permanecem ativas, notadamente as militares.

Mais recentemente, iniciativas governamentais têm criado novos espaços de articulação e de arranjos institucionais entre vários ministérios, para atuar conjuntamente nessa região, embora com prioridades técnicas e políticas dos Ministérios do Exército, da Aeronáutica, da Justiça e da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Particularmente a partir de 2007, o governo vem planejando e executando políticas públicas infraestruturais (logística), em geral calcadas nos eixos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) definidos como transporte e energia. Segundo Castro (2012) e Rodrigues e Castro (2013), o governo federal formula uma nova estratégia nacional voltada à logística de transportes, relacionada a investimentos estratégicos em transporte, portos e no setor energético, com a justificativa da necessidade de superar o chamado *custo-Brasil*⁶, que impediria ganhos de competitividade e eficiência brasileira no mercado globalizado e, conseqüentemente, a retomada do crescimento econômico e a diminuição da desigualdade regional (HADDAD et al., 2010).

As vias fluviais da Amazônia, cada vez mais, têm sido pensadas como corredores de exportação. Ao longo dos séculos, sempre foram as principais vias de comunicação, de trocas econômicas, de escoamento da produção e de bens materiais e simbólicos, visto que os espaços portuários tiveram proeminência na estrutura de comércio e de circulação de pessoas. Hoje, a diferença reside na institucionalização dos processos de intervenção por parte dos Estados e da iniciativa privada, que tem a ver com a criação de outra regionalização supranacional, de novas concepções de tempo e de espaço que reconfiguram as redes técnicas e econômicas nos circuitos globais.

Dentre as estratégias reproduzidas em políticas, programas e projetos, como mostram Castro (2012) e Fearnside (2012), destacam-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) e a Iniciativa de Integração Sul-americana (IIRSA). Aqui se fará uma breve discussão crítica apresentando as estratégias de intervenção

⁶ Para se ter uma ideia o tempo de espera para embarque e/ou desembarque e para liberar uma carga no Brasil, segundo Brito (2010), é, em média, de 4 a 5 dias, enquanto nos grandes portos do mundo, mais “eficientes”, leva-se, em média, um dia; ponto esse de estrangulamento para ganhos de produtividade, competitividade e eficiência internacional brasileira e, conseqüentemente, para se conseguir uma estocagem eficiente e capacidade de reposição (RODRIGUES; RÓDRIGUES; CASTRO, 2014), assim a importância estratégica da gestão de tempo de forma ágil para circulação da *supply chain* ((ZHANG; LAM; HUANG, 2014) de forma *just-in-time*.

do Estado brasileiro na área de infraestrutura portuária para o Brasil e para a Amazônia, a partir das políticas portuárias, planos e programas implantados desde 2007. Isso representa uma ação continuada, com a retomada de políticas públicas pré-existentes, pois, no Brasil, desde o início da década de 1990, as ações estatais centravam-se em (pequenas) reformas, como a dissolução da Portobras (Empresa de Portos do Brasil S.A.) em 1990 – órgão federal que centralizava a gestão dos portos brasileiros; a reformulação dos marcos regulatórios para o setor, dos quais a Lei nº 8630/1993 é ilustrativa, conforme Monié (2011) e Goularti-Filho (2007); e o financiamento público via BNDES, isenções, desonerações e redução de impostos: IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), conforme Rodrigues (2012). Essas novas políticas públicas portuárias perpassam não somente pela articulação entre políticas integradas de infraestrutura, transporte e logística, mas por aspectos políticos-organizacionais, normativos e estratégicos (TOMASSIAN; SALAS; SÁNCHEZ, 2010), que seriam, em síntese, a dimensão institucional, jurídico e político-econômico do Estado brasileiro.

Planos, Programas e Ações federais voltados ao setor transporte desde 2007

O investimento na instalação ou infraestrutura portuária se insere nos imperativos de produtividade e fluidez dos setores de logística, isto é, na rede e no espaço global de fluxos (MARTNER-PEYRELONGUE, 2007). No entanto, a formação de redes em um espaço global de fluxos é algo problemático no Brasil, pois o debate mais recente (WILMSMEIER; MONIOS; PÉREZ, 2014) enfatiza que as políticas portuárias não são suficientemente robustas, sobretudo na América Latina, para enfrentar o comércio exterior, a globalização e a *location's global competitiveness* (ZHANG; LAM; HUANG, 2014), isto é, a competitividade entre os portos regionais e mundiais.

A partir de 2007, o Estado brasileiro passou a elaborar um conjunto de estratégias político-econômicas e executar ações (políticas portuárias) através de planos, programas e projetos, que estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1. Principais planos, programas e ações das políticas portuárias desenvolvidas pelo governo federal desde 2007.

Plano/Programa/Ações	Ano de criação	Objetivos
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) -Transporte	2007	O PAC voltado para a área portuária divide-se em: ampliação, recuperação e modernização dos portos.
Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT)	2007	Resgatar o planejamento estratégico no setor de transportes e logística integrada.
Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)	2007	Reduzir para 24 meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS.
BNDDES Finem; BNDDES Finame; Fundo da Marinha Mercante (FMM)	Intensificado a partir de 2007	Apoiar investimentos na infraestrutura logística e de transportes, englobando os setores rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroportuário.
Criação da Secretaria Especial dos Portos (SEP)	2007	Formular políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres.
Plano Geral de Outorgas (PGO)	2010	Conceder outorgas de novos portos ou terminais públicos e privados.
Estudo - subsídios técnicos para identificação de áreas	2010	Apoiar o plano geral de outorgas, com revisão e ajustes da base de dados georreferenciados e identificar áreas para a exploração portuária.
Livreto - O Livro Verde dos Portos	2010	Subsidiar procedimentos operacionais e gerenciais de boas práticas ambientais acerca da gestão ambiental no subsetor.
Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária (PRGAP)	2011	Emitir licença de operação dos portos vinculados às Companhias Docas e estabelecer condições para regularizar portos e terminais marítimos que operam sem licença ambiental.
Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes nos Portos Marítimos Brasileiros (PGRS)	2011	Mapear e caracterizar os resíduos sólidos e efluentes líquidos adequadamente e contribuir para formar o sistema de reuso de água e capacitar a mão de obra.
Debêntures de Infraestrutura	2011	A emissão do título destina-se ao financiamento de projetos voltados para a modernização. Lançamento das debêntures de infraestrutura visando incentivar a criação de um <i>fund</i> de longo prazo, via mercado de capitais e com isenção de imposto de renda.

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL)	2012	A EPL é uma empresa estatal que tem por finalidade estruturar e qualificar o processo de planejamento integrado de logística - rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias.
Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)	2012	Ferramenta de apoio à tomada de decisão e busca de resultados para os problemas da falta de estrutura uniforme na divisão de responsabilidades entre entidades públicas e privadas.
Porto Sem Papel (PSP)	2012	Sistema de informação que objetiva reunir em único meio de gestão, informações e documentação necessárias para agilizar a liberação das mercadorias dos portos brasileiros.
Áreas de Apoio Logístico Portuário (AALPs)	2012	A finalidade é organizar o fluxo de cargas destinadas ou provenientes do porto, racionalizando o uso dos acessos portuários e minimizando o conflito porto-cidade.
Plano de Investimento em Logística - Portos (PIL-Portos)	2012	Expandir os investimentos federais no setor portuário visando reduzir custos em planejamento e eficiência portuária e dos fluxos de mercadorias, sobretudo ao mercado exterior.
Programa Nacional de Dragagem (PND)	PND I - 2007 e PND II 2012	A meta principal do PND 1 é desassorear portos e promover ações de licenciamento ambiental. Lançado em 2012, o PND 2 integra o PIL-Portos e prevê o aprofundamento e sua manutenção, nos canais de acesso, bacia e berços.
Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS)	2012	Órgão sob a coordenação da SEP. Finalidades: I - promover a integração das atividades dos órgãos e entidades públicos; II - promover aperfeiçoamentos ou revisões de atos normativos; III - estabelecer e monitorar desempenho.
Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem (CNAP)	2012	Seu objetivo é elaborar propostas sobre regulação de preços, abrangência das Zonas de Praticagem (ZP) e medidas de aperfeiçoamento relativas a este serviço.
Índice de Desempenho Ambiental (IDA)	2012	Instituído por meio na Resolução nº 2650/2012/ANTAQ que disciplina os “instrumentos de acompanhamento e controle de gestão ambiental em instalações portuárias”.
Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH)	2013	Apresentar um estudo detalhado sobre as hidrovias brasileiras e a indicação de áreas propícias para instalações portuárias.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF)	2013	Sua missão é contribuir para dinamizar as exportações brasileiras, financiamento de projetos de infraestrutura, e assegurar a gestão de fundos garantidores oficiais no Brasil.
Capacitação de Gestores e de Trabalhadores Portuários Avulsos	2013	Capacitar os trabalhadores portuários brasileiros, com cursos nas áreas de gestão, infraestrutura e obras portuárias.
Projeto de Implantação dos Sistemas de Gerenciamento de Tráfego de Navios (VTMIS)	2013	O objetivo do sistema é monitorar e ampliar o tráfego aquaviário, a segurança da navegação e a proteção ao meio ambiente nas áreas de maior movimentação de embarcações ou risco de acidente.
Criação da Lei 12.815/2013	2013	Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela união de portos e instalações portuárias.
Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO)	2013	Permite adquirir no mercado interno ou importar, com isenção tributária, equipamentos para execução de serviços de carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias.
Simplificação de procedimentos para transferências de recursos federais para entes federativos	2013	Viabilizada pelo Decreto nº 8.113/2013, que visa agilizar os procedimentos de transferências para obras de acessos a instalações portuárias e terminais e de anéis e contornos urbanos.
Projeto de Modernização da Gestão Portuária	2014	Desenvolver e implementar processos mais eficientes para melhorar a gestão portuária, principalmente das Companhias Docas.
Projeto de Cargas e Redes Inteligentes das Cadeias Logísticas Portuárias	2014	Possibilitar a definição e avaliação dos processos e tecnologias de monitoramento de cargas.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos sites da SEP e da ANTAQ.

Os dados do Quadro 1 mostram que as ações do governo brasileiro intensificam-se e entrelaçam-se a partir de 2012: (1) na criação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL); (2) no estudo e pesquisas de planejamento logístico portuário e diagnósticos e prognósticos do setor para a avaliação de cenários e a proposição de ações de médio e longo prazo, no caso do PNL; (3) na criação e implementação do sistema de informação para agilizar a análise e a liberação das mercadorias – o Porto Sem Papel (PSP); (4) na formação de áreas de apoio logístico portuário; (5) no programa de dragagens; (6) na criação da CONAPORTOS; (7) na regulação de preços da Praticagem; (8) na criação de um

“índice ambiental para avalia, por meio de indicadores, a eficiência e a qualidade da gestão ambiental” (RODRIGUES, 2014).

Por fim, outro plano de ação do Governo em 2012, expresso no Quadro 1, é o Plano de Investimento em Logística-Portos (PIL-Portos), que começa a canalizar aproximadamente R\$ 54,2 bilhões destinados a estimular os arrendamentos de áreas dentro dos portos e a construção e ampliação de Terminais de Uso Privativo, sendo previstos R\$ 31 bilhões no período 2014/2015 e R\$ 23,2 bilhões entre 2016/2017⁷. Com isso, o governo federal busca atrair investidores e empresas dispostas a compartilhar ganhos sistêmicos (econômicos, sociais e simbólicos), vantagens competitivas, garantir os fluxos internos, dinamizar a economia e o desenvolvimento regional (SILVEIRA; JULIO, 2013). Cabe destacar que as políticas públicas portuárias vindas do PAC 1 tiveram uma injeção R\$ 794,2 milhões, de um total de R\$ 2.292,6 milhões, cuja maior parcela foi para o estado do Pará, equivalente a R\$ 735,4 milhões (RODRIGUES; RODRIGUES; CASTRO, 2014). Além disso, segundo Rodrigues (2012), os investimentos infraestruturais nos portos paraenses (no período de 2007-2012), advindos do PAC 1 e da própria receita da Companhia Docas do Pará (CDP) chegaram a quase R\$ 1,2 bilhão (RODRIGUES, 2012), e até 2015 ainda serão canalizados R\$ 551,4 milhões do PAC 2 (BRASIL, 2013).

Em paralelo, e contribuindo para essa política pública, o Estado brasileiro passou a realizar financiamento público, incentivos fiscais, concessões de terras e autorizações para construção de portos privados em diversas regiões do Brasil, isso porque, segundo Rocha-Neto e Cravidão, (2014), o aumento do comércio exterior resulta de vultosos investimentos realizados em alguns grandes portos do mundo, isto é, de políticas públicas que incentivaram investimentos privados, seja na forma de concessões de portos inteiros ou mesmo na delegação para construção e operação de terminais privados.

⁷ Em 2013, o governo federal anunciou os primeiros Terminais de Uso Privado (TUPs), que poderão ser construídos com financiamento do Estado. Do total dos 50 TUPs (BRASIL, 2013): 27 empreendimentos serão instalados na Região Norte, com um investimento de R\$ 1,8 bilhão. O Nordeste será contemplado com três TUPs, num aporte de R\$ 4,5 bilhões. Estão previstos para o Centro-Oeste três novos empreendimentos. Neste caso, os recursos somarão R\$ 43 milhões. O Sudeste receberá R\$ 4,6 bilhões em investimentos para construção de 12 novos terminais. No Sul do país serão instalados cinco empreendimentos, com aporte de R\$ 150 milhões.

Nesse contexto, via políticas públicas, segundo Harvey (2011), o Estado costuma capturar fluxos de capital ao montar poupanças de pequena escala e redistribuir o dinheiro, assim montado transversalmente em uma série de projetos potencialmente rentáveis (por exemplo, concessão para exploração de áreas portuárias), como identificado no estudo realizado a pedido do BNDES: “Análise e avaliação da Organização Institucional e da Eficiência de Gestão do Setor Portuário” (BNDES, 2012). A título de exemplificação, tem-se o Plano Nacional de Integração Hidroviária, que veio compor o planejamento setorial integrado de portos e transporte hidroviário, como forma de apontar locais/territórios estratégicos para exploração e construção de portos e o desenvolvimento hidroviário.

Na Amazônia, essas ações merecem grande destaque. Como exemplo, em 2013 havia 123 novos requerimentos de construção e outorga sob análise da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), sendo 63 para Terminais de Uso Privativo (TUP) (29 na Amazônia), 44 Estações de Transbordo de Carga (ETC) (30 para na Amazônia), 11 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) (sete na Amazônia) e cinco pedidos para Instalação Portuária de Turismo (IPT). Ainda em 2013, segundo a ANTAQ, houve 50 anúncios públicos para outorga de construção e exploração privada de portos, correspondendo a investimentos da ordem de R\$ 16,5 bilhões (ANTAQ, 2014). Desse total, 20 foram para a Amazônia, sendo 10 para o estado do Pará, e quatro para o oeste do Pará (ANTAQ, 2014b). Segundo a Secretaria Especial de Portos (SEP), dentre as instalações portuárias “autorizadas” (até 31/10/2014), 14 portos privados são para a Amazônia, sendo quatro para o oeste do Pará: Cia. Norte de Navegação e Portos-CIANPORT (Itaituba), Hidrovias do Brasil S/A (Itaituba), Rio Turia Serviços Logísticos Ltda-TERFRON (Itaituba) e Transporte Bertolini (Juruti) (SEP, 2014). Cabe pontuar que o Terminal Portuário de Itaituba (de propriedade da Bunge) já está em operação.

Um dos objetivos⁸ desses investimentos/apoio público para investimentos privados, por exemplo, na construção de portos privados no oeste do Pará deve-se a: (1) mudança do eixo/“corredor sul” para “corredor norte”, com a pavimentação

⁸ Quando nos referimos a “um deles”, é porque ainda se encontra em desenvolvimento o projeto de pesquisa de doutorado de Jondison Rodrigues, sobre políticas públicas portuárias no oeste do Pará, o qual está inserido no Projeto “Hidrelétricas e grandes obras de infraestrutura na Amazônia do século XXI”, coordenado pela Profa. Dra. Edna Castro.

da BR-163 e, conseqüentemente, a redução de custos em planejamento⁹; (2) maior lucratividade, em virtude da economia nos custos de fretes terrestres/transporte (com intermodalidade), pela proximidade física com mercado consumidor (sobretudo chinês e europeu) e pagamento de seguro (ZONDAG et al., 2010); e (3) sobrecarrega dos portos de Santos e Paranaguá, principais portos “escoadores” de grãos. Convém destacar, por exemplo, que a distância entre o Porto de Santarém e Porto de Santos é de 8.596,887 km; e entre o Porto de Santarém e Porto de Paranaguá é de 8.984,656 km (ANTAQ, 2014).

Para Rodrigues, Rodrigues e Castro (2014), os investimentos em transporte hidroviário, terminais interiores e portos na Amazônia têm como motivação não apenas a integração física/espacial sul-americana, a defesa do território amazônico e o aumento na eficiência e nos fluxos de mercadorias entre países sul-americanos

Portanto, constata-se que se trata de uma logística voltada ao sistema de produção de *commodities*, para o agronegócio¹⁰ e, como enfatiza Castro (2007a), não é superar ou diminuir as desigualdades regionais e sociais, como expressas no PAC (PAC 1 e II), mas potencializar a produção e extração de mercadorias e o seu escoamento (de grãos, especialmente) para os principais mercados internacionais, acessados via oceanos Atlântico e/ou Pacífico. Prioridade que está inscrita no discurso da Presidente Dilma Rousseff, durante a inauguração do complexo portuário da Bunge, no Porto de Vila do Conde, município de Barcarena, estado do Pará, em 25 de abril de 2014:

⁹ A mudança do eixo/“corredor sul” para “corredor norte”, com pavimentação da BR-163 está expressa no discurso da Presidente Dilma Rousseff: “Governador [Simão Jatene, Governo do Pará], nós podemos ser esse pernil, mas a carne, governador, está muito bem distribuída. E eu venho de uma região que dizem que a melhor carne é aquela que tem gordura e osso. Então, governador, vamos perceber que agora é hora do Centro-Oeste e do Norte, porque o Sul e o Sudeste têm desenvolvido a sua infraestrutura. Então, precisamos que coincida a produção acima do paralelo 16 com a logística acima do paralelo 16. É uma imposição, aí não só física, mas da lógica econômica. Não tem cabimento escoar toda a safra pelo Sul do país ou pelo Sudeste do país. Não tem cabimento econômico. E aí a gente de fato estará distribuindo direitinho a carne, gordura e o osso” (ROUSSEFF, 2014).

¹⁰ Essa perspectiva para o agronegócio já era pontuado no discurso oficial do Estado brasileiro, por meio do artigo de Lima, Faveret-Filho e Paula (2000), no qual seria fundamental a construção do Estado de “corredores de transportes multimodais” para o agronegócio. Cabe destacar que, para Bourdieu (2014, p. 81): “[...] um dos problemas dos membros de comissões, sejam eles quais forem, é se convencer e convencer que não falam somente por si mesmos, mas falam em nome de uma instância superior a definir e fazer existir” e “essa comissão é mandatada pelo Estado e a regressão rumo aos mandantes não vão mais longe disso”.

O governo, da sua parte, vem realizando vários investimentos para implantar uma logística que vai desenvolver uma nova rota exportadora pelo Norte do país. Isso, não só é exigência econômica, como é exigência lógica. Por isso, acredito que obras como a conclusão da Ferrovia Norte-Sul, como o derrocamento do Pedral do Lourenço, que vai, por sua vez, viabilizar a navegação numa parte superior da hidrovia Araguaia-Tocantins durante todo o ano, são cruciais. Mas outras obras nas hidrovias do rio Tapajós, do rio Madeira, estão aproveitando a vocação da Região Norte, que é deslizar pelas águas de seus rios. O Brasil se focou no modal rodoviário. Agora, nós temos, para viabilizar o escoamento da nossa produção, de priorizar o modal hidroviário e o modal ferroviário. E, obviamente, a expansão dos portos.

Assim, a expansão e a modernização de portos como a Vila do Conde e Itaquí, além de dezenas de terminais hidroviários no Pará e no Amazonas, fazem parte desse esforço. Mas, nesse caso específico, eu queria destacar duas obras: a duplicação e a modernização da BR-163”.

O aparato estatal aparece então como elemento determinante nos projetos de desenvolvimento (RAVENA, 2012). Essas políticas públicas infraestruturais na área portuária, concebidas e implantadas pelo governo (muito bem expressas no discurso da Presidente), pautam-se em matrizes de crescimento econômico (de cunho progressista), cuja estratégia é macroeconômica, para elevação de níveis de competitividade relacionados ao desenvolvimento econômico do país.

Essas políticas públicas territoriais de investimento em infraestrutura portuária, ao buscar fortalecer a vinculação com o mercado global, como forma de obter *superávit* primário pelas exportações, promovem a abertura e a incorporação de novas fronteiras de recursos ao movimento de reprodução extensiva do capital, por meio da incorporação de terras (fronteira agrícola de grãos, milho e soja), como também contribui para a exploração de madeira e da pecuária extensiva, insumos agrícolas, minerais energéticos, minerais metálicos, gemas (CASTRO, 2012) e a produção de minero-metalúrgicos/siderúrgicos em proveito da iniciativa privada. Tudo isso como forma de inserção e reestruturação do território brasileiro e amazônico aos processos globais de reorganização capitalista (CASTRO, 2013) e a diferenciação espacial dos preços das *commodities*.

Além disso, a desterritorialização e a violação de direitos sociais e étnicos tornaram-se uma pauta de urgência face ao aumento da violência sobre segmentos crescentes da sociedade (CASTRO, 2009; 2012), revelado em amplos territórios de populações tradicionais (ALMEIDA, 2009); desigualdades sociais no entorno dos portos e os riscos socioambientais negativos desses processos em escala local¹¹ (RODRIGUES; CASTRO, 2013); e proibição da mobilidade e do trabalho (por meio da pesca) das populações ribeirinhas, que se verifica (na pesquisa em desenvolvimento), no porto da Bunge, em Itaituba, no oeste do Pará, portanto, promovendo mudanças nas relações da população com o rio. Isso é o resultado dos investimentos (históricos) infraestruturais (FEARNSIDE, 2008; FEARNSIDE; FEARNSIDE et al., 2012), os quais foram e são traumático(s) e “perverso(s)”, e que é imanente ao capital, como afirma David Harvey (2012) – o capital perfaz-se de “acumulação por espoliação”.

A partir das estratégias na área de infraestrutura portuária para o Brasil e para a Amazônia, conduzidas pelo Estado brasileiro, “o importante [é] distinguir as estratégias adotadas e as ações empreendidas pelo Estado e por empresas em âmbito global e as estratégias de âmbito regional e local, que remetem, de certa forma, às relações mercantis globalizadas. A esfera local está irremediavelmente ligada, nas relações econômicas, à global, ainda que por processos diferenciados” (CASTRO, 2013, p. 228).

Mobilidade do trabalho e de mercadorias, e transporte fluvial no porto de Barcarena

O sistema de transporte de produtos dimensiona a mobilidade de produtos/mercadorias na economia mundial, em termos de participação nas cadeias produtivas. Nesta década, Barcarena integra um corredor de exportação

¹¹ Vazamento de combustíveis inflamáveis e óleo na água; encalhes e derramamento da carga, como a soda cáustica; transferência de organismos aquáticos nocivos e agentes patogênicos; ruídos e poeira na circulação de caminhões; resíduos gerados dentro dos navios e deixados nos portos de destino; queda de contêiner sobre trabalhadores; atropelamento na área portuária; problemas ergonômicos devido ao trabalho intensivo; poluição do ar pelas fábricas e pelo tráfego de caminhões dentro dos portos; poluição promovida pelos navios, por meio de resíduos oleosos e ruído subaquático; e erosão da área costeira dos portos, devido a alterações hidrodinâmicas promovidas pelos navios (SAENGSUPAVANICH et al., 2009).

diretamente ligado a eixos ou sistemas produtivos nacionais e globais (COELHO; MONTEIRO; SANTOS 2004, p. 141). A concepção de mobilidade como categoria-chave para identificar e entender os sistemas migratórios possibilita uma análise das mobilidades humanas vinculadas às mobilidades de produtos (mercadorias).

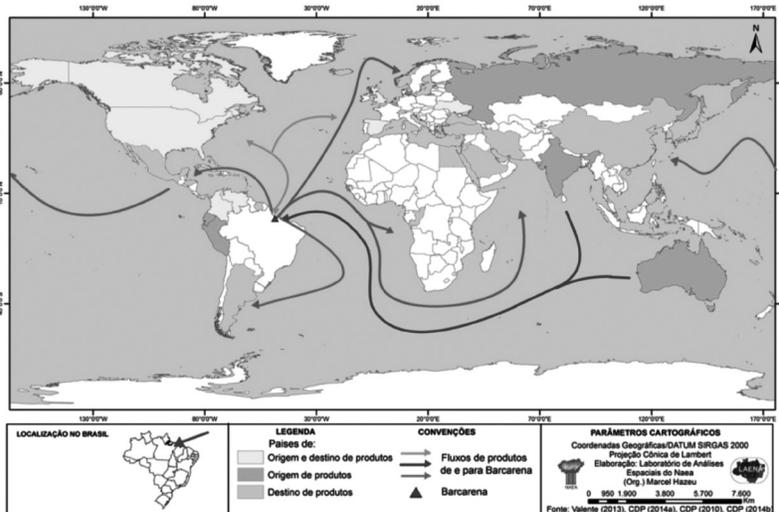
O município de Barcarena¹² tem vivenciado, nas últimas décadas, processos de transformação socioterritorial que têm alterado de forma significativa os modos de vida e as formas de ocupação e de uso dos territórios. De certa forma, as transformações sociais advêm da sua complexa inserção na globalização econômica e política nacional de desenvolvimento, além das suas especificidades históricas e sociais (HARVEY, 2012). Esta inserção se configurou primordialmente pelo papel estratégico da logística de transporte, em detrimento do investimento em processos de transformações industriais.

O movimento portuário é o mais expressivo da Amazônia, se considerarmos a movimentação de cargas e a localização do complexo que envolve todos os portos públicos e privados. O Mapa 1 permite visualizar as relações mercantis do municípios com o mercado internacional.

Dos principais produtos que transitam pela estrutura portuária local, o maior volume vem dos minérios – bauxita, alumínio, alumina, carvão vegetal, caulim, calcário, coque, silício, ferro gusa, manganês, soda caustica, óleo combustível – embora haja um aumento na circulação de outros itens, como a madeira e aqueles relacionados ao setor do agronegócio – soja e carne bovina, entre outros – mostrados no Quadro 2, dando uma clara dimensão da inserção do município no mundo globalizado. Observe-se que no quadro referido não foram incluídos os dados sobre a exportação de soja através do porto da Bunge/Terfron, que começou a operar nesse ano, e provocou uma grande mudança no setor de transporte de cargas, visto que diariamente dezenas de caminhões chegam ao porto para descarregar a soja da região de Paragominas, e barcaças de Itaituba trazem soja de Mato Grosso, que em Barcarena é embarcada em navios para a Europa e Ásia.

¹² Barcarena é um município com quase cem mil habitantes, a 30 quilômetros de Belém, onde se localizam indústrias de Caulim e Alumínio, grandes portos, diversos núcleos urbanos, áreas de floresta, ilhas e população ribeirinha.

Mapa 1 - Países de origem e destino de produtos importados e exportados de Barcarena.



O Quadro 2 mostra, portanto, os produtos que chegam e saem do município, sua origem e destino, e as empresas importadoras e exportadoras ali instaladas, dando uma dimensão das conexões mundiais em que Barcarena está inserida.

Quadro 2 - Mercadorias (des)embarcadas nos portos de Barcarena.

Mercadoria	Empresas	(Des)embarque em Barcarena	Origem	Destino
Alumina	Hydro	Embarque		Canadá, Noruega, Dubai, Catar, Islândia, África do Sul
Alumínio	Hydro	Embarque		Japão, Holanda, Suíça, EUA, México, Turquia, Colômbia
Bauxita	Mineração Rio do Norte; Hydro	Desembarque	Oriximiná/Trombetas, Paragominas, Austrália, Venezuela	

Boi Vivo	Grupo Minerva Foods, Agroexport, Boi Branco, Kaiapós Fabril	Desembarque e Embarque	Redenção, Moju, Paragominas, Xinguara	Venezuela, Líbano, Egito, Jordânia, Egito, Congo, Suriname, Honduras
Calcário	Votorantim	Desembarque	Canadá	
Carvão mineral	Hydro	Desembarque	Colômbia, Equador, EUA, Inglaterra	
Caulim	Imerys	Embarque	Ipixuna do Pará; São Domingos de Capim	Coréia do Sul, Japão, China, Inglaterra, Argentina, Canadá
Contêineres: madeira, caulim, silício, carne bovina, pimenta	Convicon (Terminal de contêineres de Vila do Conde)	Embarque e Desembarque	Brasil, Panamá	Brasil, Panamá
Coque	Hydro;TECOP; Itaituba Cimentos; Terminal de combustíveis, Cibrasa	Desembarque	EUA, Rússia, Colômbia, Índia	Itaituba
Ferro-gusa	Usipar (Brasil) Mir Steel (UK), (RAM)	Embarque e Desembarque	Marabá	EUA, México, China
Fertilizantes	Bunge (Yara International, Noruega)	Desembarque	Israel, Peru, Bélgica, Rússia, EUA	Agropalma; fazendas Castanhal, Santarém, Paragominas.
Manganês	Buritirama	Embarque e Desembarque	Marabá	México, Estados Unidos, Ucrânia, Venezuela, Irã
Óleo combustível	Petrobras, Texaco	Embarque e Desembarque	Brasil (várias origens)	Brasil (vários destinos)
Piche	Albras	Desembarque	Ucrânia, Espanha, Grã-Bretanha	
Soda cáustica	Hydro	Desembarque	Estados Unidos	
Soja	Bunge	Desembarque e Embarque	Mato Grosso, Itaituba, Paragominas	Espanha (Europa), Ásia

Fontes: Valente (2013), CDP (2010; 2014a; 2014b). Elaboração dos autores (2014).

Esta informação demonstra, na lógica da análise de Sassen (2010), que entre Barcarena e os países de destino e origem dos produtos (des)embarcados não há outra relação além da material funcional, pois não se estabeleceu nenhuma conexão política, cultural e econômica bilateral com países que poderiam impulsionar outras formas de intercâmbio e fluxos migratórios. Portanto, a inserção de Barcarena na globalização econômica não implicou em multiterritorialidade internacional da sua população. Esta conclusão reforça a análise do papel de Barcarena no mercado mundial, como entreposto e não como polo ou centro administrativo ou de produção.

Dos 34 países de origem e destino de produtos (des)embarcados em Barcarena, somente nove receberam um ou mais migrantes de Barcarena, com “destaque” para o Japão (possível relação pela forte presença de japoneses durante a implantação da Albras), Estados Unidos e Suriname, como destinos preferenciais dos fluxos migratórios do Pará, sem ligação com o complexo portuário-industrial de Barcarena.

As 38 pessoas que nasceram em países estrangeiros e moram em Barcarena são todos homens e as pessoas que chegaram do exterior para morar ali em nos últimos 10 anos vieram do Japão, da Guiana Francesa, da Holanda e de Portugal (Censo 2010), aparentemente sem nenhuma relação com o sistema de circulação de mercadorias, novamente indicando um paralelo com a realidade migratória de Belém.

O que o movimento de embarcações e caminhões significa, então, para a realidade de Barcarena? Em 2008, foram realizadas 753 operações de embarques e desembarques de navios no porto de Vila do Conde (CDP, 2010). Em 2013, atracaram 913 embarcações (CDP, 2013), representando um aumento de 17%. O relatório da Companhia Docas do Pará de 2007 apresenta informações das empresas que agenciaram navios e as empresas que atuaram como operadores portuários de alguns produtos embarcados/desembarcados e dados sobre alguns armadores.

Observa-se que as operações portuárias são terceirizadas, tendo várias companhias prestando serviços às grandes empresas. A mesma realidade se observa em relação aos transportadores, os navios, o que será demonstrado a seguir. Esta estratégia permite às empresas a flexibilização de suas operações e a possibilidade de baixar os custos com transporte.

Muitos navios que atracam no porto de Vila do Conde navegam com bandeiras de países que cobram menos impostos e oferecem menos garantias trabalhistas para as suas tripulações, possibilitando que marinheiros de outros países

possam trabalhar nesses navios, sem poder reivindicar direitos. Estes são chamados de países de “bandeiras baratas” ou “*flags of convenience*” (ITF, 2012a). Segundo ITF, “*Cheap registration fees, low or no taxes and freedom to employ cheap labour are the motivating factors behind a ship owner’s decision to ‘flag out’*”¹³ (ITF, 2012b).

Cerca de 65 % dos navios no mundo são registrados por países que não são de origem dos seus reais proprietários (UNCTAD, 2007), geralmente identificados como países de “bandeiras baratas”¹⁴. Esta forma de organização da navegação internacional é uma clara expressão da superexploração dos trabalhadores, que não podem contar com a proteção das leis trabalhistas garantidas nos países dos proprietários dos navios, nem com os acordos internacionais, que geralmente não são cumpridos por muitos países de “bandeiras baratas”. Os portos de Barcarena se inserem nessa lógica, onde atracam muitos navios de bandeiras baratas.

No site “Marine Traffic”¹⁵ é possível acompanhar o movimento de navios pelo mundo, identificar sua posição, suas características, sua rota e a sua bandeira, além do movimento nos portos internacionais dos navios chegando, atracados ou saindo. Um levantamento feito com base nas informações do referido site mostra que foram registrados 56 navios no porto da Vila Do Conde/Barcarena nos períodos de 6 a 18 de setembro de 2014, e de 17 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015. Somando com os 34 navios citados no relatório do CDP sobre a movimentação no porto em 2007, há informações sobre 90 navios identificados. Desse total, 61 (68%) navegam ou navegaram com bandeira de um país citado na lista de “FOC Countries”¹⁶.

Os navios trazem marinheiros para Barcarena, que ficam na cidade por curtos períodos, mas geralmente retornam várias vezes ao ano. Eles vivem quase

¹³ Taxas baratas de registro, impostos baixos ou ausentes e liberdade para contratar trabalhadores baratos estão entre os fatores motivadores da decisão dos proprietários de navios para “usar bandeira de outro país”.

¹⁴ *Foc Countries*: Antigua and Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Bermuda (UK), Bolívia, Burma, Cambodja, Cayman Islands, Comoros, Cyprus, Equatorial Guinea, Faroe Islands (FAS), French International Ship Register (FIS), German International Ship Register (GIS), Geórgia; Gibraltar (UK), Honduras, Jamaica, Líbano, Libéria, Malta, Marshall Islands (USA), Mauritius, Moldova, Mongólia, Netherlands Antilles, North Korea, Panama, São Tomé and Príncipe, St. Vincent, Sri Lanka, Tonga and Vanuatu (ITF. global.org, 2012a).

¹⁵ Disponível em: <<http://www.marinetraffic.com/pt/ais/home/>>

¹⁶ Dos 17 países representando as bandeiras dos navios que passaram pelos portos de Barcarena nos períodos pesquisados, somente três coincidem com algum dos países de destino ou origem das mercadorias ou dos emigrantes (Líbano, Noruega e Turquia).

o ano todo no navio. Mesmo tendo residência fixa em seu lugar de origem, o navio, o mar e os portos são seus espaços de vivência. Esses trabalhadores vivem em constante movimento e o porto de Barcarena faz parte dos seus processos de territorialização e a sua presença impacta a vida dos moradores do município.

Não há um registro da entrada e saída das tripulações dos navios que operam nos trechos nacionais (cabotagem, interior) em relação ao porto de Vila do Conde (335 embarcações em 2013), mas com relação à tripulação dos navios estrangeiros, a Polícia Federal (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013) forneceu informações solicitadas através do site “Acesso à Informação”, do governo federal¹⁷, sobre a nacionalidade da tripulação dos navios de longo curso que atracaram no porto de Vila do Conde em 2013¹⁸.

Considerando a observação acima, pode-se dizer que pelo menos 5.150 tripulantes de navios internacionais desembarcaram em Barcarena, numa média de 13 tripulantes por navio, das seguintes bandeiras: Filipinas 1.539), Síria (1.533), Índia (329), Ucrânia (284), República Tcheca (259), Croácia (195), China (171), Polônia (146), Paquistão (113), Rússia (112) e outros (569), segundo dados do Ministério da Justiça (2014).

Dos dez países que representam 90% da origem dos marinheiros dos navios internacionais que passaram pelo porto de Vila do Conde, somente a Rússia, Ucrânia e China constam na lista dos países cuja bandeira identifica os navios. As tripulações geralmente são oriundas de países sem tradição naval. Os marinheiros das Filipinas são conhecidos como “baratos e fáceis, que não reclamam e aceitam condições degradantes de trabalho” (ROOIJAKKERS, 2002, não paginado).

Segundo a legislação brasileira, os navios de cabotagem devem ter entre sete e dez tripulantes, dependendo da arqueação bruta do navio – de 501 a 3.000 ou acima de 3.000 (MARINHA..., 2009). Em 2013, chegaram 335 navios de cabotagem e do interior, transportando entre 2.345 e 3.350 tripulantes. Somando a tripulação dos navios que passaram por Barcarena em 2013 oriundos da rota internacional,

¹⁷ Disponível em: <<http://www.acesoainformacao.gov.br/>>

¹⁸ Esclarecendo que os dados podem apresentar inconsistências, sendo possível que os números levantados não representem a totalidade dos viajantes que realizaram movimentos migratórios no citado período, uma vez que o STI encontra-se em fase de implementação em território nacional, bem como que não há filtro adequado para apurar qual a espécie de embarcação transportavam esses tripulantes cujos números são registrados (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

de cabotagem e do interior, o município recebeu pelo menos 7.495 tripulantes de várias partes do Brasil e do mundo.

A movimentação de navios no município não criou um mercado de trabalho para a população local. Segundo o Censo de 2010, em Barcarena há somente 175 pessoas registradas como “marinheiros de cobertura e afins”, além de 40 pessoas como capitães, oficiais de cobertura e práticos, a maioria atuando em embarcações locais. Trata-se de um mercado de trabalho quase inacessível à população local, guiado pela lógica da divisão internacional do trabalho, que define as bases para contratação das tripulações dos navios; a formação necessária para trabalhar nos navios; a terceirização dos serviços de empresas transportadoras do Sul e Sudeste do Brasil e exigem altos recursos para aquisição de caminhões próprios, e cujos investimentos não contemplam a maioria da população local.

Este estudo sobre mobilidade fluvial traz aspectos relevantes para a análise dos sistemas migratórios vinculados à divisão do trabalho e à organização dos fluxos de mercadorias nas cadeias produtivas globalizadas. Em Barcarena, estando o sistema migratório vinculado ao transporte marítimo e fluvial, o município funciona como espaço para diversas operações portuárias e logísticas, atraindo um grande contingente de marinheiros, estivadores e arrumadores de vários lugares.

Há os operários portuários em terra, como os estivadores e arrumadores. O porto de Vila do Conde, em Barcarena, está sob a mesma administração que o porto de Belém. A gestão dos operários desses portos é realizada em Belém, pelo órgão de gestão de mão de obra dos portos de Belém e Vila do Conde (OGMO), articulado com os sindicatos das duas categorias através de chamada escalação e rodízios das diversas categorias. Isto significava que os estivadores e arrumadores residem em Belém e ora trabalham em Vila do Conde, ora em Belém, dependendo da sua escalação. Para esta dinâmica, em Vila do Conde há prédios de apoio para o descanso dos operários portuários entre os turnos de trabalho.

Isto significa que um grande contingente de trabalhadores portuários vive num movimento de ida e volta entre Belém e Barcarena, que representa o seu local de trabalho, mas não de moradia. A população local interage com essas pessoas somente no fornecimento de alimentação e companhia. Ao final do ano de 2000, o quadro de trabalhadores por categoria totalizava 740 pessoas¹⁹.

¹⁹ Não foram encontrados dados mais recentes, mas a ampliação da área portuária e do

Os caminhões formam outro elo de transporte na organização dos fluxos de produtos, interligando lugares sem acesso fluvial com os centros industriais e portuários ou fazendo a distribuição “fina” de mercadorias para fins específicos. No Brasil, o transporte de cargas é predominantemente rodoviário, apesar do imenso potencial para o transporte fluvial e ferroviário. Mesmo que o transporte rodoviário gere grandes impactos ambientais e econômicos (por ser poluente e mais caro), a matriz do setor de transportes tem seguido a lógica da integração nacional via estradas. Em 2012, o Detran registrou 2.284.143 caminhões emplacados no Brasil (BRASIL CAMINHONEIRO, 2012), e o Censo (IBGE, 2010) registrou 777.956 caminhoneiros em todo o Brasil. No relatório da Agência CNT, de 2013, há informações ambientais sobre o transporte por caminhões, o perfil dos caminhoneiros e os trajetos percorridos, com base em mil entrevistas realizadas em 63 postos de combustíveis em 35 municípios de 11 estados brasileiros, entre os dias 11 e 19 de julho de 2011.

O funcionamento das indústrias e dos portos depende dos fluxos de caminhões. Na fábrica de Alunorte, por exemplo, a lama vermelha (resíduo da produção de alumina) é transportada em grandes caçambas, num fluxo circular diário e permanente (24 horas) entre a fábrica e as bacias de contenção da lama. Os insumos para as fábricas são distribuídos por caminhões vindos de várias partes do país ou que fazem somente o transporte entre o porto e a fábrica. O gado e a soja chegam em caminhões de Paragominas, Xinguara, Parauapebas e Moju para embarque nos portos; e as peças para o maquinário da empresa Vale seguem por caminhões para Parauapebas e Nova Canaã, no sudeste do Pará.

Dados da administração do porto de Vila do Conde revelam o movimento de entrada de caminhões no porto durante seis meses: entre 2 de janeiro e 30 de junho de 2013 entraram 24.874 caminhões com cargas e saíram 10.310 caminhões carregados, evidenciando que se trata de um porto de exportação, onde circulam cerca de 195 caminhões ao dia, considerando somente a movimentação do porto de Vila do Conde. Destaca-se, na referida listagem, que muitos caminhões entraram e saíram várias vezes no mesmo dia, indicando uma intensa atividade de retirada e entrega de cargas nas proximidades, provavelmente de alumina e alumínio, de contêineres estocados fora do porto e um movimento pendular entre

volume de embarcações atendidas deve ter levado a um número crescente de trabalhadores portuários em Barcarena.

o porto e Parauapebas (Vale) ou Paragominas (Gado Vivo), segundo depoimentos dos caminhoneiros. A identificação do local de origem de cada veículo, através do registro disponível no site do Sistema Nacional de Segurança Pública (SINESP) mostram que a maioria é emplacada no Pará (50%), e também vem de Minas Gerais (20%) e de São Paulo (25%).

A dimensão do transporte de cargas no e para o município de Barcarena é pouco estudada e merece mais atenção, pois este sistema imprime um novo mapa do território, que corta e cruza o espaço, e redefine a realidade local. Mas o fluxo de navios e a construção dos portos impactam os territórios, seja na navegação, na dinâmica da pesca, na qualidade da água e nas opções de lazer, pois transforma o “rio de vida” num “rio de transporte e depósito”. O fluxo de caminhões implica em movimento nas estradas, beira de estradas, postos de gasolina, estacionamentos e casas de suporte para os caminhoneiros, como restaurantes, dormitórios e casas de lazer – estas últimas também frequentadas por marinheiros.

Os trabalhadores do setor de transporte refletem a função de Barcarena como lugar de passagem. São quase 100 % homens oriundos de outros estados e países, que ficam na cidade durante alguns dias ou retornam várias vezes ao ano, circulam por lugares delimitados (estradas, postos de gasolina, portos e casas de suporte) e interagem com uma pequena parcela da população local, criando uma dinâmica econômica-social própria de lugares de passagem, sem compromisso com o local. A única notícia de trabalho se refere a denúncias do Conselho Tutelar sobre a prostituição de adolescentes, sobretudo nos postos de gasolina onde pernoitam os caminhoneiros. Neste sentido, fica a pergunta: O que significa para Barcarena a passagem de 10 mil caminhoneiros e 9 mil tripulantes por ano?

Considerações finais

A Amazônia, para além de um interesse ambiental de preservação de sua floresta, é um mercado de produtos e insumos muito concreto, ligado a redes internacionais altamente sofisticadas. E certamente os grupos mais capitalizados estão aí pela alta rentabilidade dessas atividades, mas também por reservas de estoques para oportunidades futuras. Afinal de contas essa é a última fronteira de áreas florestais contínuas não somente do País e do continente sul-americano, mas do mundo. A projeção de futuro requer estratégias que se realizam no presente.

A integração da América do Sul constitui um dos objetivos principais das estratégias políticas e econômicas dos governos sul-americanos, estando no centro da política externa brasileira, num primeiro plano. A integração de mercados, pela via de infra-estrutura do desenvolvimento, é a ponte de ligação entre globalização e regionalização, como mostra a Iniciativa de Integração da Infraestrutura da América do Sul – IIRSA definida em encontros de estados sul-americanos associados a setores empresariais e instituições financeiras multilaterais. A expectativa de governos sul-americanos é que se desenvolvam estratégias empresariais de ampliação da capacidade competitiva e adquiram melhores condições no mercado, embora, internamente, observem-se rearranjos de organização em blocos de países que se alinham conforme um feixe de interesses, concepções geopolíticas e estratégias relacionados a outros blocos econômicos.

Nessa perspectiva, a integração sul-americana é vista sobretudo a partir de obras de infra-estrutura como todo o sistema portuário acima descrito, com nova articulação de políticas e do planejamento - planos, programas e ações -, regulamentações, investimentos, enfim, uma série de medidas que estão potencializando a produção de mercadorias e seu escoamento para os principais mercados mundiais. O sistema portuário faz parte da logística mais ampla, que inclui transportes rodoviário, ferroviário, marítimo e fluvial, e produz dinâmicas particulares em diferentes territórios na Amazônia, onde se instalam, como é o caso do sistema integrado de Vila do Conde e de Barcarena, analisado neste artigo, em torno de grandes plantas de siderurgia e de extração de *commodities* minerais, agrícolas e da pecuária. Por isso, conforme demonstramos, o entendimento dos processos vivos de mudanças, em todos os sentidos, exige um esforço de ligar, relacionar, ver na perspectiva de redes, e procurar identificar o sentido dado pelos agentes a suas ações, nas diferentes dimensões que comportam a cena econômica, política e social na Amazônia contemporânea.

Referencias bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. (Org.). *Conflitos Sociais no Complexo Rio Madeira*. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas (UEA), 2009.

ANTAQ-AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. *Relatório de atividades 2013*. Brasília: ANTAQ, 2014a. 72p.

ANTAQ-AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. *Anúncios Públicos – ANTAQ*. Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/Portal/AnunciosPublicos2013.asp>>. Acesso em: 24 nov. 2014b.

BOURDIEU, P. *Sobre o Estado*: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASI CAMINHONEIRO. Dados revelam descompasso no transporte de cargas em 2012. Disponível: <<http://www.brasilcaminhoneiro.com.br/V4/comportamento/dados-revelam-descompasso-no-transporte-de-cargas>, acesso em 9 de junho de 2014.

BRASIL. *Programa de Aceleração do Crescimento - 10º Balanço - Janeiro a Abril de 2010*. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/d473dfcab55fe26e4d3fb91f3df17ccc.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Análise e avaliação da Organização Institucional e da Eficiência de Gestão do Setor Portuário*. São Paulo: Booz e Company, 2012.

BRITO, Pedro. *Ciclo de palestras: Portos*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2010.

CASTRO, E. M. R. Amazônia no século XXI: estratégias do agronegócio, desmatamento e dinâmicas sócioterritoriais. In: KREKELER, Birgit; KÖNIG, Eva; NEUMANN, S.; ÖLSCHLEGER, H. (Org.). *Para quê serve o conhecimento se eu não posso dividi-lo?*. Berlin: Estudios Indiana, 2013. p. 227-247.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. Salvador *Caderno CRH*, UFBA, v. 25, p. 45-62, 2012.

CASTRO, E. Integração Sul-Americana do IIRSA – visões do Estado e dos Atores da Pan-Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; CARVALHO, Guilherme (Orgs.). *O Plano IIRSA na Visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Belém: FASE/COMOVA/UFPA, 2009. p. 107-142.

CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEJKA, M. (Orgs.). *Amazônia – Região Universal e Teatro do Mundo*. São Paulo; Belém: Globo, 2010. v. 1, p. 105-122.

CDP-COMPANHIA DOCAS DO PARÁ. *Empreendimento atualização do plano de desenvolvimento e zoneamento do porto de Vila do Conde, situado no município de Barcarena, Belém/Pará*. Belém: Companhia Docas do Pará, 2010. 138p.

CDP-COMPANHIA DOCAS DO PARÁ. *Vila do Conde*. Resposta de dados cedido a partir de solicitação via SIC. Belém: CDP, 2013

CDP. Estatísticas de 2013. Origem e destino das mercadorias: *Relatório gerencial* contendo a movimentação de mercadorias, descrita por Porto de origem e destino da mesma. Porto de Vila do conde. 2014. Disponível em <https://www.cdp.com.br/345>, acesso em 10 set. 2014.

COELHO, M. C.; MONTEIRO, M.; SANTOS, I. Políticas públicas, corredores de exportação, modernização portuária, industrialização e impactos territoriais e ambientais no município de Barcarena, Pará. Belém, *Novos Cadernos NAEA*, v. 11, n. 1, p.141-178, 2004.

- FEARNSIDE, P. M. et al. O futuro da Amazônia: modelos para prever as consequências da infraestrutura futura nos planos plurianuais. *Novos Cadernos NAEA*, v.15, n.1, p.25-52, 2012.
- FEARNSIDE, P. M. Will urbanization cause deforested areas to be abandoned in Brazilian Amazonia? *Environmental Conservation*, v. 35, p. 197-199, 2008.
- GOULARTI-FILHO, A. Melhoramentos, reaparelhamentos e modernização dos portos brasileiros: a longa e constante espera. *Economia e Sociedade*, v. 16, n. 3, p. 455-482. 2007.
- HARVEY, D. Entrevista: David Harvey. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 1, p.180-194, 2012.
- HARVEY, D. Roepke lecture in Economic Geography – crises, geographic disruptions and the uneven development of political responses. *Economic Geography*, v. 87, n. 1, p. 1-22, 2011.
- IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- ITF GLOBAL.ORG. *FOC Countries*. 2012a. Disponível em: < <http://www.itfglobal.org/flags-convenience/flags-convenien-183.cfm> > . Acesso em: 9 set. 2014.
- ITF. What are flags of convenience? ITF, 2012b. Disponível em < <http://www.itfglobal.org/flags-convenience/sub-page.cfm> >, acesso em 09 set. 2014.
- LIMA, E. T.; FAVERET-FILHO P.; PAULA, S. R. de. Logística para os Agronegócios Brasileiros: o que é realmente necessário? *BNDES Setorial*, n. 12, p. 161-174, 2000.
- MARINHA DO BRASIL, Portaria n. 72/DPC, de 9 de julho de 2009, Brasília, Marinha do Brasil, 2009.
- MARTNER-PEYRELONGUE, Carlos. Reestructuración del espacio continental en el contexto global: corredores multimodales en Norte y Centroamérica. *Economía, Sociedad y Territorio*, v.7, n.25, p. 1-48, 2007.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-Departamento de Polícia Federal. *Ofício 002/2013 – SIC/SR/DPF/PA*. Belém: DPF/PA, 2013.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Sistema de Tráfego Internacional – STI. Mensagem eletrônica nº 136/2014 - SIC/DIREX/DPF. Brasília: MJ/STI, 2014.
- MONIÉ, F. Globalização, modernização do sistema portuário e relações cidade-porto no Brasil. In: SILVEIRA, Márcio R. (Org.). *Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 299-330.
- RAVENA, N. Infraestrutura e desenvolvimento: elites políticas e desenvolvimento na Pan-Amazônia. In: FRANCO, F. (Org.). *Megaproyectos: la Amazonia en la encrucijada*. Leticia: UNC/Universidad Nacional de Colombia; Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, 2012. p. 63-75.
- ROCHA-NETO, J. M.; CRAVIDÃO, F. D. D. Portos no contexto do meio técnico. *Mercator*, v. 13, p. 23-37, 2014.
- RODRIGUES, J. C. *Educação ambiental e estratégias empresariais na área portuária: um estudo da Companhia Docas do Pará (CDP)*. 219f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

- RODRIGUES, J. C. O índice de desempenho ambiental dos portos brasileiros: panorama e análise crítica. *Revista Terceiro Incluído*, v.4, n.1, p.44-65, 2014.
- RODRIGUES, J. C.; CASTRO, E. M. R. de. Companhia Docas do Pará (CDP): plataforma logística do capital internacional na Amazônia Oriental. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 20, p.1-14, 2013.
- RODRIGUES, J.C.; RODRIGUES, J. C.; CASTRO, E. M. R. de. Transporte hidroviário, portos e terminais interiores na Amazônia Brasileira: uma análise sobre seus papéis na política pública territorial. *Geo UERJ* (2007), v.1, n.25, p.115-137, 2014.
- ROOIJAKKERS, P. Filipijnse zeevaet in de problemen: Meer Zeelieden dan banen. Tambuli, 2002. Disponível: <<http://tambuli.nl/tambak/aeticle.php?articleid=292>>
- ROUSSEFF, D. *Dilma discursa na inauguração do Complexo Portuário Mirirituba-Barcarena*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bemLnkgmGVk>>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- SAENGSPAVANICH, C. et al. Environmental performance evaluation of an industrial port and estate: ISO14001, port state control-derived indicators. *Journal of Cleaner Production*, v.17, n.2, p.154-161. 2009.
- SASSEN, Saskia. Los espectros de la globalización. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 2003
- SASSEN, S. *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- SILVEIRA, M. R.; JULIO, A. S. Os investimentos em transportes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o efeito multiplicador brasileiro a partir do Governo Lula da Silva. *Journal of Transport Literature*, v.7, p.199-224, 2013.
- TOMASSIAN, G. C.; PEREZ-SALAS, G.; SANCHEZ, R. I. J. *Políticas integradas de infraestructura, transporte y logística: experiencias internacionales y propuestas iniciales*. Santiago: CEPAL, 2010.
- UNCTAD. Review of maritime transport 2007. New York and Geneva: United Nations, 2007, 167p.
- VALENTE, A.M. (coord.). Plano mestre Porto de Vila do Conde. Florianópolis: LabTrans, 2013 CDP. Indicadores de desempenho operacional 2013. Belém: Companhia De Docas do Pará, 2014
- WALLERSTEIN, I. The modern world system. Vol. I, II, III. [s.l.]: Academic Books, 1974, 1981, 1989.
- WILMSMEIER, G., M., J.; PEREZ, G. Port system evolution—the case of Latin America and the Caribbean. *Journal of Transport Geography*, v. 39, p. 208-221, 2014.
- ZHANG, A.; LAM, J. S. L.; HUANG, G. Q. Port strategy in the era of supply chain management: the case of Hong Kong. *Maritime Policy & Management*, v. 41, n. 4, p. 367-383, 2014.
- ZONDAG, B. et al. Port competition modeling including maritime, port and hinterland characteristics. *Maritime Policy & Management*, v. 37, n. 3, p.179-194. 2010.

Da natureza à mesa: trabalho e trocas materiais e interculturais em uma metrópole amazônica

*Iraneide Souza Silva*¹

Introdução

No cenário atual, a Amazônia reafirma a sua posição estratégica em nível mundial, por abrigar a maior floresta tropical contínua e a maior reserva de biodiversidade do mundo, contribuindo para a estabilidade ambiental do planeta (CAPOBIANCO, 2001). Em outro aspecto, configura-se como uma região de contrastes, onde coexistem populações tradicionais, com cerca de 60% da população residente em áreas urbanas (FERREIRA; SALATI, 2009). Para além da Amazônia brasileira, as atenções voltam-se aos países que compõem a Pan-Amazônia, notadamente nos aspectos geopolíticos e econômicos, que se refletem nos projetos desenvolvimentistas, nos tratados de cooperação, nas interações e interdependências extrarregionais, entre outros aspectos que têm fomentado o debate e a produção acadêmica e científica nas últimas décadas.

Este trabalho apresenta reflexões acerca da pesquisa em curso, vinculada à tese doutorado da primeira autora. No delineamento do estudo, parte-se do interesse em identificar, analisar e dar visibilidade ao universo do trabalho que se materializa no comércio de produtos gerados por atividades agroextrativistas e agroecológicas, com base no uso social dos recursos da biodiversidade. Considera-se que esse universo é complexo, pois define e redefine o *modus vivendi* de grande parte de populações amazônicas. No entanto, o trabalho e as trocas a ele relacionadas não se reduzem às práticas econômicas. Elas incorporam dimensões socioeconômicas e interculturais mais complexas nos espaços compartilhados por grupos sociais diversos, observadas na região da tríplice fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru, em geral, vista como um território de disputas e conflitos. Na análise de Castro (2011, p. 16), esses processos experimentados por povos e culturas diferentes têm elos históricos que remontam à ancestralidade da

¹ Mestre em Ciências Ambientais – UFPA. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – NAEA/UFPA.

ocupação dos territórios, não suficientemente considerados nas pesquisas sobre a região, na perspectiva da interculturalidade a partir do trabalho.

Neste sentido, considera-se o trabalho como a dimensão humana que aciona as capacidades do pensar, do criar e do fazer e, portanto, da troca (MAUSS, 1974), sob condições culturais e identitárias particulares (ARENDDT, 2007). Dessa forma, elege-se o trabalho como categoria central de análise, buscando entender esse universo, a partir das estratégias de geração de renda no âmbito da economia popular e as relações interculturais em áreas transfronteiriças, considerando-se a mobilidade de pessoas e de produtos de um país a outro, as ações do poder público e os produtos comercializados em espaços socialmente constituídos nas regiões da Pan-Amazônia.

O trabalho de campo será realizado nas cidades de Tabatinga e Benjamin Constant (Brasil), Letícia (Colômbia) Santa Rosa (Peru), que se interconectam em múltiplos sentidos, consideradas aqui como territórios historicamente configurados pelas transformações e interações étnicas e culturais, enquanto lugares de encontro e de identidades superpostas (BAINES, 2012, p. 37) e, ao mesmo tempo, espaços de intensas trocas demarcadas pela bio e sociodiversidade ali presentes. Nesse sentido, optou-se pela observação em feiras e mercados populares, buscando o entendimento dessas práticas como elementos de integração social e territorial (CASTRO, 2011) entre grupos sociais nas cidades de fronteira.

Diante da complexidade do tema, propõe-se uma abordagem interdisciplinar, enquanto “ferramenta metodológica, um desafio e uma possibilidade de ruptura das abordagens tradicionais” (CASTRO; SANTOS, 2006), no intercampo entre a sociologia, a antropologia e a economia, associando conceitos de interculturalidade e sociobiodiversidade², e o aporte de outras áreas do conhecimento. Quanto ao uso social da biodiversidade, agrega-se o referencial das ciências naturais, porém, privilegia-se a comercialização de produtos não madeireiros (PFNM)³ para uso alimentar, medicinal, ornamental e matérias-

² A sociobiodiversidade expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais. Os produtos são os bens e serviços (produtos finais, matérias-primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (BRASIL, 2009).

³ Os Produtos Florestais Não Madeireiros incluem desde produtos florestais não-lenhosos de origem vegetal ou animal a serviços sociais e ambientais (REBÊLO et al., 1997).

primas. Entre estes, destacam-se as frutas, verduras, ervas e pescado, que agregam um forte componente cultural. Em síntese, a pesquisa propõe, entre outros temas, a análise sobre o trabalho associado ao uso social da biodiversidade e a sua importância socioeconômica, que permeia as relações interculturais entre grupos que acessam ou se apropriam dos espaços urbanos das cidades transfronteiriças para a sua reprodução social.

O cenário da pesquisa

A Pan-Amazônia é identificada como uma região compartilhada por oito países, que ocupam mais de 40% da superfície da América do Sul, com 7,5 milhões de quilômetros quadrados, habitados por aproximadamente 30 milhões de pessoas (ARAGON, 2009), dos quais 20 milhões encontram-se na Amazônia brasileira, que engloba 68% da bacia amazônica. São cerca de 25.000 km de vias navegáveis em nove estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e grande parte do Tocantins estão, em alguma medida, vinculados a sua vasta e importante rede hidrográfica (ARRUDA, 2013, p. 94).

Mesmo em dimensões menores em termos de extensão territorial, a floresta amazônica representa uma parte importante dos territórios de países limítrofes com o Brasil: cerca de 75% do Peru; 75% da Bolívia; 54% da Venezuela e 50% do Equador. Segundo Penna Filho (2013, p. 95), a Amazônia Legal no Brasil detém 59% do território e possui 11.300 km de fronteiras com a Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa (França), Peru, Suriname e Venezuela (Tabela 1).

Na Pan-Amazônia, as cidades que serão referência para este estudo são Tabatinga e Benjamin Constant (Brasil), Letícia (Colômbia) Santa Rosa (Peru) (Figura 1). Letícia é a capital da Amazônia Colombiana, e, por isso, o Estado tem responsabilidade geoestratégica sobre ela, com burocracias, serviços de infraestrutura e saneamento básico, não encontrados necessariamente em Tabatinga. Em termos populacionais, Letícia tem cerca de 37.000 habitantes e Tabatinga 59.684 habitantes (IBGE, 2014) (Figura 2). A cidade brasileira de Benjamin Constant, bem menor que Tabatinga, tem uma população de 38.533 habitantes (IBGE, 2014). No Peru, a cidade de Santa Rosa apresenta um crescimento proporcionalmente menor, e assim como Benjamin Constant, experimenta significativas mudanças internas.

Tabela 1. Extensão total da região amazônica, segundo o território continental de países da Pan-Amazônia.

País	Superfície Total (km ²)	Superfície Amazônica (km ²)	Amazônia (%)
Brasil	8.514.876	5.006.316	58,8
Bolívia	1.098.581	475.278	43,3
Colômbia	1.138.910	483.119	42,4
Equador	248.406	116.604	46,9
Guiana	214.969	214.969	100,0
Guiana Francesa	86.504	86.504	100,0
Peru	1.285.215	782.820	60,9
Suriname	163.820	163.820	100,0
Venezuela	916.445	453.915	49,5

Fonte: Adaptado de Raisg (2009 apud ARRUDA, 2013, p. 95). Disponível em: <<http://raisg.socioambiental.org>>.

Figura 1. Localização tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru.



Fonte: Disponível em: < http://www.citybrazil.com.br/arquivos/imagens/galfotos/gfu_800_00008001.jpg>. Acesso em: 10 out. 2014.

Figura 2. Vista da Avenida da Amizade, nas cidades de Tabatinga e Letícia.



Fonte: Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/am/tabatinga/galeriafotos.php?imagem=8001>>. Acesso em: 10 out. 2014.

O desenvolvimento da pesquisa

Para a investigação, optou-se pela pesquisa do tipo qualitativa, com base na observação empírica, que permite a aproximação entre o pesquisador e o campo de estudo para a interpretação das complexidades entre os atores numa dimensão ampla. O referencial teórico-metodológico ancora-se nas ciências humanas,

no intercampo entre a sociologia, a antropologia e a economia, e amplia-se associando conceitos e buscando aporte em diversas áreas do conhecimento. Utilizar-se-á os procedimentos próprios das ciências sociais para a coleta de informações junto às populações estudadas, no universo identificado em survey nas respectivas localidades.

A abordagem científica tradicional, em que a realidade é analisada de forma disciplinar é insuficiente neste estudo. As ciências sociais acumulam uma contribuição significativa ao conhecimento das questões socioeconômicas vinculadas à problemática ambiental, no sentido da construção de uma base teórico-metodológica interdisciplinar. Como afirma Vieira (1993), os desafios das ciências sociais no contexto do agravamento dos problemas socioambientais, e o eixo central do debate científico está no “projeto de construção interdisciplinar sistêmico do conhecimento sobre as inter-relações entre sociedade & ambiente”. Para este exercício interdisciplinar, busca-se aproximação com vários campos do conhecimento que referenciam as questões abordadas nesta pesquisa, na perspectiva de pensar relacionalmente (BOURDIEU, 1989) para a análise das interações e complexidades que permeiam a realidade estudada.

Como procedimentos, além da pesquisa bibliográfica e documental, utiliza-se a observação direta, entrevistas, transcrições, documentação fotográfica, para a análise sob a orientação do referencial das Ciências Sociais e da Antropologia, na abordagem sobre identidade e interculturalidade, tendo como eixo norteador a categoria sociológica do trabalho.

As questões norteadores e escopo da pesquisa

O trabalho associado aos fluxos comerciais de produtos que derivam da produção agroextrativista e aproveitamento de espécies da biodiversidade é a matriz para a reprodução de grupos sociais tanto nas cidades quanto no campo, a partir das trocas econômicas e simbólicas realizadas em espaços de feiras e mercados populares e a base e a base para o entendimento das relações interculturais nas dinâmicas entre as cidades transfronteiriças entre o Brasil, Colômbia e Peru. Neste universo, as questões que se colocam para este estudo são: Quem são os agentes e atores sociais que compõem os fluxos produtivos e

a cadeia de comercialização em feiras e mercados em cidades de fronteira na Pan-Amazônia? Quais as estratégias dos agentes para a reprodução do trabalho e geração de renda e no âmbito da economia popular com base no comércio de produtos regionais em cidades transfronteiriças? Qual o papel das feiras e mercados populares para as interações intra e extrarregionais entre as populações nas cidades transfronteiriças? Como se configura a demanda por produtos regionais e a representação socioeconômica e cultural advindo da comercialização desses produtos em cidades na fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru?

Este enfoque busca evidenciar as complexidades e singularidades nas regiões transfronteiriças, considerando que as dinâmicas urbanas são determinantes nas análises das problemáticas que sintetizam as diversas formas de apropriação dos espaços, identidades, processos de trabalho, patrimônio sociocultural e histórico que demandam a realização estudos a partir de cidades da Pan-Amazônia, que expressam as formas de reprodução social de grupos com posições diversas na estrutura social, especialmente no intercâmbio entre os saberes e fazeres que regem as interconexões em áreas de fronteira. A construção de objeto de estudo sobre o universo do trabalho como propulsor dos fluxos comerciais vinculados recursos da sociobiodiversidade, e sua representação no mercado intra e extrarregional, torna-se relevante para a visibilidade desses processos, observados a partir de cidades das fronteiras entre o Brasil, a Colômbia e o Peru, contribuição ao conhecimento sobre a realidade nas áreas de fronteira na Pan-Amazônia.

De um modo geral, as pesquisas científicas têm contribuído para a produção do conhecimento sobre as questões urbanas como opostas às questões rurais. Por um lado, o mundo urbano traz em sua essência os valores do capitalismo, como um cenário que traduz os princípios da reprodução do capital, com abordagens sobre as problemáticas inerentes às questões econômicas e sociais como a luta de classes sociais, habitação, educação, saúde, saneamento, planejamento e urbanos, especialmente a partir dos processos de industrialização e a consequente metropolização. As abordagens sobre o mundo rural trazem as preocupações sobre as disputas pela terra, conflitos e violência no campo, as formas de ocupação do uso do solo, a exploração dos recursos, os modos de vida das populações tradicionais, as questões étnicas e ambientais entre outras abordagens que fornecem um campo inesgotável de investigações sobre a Amazônia.

Nesta pesquisa, busca-se o entendimento sobre as interações entre os ambientes rural e urbano, geralmente vistos como antagônicos, porém são permeadas por vínculos, tanto na esfera material, pelas relações produtivas e mercantis/comerciais, quanto na esfera imaterial como as relações culturais, de sociabilidades e de trocas simbólicas. Pelo senso comum, as cidades de fronteira em países da Pan-Amazônia são consideradas áreas de conflitos interétnicos, de violência e de precariedade nas relações entre os países, quer na infraestrutura, quer na segurança e monitoramento dessas áreas. Em outro sentido, esta pesquisa tem o interesse identificar os pontos de convergência entre os modos de vida e de trabalho nessas cidades, no sentido de superar a visão isolada e dicotômica (NUNES, 2008), com base nos padrões diferenciados, buscando identificar as relações interculturais e os vínculos entre as populações nessa região.

Os saberes tradicionais e a biodiversidade

Questões relacionadas à exploração recursos naturais e à ocupação do território em nome do “desenvolvimento”, aliam-se automaticamente aos problemas ocorrentes na Amazônia, e têm gerado contribuições científicas nas diversas áreas do conhecimento, mas ainda constituem um desafio para a ciência, levando-se em conta as complexidades nas inter-relações entre os ecossistemas e a coexistência dos povos tradicionais que resistiram ao genocídio praticado contra os índios no período da conquista e aqueles que se ambientaram e se mantêm dos recursos florestais e hídricos (SALATI et al., 1983, p. 7). Essas populações lutam pelo direito ao território e pelo reconhecimento dos seus saberes sobre o uso e aproveitamento desses recursos, vistos como uma das matrizes no discurso do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, “as alternativas de desenvolvimento” podem ser entendidas como o conjunto de medidas adotadas para executar projetos de reconhecimento do “saber nativo” (ALMEIDA, 2008, p.14, grifos do autor), que envolve uma complexidade de técnicas, elementos culturais e sociabilidades, tanto manejo e cooperação quanto processamento e transformação de matérias-primas, que vão além dos interesses técnico-científicos:

Eles não se restringem a um mero repertório de ervas medicinais. Tampouco consistem numa listagem de espécies vegetais. Em verdade, eles compreendem as fórmulas sofisticadas, o receituário e os respectivos procedimentos para realizar a transformação. Eles respondem a indagações de como uma determinada erva é coletada, tratada e transformada num processo de fusão (ALMEIDA, 2008, p.14).

As práticas de manejo e aproveitamento das espécies pelas populações tradicionais são consideradas “artesanais, pré-industriais ou limitadas” na visão capitalista, e até então não tiveram condições históricas de ganhar corpo, pois a Amazônia sempre foi uma região “dominada” por decisões exógenas (ALMEIDA, 2008, p.14).

Os benefícios gerados pela biodiversidade amazônica e os grupos sociais que dela se utilizam são temas que figurem no movimento ecológico mundial, frente à ameaça da redução ou extinção de espécies, alertando para o possível colapso dos ecossistemas, pela interdependência entre os elementos existentes nas florestas, tendo também como consequência a perda de “seus produtos (benefícios), que podem ser desde a matéria-prima (madeira, produtos farmacêuticos etc.) até as condições climáticas, fortemente influenciadas por elas” (MARTINS, 2009).

Além de abrigar a maior parte das espécies da biodiversidade do planeta, a Amazônia é uma fonte de produtos inseridos na economia – em maior ou menor escala – na produção de alimentos, na indústria farmacêutica e de cosméticos e outros usos econômicos, na geração de trabalho e renda, garantindo a reprodução social de populações tradicionais de um lado e, de outro, agentes vinculados às atividades agroextrativistas, pecuaristas e mineradoras.

A importância das espécies nativas da Amazônia ultrapassa a esfera econômica. Constituem-se em riquezas naturais e patrimônio genético, que têm levantado questões quanto ao seu valor, inclusive os de direitos de patentes e de propriedade intelectual, visto que as comunidades tradicionais, antes dos cientistas, são as que detêm o conhecimento empírico sobre a utilização desses recursos como alimentos, na culinária, construção, perfumaria e outros usos. A etnobotânica, etnozootologia, ecologia, antropologia, direito e outras disciplinas têm privilegiado estudos sobre uso e valor das espécies dos biomas brasileiros.

Uma preocupação deste trabalho é a discussão sobre o uso dos recursos da biodiversidade, referenciados pelo conceito de sociobiodiversidade, considerando que toda a riqueza biológica se vincula à diversidade sociocultural, representada pelas comunidades tradicionais, agricultores familiares e outras categorias que detêm o conhecimento sobre o manejo e a preservação das espécies.

Quanto ao direito das populações tradicionais, segundo Castro e Pinton (1997 p. 222-223), o território, para além da concepção geográfica, constitui-se como o “espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo”. Trata-se de “outro campo de luta, diante dos confrontos de interesses com outros atores, gerando novas formas de conflitualidade em torno da apropriação do território”, e afirmação social dos grupos humanos, com suas especificidades e complexidades, que possuem caráter único no conjunto de experiências vividas, transmitidas, perpetuadas e recriadas (GEERTZ, 1973).

As reflexões acerca dos conhecimentos tradicionais têm por base a relação das populações com o seu território, como estratégia de subsistência e de reprodução socioeconômica por meio do trabalho, tendo como elos o uso social e o interesse econômico pelos produtos da sociobiodiversidade, entre os temas propostos nesta pesquisa.

O trabalho nas feiras e mercados populares

A partir formas de organização e reprodução do trabalho na comercialização de produtos regionais em feiras e mercados de cidades de fronteira, no sentido de superar a visão dicotômica campo-cidade, busca-se compreender, especialmente, as estratégias dos atores sociais “que formam um sistema de redes, muitas existindo na informalidade, e fomentam um complexo movimento de trocas econômicas, com produtos artesanais, agrícolas, extrativistas, industriais e comerciais” (CASTRO, 2006), mediadas pelo trabalho no ambiente urbano – como espaço de reprodução na lógica do capital.

Antunes (2006) utiliza a expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, para ampliar e contemporaneizar o conceito marxiano de classe trabalhadora. Essa classe inclui a totalidade dos trabalhadores produtivos, que incorpora a totalidade

dos trabalhadores assalariados, incluindo os trabalhadores improditivos – inseridos no setor de serviços, seja para uso público ou capitalista, apresentando aspectos das transformações que vêm ocorrendo no cenário mundial nas últimas décadas, com reflexos no panorama brasileiro e, conseqüentemente, refletem-se no contexto regional e extrarregional.

O “trabalho informal” segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em geral é analisado a partir do processo da precarização do trabalho formal. A informalidade no trabalho tem um caráter múltiplo ou heterogêneo e fica à margem da intervenção do público em todos os níveis, bem como a ausência de proteção legal ou social, sem carteira de trabalho assinada e fragilidade ou ausência de contratos. Dentre outros aspectos, vigoram os baixos salários, as longas jornadas de trabalho e, sobretudo, a completa falta de direitos sociais (SILVA; BARBOSA, 2011, p. 3).

Estudos referentes ao mercado informal e ao trabalho em feiras e mercados no Brasil têm contribuído para descortinar este universo, que envolve múltiplos atores sociais em espaços com características distintas, como mercados populares, feiras permanentes, temporárias e de produtores rurais, entre outros (SATO, 2007; ROCHA et al., 2010; SÁ, COSTA; TAVARES, 2006; LEITÃO, 2010). Esses estudos apontam para a importância do trabalho de produtores rurais, que escoam a sua produção por meio do comércio varejista das feiras e mercados, bem como a relevância desses espaços na dinâmica urbana, nos aspectos econômico, sociocultural, nas políticas públicas na gestão das cidades (SILVA, 2011).

Pode-se perceber as diferentes formas de organização desses espaços, de acordo com os propósitos das feiras livres, igualmente regulamentadas pelo poder público municipal em cidades brasileiras, como é o caso das feiras itinerantes em São Paulo (SATO, 2007, p. 97) e o tipo de feira de Produtores Rurais, com espaços regulares para venda direta produtor/consumidor (ROCHA et al., 2010).

Em aproximação com esta pesquisa, nas áreas de fronteiras nacionais tem crescido os fluxos de comércio e os processos de produção e trabalho nas últimas décadas. Como agentes desses fluxos, estão incluídos os grupos sociais, étnicos, que conformam as áreas urbanas e rurais, os povoados e aldeias, na produção de bens e serviços.

Assim as feiras e mercados localizados nas cidades de Tabatinga (Brasil) e de Letícia (Colômbia) reinventam a difusão de hábitos alimentares pelas trocas culturais, matrimoniais e comerciais, sendo a feira lugar de encontro de várias culturas e etnias, trocas interétnicas e com grupos não indígenas [...], na a mobilidade de universos culturais bem distintos, e permanências de valores e práticas [...]. Preferências alimentares e continuidade de hábitos, sabores e gostos que ganham mobilidade e aquisição, e expressam a vida cotidiana de fronteiras e de países multiétnicos” (CASTRO, 2011).

Nessas cidades, as feiras e mercados são identificados como pontos de convergência de trabalhadores informais. Neste estudo, a atenção volta-se às múltiplas categorias de trabalhadores que comercializam produtos de uso alimentar, medicinal, ornamental e como matéria-prima para a produção artesanal entre os chamados produtos florestais não madeireiros, pescado, além de outros recursos (SILVA, 2011).

Com base nas informações geradas e na análise, objetiva-se apresentar um panorama da organização do trabalho, revelando a ocupação socioespacial de feiras e mercados nas cidades de Tabatinga, Letícia, Benjamin Constant e Santa Rosa (Peru). Essas variáveis estão associadas às atividades e aos setores de trabalho, que se amoldam aos produtos comercializados. Neste sentido, o trabalho pode ser identificado como um vetor de transformação de produtos da natureza em bens de consumo e de troca, quando as espécies da biodiversidade transcendem o seu valor bioecológico e agregam valor econômico, cultural e simbólico, e contribuem para a reprodução social de trabalhadores rurais e urbanos.

Considerações finais

As reflexões apresentadas neste ensaio são preliminares, por tratar-se de uma pesquisa em andamento, evidentemente inspirada por estudos já consolidados e com base no referencial teórico igualmente em fase de consolidação. Porém, buscamos evidenciar aspectos determinantes para a construção do objeto de pesquisa, dos pressupostos e variáveis, recorrendo à observação empírica como procedimento metodológico, e buscando novas orientações no sentido da interdisciplinaridade. A realidade a que se pretende investigar tem como lócus a

região na fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru, que em princípio se coloca como um desafio para a ampliação do campo de investigação e o aprofundamento dos estudos até aqui realizados.

Entre os temas possíveis de abordagens neste estudo, apontam-se a relação sociedade e natureza, as transformações sociais e ambientais, as interações étnicas e culturais em territórios em constantes reconfigurações, como é o caso das regiões fronteiriças. Estas abrigam múltiplas práticas e saberes que fomentam as trocas materiais e simbólicas entre populações que se constituem e se reproduzem socialmente enquanto sujeitos ou grupos sociais que resistem às pressões nas cidades constituídas na lógica capitalista. Neste contexto, estende-se o foco para na valorização de práticas e saberes dos grupos tradicionais associados ao uso social de recursos da biodiversidade.

Nesta perspectiva propõe-se este estudo sobre as dimensões fundamentais da sociedade, da cultura e do trabalho, como uma contribuição para uma análise crítica sobre as dinâmicas de fronteiras no presente, levando-se em conta a diversidade étnica e as relações transfronteiriças, com base na memória e nas vivências dos atores sociais para compreender o processo de interação social ao longo da história, e os diferentes significados de fronteira para populações urbanas e rurais, povos indígenas e dos grupos sociais presentes nas áreas estudadas, na luta pela subsistência, legitimidade e pertencimento nas fronteiras amazônicas.

Referências

- ALMEIDA, A.W.B. de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ALMEIDA, A.W.B. de. (Org.). *Conhecimentos tradicionais e biodiversidade: normas vigentes e propostas*. v. 1. Manaus: UFAM/PPGSCA; UEA/PPGDA; Fundação Ford, 2008. p. 11-40. (Coleção Documentos de Bolso, 4).
- ANTUNES, R. *O Sentido do Trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 8reimp. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARAGÓN, L.E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009. 336 p., il.
- ARENDDT, H. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARRUDA, R. S. V. Fronteiras e identidades: os povos indígenas na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru. *Projeto História*, São Paulo, n.39, p. 159-178, jul/dez. 2009.

- BAINES, S. O movimento político indígena em Roraima: identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil-Guiana. *Caderno CRH*, Dossiê Amazônia, Salvador, v. 25, n. 64, p. 33-44, Jan./Abr. 2012.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 316p.
- BRASIL. *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade*. Brasília: MDA; MMA; MDS, 2009.
- CAPOBIANCO, João Paulo R. (Org.). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental, 2001. p. 13-15.
- CASTRO, E. Território, Biodiversidade e Saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997. p. 222-223.
- CASTRO, E.; SANTOS M. A. *Belém de águas e de portos: ação do Estado e modernização na superfície*. In: CASTRO, Edna (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006. p. 25-43.
- CASTRO, E. Multiculturalidade, ações coletivas e dinâmica urbana na fronteira Pan-Amazônica (Brasil, Colômbia e Venezuela). In: CONGRESSO INTERNACIONAL ALAS, 28. 2011. Recife. *Anais...* Recife: ALAS, 2011. p. 22.
- FERREIRA, A. M. M.; SALATI, Enéas. Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Estudos Avançados*, v. 19, n.54, p. 25-44, 2005.
- GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. Cap. 1.
- MARTINS, M. B. Biodiversidade, ética e educação para a conservação. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M da. *A Amazônia e a crise da modernização*. 2. ed. Belém: ICSA/UFPA; MPEG, 2009. p.35-37.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.
- NUNES, B. F. Interface entre urbano e o rural na Amazônia brasileira. In: CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.
- PENNA FILHO, P. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 2, p. 94-111, 2013].
- REBÊLO, G. H. et al. O desafio do desenvolvimento sustentável no manejo de produtos florestais não-madeireiros: obstáculos e oportunidades na várzea do Amazonas. In: SALOMÃO, R. P.; TEREZO, E. F. M.; JARDIM, M. A. G. (Orgs.). *Manejo florestal nas várzeas: oportunidades e desafios*. Belém, MPEG, 2007. P. 177-208.

ROCHA, H. C. et al. Perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores da Feira do Produtor de Passo Fundo, RS. *Cienc. Rural*, v. 40, n. 12, p. 2593-2597, 2010.

SÁ, M.E.R.; COSTA, S.M.G. da; TAVARES, L.P.O. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, A.C.D. (Org.). *O rural e o urbano na Amazônia*. Diferentes Olhares em Perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006. p. 113-160.

SALATI, E.; JUNK, W.J.; SCHUBART, H. O. R.; OLIVEIRA, A. E. de. *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983. 328p.

SILVA, I. S. *Trabalho e sociobiodiversidade: interações rural-urbano na orla de Belém do Pará*. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Belém, 2011.

SILVA, J.S.; BARBOSA, J.L. *O sentido do trabalho Informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/O_sentido_do_trabalho_informal_na_construcao_de_alternativas_socioeconomicas_e_o_seu_perfil_no_RJ.PDF>. Acesso em: 26 abr. 2011.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. da.; SANTOS, E. R. C.; RAVENA, N. A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. In: TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. da; SILVA, M. A. P. (Orgs.). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005.

VIEIRA, P. F. Ciências Sociais do Ambiente no Brasil: subsídios para uma política de fomento. In: VEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Orgs.). *As Ciências Sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Belém: UFPA; APED, 1993. p. 17-44.

VAN DEN BERG, M. E. *Plantas Medicinais na Amazônia*. Contribuição ao seu conhecimento sistemático. 2. ed. rev. aum. Belém: MPEG, 1993. 207 p.

VIEIRA, P. F. Ciências Sociais do Ambiente no Brasil: subsídios para uma política de fomento. In: VEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Orgs.). *As Ciências Sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Belém: UFPA; APED, 1993. p. 17-44.

Memória, sociabilidade e espaço público: relações sociais e políticas de museologia social

Ana Claudia dos Santos da Silva¹ • Silvio Lima Figueiredo²

Introdução

O modelo de desenvolvimento das grandes metrópoles, desigual, radical e baseado na urbanização e industrialização crescente, fez os grupos sociais se preocuparem e se dedicarem, entre outras coisas, a questões relacionadas à preservação e à valorização da cultura, da identidade e da memória social frente à possibilidade de fragmentação. O estudo da teoria da memória social a partir do século XX se torna crucial para o entendimento destes grupos sociais. O conceito de sociabilidade, por exemplo, criado por Georg Simmel procura compreender a sociedade moderna buscando entendê-la não como algo dado, mas constantemente construído, reconstruído e dissolvido pelos indivíduos por meio de interações recíprocas (SIMMEL, 2005, FRÚGOLI JR., 2007).

Além da sociabilidade, a memória coletiva contribui também para o sentimento de pertencimento em um grupo de passado comum, bem como o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo simbólico. Desta forma se modifica e se rearticula conforme a posição ocupada pelo indivíduo e as relações estabelecidas nos diferentes grupos do qual participa.

A articulação entre a sociabilidade e memória social acontece no encontro em diversos espaços e situações, quando os grupos se encontram por diversos interesses, sendo a linguagem uma das formas desta articulação da memória inter

¹ Técnica do Museu Paraense Emílio Goeldi. Mestre em Memória Social – UNIRIO. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – NAEA/UFPA.

² Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), Brasil. Doutor em Comunicação (ECA/USP); realizou estágio pós-doutoral em sociologia na Université René Descartes – Paris V Sorbonne.

e intra grupal. Como afirma Bosi (1994), a linguagem é o instrumento socializador da memória, pois reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural vivências tão diversas, como o sonho, as lembranças e as experiências recentes. O que faz com que a memória social surja dessa forma nas cidades é justamente o fato de os grupos estabelecerem relações sociais que podem ser de dominação, cooperação e conflito, que variam no tempo e espaço.

Aqui tentaremos compreender as sociabilidades na Terra Firme, em Belém (Pará), bairro geralmente associado ao estigma de violência (SILVA; SÁ, 2012; SANCHES; COUTO, 2010; COUTO, 2013). Essa ideia é realizada a partir da análise dos espaços públicos do bairro, das propostas de museologia social e das políticas públicas relacionadas à memória e à cultura, representadas pelos chamados pontos de memória. A pesquisa exploratória foi realizada a partir da vivência em projetos de extensão do Museu Paraense Emílio Goeldi (instituto de pesquisa sediado em Belém) e de coleta de dados durante um semestre. Também foram utilizados dados secundários extraídos do inventário participativo do bairro (de 2013), e do Relatório do Microprojeto Território de Paz “As Diversas Linguagens da Cultura no Bairro da Terra Firme” (2012), ambos realizados no âmbito do Programa Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

A partir de algumas argumentações apresentadas pelos seus moradores por meio de narrativas e de fragmentos de suas memórias, buscamos nessa primeira fase da pesquisa estabelecer contatos para que alguns temas sejam apresentados a eles, para esboçar processos de socialização, criação de laços afetivos e sentimentos de pertencimento nas diversas situações vivenciadas em seu cotidiano no bairro, balisados pela política de Museologia Social.

O Bairro da Terra Firme: o sentimento de pertencimento de seus moradores

Os estudos socioantropológicos de comunidades urbanas contribuem, de fato, para o entendimento dos modos de vida em grandes metrópoles, trazendo à tona questões do dia a dia dos sujeitos pesquisados e que na maioria das vezes passam despercebidas por um *olhar Blasé* (SIMMEL, 2005), presente no

cotidiano das grandes metrópoles. Para o estudo da sociabilidade tomaremos o Bairro da Terra Firme, em Belém, como contexto e as feiras livres e as ruas como fenômeno de estudo. Certeau et al. definem o bairro como:

[...] um objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo da privatização do espaço público. Aí se acham reunidas todas as condições para favorecer esse exercício: o reconhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o lugar de um reconhecimento [...] (CERTEAU et al., 1996, p. 4).

A sociabilidade, baseada em laços de amizade e reciprocidade, é principalmente construída no cotidiano dos moradores dos bairros, sobretudo os periféricos. Almeida (2011) citando Prost, observa que são sorrisos, saudações, cumprimentos, que fazem dos bairros verdadeiros palcos de reconhecimento, de ser conhecido e reconhecido, apreciado e estimado. Também nos bairros, e em seus espaços públicos, ocorrem fenômenos de interação, moldando situações indicadoras das formas com as quais a sociabilidade se ordena ou desordena. Simmel destaca que nas relações de convívio com o outro e contra o outro há várias formas de interações sociais, podendo, inclusive, algumas serem conflituosas.

Todas as formas de interação e sociação entre seres humanos com desejo de superar o outro, a troca, a formação de partidos, o desejo de ganhar, as chances de encontro e separação casuais, a mudança entre oposição e cooperação, o engodo e a revanche – tudo isso, na seriedade da realidade, está imbuído de conteúdos intencionais (SIMMEL, 2006, p. 72 apud MORAES, 2011).

Os espaços públicos urbanos têm um papel fundamental na ideia de sociabilidade, pois neles percebem-se interações entre diversos atores que ali se encontram, e se relacionam. Estas interações que se estabelecem são pautadas tanto por conflitos como por interesses, e o que importa é que ambos estimulam a construção de memórias individuais e coletivas no bairro. Alguns espaços públicos são produzidos inclusive a partir dessa possibilidade de interação, como

os parques, as praças, as ruas e calçadas. As feiras livres localizadas nos bairros são, por exemplo, espaços de encontro e de trocas, de confluência entre o rural e urbano nas grandes metrópoles, e se constituem como espaços privilegiados onde são vivenciados, exercitados e atualizados os elementos do modo de ser rural/urbano, representados nos modos de falar característicos, nos hábitos tradicionais de consumo, mas também com os novos hábitos, vistos nos produtos que são comercializados e nas estratégias criadas para sustentar as novas formas de relacionamento que se estabelecem.

A conformação desses espaços públicos se dá também pelas interações face a face, dos ajuntamentos, representados pela ocasião social, na qual estão presentes técnicas de comunicação, encaixes, envolvimento e engajamentos (GOFFMAN, 2010). As interações produzem situações que são na verdade os próprios espaços públicos, as situações dizem respeito às *performances* dos atores sociais nos enquadramentos ou não a seus pretensos papéis (GOFFMAN, 2002).

O bairro da Terra Firme está incrustado na bacia do rio Tucunduba (Figura 1), e teve sua ocupação a partir da expansão urbana em direção às áreas de baixadas, que se intensificaram em Belém principalmente a partir da década de 1940. Segundo Sanches e Couto (apud ALVES, 2010):

[...] até a década de 40 a ocupação urbana estava mais concentrada no centro da cidade. A partir das décadas de 60/70 e 80, que a periferia passa a sofrer um intenso processo de ocupação espontânea, impulsionada pelo êxodo rural, pela crise econômica e pela valorização do centro com expulsão da população de baixa renda para outras áreas, justamente aquelas sem ou com precária infraestrutura (ALVES, 2010 p. 3).

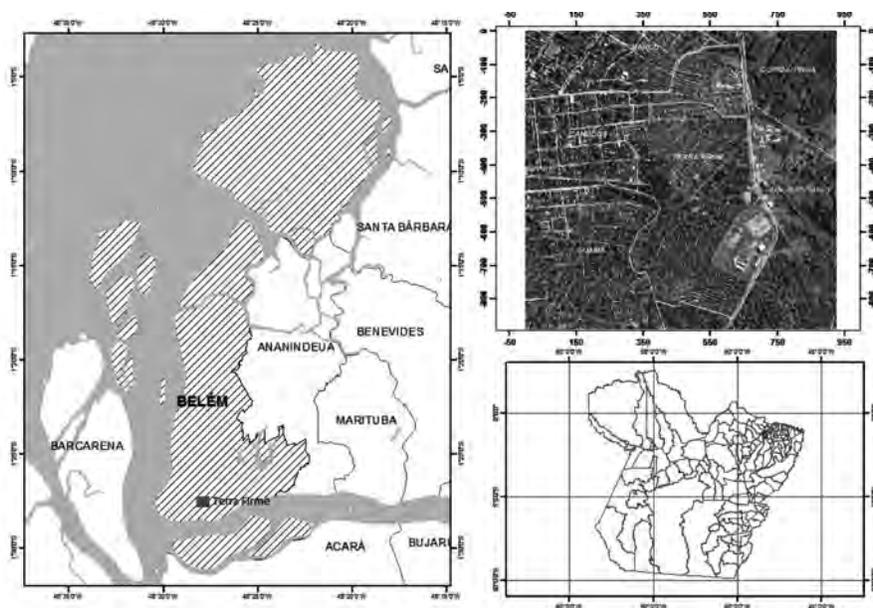
Segundo Penteado (1968, p. 334 apud ALVES, 2010, p. 83):

No início da década de 1960: Escondido entre mangueiras e palmeiras, quase todo edificado com casas de tábua, colocadas sobre baixas estacas, cobertas com telhas ou folhas de palmeiras, o bairro tem um aspecto de provisoriidade bem acentuada; apenas sua principal via asfaltada, foge a esta característica; por ela se atingirá a futura cidade universitária de Belém [...] as casas com suas passarelas, denunciando a existência do problema de enchentes durante o “inverno”; a presença de vidraças em algumas casas constitui um elemento a favor do melhor padrão de vida de seus habitantes, assim como a cobertura de telhas de barro.

A Terra Firme ganhou este nome por ser formado por terras firmes e altas, próximas às áreas alagadas pelo rio Tucunduba, no limite dos bairros de Canudos e Guamá, como descreve Alves (2010, p. 83). Possui quase 84% de sua área alagada, perdendo apenas para os bairros do Jurunas e Condor. Essa configuração é expressa na fala de seus moradores:

A rua era feita de estivas depois veio ponte de madeira, depois ponte de concreto, depois veio um lixão com muita mosca. Agora a Rua Lauro Sodré onde estou me referindo é aterro com muita lama (Leandro Costa, Inventário participativo, Minc, p.40).

Figura 1 - Mapa de localização do bairro da Terra Firme



Fonte: LAENA/NAEA/UFPA (2014)

O bairro da Terra Firme tem aparecido nos noticiários e nas diversas falas dos habitantes de Belém (evidenciadas em pesquisas acadêmicas) como um lugar violento, com pobreza, exclusão social, falta de infraestrutura e saneamento básico, resultado da expansão urbana que ocorre nas grandes metrópoles, inclusive com casos de mortes e chacinas ocorridas no início de novembro de 2014.

Uma onda de homicídios provocou pânico na população de Belém. Na noite desta terça-feira (04), após confirmação da execução do cabo Figueiredo, da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (Rotam) da Polícia Militar, boatos de retaliação começaram a invadir as mídias sociais - que contavam ao menos 20 homicídios na região metropolitana. Após a morte do policial militar, internautas começaram a espalhar conteúdo audiovisual que retrata suposto enfrentamento entre policiais e bandidos, nos bairros do Guamá, Terra Firme, Jurunas, Canudos e outros. Ao menos cinco homicídios foram confirmados até o final da noite de hoje e início da madrugada desta quarta-feira (05) (DIÁRIO ON LINE, 04.11.2014).

Peixoto e Alves afirmam que:

Na baixada do Guamá falta infraestrutura e sobra violência, assim como ocorre no vizinho e enlameado bairro da Terra Firme, nome irônico para uma baixada. Por lá também passa o Tucunduba. Guamá e Terra Firme têm a mesma identidade de problemas [...]. Tanto num como noutro o desemprego é generalizado. Nas áreas mais pobres, a mesma tipologia de casas de madeiras cobertas com telhas de amianto, sem água corrente e com esgoto correndo aberto nas gretas dos caminhos [...] (PEIXOTO; ALVES, 2009, p. 04).

No entanto, para Durham, em diversos casos “a uniformidade e a segregação relativa parecem favorecer o desenvolvimento de uma sociabilidade local que distingue esta população das camadas mais abastadas” (2004, p. 383). Existe entre a população residente desse bairro uma solidariedade entre vizinhos, amigos, como estratégia para suprir as necessidades e adversidades do seu cotidiano. A partir destas relações também se constrói a memória do grupo.

Ao conversar com os moradores mais antigos da Terra Firme, alguns ressaltam que a violência presente hoje no bairro não existia há uns 30 anos atrás: “todos se conheciam e tinha um objetivo que era a casa, todos eram amigos (Dona Zuleica)”³.

A memória do bairro por seus moradores converge para um ponto em comum, que é Igarapé (rio) Tucunduba, pois, no início, aproximadamente

³ Líder comunitária em Roda de Memória Museu, Mulheres e Cidadania, durante a Primavera de Museus em 21 de setembro de 2013, realizada na Escola Brigadeiro Fontenelle.

eram alagados 90% de sua área e o igarapé circundava toda aquela região, e que foi aterrada mais tarde com lixo para que fossem construídas as moradias hoje existentes, tanto que se pode ver ainda no período de grandes chuvas o alagamento de muitas vias existentes no bairro.

Ao mesmo tempo em que concentra boa parte da população de baixa renda da capital, o bairro da Terra Firme sofre com a carência de serviços básicos (saneamento, em especial). Nesse bairro também se encontram várias instituições de pesquisa e ensino, seus “vizinhos intelectuais”. Para alguns moradores isto significa desenvolvimento para o bairro.

O Bairro da Terra Firme já tem a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), uma parte da Universidade Federal do Pará (UFPA) que tá dentro da Terra Firme, tem o Museu, a biblioteca do Museu, tem o NPI. Tudo isso é o desenvolvimento do Bairro da Terra Firme (Almir Oliveira, Inventário Participativo, Minc. p. 35).

No bairro se percebe as dificuldades e problemas como o crescimento populacional, a falta de serviços e infraestrutura, violência, falta de emprego, que podem afetar a sociabilidade de seus moradores. Raramente este bairro é referido pelos seus fazeres e saberes culturais, e as suas histórias de conquistas raramente são detalhadas, a não ser em relação às lutas dos movimentos sociais que ali se estabeleceram, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Por conta do processo de ocupação de vários bairros de Belém às proximidades dos rios e pela distância do núcleo urbano inicial da cidade, sua ocupação se deu com a vinda de migrantes do interior do estado, áreas ribeirinhas próximas de Belém e de outros estados vizinhos, como Maranhão, Ceará e outros (RODRIGUES, 2008; PENTEADO, 1968; CASTRO, 2006).

Um exemplo disto é o relato de uma moradora da Terra Firme apresentado por Alves (2010, p. 89), como uma característica marcante das áreas adjacentes ao igarapé Tucunduba.

Olha aqui na nossa área mesmo tem muitos de outros estados, principalmente do Maranhão, pessoal maranhense tem muito, é demais, se você vier entrar ali numa rua que tem aqui que chamam passagem São João, você vai conferir você não vai achar muito paraense você vai achar mais é maranhense, e Acará, o pessoal do Acará, Igarapé-Mirim,

esse pessoal de dentro quase do canal se a gente fizer uma pesquisa é mais do interior e na nossa área é muito difícil ser aqui de Belém, se chegar dizer assim, você é aqui de Belém, não sou do interior, eu tiro por mim que também sou do interior, sou de Maracanã e onde vim me atualizar, aqui da área da universidade, aqui eu invadir aqui eu estou.

O contexto do bairro da Terra Firme, em Belém, Pará, é marcado por todas essas confluências: pobreza (relativa) e violência, constituindo o estigma e a representação de imagem negativa; ausência de serviços públicos de qualidade, notadamente o transporte, e as vias públicas, saneamento; desordenamento das residências e ocupações em áreas insalubres, com alagamentos em áreas de baixadas. Na formação de um território híbrido, esses problemas concorrem com traços e ações culturais complexas, com sentimentos de cooperação, trocas e conflitos, construção de laços de amizade, encontros fluidos ou ajuntamentos reivindicatórios e festivos, cenas propícias para o entendimento dos bairros, das vizinhanças, das estimas e dos pertencimentos, e da memória coletiva, indicadas nas suas singularidades teóricas por Halbwachs (1990), Simmel (2006), Goffman (2010) e Almeida (2011) e evidenciados em estudos de Alves (2010), Minc (2012) e Couto (2013).

As representações da memória no espaço público: A feira, o hortomercado e a rua

As feiras livres são fenômenos sociais muito antigos, que já eram conhecidos desde os gregos e os romanos. O papel das feiras tornou-se verdadeiramente importante a partir do século XI, ultrapassando seu papel comercial, transformando-se em muitas sociedades em entreposto de trocas culturais e de aprendizado onde pessoas de várias localidades congregavam-se estabelecendo laços de sociabilidade (LIMA; SAMPAIO, p. 2).

A feira, portanto, é um espaço de percepções, sentidos e interações, onde redes de sociabilidades, reciprocidades e memórias são tecidas diariamente por feirantes e fregueses, sujeitos sociais que se constroem trocando produtos, saberes e fazeres, criando estratégias de trocas diversas tantos de favores quantos produtos. As feiras livres são espaços públicos de interações sociais, espaço simbólico, um

lugar de dádiva e reciprocidade onde a troca se fundamenta nas afinidades, nos laços de amizade e nos vínculos familiares. Georg Simmel ao falar do homem na cidade mostra que a vida nas metrópoles apresenta traço contrastante que se materializa nas atividades cotidianas “em cada atravessar de rua, no ritmo e na variedade da vida social, econômica e ocupacional [...]” (SIMMEL, 1967, p. 12).

O espaço que compreende a Feira, o mercado e o centro comercial possui uma grande efervescência com suas ruas movimentadas pelo trânsito contínuo de pessoas e veículos durante o dia, à noite e aos finais de semana com as festas nos bares e sedes locais. A escolha do espaço da feira para delimitação do *locus* da pesquisa dentro do bairro deve-se ao fato desse espaço social ser produto de práticas cotidianas representadas pelas trocas, conversa com linguagem própria, e formas de fazer específicas.

Nesse sentido, apesar da feira estar inserida no contexto do comércio, a análise proposta busca outro viés, entendendo as sociedades humanas como organismos que não buscam apenas as negociações econômicas, mas que também se pautam em parâmetros estabelecidos pelo grupo e que de alguma forma estabelece as relações sociais entre os sujeitos. Estas normas podem se estabelecer de diversas formas, desde uma troca de favores entre feirantes, quando um ajuda o outro como forma de amizade, esperando a ajuda recíproca por parte do outro, até formas de comercialização dos seus produtos, nas quais estabelecem entre determinados grupos preços iguais para que nenhum saia perdendo. Aquele que não aceita este “acordo”, ou essa *convenção*, pode não se considerar bem visto pelos seus colegas.

As feiras não são somente lugar de consumo, são espaços de sociabilidades e territorialidades que são mantidos e reproduzidos pelas relações entre pessoas. Ao visitar uma feira livre, percebe-se como as relações sociais se diferenciam entre feirante e consumidor, feirante e feirante, feirante e fornecedor, feirante e transeunte, morador e visitante. Há uma aproximação por exemplo entre o vendedor e o comprador no ato da comercialização. A aproximação entre estes dois indivíduos só se realiza durante a feira e através dela. Muitas vezes estas pessoas não se conhecem, não se encontram no dia a dia, só durante a compra.

Os moradores do bairro reconhecem este espaço como público, e como um lugar de sociabilidade, como fala Maria Odilene:

Duas ruas que eu gosto muito são Celso Malcher e São Domingos que é o meu trajeto, por que tem sempre uma atividade de feira e eu gosto muito de feira, né? Ali é um espaço alegre, de socialização, informação e de cultura, um lugar muito afetivo (Inventário Participativo, Minc, p.132).

O mercado se expande com a feira para a rua Celso Malcher, uma das principais ruas da Terra Firme, uma espinha dorsal. Mercado, feira e rua se transformam no principal espaço de encontros, interações e sociabilidades.

“As ruas são espaços de convivialidade e de “urbanidade” (BORDREUIL, 2005, p. 241). A rua é o lugar onde o cotidiano se expressa. Em diferentes momentos do dia, a rua é apropriada diversamente pelos indivíduos, denotando hábitos e costumes e compondo os caminhos que cada um realiza no seu cotidiano. Ela pode ter variados e convergentes sentidos: de passagem; de fim em si mesma, ou seja, ter o sentido da troca; da festa; da reivindicação; do morar; do território; da normatização; da segregação social e do encontro. Ela é o lugar da manifestação da diferença e da diversidade e também a expressão das normas impostas no cotidiano. Podem-se perceber essas miríades nas ruas da Terra Firme pelos relatos de seus moradores:

Hoje a nossa rua é asfaltada, antigamente não, tinha palafitas. No final da rua, era assim bem atrasado mesmo, às vezes eu chegava a falar que era assim... Igual uma cidadezinha de interiores, aquelas cidadezinhas bem... Mas agora não, agora já tem várias ruas asfaltadas... a violência era menor, agora por ter tido muitas invasões, claro que aumentou violência no bairro. Na minha infância, eu brincava na rua, e hoje a gente não vê mais. As pessoas conversando na frente de suas casas, antigamente, colocavam as cadeiras pela parte da tarde, as vizinhas se reuniam, as crianças brincavam e hoje em dia a gente não vê mais isso. Eu acredito que seja pelo aumento da violência, né? (Diana Celeste, Inventário Participativo, Minc, p.100).

A vida cotidiana se manifesta nos usos do tempo e do espaço, nos comportamentos e na sociabilidade, e essas mudanças que ocorrem nesses usos fazem com que as necessidades para a reprodução da vida sejam estritamente influenciadas, assim como os usos dos espaços e o cotidiano, a partir da análise da rua, o seu uso, a sua apropriação, bem como o ir e vir das pessoas.

Atualmente a feira está localizada ao longo das principais ruas do bairro. Na mesma área encontra-se também uma ampla rede de comércio, escolas e igrejas e a única praça da Terra Firme – a praça Olavo Bilac, com a Igreja de São Domingos de Gusmão, sendo este espaço conhecido como Praça da Igreja. Nesta área também existe uma categoria de feira denominada popularmente de *Shopping Chão*, onde são vendidas roupas usadas, sucatas de computador, livros e revistas, celulares, peças de fogão, peças para bicicleta, eletrodomésticos etc. Uma espécie de bricabraque, e de *bazar de usados*.

O Hortomercado e a feira da Terra Firme, na configuração atual, existem há aproximadamente 28 anos, pois antes, nesse espaço, havia um capinzal com uma estância de venda de madeira. Segundo os feirantes, anteriormente a feira se localizava na Tv. Dois de Junho, atrás da Igreja São Domingos de Gusmão. Foi na década de 1980 que o Hortomercado foi inaugurado. No início, as barracas eram todas no interior do mercado e depois, com o crescimento de bairro e a necessidade das pessoas, foram surgindo barracas ao longo da calçada e da rua Celso Malcher, como afirma o sr. Vitorino⁴, administrador do mercado.

A feira e o Hortomercado da Terra Firme sustentam as redes de sociabilidades e reciprocidades do bairro, mesmo com as transformações verificadas na dinâmica social resultante do processo de modernização e como as relações ali estabelecidas se associam à memória social do bairro, é importante compreender que a memória coletiva é definida a partir da premissa de que a memória aparentemente mais particular remete a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, e os seus grupos e instituições. São no contexto destas relações que construímos as nossas lembranças.

Para Halbwachs (1990, p. 47), o indivíduo recorda seu passado por meio de mecanismos impostos pela sociedade e que são específicos de cada grupo. As lembranças, para existirem, devem ter relações com os quadros sociais dos quais o indivíduo participa. Estes quadros sociais se estruturam conforme as características do grupo social que se encaixam nos quadros sociais que fazem parte de seu cotidiano.

⁴ Estes dados foram obtidos a partir dos relatos dos feirantes que participaram da Roda de Memória realizada em 28 de maio de 2012, como parte da programação da X Semana de Museus, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), sob a coordenação do Ponto de Memória do Bairro e do Museu Emílio Goeldi.

Pontos de Memória e Museologia Social

A Museologia Social é uma das alternativas possíveis de agregar a memória, a cidadania e o pertencimento aos valores dos grupos sociais e aos seus processos de interação que formam o espaço público. Esse conceito propõe em primeiro lugar a preservação patrimonial em prol do desenvolvimento local, direcionamento que se efetivou principalmente na Declaração de Santiago, em 1972, quando foram realizadas análises da situação social da América Latina, em que a maior parte da população era analfabeta e com grandes desigualdades sociais e econômicas. Neste sentido, a prática museológica se voltou à qualificação cultural em prol do desenvolvimento humano.

Essa abordagem implica em alterações no conceito de *museu*, instituições que passam a ser vistas como agentes sociais, e nas quais o patrimônio passa a ser contextualizado com um sentido mais antropológico, com as comunidades envolvidas nos processos de memória e preservação patrimonial. Esse “empoderamento” é fruto também da mudança dos cientistas sociais na articulação da pesquisa e das lutas sociais em prol desse engajamento político e social para a garantia dos direitos humanos e exercício da cidadania. Entender como a memória coletiva se articula nos grupos é importante para compreender como o indivíduo constrói sua memória, suas atuações e interações e, conseqüentemente, sente-se parte do grupo a que pertence e produz o espaço público imbricado nesse processo.

O Programa Ponto de Memória, que desde 2010 vem atuando nas comunidades brasileiras, faz parte das políticas do Ministério da Cultura (Minc), é conduzido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e propõem valorizar as vozes dos sujeitos que não são ouvidos em sua história social a partir de ações de Museologia Social, como inventário participativo da memória social, criação de exposições, produção de livros, eventos comunitários voltados para a valorização da memória local, oficinas de educação patrimonial com moradores e professores das áreas dos pontos e de coordenação e integração de outras ações dos grupos que já atuam nas comunidades onde os pontos são incentivados. Em Belém, o Ponto de Memória do bairro da Terra Firme, criado em maio de 2010, é realizado em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi, que há mais de

25 anos desenvolve o projeto “Museu leva Educação e Ciência à Comunidade” visando uma aproximação entre os moradores do bairro, principalmente os residentes no entorno do Campus de Pesquisa do Museu na Av. Perimetral, e realizando ações educativas voltadas para as áreas de pesquisa do Museu e para as questões relativas à melhoria da qualidade de vida das populações.

A criação de um ponto de memória no bairro vem reforçar a luta pela identidade e autorreconhecimento destes cidadãos que constroem sua história de luta e conquistas e que guardam memórias dos vários momentos vividos. Desta forma, valorizam-se práticas comunitárias que buscam o desenvolvimento e a coesão social, em prol de melhorias das condições de vida e o reconhecimento da identidade dos diversos atores participantes deste processo.

Atualmente existem 112 pontos de memória em todo o Brasil, e agora esses pontos estão espalhados por diversas cidades, objetivando o empoderamento e desenvolvimento social dos grupos que buscam se reconhecer em suas práticas cotidianas. No entanto muitos problemas são enfrentados por esses grupos, sendo o principal deles a sua própria institucionalização, que poderia facilitar o acesso a financiamentos públicos para a realização dos projetos propostos. Essas informações são encontradas em quase todos os relatos dos participantes de conselhos dos pontos de memória.

No encontro da proposta de Museologia Social com o programa Pontos de Memória, exemplificam-se as relações entre políticas públicas e práticas transformadoras no espaço público dos bairros periféricos das cidades. No Bairro da Terra Firme foi possível perceber o desenvolvimento de diversas ações de valorização da memória social do bairro, tais como: realização do inventário participativo; produção de documentário sobre a feira do bairro; reedição do jornal “O Tucunduba”; e a exposição *Terra Firme de Tudo um Pouco*. Todas estas ações tiveram como protagonistas os moradores jovens do bairro e mostraram outra imagem da Terra Firme, dando visibilidade à produção cultural e à história de vida de seus moradores, não apenas em Belém, mas também no cenário nacional. Os problemas como exclusão social, ociosidade do jovem em seu tempo livre, baixa autoestima dos moradores, principalmente os jovens, começam a ser combatidos na própria ação do ponto de memória dos moradores do bairro.

Considerações finais

A rememoração individual se faz na trama das memórias dos diferentes grupos sociais que constituem os quadros sociais da memória (famílias, trabalho, escola, igreja), nos quais os indivíduos se inserem e se relacionam. Ela está impregnada de memórias desses grupos e as maneiras como constroem a sua memória social e coletiva dependem das experiências vivenciadas nas suas relações sociais, inclusive nos grupos e encontros ocasionais e nas interações e associações momentâneas dos espaços públicos urbanos. As lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, a que Halbwachs (1990) denominou “comunidade afetiva”. Dificilmente nos lembramos de fora deste quadro de referências. Tanto nos processos de produção da memória como na rememoração, o outro tem um papel fundamental.

As memórias individuais e coletivas têm nos espaços uma referência importante para a sua construção, ainda que não seja condição para a sua preservação, do contrário, povos nômades não teriam memória. As memórias dos grupos se referenciam, também, nos espaços em que eles habitam e nas relações que constroem com esses espaços. Os lugares são importantes referências na memória dos indivíduos, já que as mudanças ali empreendidas acarretam mudanças importantes na vida e na memória dos grupos. Além disso, o espaço se constrói como público a partir das interações e das performances, formando situações ímpares que demonstram as relações sociais dos grupos no cotidiano.

Tentando quebrar o estigma que foi construído sobre o bairro da Terra Firme, os moradores tendem a manter suas práticas sociais mesmo em situações adversas de medo e insegurança do dia a dia, pois para eles os perigos não são exclusivos da Terra Firme. Para se enquadrarem a essa nova cotidianidade imposta pelo crescimento das cidades e pela ausência de políticas públicas de saneamento e segurança, os grupos criam normas relacionadas aos horários de estar na rua, na feira e para o funcionamento de espaços como ruas, feiras, igrejas, comércios, e espaços para festas. A efervescência característica desse bairro continua presente e os seus moradores vão criando táticas para conviverem com as diversas situações de seu cotidiano. O espaço público da feira, da rua e do mercado na Terra Firme funciona como catalizador da sociabilidade resistente do bairro. Lá se encontram

ações de Museologia Social e de políticas públicas federais que se contrapõem à ausência de políticas de esferas estadual e municipal, dando condições para o reforço do cotidiano, do bairro, e de seu espaço público e do enfrentamento do estigma que esses moradores têm que lidar diariamente.

Referências

ALMEIDA, A. P. Sociabilidade, cotidiano e vizinhança em um bairro popular de João Pessoa, PB. *Revista Brasileira de Sociologia da Educação*, v. 10, n. 29, p. 30-47, 2011.

ALVES, E. S. *Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BORDREUIL, S. La rue sociable, formes élémentaires et paradoxes. In: BRODY, J. *La rue*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2005.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das Cidades Amazônicas. In: CASTRO, E. (Org). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2009.

CERTEAU, M., GIARD, L., MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

COUTO, A. C. Redes criminosas e organização local do tráfico de drogas na periferia de Belém. *REBESP*, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 2-13, jan./jul. 2013.

DIÁRIO do Pará. *Madrugada de execuções na capital paraense*. Belém, 04.11.2014. Acesso em: 12 nov. 2014.

DURHAM, E. R. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FRÚGOLI JR., H. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GOFFMAN, E. *Comportamentos em lugares públicos*, notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.

LIMA, A. E. F.; SAMPAIO, J. L. F. *Na feira a gente encontra de tudo...: aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara – Ceará*. (s/d). Não publicado

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Inventário Participativo do Bairro da Terra Firme*. Projeto Desenvolvimento Institucional e Técnico - Operacional para Ampliação e Consolidação de projetos relacionados à Memória Social no Brasil. Consultoria: Camila Moura Simões. 220p. 2012.

MORAES, R. M. V. Olhares sobre as práticas cotidianas no mercado central de Marituba/PA. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DIVERSIDADE E IGUALDADE, 11., Salvador. *Anais...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível: www.xiconlab.eventos.dype.com.br/.../1308265144_ARQUIVO_Resumo> Acesso em: 10 nov. 2014.

MOURA, C. F. S. Relatório do Microprojeto Território de Paz “As Diversas Linguagens da Cultura no Bairro da Terra Firme”. Ponto de Memória da Terra Firme. 2012. 200p. Não publicado

PEIXOTO, R. C. D; ALVES, E. S. O movimento social do bairro do Guamá, o Tucunduba e sua vizinhança acadêmica: um debate sobre identidades no FSM de Belém. Belém, 2009. Não publicado

RODRIGUES, C. *Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção da identidade em espaço urbano*. Belém: NAEA, 2008.

SANCHES, S. B.; COUTO, A. C. O. O tráfico e a periferia: a (re) produção da violência urbana na cidade de Belém – PA. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16. Porto Alegre, 2010 *Anais...* 2010. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2789. Acesso em: 12 nov. 2014.

SILVA, M. S. R.; SÁ, M. R. Medo na cidade: estudo de caso no bairro da Terra Firme em Belém (PA) *Argumentum*, Vitória, v. 4, n. 2, p.174-188, jul./dez. 2012.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, Rio de Janeiro, v.11, n. 2, p. 577-591, out. 2005.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

O artesanato de miriti e os espaços públicos da cidade de Belém

Amarildo Ferreira Júnior¹ • Silvio Lima Figueiredo²

Introdução

A palmeira conhecida popularmente como miriti (*Mauritia flexuosa* L.f.) possui grande importância econômica, cultural e social na Amazônia, por seu potencial de uso na construção de habitações, na alimentação, em atividades domésticas e em atividades econômicas (LORENZI et al., 2010; PESCE, 2009; SANTOS; COELHO-FERREIRA, 2012).

Considerada a palmeira mais abundante do Brasil (LORENZI et al., 2010), seu uso, principalmente na confecção de produtos artesanais, possui grande relevância no município de Abaetetuba, localizado à margem direita da foz do rio Tocantins, na mesorregião Nordeste do estado do Pará (IBGE, 2012), no qual a atividade possui importância econômica e significações culturais e sociais para seus habitantes. O artesanato produzido com a fibra de miriti faz parte da vida das comunidades de Abaetetuba, principalmente as que se relacionam diretamente com a matéria prima, a palmeira, quer pela constante presença no ambiente, quer pelas relações culturais tradicionais que dão conformidade às relações sociais e a seu *ethos*.

O artesão que trabalha com o miriti apesar de se encontrar preferencialmente no município de Abaetetuba, estabelece uma relação com a cidade de Belém, capital do Pará, pois é nos espaços da cidade que a comercialização e difusão desse artesanato, caracterizada principalmente pelos “Brinquedos de Miriti”, se realiza em termos produtivos e simbólicos. A concretização desse processo produtivo,

¹ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento – NAEA/UFPA. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – NAEA/UFPA.

² Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), Brasil. Doutor em Comunicação (ECA/USP); realizou estágio pós-doutoral em sociologia na Université René Descartes - Paris V Sorbonne.

criativo, mercadológico e simbólico se constitui em Belém pela realização do Círio de Nazaré, festa anual com mais de 200 anos que se caracteriza pela procissão do Círio no segundo domingo do mês de outubro. É tradicional e faz parte da festa a comercialização de diversos brinquedos feitos em miriti, quer seja de inspiração religiosa, quer seja de inspiração de temas cotidianos do homem amazônico.

A presente pesquisa tem como objetivo demonstrar, à luz de teorias e perspectivas sociopolítico-geográficas utilizadas para o entendimento do espaço público, as formas de associação e organização social adotadas no interior da atividade de confecção de produtos artesanais com a fibra do miriti por artesãos do município de Abaetetuba e das implicações da inserção desta atividade cultural na economia local, regional e nacional, por meio da ocupação e das relações reflexivas dos espaços públicos de Belém. A pesquisa foi realizada durante o ano de 2013, a partir de entrevistas e observação das relações sociais expressas no uso, ocupação e reordenamento dos espaços públicos que recebem e ao mesmo tempo são produzidos pelos grupos de artesãos de miriti durante o Círio de Nazaré. As entrevistas e acompanhamento do processo produtivo se deram em etapas anteriores ao Círio, distinguindo obviamente a preparação para o ápice do processo, o Círio de Nazaré.

Em 2013, um *survey* foi realizado durante a semana que culmina com a principal procissão do Círio de Nazaré com o objetivo de levantar alguns dados e observações que pudessem auxiliar no melhor desenvolvimento da pesquisa sobre as formas de associação e de organização social dos artesãos e artesãs de Abaetetuba que têm no miriti sua principal matéria-prima e que durante esta época se fazem presentes em diversos locais do centro da cidade.

Destacam-se, nesse contexto, as observações realizadas em quatro espaços públicos localizados no centro da cidade durante a realização do *survey*: a Estação das Docas, a praça Waldemar Henrique, a praça Dom Pedro II e a praça do Carmo.

O artesanato em miriti e as comunidades produtoras

A fibra do miriti é utilizada amplamente na produção de cestarias (artefatos trançados de fibras vegetais) e brinquedos por artesãos do estuário amazônico, que se encontram, em sua maioria, no município de Abaetetuba, Pará.

Embora a utilização do miriti como matéria-prima na produção artesanal nesse município possa ter grande correlação com a abundância da espécie na região, aspectos socioculturais exercem influência na preferência por esta fonte de recurso (SANTOS; COELHO-FERREIRA, 2012). Nesse ponto, os aspectos socioculturais possuem em seu contexto, além de outros fatores, a manifestação da sociabilidade local e a dinâmica das associações que constituem sua configuração, permitindo entender sua estrutura social e as manifestações que daí decorre, dentre as quais os fenômenos de associação e organização social.

O entendimento do que é artesanato requer mais do que descrições do desenho e das técnicas de produção que caracterizam essa atividade, sendo atingido seu sentido somente quando se estabelece conexão com as práticas sociais de quem o produz e vende e de quem o observa ou compra (GARCÍA CANCLINI, 1983), sabendo-se, no entanto, que os objetos culturais refletem características de uma determinada era, veiculando parte da própria herança social, e que ao artesão é reservada a função de conceber e executar objetos únicos em um processo associado à produção manual de peças únicas ou de peças que integram uma pequena série e que fogem da padronização pela interferência de fatores imprevisíveis (MAZZA; IPIRANGA; FREITAS, 2007).

Mazza, Ipiranga e Freitas (2007) assinalam alguns elementos centrais para determinação do conceito de artesanato a partir das características e técnicas de sua produção, enquanto García Canclini (1983; 2009) contrapõe a dificuldade de estabelecimento de uma identidade e de limites do conceito justamente pela modificação dos produtos artesanais ao se relacionarem com o mercado capitalista e as formas modernas de comunicação e consumo.

Lima (2013) afirma a existência de uma quantidade elevada de objetos que podem ser definidos como artesanato na atualidade e destaca como sua principal característica o emprego ou não de equipamentos e máquinas, que quando e se ocorre, é subsidiário à vontade de seu criador, sendo atividade predominantemente manual e, por isso, irregular, embora perfeita. Outros elementos para além dessa essência manual estão presentes no trabalho artesanal, como a liberdade que o artesão possui para definir o ritmo da produção, a matéria-prima e a tecnologia a ser empregada, e a forma do objeto, que expressa seu saber, sua cultura e o modo como se posiciona na rede de relações sociais que desenvolve no interior da sociedade em que vive (LIMA, 2013).

O objeto artesanal, não sendo mera mercadoria, carrega em si valores, crenças e culturas (LIMA, 2013). A imutabilidade não faz parte do conjunto de atributos que o caracteriza, estando em contínuo processo de mudança por sofrer influências diretas de aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos, e sua produção sendo marcada por um ritmo próprio, influenciado por relações de parentesco, de vizinhança, de amizade ou por fatores de ordem religiosa, que determinam a realização ou o interdito do trabalho em determinada época do ano (LIMA, 2013; LOUREIRO, 1995).

Embora diversas vezes definido como de autoria anônima, por integrar coletivamente o repertório cultural de um grupo, o artesanato também pressupõe autoria, pois os saberes e expressões que possui são patrimônio coletivo de uma comunidade (LIMA, 2013). No entanto, ao se relacionar com o modo de produção capitalista, os elementos que caracterizam o artesanato podem ter a liberdade de sua definição pelo artesão restringida ou condicionada por elementos externos.

Santos e Coelho-Ferreira (2011) demonstram que o uso da fibra do miriti na produção de cestarias e brinquedos por artesãos do estuário amazônico é originário da apropriação dos conhecimentos artesanais desenvolvidos pelas populações indígenas para confecção de artefatos voltados para o uso doméstico, para auxiliar na caça e na pesca ou para o vestuário, com presença, ainda, de aspectos de natureza estética e ritual.

Loureiro (1995) destaca nesse tipo específico de artesanato o processo de produção de brinquedos, definindo-o como produto único de uma atividade situada sobre o plano das atividades imaginárias de um grupo social dado. Dessa atividade, resulta uma variedade de objetos que expressam o relacionamento entre o simbólico e o real e que exprimem o imaginário social e cultural, e a fauna e flora da região (LOUREIRO, 1995). O mesmo autor também evidencia a relação dos brinquedos de miriti com a festa do Círio de Nazaré, que ocorre no segundo domingo de outubro em Belém (Pará) e é frequentemente associada ao início da comercialização desse tipo de artefato que era, originalmente, confeccionado por crianças de Abaetetuba devido à maciez do material para o entalhe e sua facilidade de flutuação na água, o que permitia a criação de miniaturas de canoas para utilização em atividades lúdicas.

A festa do Círio é composta por procissões e louvor a Nossa Senhora de Nazaré – santa católica –, festas populares (cortejos e arrastões de bois-bumbás), ladainhas, arraial, etc. A procissão principal, o Círio, acontece sempre no segundo domingo do mês de outubro, pela manhã; no dia anterior, a procissão em percurso inverso, a Trasladação, ocorre à noite, e os festejos duram por quase todo o mês (FIGUEIREDO, 2005; IPHAN, 2005).

A produção de brinquedos de miriti não é somente prerrogativa dos artesãos ribeirinhos, podendo apresentar natureza comercial e sendo desenvolvida por artesãos abaetetubenses organizados, basicamente, em duas associações: a Associação dos Artesãos de Brinquedos e Artesanatos de Miriti de Abaetetuba (ASAMAB), e a Associação Arte Miriti de Abaetetuba (MIRITONG), que desenvolvem a produção e a venda de artefatos em feiras e lojas regionais e nacionais, além de atender encomendas internacionais, com coexistência de artesãos não vinculados a nenhuma associação formal e organizados com base no núcleo familiar (SANTOS; COELHO-FERREIRA, 2011), fazendo os tipos de associação e organização social dos artesãos despontarem como objeto importante a ser estudado e compreendido.

O artesanato com miriti e os espaços públicos: transição para um olhar sociopolítico

Conceituar espaços públicos é, em certa medida, tarefa árdua, mas suas interpretações mais comuns abordam esses espaços a partir da ideia de que eles vêm sofrendo processos de redução frente à proliferação de espaços privados como simulacros de espaços públicos, tão comuns hodiernamente. Santos (1987), que contrapunha um modelo cívico a um modelo econômico de espaço público, defendia uma ideia de espaço como produto definido socialmente, estendendo-a inclusive aos elementos naturais. Serpa (2007) aborda as qualidades que norteiam a apropriação social do espaço público na cidade contemporânea, buscando explicar a apropriação seletiva e diferenciada de espaços que deveriam ser acessíveis a todos. Para este autor, forma e conteúdo são indissociáveis na análise do espaço público urbano, que deve passar pela discussão da noção de cidadania e da ação política e pelo entendimento da acessibilidade, estreitamente vinculada à alteridade.

Influenciado pelo pensamento do filósofo francês Henri Lefebvre sobre o espaço como um conjunto de relações, e onde a troca e o consumo não são sua finalidade e não devem ser aquilo que lhe confere sentido, Serpa (2007) chama a atenção para o papel da acessibilidade, vinculada à demarcação de territórios na definição dos espaços públicos, destacando que, ademais de ser física, a acessibilidade também é simbólica. Leite (2004), por outro lado, afirma que o espaço público surge da intersecção entre espaço urbano (espaço que não inclui as práticas interativas entre os agentes envolvidos em sua construção social) e esfera pública (noção que prescinde de uma referência espacial para essas ações interativas).

Souza (2008), por sua vez, destaca que o espaço público não se qualifica de forma absoluta, existindo um *continuum* muito complexo para sua definição. Para este mesmo autor, falar em esfera pública e, por extensão, em espaço público requer, portanto, um mínimo de autonomia individual e coletiva, de existência de margens de manobra e de sociabilidades e, assim como para Santos (1987), de exercício da cidadania, elementos estes que, por meio da metáfora da anemia do espaço público apresentada por Souza (2008), estariam se encolhendo, deteriorando e sofrendo restrições na cidade contemporânea.

As complexas transformações urbanas possuem como motor, no mundo ocidental, o lazer e o consumo das novas classes médias e, por isso, os espaços públicos são uniformizados visual e funcionalmente, com valorização do consumo como atividade de lazer, como se pode constatar na Estação das Docas (Belém/PA), espaço requalificado cujo objetivo esteve ligado com o lazer e o consumo das elites e que atualmente passa por processos de ressignificação para a própria população local, que aos poucos o transforma com o seu uso, ampliando suas experiências do encontro em locais públicos (FIGUEIREDO, 2008; CASTRO; FIGUEIREDO, 2013).

Não à toa, há três anos a Estação das Docas realiza, por meio de sua organização gestora, a Organização Social (OS) Pará 2000, e em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), importante parceiro e articulador das possibilidades empreendedoras dos artesãos no Brasil, e a Secretaria de Estado de Cultura do Pará (Secult), por meio do Sistema Integrado de Museus e Memoriais, do Museu do Círio e do Museu da Imagem e do Som, a exposição *Miriti das Águas*, durante a chamada quadra

nazarena, que delimita o período de realização das festividades e romarias do Círio de Nazaré na cidade de Belém. De acordo com Costa (2012), a exposição *Miriti das Águas* é uma exposição museológica destinada à preservação, à valorização e à documentação dos saberes e fazeres dos artesãos do miriti.

Em contraponto, mas com semelhanças na produção dos espaços públicos, as praças Waldemar Henrique (que atualmente passa por processos mais próximos aos da Estação das Docas), do Carmo e Dom Pedro II seguem como espaços fiéis e performativos do encontro dos artesãos com seus públicos consumidores, turistas, crianças, e com a própria cidade, indicando a transformação que a festa do Círio de Nazaré produz em Belém.

Usos e ocupação dos espaços públicos em Belém pelos artesãos

Os artesãos de miriti ocupam, representam e constroem alguns dos principais espaços públicos de Belém durante os festejos do Círio de Nazaré: a Estação das Docas (exposição *Miriti das Águas*), a praça Waldemar Henrique (Feira de Artesanato do Círio), a praça Dom Pedro II (Feira do Miriti) e a praça do Carmo.

Na Estação das Docas, a exposição *Miriti das Águas* apresenta de forma relativa uma das duas abordagens predominantes nas culturas populares que García Canclini (1983) demonstrou ao desenvolver estudos sobre o problema das relações que estas culturas possuem ou devem possuir com o desenvolvimento capitalista no México: a estratégia do mercado de enxergar os produtos do povo, mas não as pessoas que os produzem.

Isto se tornou visível quando se presenciou a exibição constante de um vídeo na exposição *Miriti das Águas* no qual eram apresentados artesãos, responsáveis pela confecção dos três barcos em tamanho real feitos de miriti integrantes da exposição, contando os desafios, o processo e a satisfação da realização desse trabalho, mas sem em nenhum momento identificar o nome de cada artesão, apresentando-os de forma anônima enquanto se priorizava o conhecimento da arte ali exposta. Tal postura já tinha se destacado na ocasião do lançamento no Mangal das Garças, outro espaço requalificado em Belém, do *Catálogo Miriti das Águas: pesquisa etnográfica, estudo da coleção do Museu do Círio*, constante da programação

dessa exposição durante o mês de outubro de 2012, em que a ausência de artesãos ou de pessoas que os representasse se destacou em meio à reunião de “[...] gestores, pesquisadores e técnicos envolvidos com o firme compromisso de preservação e valorização da identidade cultural do estado do Pará” (COSTA, 2012), e de um parco público que não é repellido pelas barreiras simbólicas que esses espaços, que pretensamente se apresentam como públicos, erigem.

As manifestações populares são inicialmente e aparentemente cooptadas e folclorizadas pelo *marketing* turístico, que transforma radicalmente os espaços públicos nos bairros populares a partir da alteração dos referenciais culturais das áreas de urbanização popular, que passam a ser instrumentalizadas pela lógica do capitalismo para multiplicar produção e consumo, “enviando” essas expressões aos novos espaços públicos da cultura e do lazer. Em Belém, uma observação da tradicional festa do Círio de Nazaré permite vislumbrar essa situação, mas não só isso.

O projeto da exposição *Miriti das Águas* é composto por uma exposição de peças feitas com miriti (barcos, canoas, garças e guarás em tamanho real; concurso de artesanato em miriti, com exposição das obras concorrentes e selecionadas; oficinas de brinquedos de miriti ministradas por artesãos da ASAMAB; e espaço para venda de artesanato como *souvenir* aos visitantes do complexo turístico. Na Estação das Docas verificou-se que o artesanato foi inserido no espaço público como obra de arte a ser contemplada dentro de um projeto historiográfico e museológico, embora também reservasse um local para comercialização de alguns artefatos produzidos por seis artesãos da ASAMAB selecionados pela organização do evento.

No período da exposição, encontravam-se três pessoas atuando como vendedores dos artefatos disponibilizados pelos artesãos selecionados, sobre os quais faziam uma majoração de 20% sobre o valor original do produto para obterem o pagamento de seus trabalhos e dos gastos com alimentação durante os dias de venda. Estes três vendedores eram a filha de um artesão, que além de vender auxilia o pai na produção artesanal durante o processo de acabamento e pintura das peças; e dois rapazes que, apesar de terem outros empregos (um é pedreiro e o outro é montador de andaimes), auxiliam o sogro que possuem em comum no processo de produção artesanal nos momentos de lixar, aplicar massa acrílica e pintar os artefatos.

Enquanto na Estação das Docas todas as peças e os artefatos expostos e colocados à venda foram produzidos por artesãos associados à ASAMAB e eram priorizados o lúdico e a obra de arte, na Praça Waldemar Henrique foi realizada, em 2013, somente a Feira de Artesanato do Círio, com esvaziamento do número de artesãos que trabalham com miriti (dos 58 estandes que compunham a feira, somente seis estavam comercializando artesanato feito com miriti) em comparação com os anos anteriores, quando chegavam a ocupar mais de 60% do espaço, de acordo com as informações de técnicos do SEBRAE, em entrevista. A Praça Waldemar Henrique tradicionalmente abrigava a Feira do Miriti durante as festividades do Círio de Nazaré, tendo passado a abrigar também, a partir do ano de 2009, a Feira do Círio, destinada a receber artefatos diversos relacionados com a festa religiosa e que até então era realizada ao lado da Basílica de Nazaré (O COLORIDO, 2009), ambas coordenadas pelo SEBRAE.

Segundo ainda as informações dos técnicos do SEBRAE, houve uma necessidade de reformulação do conceito da feira por conta de demandas apresentadas por outros artesãos que não tinham acesso àquele espaço para comercialização de seus artefatos devido à predominância dos artesãos de Abaetetuba. No entanto, essa reformulação desagradou os artesãos da ASAMAB, a maior associação de Abaetetuba em número de artesãos, que, de acordo com a técnica do SEBRAE e com os membros da associação ouvidos nos quatro espaços públicos pesquisados, requeriam uma feira exclusiva, por conta da estreita relação que os brinquedos de miriti possuem com a tradição nazarena; reclamavam das restrições de horário que a Feira do Círio e do Miriti apresentava a eles, impossibilitando vendas em horários que, de acordo com os artesãos, havia um grande fluxo de pessoas pelo local; e requeriam que a feira fosse realizada em locais melhores situados em relação ao fluxo de pessoas.

Acrescenta-se a esses motivos reclamações quanto ao valor cobrado para participar do evento coordenado pelo SEBRAE, no qual cada estande foi comercializado pelo valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), ao qual se somam os gastos com as passagens do artesão e de seus familiares e ajudantes, os custos de alimentação e os custos de hospedagem, apesar da ajuda de parentes ou amigos que vivem na capital, que abrigam alguns artesãos, e da opção de dormir na praça, junto à barraca de vendas, o que permite atender os clientes em

qualquer horário do dia ou da noite. Nas palavras dos artesãos sobre a Feira do Círio na praça Waldemar Henrique, esses problemas aparecem:

Teve um problema aí com o SEBRAE. Eles cobram caro para ficar lá, ficam regulando a hora de abrir e de fechar e não dá pra ganhar muito. Não compensa, porque nos horários que tem mais movimento, no sábado, eles fecham a feira e não dá pra ganhar (Artesã 1, moradora de Abaetetuba).

Dessa forma, houve uma transformação na praça Waldemar Henrique, que abrigou somente a Feira do Círio, enquanto a Feira do Miriti foi transferida para a praça Dom Pedro II. Essa transferência fez com que a feira deixasse de receber apoio do SEBRAE, sendo também negligenciada pelos órgãos municipais e estaduais (a instalação de energia elétrica para atender as 42 barracas montadas com braças de miriti e cobertas com lona, por exemplo, foi realizada momentos antes das primeiras procissões da festa). Essa redefinição de espaços carrega diversos elementos simbólicos, econômicos e políticos, que vão desde a distinção dos materiais e da denominação dos locais de venda de cada feira – em uma, os materiais são mais sofisticados e resistentes e os locais de venda são denominados como estandes, enquanto na outra o material escolhido foi o próprio miriti e os locais de venda eram chamados de barracas –, passando pela distinção de outros elementos da estrutura dos eventos – iluminação, presença de segurança pública, disponibilização de banheiros químicos, organização do fluxo de entrada e saída das pessoas, dentre outros – e culminando nos discursos dos artesãos ouvidos.

Com relação aos discursos, chama atenção a ênfase que um dos entrevistados presentes na Feira do Artesanato do Círio, selecionado na 3.^a edição do Prêmio SEBRAE TOP 100 de Artesanato (2012), deu ao replicar que não era artesão, mas um artista-empresendedor e que suas *peças* somente estavam disponíveis na feira coordenada pelo Sebrae porque ali havia um processo de curadoria mais rigoroso, pautado em uma orientação mercadológica para garantia de qualidade, seu foco, e que não estavam disponíveis nos demais espaços públicos visitados para evitar que fossem associados aos *artefatos* dos outros artesãos, que eram rústicos e sem qualidade, incluindo os que estavam expostos como peças de museu na Estação das Docas.

Dos seis estandes de artesãos de Abaetetuba presentes na Feira do Artesanato do Círio (praça Waldemar Henrique), somente um não era associado

à ASAMAB, e quatro deles enfatizaram que na verdade tinham barracas na feira instalada na Praça Dom Pedro II e que foram vender seus produtos nesse outro espaço somente porque houve um convite do Sebrae diretamente a eles, disponibilizando-lhes estandes sem custos, por conta da pouca presença do miriti entre os produtos artesanais dessa feira.

O quarto espaço visitado talvez seja mais bem posicionado no *continuum* do espaço público que Souza (2008) destaca, devido a sua reapropriação mediante o processo de construção de *lugares* e a repolitização da vida e do espaço público por conta de usos e contra-usos (LEITE, 2004). Dividindo o espaço com moradores das proximidades, boêmios, artistas e parte das classes médias que afluíram ao local por conta das encenações do Auto do Círio (performance-cortejo produzido por artistas em homenagem à Nossa Senhora de Nazaré, pelas ruas do Centro Histórico na sexta feira que antecede as procissões oficiais do Círio), encontravam-se barracas e girândolas de artesãos que vendiam suas peças ou descansavam de suas caminhadas pelas ruas do centro durante suas vendas em um dos quadrantes da praça do Carmo.

Dentre esses artesãos, destacaram-se dois perfis: o primeiro, de artesãos que não pertenciam a nenhuma associação e/ou não podiam pagar o valor de R\$ 100,00 que a ASAMAB estava arrecadando para cobrir alguns dos seus custos operacionais e, portanto, não puderam se instalar na praça Dom Pedro II, e também não se instalaram na feira da praça Waldemar Henrique por não possuírem vínculo com o Sebrae e/ou tampouco poderem pagar o valor de aluguel de estande cobrado; e o segundo perfil, composto por artesãos que possuíam barraca na Feira do Miriti da praça Dom Pedro II, na qual algum parente permanecia como responsável, mas que resolveram também se instalar na praça do Carmo pela tradição que o local possui na venda de brinquedos de miriti ou para ter um ponto de venda adicional.

Comum aos dois perfis era o fato de dormirem ali mesmo, em suas barracas instaladas na praça e nas quais podiam atender a qualquer horário as várias pessoas que circulavam pelo local durante todo o dia; o reconhecimento do local como tradicional para a venda de brinquedos de miriti; e a relação de proximidade estabelecida e mantida durante essa época do ano com alguns moradores do local, que lhe disponibilizavam o almoço do dia do Círio e um local para realização de suas atividades de higiene pessoal.

Considerações finais

Santos (1987) destacou que a rede urbana possui significados diversos de acordo com a posição financeira do indivíduo, com localização em uma extremidade dos que podem utilizar todos os recursos presentes no território, e no outro extremo daqueles que nem mesmo podem levar ao mercado o que produzem e que desconhecem o destino que vai ter o resultado do seu próprio trabalho, sendo prisioneiros dos preços e das carências locais.

Na pesquisa realizada ficou evidente que a ocupação dos espaços públicos da cidade de Belém pelos artesãos de miriti, à época do Círio de Nazaré, foi reforçada na Estação das Docas e na Praça Waldemar Henrique, enquanto enfraqueceu outras, como é o caso da praça Dom Pedro II e da praça do Carmo, que se determinaram como espaços públicos pela contraposição a outros *lugares*, ao constituírem *lugares* alternativos à simbolicamente impenetrável Estação das Docas e à desterritorializada Praça Waldemar Henrique, e pelos contra-usos que continham, como sua transformação em locais para realização da necessidade do sono, por exemplo.

Verificou-se, também, que os agentes com os quais se entrou em contato possuíam significações diferentes de acordo com o espaço público com o qual eram analisados: sendo separados de seu ofício e tendo apresentados seus trabalhos como relíquias ou objeto de consumo de uma tradição popular, no caso das Estações das Docas; sendo desterritorializados de um espaço com o qual já possuíam uma relação duradoura durante essa festa religiosa ocorrida na cidade de Belém, como foi o caso da praça Waldemar Henrique; territorializando novos espaços ao ocupá-los para realização de suas atividades sociais, políticas, culturais e econômicas, como ocorreu com a praça Dom Pedro II; e reterritorializando espaços para onde fluem diversas significações e onde se estabelecem sociabilidades mais dinâmicas, como aconteceu com a praça do Carmo.

As condições existentes em uma região determinam a desigualdade no valor de cada pessoa, como se pode perceber no caso dos artesãos de Abaetetuba que, dependendo de onde estavam inseridos, eram tratados de forma distinta – ora como empreendedor ou artista, ora como alguém cujo trabalho não era considerado devido uma alegada falta de qualidade. Essas distorções contribuem

para corroborar a afirmação de que o homem, nos espaços públicos tíbios da contemporaneidade, passa literalmente a valer em função do “lugar” que ocupa no tecido urbano durante determinado momento (SANTOS, 1987).

Com as observações e os depoimentos recolhidos durante a estadia desses trabalhadores em Belém, percebeu-se que a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo, muitas vezes gerando localizações forçadas que resultam independentemente da vontade dos indivíduos atingidos (SANTOS, 1987) e que há, na atividade artesanal com o miriti, todos os elementos que são sintomáticos do esvanecimento do espaço público: a transformação do cidadão em consumidor; a oposição entre uma cultura popular e uma cultura de massa; a comunicação intermediada pelas coisas; e, acima de tudo, a conversão de um público que outrora fizera uso cultural da razão em um público consumidor de cultura (SERPA, 2007).

Dessa experiência fica a certeza de que, apesar de ser alçado e ser incluído no pacote de venda da imagem do Pará e do Círio de Nazaré como um elemento tradicional, importante e, nas palavras do atual Secretário de Cultura do Estado, “elemento sem o qual não há um verdadeiro Círio”, o artesanato de miriti sofre a carência de espaços pensados e vividos como alternativa que revertam a lógica de vitrinização dos artefatos e valorizem as diversas sociabilidades em que este fazer popular se insere, com o desafio adicional de gerar desenvolvimento econômico, cultural, social e político.

Referências

COSTA, D. F. Projeto Miriti das Águas. In: SILVEIRA, F. (Coord.). *Catálogo Miriti das Águas: pesquisa etnográfica, estudo da coleção do Museu do Círio*. Belém: Governo do Pará/SECULT, 2012. p. 8-9.

FERNANDES, P. C. Círio sem a poética dos miritis não é Círio. In: SILVEIRA, F. (Coord.). *Catálogo Miriti das Águas: pesquisa etnográfica, estudo da coleção do Museu do Círio*. Belém: Governo do Pará/SECULT, 2012. p. 3-4.

FIGUEIREDO, S. L. Espaços Públicos nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional*. 1. ed. Belém: NAEA, 2008. p. 105-121.

- FIGUEIREDO, S. L. Círio de Nazaré, festa e paixão. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *Círio de Nazaré, festa e paixão*. 1ed. Belém: UFPA, 2005. p. 19-39.
- CASTRO, C. A. T.; FIGUEIREDO, S. L. Turismo, políticas públicas e espaços públicos urbanos: a Estação das Docas em Belém, Pará. In: AZEVEDO, F. F.; FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. M.; MARANHÃO, C. H. (Org.). *Turismo em Foco*. 1. ed. Belém: NAEA, 2013. p. 189-202.
- GARCÍA CANCLINI, N. Consumo, acesso e sociabilidade. *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 111-127, jul. 2009.
- GARCÍA CANCLINI, N. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades@ Pará>Abaetetuba>Histórico*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso: 26 out. 2012.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Dossiê IPHAN I {Círio de Nazaré}*. Brasília, 2005.
- LEITE, R. P. Política dos usos: a construção dos lugares no espaço público. In: LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: UNICAMP, 2004. p. 284-319.
- LIMA, R. Artesanato: cinco pontos para discussão. *Textos especializados – IPHAN*, Rio de Janeiro, p. 1-12, 2005. [Palestra Artesanato Solidário/Central ArteSol]. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=569>>. Acesso: 09 out. 2013.
- LORENZI, H. et al. *Flora brasileira Lorenzi: Arecaceae* (palmeiras). Nova Odessa-SP: Instituto Plantarum, 2010.
- LOUREIRO, J. J. P. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: Cejup, 1995.
- MAZZA, A. C. A.; IPIRANGA, A. S. R.; FREITAS, A. A. F. O design, a arte e o artesanato deslocando o centro. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, dez. 2007. Disponível em <<http://migre.me/gjJUO>>. Acesso: 09 out. 2013.
- O COLORIDO do miriti na Praça Waldemar Henrique. *Diário do Pará.com.br*, Belém, out. 2009. Disponível em: <<http://www.diariodopara.com.br/impressao.php?idnot=63933>>. Acesso em: 15 out. 2013.
- PESCE, C. *Oleaginosas da Amazônia*. 2 ed. rev. e atual. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SANTOS, M. Território e cidadania. In: SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. p. 111-133.

SANTOS, R. S.; COELHO-FERREIRA, M. Estudo etnobotânico de *Mauritia flexuosa* L.f. (Arecaceae) em comunidades ribeirinhas do Município de Abaetetuba, Pará, Brasil. *Acta Amazonica*, v. 42, n. 1, p. 1-10. 2012. Disponível em <<http://acta.inpa.gov.br/fasciculos/42-1/PDF/v42n1a01.pdf>>. Acesso: 25 out. 2012.

SANTOS, R. S.; COELHO-FERREIRA, M. Artefatos de miriti (*Mauritia flexuosa* L.f.) em Abaetetuba, Pará: da produção à comercialização. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 6, n. 3, p. 559-571, set.-dez. 2011.

SERPA, A. Acessibilidade. In: SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 15-64.

SOUZA, M. L. de. Cidades fragmentadas, medo generalizado: das “áreas de risco” à “ubiquidade do risco”. In: SOUZA, M. L. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 51-91.

Modernização do território e cidade média na Amazônia paraense: Santarém, entre horizontalidades e verticalidades geográficas

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior¹ • Gesiane Oliveira da Trindade²
Helbert Michel Pampolha de Oliveira³*

Introdução

As cidades de tradição ribeirinha que ainda preservam esse perfil no atual ordenamento territorial da Amazônia mantêm fortes vínculos com a floresta e com o rio, mesmo depois de sua inserção em novas estruturas de relações que se rebatem no espaço intraurbano. Isso porque algumas dessas mudanças acabaram por reforçar laços já existentes, por meio de resistências. Esse perfil não está restrito a pequenas cidades dispersas no espaço regional, mas inclui, igualmente, alguns núcleos urbanos situados estrategicamente e identificados na rede urbana regional como cidades médias, conforme procuraremos mostrar na presente análise⁴.

De início cabe esclarecermos o que estamos aqui chamando de cidades médias. Comumente confundidas com as de porte médio, que apresentam contingentes demográficos situados, em geral, no intervalo entre cem e quinhentos mil habitantes (SANTOS, 1993), os atributos das cidades médias não se voltam apenas para o quantitativo populacional⁵. Para além desse atributo, são cidades de

¹ Professor Associado IV, NAEA-UFPA, Bolsista PQ-1D CNPq – Brasil.

² Mestranda PLADES/PPGDSTU/NAEA-UFPA.

³ Bolsista PIBIC/CNPq-UFPA.

⁴ Trabalho integrante do projeto de pesquisa “Cidades da/na floresta: horizontalidades e verticalidades na produção social do espaço e nas políticas de desenvolvimento urbano e regional na Amazônia”, sob a coordenação do Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior no interior do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM), e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico.

⁵ Essa definição de cidades médias se apoia principalmente nas contribuições de Sposito (2001a).

relativa expressão no cenário regional e que não integram a estrutura territorial de aglomerações metropolitanas. Por essa razão, situam-se em espaços relativamente distantes destas, apresentando, assim, uma quantidade de fluxos que se apoiam em relativa densidade de fixos. Estes garantem não apenas o atendimento de demandas locais, mas funcionam mesmo como verdadeiros anteparos a fluxos que poderiam se dirigir às metrópoles.

No caso de cidades médias de tradição ribeirinha na Amazônia, trata-se de núcleos urbanos que costumam ser dinamizados por atividades agrícolas e extrativistas do entorno e cuja condição de importantes centros urbanos em recortes sub-regionais foi definida tanto pelo peso de investimentos públicos, quanto privados; elementos esses que as tornaram expressivas na região, do ponto de vista econômico, e mesmo, em alguns casos, do ponto de vista político.

É o que acontece com Santarém, situada no Baixo Amazonas, sub-região na qual os processos de mudança pós-1960 foram inicialmente menos intensos que no atual momento. Por essa razão é uma cidade que cada vez mais vêm ganhando destaque devido à sua forma de inserção em demandas do mercado global, conforme se constata em relação à produção e circulação de grãos, que a tornaram referência importante para a exportação advinda dos agronegócios. Nesse caso, sua condição de cidade média é definida tanto pela circulação fluvial, como pela rodoviária e aeroviária, não anulando em definitivo seus vínculos orgânicos com a floresta e com o rio, em que pese a tensão entre o novo e o antigo aí presentes.

Tal perfil confere pesos de importância muito próximos a duas dimensões da nova realidade das regiões tratadas por Santos (2012): as horizontalidades e as verticalidades geográficas. Para esse autor, os arranjos espaciais nos dias atuais não se dão apenas por interações de pontos contínuos, justapostos e de intensas conexões locais e intrarregionais, chamadas de horizontalidades. Há, sem dúvida, uma permanência dessa configuração, mas, ao lado dela, ou por sobre ela, projetam-se também constelações de pontos descontínuos, fortemente interligados, que definem espaços de fluxos reguladores globais de grande intensidade que se colocam para além das escalas locais e regionais, chamadas pelo mesmo autor de verticalidades (SANTOS, 2012). Essa nova configuração do espaço no período atual será aqui discutida tomando-se como referência empírica a cidade média paraense de Santarém.

Baixo Amazonas: novas demandas de mercado e centralidade urbana de Santarém

A forte centralidade econômico-política de Santarém deve-se, em grande parte, ao seu papel histórico na formação territorial amazônica, à sua localização estratégica na circulação regional, ao fato de integrar-se ao Centro-Oeste diretamente por meio de uma rodovia federal, bem como por polarizar toda a sub-região oeste do Estado, sobretudo a mesorregião do Baixo Amazonas (quadro 1).

Quadro 1. Santarém: contextualização sub-regional

Sub-região imediata	Baixo Amazonas
Cidade principal (pop.)	Santarém (205.711 habitantes em 2010, segundo o IBGE)
Localização	Jusante do Rio Amazonas e do Rio Tapajós e parte da área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), na Amazônia centro-oriental.
Principais elementos da formação socioespacial do passado	Área de antiga colonização, com importância inicial pautada na extração e circulação de produtos da floresta, notadamente “drogas do sertão” e borracha. Teve na agricultura, especialmente a da juta, um forte sustentáculo de sua economia pós-borracha, associada às atividades de circulação fluvial dos rios Amazonas e Tapajós. Posteriormente, destacou-se pela extração e circulação do ouro, principalmente no Rio Tapajós.
Principais elementos da formação socioespacial recente	Hoje assume papel importante na exportação de produtos minerais, madeireiros, de grãos e também nas atividades do turismo. Visível reorganização capitalista do espaço de caráter pontual e linear, com a presença de frentes de modernização impactantes, que incluem grandes projetos de exploração mineral, rodovias, hidrelétricas e infraestrutura portuária. Definição de nova ordem territorial que combina ações estatais, práticas difusas e diversas de caráter espontâneo e presença de agentes econômicos diversos com atuação em escalas geográficas diferenciadas.

Papel na divisão territorial do trabalho	Sub-região com presença de grandes projetos, de atividades tradicionais e de atividades recentes em expansão e consolidação, com destaque à modernização econômica, a exemplo da expansão da soja e da produção extrativa vegetal e mineral, todas conviventes com atividades mais tradicionais e ligadas às lógicas do tempo da floresta e dos rios.
Agentes econômico-políticos e territorialidades	Presença de elite tradicional e de espaço de conflitos entre formas novas de apropriação do território decorrente de novos agentes (grandes empresas, colonos capitalizados, migrantes sem capital, Estado etc.) e de formas tradicionais de apropriação do território e de seus recursos (oligarquias, populações tradicionais etc.). Afirmação de uma espécie de identidade territorial que sustenta a criação de um novo estado da federação (o Estado do Tapajós) a partir da fragmentação do território paraense, tendo na cidade de Santarém sua possível capital.

Fontes: Baseado em Dutra (1999), Guerra (2009) e IBGE (2014). Elaboração: Saint-Clair Trindade Jr.

Vários fatores se tornaram importantes para a centralidade que Santarém assumiu no contexto do Baixo Amazonas, com destaque para o fato de ser uma das cidades pioneiras no processo de ocupação territorial da Amazônia, com fortes marcas históricas do passado ainda presentes na paisagem de hoje, assim como a sua condição de espaço urbano ribeirinho vinculado a dois importantes rios amazônicos (Amazonas e Tapajós), mantendo com eles íntima e intensa relação que não foi perdida com a modernização de seu espaço.

Na formação territorial da região tornou-se, igualmente, importante entreposto de circulação da produção econômica, de que é exemplo a borracha, a juta e o extrativismo mineral do ouro no Rio Tapajós. Tal condição foi reforçada a partir da integração regional ao restante do País desde a segunda metade do século XX, momento em que o oeste paraense articulou-se, mesmo que precariamente, via rodoviária ao Centro-Sul, através da Cuiabá-Santarém (BR-163), e ao Nordeste brasileiro, via Transamazônica (BR-230).

Ao longo do tempo, o extrativismo madeireiro tem sido uma das atividades que marcam a dinâmica do entorno da cidade, em relação a qual veio se somar a presença de projetos de desenvolvimento econômico e de infraestrutura às suas proximidades, como a Hidrelétrica de Curuá-Una, a exploração mineral (bauxita) no Rio Trombetas, no Município de Oriximiná e, ainda mais recentemente, o mesmo tipo de atividade no Município de Juruti. Para a mesma região estão em processo de implantação projetos portuários e hidrelétricos que reafirmam a inserção desse espaço nas estratégias neodesenvolvimentistas do governo federal.

Como parte ainda da dinâmica territorial mais recente, verifica-se o incremento do turismo que levou a cidade a se tornar conhecida mundialmente nesse mercado e a receber, inclusive, navios de grande porte, com turistas internacionais, atraídos por sua condição ribeirinha, por suas “praias” de rio, pelo encontro das águas do Tapajós e do Amazonas e por outros encantos e manifestações ecoturísticas e culturais.

Nada, entretanto, que tenha suplantado a repercussão local da expansão do agronegócio, que fez de Santarém importante ponto logístico na geografia dos grãos no contexto do espaço brasileiro atual. Por meio de um sistema portuário que chama bastante atenção na sua paisagem urbana, são exportados produtos como o milho e, principalmente, a soja, estabelecendo conexão entre a região central do Brasil, a Amazônia e os grandes mercados compradores mundiais. Essa é razão que faz com que grandes empresas sejam responsáveis pelo atual dinamismo econômico que se verifica na cidade e em seu contexto regional imediato, conforme se verifica no quadro 02⁶.

Constatam-se, assim, as intensas relações de verticalidade estabelecidas a partir de Santarém com o mundo e que reafirmam a sua articulação global. Em relação aos principais produtos exportados, em que pese a predominância do número de indústrias madeireiras, a madeira não é, em termos de valores, o principal produto exportado a partir dessa cidade (tabela 01).

⁶ Para efeitos de sistematização, foram considerados os produtos mais representativos da balança comercial santarena voltados para a exportação, a partir de dados de 2013 fornecidos ao GEOURBAM pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) e dados secundários do MDIC (2014).

Quadro 2. Santarém: principais indústrias exportadoras instaladas

Nome Fantasia	Ano de Instalação	Ramo	Destino da Produção
Rancho da Cabocla	1981	Madeira	Alemanha, África do Sul, Antilhas Holandesas, Argentina, Bélgica, China, Chipre, Croácia, Dinamarca, Espanha, EUA, França, Grécia, Guadalupe, Itália, Jamaica, Lituânia, Martinica, Holanda, Polônia, Portugal, Reino Unido, Rep. Dominicana e Rep. Tcheca.
Floors Factory	1986	Madeira	EUA e França.
Madesa	1987	Madeira	Alemanha, África do Sul, Barbados, Bélgica, China, Croácia, EUA, França, Indonésia, Itália, Japão e Holanda.
Tapmad	1988	Madeira	Espanha, EUA, França, Israel e Itália.
Alecrim	1994	Madeira	China, Espanha, Jamaica, Portugal e Reino Unido.
Madevi	1994	Madeira	Bélgica, China, Dinamarca, França, Holanda, Polônia e Portugal.
Indústria Madeireira Santa Catarina (IMASC)	1998	Madeira	França, Guadalupe, Índia, Indonésia, Líbano e Portugal.
Rainbow	2000	Madeira	Bélgica, França e Holanda.
Dinizia Trading	2003	Madeira	França.
Zero Impact	2003	Madeira	Canadá, Espanha, EUA, França, Itália e Portugal.
Cargill Agrícola	2003	Milho	Arábia Saudita, Argélia, Costa Rica, Colômbia, Egito, EUA, Guatemala, México, Panamá, Rep. Dominicana e Venezuela.
Cargill Agrícola	2003	Soja	Arábia Saudita, China, Reino Unido, Espanha, EUA, França, Itália, Japão, México, Holanda e Tailândia.
Algimi	2006	Madeira	Alemanha, Bélgica, China, Dinamarca, EUA, França, Itália, Japão, Líbano, México, Holanda, Polônia, Portugal e Reino Unido.
Madeireira Iller	2007	Madeira	Indonésia e Holanda.

Fonte: MDIC (2014) e IDESP. Elaboração: Helbert Oliveira.

Tabela 1. Santarém: valor total dos principais produtos exportados no ano de 2013

Total/Produtos	Madeira	Milho	Soja
Total em kg Líquidos*	22.253.100	71.011.750	119.955.623
Total em US\$	23.089.715	14.230.612	63.900.479

(*) Desconsidera embalagens, suportes etc. Fonte: IDESP. Elaboração: Helbert Oliveira.

A soja é exportada para um menor número de países se comparada à madeira (quadro 02), mas ela ganha destaque em relação à quantidade, em quilos líquidos, e ao valor total que lhe é correspondente. Nesse processo, um só empreendimento assume o controle da exportação de soja, a Cargill Agrícola, uma empresa de matriz norte-americana, cuja sede de gestão, no Brasil, está situada na cidade de São Paulo (SP). Outro produto também sob controle da mesma empresa é o milho. Mesmo com a difusão da produção no entorno da cidade, tais produtos são oriundos, em grande parte, do Centro-Oeste brasileiro, chegando até ela principalmente através da já mencionada BR-163. De Santarém, tais produtos são exportados para o exterior pela infraestrutura portuária da mesma empresa e em grandes navios.

Além da importância econômica, outra forma de centralidade se faz presente em Santarém, a centralidade política, caracterizada pela presença de instituições e órgãos oficiais, estaduais e federais ligados às decisões políticas e pelo fato, ainda, de sediar importantes associações, representações de classe, sindicais e categorias sociais diversas. Por outro lado, como parte dessa dimensão política que reforça a centralidade urbana, somam-se importantes movimentos que a tornam vitrine de interesses políticos e a partir dela estabelecem projeções de formalização de novas territorialidades em nível sub-regional, como acontece com a proposta de criação do Estado do Tapajós, com sede política em Santarém.

Os dois tipos de centralidade, entretanto, estão associadas hoje à modernização do território, que, no caso de Santarém, pode ser lida por meio da dinâmica que se rebate no espaço intraurbano em seus dois circuitos da economia, conforme sugeriu Santos (2004; 2005), ao buscar entender a dinâmica urbana dos países do Terceiro Mundo. Esse autor propôs a existência de dois circuitos econômicos, a saber: o circuito superior e o circuito inferior. O primeiro

é um produto direto da modernização e inclui “atividades criadas para servir ao progresso tecnológico e à população que dele se beneficia” (SANTOS, 2005, p. 96). O segundo se materializa como um resultado indireto da modernização, haja vista que ele diz respeito aos indivíduos que se beneficiam de maneira parcial ou nula das vantagens proporcionadas pelos avanços tecnológicos (SANTOS, 2005). No quadro 03 constam características e diferenças dos dois circuitos.

Quadro 3. Circuitos da economia urbana: características principais

Atributos	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório
Estoques	Grande quantidade/alta qualidade	Pequena quantidade/qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Santos (2004).

Por meio desses circuitos, procurar-se-á entender as repercussões dos elementos que definem a importância da centralidade urbana de Santarém tendo em vista os processos mais recentes que imprimem dinamismo à estrutura intraurbana da cidade. Isso passa a ser significativo no quadro urbano atual principalmente a partir dos anos 2000, quando da instalação da Cargill, que estimulou a vinda de vários outros agentes econômicos que impactaram nos dois circuitos da economia urbana local.

Ao tratar do moderno circuito superior, Santos (2004) já chamava atenção para o papel que empresas de exportação, como a Cargill, exercem na estruturação de uma cidade, em grande parte por desencadear processos de modernização, alimentando outras lógicas de produção do espaço. Esse papel possivelmente tem colaborado para que Santarém tenha nos últimos anos incrementado e redefinido as atividades do setor terciário. Chama-se atenção nesta análise para duas dimensões responsáveis pelas configurações espaciais atuais mencionadas por Santos (2012), as horizontalidades e as verticalidades, que se entrecruzam visivelmente na dinâmica dos dois circuitos da economia já mencionados.

O circuito superior da economia urbana em Santarém e suas relações verticais

A relevância adquirida desde o início da formação territorial regional e mantida até os dias de hoje foi fundamental para que houvesse a entrada e a diversificação em Santarém de agentes econômicos no seu território. Ocorreu, assim, uma dinamização da economia santarena, o que reforçou a presença do circuito superior da economia (SANTOS, 2004) na cidade, através de lógicas associadas a racionalidades diversas de modernização econômica e territorial.

A presença das grandes empresas ligadas, por exemplo, aos agronegócios tem sido, em grande parte, responsável pela atração de novos agentes econômicos em nível local, resultando na instalação, dentre outras, de lojas de departamento, franquias, concessionárias de veículos, instituições financeiras e *shoppings centers*; todos eles sendo uma forte expressão do circuito superior da economia urbana em Santarém.

Ainda que menos expressivas, se considerarmos outras cidades com o mesmo perfil, as lojas de departamento (quadro 04) difundem novas estratégias de

consumo na realidade local. Mas, de qualquer forma, esse tipo de empreendimento sinaliza para outras articulações de natureza mais vertical que a cidade começa a apresentar, uma vez que a maioria desses empreendimentos tem suas matrizes localizadas em outras regiões brasileiras, com exceção da Y. Yamada, cuja matriz é na capital paraense.

Quadro 4. Santarém: perfil de algumas lojas de departamento instaladas na cidade

Nome Fantasia	Ano de instalação	No. de lojas na cidade	Ramo de Atuação	Localização da matriz	Relação com a matriz	Opções de pagamento
Y. Yamada	1997	1	Comércio varejista de roupas, móveis e eletrodomésticos	Belém-PA	Direta, com Belém-PA	Carnê Cartão próprio Cartão externo
Arma-zém Paraíba	2003	2	Comércio varejista de roupas, móveis e eletrodomésticos	São Paulo-SP	Direta com São Paulo-SP	Carnê Cartão próprio Cartão externo
Lojas Marisa	2011	1	Comércio varejista de vestuário e acessórios	São Paulo-SP	Direta com São Paulo-SP	Cartão próprio Cartão externo Cartão próprio com bandeira
Novo Mundo	2013	2	Venda de móveis e eletrodomésticos	Goiânia-GO	Direta com Goiânia-GO	Carnê Cartão externo

Fonte: GEOURBAM, trabalho de campo, mai. 2014. Elaboração: Helbert Oliveira.

Todas as lojas identificadas no quadro 04 dispõem de formas modernas quanto ao pagamento e ao estabelecimento do crédito. A existência de formas de atração da clientela, como os cartões de créditos próprios de cada estabelecimento, reforça características do circuito superior da economia e novas formas de consumo que se intensificam na cidade, conforme sugere Santos (2004). Somada a essas características, outras, também mencionadas pelo mesmo autor para caracterizar o circuito superior, definem os novos empreendimentos comerciais presentes na cidade, como o perfil organizacional da mão de obra e a utilização de publicidade como importante instrumento para divulgação de produtos e promoções, elementos esses sempre direcionados a partir das suas respectivas matrizes.

A dimensão das verticalidades presentes na cidade por meio dessas empresas não se circunscreve apenas à localização de suas matrizes em outras regiões brasileiras, mas inclui as parcerias que essas lojas estabelecem na difusão do consumo de grandes marcas dos produtos colocados à venda. Isso era algo pouco comum em outros momentos históricos da cidade, pois o dinamismo econômico da mesma não criava uma demanda local que garantisse o interesse de empreendimentos de mesmo porte, fato que nos indica ainda hoje a resistência de um comércio mais tradicional inserido na vida urbana. O mesmo está, em muito, associado aos pequenos e médios comerciantes que atendem a uma demanda mais local da própria cidade ou de seu entorno, mas que começam a ser impactados pelos novos equipamentos instalados.

A nova psicosfera urbana (SANTOS, 2012), relacionada a valores e comportamentos modernos, é responsável também pela difusão das franquias ou franchisings na economia urbana de Santarém. Nesse caso, trata-se de empreendimentos que são responsáveis por representar grandes marcas de serviços e do comércio moderno nacional e mundial, além de favorecerem a expansão e a disseminação de patentes, enquanto negócios, em espaços da região amazônica que antes estavam pouco inseridos nessas estratégias mais modernas de consumo.

Algumas das características do circuito superior mencionadas por Santos (2004) se fazem presentes na atuação das franquias, como a preparação e a organização da mão de obra assalariada para atuar na difusão e venda do produto, a flexibilização quanto às formas modernas de pagamento dos produtos colocados à venda e o uso indispensável de tecnologia avançada nas estratégias

de organização empresarial e de venda do produto, a exemplo dos sistemas intranet, que articulam às sedes empresariais do produto comercializado ao estabelecimento franqueado.

No mais, as franquias estabelecem fluxos verticais com vários agentes econômicos dispersos no território brasileiro, seja na logística, no fornecimento de mercadorias ou, até mesmo, no repasse de informações, uma vez que suas sedes de comando localizam-se, em grande medida, na região Sudeste do País. Tais franquias, que tem matrizes em todas as regiões brasileiras, concentram seus comandos principalmente no Estado de São Paulo - dos vinte e dois empreendimentos levantados in loco, doze têm matrizes nesse Estado - e a maior parte iniciou suas atividades na cidade a partir dos anos 2000, conforme nos indica o gráfico 01; momento a partir do qual a exportação de grãos passou a ter importância para a cidade.

Gráfico 01. Santarém: crescimento das franchisings na cidade



Fonte: GEOURBAM, trabalho de campo, mai. 2014. Elaboração: Helbert Oliveira.

Em grande parte, o crescimento das franquias deve-se à instalação do primeiro shopping center em Santarém, o Shopping Paraíso, cuja inauguração se deu em 2010. Com área total de nove mil e quinhentos metros quadrados, possui oitenta lojas que comportam várias grifes, como a Lupo, a Hering, O Boticário, a Cacau Show, a Ellus, a M. Officer e a Overend (PARAÍSO SHOPPING CENTER, 2014). Em 2014 foi inaugurado na cidade um dos maiores shopping centers do Pará, o Shopping Rio Tapajós, o segundo instalado na cidade. Com trinta e nove mil metros quadrados de área construída, possui cento e trinta e oito

lojas, sendo nove lojas âncoras. No empreendimento se encontram lojas como Marisa, C&A, Riachuelo, Lojas Americanas, Hering, Cacau Show, Carmen Steffens e Colombo (RIO TAPAJÓS SHOPPING, 2014). Há também um terceiro empreendimento como esse em construção, o Shopping Arapiuns.

Esse tipo de equipamento é algo novo na cidade e também no interior dos estados amazônicos. Ele se torna responsável por incrementar o circuito superior da economia e, igualmente, por difundir novas formas de comportamento, de valores urbanos e de consumo na região. No caso paraense, além de Santarém, apenas em mais três outras cidades médias (Marabá, Parauapebas e Tucuruí) os shoppings centers já se fazem presentes, sendo apenas essas cidades, fora da Região Metropolitana de Belém, a dispor de tal equipamento até o momento (WIKIPEDIA, 2014).

Se a presença das grandes lojas de departamentos ainda se mostra tímida na cidade, o mesmo não ocorre com o setor de venda de veículos⁷. Trata-se de grandes marcas de veículos, que passaram a entrar na cidade através de parcerias firmadas com concessionárias⁸, cujo perfil remete às características muito próprias do circuito superior, como a presença de mão de obra mais qualificada, utilização de tecnologias específicas, oferta de serviços especializados e a possibilidade de financiamentos bancários para aquisição dos produtos. A articulação dessas concessionárias às grandes marcas de veículos define novos fluxos que incluem fornecimento de peças, treinamento de mão de obra, troca de informações e um novo fluxo de capitais entre Santarém e outras cidades brasileiras.

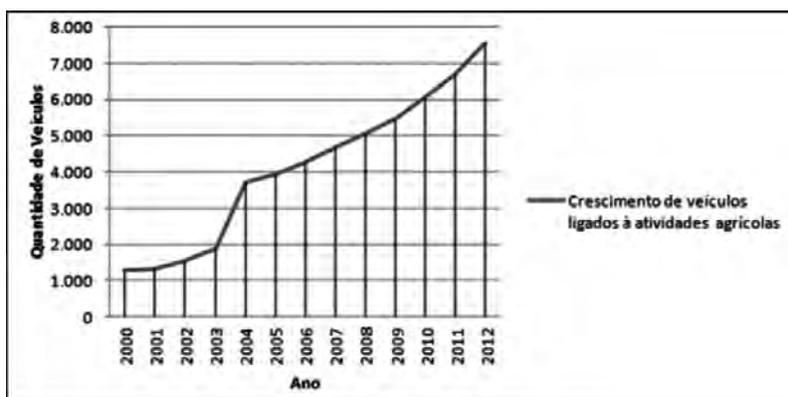
Muitos dos novos veículos objetos de negociação pelas concessionárias estão associados a demandas de produtores rurais, notadamente caminhões,

⁷ Isso pode ser percebido por meio da maior presença de veículos no espaço local, levando-se em consideração o período de 2000 a 2012. No ano de 2000 o número total de veículos presentes na cidade de Santarém era de 15.506 e em 2012 o número alcançou a marca de 66.657, expressando um aumento de mais de 60% na quantidade de veículos (IDESP, 2013).

⁸ Em trabalho de campo realizado em maio de 2014 em Santarém, identificamos os seguintes empreendimentos que comercializam diversas marcas de automóveis, motocicletas e náuticos: Coimbra Lobato (Ford), Tapajós Motocenter (Yamaha Motos), Delta Veículos (Mitsubishi), Via Marconi (Fiat), Rio Norte (Chevrolet), Automoto (Volkswagen), Tapajós Náutica (Yamaha Náuticos) e a LK Motors (Effa, Lifan e Shineray). Outras empresas comercializam marcas de caminhões e tratores, a saber: Maicá Tratores (Valtra), Rodobens Caminhões (Mercedes Benz), Maicá Caminhões (Volkswagen), Rech Tratores (John Deere), Rede Brazil Máquinas (Lonking) e Agromax (New Holland).

caminhões-tratores, caminhonetes e tratores de rodas ligados, revelando o incremento nesse setor de comércio de veículos. Mais uma vez, esse dinamismo nos remete à presença de empresas ligadas aos agronegócios, como a multinacional da soja e do milho, dadas as mudanças que a instalação das mesmas na cidade provocou do ponto de vista de novas demandas de consumo direta ou indiretamente ligadas à produção rural (gráfico 02).

Gráfico 2. Santarém: crescimento do número de veículos voltados a atividades agrícolas (2000-2012)



Fonte: IDESP (2013). Elaboração: Helbert Oliveira.

Da mesma forma que os *shoppings centers*, não se faz tão comum a presença dessas marcas em outras cidades paraenses fora da Região Metropolitana de Belém, à exceção daquelas cidades que também assumem ou tendem a assumir o perfil de cidades médias e que estão em epicentros de modernização econômica e territorial no contexto regional em que se inserem, a exemplo de Altamira, Marabá e Parauapebas.

Atividades como essas tendem a dinamizar igualmente outros setores da economia urbana, como as instituições financeiras presentes na cidade com as quais as concessionárias fazem parcerias (quadro 05) com vistas aos financiamentos de seus produtos voltados para atender a demandas das atividades rurais.

Quadro 05. Santarém: principais concessionárias que financiam veículos para as atividades rurais

Concessionária	Marca	Tipo de veículo financiado para atividades ligadas à produção agrícola	Instituição que atua com financiamento
Delta Veículos	Mitsubishi	Caminhonetes/Pick-ups	Bco.do Brasil, Bradesco e Itaú
Rio Norte	Chevrolet	Minivans e Caminhonetes/pick-ups	Bco.do Brasil, Bradesco e Itaú
Rodobens Caminhões	Mercedes-Benz	Caminhões médios	Bco.do Brasil e Bradesco
Maicá Caminhões	Volkswagen	Caminhões leves e médios	Bco.do Brasil, Bradesco e BASA
Maicá Tratores	Valtra	Tratores de porte médio, colheitadeiras e pulverizadores	Bco.do Brasil, Bradesco, BASA, Banco Valtra e AGCO Finanças
Rech Tratores	John Deere	Tratores em geral	Bco.do Brasil, Bradesco e BASA
Agromax	New Holland	Tratores em geral, além de colheitadeiras e pulverizadores	Bco.do Brasil e Banco New Holland

Fonte: GEOURBAM, trabalho de campo, mai.2014. Elaboração: Helbert Oliveira.

Sem dúvida há um novo perfil de cidades como Santarém as quais Santos (1993) passou a identificar como “cidades do campo”. Ainda que esse adjetivo tenha sido usado para se referir principalmente às pequenas cidades, ele parece ser apropriado também para identificar cidades médias que se dinamizam em virtude da produção agrária que se passa em seu respectivo entorno, em regiões de influência dessas mesmas cidades ou, ainda, em espaços que, a despeito da descontinuidade em relação a essas áreas de influência, mantêm intensa e estreita articulação para com elas.

Por outro lado, no caso de Santarém, ela passa a atender igualmente a demandas por serviços especializados ligados a esses produtos que nela são comercializados, a exemplo da manutenção de veículos, fato que também explica

os fluxos e a busca desses mesmos serviços por consumidores de outras cidades e localidades urbanas e rurais do seu entorno⁹.

É necessário enfatizar que esse circuito mantém relações diretas de complementariedade com o circuito inferior, e, por vezes, de concorrência, não sendo, assim, dicotômicos, mas dependentes. No entanto, nessa estrutura apresentada para se compreender a urbanização das cidades proposta por Santos (2004), o circuito inferior é subordinado ao circuito superior; sendo que este último tenha um perfil de ação imitativo, enquanto que o primeiro tem um grande potencial criativo de ação.

O circuito inferior, por entre verticalidades e horizontalidades

O circuito inferior é igualmente resultado da modernização, contudo é um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas. Portanto, as atividades que o compõem estão assentadas na forma de trabalho intensivo. Voltam-se, principalmente, para os serviços e comércio a varejo, não modernos e de pequenas dimensões (SANTOS, 2004).

Em Santarém, dentre os espaços mais expressivos desse circuito, estão aqueles que identificamos como sendo de vivências ribeirinhas (quadro 06). Neles a diversidade da vida cotidiana inclui práticas econômicas de sobrevivência da população cuja referência está direta ou indiretamente assentada nos rios e na floresta e em relações de natureza mais horizontal, ainda que, algumas vezes, apareçam associadas e/ou justapostas ao circuito superior da economia.

Nesse caso, as atividades econômicas de pequena escala do circuito inferior aparecem de forma difusa e pulverizada e se mesclam a outras práticas da vida cotidiana. Elas estão, normalmente, associadas a alguma atividade portuária de pequena dimensão de natureza mais comercial ou mais doméstica. Os pequenos comércios e negócios, as feiras e os ambulantes, às vezes aparecem funcionalmente mais setorizados na paisagem e, em outras, mostram-se associados a espaços da moradia e mesmo junto a atividades econômicas de médio e grande porte.

⁹ Pelo menos vinte e seis cidades menores estabelecem forte dependência em relação a Santarém, seja na mesorregião do Baixo Amazonas, seja no oeste paraense como um todo (PEREIRA; MARQUES JR.; SILVA, 2013).

Quadro 6. Santarém: espaços de vivências ribeirinhas na orla dos rios Tapajós e Amazonas

Espaço	Principais elementos identificadores da paisagem	Usos e funções
Praia e Feirado Uruará	Feira livre à beira-rio, com presença de comércio de ambulantes; moradias modestas; roupas estendidas em varais em frente às casas; conjunto habitacional em construção; aterramentos, terraplanagem e construção de avenida à beira-rio; canoas e pequenos barcos ancorados; carrinhos de mão, carroças e carros estacionados; pessoas comprando e vendendo produtos diversos; pessoas chegando ou saindo através do rio.	Moradia; comércio informal; atividade portuária de pequena escala; lazer no rio; uso doméstico da água do rio.
Vila Arigó (Prainha)	Praia e cais de arrimo; moradias modestas; casas comerciais à beira rio; empresas prestadoras de serviço; equipamentos elementares para atividades de lazer e esportivas; canoas e pequenos barcos ancorados; balsas e transportes de cargas ancorados ou estacionados.	Moradia; comércio formal; comércio informal; atividade portuária de pequena escala; lazer à beira do rio; contemplação da paisagem fluvial, prestação de serviços diversos.
Orla Sul da Avenida Tapajós (Aldeia)	Praia; cais de arrimo; calçadão padronizado e equipamentos paisagísticos e de lazer; moradias de médio padrão; casas comerciais e prestadoras de serviços diversos; igreja matriz; feiras livres e mercados públicos; barracas, carros de mão, equipamentos de venda ambulante do mercado informal; barcos de pequeno e médio portes; canoas e rabetas justapostas aportadas na praia; rampas e escadas improvisadas ou não que acessam o rio; estivas e pontes improvisada de acesso aos barcos e canoas; aglomeração de pessoas praticando atividades comerciais, de serviços ou acessando os barcos, canoas e rabetas; carros, carroças, caminhões e carrinhos de mão estacionados ou praticando fretes; alto-falantes com anúncios, publicidades, notícias e músicas.	Moradia; atividade portuária de pequena e média escala; lazer no rio e na orla; uso doméstico da água do rio; práticas turísticas diversas; atividade comercial e de serviços formais ou não ligadas ao circuito superior ou inferior da economia urbana.

Mapiri	Lago formado a partir das águas do Tapajós; casas modestas; obras incompletas de aterramento, terraplanagem e de construção do cais de arrimo; pequenas canoas e rabetas ancoradas em determinados pontos; atividades econômicas pontuais do circuito inferior da economia; roupas estendidas em varais nas frentes das casas; movimento de pescadores, de moradores e de crianças nas ruas.	Moradia; atividade portuária cotidiana de pequena escala; práticas econômicas de pequena escala dispersas; lazer no rio; uso doméstico da água do rio.
Maracanã	Praia; barracas de médio porte de uso misto (moradia, restaurantes e bares); estivas/pontes interligando as barracas; movimento de visitantes usando a praia para o lazer; movimento de moradores, pescadores e trabalhadores locais.	Uso doméstico da água do rio; uso do rio, da praia e da orla para o lazer e vendas de pequena escala; uso do rio e da praia para a prática da atividade turística; uso do rio para a pesca; uso residencial.

Fonte: GEOURBAM, trabalho de campo, mai. 2010. Elaboração: Saint-Clair Trindade Jr.

Conforme Costa (2012), além de atividades diversas relacionadas à reprodução econômica em pequena escala, os pequenos trapiches, que eram responsáveis pelo embarque e desembarque de pessoas, mercadorias e informações mais espontâneas, hoje dividem essa função com outras atividades mais modernas estabelecidas na orla fluvial, onde se faz presente o grande porto graneleiro da multinacional Cargill e onde também foram realizadas obras de requalificação urbana voltadas para atender ao turismo, ao lazer e à recreação modernos. Ainda assim, sustenta a autora que aqueles espaços de orla de Santarém são os locais de maior possibilidade de comercialização de mercadorias locais, que, aliados ao transporte, consolidam-se como os principais pontos de interação com o entorno imediato.

Para além desses espaços, as feiras livres da cidade também são expressivas das permanências e dos embates entre as horizontalidades, voltadas mais para as demandas locais, e as verticalidades, associadas às novas racionalidades e demandas econômicas que inserem Santarém em dinâmicas mais globais. Embora existam muitas feiras e mercados na cidade, as feiras livres da Associação de Produtores

Rurais de Santarém (APRUSAN) são representativas de uma dinâmica de circuito inferior da economia urbana, por serem compostas principalmente de pequenos produtores das áreas rurais, sujeitos esses que têm sua produção de alimentos diretamente atingida pelos impactos da modernização do território.

Também apresentam fortes relações orgânicas em seu cotidiano e importantes particularidades do ponto de vista socioeconômico. Características do que Santos (2004) denominou de circuito inferior da economia urbana, esses atributos estão presentes no que se refere: à organização das atividades, ao valor dos capitais empregados para a manutenção do negócio, ao comportamento do estoque, ao funcionamento dos preços, à margem de lucro, à relação entre feirante-clientela e à publicidade.

As feiras da APRUSAN estão localizadas em diferentes bairros da cidade, a saber: Santarenzinho, Aldeia, Aeroporto Velho e Livramento (quadro 07). Elas estabelecem relações diretas com o modo de vida urbano e citadino, o que, por sua vez, não subtrai a relação com as áreas rurais de Santarém, uma vez que a maioria de seus vendedores também é de produtores rurais. Sendo assim, este elemento de análise permite a compreensão de uma dimensão da dinâmica urbana partindo-se da cidade como referência, mas sem esquecer seus vínculos com a dinâmica rural.

Quadro 7. Santarém: feiras da associação de produtores rurais

Feira	Bairro	Produtos Principais	Funcionamento
Mercadão 2000	Aldeia	Abacaxi, castanha-do-pará, melancia, laranja, jerimum, coco, banana, farinha, goma de tapioca, cominho, coloral, verduras, pupunha, maracujá, mamão, doces, tomate, pimenta, limão, pepino.	Todos os dias
Feira da COHAB	Livramento	Carne bovina, carne suína, galinha caipira, abacaxi, castanha-do-pará, melancia, laranja, jerimum, coco, banana, farinha, goma de tapioca, cominho, coloral, verduras, lanches, roupas, CDs e DVDs, brinquedos importados, macaxeira, mandioca.	Sexta e sábado
Feira do Santarenzinho	Santarenzinho	Farinha, tucupi, cheiro-verde e tapioca.	Sábado e domingo

Feira do Aeroporto Velho	Aeroporto Velho	Abacaxi, castanha-do-pará, melancia, laranja, jerimum, coco, banana, farinha, goma de tapioca, cominho, coloral, verduras.	Domingo
--------------------------	-----------------	--	---------

Fonte: GEOURBAM, trabalho de campo, mai. 2014. Elaboração: Gesiane Trindade.

A APRUSAN recolhe mensalmente uma taxa junto aos associados, que favorece a organização, a infraestrutura e a limpeza das feiras. De todas elas, a do Mercado 2000 é a que apresenta o maior movimento de consumidores, tendo em vista que ela se encontra no interior do Mercado Municipal de Santarém, um dos espaços mais dinâmicos do circuito inferior da economia urbana, favorecido por sua localização em uma das principais avenidas do comércio varejista da cidade, a Avenida Tapajós, à margem do rio de mesmo nome. Essa feira é a que apresenta melhor infraestrutura, é coberta e conta com um grande número de barracas, embora ainda sejam insuficientes para as atividades que nela se realizam.

Afora a do Mercado 2000, a segunda mais movimentada da APRUSAN é a Feira da COHAB, que funciona nos dias de sexta e sábado e oferece uma grande variedade de produtos. Estrategicamente localizada na Rodovia Curuá-Una (PA-370), seu acesso é facilitado, aumentando o fluxo de pessoas tanto para vender quanto para comprar produtos. As mercadorias comercializadas não se restringem à produção rural e incluem produtos industrializados (roupas, sapatos, brinquedos, CDs, DVDs, objetos eletrônicos etc.). Apesar de ser uma das feiras mais importantes, ter intenso movimento de consumidores e grande número de trabalhadores, suas instalações são precárias e deterioradas. Em virtude disso, muito de seus feirantes/produtores trabalham nela apenas nos dias de sexta e sábado, e, aos domingos, levam seus produtos para serem comercializados na Feira do Aeroporto Velho.

A feira do Santarenzinho, por sua vez, vem passando por problemas graves, que ameaçam a sua permanência. Há pouco movimento de consumidores e trabalhadores no local, reduzido número de bancas e baixa diversificação de produtos ofertados. Ela conta com apenas dez barracas e vem perdendo importância também por não ter um local fixo, tendo mudado de endereço várias vezes. Além de problemas de pouca infraestrutura, está localizada em local pouco adequado ao seu funcionamento, em rua com declive e sem pavimentação.

Em relação às demais, a Feira do Aeroporto Velho apresenta estrutura física razoável para o trabalho e o consumo, uma vez que é coberta, toda cercada por paredes de alvenaria e chão feito em concreto. No entanto, o fator negativo é o baixo movimento de consumidores devido à sua má localização, tornando-a menos atrativa que as outras.

Além da importância para a vida cidadina, as feiras também são responsáveis pelo encontro dos sujeitos das áreas rurais de Santarém, distribuídos em um total de oitenta e sete comunidades, que abastecem as feiras (quadro 08). As comunidades são organizadas em regiões produtivas pela APRUSAN.

Quadro 8. Santarém: comunidades abastecedoras das feiras da APRUSAN

Regiões Produtivas	Comunidades
Cuiabá I	Cipoal, Mojuí dos Pereiras, Cedro, Lavras do Sítio, Lavras do Povoado, Império, Tabocal, São Raimundo do Tracuá, Andirobal, Belterra, Igarapé do Pimenta, Morada Nova, Poço Branco, Portão de Belterra, São Francisco do Amapá, São José, Terra Preta, Tracuá e Amapá.
Cuiabá II	Comunidade do Branco, Boa Esperança, Nova Esperança, Palhal do Una, Fé em Deus, Bom Sossego e São Pedro.
Várzea	Arapemã, Boca de Cima do Aritapera, Ilhas das Marrecas, Piracãoera, Pinduri, Tucumatuba, Santa Terezinha do Aritapera, Fátima do Uricuritiba e São Ciriáco do Uricuritiba.
Eixo Forte	Comunidade São Bráz, Irurama e Santa Maria.
Curuá-Una I	Urumari, Santa Rosa, Santo da Boa fé, São Jorge, Perema, Maicá, Mararu, Jacamim, Estrada Nova, Cristo Rei, Área Verde, Diamantino, Miritituba, Urumanduba, Santa Cruz, São João e Jenipapo.
Curuá-Una II	Novo Império, Nova União, Limão, Poço Branco do Ituqui, Corta Corda, Pachiúba, Porto Novo, Tambo, Volta Grande, Ramal do Gato, Ramal do Boa vista, Ramal da Moça, Ramal da Boa Sorte, Planalto Fé em Deus, Guaraná e Boa Esperança.
Jabutí	São Raimundo do Moju, São Francisco do Moju, Baixa da Onça, Prata e Moju.
Mojuí dos Campos	Terra de Areia, Baixa D'Água, Água Fria, Mojuí dos Campos, Vila Nova, São Tomé, Sagrada Família, Sempre Verde, Pau Rosa, Igarapé do Manoel, Igarapé da Pedra, Igarapé do Onça, Igarapé do Lama, Garrafão e Boa Fé.

Fonte: GEOURBAM, trabalho de campo, mai. 2014 e Sá, Costa e Tavares (2006).

Dessa forma, nessas feiras estão presentes em grande parte modos de vida ligados ao mundo rural¹⁰, e isto, sem dúvida, perpassa pelos costumes, produção, organização e o modo como se trabalha. Também repercutem nas mesmas os impactos da modernização do território no circuito inferior da economia urbana. Trata-se, sobretudo, das novas relações impostas aos feirantes da APRUSAN decorrentes, por exemplo, da produção de grãos nas áreas rurais.

Conforme apontou Paixão Jr. (2012), muitos pequenos produtores venderam suas terras aos sojicultores, almejando conseguir uma vida melhor em outro lugar. Esse fato demonstra a fragilidade a que estavam expostos no modo de vida rural antes mesmo da chegada dos grãos em Santarém; fato que agravou os conflitos e tensões nas comunidades rurais.

No que se refere à produção de grãos, o principal impacto que afeta os pequenos produtores/feirantes da APRUSAN são os resíduos provenientes da aplicação de produtos químicos, como os pesticidas, inseticidas e herbicidas. Conforme pudemos observar in loco, alguns produtos estão chegando mesmo a desaparecer, não por completo, pois ainda há outros produtores que cultivam e comercializam nas feiras. Ainda assim, constituem-se um grande problema para os feirantes/produtores, como também para a feira e a cidade. O uso dos venenos na área rural afetada pela produção de grãos tem ocasionado recorrentemente problemas de saúde à população e às pequenas criações (PAIXÃO JR., 2012).

Novos sujeitos passam a integrar também as feiras, com destaque para os “gaúchos”¹¹. Nas feiras da APRUSAN trabalham muitos migrantes, principalmente nordestinos do Ceará, Maranhão e Piauí, no entanto, os migrantes “gaúchos” estão relacionados, de alguma forma, à dinâmica dos grãos em Santarém. Chegaram há pouco tempo no Município, vieram para Santarém para trabalhar em lavouras de terceiros ou em suas próprias e acabaram por terminar trabalhando também na feira.

Apesar da resistência inicial em relação a esses sujeitos por parte dos feirantes locais, prevalece a cooperação, a familiaridade, a solidariedade, a

¹⁰ Não desconsideramos a presença dos “atravessadores” ou intermediários que trabalham na feira e que não são trabalhadores/moradores de áreas rurais.

¹¹ Assim designados por integrarem um grupo particular de migrantes, normalmente do Sul do Brasil, com cultura diferenciada da cultura do local. A fim de garantir sua permanência no lugar de destino, criaram mecanismos e estratégias próprias para relativizar a sua condição de provisoriedade. Tais estratégias provocaram mudanças estruturais nessa mesma sociedade para qual se deslocaram (COSTA, 2012).

amizade e o companheirismo, muito próprios das relações que marcam o circuito inferior da economia, conforme se pode perceber a partir de relatos diversos coletados nas feiras em referência. Os feirantes migrantes de um modo geral têm o perfil diferente em relação àquele que foi para Santarém para cultivar a soja em médias e grandes propriedades rurais. Embora ambos sejam trazidos por essa dinâmica econômica, um se insere em um circuito inferior da economia, a exemplo das feiras e mercados locais, e o outro, por sua vez, se adequa muito mais a um circuito superior dos grãos, representado principalmente por sua relação com a Cargill e com as demais empresas instaladas.

Ainda assim, enfatizam-se as suas similitudes, a exemplo da experiência da criação de cooperativas; iniciativa presente na prática de ambos. Os “gaúchos” que trabalham na feira deram origem à Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós (COOMAPLAS) e à Cooperativa de Produtores Rurais de Santarém (COOPRUSAN), criadas em 2008 e 2009, respectivamente. A última, inclusive, é a que fornece produtos à merenda escolar da rede municipal de ensino.

Os sujeitos que vieram para Santarém para trabalhar com os grãos em médias e grandes propriedades, por sua vez, criaram a Cooperativa de Produtores Rurais da Amazônia (COPERAMAZON). Essa organização foi fundada em 2005 por cerca de quinze sojicultores migrantes para facilitar a compra de insumos agrícolas e equipamentos necessários para a produção de grãos. Essa cooperativa é umas das principais organizações de produtores a negociar com a Cargill em Santarém e é representativa dos migrantes produtores de grãos na região.

Há, assim, diferentes formas de inserção do circuito inferior na economia urbana de Santarém, algumas vezes mais articulados ao circuito superior e, em outras, contrapondo-se mesmo às suas lógicas e estabelecendo resistências às mesmas. A dinâmica de mudanças e permanências, nesse caso, é permeada de tensões e enfrentamentos, mas também de cooperação e de complementaridade, o que, de certa forma, não descarta a assimilação de novos elementos trazidos pela modernização econômica e territorial.

À guisa de conclusão

Na escala regional, ainda marcada por continuidades e contiguidades de relações e espacialidades, as horizontalidades contribuem ainda para fazer de Santarém um importante centro irradiador de bens e serviços para cidades menores

que não possuem infraestruturas, tecnologias e capitais suficientemente capazes de atender às suas principais demandas. Esta importância, enquanto principal centro urbano de sua sub-região, faz dela uma cidade média que concentra quantidade relativa de fixos que dão sentido a uma grande quantidade de fluxos, responsáveis por reforçar sua centralidade econômica dentro do oeste paraense.

Em escala nacional, pode-se observar que a cidade de Santarém é hoje um importante polo turístico e exportador de produtos da Amazônia e do Centro-Oeste brasileiro, em especial a soja, concorrendo para isso sua posição estratégica, na Amazônia centro-oriental, articulada por importantes rios e por rodovias de importância nacional, considerados estratégicos do ponto de vista logístico. Esse é um dos fatores que têm incrementado, por exemplo, as atividades ligadas ao agronegócio e que contribuiu para a instalação de uma empresa multinacional na cidade, impactando de forma marcante na dinâmica do circuito superior da cidade, mas que repercutiu em outras atividades de pequena escala inseridas apenas indiretamente na modernização econômica.

Diante das transformações, mudanças e permanências convivem e, ao mesmo tempo, chocam-se. Tornam-se mais visíveis, em dados momentos, as verticalidades e o distanciamento da cidade em relação aos valores e saberes da floresta e dos rios, e, em outros, manifestam-se as horizontalidades, por meio de resistências e resíduos de uma cidade e de uma urbanização tradicional que potencializam a capacidade de “reexistência” ante o novo que se apresenta.

É nessa tensão e nesse perfil multifacetado que parece tornar-se importante o papel das políticas públicas na proposição de projetos no âmbito urbano e regional que potencializem um modelo cívico de ordenamento territorial, haja vista que os modelos econômicos, que induzem a mercantilização do espaço e a conversão dos cidadãos em consumidores (SANTOS, 1987) têm sido a tônica, em maior ou menor grau, nos dois circuitos da economia urbana.

Considerando que a cidade, diante das transformações impostas pelas demandas de mercado, não perdeu de vez suas tradicionais relações, de caráter mais orgânico, urge potencializar tais formas de interação no sentido de projetar solidariedades mais orgânicas e cooperativas que ajudem a cidade a “reexistir”, mesmo que os estímulos direcionados para ela tenham intensificado em muito suas relações verticais.

REFERÊNCIAS

COSTA, T. C. S. A relação cidade-rio na Amazônia: mudanças e permanências frente ao processo de urbanização recente, o exemplo de Santarém. Belém, 2012. 154 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2012.

DUTRA, M. O Pará dividido: discurso e construção do Estado do Tapajós. Belém: NAEA, 1999.

GUERRA, G. A. D. Apropriação, uso da terra e desenvolvimento territorial na Amazônia. In: ROCHA, G. M.; MAGALHÃES, S. B; TELSSERENC, P. Territórios de desenvolvimento e ações públicas. Belém: EDUFPA, 2009, p. 185-205.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse do Censo Demográfico 2010: Pará. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=15>> . Acesso: 12 dez. 2014

IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. Estatística Municipal. Santarém: Governo do Pará, IDESP, 2013. 59 p.

MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Comércio exterior: empresas brasileiras importadoras e exportadoras. 2014. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=603>> Acesso: 06 de jul. 2014.

PAIXÃO JÚNIOR, P. R. C. Uso do território e gênero de vida na Amazônia: reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santareno. Belém, 2012. 135 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.

PARAÍSO SHOPPING CENTER. *O shopping*. Disponível em <<http://www.paraisoshoppingcenter.com.br/o-shopping.html>>. Acesso, 12 dez. 2014.

PEREIRA, J. L.; MARQUES JR, V. M.; SILVA, M. F. *Perspectivas da economia de Santarém e região oeste do Pará para os próximos anos*. 2013. Disponível em: <http://www.portalmuiraquita.com.br/index.php/cadernos/meioambiente/item/download/3_eec4a2839a127700c205cb30a0a3def6> Acesso: 13 Jan de 2014.

RIO TAPAJÓS SHOPPING. *O shopping*. Disponível em <www.riotapajos.com> Acesso em: jan. 2014.

SÁ, M. E. R; COSTA, S. M. G; TAVARES, L. P. O. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, A. C. D. *O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva*. Belém: EDUFPA, 2006, p. 113-160.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. (Coleção Milton Santos).

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005. (Coleção Milton Santos).

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2012. (Coleção Milton Santos).

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____. (Org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP, 2001a, p. 609-643.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: _____. (Org.) *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: UNESP, 2001b, p. 235-253.

WIKIPEDIA. *Lista de shopping centers do Pará*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_shopping_centers_do_Par%C3%A1>. Acesso 12 dez. 2014.

Previdência, assistência social e programas de transferência de renda em Abaetetuba, Pará

*Suellen Souza Ramos¹ • Sergio Luis de Medeiros Rivero²
Oriana Trindade de Almeida³ • Carlos Eduardo Rodrigues Martins⁴*

Introdução

A pobreza e a desigualdade marcam a história de países e de milhões de pessoas há muitos anos. Solucionar esse problema é um desafio para o governo desses países. Contudo, não é tão simples quanto parece. São muitos os fatores que determinam a categoria social da maioria da população que não possuem condição de sobrevivência.

O interesse mundial pela redução progressiva da pobreza no mundo é um dos motivos que levaram ao acelerado crescimento dos programas de transferência de renda nos últimos anos. A desigualdade social e a pobreza são problemas que afetam todos os países, mas a desigualdade social é um fenômeno que ocorre principalmente em países em desenvolvimento. Os programas de transferências de renda no Brasil apresentam a possibilidade de soluções para o enfrentamento da fome e da pobreza e, são articulados hoje com políticas nos estados, e conservam uma relação de ações unificadas entre si e entre outros membros da federação, que são orientados pelo governo federal.

Os programas de transferência condicionada de renda vêm ganhando adeptos nos países em desenvolvimento. Esses programas tratam, principalmente, sobre a transferência de valores monetários mensalmente para famílias pobres, ou extremamente pobres. O Banco Mundial e o Banco Interamericano estão ajudando os governos a disseminar os programas de transferência pelo mundo. Cada programa é planejado a partir das condições locais da sociedade.

¹ Mestre em Economia e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação do Trópico Umido - NAEA/UFPA

² Professor e pesquisador da UFPA, sergiolmrivero@gmail.com

³ Professora e pesquisadora do NAEA/UFPA, oriana@ufpa.br.

⁴ Professor da Faculdade de Economia - FACECON/UFPA

Outros países conseguiram obter sucesso com a implantação de programas de transferências renda. O México com seu programa Progresa auxiliou as famílias em setores como saúde e educação: as famílias teriam que se submeterem a exames médicos regularmente e manter as crianças nas escolas, como uma das condicionalidades do programa. O Progresa foi criado em 1997, com 300 mil beneficiários e chegou em 2008 com cinco milhões de famílias. Também em outros países foram desenvolvidos programas como os programas Familias en Acción na Colômbia, O Fancini na Argentina e no Chile Chile Solidario.

Esse trabalho visa fazer uma síntese do contexto histórico da previdência brasileira, tratando das particularidades de aspecto nacional, passando pela Constituição de 1988, a qual modificou o sistema de proteção social no Brasil que foi o marco da redemocratização do país, e também pontuar as reformas ministeriais ocorridas na década de 1990 com o fim do Ministério da Previdência e Assistência Social e criação de um novo, o Ministério do Trabalho e da Assistência Social, e demonstrar a atual estrutura previdenciária. Também visa avaliar o impacto dos programas de transferência de renda das famílias pobres rurais, com um estudo de caso para o município de Abaetetuba no nordeste paraense.

Previdência social no Brasil

Constituição Cidadã de 1988

A década de 1988 foi considerada um marco para um novo pensamento democrático no Brasil. A nova Constituição de 1988 foi a sétima constituição brasileira desde a Independência, e foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988. Perdurou por vinte meses sua elaboração, e compreendia duzentos e quarenta e cinco artigos em nove títulos. A constituição cidadã foi considerada a mais completa no sentido de garantir os direitos a cidadania. Nela a previdência social ganhou uma nova característica, a de seguridade social baseada em três eixos principais: assistência social, previdência social e saúde.

Nesse período alguns princípios estabelecidos passaram a conduzir o poder público para garantir o sucesso do programa. A Constituição de 1988 garantia um conjunto de políticas em saúde e assistência social. Está disposto no art. 194, do capítulo que versa sobre a seguridade social.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Este artigo da Constituição de 1988 apresentou os princípios de como o Estado deve gerir a previdência social. Ele aborda as medidas a serem tomadas pelo Estado em relação ao indivíduo, sempre que se encontre em situação de risco social. Segundo Rocha e Baltazar Júnior (2003), os riscos sociais seriam fatos e acontecimentos que transcorram na vida das pessoas, e que de alguma maneira, modifiquem as condições normais de vida.

A Constituição trouxe muitas modificações. A mais expressiva foi no art. 195, onde foi ampliada a rede de custeio, mantendo o caráter contributivo da previdência social.

Art. 195. A seguridade social financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro;

II - dos trabalhadores;

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I⁵.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

No art. 195, o Estado possui dupla função para garantir a manutenção do programa, primeiro como tomador de serviços e segundo como organizador e distribuidor dos concursos de prognósticos, cabendo também ao empregador e ao empregado a integralização da rede de custeio da Previdência Social.

Contudo a Constituição de 1988 foi resultado de uma defesa proposta de setores que sonhavam com um sistema voltado para a ampliação da cobertura para segmentos da sociedade que não eram assistidos pela previdência; adquiriu um volume satisfatório de investimento para implementação de políticas de proteção social; assistência à saúde mais digna; uma igualização de trabalhadores rurais e urbano. Mas também possibilitou a diversificação da base de financiamento: lucro e faturamento. Assim como, foi implantado um piso unificado igual a um salário mínimo para todos beneficiários e assistidos pela previdência.

⁵ I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo própria dos discriminados nesta Constituição;

Esta constituição reformulou o sistema previdenciário brasileiro da época dando origem às duas leis básicas da Previdência Social: as Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas criadas em 24 de julho de 1991, que abordam sobre o Plano de Custeio e do Plano de Benefício da Previdência Social.

Reforma ministerial de 1990

Durante os dois anos do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) o Ministério da Previdência e Assistência Social foi extinto e suas atribuições divididas. A previdência social passou a compor a parte que pertencia ao Ministério do Trabalho e da Assistência Social (MTPS). A saúde passou a integrar o Ministério da Saúde, assim como, a assistência passou a pertencer ao Ministério da Ação Social. Depois dos desmembramentos, o presidente Fernando Collor lançou um pacote de reforma previdenciária que foi capaz de retirar dos trabalhadores direitos antes conquistados na Constituição de 1988.

Em março de 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso apresentou ao poder legislativo proposta de alteração do sistema previdenciário, que atingiria os setores privado e público, e compreendia também os funcionários civis, militares. Nesse ano, as fontes de auxílio dos gastos públicos, como o aumento de impostos e o endividamento do Estado, não poderiam ser utilizadas para propiciarem o aumento das receitas. A conjuntura econômica interna, as pressões externas em favor da estabilidade da moeda, em especial as pressões vindas do FMI, para uma maior contenção do déficit público constituíam um poderoso freio à utilização desses meios. A proposta de reforma previdenciária no governo Fernando Henrique por ser considerada modesta, se comparada com as mudanças ocorridas em países da América Latina no mesmo período. Mesmo as alterações ocorridas, ferir o princípio da Seguridade Social que a Constituição Cidadã de 1988 trouxe o governo garantia que eram apenas ajustes do sistema.

Uma das alterações que exigiam mudanças na Constituição tratava da imposição do limite de idade para obtenção de uma aposentadoria por tempo de serviço, com o intuito de impedir a crescente participação de pessoas com idade inferior a 50 anos. Das propostas da reforma esta foi a mais criticada, pois tal mudança atingiria diretamente os trabalhadores, tanto do setor público quanto privado. As principais reformas foram:

- Eliminação da aposentadoria por tempo de serviço;
- Estabeleceu idade mínima para tempo de contribuição, sendo 35 anos de contribuição para homens e 30 anos para mulheres;
- Garantia de um teto para os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social;
- Criou um fator previdenciário que se aplicava às aposentadorias por tempo de contribuição. O fator ajustava o valor do benefício de acordo com a expectativa de vida do segurado;
- Foram tomadas regras mais rígidas para os fundos de previdência privada;
- Foi facultada aos servidores públicos a previdência complementar, cujos benefícios são complementados com valores superiores aqueles pagos pelo INSS;

A previdência hoje

Atualmente a previdência social é um tipo de seguro que garante a renda do contribuinte e de sua família, nos casos de doença, acidente, prisão, morte, invalidez, gravidez e oferece diversos benefícios. Para tanto, é necessário o segurado inscrever-se e contribuir todos os meses. A previdência é administrada pelo Ministério da Previdência Social e as políticas referentes a essa área são executadas pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). Todos os trabalhadores formais recolhem, diretamente ou por meio de seus empregadores, contribuições previdenciária para o Fundo de Previdência. No caso dos servidores públicos brasileiros, existem sistemas previdenciários próprios. O art. 201 da Constituição Federal brasileira prevê o Regime Geral de Previdência Social.

A missão da previdência é garantir a proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o “bem-estar social”. Funcionam no Brasil dois sistemas de previdência, o estatal e o privado. Na previdência estatal, obrigatória para todos os trabalhadores, há dois regimes: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), operado pelo INSS para os trabalhadores da iniciativa privada e os funcionários públicos não concursados, e os regimes especiais, para servidores públicos concursados, militares e membros dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, entre outros.

A previdência concede a seus segurados e seus familiares, aposentadorias, pensões e auxílios como assistência salarial em caso de doença, acidente de trabalho, velhice, maternidade, morte ou reclusão. A receita da seguridade social é composta, essencialmente, por: I) recursos provenientes das contribuições incidentes sobre a folha de salários e outras arrecadações pelo próprio INSS; II) repasses realizados pela própria União (contribuição para o lucro e o faturamento das empresas e recursos gerais do Tesouro); e III) outras receitas, incluindo aquelas oriundas de aplicações financeiras.

Outras transferências de renda

O programa Bolsa Família

Não só a aposentadoria é importante como fonte de renda para famílias pobres brasileiras. O bolsa família tornou-se o principal programa de transferência condicional de renda. O programa faz parte de um programa maior do governo federal chamado Fome Zero que tem como objetivo proporcionar a alimentação adequada, segurança alimentar e nutricional. O bolsa família atende mais de 12 milhões de famílias no Brasil, sendo que cada família tem que possuir a renda familiar de até R\$140,00. O valor monetário recebido pela família varia de R\$32,00 a R\$306,00. Ele possui três eixos principais, a transferência de renda, os programas complementares e as condicionalidades, o que ajuda no acesso a direitos sociais básicos na área da saúde, educação e assistência social (CURRALERO et al., 2011).

Em seu primeiro ano de existência, o Bolsa Família alcançou sua centralidade na política social do governo, se destacou como principal iniciativa do Fome Zero. Alguns estudos na área da assistência social caracterizam o Bolsa Família como a “mãe” da política nacional de transferência, adequado para tornar-se o eixo de uma política de proteção social, sobretudo com uma visão mais ampla e completa das verdadeiras necessidades das populações mais necessitadas de auxílio financeiro.

Segundo um levantamento Ministério do Desenvolvimento Social Combate à Fome (2011), no primeiro bimestre de 2011, os 14 milhões de

alunos assistidos pelo Bolsa Família, tiveram sua frequência acompanhada. A condição para recebimento do benefício é de que as crianças estejam em sala de aula. A baixa frequência ou a ausência na escola pode levar ao cancelamento do benefício. Nesse período analisado os gestores municipais expuseram os motivos da baixa frequência que é a dificuldade de acesso à educação, descuido dos pais, e o trabalho infantil.

O bolsa família contribuiu para reduzir a incidência de trabalho entre as crianças de 5 a 12 anos e entre os adolescentes de 13 a 15 anos de idade. Os resultados sugerem que a proporção de crianças e adolescentes que apenas trabalham e a proporção de crianças e adolescentes que não trabalham, enquanto a proporção de crianças e adolescentes que apenas estudam cresce à face do programa. Estes resultados assinalam os limites e a abrangência do programa Bolsa Família. Mas em contrapartida, a concessão de benefícios aumentam a presença das crianças e adolescentes na escola, este resultado mostra a capacidade de um programa melhorar o bem-estar das famílias (ARAÚJO, 2009).

O Seguro Defeso

O Seguro Defeso garante renda aos pescadores durante o período em que os pescadores são proibidos de pescar espécies chaves para comercialização (ALMEIDA et al, 2012; ALMEIDA et al: 2007). A proibição da pesca ocorre no período de reprodução das espécies, para reduzir o risco de depleção do estoque. O programa foi criado em 1991 com o projeto de Lei nº 1.592 enviado para aprovação no Congresso Nacional. Mas só em 2003 no governo Lula, com a lei nº 10.779 do Seguro Defeso foi reformulada diminuindo o prazo de três para um ano a necessidade de comprovação da prática da pesca artesanal com inscrição no INSS e de pagamento da contribuição previdenciária.

Os pescadores artesanais podem acessar direitos sociais como a Previdência Social, Seguro Defeso e políticas públicas específicas para as comunidades pesqueiras tradicionais. De acordo com a lei 8.212⁶ da Previdência Social, os

⁶ Lei 8.212/91-Lei Orgânica da Seguridade Social
Art. 12. São segurados obrigatórios da previdência social as seguintes pessoas físicas:
XII do caput do art. 2o da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

pescadores são considerados como segurados especiais e estão equiparados aos indígenas e trabalhadores rurais. Sendo assim os pescadores passam a ter direitos ao seguro desemprego, que para eles se torna-se seguro defeso (Rodrigues, 2009).

O seguro defeso é um benefício temporário concedido aos pescadores profissionais, e que exerça seu trabalho de forma artesanal, ou para o sustento da família. O defeso é a paralisação temporária da atividade pesqueira, isso para preservar determinadas espécies que precisa se reproduzir, ou para aquelas espécies que estejam sobre forte ameaça de extinção. Os requisitos para o recebimento são: possuir registro de pescador profissional; ter inscrição no INSS como segurado especial; fornecer a comprovação de venda do pescado no período que antecede ao início do defeso; não ser beneficiário de programa de assistência continuada da Previdência Social, ou da assistência Social exceto auxílio-acidente e pensão por morte; não possuir vínculo empregatício, ou outra fonte de renda (MTE, 2011).

Para a maior parte dos pescadores, o seguro-defeso é a única fonte de renda durante a proibição da pesca (quatro meses para peixes e seis para lagostas e camarão). Os períodos são fixados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), através de instrumento normativo publicado no Diário Oficial da União. É uma modalidade do seguro-desemprego destinada aos pescadores que desempenhem atividades de forma artesanal. O seguro corresponde a um salário mínimo pagos no período de quatro meses.

Dados do Portal da Transparência informam que os valores acumulados destinados ao pagamento do seguro defeso já chegaram a cifras de 1,6 bilhões de reais em 2012. O número de assegurados mais que dobrou no Brasil, passando de 301 mil em 2004 e 687 mil de 2004 a 2008 (Portal da Transparência, 2012). De acordo com a Figura 2, os 5 estados com maiores participações no recebimento são: Pará, Maranhão, Bahia, Amazonas e Piauí com participação percentual de 18,5%, 18,1%, 12,9%, 10,5% e 4,5%, respectivamente.

b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008) (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1991).

As transferências de renda em Abaetetuba

No intuito de avaliar o impacto dos programas de transferências de renda governamentais das famílias das zonas rurais do município de Abaetetuba, foi realizado um levantamento de dados primários através da aplicação de questionários nas áreas rurais do município de Abaetetuba. A escolha desse município se dá pela estrutura populacional e econômica que possibilitou averiguar as principais transferências estudadas no trabalho.

Segundo dados do Censo demográfico 2010, a população de Abaetetuba era de 141 mil habitantes. Deste total, 58,82% viviam nas zonas urbanas e 41,1% nas zonas rurais, nestes correspondem a 10.729 domicílios rurais, ou seja, apesar da população apresentar característica urbana, uma parcela significativa pertence ao meio rural. A pesquisa conseguiu entrevistar 6% do total dos domicílios rurais. A principal atividade econômica encontra-se, assim como em todo o estado, nos setores de comércio e serviços. Da totalidade da população do município, 36,5% e 59,7%, respectivamente, recebem até um quarto de salário mínimo e, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano, em 2000, cerca de 12,4% da população de Abaetetuba recebeu 100% dos rendimentos provenientes de transferências do Governo Federal.

Os dados aqui são baseados em um levantamento de 635 entrevistas em 38 comunidades localizadas no município de Abaetetuba no Nordeste Paraense. As entrevistas foram divididas com base na estrutura geográfica do ambiente: em comunidades da terra firme e da várzea. Na terra firme, o questionário aplicado possuía 70 perguntas e na várzea foi ampliado e chegou a 175 questões. Entre pais, mães, filhos e outros membros pertencentes à família, foram analisados 2.459 pessoas. O tempo médio de moradia nas comunidades foi de 27 anos e a religião predominante entre os chefes de família é a religião católica cerca de 69%.

Com relação a faixa etária da população, o critério adotado para determinar os intervalos das categorias foi o de jovem de 18 a 25 anos, adultos de 26 a 60 anos e idosos acima de 60 anos. Partindo desta especificação, 70% dos entrevistados correspondem a adultos (26 a 60 anos), prevalecendo indivíduos do sexo masculino. O número de jovens analisados foi de 21,5% e de idosos foi de 8,3%. Este resultado é similar ao observado pelos dois últimos censos

demográficos (2000 e 2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No quadro nacional, se ver a diminuição do percentual de jovens e aumento de adultos e idosos. No ano 2000, os primeiros representavam 40,17%, os segundos 51,27% e os idosos 8,56% da população e 2010, os percentuais são 32,99%, 56,22% e 10,79%, respectivamente.

Os moradores das 38 comunidades entrevistadas possuem níveis de escolaridade relativamente baixos, pois predominantemente os entrevistados informaram ter apenas ensino fundamental incompleto (67,6%), seguido do ensino médio completo (18,3%) e apenas 3,13% informaram que possuem ensino superior completo. Os resultados educacionais corroboram com os dados encontrados pelo censo 2010 do IBGE que diz que metade da população brasileira com mais de dez anos nunca estudou ou tem apenas o ensino fundamental incompleto. Segundo o estudo, a porcentagem da população com esse nível de instrução é de 50,2%. O dado aponta para um avanço com relação ao último levantamento em 2000. Naquele ano, a porcentagem da população que não tinha completado o ensino fundamental era de 65,1%.

Relativo à escolaridade dos chefes de família, a mulher é a que mais possui anos de estudo. De acordo com a pesquisa 77% dos chefes possuem ensino fundamental incompleto, seguido de 12% com ensino médio completo e apenas 2% com superior completo, desses 66% correspondentes as mulheres. O grau de escolaridades dos pais pode influenciar na educação das crianças, haja vista, que pais mais esclarecidos ajudam na educação e aprimoramento intelectual dos filhos. Neste ponto, o Bolsa Família vem contribuindo para a melhoria da educação, pois reflete beneficentemente de forma direta nas famílias mais carentes do país, através da distribuição de renda permite que estas tenham uma vida de melhor qualidade e o programa cria meios que buscam garantir que as famílias mantenham seus filhos na escola (CHRISTIE e PIRES, 2006).

A renda total mensal das famílias estudadas foi elaborada somando todas as rendas pertencentes aos indivíduos moradores de cada domicílio. Essas rendas são: os salários dos chefes da família, a renda dos filhos e de outros agregados, aposentadorias, bolsa família, benefício saúde, bolsa jovem, seguro defeso, renda da farinha, renda do açaí, renda do camarão e renda do peixe, estas três últimas rendas são particulares da zona de várzea estudada. A renda familiar mensal

obteve escalas de 0 (onde optou-se por não mencionar a renda ou não apresentou nenhuma renda) e maior que R\$3.000,00. A média da renda por família foi de R\$837,00 entre as duas regiões.

Observou-se que a principal fonte das rendas das famílias é proveniente de salários ganho nas mais diversas atividades formais, mas as transferências governamentais apresentam uma importante fonte de incremento da renda. Com os levantamentos analisados foram descritos cinco principais transferências observadas: Bolsa Família, Aposentadorias, Seguro Defeso, Bolsa Jovem e Benefício Saúde. O programa bolsa família apresentou-se com a maior abrangência com 56,8%, seguido pelas aposentadorias com 37,6% e em terceiro, o seguro defeso com 17,4%. Apesar da baixa participação das outras transferências, o Bolsa Jovem e o Benefício Saúde contribuíram positivamente no aumento da renda da população analisada.

A população da terra firme possui características singulares. A maior parte da renda é composta pela renda salários, acompanhada da renda transferências. A renda de salário representar 48% da renda total se deve ao fato de que a região estudada ser de característica periurbana, motivo pelo qual boa parte das pessoas trabalha na cidade. Destaca-se também a renda oriunda de pequenos comércios que foi de 5,76%; muito dessa renda comercial se deve ao fato das famílias morarem à margem de estradas e rodovias.

A renda total mensal das famílias da várzea possui uma distribuição diferenciada da renda total da terra firme. Sua maior composição provém das transferências cujo valor foi de 57,14%, resultado principalmente devido ao bolsa família, e principalmente, ao Seguro Defeso, confirmado pelo significativo percentual da renda produção de 17,39%. A renda do artesanato foi superior à renda salários devido às comunidades serem ribeirinha, mais distante da cidade e com a cultura voltada para a pesca.

Em relação à distribuição dos estoques de capital produtivo e não produtivo nas duas regiões estudadas (várzea e terra firme), nota-se que as famílias residentes nas comunidades da terra firme estão destinando uma maior parte da renda para capital não produtivo⁷, isso representa um total de 86%. Muito se

⁷ Investimentos não produtivo: de acordo com a pesquisa foram caracterizados pela soma dos valores dos seguintes bens: televisão, máquina de lavar, DVD, rádio, geladeira, fogão, parabólica, motor de luz e bomba d'água.

deve esse enorme percentual à pequena parcela que a renda da produção (1,58%) representou na renda total das famílias na região, ou seja, as famílias da terra firme não possuem uma atividade produtiva que mereça tal investimento dos bens de produção. Por outro lado, a população da várzea também se comportou de maneira favorável ao estoque de capital não produtivo, mesmo a região possuindo uma renda da produção bem significativa de 17,39% ainda sim o investimento produtivo⁸ foi menor, mas não tão díspare.

A distribuição da quantidade de benefícios para as famílias revela que 35% das famílias recebem somente Bolsa Família e 16,2% apenas aposentadoria. Foi constatado naquelas famílias que recebem tanto aposentadoria como Bolsa Família, um percentual representativo de 8%, sendo que aquelas que recebem Bolsa Família e Seguro Defeso também alcançaram esse percentual.

Analisando as duas regiões estudadas, terra firme e várzea, podemos observar que a distribuição dos benefícios ocorre de formas diferentes, assim respeitando características próprias de cada ambiente. A região de várzea obteve maior número de seguro defeso, enquanto na terra firme mostrou-se atrativa ao Bolsa Família e aposentadoria. Não obstante, cinco famílias recebem as três modalidades de transferências de renda, analisadas como as principais, e uma família apenas recebe as quatro modalidades, todos na região da terra firme.

Conclusão

O objetivo principal deste trabalho foi de avaliar o impacto dos programas de transferências governamentais das famílias rurais da Amazônia, com o estudo de caso no município de Abaetetuba. Os resultados mostram que as transferências de renda ajudam no combate às desigualdades sociais no Brasil. Diversos trabalhos apontam para essa direção. Entretanto, explicações empíricas sobre o impacto das transferências no aumento dos investimentos não são encontradas e este trabalho pôde demonstrar que os benefícios, além de servirem para o combate a pobreza servem de estímulo financeiro para a compra de diversos bens.

As aposentadorias apresentaram-se como a principal transferência de renda destinadas às famílias, tanto da várzea quanto da terra firme em ambos

⁸ Investimento produtivo: de acordo com a pesquisa foi a soma dos valores dos seguintes bens: forno de farinha, máquina de costura, bajara, rabeta, bote, canoa, freezer, máquina de açaí.

os modelos: de investimento e de qualidade vida. Entretanto, este benefício é concedido após anos de contribuição. Mas, segundo Maia et al. (2007), as famílias com aposentados possuem uma parcela maior da população acima da linha de pobreza que as famílias sem aposentados, ou seja, a aposentadoria contribuiria para eliminar um grande número de famílias da condição de pobreza. Nas áreas rurais esta relação é mais intensa, sendo que, em 2006, 80% da população das famílias com aposentados estavam acima da linha da pobreza enquanto apenas 39% da população das famílias sem aposentados encontravam-se nessa situação. Nas áreas urbanas, onde a diferença é menor, encontravam-se acima da linha de pobreza 77% da população pertencente às famílias sem aposentados e 93% da população pertencente às famílias com aposentados.

Para o Bolsa Família as estimações mostraram-se resultados de acordo com o esperado com relação a vasta literatura sobre o assunto. Como já mencionado, a formação das rendas na várzea apresenta características distintas da formação da renda da terra firme. Os baixos valores do benefício podem ser utilizados para a manutenção dos estudos dos filhos dos beneficiados ou para produtos alimentares da família. Entretanto, o programa apresentou-se altamente importante no modelo utilizado para captar o impacto da transferência na qualidade de vida destas famílias. Segundo Attanasio e Mesnard (2008), o efeito positivo das transferências sobre a qualidade de vida não acontece de forma imediata, porque a renda disponibilizada não necessariamente aumenta na mesma proporção que o montante da renda familiar. Segundo ele as condicionalidades podem diminuir outras rendas como as provenientes de trabalho infantil. Contudo o que se espera é que as transferências incentivem de forma positiva o consumo, e o bem-estar das famílias.

No caso do Seguro Defeso, os resultados destacaram que, mesmo sendo uma assistência financeira temporária, são importantes ferramentas para o combate a pobreza, aumentando os níveis de capital e a capacidade produtiva das famílias. Apesar de este benefício apresentar um grande número de beneficiários que não deveriam receber o programa, sua relação com o aumento da renda nos momentos de defeso são imprescindíveis para essas populações.

Tendo como principal causa da pobreza no Brasil, a desigualdade na distribuição de renda e riqueza, deve-se buscar, sobretudo, por meio de programas sociais, a redistribuição de renda para os pobres (Barros, Carvalho & Franco,

2007). Diante disso consideram que qualquer que seja a política que tenha por objetivo o enfrentamento à pobreza deve ser articulada com a política econômica, com investimento social a médio e em longo prazo.

Neste sentido, os programas de transferência de renda constituem-se numa forma eficaz de melhorar a situação das famílias pobres e extremamente pobres, contribuindo para reduzir as desigualdades sociais e elevando as condições de vida das famílias de baixa renda, por meio da redução das desigualdades de renda principalmente.

Referências

ATTANASIO, O.; MESNARD, A. *The Impact of a Conditional Cash Transfer Programme on Consumption in Colombia*. London: The Institute for Fiscal Studies. 2006.

ALMEIDA, O.T., AMARAL, L., RIVERO, S., SILVA, C. N. Caracterização do pescador e da frota pesqueira comercial de Manoel Urbano e Sena Madureira (AC) e Boca do Acre (AM). Belém, Novos Cadernos NAEA. NAEA/UFPA. Vol. 15, n. 1. p. 291-309, jan-jun 2012 (ISSN 1516-6481).

ALMEIDA, O., RIVERO, S. ANDROCZEVECZ, S., ARAUJO, N. Inovações e pesquisa na indústria pesqueira na Amazônia. Belém, Novos Cadernos NAEA. NAEA/UFPA. Vol. 10, n. 2. p.127-142, jul-dez 2007 (ISSN 1516-6481).

BALTAZAR, Junior. *Comentário à Lei de Benefícios da Previdência Social*. 8. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado; Esmafe, 2008.

BARROS, R., P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O Papel das Transferências de Públicas na Queda Recente da Desigualdade de Renda Brasileira. In: BARROS, R., P., FOGUEL, M., N., ULYSSEA, G. *Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente*. Volume II. IPEA, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de Outubro de 1988*. Organização do texto: Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos e Livia Céspedes. 40. ed. São Paulo. Saraiva, 2007.

BRASIL. Constituição de (1934). *Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 16 de julho de 1934*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em: 13 jul. 2012.

BRASIL. Portal da Transparência. Controladoria-Geral da União - CGU. Seguro Defeso e pescador artesanal. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/defeso/download.asp>. Acesso em: 04 jun. 2012

BRASIL. Constituição de (1946). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 18 de Setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em: 13 jul. 2012.

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 15 de Março de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 13 jul. 2012.

CHRISTIE, D. ; PIRES, A. A Implantação do Bolsa Família e sua relação com a pobreza nas regiões brasileiras no período de 2004 e 2006. Demografia. Caxambú-MG, 2006.

CURRALERO, C. R. B.; LICIO, E. C.; MORENO, A. L.; PONTES, A. C. Desafios para gestão intersetorial e intergovernamental do programa bolsa família para o enfrentamento da pobreza. VI Congresso CONSAD da gestão pública. Brasília, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Acessado em: censo2010.ibge.gov.br.

MAIA, M. B. R. Do Defeso ao Seguro Desemprego do Pescador Artesanal: A Inclusão do Pescador nas Políticas Públicas de Seguridade Social. Manaus, 2007.

MEDEIROS, M.; BRITO, T.; SOARES, F. Transferências de Renda no Brasil. Novos Estudos - CEBRAP, nº 79, p5-2, 2007.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Panorama da Previdência Social Brasileira. 3ª Edição. Brasília, 2008.

ROCHA, M.; BALTAZAR, J. Comentários à Lei dos Benefícios da Previdência Social. 3ª Edição revista Atual. Porto Alegre. 2003.

RODRIGUES, G. S. Direitos Sociais e Pesca Artesanal. Rio de Janeiro. Ed. Atas, 2009.

SOLON, M. Uma Análise da Efetividade do Programa Bolsa Família como mecanismo de Combate à Pobreza e a Exclusão Social (2004 e 2006): Um exercício para o Brasil e Região Norte. Belém-PA, 2008.

Agradecimentos

Ao IDRC, à FAPESPA, à CAPES e ao CNPq, pelo apoio financeiro.

Espaços públicos urbanos e práticas sociais: o Bosque Rodrigues Alves em Belém, PA

Silvia Laura Costa Cardoso¹ • Silvio Lima Figueiredo²

Introdução

A cidade é realidade social que exprime com eloquência em sua forma física e em sua dinâmica uma das modalidades fundamentais de “organização” das diferenças (GOMES, 2002). Para Bahia (2012), a cidade é resultado de vários tipos de processos socioespaciais gerados pela complexa interação entre os agentes modeladores do espaço, interesses diversos, significações e fatores estruturais (BAHIA, 2012).

Espaço é a expressão da sociedade. Uma vez que a sociedade está passando por transformações estruturais, na atualidade estão surgindo novas formas e processos espaciais. Segundo Castells (2010), o espaço é um produto material em relação a outros produtos materiais – inclusive as pessoas – as quais se envolvem em relações sociais “historicamente” determinadas que oferecem ao espaço uma função, uma forma e um sentido social (CASTELLS, 2010).

O espaço socialmente produzido em Lefebvre (2010) refere-se à prática espacial, à representação do espaço e ao espaço da representação, e nesse sentido, o autor destaca três dimensões que demarcam o espaço urbano: a primeira dimensão se relaciona à dimensão do percebido e corresponde à materialização física das formas espaciais construídas pressupondo uma reunião de usos e funcionalidades distintas. A segunda dimensão diz respeito ao concebido, às representações mentais do espaço ligadas principalmente ao saber e ao poder que

¹ Técnica da Prefeitura de Belém. Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - UFPA. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – NAEA/UFPA.

² Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), Brasil. Doutor em Comunicação (ECA/USP); realizou estágio pós-doutoral em sociologia na Université René Descartes - Paris V Sorbonne.

expressa símbolos e imagens que definem o pragmatismo na sociedade, como aquele concebido pelos planejadores, urbanistas e pelos tecnocratas. A terceira dimensão é o espaço vivido e inclui diferentes práticas cotidianas dos sujeitos com suas imagens e significados. Esta contém a dimensão do “irracional”, das emoções, do subterrâneo, das obras, do “simbólico”, recobertos de códigos, linguagens e resíduos colocados em prática pelos setores de planejamento e pela racionalidade que concebe um ordenamento urbano novo visando alcançar conteúdos espaciais novos às antigas formas espaciais (LEFEBVRE, 2010).

Contudo, as cidades na chamada “pós-modernidade” apresentam algumas características, nas quais é possível entender que seu espaço público é percebido inicialmente como funcional e relacionado às atividades de lazer e de sociabilidade, nesse campo esses espaços teriam dupla função (FIGUEIREDO, 2008). A primeira função está voltada à disponibilidade de opções de lazer aos moradores, processos de sociabilidade, garantindo o bom funcionamento da engrenagem urbana, calcada na dicotomia trabalho/lazer. A segunda função relaciona-se a um lugar de referência da cultura, divertimento, entretenimento, como uma amostra dos “produtos” simbólicos que a sociedade tem. Essa dupla função é incorporada pelo planejamento urbano e, pelas políticas públicas de gestão da cidade que em setores ligados ao meio ambiente, cultura, esporte e turismo garantem a refuncionalização e produção desses espaços, em vários locais e das mais variadas formas (FIGUEIREDO, 2008).

Nesse prisma, os jardins botânicos urbanos, como espaços públicos verdes, passam a oferecer aos cidadãos um retorno à natureza, fato cada vez mais raro e distante dos moradores das grandes metrópoles, além de proporcionar lazer, cultura e turismo às pessoas.

Contudo, percebe-se que a partir das transformações urbanas ocasionadas pelas novas configurações das cidades contemporâneas, as dinâmicas que regem os espaços públicos verdes urbanos - especialmente em cidades da Amazônia, como Belém do Pará - sofrem alguns rompimentos das relações indivíduos-natureza, desencadeados pelo crescimento urbano desordenado, no qual a floresta em pé dá lugar às edificações residenciais e/ou comerciais. Também pela carência dessas “ilhas de vegetação” destinadas à contemplação, à educação e a interpretação ambiental, ao lazer, à cultura, ao turismo e à sustentabilidade, que

em épocas passadas favoreciam a qualidade de vida das pessoas nas cidades.

Neste cenário, as relações socioambientais nas cidades modernas sofrem também diferentes modificações, reflexo do modelo capitalista de produção e consumo que as sustenta e, que resulta em problemas significativos aos sujeitos no ambiente urbano. Assim, urge a necessidade de se proteger alguns espaços públicos urbanos, institucionalizá-los e talvez requalificá-los como áreas verdes protegidas, parques ou jardins.

Analisa-se aqui o caso do Bosque Rodrigues Alves – Jardim Botânico da Amazônia (BRAJBA), patrimônio secular de Belém do Pará, que cumpre um importante papel no que concerne a preservação dos recursos naturais amazônicos, por meio de ações de interação entre os cidadãos através de atividades que envolvem educação e interpretação ambiental, pesquisa, lazer, turismo e cultura.

O entendimento das relações socioambientais que ocorrem no Bosque Rodrigues Alves exige uma observação atenta das complexas teias que fazem desse espaço um mosaico de interações situadas, do encontro, do ajuntamento, do político e de *práticas* que podem ser identificadas nas formas de socialidades (conflitivas ou não) no espaço público urbano.

O objetivo deste artigo é perceber a rede de relações socioambientais por meio de uma pesquisa exploratória, a fim de identificar a sociabilidade pública situada no espaço verde, bem como a copresença, as *práticas* e a situação que fazem desse espaço público um lugar recheado de bens simbólicos, lugar de encontro onde perpassam vínculos de amizade, da vivência da infância, do relaxamento, do lazer e do turismo.

Para se aproximar do objeto, este artigo realiza ainda uma problematização do tipo de comunicação do Bosque com o público, a partir da experiência do turismo, tratando das possibilidades de uso desse espaço verde, que envolve desde o sentido atribuído ao local pela prefeitura e agências de turismo, até os diferentes usos de seus visitantes.

Trata-se um estudo com abordagem qualitativa que em termos teóricos envolveu a discussão sobre os usos do espaço público na cidade. Os dados primários foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo que envolveu visita no Bosque. Utilizou-se de observação simples e entrevistas não diretivas junto aos usuários do espaço público. As

entrevistas ocorreram em novembro de 2014, no período matutino. Foram realizadas 09 (nove) entrevistas junto aos visitantes do Bosque com auxílio de alguns instrumentos para o levantamento de informações: câmera fotográfica, gravador de voz, caderno de anotações e o roteiro de entrevistas. A escolha dos entrevistados foi aleatória e, antes das entrevistas foram esclarecidos aos visitantes os objetivos da mesma. Observaram-se as diferentes práticas, a copresença e os ajuntamentos que se faziam presentes no espaço, ou seja, no cenário do Bosque Rodrigues Alves.

As perguntas versaram sobre: o entendimento sobre o espaço público na cidade, a frequência e as motivações que o levaram a visitar o Bosque naquele dia, bem como a sua percepção sobre o Bosque enquanto espaço público. Para a análise foram utilizadas as categorias: situação, ajuntamento, práticas e representações. Estas permitem entender os usos simbólicos ou não do Bosque Rodrigues Alves pelos cidadãos que se relacionam com o espaço público.

Espaço público: diferentes acepções e práticas

Nas ciências da sociedade, a noção de espaço público é foco de enfoques teóricos e metodológicos diversos que permitem a compreensão dos espaços urbanos das cidades. Para David Harvey (2014), as qualidades humanas da cidade emergem de nossas práticas nos diversos espaços desta, mesmo que eles sejam passíveis de cercamentos, controle social e apropriações, tanto pelos interesses privados como pelos público-estatais.

Ao distinguir os espaços públicos e bens públicos dos comuns, Harvey (2014) afirma que os dois primeiros sempre foram uma questão de poder de Estado e administração pública e não constituem necessariamente um comum. Espaço e bens públicos urbanos são considerados como elementos importantes para o desenvolvimento capitalista, já que sua provisão (saneamento, saúde, educação etc.) se dá por meios públicos e privados, onde os conflitos e lutas de classe levam a administração pública a suprir esses bens à classe trabalhadora urbanizada.

Os bens públicos são entendidos, portanto, como gastos produtivos do Estado. Harvey (2014) afirma, porém, que embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessário uma

ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades.

Gomes (2012) afirma que a compreensão da dinâmica do espaço público deve levar em conta distinções sociais que vão além da renda, como a religião e a etnia. O autor enfatiza a dimensão do espaço como política, onde verdades de grupos estão em confronto e negociação. A visão adotada por ele sublinha ainda os processos sociais de estruturação do espaço público, cujas dinâmicas o pesquisador deve observar, além dos ritos de apropriação, exclusão e pertencimento, assim como a orientação espacial, segundo signos estruturados ou vivências diferenciais que resultam em imaginários próprios aos grupos que transitam e transformam esses espaços.

Nesse sentido, um espaço como o Bosque é dinâmico e se associa de maneira diversa, criando composições próprias. O jardim botânico urbano oferece um lugar de representação do imaginário, onde podem ser interpretadas as lendas, os símbolos, os mitos ou os rituais. Assim, no interior do Bosque, as pessoas estão sob um mesmo espaço, mas não situadas no mesmo lugar. Segundo Goffman (2010), a circulação dos transeuntes pode ser descrita como uma sucessão de acordos de visibilidade completamente ritualizados. Distinções de uso regulam a distribuição das pessoas sobre o espaço, que criam interações ou se distanciam, criam conflitos e alianças que dão margem aos ajuntamentos na “arena pública” (entendida como categoria simbólica e como espaço físico, onde se dão as relações) (GOFFMAN, 2010).

Na medida em que a copresença é tratada em si mesma, ela desenha uma socialidade que geralmente se preocupa em “liberar a circulação” nas circunstâncias precisas de uma situação (JOSEPH, 2000). O entendimento de *situação* está relacionado “ao ambiente espacial completo em que ao adentrar uma pessoa se torna um membro do ajuntamento que está presente, ou que então se constitui” (GOFFMAN, 2010).

Gomes (2012) afirma que alguns espaços públicos constituem nas cidades contemporâneas os filtros por onde a comunicação social é obtida. Em uma estrutura fracionada, a cidade perde sentido global e se transforma em aglomeração. Nesse sentido, algumas áreas surgem com o papel de intermediárias no diálogo entre os diferentes segmentos que compõem a cidade.

Leite (2004) faz uma distinção entre conceitos fundamentais como espaço urbano, esfera pública, espaço público e lugar. Para ele, o espaço urbano é a simples configuração espacial da cidade, sem maiores significados para atores e suas ações sociais. Não inclui práticas interativas entre os agentes envolvidos na construção social de seu espaço. Esfera pública, por sua vez, é um campo imaterial que não necessita de uma referência espacial para a realização de ações interativas.

Vale dizer que a interseção entre espaço urbano e esfera pública resultaria em um espaço público, definido como sendo “algo que resulta de uma demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas reflexivamente delimitado” (LEITE, 2010, p. 748). O espaço público, segundo Leite (2004), possui sociabilidade pública com práticas interativas (conflitivas ou não) convergência de categorias espaço e ação.

O lugar, para Leite (2004) é um “espaço de representação cuja singularidade é construída pela territorialidade subjetivada, mediante práticas sociais e usos semelhantes”. Assim, segundo o autor, para que um espaço se transforme em lugar é necessário a convergência de sentidos atribuídos. Vale dizer, no entanto, que apesar dos lugares possuírem caráter simbólico convergente, eles não são um consenso.

No contexto da globalização, a construção desses lugares é entrecortada pelas escalas global e local. Não há, portanto, um sentido único de lugar porque as pessoas estão inseridas socialmente de forma diferente. Os lugares são locais de ajuntamentos, redes de relações, interações e entendimentos sociais que se constroem a situação em uma escala muito maior que no passado.

Assim, existe uma diferença entre os lugares contemporâneos e antropológicos, onde os primeiros podem ser definidos como “mínima convergência de conteúdos e práticas simbólicas, construídas e negociadas cotidianamente em um processo de interação pública geradora de fronteiras mais fluídas”, e os segundos como “portadores de demarcações territoriais e simbólicas mais rígidas e perenes”.

Ainda falando de lugar, Leite (2004) faz uma distinção entre consenso (discordância que exige negociação entre diferentes partes que gera pactos ou acordos) e entendimento (faculdade de compreender a si mesmo e ao outro como parte de algo comum, pressupondo convivência cotidiana de pessoas e cujas

concepções de mundo e estilos de vida são semelhantes). Nesse sentido, percebe-se que os espaços urbanos contemporâneos são polissêmicos, dependendo dos sentidos que as ações interativas lhe atribuem. A ideia da inserção das diferenças no espaço da vida pública prevê interações em que as diferenças não reivindicam ou desejem inclusão, ainda que necessitem se afirmar na vida pública a demarcação de suas diferenças.

Emerge aqui o conceito de desentendimento, de Rancière (1996), encontrado em processos sociais que atribuem sentidos distintos a certas configurações socioespaciais por serem portadores de concepções diferentes sobre o que representa um espaço da cidade ou patrimônio cultural representativo de uma tradição. A polissemia dos espaços urbanos e seus lugares representam uma forma política do desentendimento manifestada pelos usos e contra-usos³ que espacializam a diferença. A solução para isso seria uma ação comunicativa que pode ou não resultar em um consenso. Para o autor é possível, assim, politizar a cidade, publicizando e politizando as diferenças, atribuindo sentidos e qualificando os espaços na cidade como espaços públicos.

Leite (2004) infere que é no interior do espaço público que o desentendimento se torna uma possibilidade política. Nesse sentido, para se tornar o *locus* da igualdade de direitos e da liberdade política o espaço público deve suportar as assimetrias de falas e participação que refletem as desiguais formas de inserção social dos agentes envolvidos.

O espaço público deve assim ser receptivo à noção de desentendimento, no sentido proposto por Rancière (1996), ou seja, como atribuição de sentidos distintos sobre certas configurações socioespaciais levando em consideração a forma desigual de inserção nas narrativas políticas. Para o autor, os agentes envolvidos no desentendimento devem se pautar por uma ação comunicativa no sentido habermasiano, ou seja, orientada para o entendimento.

Assim, Leite (2004) afirma que são essas apropriações políticas dos lugares que publicizam e politizam as diferenças, lhe atribuindo sentidos e qualificando os espaços da cidade como públicos.

³ Significações, ou contra-sentidos, que diferem daqueles esperados pelas políticas urbanas e contribuem para uma diversificação dos atuais sentidos dos lugares.

Para Souza (2008), o lugar é um espaço dotado de significação, gerando espaços vividos e que se associam a identidades coletivas e processos de construção e modificações de territórios e de construção de sentimentos de lugar. A partir daí, ele estabelece uma diferenciação entre os tipos de espaço, sendo eles públicos ou coletivos. O espaço público pressupõe uma cena pública com liberdade formal e real. Já o espaço coletivo seria um espaço de uso comum, mas sem liberdade. Percebe-se aí que existem posições sobre espaço público, onde uma é de origem liberal, que defende a primazia ao individual e a defesa da vida privada. A outra posição é democrática ou republicana, onde o espaço público é um *locus* em que o ser humano se realiza plenamente. Nesse sentido, ameaças e limitações à autonomia individual e coletiva, em decorrência das transformações sociopolítico-espaciais, podem gerar o que o autor chama de anemia do espaço público. Espaços públicos vigiados são anêmicos, mas não anômicos, pois não registram um relaxamento das normas que regem a vida de um grupo social, ao contrário, são marcados pelo monitoramento que só restringem a privacidade, ameaçam a liberdade e espontaneidade.

Assim, a necessidade do cercamento de espaços públicos como o Bosque gera o debate se práticas como essa estariam gerando um declínio, degradação ou perda no/do espaço público. Souza (2008) defende a necessidade de buscar uma síntese ou compatibilidade entre identidades coletivas, particulares e valores e aspirações universais. Assim, para ele, quanto maior a autonomia, o nível de acessibilidade e pluralismo, maior o grau de consistência da esfera pública e de vitalidade e densidade dos espaços públicos. O autor defende que para revitalizar ou garantir a segurança de espaços públicos é necessário buscar maior presença humana possível com heterogeneidade e diversidade dos espaços públicos como fator de vitalidade.

Bosque Rodrigues Alves – Jardim Botânico da Amazônia (BRAJBA)

O Bosque Rodrigues Alves é um espaço público de grande significação para a população de Belém, tanto no aspecto cultural como simbólico. Essa significação foi construída historicamente e de forma imbricada com a vida da cidade tornando-se uma espécie de síntese de sua cultura.

O espaço público foi inaugurado como parque municipal em 25 de agosto de 1883, com uma área de 15 hectares. Inspirado aos moldes do “*Bois de Bologne*”, principalmente o *Parc de Bagatelle*, - área verde localizada em Paris, França - abriga uma importante diversidade de espécies da fauna e flora do ecossistema amazônico. Representa a possibilidade para turistas do Brasil e do exterior, pesquisadores e visitantes de conhecerem o “laboratório vivo” totalmente inserido no núcleo urbano de Belém do Pará.

A época de inauguração do Bosque foi marcada pela chegada da navegação a vapor à Amazônia, fato que possibilitou a construção de grandes portos, com destaque para as cidades de Belém e Manaus, que foram inseridas na economia nacional e internacional por meio da comercialização da borracha. Em Belém, esse processo teve forte impacto no espaço urbano ante as demandas de novas relações econômicas, socioculturais e políticas advindas do “progresso” republicano.

É nesse contexto que surge o Bosque da Estrada de Bragança ou Bosque Municipal, no bairro «Marco da Légua», por norma municipal da Câmara de Belém, na gestão de Clemente Malcher. O espaço foi “revitalizado” na gestão de Antonio Lemos e entregue à cidade em 1903, com objetivo de “proporcionar um espaço de lazer agradável aos visitantes, sendo provido com diversos equipamentos, como cascatas, lagos, ilhas, grutas, viveiros de aves e pontes” (BAHIA, 2012, p. 185). O nome Bosque Rodrigues Alves só foi adotado no período republicano, em 1906, em homenagem ao presidente da república da época.

O Bosque representa um “bem simbólico” de Belém do Pará, pois, é considerado patrimônio natural, histórico e cultural da cidade, tendo em vista que seus monumentos retratam o período da “*belle époque*” - o auge do ciclo da borracha na Amazônia - período em que a elite paraense visitava o lugar para o descanso e contemplação da natureza.

O espaço recebeu em julho de 2002 o título de Jardim Botânico da Amazônia, com base na Resolução n. 266, de 03 de agosto de 2000, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Com a certificação, o Bosque entrou na lista da Rede Brasileira de Jardins botânicos que integra a *Botanic Gardens Conservation International* (BGCI), Rede Mundial de Jardins Botânicos com mais de 1.846 jardins botânicos em 148 países.

O “Bosque”, como é popularmente conhecido, é lugar de referência para a contemplação e entretenimento dos cidadãos que, em programas, projetos e ações ligados ao meio ambiente, à cultura e ao turismo, favorecem a usos múltiplos do espaço público.

O Bosque recebe aproximadamente 200.000 visitantes ao ano (DGAE/SEMMA, 2014), entre estudantes, turistas, pesquisadores, idosos, portadores de necessidades especiais e o público em geral, que podem conhecer espécies representativas da flora e fauna amazônicas, além de monumentos arquitetônicos e históricos, datados do início do século XX, que propiciam a compreensão de parte da história e da cultura amazônica. Sua gestão é realizada pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e da Diretoria de Gestão de Áreas Especiais (DGAE).

O principal público frequentador é formado atualmente pelos moradores de Belém, que acessam o espaço nos finais de semana, como opção de lazer para famílias inteiras e principalmente para entretenimento do público infantil em áreas “naturais” e espaços verdes.

Na perspectiva do *city marketing*⁴, o Bosque integra o rol de atrativos turísticos da cidade de Belém, pois há publicidade do Jardim nos sites oficiais de turismo do Estado, bem como em algumas páginas das agências de turismo receptivo e de operadoras de turismo, como, por exemplo, a CVC. Contudo, o Bosque não integra a rota dos passeios turísticos que são realizados pelo centro histórico da cidade - os denominados “*city tours*” - comercializados pelas agências de turismo receptivo.

O Bosque possui importante potencial turístico tendo em vista que abriga vários símbolos e signos que o categorizam como espaço de vivências da história e da cultura amazônica retratados nos monumentos e na arquitetura secular, bem como abriga uma importante diversidade de espécies da fauna e flora do ecossistema amazônico que possibilita o contato do visitante com a natureza em atividades de ecoturismo, por meio das trilhas ecológicas monitoradas que são realizadas no espaço público necessitando de agendamento prévio.

⁴ *City marketing* pode ser entendido como um conjunto de políticas de promoção e legitimação de certos projetos de cidade, os quais são difundidos como emblema da época presente, passando uma imagem publicitária que diferencie determinada cidade das demais (SÁNCHEZ, 2001).

Além disso, estão acontecendo atualmente visitas de estudantes e professores oriundos de vários municípios do Pará e ilhas do entorno da cidade em um segmento denominado “turismo educacional ou pedagógico”⁵. Durante o mês de novembro de 2014, visitaram o Bosque 976 estudantes e professores oriundos desses locais⁶.

Apesar desse potencial turístico, pode-se dizer, a partir do estudo no espaço público, que a maioria dos frequentadores não vai até o Bosque guiados por uma agência de turismo com a presença de guias e suporte de ônibus de turismo. Ao contrário, o que se vê são turistas sozinhos ou em pequenos grupos acompanhados de parentes ou amigos, descobrindo o Bosque por conta própria. Do ponto de vista da experiência, pode-se dizer que esta é mais espontânea, mais aberta à diferença e mais próxima daquela do *flaneur* moderno. Porém, justamente por essa liberdade e espontaneidade (decorrente da falta de acompanhamento oficial), a visita corre o risco de ser mal aproveitada quanto à apreensão de informações históricas, culturais ou mesmo sobre uma melhor compreensão da biodiversidade presente no local.

É considerado, portanto, na atualidade, como importante espaço público para uso da cidade e como indutor do turismo na perspectiva de respostas às demandas de lazer advindas do processo de industrialização e suas consequências, como por exemplo, a dicotomia lazer-trabalho (BAHIA, 2012, p. 19), na qual o trabalho exerce centralidade e o lazer passa a ser visto como “tempo livre” em relação ao trabalho. A reconfiguração dos espaços públicos de Belém resultante dessa dinâmica criou necessidades de áreas verdes destinadas ao lazer.

A institucionalização do Bosque como área verde a ser preservada vem ao encontro dessas necessidades, por meio de políticas públicas específicas e instrumentos norteadores de uso pela sociedade na perspectiva de um espaço público de lazer e pesquisa. Nesse sentido, a compreensão do Bosque como

⁵ Significa “o viajar para aprender”, que se caracteriza por viagens de estudo do meio e tem como objetivo transportar o conhecimento teórico assimilado em sala de aula para a realidade concreta, oferecendo ainda momentos de descontração e sociabilização (SWARBROOKE; HORNER, 2002)

⁶ Os visitantes são oriundos dos seguintes municípios paraenses: Ananindeua, Aurora do Pará Benevides, Castanhal, Curuçá, Maracanã, Marituba, Moju, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, e Ilhas do entorno, como Ilha do Mosqueiro e Ilha do Outeiro (DGAE/SEMMA, 2014).

espaço público passa pelo entendimento de duas questões: a noção de espaço público sob a ótica do aporte teórico que deve ser adotado pela política pública e a percepção das pessoas que fazem uso desse espaço.

Usos e públicos no Bosque Rodrigues Alves – Jardim Botânico da Amazônia (BRAJBA)

O primeiro aspecto percebido junto aos entrevistados foi a heterogeneidade do público do Bosque. Durante a pesquisa exploratória, estavam no lugar frequentadores de diferentes faixas etárias (crianças, adolescentes, adultos e idosos); diferentes profissões (bancários, evangelizadores, militares, estudantes); rendas, escolaridades e etnias. Além disso, percebeu-se a diversidade de usos e *práticas* no espaço público: os turistas, os adolescentes e as famílias com crianças o identificavam, predominantemente, como um espaço de lazer. Por outro lado, outros vivenciaram o lugar em grupo e com objetivos específicos, como os praticantes de yoga; os estudantes em visita guiada; os religiosos que professam uma crença; e os pesquisadores. Havia ainda os que vão frequentemente ao Bosque para trabalhar (vendedores de comida, de artesanato e um escritor).

Todos os entrevistados foram convidados a responder às seguintes perguntas: “Você vem sempre a este lugar? Por quê? Fale sobre o principal motivo de sua visita a este local hoje. O que você considera como espaço público dentro de uma cidade? Você reconhece o Bosque Rodrigues Alves como espaço público? Por que?”.

Quando perguntados com que frequência visitam o Bosque, os entrevistados deram respostas diferenciadas. A maioria disse que faltava tempo para ir mais vezes. Percebeu-se, ainda, naquela situação que, quem reside mais próximo frequenta mais o espaço, mas reclama da depredação:

Venho sempre ao bosque, já que moro próximo e gosto de trazer a família. Fiquei muito tempo sem vir devido a reforma... demorou muito e existe muita depredação⁷.

A presença de grupos que frequentam o Bosque com certa rotina foi percebida. O grupo de yoga, por exemplo, faz suas atividades durante a semana:

⁷ Patrícia, 42, profissional liberal.

Eu sempre (venho) duas vezes por semana para a prática do yoga. Faço parte de um grupo que se reúne no bosque... mas tem outros grupos e os componentes estão sempre mudando, com novas pessoas entrando e saindo. Mas também para reciclar o ar nos pulmões (risos)⁸.

Já o motivo da ida ao Bosque recebeu respostas diversas. A maioria, no entanto, assinalou o lazer com a família. Outras respostas também foram direcionadas à vivência do espaço em situações retratadas como: relembrar a infância; contemplar a natureza; praticar evangelização; e praticar exercício físico.

Hoje estamos aqui para descansar, a semana foi dura... estou com meu marido e filhos para sair da rotina. É um lazer com a família, diversão e aprendizagem com os filhos sobre a preservação⁹.

Hoje foi para a prática do yoga, mas pretendo ficar mais um pouco... pra contemplar o espaço, que muito bonito e lembrar da infância¹⁰.

Trazemos alunos para atividades de evangelização e apreciar a natureza e os animais. Hoje estamos em 12 crianças com várias atividades... fazemos isso sempre¹¹.

A presença desses atores é importante como elo de fortalecimento de laços de pertencimento ao espaço público. Outro exemplo são os profissionais que realizam ações educativas no bosque (poetas, contadores de história, professores, pedagogos etc.).

Eu venho vender no bosque porque gosto de contemplar a natureza, incentivando a criança a leitura. Aqui eu conheço pessoas de todos os estados e de vários países. A gente está aqui em contato com a natureza, se sente bem, porque meu trabalho é todo direcionado ao público infante-juvenil e eu retrato nossa Amazônia, e o bosque é um pedaço da nossa Amazônia¹².

Para o turista que está em um curto período de visita na cidade, observa-se a falta de informação sobre o local, fundamental para esse tipo de visita:

⁸ Emília, 36, Bancária.

⁹ Patrícia, 42, profissional liberal.

¹⁰ Emília, 36, Bancária.

¹¹ Nome: Márcia, 47, evangelizadora.

¹² Luis Peixoto Ramos, morador de Belém, escritor, mais conhecido como Jabotigão, 73 anos. Trabalha há 14 anos no bosque, geralmente aos domingos, quando não chove.

Me informaram no hotel que tinha o bosque aqui. Vim por conta própria em busca do verde, da natureza. A preservação da natureza é positiva, é um fator importante em uma cidade, mas tem lixo espalhado pelo parque. As pessoas tinham que ter um cuidado a mais, receber algumas orientações¹³.

Quando perguntados sobre o que consideravam como um espaço público na cidade as respostas caminharam em sentidos diversos.

É um espaço onde as pessoas têm livre acesso, sem restrições para estar no local, velhos, crianças, adultos... todos podem frequentar...até um indigente pode ficar, as praças de Belém são espaços públicos no sentido mais amplo¹⁴.

“É um espaço de integração de pessoas como praças, igrejas etc. Temos poucos locais em Belém...eles não têm atração para as crianças. O Mangal é bonito...mas não tem atração¹⁵.

São as praças, igrejas, ruas e outros locais onde as pessoas se encontram”¹⁶. Espaço público pra mim é o verde, a natureza, esse silêncio que a gente consegue até ouvir, ver as crianças brincando descalças¹⁷.

Espaço público como área livre, verde, de interação, encontros e de ajuntamentos foi percebido nas respostas. Na percepção dos visitantes a cidade possui esses espaços, que ora são espaços públicos (praças, bosque, ruas), ora são espaços de encontro que pode ser um *shopping*, por exemplo. Infere-se que os agentes têm uma percepção de espaço público como espaço de encontro, para atividades específicas, como o lazer, mas sem laços de pertencimento ao local. Esse pertencimento é percebido somente nas pessoas que moram nas proximidades do espaço público e nas que desenvolvem atividades econômicas no local.

Para Massey (1994, p. 185 *apud* Leite, 2004, p. 286), a contribuição está em sua percepção de que os lugares não são necessariamente nichos inalteráveis e fixos em uma tradição perene, razão pela qual eles podem apresentar configurações

¹³ Lairton Martins, 24 anos, enfermeiro, cursa pós-graduação, no Rio Grande do Sul. Estava há cinco dias em Belém no dia 01.11.2014. Veio para participar de um congresso.

¹⁴ Emilia, 36 anos, bancária.

¹⁵ Patrícia, 42, profissional liberal.

¹⁶ Márcia, 47, Evangelizadora.

¹⁷ Luis Peixoto Ramos, morador de Belém, escritor, mais conhecido como Jabotigão, 73 anos. Trabalha há 14 anos no bosque, geralmente aos domingos, quando não chove.

flexíveis. Disso resulta uma concepção de lugar quase forjado por situações com múltiplas interseções e dissonância de sentidos a ele atribuídos.

Neste sentido, os limites e diferenças entre um espaço urbano e um espaço público podem contribuir para que seja compreendida a dupla inserção conceitual entre espaço e sociabilidade pública. Por fim, lugares, são espaços de convergências simbólicas, que resultam de experiências compartilhadas mediante alguma possibilidade de entendimento sobre o que significa certo espaço e sobre o que representam certos conteúdos culturais partilhados.

O público que frequenta o Bosque tem forte ligação com o local em vários aspectos: como referência ao período da infância vivida no espaço verde, contemplação à natureza, relaxamento etc. Porém o fluxo não é contínuo, é bastante heterogêneo, o que dificulta a transformação dessas referências em práticas de utilização do espaço para além da contemplação, rumo a uma apropriação mais efetiva do espaço na perspectiva de pertencimento proposta por Harvey (2014).

Parece interessar aos visitantes apenas alguns momentos de lazer, sem interesses em se apropriar do espaço por meio de ações que garantam o acesso e a preservação desse espaço público. O grupo de yoga pode ser um referencial de laços mais voltados ao pertencimento, já que seus integrantes têm uma visão mais crítica em relação ao Bosque.

O quarto questionamento, “Você considera o Bosque um espaço público? Por quê?” resultou em percepções interessantes dos visitantes devido à diversidade de entendimento, mas com forte evidência para a questão da acessibilidade. Para muitos a noção de espaço público está relacionada ao acesso livre, sem cobrança de taxas.

O bosque não é um espaço público...as pessoas têm que pagar pra entrar, então não é público¹⁸.

Considero o bosque um espaço público, mas existe uma série de restrições...horários, regras de acesso...as pessoas pagam pra entrar. Não é aberto, é um espaço público “limitado”¹⁹.

Reconheço o bosque como espaço público principalmente pelo número de visitantes no sábado e domingo. Vem gente de Miami, Portugal, Tóquio etc.²⁰.

¹⁸ Patrícia, 42, profissional liberal.

¹⁹ Emília, 36, Bancária.

²⁰ Luis Peixoto Ramos, morador de Belém, escritor, mais conhecido como Jabotigão, 73 anos. Trabalha há 14 anos no bosque, geralmente aos domingos, quando não chove.

A percepção de espaço público como um local de acesso livre está muito presente no imaginário da maioria das pessoas entrevistadas. A cobrança de entrada, mesmo que simbólica (R\$ 2,00), é vista como entrave ao livre acesso que um espaço público deveria ter.

É um espaço público sim, pois o acesso é gratuito...É só mandar o ofício e as crianças não pagam²¹.

Muitos também desconsideram o valor pago na entrada e definem o local como de livre acesso, seja pelo preço simbólico ou pela gratuidade, como é o caso de grupos de visitantes específicos, os estudantes.

Considerações finais

O Bosque, ao longo dos seus “131 anos” sempre foi considerado um dos espaços verdes de Belém que oferece ao público o contato com a floresta de terra firme preservada, em pleno centro urbano, além de ser uma opção de lazer, pesquisa, turismo, turismo pedagógico e de resgate da memória de muitos belenenses que outrora desfrutaram sua infância no lugar. Isto pode ser observado nos estudos de Bahia (2012); Cardoso (2012); Corrêa (2007) e nas entrevistas realizadas com os usuários do espaço público. As informações obtidas durante as entrevistas nortearam alguns aspectos pertinentes à frequência e motivações dos diferentes usos e práticas no espaço público, bem como a percepção sobre o lugar enquanto espaço público na cidade. Estas últimas foram analisadas sob o arcabouço teórico que envolve o conceito de espaço público presentes em Leite (2004), Harvey (2014), Lefebvre (2010) e Amendola (2000).

As questões levantadas empiricamente levam a algumas reflexões sobre a noção de espaço público presente no imaginário dos frequentadores do bosque. A noção de espaço público voltada à contemplação, ao lazer ocasional e a laços de infância, sem relação com laços de pertencimento, e mais voltados à dinâmica da cidade, pode ser um elemento limitador nas lutas em relação a processos de apropriação capitalista dos comuns urbanos, como afirma Harvey (2014).

²¹ Márcia, 47, Evangelizadora.

De acordo com as assertivas acima, infere-se que o Bosque caracteriza-se como um espaço blindado na perspectiva de Amendola (2000), ou seja, aquele fechado por barreiras práticas e simbólicas. Bem como, na visão de Goffman (2010), um espaço semi-público norteado por regras de conduta dos atores na arena pública.

No entanto, é percebido como patrimônio dos frequentadores moradores da cidade, é um espaço deles, e nesse sentido a ideia de espaço público se transmuta, e acaba por ultrapassar a ideia de fechado ou aberto, para a ideia de pertencimento, de reprodução de práticas e de resistência a modelos normais da urbanidade.

Referências

AMENDOLA, G. Los excluidos del sueño y la ciudad blindada. In: AMENDOLA, G. *La Ciudad Postmoderna: magia y miedo de la metrópolis contemporánea*. Madrid: Celeste Ediciones, 2000. p. 309-347.

BAHIA, M. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará*. 2012, 301f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém/PA, 2012.

BOTANIC GARDENS CONSERVATION INTERNATIONAL (BGCI). *Normas Internacionais de Conservação para Jardins Botânicos*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2001. 109 p. II.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura). São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2010.

DGAE/SEMMA. *Relatório Mensal de Atividades*. Novembro, 2014.

FIGUEIREDO, S. L. Espaços de Cultura nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, 2008. 200p.

GOFFMAN, E. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, P. C. Cidadania e espaço público: o que a geografia tem a dizer? In: GOMES, P. C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 129-168.

HARVEY, D. A criação dos bens comuns urbanos. In: HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 134-189.

JOSEPH, I. *Erving Goffmann e a microsociologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

LEFEBVRE, H. (2010). *The production of space*. Malden: Blackwell Publishers, 454p.

LEITE, R. P. Política dos usos: a construção dos lugares no espaço público. In: LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 284-319.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

SÁNCHEZ, F. E. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 16, jun. 2001.

SOUZA, M. L. Cidades fragmentadas, medo generalizado: das <áreas de risco> à <ubiquidade do risco>. In: SOUZA, M. L. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p.51-91.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. *O comportamento do consumidor turista*. São Paulo: Aleph, 2002, p. 64 (Série Turismo).

WAINBERG, J. A. *Turismo e comunicação: a indústria da diferença*. São Paulo: Contexto 2003.

Criação da área de proteção ambiental da Ilha do Combu: gestão e participação popular

*Brenda Batista Cirilo¹ • Oriana Trindade de Almeida²
Sérgio Luis de Medeiros Rivero³ • Shaji Thomas⁴ • Vivian Zeidemann⁵*

Introdução

Há menos de uma década, diversos trabalhos que têm como objeto de estudo a ilha do Combu surgiram com o objetivo de analisar diferentes aspectos ambientais e contribuir para o desenvolvimento territorial, especialmente após a ilha ser transformada em Área de Proteção Ambiental (APA). Trabalhos como os de Matta (2004), Rodrigues (2006) e Ribeiro (2010) evidenciaram problemas territoriais relacionados à ausência de políticas públicas que buscassem a melhoria da qualidade de vida da população moradora e a sustentabilidade ecológica. Acerca das “tímidas intervenções do Órgão Gestor responsável”, como salientou Ribeiro (2010, p. 149), Matta (2004) observou no local “carência de infraestrutura e incipiência no alcance de políticas sociais por parte do poder público”.

A APA da ilha do Combu apresenta características que, aparentemente, facilitaríamos a implementação como unidade de conservação e gestão, dentre as quais pode-se citar a proximidade com a zona urbana do município de Belém, tornando-a, portanto, mais próxima do Órgão gestor (à época da realização desta pesquisa, o Órgão Gestor era a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/PA –, mas a partir de 2015 a competência ficou a cargo do Instituto

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-UFPA, brendacirilo@hotmail.com.

² Professora e Pesquisadora NAEA/UFPA, orianaalmeida@yahoo.com.

³ Professor e Pesquisador UFPA, sergiolmriviero@gmail.com.

⁴ Pesquisador NAEA/UFPA, shaji@outlook.com.

⁵ PhD em Ecologia Interdisciplinar pela Universidade da Flórida, vivianz@ufpa.br.

de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade – IDEFLOR-BIO) e de outras entidades públicas, em relação a outras unidades de conservação estaduais. Esse fator, inclusive, foi considerado por Matta (2004) como “positivo para a manutenção da sustentabilidade”. Outra característica que facilitaria a implementação como unidade de conservação e gestão é o fato de a ilha possuir aproximadamente 1.500 ha, tornando-a uma unidade de pequeno porte, se comparada a outras unidades de conservação estaduais no Pará, que podem chegar a 4.960.600 ha (APA do arquipélago do Marajó⁶). Outro fator é a existência de uma atividade de manejo do açazeiro (*Euterpe oleracea*), considerada razoavelmente sustentável (RODRIGUES, 2006), antes mesmo da ilha ter sido elevada à categoria de unidade de conservação. No entanto, a unidade não está com a sua gestão consolidada.

A SEMA/PA realizou diversas atividades que buscavam promover os objetivos de conservação ambiental e sustentabilidade socioeconômica propostos para a unidade até 2014, como oficinas de educação ambiental para crianças e adultos, parcerias com outras entidades para a realização de atividades em comum e administração do conselho gestor. Embora pontuais, essas ações podem ser consideradas avanços quando são observados o tempo em que esteve ausente no território e os problemas relacionados ao serviço do poder público brasileiro, principalmente quando se refere à gestão administrativa e à celeridade dos processos.

Ainda assim, na APA da ilha do Combu, não há um processo de gestão oficialmente implementado, o que pode ser comprovado, em primeiro lugar, por meio da inexistência do plano de manejo. Há também a ausência do Órgão gestor - mesmo com praticamente dez anos de existência da unidade - e, por último, existem também os problemas próprios enfrentados pelos Órgãos gestores das unidades de conservação existentes no país: insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros para executar o que foi planejado; pouca experiência no planejamento e gestão de unidades de conservação; além da incompatibilidade com as prioridades governamentais (VEDOVETO et al. 2011; IBAMA, 2007; DOUROJEANNI e PÁDUA, 2001).

⁶ Informações retiradas do site da SEMA/PA no endereço www.sema.pa.gov.br. Acesso em 26/01/2012.

De todos os problemas que dificultam a gestão da APA da ilha do Combu, o desconhecimento e a conseqüente falta de participação da população local são os entraves que mais influenciam. Em unidades de conservação de uso sustentável a população local é, ao lado do Órgão gestor, a principal fomentadora da conservação sustentável porque ela reside no local. Se ela possuir formas tradicionais e sustentáveis de uso dos recursos entre as suas manifestações culturais, essa importância aumenta, uma vez que a conservação do local de reprodução será uma necessidade para elas (DIEGUES, 2000).

Este trabalho tem como objetivo analisar o envolvimento da população residente no processo de criação da APA da ilha do Combu e avaliar sua influência na implementação da gestão, uma vez que a análise dos entraves que a impedem de se consolidar como unidade de conservação constitui elemento fundamental para a operação de mudanças que possibilitem o alcance de um nível de gestão satisfatório para a unidade.

A ilha do Combu

A ilha do Combu é a quarta maior ilha do município de Belém em tamanho e espaço territorial. Está situada na foz do rio Guamá, a 1,5 km ao sul da capital - portanto, estando sob influência desta - e margeada ao norte pelo rio Guamá, ao sul circundada pelo furo São Benedito, à leste pelo Furo da Paciência e à Oeste pela Baía do Guajará. Pertence ao Distrito de Outeiro (DAOUT), que envolve as ilhas localizadas na parte norte e na parte sul da região insular do município de Belém (Figura 1).

A extensão da ilha do Combu é de aproximadamente 1.500 ha e sua área apresenta características ambientais do estuário amazônico, com clima classificado como equatorial (quente e úmido), temperatura média anual de 27°C e umidade relativa do ar média de 90% ao longo do ano, influenciando as atividades humanas e o desenvolvimento da flora e fauna existentes.

Figura 1 - Localização Geográfica da Ilha do Combu em relação à região insular do município de Belém, Estado do Pará



Fonte: SEMA/PA, (2010).

Sua pluviosidade é alta, com precipitação média anual de 2.500 mm, com maior ocorrência entre os meses de maio a dezembro, período conhecido como a estação chuvosa; o período que vai de janeiro a abril é conhecido como estação seca (JARDIM, 1991). Sua extensa rede hidrográfica é formada por rios, furos e igarapés, e a ilha é circundada pelo rio Guamá, pelo furo do Benedito e pelo furo da Paciência, e entrecortada pelos igarapés do Combu, do Tapera e Tracuateua (MATTA, 2006). A ilha sofre a influência dos fenômenos de maré presentes nas regiões de estuário e sua topografia é formada por três faixas de terra distintas em virtude dos processos de sedimentação diários: várzea alta, várzea baixa e igapó.

A diversa composição florística resulta dos sedimentos presentes nesses processos de inundação, que diretamente influenciam nas características físicas e químicas dos solos (LIMA e TOURINHO, 1994; CATANNIO et al.,

2002; QUEIROZ, 2005). A vegetação é formada por árvores de grande porte, sub-bosque, mata primária e secundária; ela é caracterizada, basicamente, por fitofisionomias de ecossistema de várzea do bioma amazônico, com presença predominante de palmeiras do gênero *Palmae*, *Maurítia* e *Euterpe*, sendo a última conhecida popularmente pelo nome açazeiro (*Euterpe Oleracia* Mart.) e intensamente explorada na área..

A floresta de várzea é a segunda maior formação vegetal da bacia amazônica e seu ciclo hidrológico e sistema de inundação a tornam o ecossistema mais produtivo da região. Em contrapartida, a sua estrutura é frágil e de difícil recuperação, principalmente se submetida à ação antrópica irracional.

Além das palmeiras, as espécies a seguir podem ser encontradas em menor número no território da ilha: ucuúba ou virola (*Virola surinamensis*, Warb); murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart); cacau (*Theobroma Cacao* L.); andiroba (*Carapa Guianensis*); e seringueira (*Hevea brasiliensis*). Há também a fava grande do igapó ou fava de impigem (*Vatairea guianensis*), açacu ou assacu (*Huracrepitans*L.), o anani ou ananim (*Symphonia globulifera* L. F.), ingá (do grupo das leguminosas, *Ingacinnamomea*), ingá-vermelho (*Inga Alba*), ingá cipó (*Ingaedulis*), munguba (*Bombax munguba* Mart), inajarana (*Quararibea guianensis*Aubl), cupuçurana (*Matisia paraensis* Huber), cipó-caáraçaca (*Memora magnífica*), mututirana (*Pterocarpus officinalis*), arumã-açú (*Ischnosiphonobliquus*), lírio-aranha (*Hymenocallis*), além de diversos tipos de orquídeas.

Caracterização sociodemográfica da ilha do Combu

Segundo dados da Secretaria de Saúde do Município de Belém (SESMA), no ano de 2010 a ilha do Combu era composta de 1.500 habitantes divididos em 240 famílias. Essas famílias estão distribuídas em quatro comunidades: comunidade do Igarapé Combu, comunidade Beira Rio, comunidade Santo Antônio ou do Igarapé do Piriquitaquara, e comunidade do São Benedito a Preservar ou do Furo do São Benedito.

As famílias habitantes da ilha do Combu são classificadas como ribeirinhas, estando incluídas no conceito geral de populações tradicionais definido por Arruda (1999) como as populações que:

apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável (...) (p. 79).

Os ribeirinhos se caracterizam por construírem suas habitações próximas às margens dos rios, onde podem ter acesso aos recursos florestais e fluviais necessários à sua subsistência (ANDERSON, 1991). Com base em um levantamento realizado à época pela SEMA/PA com 100 moradores, a média de filhos por família foi calculada para as quatro comunidades; a maior média foi observada nas famílias da comunidade Beira Rio. Em relação à faixa etária, classificou-se a população em cinco intervalos de idade: infantil (0 a 11 anos), adolescente (12 a 17 anos), jovem (18 a 29 anos), adulta (30 a 59 anos) e idosa (≥ 60 anos). Entre os entrevistados, a maior proporção é da população adulta, seguida da infantil. Todos os entrevistados relataram ser paraenses, com origem predominante na própria ilha e na região urbana de Belém.

A população ribeirinha tem como característica a construção de suas casas sobre palafitas (a base das residências é formada por estacas de madeira fortes o suficiente para suportar o movimento das marés). As famílias de maior poder aquisitivo construíram ou reformaram sua casa passando a utilizar casas de alvenaria, mas a grande maioria (90%) da população utiliza ainda a madeira. Em relação à forma de aquisição do terreno, é expressiva a quantidade de terrenos adquiridos por meio da compra, mesmo que a compra e venda de terrenos seja uma atividade ilegal no território da ilha, uma vez que ela está localizada em terras de marinha, portanto, pertencem à União. Pelo menos 30% dos terrenos existentes na comunidade Igarapé Combu foram comprados por seus ocupantes, assim como 24% dos terrenos da comunidade Beira Rio. Os moradores não possuem a propriedade da terra, apenas a sua concessão de uso.

A população possui baixo nível educacional: 6% dos entrevistados são analfabetos e apenas 2,8% completaram todo o antigo ensino fundamental. Os que completaram o ensino médio representavam 6,9% e os que possuem nível superior completo representavam 1,4%. Avaliando o baixo nível de escolaridade, os entrevistados justificaram que a primeira escola de ensino básico oferecida

pelo poder público municipal só foi instalada na ilha na década de 1990. Antes disso, o ensino só era oferecido na região urbana de Belém, não sendo acessível a todos os moradores da ilha por questão do custos de transporte.

Na ilha do Combu existem três escolas municipais de educação infantil, denominadas de Unidades Pedagógicas (UP), e foram instaladas pela Secretaria de Educação do Município de Belém (SEMEC): UP Santo Antônio (localizada na comunidade Santo Antônio); UP São Benedito (localizada na comunidade São Benedito a Preservar); e UP Combu (localizada na comunidade do Igarapé Combu). Apenas a comunidade Beira Rio não possui UP, por isso as crianças se deslocam para as outras comunidades para poder estudar. A continuação dos estudos (ensino médio) se dá na região urbana de Belém, e os alunos contam com transporte fluvial diário para fazer a travessia. Embora os entrevistados relatem que atualmente existem maiores facilidades para conclusão dos estudos para a população da ilha, a ociosidade e o consumo de entorpecentes (bebidas alcoólicas e drogas ilícitas) entre os jovens é alto e preocupante. É comum que eles só estudem até o ensino básico oferecido na ilha e depois abandonem os estudos, se dedicando apenas ao trabalho familiar, geralmente relacionado ao extrativismo.

A participação dos moradores em organizações comunitárias também não é significativa. Nas comunidades Igarapé Combu, Santo Antônio e Beira Rio, a participação dos entrevistados variava de 38 a 50%. Apenas na comunidade São Benedito foi observado um maior nível de participação. O principal motivo relatado pelos entrevistados é a falta de credibilidade atribuída por eles a essas entidades, que pouco contribuem com o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da população. Alguns citaram que algumas dessas organizações apenas objetivam atender interesses de determinados partidos políticos. As organizações comunitárias existentes na ilha estão relacionadas principalmente com as atividades de pesca, extração de produtos florestais, e organização dos moradores.. As comunidades do Igarapé Combu e Santo Antônio eram as com maior número de entidades comunitárias.

A maior parte dos entrevistados (33,3%) afirmou que utilizava água do rio; uma parcela bastante similar (32,4%) afirmou que compra água de poços de atravessadores de Belém ou da região do Acará; 19,4% relatou que compra

água mineral na região urbana de Belém; 5,6% se utilizam de “cacimbas” (espécie de poço artesanal típico da região nordeste brasileira); e 3,7% relatou captar água da chuva. Embora os entrevistados tenham consciência da poluição das águas na ilha do Combu provocada pelos resíduos das embarcações, pelo lixo e pelos esgotos provenientes, principalmente, da zona urbana de Belém, eles utilizavam essa água para realizar serviços domésticos e tomar banho. No caso do consumo humano, eles costumam antes fervê-la ou tratá-la com cloro. Existem poucos poços artesanais na ilha, mas são pouco profundos e a água captada possui alto teor de ferro.

Sobre o destino do lixo, 97% dos entrevistados relatou queimar o lixo que produz. O restante dizia armazená-lo e depois depositá-lo na região urbana de Belém. Existem poucos relatos da utilização do lixo orgânico como adubo e da utilização de materiais de plástico e alumínio para reciclagem. Os moradores também não contam com uma rede de esgotamento sanitário. Quase todas as casas da ilha se utilizavam de banheiros com fossas sépticas ou negras. Os resíduos provenientes dessas fossas acabam por se depositar nos corpos de água por meio do movimento das cheias da maré.

Em relação à saúde, a ilha possui um posto de saúde municipal localizado na comunidade do Igarapé Combu. De acordo com informações obtidas no próprio posto, aproximadamente 90% da população da ilha recebe atendimento. O posto é simples, com equipe formada por um enfermeiro-chefe e demais técnicos de saúde, que realizavam um atendimento ambulatorial de baixa e média complexidade. Também são realizadas campanhas educativas, aplicação de vacinas, acompanhamento pré-natal e de crescimento de crianças na idade entre 0 a 3 anos, além da realização de pré-atendimento dos demais pacientes, encaminhando-os, quando necessário, para os postos de saúde na região urbana de Belém. As principais queixas dos entrevistados em relação à saúde foi a ausência de um médico que fique constantemente no posto e a falta de remédios.

Os tipos de doenças mais frequentes relatados pelos entrevistados são a gripe (40%) e a diarreia (19%). O alto índice de diarreia pode ser explicado pela ausência de tratamento e fornecimento de água nos domicílios e pela ausência de rede de esgoto. As providências tomadas em casos de doença são: 40% dos entrevistados procuravam os hospitais em Belém; 28% recorriam à

automedicação; e aproximadamente 32% utilizavam-se da medicina popular para o tratamento, com auxílio de benzedadeiras, compressas e chá de plantas medicinais.

Em relação às fontes de energia utilizadas pela população, como a energia elétrica, só passou a ser fornecida no 2º semestre de 2011 pela rede CELPA. As fontes alternativas de energia utilizadas antigamente pelos moradores para iluminação, atividades domésticas e funcionamento de maquinário e eletrodomésticos nas residências eram, principalmente, o gerador a diesel (72%) e a lamparina (15%). Já o meio de transporte mais utilizado na ilha do Combu é a embarcação fluvial, tanto as motorizadas (barcos, lanchas, “rabetas”) como as não motorizadas (canoas). Do total de entrevistados 62% possuíam sua própria embarcação fluvial a motor.

A zona urbana de Belém exerce grande influência sobre o território da ilha do Combu, em razão da ilha fazer parte da região insular do município e principalmente pela sua proximidade a este. Os entrevistados se dirigem à Belém durante a semana com frequência. A maior parte vai mais de quatro vezes por semana, porém, em torno de um terço vai apenas de uma a duas vezes.

Quando se fala em atividades produtivas e composição da renda da população, 68% dos entrevistados relataram praticar o extrativismo dos recursos da floresta para uso próprio e para comercialização, sendo a principal atividade o manejo e extrativismo do açaí (65% dos entrevistados). Os que trabalham com extrativismo também realizavam algumas atividades secundárias, que complementam a composição da renda, tais como: extração e plantio de cacau (*Theobroma cacao L.*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum.*); extração do palmito (proveniente do açazeiro); extração da pupunha (*Bactris gasipaes.*); pesca (peixe e camarão); artesanato; propriedade de pontos comerciais; carpinteiros (construções de barcos); pedreiros; domésticas; merendeiras; e barqueiros. A formação de roça como atividade alternativa na ilha do Combu era incipiente, pois apenas 10% dos entrevistados a praticam. As principais justificativas reportadas foram a proibição da realização dessa atividade, as dificuldades do terreno, que sofre com os movimentos de marés e a falta de informações para realizá-la. Cerca de 48% dos entrevistados criavam animais domésticos para alimentação e comercialização, como porcos, galinhas e patos.

A renda dos entrevistados era composta principalmente pela comercialização dos recursos do extrativismo, sendo complementada pela renda advinda das atividades secundárias e de auxílios do governo. Cerca de 60% dos entrevistados recebiam auxílios governamentais, sendo o Bolsa Família⁷ e o Bolsa Escola⁸ os mais citados. Em torno de 95% dos entrevistados recebia em média o equivalente ao valor de um a dois salários mínimos. O baixo nível salarial pode ser explicado, principalmente, em razão da diminuição do tamanho dos lotes das famílias na ilha, consequentemente diminuindo o terreno disponível para manejo e extrativismo. Esse é um fator que explica também a procura por atividades secundárias que, geralmente, não dão grandes retornos financeiros.

Implantação da APA da ilha do Combu

A indicação da ilha do Combu como unidade de conservação partiu de uma pesquisa científica (ANDERSON, 1991) que, segundo um dos entrevistados, não analisou todos os aspectos da produção das comunidades residentes, como é o caso do manejo e extração do palmito, impedindo que os moradores da ilha possam comercializar o recurso, ainda que de maneira sustentável, aumentando a sua renda.

A categoria de Área de Proteção Ambiental foi considerada na época da criação da unidade como a mais adequada para conservar um ecossistema presente na zona urbana, já antropizado, e que tinha vocação para a realização de outras atividades econômicas, como o ecoturismo. Ribeiro (2010) também destaca em seu trabalho a provável “facilidade” em conseguir a anuência da população por meio da categoria de APA.

A APA da ilha do Combu foi criada em 13 de novembro de 1997 por meio da lei estadual nº 6.083. De acordo com a interpretação da lei, ela teve como propósito principal o ordenamento do uso dos recursos naturais de

⁷ Programa de transferência direta de renda criado pelo governo federal que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.

⁸ Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias consideradas em situação de vulnerabilidade e exclusão social, e que possuem em sua composição ao menos uma criança ou adolescente entre 3 e 17 anos com o intuito de incentivar a permanência desses na rede de ensino escolar.

maneira sustentável, como o extrativismo do açaí e do palmito. Uma vez criada a sua gestão passou a ser de competência da SEMA/PA, por meio da Gerência da APA da ilha do Combu presente na DIAP. Atualmente, essa gestão é compartilhada com o Conselho Deliberativo da APA, que foi criado em 2008. Nesse mesmo ano, o gerente da APA da ilha do Combu foi nomeado e o conselho gestor foi instituído, sendo de caráter deliberativo e contando com dois representantes de cada instituição (um titular e um suplente), tanto do poder público, quanto da sociedade civil. O gerente da APA ficou como presidente do conselho composto por mais 19 (dezenove) instituições. O regimento interno do conselho foi publicado em novembro de 2009 e ao define os objetivos do conselho, o papel de cada membro, as normas gerais e a sua estrutura.

Há alguns pontos chave que geraram problemas na efetivação da APA do Combu. De acordo com Ribeiro (2010) a criação da APA não foi precedida por consulta pública e nem por estudos preliminares realizados pelo Órgão gestor. Esse fato se deve principalmente em razão da criação da APA ter ocorrido em data anterior à instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Um segundo ponto é a ausência do plano de manejo, mesmo após decorridos 18 anos da criação da unidade (completos em novembro de 2015). O SNUC prevê que o plano de manejo seja produzido em até 5 anos após a criação da unidade de conservação (BRASIL, 2011). Por fim, um ponto fundamental é a ausência da participação dos membros dos conselhos e da população na gestão da APA, que também é um dos principais problemas.

Avaliação da população sobre a criação da APA da ilha do Combu

Para avaliar a participação popular dos moradores na criação da APA da ilha do Combu foram realizadas entrevistas com 100 moradores no ano de 2010. Dos entrevistados, somente 21% responderam que sabiam que a ilha do Combu era uma unidade de conservação, enquanto 79% disseram que não sabiam o que era uma unidade de conservação (UC) A mesma porcentagem foi verificada no momento em que foram questionados se sabiam explicar o que era uma unidade de conservação.

Dos 21% que responderam que sabiam que a ilha era uma UC, 12% souberam dizer que a ilha do Combu é uma APA, 4% não souberam responder

e 5% disseram se tratar de uma área “de subsistência”. Ao serem questionados sobre o significado deste termo e onde o tinham escutado, a resposta foi de que ouviram dos próprios moradores da ilha, e que este significa que trata-se de um local que permite a permanência da cultura das populações locais.

Quando questionados acerca de qual órgão do governo era responsável pela gestão da APA da ilha do Combu, apenas 21% dos entrevistados souberam responder, sendo que 17% acertaram ao dizer que era a SEMA/PA e 4% responderam que era a SESMA. Em relação à participação ou consulta dos entrevistados no processo de criação da APA, 88% dos entrevistados declararam não terem participado ou sido consultados e somente 12% disseram que participaram da criação da mesma. Destes últimos, 3% se referiram à participação de membros da família no processo, como pais, avós e tios, o que foi considerado como uma participação própria e legítima, já que membros da mesma família participaram do processo de criação..

A APA da ilha do Combu foi criada há 18 anos e aproximadamente 59% dos entrevistados afirmaram morar na ilha a pelo menos 20 anos. Dentro deste universo, 67% estão na faixa dos 30 aos 59 anos de idade e 17% na faixa acima dos 60 anos, o que significa que pelo menos 84% dos entrevistados com mais de 20 anos de moradia na ilha teriam pelo menos 14 anos de idade na época em que a APA foi criada e, portanto, teriam condições de lembrar seu envolvimento no processo de criação.

Conclusão

Os resultados desse estudo mostram que uma porcentagem baixa dos entrevistados (12%) afirmou participar diretamente do processo de criação da APA da ilha do Combu, fator este muito importante quando se trata de medir o nível de participação da sociedade em processos de tomada de decisão. Este fato demonstra que poucas pessoas foram comunicadas desse processo, e por mais que estivessem de acordo com a criação da APA da ilha do Combu, não houve qualquer tipo de consulta pública junto à população da ilha, o que pode ser explicado pelo fato dessa etapa não ser uma exigência na época da criação da mesma. Sendo assim, a criação da APA da ilha do Combu aconteceu sem a anuência e real participação da população residente.

Através da proposta de implantação de uma APA, considerada uma categoria mais flexível de unidade de conservação esperou-se a adesão das pessoas consultadas naquela época, além da gradativa adesão da população ao longo do tempo, uma vez que essa categoria não prevê um grande número de limitações. Entretanto, mesmo diante da nova configuração territorial como APA, a ilha do Combu permanece apresentando as mesmas problemáticas existentes desde antes da criação da APA: alguns moradores ainda não possuem a documentação regularizada de seus lotes, que deveria já ter sido providenciada pelo SPU. A falta de fiscalização do Órgão Gestor e a situação fundiária têm feito com que algumas famílias vendam e aluguem ilegalmente os seus lotes, ou não realizem a utilização adequada dos recursos naturais, uma vez que convivem com o temor constante de serem remanejados.

Também foi observado nesta análise que mesmo as unidades de conservação com mais recursos não alcançam um padrão ótimo de planejamento e gestão. Vale ressaltar que em unidades de conservação de uso sustentável a aceitação e o apoio da população residente se constituem um pilar essencial para o sucesso da consolidação da implantação e gestão dessas unidades, uma vez esses moradores são agentes fundamentais do processo de conservação, até mais importantes do que o quantitativo de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis para a gestão dessas unidades de conservação. No caso da APA da ilha do Combu, onde a quase totalidade da população da ilha não participou do processo de criação, e até hoje boa parte da população local desconhece qualquer informação acerca dessa realidade, essa ausência de participação pode ser o fator restritivo no processo de consolidação da implantação e gestão da mesma. É possível que, com a realização de atividades que envolvam a divulgação permanente de informações sobre o planejamento e gestão da APA, e com projetos que aliem a conservação ambiental com a melhoria da qualidade de vida da população, seja gradativamente alcançada uma maior aceitação da população à realidade já instalada. Iniciativas como essas são fundamentais para que as comunidades locais participem e apoiem das atividades de planejamento e gestão da SEMA/PA na unidade, garantindo assim a consolidação da APA da ilha do Combu.

Agradecimentos

Agradecemos à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, IDRC, Fundação Amazônia de Amparo à Estudos e Pesquisas do Pará, Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo apoio financeiro. Também agradecemos a todos os moradores da APA da Ilha do Combu, sem o qual este estudo não seria possível, por sua receptividade, apoio e disponibilidade.

Referências

ANDERSON, A. *Usos tradicionais da terra como base para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*: Programa Estuário: relatório final para a Fundação Ford. Belém: MPEG, 1991. v. 1-2.

ARRUDA, R. “Populações Tradicionais” e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação. In: *Ambiente & Sociedade*, ano 2, n. 5, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *O sistema nacional de unidades de conservação da natureza*. Brasília: Departamento de Áreas Protegidas, 2011.

CATANNIO, J. H; ANDERSON, A. B; CARVALHO, M. S. Floristic composition and topographic variation in a tidal floodplain Forest in the Amazon Estuary. *Revista Brasileira de Botânica*, São Paulo, v. 25, n. 4, p.419-430, 2002.

DIEGUES, A.C. *Etnoconservação da natureza: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

DOUROJEANNI, M. J; PÁDUA, M. T. J. *Biodiversidade: a hora decisiva*. Curitiba: UFPR, 2001.

IBAMA. *Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil*. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2007. 96 p.

JARDIM, M. A. G. *Aspectos da biologia reprodutiva de uma população natural de açazeiro (Euterpe oleracea Mart.) no estuário amazônico*. 1991. 90f. Dissertação

(Mestrado em Ciências Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, São Paulo, 1991.

LIMA, R. R.; TOURINHO, M. M. *Várzeas do rio Pará: principais características e possibilidades agropecuárias*. Belém: Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. Serviço de Documentação e Informação, 1994.

MATTA, R. A. de A. *Espacialidade e sustentabilidade na ilha do Combu: um olhar sobre a interface urbano-insular como forma de contribuir para a conservação do espaço na construção da sustentabilidade local*. 2006. 140f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

QUEIROZ J. A. L. *Fitossociologia e distribuição diamétrica em floresta de várzea do estuário do rio Amazonas no estado do Amapá*. 2005. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

RIBEIRO, J. de A. *Área de proteção ambiental da Ilha do Combu, Belém/PA: desafios de implantação e de gestão de uma unidade de conservação*. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: 2010.

RODRIGUES, E. T. *Organização comunitária e desenvolvimento territorial: o contexto ribeirinho em uma ilha da Amazônia*. 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

VEDOVETO, M; FUTADA, S. de M; RIBEIRO, M. B. Gestão das unidades de conservação na Amazônia Legal. In: VERÍSSIMO, Adalberto et al. *Áreas protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios*. Belém: IMAZON, 2011.

Parque nacional em área de fronteira contradições e desafios

*Elysângela Sousa Pinheiro¹ • Shaji Thomas² • Oriana Trindade de Almeida³
Sérgio Luis de Medeiros Rivero⁴ • Brenda Batista Cirilo⁵*

Introdução

A ideia da criação de Parques Nacionais no Brasil está inspirada na experiência da reserva natural de Fointainebleau, na França, em 1853 (ANTUNES, 2006, p. 573), e do Parque Nacional Yellowstone, criado em 1872, o primeiro das Américas. Essas experiências estão imbuídas do modelo conservacionista dominante no ocidente, fixado na noção de mundo selvagem (*wilderness*), segundo o qual, resumidamente, a natureza precisa estar separada das pessoas para ser protegida (DIEGUES, 2000).

O Parque Nacional de Itatiaia, situado no Estado do Rio de Janeiro e instituído pelo Decreto nº 1713, de 14 de junho de 1937, foi o primeiro a ser criado no Brasil. Por sua vez, o Decreto legislativo nº 3, de 13 de fevereiro de 1948, que aprova a convenção para a proteção da flora e da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América, já estabelecia uma definição para os parques nacionais, assim conceituados naquela convenção: “as regiões estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional das quais o público pode aproveitar-se melhor ao serem postas sob a superintendência oficial” (BRASIL, 1948).

¹ Doutoranda do Programa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-UFPA, elysangela@ufpa.br.

² Pesquisador NAEA/UFPA, shaji@outlook.com.

³ Professora e Pesquisadora NAEA/UFPA, oriana@ufpa.br.

⁴ Professor e Pesquisador UFPA, sergiolmrivero@gmail.com.

⁵ Doutoranda do Programa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-UFPA, brendacirilo@hotmail.com

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), no Amapá, foi criado pelo Decreto s/nº, de 22 de agosto de 2002. O PNMT integra o bioma Amazônia e sua área de 3.865.188,53 de hectares (ICMBIO, 2002) faz deste o maior parque nacional do Brasil, figurando dentre uma das mais extensas áreas protegidas em floresta tropical do mundo. Além disso, o PNMT está situado em região de fronteira e é biestadual (BRASIL/INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE – ICMBIO, 2009). Tais especificidades já apontam para a relevância do estudo das peculiaridades dessa unidade de conservação.

Sob outro prisma, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000) – incorporou em seu artigo 8º, inciso III, o Parque Nacional enquanto unidade de conservação da espécie de proteção integral, na qual há:

o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000).

A dimensão da posteridade, enquanto categoria elementar norteadora das decisões políticas relativas às estratégias de sustentabilidade (RAVENA, 2010), foi contemplada nesse dispositivo que fixa o dever para a sociedade e para o Poder Público de promover a preservação e manutenção do ambiente natural para satisfações das gerações presentes e futuras, como meta para o desenvolvimento sustentável.

O presente trabalho identifica algumas contradições e desafios advindos da criação do PNMT e em que medida a meta do desenvolvimento sustentável tem sido alcançada em seu conceito pluridimensional (econômico, social, político, cultural, durável, viável, e, finalmente, humano), na qual “o social esteja no comando, o ecológico enquanto restrição assumida e o econômico recolocado em seu papel instrumental”. Esta proposta de Sachs (1995, p. 44) foi corroborada pelo documento final da última Conferência Internacional sobre a Terra (Rio + 20), à luz das leis e decretos brasileiros que dispõem sobre unidades de conservação

ambiental, com enfoque nas demandas judiciais envolvendo problemas sociais e de gestão daquele parque. A metodologia adotada tem por base a pesquisa exclusivamente bibliográfica, documental e jurisprudencial.

Desenvolvimento sustentável e compromisso do estado

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Brasil, de 20 a 22 de junho (Rio + 20) de 2012, concluiu seu documento final denominado “O futuro que queremos”, reafirmando no capítulo que trata da visão comum dos signatários, a necessidade de incorporar o desenvolvimento sustentável em todos os níveis, integrando os aspectos econômicos, sociais, ambientais e os vínculos existentes entre estes aspectos, para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado em todas as suas dimensões.

Nesse documento, a pobreza é apontada como o maior problema que afronta o mundo na atualidade. Portanto, os participantes daquela conferência, em especial, os Chefes de Estado, assumiram a responsabilidade de se empenhar para erradicar a pobreza, empreender ações e promover modelos sustentáveis de produção e consumo, além de proteger e ordenar a base dos recursos naturais do desenvolvimento econômico e social.

Tais diretrizes foram identificadas como indispensáveis para a concretização do desenvolvimento sustentável, o qual é viabilizado na medida e que há crescimento inclusivo e equitativo, com oferta de oportunidade para todos, via redução das desigualdades e melhoria dos níveis básicos de vida e realização de uma ordenação integrada dos recursos naturais e ecossistemas, cuja existência apoia, entre outras coisas, o desenvolvimento econômico, social e humano e, ao mesmo tempo, viabiliza a conservação, a regeneração, o restabelecimento e a resiliência dos ecossistemas novos e emergentes. Ressalte-se que, no mesmo item em que são tratados esses temas, os signatários reafirmam a importância do respeito aos direitos humanos como pressuposto do desenvolvimento sustentável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 2012).

O documento final da Rio + 20 reflete, definitivamente, a superação, ao menos no nível teórico, da teoria da percolação (*trickle down theory*), segundo

a qual, resumidamente, “é a economia que está no comando” (SACHS, 1995, p. 40). O fato é que os compromissos assumidos nesse documento refletem os esforços históricos para definir as diretrizes do desenvolvimento sustentável.

Desde a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (Estocolmo-1972), os representantes dos países ali presentes já discutiam como deveriam ser utilizados os bens ambientais sem exauri-los. Mais de quarenta anos já se passaram desde essa primeira conferência, na qual foram firmados os primeiros compromissos entre Chefes de Estado e demais representantes de diversos países, no sentido de manter o meio ambiente em condições de propiciar sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações de forma que estas possam usufruir também de condições mínimas de existência com dignidade e oportunidades.

A partir da Conferência de Estocolmo, numerosas políticas públicas têm sido propostas e/ou implementadas nos níveis global, regional e local, para dar operacionalidade aos aludidos compromissos: elaboração de leis e projetos, criação de instituições governamentais e não governamentais, execução de programas etc.

Diante do tempo decorrido entre a primeira conferência mundial sobre meio ambiente, é urgente que a Sociedade e o Poder Público prestem contas dos investimentos e das ações até o momento realizados para a promoção do desenvolvimento sustentável. É tempo de refletir acerca da eficiência ou ineficiência para a preservação ou conservação ambiental das políticas públicas voltadas a essa finalidade. Ademais, a avaliação dos procedimentos adotados para o alcance das metas é sempre uma oportunidade de aperfeiçoamento, ainda que sejam constatadas incômodas impropriedades.

Atualmente, a concepção de desenvolvimento sustentável ganha o status legal de meta, princípio vinculante capaz de orientar os Estados a aplicar normas potencialmente conflitantes de forma a coexistirem pacificamente e a se apoiarem mutuamente, desde a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, em 1992, na qual compromissos ali assumidos, inclusive pelo Brasil, foram reafirmados em 2012. A Declaração Rio fixou com mais clareza o conceito de desenvolvimento sustentável, norteados pelas seguintes diretrizes sintetizadas por Rodrigues Júnior (2010): (a) dignidade da pessoa humana – fim último do desenvolvimento sustentável; (b) erradicação global da pobreza; (c) direito de todos os grupos sociais e países de usufruir, em bases equitativas e não discriminatórias os benefícios do crescimento; (d) promoção do desenvolvimento a partir do

uso intensivo de tecnologia; (e) integração da dimensão ecológica e social às políticas de desenvolvimento econômico; (d) satisfação das necessidades sociais e econômicas das gerações presentes e futuras.

Nesse contexto, propõe-se a verificação do cumprimento, ou não, dessas diretrizes em relação à implementação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, considerando as lições de Morán (1990), que ressalta a necessidade das relações ambientais serem compreendidas tendo-se em conta “o papel da cultura e das instituições sociais que intervêm entre nós e o ambiente” (MORÁN, 1990, p.37). Esse autor ressaltou que as teorias propostas para a análise das relações ambientais devem ser estudadas de forma a serem consideradas suas origens dentro do ambiente político, econômico e social de onde surgiram.

Morán (1990) esclarece que a compreensão do processo de sobrevivência humana inclui a importância tanto dos processos materiais, quanto dos valores simbólicos, sistemas morais e demais formas de racionalidade oriundas da linguística e da história cultural. O referido autor realça a importância de serem conhecidos os diversos ecossistemas que influenciam as formas de ocupação na Amazônia, integrando esse conhecimento à inter-relação entre indivíduo e sociedade, tendo em conta o entretencimento de escalas (ambiente, ecossistema, população, cultura, instituições, níveis: local, regional, nacional e internacional). Alguns dos documentos que serão referidos adiante possibilitarão levantar alguns desses aspectos, cujo principal enfoque é a análise das informações contidas no Plano de Manejo do aludido parque, associada às demandas sociais jurisdionalizadas, conforme decisões judiciais que serão abordadas no item IV.

Unidades de Conservação (Uc's) e Desenvolvimento Sustentável

O art. 225, § 1º, inciso III, da Constituição Federal já previa a criação das unidades de conservação desde 1988, para garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público, entre outras ações:

definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente mediante lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988).

A regulamentação desse dispositivo constitucional se concretizou ao ser promulgada a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, instituidora do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). De acordo com o artigo 2º dessa Lei, unidade de conservação (UC) é:

o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

O Parque Nacional de Tumucumaque é unidade de conservação de proteção integral, portanto, destina-se a preservar a natureza e admite apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, isto é, exclui consumo, coleta, dano ou destruição desses recursos. O objetivo básico dos parques nacionais é preservar ecossistemas naturais de grande importância ecológica e beleza cênica, viabilizar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000). O Decreto s/nº de 22 de agosto 2002, que cria o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), no Estado do Amapá, prevê exatamente esses objetivos para essa UC, sendo perceptível a compatibilidade entre a lei e seu regulamento.

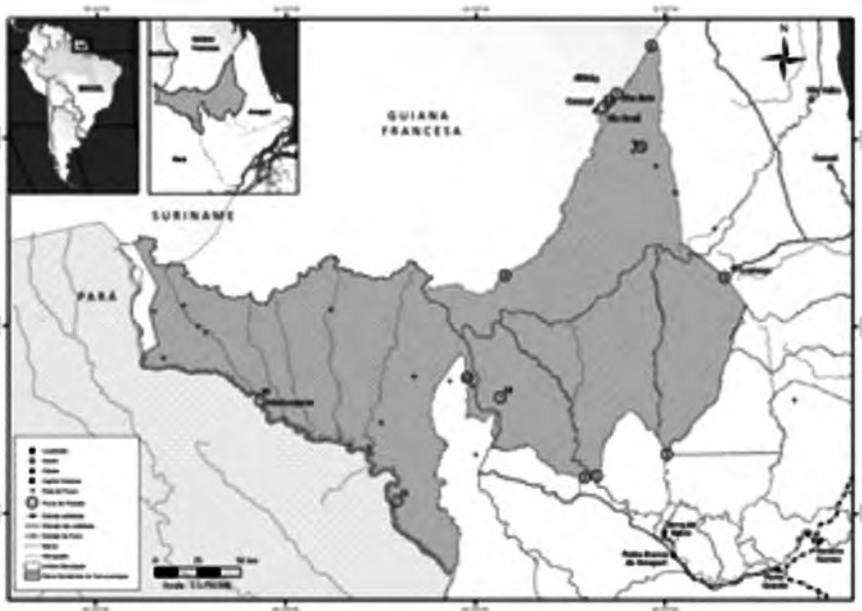
Conforme previsto no plano de manejo do PNMT, este e outros quatro Parques Nacionais (Monte Roraima, Pico da Neblina, Serra do Divisor e Cabo Orange - este último também no Amapá) formam o conjunto de Parques Nacionais fronteiriços da Amazônia brasileira. O PNMT estende-se do Amapá ao Pará. Entretanto, a porção ocupada nesse último compreende apenas 1,2% (471 km²) do total de sua área, compreendendo uma estreita faixa de terra ao longo da margem direita do Rio Jari, no Município de Almeirim. Os 98,8% restantes estão localizados no Amapá, ocupando parte dos municípios de Laranjal do Jari, Oiapoque, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Calçoene.

O aludido parque está situado em terras públicas titularizadas pelo governo federal brasileiro e possui área especificada no decreto de 3.846.427 ha (3.867.000 ha), fazendo fronteira com dois países vizinhos: o Território Ultramarino Francês (Département d'outre-mer) Guiana Francesa e a República

do Suriname, ex-Guiana Holandesa. O PNMT possui Faixa de Fronteira de 150 km. Essa faixa o abrange quase por inteiro, razão pela qual a proteção das terras nesse parque também é de responsabilidade dos órgãos da Defesa Nacional que ali atuam por meio do Ministério da Defesa e do Conselho de Defesa Nacional (BRASIL/ICMBIO, 2009).

A Unidade de Conservação em estudo possui significativas qualidades, dentre as quais: estado de conservação da biodiversidade local; magnitude da área; situação fundiária favorável; valor ecológico da vegetação protegida; riqueza biológica da flora e da fauna; potencial de desenvolvimento da pesquisa científica, da educação ambiental e do ecoturismo. Tais características se amoldam aos objetivos de um Parque Nacional.

Figura 1 – Mapa do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque



Fonte: ICMBIO, 2009.

A questão é saber em que medida essa unidade de conservação, em que pese sua propensão natural, cumpre com os objetivos propostos para sua criação.

Dificuldades para gestão sustentável do PNMT

O Plano de Manejo acima referenciado destaca o desafio da gestão do PNMT. O fato de ele fazer limite com dois países vizinhos, sendo que a Guiana Francesa faz a conexão dessa unidade de conservação de proteção integral à Comunidade Europeia, ocasiona, em ambos os lados do limite internacional, realidades culturais, econômicas e desenvolvimentistas completamente distintas. Segundo o artigo 2º, inciso XVII, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o plano de manejo é definido como:

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

O art. 27, § 1º do SNUC diz ainda que o Plano de Manejo ainda deve incluir medidas de integração da UC à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

O Decreto nº 4.340, de 12 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei do SNUC, em seu artigo 12, determina que o Plano de Manejo de um Parque Nacional seja aprovado por portaria do órgão executor; no caso de um Parque Nacional, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO.

A atuação do Exército em região de fronteira também está normatizada, consoante preceitos do artigo 142 da Constituição da República e artigo 1º da Lei Complementar nº 99, de 9 de junho de 1999, que estabelecem como atribuições das Forças Armadas a defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem. Além disso, constam na referida lei as atribuições subsidiárias previstas nos seguintes dispositivos incluídos pela Lei Complementar nº 136/2010:

Art. 16. Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, integra as referidas ações

de caráter geral a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social.

Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

I - patrulhamento;

II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; (...) (destaque da autora)

Art. 17-A. Cabe ao Exército, além de outras ações pertinentes, como atribuições subsidiárias particulares:

(...)

III – cooperar com órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução;

a) patrulhamento;

b) revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; (...) (BRASIL, 2010).

Nesse contexto, Ilha Bela é uma comunidade heterogênea situada dentro do parque nacional em estudo, formada por pessoas sem formação educacional formal e não integrantes de comunidades tradicionais, que são atraídas para esse local majoritariamente pelo rendimento do ouro proporcionado pelas atividades ilegais de garimpo no PNMT e do território da Guiana Francesa, tendo em vista a elevação do preço daquele mineral no mercado internacional. Apesar disso, é dever do Exército, por imperativo da segurança nacional, cumprir os mandamentos constitucionais e legais já citados e sem pedido de autorização, consoante já determinado em circunstância análoga ocorrida em faixa de fronteira, nos termos do aresto a seguir:

COMPATIBILIDADE ENTRE FAIXA DE FRONTEIRA E
TERRAS INDÍGENAS. Há compatibilidade entre o usufruto de

terras indígenas e faixa de fronteira. Longe de se pôr como um ponto de fragilidade estrutural das faixas de fronteira, a permanente alocação indígena nesses estratégicos espaços em muito facilita e até obriga que as instituições de Estado (Forças Armadas e Polícia Federal, principalmente) se façam também presentes com seus postos de vigilância, equipamentos, batalhões, companhias e agentes. Sem precisar de licença de quem quer que seja para fazê-lo. Mecanismos, esses, a serem aproveitados como oportunidade ímpar para conscientizar ainda mais os nossos indígenas, instruí-los (a partir dos conscritos), alertá-los contra a influência eventualmente malsã de certas organizações não-governamentais estrangeiras, mobilizá-los em defesa da soberania nacional e reforçar neles o inato sentimento de brasilidade. Missão favorecida pelo fato de serem os nossos índios as primeiras pessoas a revelar devoção pelo nosso País (eles, os índios, que em toda nossa história contribuíram decisivamente para a defesa e integridade do território nacional) e até hoje dar mostras de conhecerem o seu interior e as suas bordas mais que ninguém (BRASIL - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2009).

Embora o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) tenha sido criado em 2002, apenas em 10 de março de 2010 seu respectivo plano de manejo foi aprovado pela Portaria nº 28 do ICMBIO, o qual ainda estava em período inicial de implementação e complementação dos programas de manejo.

O Plano de Manejo do PNMT refere que a Comunidade de Ilha Bela é uma vila situada na faixa de fronteira com a Guiana Francesa, na calha do Rio Oiapoque/AP, inserida dentro dos limites da área daquele parque. A aludida comunidade está ligada ao Garimpo Sikini, na Guiana Francesa, onde a exploração aurífera sob esse regime ainda mobiliza uma significativa parte da população do entorno daquele parque, embora essa atividade sofra ciclos de variação, a exemplo do mencionado garimpo, situado na porção franco-guianense da bacia do Rio Oiapoque, cuja população está estimada em 140 pessoas (BRASIL/ICMBIO, 2009).

Os moradores dessa comunidade vivem constantes conflitos com militares do Exército, conforme é possível aferir na leitura de decisão judicial proferida em sede do Mandado de Segurança nº 2010.31.00.000001-8, da Seção Judiciária do Amapá e do Inquérito Policial Militar nº 48/11, que tramitou perante a 8ª Auditoria da Circunscrição Judiciária Militar e foi arquivado.

Em sede daquele Mandado de Segurança, posteriormente convertido em Habeas Corpus, foi pleiteado pela Associação dos Moradores de Ilha Bela a concessão da segurança para garantir aos referidos moradores o direito de ingressarem e saírem da comunidade com alimentos e outros gêneros de primeira necessidade. Na aludida peça inicial, também foi relatado que o Exército realizava diversas e constantes operações na área da comunidade, mas agia com truculência com esses comunitários.

O problema da região é extremamente complexo. Na comunidade Ilha Bela, que integra o Parque Nacional, é notória a prática de atividade garimpeira em antigas jazidas ali existentes, o que é incompatível com as finalidades dessa unidade de conservação. Soma-se a esse fato, ser o parque quase integralmente situado em zona de fronteira, em que é obrigatória a atuação do Exército. O plano de manejo dessa unidade revela a existência de pistas de pouso clandestinas na área, situação indicativa de numerosas ilicitudes (BRASIL/ICMBIO, 2009, p. 119).

O tráfego fluvial exige fiscalização para evitar crimes de tráfico e evasão fiscal. Há determinação em portaria para que o Exército defina as quantidades permitidas que podem ser transportadas pelos moradores de Ilha Bela e Vila Brasil, em especial porque, principalmente, os moradores de Ilha Bela servem de ponto de apoio aos garimpeiros da região Sikini, via oferta de bens e serviços. Por tal motivo, o Exército passou a efetuar a regulamentação referente às quantidades de produtos que podem ser transportados pelo Rio Oiapoque. A legalidade dessa atuação militar foi reafirmada em juízo, tanto por ocasião da decisão liminar, quanto da sentença, ambas proferidas nos autos do Processo nº 2010.31.00.000001-8, tendo o Judiciário determinado ser imprescindível que os moradores daquelas comunidades pudessem ingressar na mencionada comunidade portando alimentos e gêneros de primeira necessidade em quantidade suficiente para a sua subsistência e a de seus familiares, sem cunho comercial, sendo permitido ao exército aferir tal situação.

Consta Mandado de Segurança impetrado pela Associação dos Moradores de Ilha Bela contra o Comandante do 34º Batalhão de Infantaria de Selva, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, antes da elaboração do Plano de Manejo. Já na decisão em sede de liminar, a autoridade judiciária

asseverou que “é público e notório o exercício de atividade de garimpo nas áreas adjacentes ao PNMT, o que requer a fiscalização permanente por parte do Poder Público”, confirmando a concessão da segurança, conforme a seguir:

Ante o exposto, concedo em parte a ordem de habeas corpus e, confirmando a decisão de fls. 285/287, determino à autoridade impetrada e aos litisconsortes passivos que assegurem a livre locomoção dos substituídos na comunidade de Ilha Bela, garantindo-lhes, ainda, o direito de ingressarem na comunidade com alimentos e gêneros necessários à sua sobrevivência e de seus familiares, desde que não possuam fins comerciais, nos termos da fundamentação. Ficam expressamente ressalvadas as ações do Exército de combate ao crime e fiscalização na área de fronteira, desde que evite adotar postura hostil ou violenta, sem que razão tenha para tanto. Sem custas. Sem honorários. Proceda-se à alteração da classe processual, a fim de que seja registrada a classe nº 5141 - habeas corpus cível. Registre-se. Publique-se. Intime-se (BRASIL/TRF1, 2010).

Consoante pontuado pelo Ministério Público Militar em seu pedido de arquivamento dos autos do Inquérito Policial Militar nº 0000049-22.2011.7.08.0008:

as ações militares têm sido questionadas por civis nesse ambiente marcado por conflitos decorrentes da ausência de estrutura estatal capaz de articular melhor as intrincadas relações dos atores sociais envolvidos num contexto em que as “regras do jogo” ainda não estão definidas. Em que pese o Exército ter a obrigação de evitar o transporte de bens que facilitem o garimpo ilegal, as normas para a atuação militar ainda não estão definidas, o que gera uma crise de autoridade para a instituição que tem obrigação de controlar a região. Essa situação provoca instabilidade na forma de conduzir a atuação militar naquela área. Isto, associado às carências de toda a ordem sofridas pelos integrantes da comunidade de Ilha Bela resulta em impasses sociais, políticos, econômicos e institucionais interconectados ao aspecto jurídico, sendo que as soluções têm sido levadas para a instância judicial que deveria ser a última opção, mas que têm se mostrado o único ponto de apoio para nortear as ações institucionais em conflito. As demandas emergem de uma complexa teia de relações sociais, políticas e econômicas cujas soluções deveriam ser buscadas nessas arenas e não judicializadas, como têm ocorrido (BRASIL/ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 2011).

Ao decidir pelo arquivamento do referido inquérito, o Juiz-Auditor Substituto da 8ª Circunscrição Judiciária em Belém pontuou o seguinte:

O total abandono do Poder Público e a demora na fixação de diretrizes claras para habilitação e para a circulação de embarcações e de bens na região geram situação de grave insegurança jurídica. Os moradores e transeuntes buscam horários alternativos e/ou passar pelo posto de fiscalização em comboios para dificultar o trabalho de fiscalização. Com isto, a espera pela conclusão dos procedimentos é demorada, o que contribui para a exaltação dos ânimos. Não se trata de situação desrespeitosa, mas sim da junção de fatores – falta de estrutura adequada e população visando dificultar o trabalho realizado – que, como já afirmado, geram o descontentamento dos transeuntes (BRASIL, STM).

O teor das manifestações jurídicas acima pontuadas indica que os operadores do direito percebem que a mera judicialização das demandas sociais existentes no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, embora tenha sido medida essencial para evitar o acirramento de conflitos, resultam em decisões pontuais que não dão conta de abranger o grau de complexidade dos problemas ali enfrentados.

É perceptível que inexistente a articulação necessária para que os objetivos do PNMT sejam cumpridos num ambiente minimamente favorável, seja por falta de estrutura material, funcional, organizacional; o fato é que todos os atores sociais envolvidos nas demandas aqui apresentadas estão condicionados por tais limitações e sofrem em razão da premente necessidade de uma atuação mais eficaz do Estado na área, seja mediante o aumento do efetivo e/ou pelo aperfeiçoamento dos agentes públicos já lotados na região, seja mediante um trabalho de educação dos integrantes das comunidades indevidamente residentes no parque, uma vez que não é possível simplesmente retirá-las de lá sem lhes dar alternativas de subsistência, apesar de não ser característica de um parque nacional a manutenção em seu espaço de comunidades residentes e menos ainda tolerar pistas de pouso na extensa área em que está situado, tão pouco quando tais pistas foram construídas em função de relações com a atividade garimpeira, não autorizada naquela região.

Da leitura da ata de audiência do Processo nº 2010.31.00.000001-8, extrai-se a necessidade de repensar a compatibilidade das atividades realizadas por certas

comunidades com os objetivos do PNMT. Nesse sentido, o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Amapá, acertadamente, destacou que Ilha Bela “é incompatível com o plano de manejo do Parque Nacional do Tumucumaque”. De fato, essa comunidade se mantém do garimpo, atividade legalmente incompatível com os objetivos do PNMT. Todavia, existem numerosas questões a serem discutidas antes da aplicação do fato à norma, isto é, antes de ser realizada a remoção dessas pessoas do parque. Isto porque, antes de fazê-lo é necessário pensar em como será a subsistência dos moradores de Ilha Bela após essa providência e quais as oportunidades terão esses moradores após essa medida, tendo em conta que o desenvolvimento sustentável inclui a erradicação da pobreza e todos os males sociais, ambientais, psicológicos e políticos que esta produz.

Por outro lado, a conversão do parque nacional em estudo em qualquer outra unidade de conservação também não parece ser a melhor solução, considerando as características da região anteriormente apresentadas.

O plano de manejo da unidade de conservação em estudo destaca que a atividade garimpeira é o problema de maior proporção no PNMT, pela cadeia de efeitos secundários ou indiretos que promove. O mineral mais importante é o ouro, determinando significativamente a forma de exploração e ocupação da região pela população não-indígena. Uma boa parte das dezenove pistas de pouso irregulares existentes no interior da unidade tem como origem a instalação de garimpos auríferos, especialmente nas últimas quatro décadas.

No interior do PNMT, é constatada a presença humana esporádica e muito localizada visando à extração aurífera, seja em remanescentes de antigos garimpos (prioritariamente) ou em tentativas de instalação de novas frentes de lavra (ocasionalmente). Atualmente, as áreas mais procuradas para o garimpo se localizam fora da unidade, especialmente na região Sul da Guiana Francesa (região de Camopi e Sikini), que abriga milhares de pessoas (quase todas brasileiras em caráter irregular de imigração). Na conjuntura atual, o PNMT ainda constitui um terreno pouco interessante para a atividade garimpeira. No entanto, é uma condição frágil que depende da variação do preço do ouro no mercado e da maior ou menor predisposição das autoridades francesas em controlar a situação da imigração clandestina.

Há também a extração de torianita (minério associado ao urânio). A atividade está sendo alvo de investigação por parte da Polícia Federal desde 2004, após denúncias e apreensão de cargas de minério radioativo na região do Município de Porto Grande. Em 2008, a PF apreendeu 600 kg de torianita, armazenada na margem direita do Rio Araguari, fora do parque. Muito provavelmente este minério foi extraído do interior do parque, no Rio Tajauí, afluente do Rio Araguari. Há indícios de extração de outros minerais, como cassiterita (minério rico em estanho) e tantalita (minério associado ao tantálio, metal raro de aplicações industriais específicas).

A presença do Exército no PNMT, além de prevista nos dispositivos legais acima referidos, está determinada no próprio decreto de criação daquela unidade, do qual consta a previsão de que, no exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, estão compreendidas: I - a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamento, estacionamentos, patrulhamento e demais operações ou atividades, indispensáveis à segurança e integridade do território nacional; II - a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infraestrutura e logística necessárias, compatibilizadas com o Plano de Manejo da Unidade, quando fora da faixa de fronteira; III - a implantação de programas e projetos de controle e ocupação da fronteira.

O Conselho Gestor do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, após a Renovação (Mandato 2008 – 2010), é composto das seguintes instituições: 1) Poder Público - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; 34º Batalhão de Infantaria e Selva; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Fundação Nacional do Índio; Instituto de Estudos e Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá; Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Secretaria de Estado de Turismo; Universidade Federal do Amapá; Prefeitura Municipal de Almeirim; Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari; Prefeitura Municipal de Oiapoque; Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari; Prefeitura Municipal de Serra do Navio; Ministério da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da França. 2) Sociedade Civil - Conselho das

Aldeias Wajãpi IEPÉ; Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena; Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque; *Brazil Amazon Conservation Team* (Equipe de Conservação da Amazônia); Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Amapá; Cooperativa Agroextrativista do Município de Calçoene; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laranjal do Jari; Cooperativa Mista dos Produtores Extrativistas do Rio Iratapuru; Associação de Moradores de Vila Brasil; Associação dos Catraieiros do Oiapoque; Associação das Mulheres Produtoras da Comunidade de Riozinho; Associação dos Produtores Agropecuários São Sebastião do Cachaço de P.B.A.; Associação da Escola Família Agrícola da Perimetral Norte de P.B.A.; Associação dos Trabalhadores Rurais de Arrependido de P.B.A.; Associação de Moradores e Produtores Agroextrativistas de Água Fria; Associação dos Produtores de Centro Novo; Associação das Mulheres do Cachaço; Associação dos Moradores da Vila de Serra do Navio; Instituto Folclórico Artístico e Cultural Topazzia Pella; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de S.N.; Associação Agroextrativista dos Produtores e Moradores de S.N.

Reflexões para o debate: em busca de conclusões

Em Ilha Bela, comunidade integrada ao PNMT, a população é flutuante, composta principalmente de brasileiros em caráter irregular naquele território. Consta do referido Plano de Manejo que os reflexos dessa atividade naturalmente atingem a área do PNMT, uma vez que o abastecimento das comunidades se dá prioritariamente pelo Rio Oiapoque a partir da sede municipal. Portanto, a comunidade de Ilha Bela é um ponto de apoio localizado na margem direita do Rio Oiapoque, na qual moram algumas centenas de pessoas (população sazonal e fortemente flutuante), ocupando, em sua maioria, moradias rudimentares e improvisadas, vivendo da oferta de bens e serviços aos garimpeiros da região.

A utilização de um rio fronteiro por integrantes da comunidade de Ilha Bela que atuam em atividades incompatíveis com os objetivos do PNMT e ilegais geram inevitáveis conflitos com o Exército. Por outro lado, é cediço que “os rios da Amazônia configuram-se como condição indispensável para a sobrevivência das populações locais, mormente daquelas que vivem nas regiões mais afastadas dos centros urbanos de porte grande” (SIMONIAN, p. 143).

Apesar das numerosas instituições governamentais e não governamentais que compõem o Conselho Gestor da Região, nas demandas acima apresentadas, o arranjo institucional para evitar conflitos de maiores proporções e danos sociais só foi possível a partir da atuação na esfera judicial civil, pois é possível que se o Judiciário Militar deixasse de reconhecer que a arena para solução de tais demandas não poderia cingir-se aos estreitos limites do direito penal militar, este poderia penalizar, nesse quadro, qualquer dos atores envolvidos nessa complexa teia de relações, e os ânimos dos contentores estariam mais acirrados, o que agravaria as demandas existentes. De qualquer forma, é precário utilizar-se do Judiciário para a solução de tais demandas que deve partir de uma atuação política direta dos atores envolvidos, no sentido de se articularem para minimizar os efeitos decorrentes dos impasses acima pontuados.

Um passo adiante foi dado por Ostrom (2002), para reparar os efeitos da desarticulação dos atores sociais para a gestão do parque, que ao avaliar a tragédia dos bens comuns, considerou a possibilidade de variação de desempenho dos grupos, sugerindo alternativas à necessidade de gerenciar os recursos comuns, tais como: (a) definir claramente as regras que delimitem a quem cabe a utilização dos recursos comuns e em que medida isso pode ser feito; (b) estabelecer regras que fixem benefícios e outras que fixem custos para utilização desses recursos; (c) formas de arranjos coletivos que viabilizem a eleição das regras de funcionamento regular dos recursos; (d) partir do pressuposto de que (1) poucos sistemas são capazes de sobreviver por muito tempo e (2) sancionar o usuário que seja flagrado rompendo as regras repetidamente. Por fim, Ostrom considera a variável da heterogeneidade que diz respeito às diferentes formas de pensamento que orientam as ações dos indivíduos que se utilizam de recursos comuns para apresentar essas alternativas à tragédia.

Na prática, na vida dos atores sociais inseridos dentro e fora da estrutura administrativa do Estado, integrantes da realidade aqui apresentada, todos, de alguma forma, desestruturados, desarticulados e desassistidos, como fazer para que as possibilidades suscitadas por Ostrom (2002), Leff (2003), Mórán (1990) sejam aplicadas?

Ao perceber as ponderações de Ostrom (2002), é impossível não fazer a correlação das alternativas à tragédia dos bens comuns por ela apontadas com

as demandas apresentadas no curso deste artigo. As regras para a atuação dos próprios membros do Comitê Gestor do PNMT não estão claramente delineadas. Inexistem regras que fixam os benefícios para a utilização dos recursos comuns do parque que possui características que extrapolam os objetivos deste, havendo ali comunidades residentes. Não estão articulados os integrantes do comitê, por motivos amplamente justificáveis (ausência de estrutura de toda ordem), para que os arranjos coletivos sejam realizados. A variável de pensamento dos atores sociais envolvidos é facilmente dedutível de todo o contexto acima referido.

O estudo dos motivos para a dificuldade em organizar os atores sociais envolvidos não pode prescindir das considerações de Polanyi (1980), que ao rechaçar a hipótese de Adam Smith de que o homem primitivo sentia predileção por ocupações lucrativas, ressalta que a economia do homem está submersa em suas relações sociais e que cada passo dirigido à posse de bens materiais objetiva salvaguardar o patrimônio social do indivíduo (grupo, categoria). Ora, não é possível estudar as normas que regulamentam as relações ambientais e buscam a sustentabilidade desconsiderando o mercado como tipologia fundamental a reger as relações do homem com o meio ambiente.

A análise dos dados acima pontuados sugere a busca de meios para que tais demandas sejam resolvidas a partir da proposta de Leff (2003), que pensa a complexidade ambiental a partir da aceitação de que existe atualmente uma crise ambiental, a qual transcende os limites das análises econômicas e sociais, porque se mostra entrelaçada à necessidade de se repensar as ações humanas e seus limites em diversos níveis (crescimento econômico e populacional, desequilíbrios ecológicos e de sustentação da vida, pobreza e desigualdade social, ciência).

Trata-se de uma proposta de problematizar as formas hegemônicas de pensamento até então produzidas e superá-las, transcendê-las, para a construção de uma nova racionalidade capaz de promover um diálogo e hibridação de saberes. Em suas palavras, Leff (2003) não se refere aos fatos históricos, mas repensa o tempo, a concepção do tempo. Para ele, inexiste um contraponto entre modelos econômicos, mas há o reconhecimento da complexidade ambiental como expressão da crise de civilização. A racionalidade ambiental é uma proposta em construção e dependente de todos e de cada um.

No contexto do PNMT, um caminho possível, mas de árdua

operacionalização, seria o fortalecimento das regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica de todos os atores envolvidos nas demandas ora apresentadas. Trata-se de construir capital social, nos moldes referidos por Putnam (2002). Entretanto, o grande dilema é: como viabilizar essa meta, que exige o aprofundamento de laços de confiança construídos ao longo de experiências comuns vivenciadas num círculo vicioso, em meio a populações flutuantes? Seria possível estruturar o Estado para intermediar esse processo investindo em seus agentes? De fato, as comunidades são flutuantes, mas as instituições estatais não. Enfim, conforme proposto neste último ponto do estudo, estamos em busca de conclusões. Ao pontuar essas questões, pretendeu-se apenas contribuir para que estas sejam alcançadas.

De qualquer forma, todos os dados até o momento apresentados apontam para a inevitável conclusão de que o Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque não está cumprindo sua missão de promoção do desenvolvimento sustentável conforme previsto nas Conferências Internacionais sobre Meio Ambiente, das quais o Brasil é signatário, nem aos objetivos propostos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação para essa unidade. Apesar disso, todas as medidas realizadas até o momento, tais como a própria criação do PNMT e a presença, ainda que precária, do Estado naquela região, já constituem imprescindíveis avanços nessa direção. É preciso reconhecer os hercúleos esforços já realizados nesse sentido.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- BRASIL, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. *Parque Nacional do Tumucumaque: plano de manejo*. Macapá: 2009. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo/lista-plano-de-manejo.html?start=40>. Acesso em: 28.07.2012.
- _____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Odete Medauar. 10. ed. São Paulo: RT, 2010.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 19 de julho de 2000, Brasília, DF.

_____. Congresso. Decreto legislativo nº 3, de 13 de fevereiro de 1948. Aprova a Convenção para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América assinada pelo Brasil a 27 de dezembro de 1940. *Diário do Congresso Nacional* - Seção 1 - de 14 fev. de 1948, Página 1505.

_____. *Decreto* nº 1713, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional do Itatiaia. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/itatiaia.pdf>. Acesso em. 30.07.2012.

_____. Lei Complementar nº 136 de 26 de agosto de 2010. Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural. *Diário oficial da União* 27 de agosto de 2008, Brasília, DF.

_____. Tribunal Regional Federal (1. Região) – Mandado de Segurança nº 2010.31.00.000001-8. Ano IV Nº - 23 Brasília-DF. Publicação: *Diário Oficial*, de 01 de fevereiro de 2012.

_____. Superior Tribunal Militar. *Inquérito Policial Militar* nº 0000049-22.2011.7.08.0008. Disponível em <http://www.stm.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s4=00004811&s2=AUDITORIA+ADJ1+8a+ADJ1+CJM&l=30&d=INQO&p=1&u=/bases/samm/samm.html&r=1&f=G&n=-TEOR>.

_____. Supremo Tribunal Federal. Pet 3388 / RR – *RORAIMA PETIÇÃO*. Rel. Min. Carlos Britto. Julgamento: 19/03/2009. Tribunal Pleno. Publicação DJe-181. Divulg. 24-09-2009. Publicação: 25-09-2009. Ementa-02375-01. PP-00071.

DIEGUES, Antonio Carlos. (Org). Etinoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In. *Etinoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. Rio de Janeiro: HUCITEC NUPAUB-USP, 2000, p. 1-9.

LEFF, Enrique (coord.). *A Complexidade Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 15-64.

MORÁN, Emílio F. O homem e o ambiente: uma história. In. *A ecologia humana: as origens da nossa época*. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 54-55.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *El Futuro que Queremos*: Documento final de la Conferencia. Rio de Janeiro: ONU, 2012. Disponível em: http://www.uncsd2012.org/content/documents/778futurewewant_spanish.pdf.

OSTROM, Elinor. Reformulando Los Bienes Comunes. In: SMITH, R. C. & PINEDO, D. (Eds). *El Cuidado de Los Bienes Comunes: Gobierno y Manejo de Los Lagos e Bosques em la Amazônia* Lima, Instituto del Bien Común & Instituto de Estudios Peruanos, 2002. p. 49-70.

POLANY, Karl. Ascensão e Queda da Economia de Mercado: moinho satânico. In. *A Grande Transformação: As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1980, p. 51-69.

PUTNAN, Robert D. Putnam. Capital social e desempenho institucional: dilemas da ação coletiva. In. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 173-194.

RAVENA, Nirvia. Ecologia Política e estratégias de sustentabilidade: uma reflexão teórica. *Novos Cadernos do NAEA*, v. 13, n. 2, p. 103-120, dez. 2010.

RODRIGUES JUNIOR, Edson Beas. *Tutela Jurídica dos Recursos da Biodiversidade, dos Conhecimentos Tradicionais e do Folclore: uma abordagem sustentável*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 121-142.

SACHS, Inacy. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. *Estudos Avançados* nº 9, v. 25, 1995.

SIMONIAN, Ligia T. L. (Org.). *Políticas Públicas, Desenvolvimento, Unidades de Conservação e Outras Questões Socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA-UF PA/ MPEAP, 2010, p. 115-180.

Relações internacionais e cooperação descentralizada de cidades amazônicas: um enfoque teórico

William Monteiro Rocha¹ • Edna Maria Ramos de Castro²

Introdução

O estudo das relações internacionais contemporâneas direciona análises em função das significativas transformações que marcaram a formação do sistema internacional, seja em decorrência do fim da Guerra Fria, ou, seja como resultado da intensificação de fenômenos como a globalização e a interdependência. Robert Keohane e Joseph Nye começam seu importante livro acerca dos novos direcionamentos na Política Mundial com o seguinte excerto “*Estamos vivendo a Era da Interdependência*” (KEOHANE; NYE, 1989, p. 11). A era da interdependência descrita pelos autores, diz respeito ao cenário cada vez mais globalizado e interdependente, onde são abertos novos campos de análise e teorias que busquem entender e explicar as variáveis que compõem o novo sistema internacional. O Estado passa então, a ser definido sob novos moldes de atuação e regulação, sendo redirecionado a um cenário cada vez mais complexo, dinâmico, rápido e composto por inúmeros outros atores, que por vezes atuam na ausência do Estado ou mesmo paralelamente a ele.

O processo de interdependência aliado a intensificação do processo de Globalização trouxe ao sistema internacional contemporâneo novas definições. Dentre essas definições, o redirecionamento do papel do Estado em função da multipolaridade política-econômica-social. Keohane; Nye (1989, p. 11) consubstanciam:

¹ Internacionalista e Mestre em Desenvolvimento Sustentável. Professor da Universidade da Amazônia (UNAMA) e da Universidade Federal do Pará (UFPA).
E-mail: william.mrocha@gmail.com

² Professora e pesquisado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – NAEA/UFPA.

Interdependência, definida em poucas palavras, significa mútua dependência. Na política mundial, interdependência diz respeito a situações caracterizadas pelos efeitos recíprocos entre nações ou entre atores em diferentes nações. Estes efeitos com frequência resultam de transações internacionais: fluxos de dinheiro, mercadorias, pessoas e mensagens através das fronteiras. Essas transações intensificaram-se dramaticamente desde a segunda guerra mundial. [...] As relações de interdependência sempre envolvem custos, já que a interdependência restringe a autonomia; mas é impossível especificar de antemão se os benefícios de uma relação irão exceder os custos. Isto dependerá da categoria dos atores, tanto quanto da natureza das relações. Nada garante que a relação que designamos de 'interdependência' será caracterizada como de mútuo benefício (KEOHANE; NYE, 1989, p. 81).

Um Mundo Globalizado e Interdependente é cenário do franco surgimento e intensificação das relações internacionais em diversos níveis. Um desses níveis, diz respeito as cidades e governos locais, que passaram a ter notório destaque desde o início da década de 1990. Com o intuito maior da captação de recursos, cidades e municípios passaram a se projetar internacionalmente para suprir carências e proporcionar o desenvolvimento local. Aos poucos, as relações internacionais passaram a adentrar e se institucionalizar na estrutura local, como agenda paralela e propulsora também do desenvolvimento. Alguns fatores contribuíram no interesse nas relações internacionais por parte das cidades, tais como, o próprio processo da globalização, a integração regional, a expansão rápida da urbanização e a descentralização política - administrativa. De tais fatores, o local (as cidades) vislumbrou as oportunidades econômicas, políticas, comerciais e culturais no global (outras cidades, países, organizações transnacionais). Khana (2010, p. 4) acrescenta:

Now as then, cities are the real magnets of economies, the innovators of politics, and, increasingly, the drivers of diplomacy. Those that aren't capitals act like they are. Foreign policy seems to take place even among cities within the same country, whether it's New York and Washington feuding over financial regulation or Dubai and Abu Dhabi vying for leadership of the United Arab Emirates. This new world of cities won't obey the same rules as the old compact of nations; they will write their own opportunistic codes of conduct, animated by the need for efficiency, connectivity, and security above all else.).

Atualmente, são muitos os dispositivos, as estratégias e possibilidades dos governos locais se inserirem nas relações internacionais. Seja na captação de recursos (financeiros, humanos ou técnicos), seja na inserção de redes globais, ou no desenvolvimento de práticas voltadas a cooperação internacional, tal como, no aprimoramento das políticas públicas locais, com uma visão e análise de perspectivas de culturas e realidades distintas. A agenda das relações internacionais nos governos locais ainda é bastante recente, tanto nas políticas públicas, quanto na academia. O presente trabalho vem no intuito de fomentar o debate teórico das Relações Internacionais no campo da Paradiplomacia ou Cooperação Descentralizada, tendo como foco as cidades de Belém e Manaus. Cidades essas, ainda que localizadas no espectro amazônico de múltiplas especificidades e complexidades, desempenharam e protagonizaram papel importante e ativo nas relações internacionais em âmbito regional.

Neoliberalismo e a interdependência que leva a cooperação

Nas décadas de 1970 à 1980, os debates acerca da complexidade internacional foram intensificados e a Teoria das Relações Internacionais foi ganhando expressão e adeptos, de diversas áreas do conhecimento. O debate Idealismo X Realismo, tal como existiu entre as décadas de 1920 a 1940, volta ao *mainstream* das RI em tempos de Guerra Fria com novos precursores e enfoques. Na contramão do Realismo Estrutural, surgiu o ***Neoliberalismo ou Liberalismo Institucional***, tendo como principais precursores Robert Keohane e Joseph Nye, que ao longo das décadas de 1970 à 1980 consolidaram o Neoliberalismo de cunho institucional nas TRI.

A nova configuração que sistema internacional se encontrara, foi reflexo do avanço do processo de Globalização tão quanto da multipolaridade de cenários, atores e interesses. Nesse sentido, Robert Keohane e Joseph Nye teóricos contemporâneos das relações internacionais, apresentaram um quadro de interdependência. Criticando a visão do Estado como único ente dominante nas relações internacionais, esses autores atualizaram e deram nova ênfase da escola liberal, que estava comedida desde meados da década de 1930. Mas também criticam as análises simplistas de alguns liberais, que viam a possibilidade de transformar o mundo em uma aldeia global, o que seria uma ideia extremamente

romântica, já que as forças transnacionais são distribuídas desigualmente. Desta forma, eles criaram um critério de avaliação da quantidade de poder do Estado, baseada nos conceitos de sensibilidade (grau de abalo de fatores externos) e vulnerabilidade (capacidade de reação a esse abalo). Portanto, para esses autores há um crescimento dos intercâmbios sociais e econômicos, que em conjunto com as organizações internacionais, movimentos sociais transnacionais e corporações multinacionais criam um mundo “sem fronteiras”, no qual o poder militar não se mostra como alternativa viável para uma coexistência com comodidade (KEOHANE; NYE, 1989).

Keohane foi quem começou primeiro a reelaboração institucionalista com bases nas premissas idealista-liberal. O neoliberalismo buscava defender de forma científica que a criação e consolidação de organismos internacionais era a melhor forma para a solução e/ou contenção de conflitos internacionais, ou seja, através da cooperação entre os Estados. O Estado passa a ser definido sob novos moldes de atuação e regulação, sendo redirecionado a um cenário cada vez mais complexo, dinâmico, rápido e composto por inúmeros outros atores, que por vezes atuam na ausência do mesmo ou ainda, paralelamente a ele. O Novo Mundo, segundo Keohane (1986) é uni-multipolar e híbrido. *Uni*, pois uma nação hegemônica sempre estará à frente de algum modo liderando, mesmo que essa liderança seja passageira; *Multipolar*, pois existem os interesses de outras várias nações e tais interesses influenciarão diretamente nessa nova configuração do sistema e *Híbrido*, pois o autor considera que esse cenário é propício ao surgimento e/ou redefinição de atores em diversos segmentos.

A intensificação do processo de Globalização, aliado ao fim da Guerra Fria e consequente fim da bipolaridade mundial trouxeram uma nova configuração e definição Estatal ao cenário mundial. Baseado nesse novo cenário mundial, o Neoliberalismo Institucionalista direcionou sua análise ao fortalecimento das instituições internacionais e ao surgimento de novos atores globais. Ou seja, minando a premissa realista do Estado enquanto único ator das RI. Ainda nesse sentido, os neoliberais argumentavam que ainda que os Estados fossem os únicos atores, as instituições teriam ampla possibilidade de sobrepor obstáculos criados em um sistema anárquico. Nesse amplo debate, Robert Keohane e Joseph Nye trazem o conceito de Interdependência Complexa, conforme Saldanha (2006, p. 310) expõe:

O conceito de interdependência complexa apresenta uma multiplicidade de problemáticas de análise que abordam, entre outros temas, a economia, o meio ambiente, a cultura, os direitos humanos e o terrorismo. Em cada uma dessas áreas existe mais de uma dimensão com padrões específicos de influência, como consumo, desenvolvimento, autodeterminação, costumes etc. A definição de interesse de Estado, a influência dos atores dentro dos próprios Estados e a maneira como os Estados interagem com estes novos atores através de uma teia de relações onde somente algumas passam pela via formal, tratando também a via da informalidade como um campo de propagação de influência, estabelecem um pensar inovador e plural das relações internacionais.

Visualiza-se na perspectiva neoliberal que o Estado passa a ser não mais o único *player* no campo das relações internacionais. As interações a nível internacional passam a ter múltiplas possibilidades, observando-se que a questão militar e o uso da força já não podem ser considerados como prevalentes, posto que o Mundo pós-Guerra Fria gerou “a fragmentação da autoridade em diversos pólos, dando as ‘relações’ internacionais um caráter de ‘interações’ internacionais” (CASTRO, 2012, p. 278). A interdependência complexa segundo Keohane; Nye apud Saldanha (2006, p. 312):

Assume suas dimensões: a de sensibilidade e a da vulnerabilidade. As interações havidas a partir da existência de múltiplos canais, formais ou informais, principalmente a partir da evolução dos mecanismos de comunicação, trazem consigo uma ausência de hierarquia entre as temáticas relativas as interações internacionais, tais como segurança, meio ambiente, terrorismo, direitos humanos, entre outros, e, ainda demonstra a irrelevância do uso militar em algumas situações, fazendo com que haja uma sensibilidade no que concerne a possibilidade de alterações em políticas locais em resposta à dinâmica das interações internacionais, assim como o esquema de balanços e contra-pesos de alterações de políticas locais em resposta a novas condições advindas de fatores externos.

Tal concepção em torno de uma interdependência complexa pautada por Keohane e Nye Junior (1989, p. 87) estava diretamente conectada a uma valorização das instituições internacionais governamentais, atores privados, Organizações

Internacionais Não-Governamentais (OING) e da própria sociedade civil que, “engajados em um processo que privilegiaria a cooperação, seja ela econômica, técnica, política ou comercial; ao invés de focar as relações internacionais somente nas relações estatais ou de conflito”. Dessa forma, os autores cunharam o conceito de “Governança Global” juntamente de quatro modelos de governança, com o propósito de dar ênfase as interações internacionais, por meio não somente dos Estados, mas, sobretudo de organismos e instituições internacionais. Tais modelos traduzem, sinteticamente, as premissas neoliberais voltadas as relações internacionais. Os modelos, segundo Keohane; Nye Junior (1989, p. 100) são:

i) Modelo Estatal: O clássico modelo de governança política reside no Estado. A soberania é vista como um escudo contra as interferências externas por parte de outros Estados. Conseqüentemente, ao nível internacional, este modelo estatal dá ênfase a competição entre Estados em um meio internacional anárquico carente de um governo comum. A governança ocorre quando a falta de igualdade entre os Estados permite que uns se sobressaiam em relação aos outros, tendo em vista a autonomia dos Estados Soberanos. Neste modelo, o Estado é autônomo interna e externamente, e a autonomia, a liberdade dos Estados é a base para uma governança democrática.

ii) Modelo de Governança de Organização Internacional: a governança é vista em termos de ‘polos de autoridade’ e as relações entre estes. A questão resta no problema da delegação de autoridade, ou seja, quanta autoridade sobra para aqueles que delegam poderes para outros agentes como as organizações internacionais? Quem tem direito de um controle residual? A ideia central nesse caso está na habilidade de determinar valores ao poder de delegar.

iii) Modelo de Atores Transnacionais: Os atores transnacionais, ou não-governamentais produzem resultados ao atuarem segundo as forças do mercado ou dentro das áreas as quais eles possuam influencia. Os exemplos incluem as decisões de corporações multinacionais em investir ou não em determinadas regiões, ou nas decisões de organizações industriais, tais como sindicatos em instituir padrões trabalhistas.

iv) Modelo de Redes Políticas (*policy networks*): Neste modelo, os resultados não são vistos como decisões de entidades organizacionais, mas, como resultados negociados a partir da barganha entre os

atores inseridos nesta rede. As características-chave deste modelo de governança são: 1) a interdependência entre as organizações; 2) as interações contínuas entre os membros da rede; 3) interações arraigadas na confiança e regulamentada por regras acordadas pelos participantes do jogo de negociações; 4) uma significativa autonomia do Estado.

Após o término da Guerra Fria, a globalização atravessou uma de suas etapas mais relevantes, desenhada a partir do estabelecimento de uma nova ordem mundial, embasada na multipolaridade e em uma economia globalizada. Observa-se que a então ordem mundial está configurada a partir uma série de novas tendências, gradativamente instauradas no cenário político global. Dentre estas tendências, dar-se-ia foco para Cooperação Internacional, a interdependência, ao surgimento de Novos Atores internacionais, tão quanto ao alcance do Desenvolvimento a partir das estratégias de posicionamento e imposição diferenciada de poder entre Estados e Organizações. Este novo arranjo político (mantido sobre a égide da globalização e ao mesmo tempo, favorável/dependente em relação à Cooperação) implica refletir a ação conjunta de instituições como uma das mais importantes estratégias para a manutenção e promoção das condições necessárias ao Desenvolvimento.

A Cooperação Internacional, de acordo com (KEOHANE apud SALDANHA, 2006, p. 267) “é uma prática das Relações Internacionais que se estabelece em termos econômicos, culturais, sociais, tecnológicos, culturais, humanitários, entre muitos outros” e, a partir da necessidade em cooperar, a comunidade internacional adotou um novo padrão de imposição de poder e relacionamento político, embasado no esforço mútuo entre os atores globais em prol da segurança coletiva e do alcance desenvolvimento. Isto porque, a experiência da Segunda Guerra Mundial havia resultado em consequências suficientemente negativas (do ponto de vista econômico e humanitário) para que os Estados repensassem seus modelos de interação e voltassem seus interesses à institucionalização do órgão político-legal potencialmente capaz de promover a concretização dos objetivos comuns à comunidade internacional: a ONU.

Pode-se dizer então, que a institucionalização da ONU, em 1945, introduziu um novo arranjo institucional ao Sistema Internacional, uma vez que, desencadeou a criação de uma rede de Organizações Internacionais para que

atuassem junto aos países membros. Deste modo, o Estado, inserido na então lógica neoliberalista da cooperação, cede parcelas de soberania e governança, para que Novos Atores possam agir em consonância com seus objetivos e assim, imprimam suas influências sobre o Sistema Global. Surge desse modo, a lógica da cooperação, a qual não pode ser entendida somente, como um fenômeno conduzido somente pelos Estados. Nesse cenário, tais novos atores não se encontram mais retidos à fronteira dos Estados nacionais e não mais permitem com que estes sejam admitidos como únicos protagonistas no Sistema Internacional. Frente a isso, entende-se que estão sendo firmados novos espaços de relacionamento para além do Estado, Gomes Filho (2011, p. 6) acrescenta:

Percebe-se, portanto, que a aparição de novos atores na agenda política internacional, em decorrência do processo de globalização a partir das duas últimas décadas do século XX, mudou o eixo central ao redor do qual giravam as iniciativas de competição e cooperação internacional.

Segundo afirma Nye Junior (2009, p. 89) que “os Estados são os atores principais da política internacional contemporânea, mas eles já não mais possuem o palco apenas para si”. Dessa forma, entes subnacionais, como os Estados e as Cidades estão inseridos nesse novo palco das relações internacionais. Todavia, isso não significa que os Estados Nacionais tenham perdido a sua soberania. O que ocorre, nesse cenário interdependente, é que os Estados Nacionais tendem a se ocupar em conduzir os interesses globais do país (*High Politics*) e os governos locais passam a cuidar de questões pontuais e de acordo com as suas necessidades (*Low Politics*), algumas dessas questões, são tratadas por meio da Cooperação Internacional e também da Cooperação Descentralizada ou Paradiplomacia (a ser detalhada em sessão posterior do presente trabalho). Nye Junior (2009, p. 98) reitera: “em vez de imaginar um governo mundial hierárquico, deve-se conceber redes de governança que se entrecruzem e coexistam com um mundo formalmente dividido em Estados soberanos”.

Um Mundo Globalizado e interdependente trouxe a tona uma série de novas perspectivas direcionadas aos governos locais e mais especificamente as cidades, foco deste trabalho. Todavia, desde Tucídides (2001) sabe-se que as cidades desempenham um papel internacional relevante. O cenário atual por sua

vez, é propício para que as cidades, com um olhar mais endógeno e articulado, se tornem atores políticos do desenvolvimento e também espaços propícios as transformações e interações em diversos níveis, o que contribui significativamente ao novo contexto interdependente, globalizado e multinível o qual as cidades se inserem como novos atores das relações internacionais e do sistema internacional para o desenvolvimento.

Governança multinível e a inserção internacional de cidades

Sob a ótica de uma nova realidade, Globalizada e Interdependente, o sistema internacional demonstra que cada vez mais estão sendo criados cenários de interação e integração a nível internacional que já não se restringem somente aos Estados-Nação. Gomes Filho (2011) reitera que o século XX foi palco da emergência de novos atores que não poderiam mais ser contidos nas fronteiras nacionais e que passaram a cumprir ou influenciar determinadas funções que tradicionalmente eram prerrogativas dos Estados. A ascensão e inserção internacional de unidades subnacionais, como os estados regionais, cidades e municípios é um exemplo dessas transformações a nível mundial e foco de análise deste trabalho.

A intensificação do fenômeno da Globalização tem um papel decisivo no avanço dos mais diversos tipos de fluxo. Robertson (1992) e Soja (2000) demonstraram que a Globalização comprime o Mundo e intensifica uma espécie de consciência global, “que alarga e aprofunda as relações sociais, desse modo, eventos globais passam a moldar acontecimentos locais, e vice e versa”. As cidades passam então, nesse cenário globalizante e interdependente a estabelecerem redes de inserção internacional voltadas ao desenvolvimento local. Esse dinamismo e novo funcionamento das Cidades decorrem de uma série de impactos causados pela Globalização, descritos por Sathler; Monte-Mór; Carvalho (2009): i) intensifica os fluxos; ii) amplia o alcance das redes e dos diversos nós; iii) estimula a regionalização; iv) muda a direção dos fluxos com a possibilidade do aprofundamento das relações entre o local e o global sem a atuação de centros intermediários; v) amplia a possibilidade de especialização funcional por parte das cidades; vi) atua na criação de áreas de exclusão. Held (2001) acrescenta que a globalização reflete uma percepção geral de que o mundo está sendo moldado

rapidamente por forças econômicas e tecnológicas em um espaço social comum. Globalização pode ser compreendida, assim, como uma linha contínua do local para o global. Para tal, o declínio da autoridade dos Estados é compensado, nesse contexto, pela crescente interação de outras instituições e organizações, como os órgãos locais e regionais.

Em meio as discussões acerca da Globalização, Interdependência e novos atores internacionais, Castells; Borja (1996) consideram que se estaria vivenciando a ascensão das localidades (cidades, regiões e estados) como centros de decisão na promoção do bem-estar social, de inserção internacional e do desenvolvimento. Essa nova lógica, segundo os autores, direciona as cidades e governos locais importância significativa às agendas de desenvolvimento local com ligação ao exterior. Dessa maneira, incentivadas pelos ditames que a globalização impôs as economias nacionais e motivadas pelo declínio das políticas centralizadas de desenvolvimento regional, as cidades e governos locais tem nas relações internacionais, forte instrumento de desenvolvimento local e tem marcado presença cada vez mais intensa em agendas no exterior.

Romero (2004) explicita que nos últimos anos houve um crescente envolvimento das cidades na esfera internacional, e isso, paulatinamente vem se firmando enquanto um novo fenômeno nas relações internacionais, ao mesmo tempo que incorpora um conceito inovador na gestão pública local: a projeção internacional das cidades. A autora argumenta que até pouco tempo a gestão local se dava apenas na execução de obras públicas e serviços básicos, e que, “a abordagem das problemáticas urbanas sob o viés da dimensão internacional não tinha sentido, inclusive porque o paradigma dominante das relações internacionais supunha os Estados-nação como únicos atores públicos globais” (ROMERO, 2004, p.14). Nesse sentido, a autora lista três processos que corroboram ao novo marco de atuação internacional das cidades, são eles:

i) Um aprofundamento do processo de globalização que vem conduzindo à formação de um novo sistema mundial no qual se intensifica a economia, e a vida política e cultural. As cidades aqui funcionam como pontos de relações, troca e produção e participam ativamente destes processos, vendo-se ao mesmo tempo afetadas por eles e sendo ainda o lugar onde se desenvolvem as economias globalizadas. As cidades são regiões estratégicas para propagação das forças globalizadoras.

ii) A configuração de uma nova relação Estado-Nação/território subnacional, onde este último se constitui no “novo ator do desenvolvimento”. No marco de um retraçado da noção e funções do Estado-Nação e das unidades territoriais subnacionais, produz-se uma fragmentação das trajetórias de desenvolvimento: as regiões e cidades não têm mais um horizonte pré-definido nem estabelecido centralmente e devem ser agora gestoras do seu próprio desenvolvimento.

iii) Um avanço nos processo de integração regional que faz com que as políticas urbanas não se satisfaçam mais com uma visão de gestão limitada às fronteiras locais ou nacionais, pois os governos locais enfrentam o desafio de dar resposta à matriz de oportunidades e ameaças decorrentes do entorno imediato de integração regional, ampliando-se assim sua esfera de atuação e agregando-se às suas funções novas competências.

As cidades passam então a assumir uma nova agenda de desenvolvimento local, “agregando temas, problemas, desafios e modalidades de gestão, alterando também a escala espacial de atuação das mesmas” (RIBEIRO, 2008a). A atuação internacional das cidades, como conceito somado a gestão urbana (com conteúdo, metas, espaço institucional próprio) é um fenômeno recente que direciona as cidades e governos locais novas atribuições e um novo tipo de protagonismo no enfrentamento de grandes problemas urbanos (como segurança, pobreza, transporte, saúde) e também, na adoção de estratégias alternativas de desenvolvimento, “voltadas de um lado, para a atração de investimentos e a modernização da infraestrutura urbana e, de outro, para a melhoria da qualidade de vida, do bem-estar social e de um governo mais participativo” (ROMERO, 2004, p. 24).

A conseqüente configuração de um mundo multipolar abriu novas perspectivas para a atuação dos Estados nacionais no concerto das Nações, sobretudo entre os ditos países em desenvolvimento. Se por um lado, este novo cenário multipolar e participativo favorece a atuação dos Estados nacionais, por outro, constitui-se em espaço aberto para a atuação de novos atores, como as cidades, os quais se constituem objeto de análise deste trabalho. No conjunto desse novo cenário, surge a *Cooperação Descentralizada ou Paradiplomacia* enquanto fenômeno político-econômico-social relativamente recente e ainda timidamente estudado no âmbito acadêmico, que carece de literatura e produção científica na área, sobretudo na região amazônica, e que diante do contexto atual

de interdependência das relações internacionais, tende a observar um notável crescimento durante as próximas décadas.

Analisando a morfologia da palavra Paradiplomacia, o prefixo ‘*para*’ de origem grega significa proximidade e/ou semelhança. Por sua vez, ‘*Diplomacia*’ segundo Cervo (2007) compreende a ação externa dos governos expressa em objetivos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais se pretende realizar determinados interesses. O elevado grau de determinação externa da diplomacia pode ser observado em sua dimensão global, regional e bilateral. Dessa forma, Paradiplomacia, em outras palavras, seria uma Diplomacia paralela a do Estado, atuando em determinados segmentos e efetivada por diferentes atores. Segundo a (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2008), o termo Paradiplomacia foi elaborado por Hans J. *Michelmann* e Panayotis *Soldatos* (na obra germinal “Federalism and International Relations: the role of subnational units” publicada em 1990) para designar as atividades de inserção e/ou protagonismo internacional desenvolvidas entre entidades políticas não centrais (como estados regionais e cidades) situadas em diferentes Estados nacionais. Desde então, teóricos das relações internacionais vêm estudando esse fenômeno, a partir de categorias de análise próprias, sendo a Paradiplomacia principal delas, mas igualmente por meio da diplomacia de múltiplas camadas (*multi-layer diplomacy*) e da cooperação internacional descentralizada. Cornago Prieto (2004, p. 260) incita:

A Paradiplomacia pode ser definida como o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (‘ad hoc’), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional. Embora bastante contestado, o conceito de Paradiplomacia não impossibilita a existência de outras formas de participação subnacional no processo da política externa, mais diretamente ligado ao departamento de relações exteriores de governos centrais, como a assim chamada diplomacia federativa, tampouco impede o papel cada vez maior dos governos subnacionais nas estruturas de multicamadas para a governança regional ou mundial.

Entretanto, o presente estudo fará uso e referência ao termo *Cooperação Descentralizada* ou até mesmo *Atuação Global Municipal*, uma vez que a Paradiplomacia tem sido comumente utilizada para expressar qualquer tipo de ação internacional que não envolve necessariamente os Estados nacionais, o que confunde as atividades transnacionais. Dessa forma, Confederação Nacional dos Municípios (2011, p. 72) consubstancia:

O conceito paradiplomacia carrega em si padrões e interesses de outros países em que foi concebido. Por vezes, o termo traz imprecisões que confundem a interpretação na realidade brasileira. Ao tentar se assemelhar com a política externa (relações mantidas com Estados estrangeiros pelo Presidente da República ou representantes diplomáticos), esse tipo de prática é julgado como ilegal frente à Constituição Federal de 1988. Quando substituída pelo conceito de política externa federativa, ora se especificam apenas as ações nas quais os governos locais atuam alinhados com o Estado Nacional, ora se retrata uma posição hierárquica em desvantagem que não traduz a autonomia dos entes federativos em suas competências.

Dessa forma, para que houvesse certa autonomia acadêmica e entendimento devido à realidade brasileira, o termo *Cooperação Descentralizada* (por se tratar de uma estratégia de internacionalização no âmbito da cooperação internacional e não efetivada pelos Estados centrais ou nacionais) em consonância também ao termo *Atuação Global Municipal*, são mais condizentes com tais atividades realizadas no Brasil.

De modo resumido a CNM, que atua fortemente na disseminação e consolidação de áreas internacionais em governos locais, aponta que alguns são os benefícios que tais governos podem obter através de sua inserção e/ou atuação internacional, a (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS 2008) elenca: i) Mobilização de recursos internacionais (financeiros, humanos e de informação), voltados a projetos para o desenvolvimento local; ii) Inserção em redes globais, direcionadas à cooperação internacional que estão voltadas para o compartilhamento das experiências entre os municípios; iii) Aprimoramento das políticas públicas a partir de perspectivas e culturas distintas; iv) Análise de tendências e aprendizagem com as inovações da gestão municipal difundidas

em eventos internacionais; v) Promoção da visibilidade mundial da cidade, a fim de atrair investimentos para setores estratégicos, vi) Participação política em organizações e missões internacionais, ampliando a influência do poder local na conjuntura internacional.

Há ainda muito a se avançar na temática da atuação global municipal no Brasil. Contudo, percebe-se que os principais atores envolvidos neste processo fazem, hoje, parte de uma ampla discussão que objetiva um desenvolvimento prático da participação dos governos subnacionais no âmbito internacional (VIGEVANI, 2004). Nesse sentido, verifica-se significativa intensificação dos processos de interação entre o local e o global, e em decorrência disso, verifica-se cada vez mais a atuação de cidades nesse cenário. Para a Confederação Nacional dos Municípios (2009, p. 11):

A atuação internacional dos governos locais é um fenômeno que tem se intensificado nos últimos anos. Independentemente de vontade política ou de planejamento administrativo, os Municípios estão cada vez mais envolvidos na prática de comércio exterior, na recepção de turistas internacionais, na implementação de projetos de cooperação e na participação em redes internacionais. Trata-se de uma tendência mundial que, apesar de já ter sua importância reconhecida, ainda é pouco estudada e discutida de forma sistemática.

Logo, a cooperação descentralizada tem muito mais a oferecer do que a condição de mera fonte de capital. Por meio da cooperação técnica, os governos locais podem aproveitar do potencial da troca de experiências entre seus técnicos para desenvolver políticas eficazes em seus territórios. Ao estabelecer vínculos com o exterior, os gestores locais reconhecem que muitos dos problemas enfrentados em suas cidades são semelhantes aos enfrentados por outras localidades do planeta. O contato com problemas similares em contextos distintos permite certo distanciamento da sua realidade e a construção de novas perspectivas. Dessa forma, constrói-se um sistema de capacitação dos técnicos locais em que o conhecimento, ao final do projeto, permanece no município, traduzindo-se em projetos concretos para melhorar o governo local no cumprimento de suas responsabilidades.

Cidades na Amazônia: interfaces e especificidades

Em uma perspectiva histórica, a Amazônia é advento de um processo que, se tinha (e ainda se tem), de uma região enquanto fronteira permanente de recursos naturais. Desde os primórdios da colonização na região até os Grandes Projetos, duas foram as características presentes e antagônicas na mesma: a da *Abundância* (de recursos naturais) e a da *Escassez* (de infraestrutura, do isolamento geográfico, das condições de vida e etc.). Tais fatores são evidentes, reais e presentes na contemporaneidade amazônica, estando a região, como dizem muitos autores, na última fronteira do Capitalismo. Castro (2008, p. 22) consubstancia:

Mas o espaço urbano na fronteira (amazônica) foi produto não só do planejamento, mas da recriação social, das relações construídas por várias gerações que acabaram por se envolver em um projeto de mudanças e de desenvolvimento regional. Podemos destacar três dimensões dessas mudanças: 1) – dinâmicas políticas do povoamento na fronteira com desmembramento de municípios e de estados, obtenção de cargos em esferas de poder público, participação de elites locais e fortalecimento de atores na sociedade civil; 2) – na ótica econômica, aparecimento de um novo padrão de empreendimentos, concentração da terra e processos de capitalização fundiária; aumento do mercado de trabalho assalariado e de novas formas autônomas de trabalho; 3 – do plano de organização social, discussão sobre projetos e identidades. Processos esses que se fizeram com custos ambientais visíveis nas taxas de desmatamento [...].

A Cooperação Descentralizada, por se tratar de um fenômeno em pleno desenvolvimento, constitui-se enquanto fronteira do conhecimento principalmente na região amazônica, região continental essa, marcada de especificidades e desafios, mas também de muitas oportunidades. Segundo Bogéa Filho (2001), os atores subnacionais localizados na Amazônia brasileira, em virtude de vários fatores, como por exemplo: posicionamento geográfico, grandes extensões territoriais, pequena densidade populacional, modesta infraestrutura viária, pequeno número de fronteiras vivas, dentre outros, mantiveram-se, ao longo dos tempos, como se apenas integrados à estrutura político-administrativa da nação, mas em considerável medida de afastamento da vida nacional. Nesse sentido, a prática da atuação global municipal se destina às cidades que

reconhecem as suas potencialidades e necessidades locais, no entanto, a falta de informação aliada à baixa capacidade institucional fazem com que os governos locais deixem a prática das Relações Internacionais apenas no âmbito dos governos centrais. Entender a abrangência que os mecanismos de cooperação podem trazer a determinado governo local, é reconhecer a importância de se relacionar com a realidade externa e assim, tornar a Cooperação Internacional uma agenda paralela e propulsora de políticas públicas e desenvolvimento regional nas referidas cidades amazônicas.

A escolha do *locus* do presente estudo, as cidades de Belém e Manaus, justifica-se pela importância político-econômica que esses núcleos urbanos representam no contexto regional, tão quanto, por serem as duas maiores Metrôpoles da Amazônia. **Belém**, capital do 2º. maior estado do Brasil, o Pará e **Metrôpole da Amazônia Oriental**; conta com uma população de 1.393.399 de habitantes (IBGE, 2010). Por sua vez, a população de **Manaus**, capital do maior estado do Brasil, o Amazonas e **Metrôpole da Amazônia Ocidental**; é de 1.802.014 de habitantes (IBGE, 2010). A complexidade amazônica, cenário do *locus* da pesquisa, ocorre em um momento onde a região precisa ser entendida enquanto cada vez mais urbana e, portanto direciona novos papéis e novos olhares a esses espaços urbanos, onde, Castro (2008, p. 10) consubstancia:

as cidades na Amazônia assumem diferentes significados para os diversos agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano-rural. As estratégias dos agentes revelam redefinições do urbano, em meio a um rural em transformação. Identificam assim, contribuições dos representantes do Estado, representantes do setor privado comercial e industrial, migrantes e segmentos de grupos tradicionais, visando montar uma diferenciação de tipos de aglomerados encontrados em inúmeros municípios.

Desse modo, pensar em Cidades Amazônicas é pensar sob o enfoque primordial do Desenvolvimento Humano; e é a Cidade ou o Município a unidade política que mais se aproxima do indivíduo e dele pode fazer um participante ativo e integrante do processo de desenvolvimento. Buarque (2006, p. 89) argumenta que o município e a comunidade consistem em recortes relevantes de autonomia de gestão, todavia, devem estar diretamente articulados com os macroespaços;

o que demanda um “esforço de coordenação com instâncias e mecanismos capazes de exercer o papel articulador na distribuição de responsabilidades no espaço, numa espécie de descentralização coordenada”. Como parte integrante de “macro espaços” (os estados regionais), as cidades de Belém e Manaus podem contribuir e inovar significativamente ao desenvolvimento local, compartilhando áreas e temas que exijam proximidade com os cidadãos, acompanhando também mudanças e oportunidades que as Relações Internacionais e a Cooperação Descentralizada podem oferecer. Castro (2008, p.12) destaca:

Belém e Manaus, grandes metrópoles, receberam ao longo desses anos, pessoas de tantos lugares do Brasil, vindo de cidades ou de vilas, ou ainda do campo – mas num movimento contínuo de busca de outros lugares e de sentidos. As cidades transformaram-se e não podem mais ser iguais aos anos 1960, ainda que permaneça uma certa nostalgia que é encontrada em gerações e traduzidas em textos literários. Essas cidades estão inseridas num contexto de mudanças econômicas, sociais, políticas e territoriais. (CASTRO, 2008, p. 25).

Ainda que, pouco se conheça acerca das ações internacionais de inserção, atuação e cooperação descentralizada protagonizadas pelos governos regionais e locais amazônicos, as relações internacionais dessas entidades subnacionais são uma realidade na região. Os recentes estudos de Gomes Filho (2008) e (2012), Matsumoto (2011) aliado as relevantes pesquisas da CNM (2009) e (2011) consubstanciam a frequente interação da região no cenário internacional, tal como o papel desempenhado pelas cidades de Belém e Manaus nesse cenário.

Ambas as cidades possuem características peculiares em relação a diversos aspectos e integram um quadro muito interessante acerca do desenvolvimento e urbanização no contexto da Amazônia brasileira. Belém é uma cidade de traços histórico-culturais muito fortes, enquanto Manaus apresenta também traços históricos, mas principalmente traços provenientes de aspectos econômicos, que influenciaram e influenciam desde a infraestrutura da cidade, passando pelo contato com o exterior e até a população local. Cruz; Sá (2012, p. 3) reiteram:

Belém e Manaus emergiram como cidades a partir do século XVII e, de acordo com vários estudos sobre a região, tiveram seu crescimento condicionado a um modelo econômico que teve na exploração dos

recursos naturais a sua centralidade econômica e política. Essas cidades apresentam características semelhantes no que tange aos aspectos fisiográficos, possuindo estreita relação com as águas, uma vez que se localizam nas margens de rios, banhadas pelas águas do rio Amazonas, tornando-as mais atrativas econômica e culturalmente. A cidade de Belém está localizada na confluência dos rios Guamá e Pará (Baía do Guajará). Enquanto que Manaus encontra-se banhada pelo rio Negro em toda a sua extensão territorial.

O presente trabalho, proveniente de uma dissertação de mestrado, apresenta alguns apontamentos, semelhanças e diferenças em relação a ambas as cidades, com o objetivo de identificar características e tendências acerca da atuação e inserção internacional das cidades, conforme serão apresentados a seguir.

i) Diferentemente do que a CNM apontara em um dos seus estudos, a cidade de Belém iniciou sua projeção internacional de forma institucionalizada em 2001 com a CRI (coordenação de Relações Internacionais) conforme fora constatado em registros e relatos. Anos mais tarde, em 2006, a cidade passou a ter um novo órgão voltado as articulações externas, a ARNI. Manaus, por sua vez, aparece nos estudos da CNM posteriores a 2009, através da ASRI (Assessoria de Relações Internacionais);

ii) Outro ponto importante, diz respeito ao foco e as atividades internacionais empreendidas pelas cidades. Desde 1997, Belém passou a se inserir internacionalmente através da realização e participação de eventos internacionais o que, de certa forma, manteve-se até meados de 2009. Por sua vez, Manaus empreendeu uma ampla participação em redes internacionais de discussão e governança multinível geridas e direcionadas as cidades; tais espaços têm sido fortalecidos e ganhando notoriedade global dado a efetividade de ações e direcionamentos repassados diretamente aos prefeitos e gestores locais, que acabam impactando mais rapidamente o local, do que o nacional em si (nos mais diversos âmbitos, ambiental, político, direitos humanos, dentre outros). Vigevani (2006) aponta que as redes internacionais de cidades, apresentam, dessa forma, vantagens diretas significativas para as cidades que, ao mesmo tempo em que conseguem manter sua autonomia, cooperam com outras localidades e organizações de forma horizontal, aumentando o acesso a informações, o contato com distintas realidades,

trocas de conhecimento e capacidades, e também, recursos e fontes alternativas de financiamento para projetos e obras.

iii) Constatou-se em ambas as cidades, que não houve inspiração e/ou contato com outras cidades e governos locais para que se iniciasse as relações internacionais em âmbito municipal. Houve sim, motivações que levaram tais cidades a buscarem as relações internacionais. Em Belém, no 1º período de análise (Gestão de Edmilson Rodrigues), as motivações se deram inicialmente pela vertente de Comércio ou econômica, vislumbrando possibilidades de investimentos e captação de recursos; e posteriormente identitária, adotando fortemente estratégias de interação com cunho solidário-ideológico. Já no 2º período de análise da cidade (Gestão de Duciomar Costa), o foco principal se deu através da vertente econômica ou de comércio. Por sua vez, a cidade de Manaus, apresentou fortemente no período analisado, as vertentes de comércio e de integração regional como prioritárias em suas relações internacionais.

iv) Evidenciou-se em ambas as cidades, uma pouca interação com as esferas estaduais respectivas através de seus órgãos voltados as relações internacionais. Dessa forma, as ações empreendidas e analisadas ocorrem em Belém e Manaus de forma setorial, e, em decorrência de entraves político-partidários que inviabilizam agendas conjuntas na seara internacional;

v) Ponto contrastante de análise entre as cidades diz respeito ao alcance e efetividade das relações internacionais dos municípios em consonância ao papel das referidas cidades. Enquanto Belém demonstrou no primeiro período de análise a vocação por um Internacionalismo Solidário-ideológico que inclusive inseriu a população no meio internacional (inclusive com a participação da população em fóruns e eventos internacionais), e transformava as ações internacionais (em nível técnico, informacional e econômico) em desdobramentos locais (na realização de eventos, cursos, seminários e políticas públicas); Manaus por sua vez direcionou sua atuação em fóruns e redes internacionais de cidades para chamar a atenção em nível global, da importância da região amazônica e do papel que os governos locais podem e devem ter nas discussões sobre mudanças climáticas.

vi) Verificou-se em Belém, que o pioneirismo nas relações internacionais assumido pela cidade desde meados de 1997 e sendo, institucionalizado em

2001, se deu dentre outros aspectos pela capacidade técnica e acadêmica do então Prefeito Edmilson Rodrigues e sua equipe, que além das ações, estratégias e atividades já mencionadas, empreendeu também a divulgação por meio da publicação de livros e estudos (em vários idiomas) sobre a cidade, suas relações internacionais e a forma participativa de gestão da mesma.

viii) Analisou-se em Manaus, que existe uma maior articulação de outras instituições que favorecem a projeção internacional da cidade. A SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), através do fortalecimento do PIM (Polo Industrial de Manaus) e suas constantes ações de inserção internacional competitiva, frequentemente expõe e direciona a cidade ao cenário internacional, ainda que o viés econômico seja o principal propulsor. Tal como de uma estreita ligação com o ERENOR-MRE (Escritório Regional Norte do Ministério das Relações Exteriores), sediado nas dependências da SUFRAMA, e seu frequente aporte para com ações e visitas internacionais. A Associação Amazonense de Municípios (AAM) é outra entidade que atua em conjunto e em prol das ações internacionais da cidade de Manaus, conforme já fora exposto. Mas notou-se também, a preocupação da associação para com os demais municípios com publicações e ferramentas internas que ajudam as demandas locais, tal como a preocupação com a capacitação técnica para lidar com as relações internacionais.

A discussão em torno das novas potencialidades e funções direcionadas as cidades nesse novo cenário global adentram também na esfera local e o cenário de ambas as cidades foi, num passado de *Belle-Époque*, e atualmente, é propício a intensificação das relações internacionais em sua plenitude, alcançando aspectos econômicos sim, mas levando em consideração também, a integração regional, cultural, de cooperação técnica, promoção comercial, turística dentre outros.

A cidade de **Belém** vive atualmente um momento peculiar de sua história que pode inclusive ser comparado ao que fora vivenciado na *Belle-Époque*. Recentemente e curiosamente denominado por um dos novos nomes da música paraense, Felipe Cordeiro³ apresentou o termo *Bréa-Époque*, onde ‘Bréa’ deriva de ‘Breado’ palavra muito comum na cidade para se referir ao suor proveniente do calor constante da cidade, mas que no sentido do termo *Bréa-Époque* assume

³ Filósofo, cantor, compositor e produtor paraense que apresentou e denominou o termo durante o evento TEDxVer-o-Peso, realizado no dia 23 de Março de 2013, em Belém.

um caráter de calor humano e efervescência para indicar todo o contexto em que a cidade de Belém vive no cenário nacional e internacional. Se no passado a cidade foi influenciada e marcada por traços europeus, atualmente a cidade passa a mostrar e traçar influências em diversos segmentos. Seja na Cultura, com seus ritmos e novos expoentes da música local no cenário nacional, na magnitude e grandeza do Círio de Nazaré, ou com seu rico e milenar Artesanato; Seja na Culinária, com seus cheiros, cores, sabores e variedades; Seja no Turismo, tornando a cidade parada obrigatória de turistas do Mundo todo; Seja nas características do falar local marcado por gírias e expressões legitimamente paraenses; Seja pelos produtos regionais, dos alimentos aos minérios; ou, Seja no futebol e a intensa rivalidade entre Remo e Paysandu que são reconhecidos nacionalmente pelas suas grandes e sempre presentes torcidas.

Essa efervescência em diversos segmentos e com seus diversos traços, direcionam e projeta cada vez mais a cidade em âmbito nacional e internacional. A cidade deixou de ter o brega e o açaí como únicas referências e passou a ser reconhecida e respeitada por uma música popular legitimamente regional, por uma culinária refinada que tem seus principais ingredientes provenientes da floresta, pelos centros de pesquisa referências na região e pelos frequentes e importantes eventos nacionais e internacionais em vários segmentos. Dessa forma e por tal contexto, Belém firma-se enquanto cidade internacional moderna, nos moldes apresentados por Soldatos (1996), não obstante a sua multiplicidade de potencialidades, precise de um melhor direcionamento e entendimento das relações internacionais de forma institucionalizada para incentivar e disseminar ainda mais todos os elementos apresentados em nível nacional e principalmente global. Rodrigues; Campos (p. 28-29) finalizam:

Belém, uma das cidades com maior vocação para as relações internacionais. Com cultura peculiaríssima, plena de folclores, ritmos musicais e dançantes próprios, Belém é uma cidade amoldada para a troca cultural. Longe de ser banal, seus traços típicos dão-lhe um caráter único. Arborizada com mangueiras na borda da floresta e do rio, limite de alcance da civilização, limite climático, úmida, quente e cheia de vida. O turismo é uma das vocações desta cidade cujo caráter cosmopolita está expresso na síntese de traços indígenas e europeus; e na culinária 'esquisita' e deliciosa, e na existência de diversas comunidades

estrangeiras, que inseriram a comemoração de suas datas nacionais na agenda cultural da cidade. Por sua condição de porta de entrada da Amazônia, desde a sua fundação, no auge da ação mercantilista no século XVII, até os dias globalizados de hoje, Belém sempre cumpriu o seu papel de cidade-ponte entre o vasto território amazônico e o exterior.

A cidade de *Manaus*, por sua vez, vive momento semelhante. Marcada também no passado pela *Belle-Époque*, a capital do Estado do Amazonas resguarda muita história em seus prédios e construções da época, mas também vem despontando enquanto uma das maiores e mais ricas cidades do país. Cabe citar, por exemplo, que quase 25% do PIB Brasileiro está concentrado em apenas 6 cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Belo Horizonte e Manaus, que concentra 1,3% do PIB nacional. Ainda que essa 'riqueza' da cidade esteja concentrada e conseqüentemente pouco compartilhada. Oliveira; Schor (2008, p. 90) apontam:

A paisagem de Manaus comporta as contradições inerentes a dois crescimentos: os pujantes níveis de crescimento econômico gerados pelo PIM e os índices de crescimento da periferização, o que demonstra que a cidade cresce em uma relação inversa a sua capacidade de absorver os contingentes populacionais que atraiu.

Constatou-se em pesquisa de campo a cidade, as profundas transformações estruturais que foram realizadas nas 6 zonas geográficas da cidade no decorrer dos últimos 15 anos, que apresentam uma cidade moderna, com uma boa infraestrutura viária, diretamente conectada ao exterior através da Zona Franca e de seu Polo Industrial; e que desde meados de 2009 foi escolhida como única capital da região norte para sediar jogos da Copa do Mundo de 2014, que tornou a cidade, um grande 'canteiro de obras' estruturais e direcionou ainda mais a mesma ao cenário internacional. Tal momento fez com que a cidade se consolide também como uma cidade internacional moderna, que necessita ainda mais de uma área e/ou setor direcionado as relações internacionais, para dar prosseguimento e continuidade de atividades já iniciadas na seara internacional e, principalmente, empreenda e coordene novos focos e desdobramentos que um grande evento internacional como a Copa do Mundo pode acarretar a cidade.

As Relações Internacionais das Cidades Amazônicas já demonstraram e podem demonstrar ainda mais inovações na gestão pública municipal, na

efetividade de políticas públicas e principalmente ao desenvolvimento local. Todavia, deve-se pensar as relações internacionais como um meio para se alcançar, trocar ou intermediar algo (*know-how*, capacidades, recursos e etc); e não, um fim para uma específica demanda (financiamentos direcionados). Além disso, deve-se empreender uma tentativa constante de compreender as realidades e especificidades da continental região amazônica, conforme Castro (2008, p. 353) finaliza:

As cidades na Amazônia são demarcadas pela presença da floresta. Os rios desempenharam um papel fundamental ao longo do processo de povoamento desse extenso território. Cidades pequenas e médias, e mesmo as metrópoles como Belém e Manaus, guardam as marcas da história colonial e dos processos mais recentes de ocupação de novas fronteiras. A origem social ou étnica é bastante diversa pelas culturas e economias presentes, e faz dessa região um extraordinário mosaico de diversidade cultural, de línguas, costumes e concepções de vida. Entender as lógicas que estruturam a urbanização na Amazônia e essa diversidade de formas na ocupação, de materialização do trabalho, que se reflete no mundo urbano amazônico é extremamente interessante, e remete a uma reflexão sobre a formação histórica e cultural, os processos de trabalho e os impactos das políticas governamentais na redefinição e na reestruturação do espaço regional.

Conclusão

A atual conjuntura internacional e também nacional tem favorecido fortemente a inserção e múltipla interação de unidades subnacionais, como as cidades, nas relações internacionais. Tais conjunturas direcionam a uma importante conclusão, de que os governos nacionais não são mais capazes de atender a todas as demandas e oportunidades criadas em nível internacional. A globalização permitiu uma interlocução multinível de atores e espaços de interação e governança, em que não é mais aceitável direcionar o diálogo para com o exterior somente nas mãos dos Estados-nação. O desafio atual é encontrar modelos eficientes, articuladores e integradores de coordenação que façam das relações internacionais em nível local uma agenda constante e propulsora da cooperação ao desenvolvimento, e não somente de uma agenda cordial de paradiplomacia ou diplomacia paralela.

Não é de hoje que a região amazônica é acometida por influências e contatos com o exterior, mas é recente as relações internacionais empreendidas por unidades subnacionais localizadas nessa região. É notório considerar, que não obstante as especificidades histórico-político-econômicas da região amazônica, as relações internacionais passaram a integrar as agendas locais das cidades de Belém e Manaus. Ainda que não contemplem de forma efetiva, estruturada e continua a execução de políticas públicas para o desenvolvimento local, vale salientar que em ambas as cidades analisadas (e não somente nelas) existem uma série de obras infraestruturais com financiamento e/ou recursos externos a fundo perdido ou não, que impactam diretamente na vida daqueles que vivem nas urbanidades. Todavia, o cenário atual interdependente e globalizado tende a oferecer e incentivar não somente a vertente econômica da Cooperação Internacional e Descentralizada. Faz-se necessário pensar as relações internacionais além do viés econômico e gerador de recursos, tal como agregar esforços em prol de uma cooperação intra e intersetorial local (cidades e estados) que gerem unidade e proporcionem um real desenvolvimento da região.

Referenciais bibliográficos

BOGÉA FILHO, Antenor Américo Mourão. *A diplomacia federativa*. 2001.197 f. Tese (Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco) – Instituto Rio Branco, Brasília-DF, 2001.

BUARQUE, Sérgio. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CASTELLS, Manuells; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Tradução de Omar Ribeiro Thomaz. *Novos Estudos CEBRAP*, n.45, p.152-166. 1996. Disponível em: <http://www.novosestudios.com.br/v1/files/uploads/contents/79/20080626_as_cidades_como_atores.pdf> Acesso em: 12 dez. 2012.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

CASTRO, Thales. *Teoria das relações internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012.

CERVO, Amado. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. 1. Ed. Brasília: Saraiva, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. *Atuação internacional municipal: estratégias para gestores municipais projetarem mundialmente suas cidades*. Brasília: CNM, 2008. Disponível em: <<http://paradiplomacia.org/upload/downloads/10b6220b1a4085fc6c34b03377715020munic-brasil.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2012.

_____. *As áreas internacionais dos municípios brasileiros: observatório da cooperação descentralizada – etapa 1*. Brasília: CNM, 2011. Disponível em: <www.cnm.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=494> acesso em: 11 mar. 2012.

_____. *Observatório da cooperação descentralizada no Brasil*. Brasília, DF: CNM, 2009. Disponível em: <www.cnm.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=497> Acesso em: 11 mar. 2012.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Grandes projetos urbanos e expansão da fronteira na Amazônia: portal da Amazônia, em Belém/PA e PROSAMIM, em Manaus/AM. In: ENCONTRO NORTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 3., 2012, Manaus. *Anais...* Manaus, 2012. Disponível em: <<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/sbsnorte/sbsnorte2012/ARQUIVOS/GT7-299-157-20120913145058.pdf>> Acesso: 15 nov. 2012.

CORNAGO PRIETO, Noé. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUC; UNESP/EDUSC, 2004. p. 251-282.

GOMES FILHO, Francisco. *A paradiplomacia subnacional no Brasil: uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia*. 2011. Tese (Doutorado em Relações Internacionais.) – DINTER UFRR/UNB/FLACSO, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9379/1/2011_FranciscoGomesFilho.pdf> Acesso em: 04 abr. 2012.

_____. A paradiplomacia como estratégia de cooperação internacional dos governos subnacionais regionais da Amazônia brasileira: um aporte teórico empírico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO, 1., 2008, Belém. *Anais...* Belém: NAEA; UFPA, 2008. Disponível em: <http://www.ufpa.br/naea/siteNaea35/anais/html/geraCapa/FINAL/GT8-220-1291-20081121160626.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2012.

HELD, David. *The global transformations reader: an introduction to the globalization debate*. Cambridge: Polity, 2001.

KEOHANE, Robert O. Theory of world politics: structural realism and beyond. In: _____ . *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986.

KEOHANE, Robert. O.; NYE Junior, Joseph. S. La interdependencia en la política mundial. In: _____ . *Poder y interdependencia: la política mundial en transición*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1977.

_____. *Power and Interdependence*, 2. ed. [s.l]: Harper Collins Publishers, 1989.

KHANA, Parag. Beyond city limits: the age of nations is over, the new urban age has begun. *Foreign Policy online*, September/October Edition, 2010. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/08/16/beyond_city_limits> Acesso em: 11 nov. 2011.

IBGE. *Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 11 mar. 2012.

MATSUMOTO, Carlos Eduardo Higa. *As determinantes locais da paradiplomacia: o caso dos municípios brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/10147/1/2011_CarlosEduardoHigaMatsumoto.pdf> Acesso em: 14 out. 2012.

NYE JUNIOR, Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. Tradução: Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Gente, 2009.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In. CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na floresta*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

ROBERTSON, Roland. *Globalization: social theory and global culture*. London: Sage, 1992

RODRIGUES, Edmilson Brito; CAMPOS, Luis Arnaldo Dias. *Cooperação e relações internacionais*. 1. ed. Belém: Labor Editorial, 2002. v. 1. 54 p.

RIBEIRO, Maria Clotilde M. *Globalização e novos atores: as cidades brasileiras e o desenvolvimento da paradiplomacia*. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057638.pdf>> Acesso em: 21 Jun. 2012.

ROMERO, Maria Del Huerto. Poder local y relaciones internacionales en contextos de integración regional: el caso de la red de mercociudades y la reunion especializada de municípios e intendencias: Grupo Mercado Comum. In: VIGEVANI, T. et al. (Org.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUC; UNESP, 2004.

SALDANHA, Eduardo. *Teoria das relações internacionais*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

SATHLER, D.; MONTE-MÓR, Roberto L.; CARVALHO, J. A. M de. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010363512009000100002&lang=pt> Acesso em: 22 maio 2012.

SOJA, Edward W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Malden: Blackwell Publishing, 2000.

SOLDATOS, Panayotis. La nouvelle génération de villes internationales: phénomène de segmentation des rôles traditionnels de l'état-nation. In: PHILIP, Christian; SOLDATOS, Panayotis. *Au-delà et en deçà de l'état-nation*. Bruxelles: Bruylant, 1996. p. 203- 236.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2001. 584 p.

VIGEVANI, Tullo. *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: UNESP, 2004.

Percepção das mudanças climáticas globais e ações governamentais de controle de risco

*Shaji Thomas¹ • Oriana Trindade de Almeida² • Gena Carla Corrêa Costa³
Vivian Zeidemann⁴ • Sergio Luis de Medeiros Rivero⁵ • Lorena Von Paumgarten
Leite⁶ • Antônio Anízio Macedo⁷*

Introdução

As características da ocupação espacial na região metropolitana de Belém do Pará, no Brasil, expõem diversos impactos negativos na vida da população, criando conflitos pelo espaço e falta de infraestrutura básica. Agregado a esses problemas, há o enfrentamento pela população dos eventos hidroclimáticos extremos, tais como inundações, estiagens, secas, erosão do solo, desmoronamento de margens fluviais, tempestades de raios e incêndios. Os riscos associados a esses eventos são reais e a população está vulnerável a esses riscos. Estes riscos não afetam apenas a população que reside na área da ocupação irregular, mas toda população de um modo geral.

Desde a Conferência Ambiental promovida pela ONU em 1992, no Rio de Janeiro, a discussão sobre as mudanças climáticas está na pauta dos vários encontros mundiais. A conferência do Rio reuniu representantes de 172 países e culminou na assinatura de 5 documentos responsáveis por estabelecer diretrizes para um funcionamento socioambiental equilibrado: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21; Princípios para a Administração

¹ Pesquisador NAEA/UFPA, shaji@outlook.com.

² Professora e Pesquisadora NAEA/UFPA, orianaalmeida@yahoo.com.

³ Graduando em Ciências Econômicas, Bolsista e Pesquisadora PIBIC - CNPq NAEA - UFPA.

⁴ Pesquisadora de Pós Doutorado PPGE/UFPA, vivianz@ufpa.br.

⁵ Professor e Pesquisador UFPA, sergiolmriviero@gmail.com.

⁶ Bacharel em Administração, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento – NAEA/UFPA.

⁷ Acadêmico de Agronomia UFPA e bolsista CNPq NAEA/UFPA.

Sustentável das Florestas; Convenção da Biodiversidade e Convenção sobre Mudança do Clima.

O relatório do Grupo de Trabalho II do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC - constatou que os efeitos das mudanças climáticas já ocorrem em todos os continentes e em todos os oceanos, e o mundo, em geral, está mal preparado para enfrentar seus riscos (CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNRIC, 2015). O relatório também mostra que enquanto ações de mitigação não forem adotadas, lidar com impactos do fenômeno será difícil num planeta que está aquecendo rapidamente. A publicação da Organização Meteorológica Mundial (OMM) mostrou que o ano 2014 foi o mais quente registrado na Terra. Durante esse período, o aumento da temperatura média do ar na superfície do planeta foi de 0,57 grau Celsius acima da média calculada para o período de referência 1961-1990, que foi de 14 graus. Também supera as máximas de 2010 (0,55 grau acima) e de 2005 (+0,54 grau), segundo a OMM (2015).

Os estudos recentes sobre mudança climática elaborados pelos pesquisadores das Nações Unidas mostram que a temperatura mundial está cada vez mais alta (UNRIC, 2014). O efeito dessa mudança é percebido pelas populações que vivem na região estuária amazônica (SZLAFSZEIN, 2014; INOUE, 2012). O fenômeno da mudança climática também é percebido pelas populações urbanas das grandes metrópoles brasileiras. Os pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) apontam que a crise hídrica e energética que afeta milhões de brasileiros está relacionada ao desmatamento da floresta amazônica (NOBRE, 2014; INOUE, 2012).

Com o impacto da mudança climática global houve uma alteração no paradigma do desenvolvimento da sociedade moderna sustentável baseada na governança ambiental para a governança do risco de mudanças climáticas (TIEN, 2013. p.1252). A preocupação atual nesses trabalhos é a governança do risco de mudança climática com foco nos eventos hidroclimáticos extremos e calamidades. O Protocolo de Kyoto, em 1997, foi influenciado pelas discussões

acerca da governança de mudança climática. Desde então, os governos dos diversos países e o público em geral têm dado mais atenção para a governança do risco, causado pelos eventos extremos da mudança climática e as medidas para mitigar seus efeitos. Também no nível local, os debates vêm se sucedendo. Por exemplo, em Belém, num estudo prévio realizado por Paranaguá et al. (2003) foram analisados, por meio de indicadores socioambientais, os principais temas do cotidiano dos habitantes da região metropolitana de Belém, como transporte, áreas verdes e recreação, lixo, esgoto, água e poluição sonora. Esse estudo resultou no levantamento dos principais problemas ambientais da Grande Belém e algumas possíveis soluções para atenuá-los.

O presente estudo tem como objetivo analisar as percepções dos alunos da Universidade Federal do Pará (UFPA) acerca dos riscos causados pelas mudanças climáticas, e sua avaliação acerca das ações governamentais para diminuir o risco causado por esses eventos extremos. Sendo assim, esse estudo visa, em primeiro lugar, conhecer a visão em relação à tensão entre crescimento econômico e proteção ambiental sob o impacto da mudança climática global extrema no Brasil, enquanto país recentemente industrializado, que tem como prioridade o crescimento econômico a longo prazo. Além disso, a pesquisa analisou a opinião pública e sua percepção em relação à comunicação dos governos sobre os riscos de mudança climática, participação dos cidadãos na tomada de decisões e confiança na capacidade do Estado na governança do risco e atitude da população em relação à responsabilidade social.

Materiais e métodos

Esta pesquisa utilizou a metodologia do trabalho de Tien (2013), que busca avaliar a percepção de risco em relação às mudanças climáticas em Taiwan. As perguntas feitas nessa pesquisa foram adaptadas ao contexto brasileiro e aplicadas a alunos do campus Universitário da UFPA, localizado em Belém. Os métodos utilizados foram entrevistas estruturadas sobre três dimensões: percepção de risco; sustentabilidade social; e ações governamentais, para as quais foram feitas 10 perguntas.

Para a coleta de dados foi aplicado um questionário estruturado aos alunos de 10 turmas ingressantes entre os anos de 2010 a 2014. Foram escolhidas cinco turmas da manhã e cinco da noite, cobrindo a totalidade das 10 turmas nesses dois períodos e 163 alunos entrevistados. As entrevistas foram feitas entre os meses de maio e junho de 2014. As questões para avaliação dos impactos das mudanças climáticas foram feitas por meio de perguntas sobre cada tema das dimensões a serem medidas e, em geral, foi dada a opção de respostas que seguem uma ordem decrescente de intensidade.

Os desafios das mudanças climáticas

Existem várias teorias acerca das causas dos regimes de inundações por marés nos sistemas costeiros e estuarinos. Essas inundações são afetadas pelas mudanças climáticas que ocorrem em amplas escalas espaciais e temporais quando do aumento do nível do mar (SYVITSKI et al, 2009), da frequência e da gravidade das tempestades tropicais (HOLAND; WEBSTER, 2007) e das mudanças nas precipitações sazonais dentro das bacias que os alimentam (MARENGO et al., 2009). Essas inundações de maré causam impactos sobre as culturas agrícolas (VERNER, 2010; EASTERLING, 2003) e sobre a produção florestal (IZKO; BURNEO, 2003). As populações que vivem nos deltas dos rios são forçadas a buscar recursos alternativos e novas estratégias de sobrevivência (DURONGDEJ, 2000; SHERBININ et al, 2011).

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) projeta um aumento adicional de 44 cm (média global) em 2070, devido ao derretimento do gelo da terra e à expansão térmica da água causada pelos oceanos mais quentes (MILNE et al, 2009). As estimativas com uso de imagens de satélite também mostram um aumento médio do nível do mar cerca de 3 a 4 mm/ano desde 1992, perto da foz do rio Amazonas (NICHOLLS; CAZENAVE, 2010). O efeito dessas mudanças já é percebido pelas populações que vivem na região amazônica. Estudos feitos por Pinedo-Vasquez et al. (2002) apontam que nos últimos 30 anos os produtores do estuário foram abandonando culturas anuais intolerantes às inundações e estão adotando sistemas agroflorestais tolerantes às cheias e mais resistentes aos eventos extremos de inundação de maré.

Uma outra mudança observada no modo de vida da população residente no estuário é a mobilidade das famílias nas regiões afetadas. Apesar da divisão tradicional do censo nas categorias população rural e urbana, é cada vez mais difícil fazer distinção entre estas. Nesse sentido, os estudos de Padoch et al. (2008) e Brondizio (2009) mostram que em algumas comunidades a população mantém uma residência na cidade e uma na área rural, resultando assim em famílias multi-instaladas. Os recursos para subsistência dessas famílias podem fluir em qualquer direção para compensar as perdas de um evento extremo em qualquer local (urbano/rural).

As mudanças climáticas não apenas afetam as indústrias nacionais, mas também influenciam o meio ambiente, a saúde e a segurança alimentar da população em geral. Segundo a Organização Mundial da Saúde (MINISTÉRIO DA SAUDE, 2002, p. 41), a promoção do bem-estar por meio da governança do risco necessita da participação de todos os atores sociais. Os países democráticos não conseguem enfrentar os riscos causados pelos eventos extremos com seu método tradicional de controle (TIEN, 2013). Para conseguir a confiança pública e a legitimidade das suas ações, o governo deve criar mecanismos da participação da sociedade na tomada das decisões.

Nesse processo, a política pública é construída com a participação popular por meio da negociação e comunicação entre o governo e a sociedade civil organizada. No entanto, um dos maiores desafios é a participação democrática na tomada de decisões sobre novos padrões de uso dos recursos, inovação de processo e condições de trabalho mais satisfatórios para a população e suas consequências sobre as mudanças climáticas. A superação desse desafio depende da construção de novas relações baseadas na negociação, na contratualidade e na gestão conjunta de programas e atividades, o que introduz um novo significado nos processos de formulação e implementação de políticas públicas (JACOBI, 2003, p. 202).

A mudança climática pode gerar um alto grau de incerteza quanto ao seu impacto na indústria, meio ambiente, saúde, agricultura e segurança alimentar. Em relação à tomada de decisão acerca do controle, a mitigação ou a adaptação do risco estão associados com evidência científica básica, valores sociais e consensos comuns. Nesse processo, é importante reforçar a legitimidade e a autonomia dos atores sociais que atuam, articuladamente, numa perspectiva de cooperação entre

as comunidades locais, ONGs, universidades e o poder público. A universidade é um espaço estimulante para os atores sociais repensarem suas práticas sociais na construção de uma sociedade ambientalmente sustentável e assim melhorar sua qualidade de vida. Para Zottis (2008), a universidade não deve ser só formadora de profissionais capazes de trabalhar sintonizados com desenvolvimento sustentável, mas deve também habilitá-los a criar modelos e experiências práticas e concretas que possam servir de molde para políticas públicas.

O estudo sobre mudanças climáticas deve basear-se na interdisciplinaridade integrando o conhecimento científico de áreas como meteorologia, hidrologia, geologia e saúde pública (TIEN, 2013). Cada decisão sobre o risco de mudança climática não está somente relacionada ao desenvolvimento da indústria, mas também é fortemente associada com a saúde pública, justiça social e justiça comunitária. Nesse sentido, é insuficiente apenas considerar o conhecimento sobre climatologia para resolver o risco trazido pela mudança climática extrema. Portanto, o controle e tomada de decisões sobre riscos de mudança climática são resultados de conhecimento científico, opiniões de valor social e a flexibilidade dos regulamentos. Apenas as regulamentações baseadas nas autoridades políticas sem base científica e na opinião pública não podem resolver os riscos da mudança climática extrema.

Já existe consenso entre os pesquisadores que para mitigar o risco das alterações climáticas é imprescindível uma governança reflexiva baseada na comunicação e na percepção do risco, assim como na participação efetiva do público na tomada de decisões tecnológicas (SZLAFSZTEIN, 2014; RICE et al., 2012). O conhecimento local e a opinião pública, baseados no valor social, podem complementar o conhecimento científico climatológico e auxiliam o governo na construção de políticas públicas.

No Brasil, somente em 2009 foi sancionada a Política Nacional sobre Mudança do Clima como Lei Nacional no Brasil (BRASIL, 2009). Por meio dessa lei, o governo oficializa o compromisso voluntário do Brasil perante a Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima de redução de emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas até 2020. A Lei nº 12187 foi regulamentada em 2010 e o governo assumiu o compromisso de alcançar a linha de base de emissões de gases de efeito estufa para 2020, estimada em 3,236 GtCO₂-eq (BRASIL, 2010).

Resultados e discussão

Importância da percepção às mudanças climáticas

A percepção do problema é o primeiro passo para buscar soluções. Os resultados das entrevistas apontam que existe uma crise criada pela mudança climática que afeta o cotidiano das populações e que necessita de soluções. Nesse sentido, os resultados desse estudo sobre a percepção às mudanças climáticas mostram que apenas 20% dos entrevistados acham que a importância da mudança climática é exagerada. Quase metade dos estudantes (49%) afirmou que discorda que a importância das mudanças climáticas é exagerada e para a maioria absoluta o tema sobre mudança climática é importante. Perguntados se a mudança climática global pode ser interrompida, os entrevistados, em sua grande maioria (64%), acham que é possível interromper as mudanças climáticas globais. Apenas uma minoria acredita que esse processo de mudanças não possa ser interrompido.

Tensão entre crescimento econômico e proteção ambiental

Segundo Margulis (2003) existe uma relação entre crescimento econômico e o desmatamento na região Amazônica. Para esse mesmo autor, as atividades, como madeireira, pecuária, agrária, mineração e infraestrutura, ajudaram no crescimento econômico, mas ao mesmo tempo, causaram o desmatamento acelerado na região Amazônica. Apesar de o crescimento econômico poder ser afetado pela mudança climática, 71% dos entrevistados concordam que o combate às mudanças climáticas seria favorável à economia brasileira e 20% disseram que concordam fortemente; aqueles que discordam da possível melhora econômica por meio do combate às mudanças climáticas representam um quarto dos entrevistados. Mais da metade concorda que uma possível implementação de proteção ambiental facilitaria o desenvolvimento econômico brasileiro, 20% concordam fortemente, já 9% discordam da afirmativa e 9% não souberam responder. A maioria dos entrevistados também entende que é preciso mudar o alto consumo de energia e diminuir a poluição da estrutura industrial. Entre os entrevistados, 39% concordam fortemente, 2% discordam de uma possível mudança, 2% discordam fortemente e 3% não responderam.

Subsídio público e imposto ambiental

Existem vários fatores antropogênicos que causam emissão do gás carbônico para a atmosfera. Entre as principais fontes estão a queima dos combustíveis fósseis e seus derivados. A queima dos combustíveis, como o carvão vegetal, óleo diesel e o gás natural, são importantes fontes de gases de efeito estufa que causam o aquecimento global. Hoje, esses combustíveis são subsidiados pelos governos para estimular o crescimento econômico.

A grande maioria dos entrevistados (75%) discorda da permanência dos subsídios do petróleo para alguns produtos, pois os subsídios para o combustível fóssil podem desestimular a busca por outros meios de energia sustentável. Ao mesmo tempo, a maior parte dos entrevistados (62%) discordam em pagar um imposto para a proteção ambiental, já aqueles que estão de acordo em pagar o possível tributo representam uma minoria de 34%.

Mais da metade dos alunos (64%) discorda em pagar uma possível cobrança de energia e/ou imposto ambiental. Percebe-se que os entrevistados apoiam a iniciativa do governo para mitigar o efeito das mudanças climáticas, mas sem que haja uma contrapartida por parte da população. Como alunos, os entrevistados não possuem, regra geral, uma renda individual, o que pode ter influenciado nas repostas referentes a esta questão. Dos entrevistados, 50% não possuem emprego, portanto, possivelmente não estariam dispostos a pagar esse imposto.

Ainda hoje vários países subsidiam o combustível fóssil para consumo das indústrias nacionais e, principalmente, para o transporte de carga no Brasil. Conforme Bast et al. (2014), os governos de 20 países industrializados (G-20) e os países emergentes apoiam a exploração de combustíveis fósseis com cerca de US\$ 88 bilhões, em média, por ano, por meio de subsídios nacionais, investimentos por parte de empresas estatais e finanças públicas. O mesmo estudo apontou que os subsídios internos anuais para exploração foram US\$ 28 milhões, enquanto US\$ 530 milhões foram fornecidos em subsídios domésticos para atividades relacionadas à extração do combustível fóssil no Brasil em 2014. Segundo o mesmo estudo (BAST et al., 2014), a redução dos subsídios aos combustíveis fósseis pode resultar em uma redução nas emissões de gases-estufa. Se o atual cenário de crescimento das emissões continuar, o aquecimento da temperatura

da Terra pode superar os 2°C até o fim do século, limite tido como mais seguro para evitar desastres naturais ainda mais fortes dos que são percebidos hoje. O relatório aponta que para evitar esse aquecimento as emissões de gases-estufa têm que ser reduzidas de 40% a 70% em 2050 em relação a 2010, e chegar em níveis perto de zero no final do século.

Comunicação do risco e governança do risco

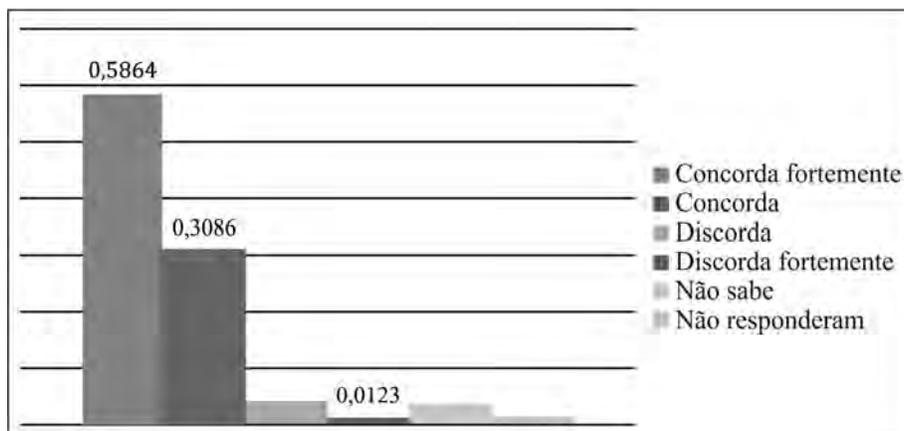
Na visão da maioria dos entrevistados, as informações disponíveis sobre a origem das mudanças climáticas são insuficientes e não contribuem para uma compreensão da situação real do problema. Em relação às consequências das mudanças climáticas, quase metade dos alunos concorda que existem informações suficientes sobre as consequências e a outra metade dos alunos discorda. As respostas mostram que existe uma necessidade real de divulgar informações tanto da origem, como das consequências das mudanças climáticas. Sem suficiente conhecimento as ações de mitigação e adaptação têm efeito limitado (RICE et al., 2012; TIEN, 2013).

A pesquisa mostrou ainda que grande parte dos alunos (84%) concorda com a importância das políticas governamentais sobre mudanças climáticas; os que discordam representam 8% e apenas 2% não souberam responder. Nossos resultados mostram ainda que a maioria dos alunos (64%) disse que as políticas governamentais sobre mudanças climáticas não são transparentes; 23% discordam fortemente que são transparentes, apenas 2% dos entrevistados concordam que há transparência de tais políticas e 1% concorda fortemente.

Segundo Rice et al. (2012), a tomada de decisão sobre mitigação e adaptação às mudanças climáticas precisa da participação e do engajamento das partes interessadas. A comunicação do efeito e a caracterização do risco, incluindo a incerteza, são fundamentais para a tomada de decisão no nível local. Para Tien (2013, p.1254), a transparência na informação da governança e a comunicação pública do risco pelo governo são essenciais para mitigar ou adaptar a severidade da ameaça causada pelas mudanças climáticas. A pesquisa apontou que 52% dos alunos acreditam serem insuficientes as informações para lidar ou mitigar as alterações climáticas e aqueles que atribuem suficiência às informações representam apenas 29%.

Além da capacidade insuficiente do governo, 83% dos entrevistados também concordam que há insuficiência na capacidade do indivíduo ou público em gerir o risco das mudanças climáticas. Um percentual significativo dos entrevistados (Figura 1) concorda fortemente que a tomada de decisão do governo deveria ser mais transparente. A transparência é fundamental para que haja confiança dos atores sociais no governo.

Figura 1 - A tomada de decisão do governo deve ser mais transparente e ter mais participação pública



Fonte: Pesquisa do campo.

Há concordância por um grande número dos entrevistados (Tabela 1) em relação ao fato de as políticas serem feitas por especialistas ou *'experts'*. Os estudos feitos por Anik e Khan (2012), com 120 domicílios na região estuarina de Bangladesh, revelaram que uma pequena parte (10%) dos entrevistados tinha conhecimento acerca das mudanças climáticas presentes. No entanto, em relação à adaptação, a população local estava gradativamente mudando os seus meios de subsistência por conta dos riscos climáticos. Em situação real de perigo, o que se observa é que a população local tenta adaptar-se à mudança climática alterando seu próprio comportamento e introduzindo algumas estratégias de adaptação (ANIK; KHAN, 2012).

Tabela 1 – Nível de confiança dos entrevistados em especialistas do clima

	Concorda fortemente	Concorda	Discorda	Discorda fortemente	Não Sabe	Não respondeu
As políticas de mudanças climáticas devem ser feitas por especialistas?	43%	41%	7%	4%	4%	1%
Devemos confiar em especialistas por estes serem objetivos?	9%	46%	5%	26%	12%	2%
Quando existe conflito, confiam mais nos agentes de governo do que nos especialistas externos.	6%	17%	55%	20%	2%	

Fonte: Pesquisa de campo.

Quase metade dos entrevistados concorda que há maior objetividade dos especialistas sobre o tema (Tabela 1). Existe uma insuficiência do conhecimento acerca das causas da mudança climática pela população, mas essa insuficiência pode ser complementada pelos estudos dos especialistas na área. Apesar da falta do conhecimento da população local sobre mudança climática, existe uma capacidade maior de adaptação às mudanças climáticas extremas (ANIK; KHAN, 2012).

A pesquisa também mostrou que existe uma maior confiança por parte dos entrevistados em relação aos especialistas sobre clima quando comparado aos agentes de governo (Tabela 1). Mais da metade dos alunos afirmou que discorda do governo quando estes entram em conflito com esses especialistas.

Responsabilidade social

Uma expressiva percentagem dos alunos entrevistados (72%) considera insuficientes as ações das empresas privadas para lidar com as mudanças climáticas. Apenas uma minoria entende que as ações das empresas são

suficientes para mitigar estas mudanças. A maioria também entende que poucas empresas privadas assumem responsabilidade social em relação às mudanças climáticas. Nesse sentido, vale salientar que a responsabilidade social das empresas em lidar com as mudanças climáticas foi um dos assuntos discutidos na Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas que aconteceu em Doha em 2012. Durante essa conferência, foi lançado o programa “*The Carbon Price Communique*”⁸. Em 2014, 155 empresas assumiram o compromisso de pagar o preço acordado pelo Banco Mundial para compensar a emissão de carbono. Esse compromisso é considerado pela ONU um importante instrumento no que tange a mitigação às mudanças climáticas, e se este for implementado corretamente, pode complementar outras políticas que têm como alvo a redução das emissões de carbono.

Conclusão

O objetivo deste estudo foi analisar as percepções de risco pelos alunos da UFPA acerca das mudanças climáticas causadas pelos eventos. Em relação às mudanças climáticas, os entrevistados concordam que há informação insuficiente a respeito das mesmas. Eles também acreditam que o governo deve instituir políticas voltadas para mitigar mudanças climáticas e que as empresas não possuem ações suficientes nessa área. O estudo apontou ainda que a falta de comunicação e transparência do governo dificulta as ações que poderiam ser realizadas quanto à mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Assim como em Taiwan (TIEN, 2013), os alunos reconhecem a gravidade dos efeitos das mudanças climáticas. Da mesma forma, os alunos também recomendam a busca de um modelo econômico sustentável que possa ajudar na redução desses efeitos. Ainda que grande parte discorde que os subsídios do petróleo e da energia devam ser mantidos, os alunos não mostraram disposição a pagar para pagar a proteção ambiental, assim como não acreditam que o governo

⁸ O comunicado de preço de carbono torna um programa político para a criação de um preço sobre as emissões de carbono para mitigar a mudança climática causado pela emissão do carbono. Segundo esse programa, as empresas signatárias assumem o compromisso de pagar o preço determinado pelo Banco Mundial para compensar a emissão do carbono pela sua atividade empresarial. Para maiores informações, acesse o site: <http://www.climatecommuniques.com/Carbon-Price.aspx>.

deva taxar energia ou ambiente. Os entrevistados nesse estudo, assim como os entrevistados por Tien (2013), também vêm uma ausência na comunicação e na informação sobre mudanças climáticas, assim como transparência governamental. Da mesma forma, eles avaliam que há pouca disponibilidade de informação acerca da origem das mudanças climáticas e dos processos de mitigação a essas mudanças. Além disso, também avaliam como insuficiente a capacidade do governo, assim como dos indivíduos fazerem a gestão de risco.

O estudo mostrou que a população percebe a relevância do tema mudança climática, mas apresentam grande demanda pela melhoria do nível da comunicação sobre o assunto. As políticas públicas implementadas sobre mudanças climáticas devem ser informadas de forma mais eficaz à população como um todo. Por exemplo, é perceptível que mesmo com o relatório do IPCC de 2014 acerca dos impactos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, 64% dos entrevistados ainda discordam, e discordam fortemente, de que é possível interromper o processo de mudanças climáticas.

Para enfrentar os riscos causados pelas mudanças climáticas, existem dois processos: mitigação e adaptação. A mitigação tem por objetivo reduzir as causas desses eventos extremos e a adaptação consiste na adequação aos efeitos desses eventos. A pesquisa mostrou que para a grande maioria dos entrevistados existe insuficiência na capacidade do governo em gerir os riscos causados pelas mudanças climáticas. É necessária, nesse sentido, uma articulação da sociedade em geral com o governo no processo de mitigação e adaptação para enfrentar os riscos. Portanto, a capacidade da governança para mitigação e adaptação da mudança climática precisa da colaboração tanto da indústria, empresas de combustível, atores sociais locais quanto dos governos locais, regionais e nacionais. Nesse sentido, segundo Giddens (2010), o Estado tem um papel importante nesse processo, porque o investimento do Estado é necessário para a proteção ambiental e para, assim, fomentar o desenvolvimento tecnológico para diminuir o efeito das mudanças climáticas. As políticas do governo podem incluir as normas ambientais mais sustentáveis e os investimentos em fontes renováveis.

Referências

ANIK, Sawon Istiak; KHAN, Mohammed Abu Sayed. Climate change adaptation through local knowledge in the north eastern region of Bangladesh. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*. December 2012, Volume 17, Issue 8, pp 879-896

BAST, Elizabeth; MAKHIJANI, Shakuntala; PICKARD, Sam; WHITLEY, Shelagh. The fossil fuel bailout: G20 subsidies for oil, gas and coal exploration. London: ODI e OCI, 2014. Disponível em: <<http://priceofoil.org/content/uploads/2014/11/G20-Fossil-Fuel-Bailout-Full.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BRASIL. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da República do Brasil*. Brasília, DF, 31 de ago. 1981. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938>. Acesso em 30 de jun de 2014.

_____. Constituição (1988). *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1999a.

_____. Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. *Diário Oficial da República do Brasil*. Brasília, DF, 29 dez. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm. Acesso em: 05 de fev. 2015.

_____. Decreto nº 7390 de 9 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 6o, 11 e 12 da Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, e dá outras providências. *Diário Oficial da República do Brasil*. Brasília, DF, 10 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7390.htm. Acesso em: 04 de fev. 2015.

BRONDÍZIO, E.S. *The Amazonian Caboclo and the Açaí Palm: Forest Farmers in the Global Market*. The New York Botanical Garden Press. New York, New York, 2009.

_____. *Forest resources, family networks and the municipal disconnect: Examining recurrent underdevelopment in the Amazon estuary* Springer/NYBG Press, 2011.

BRONDÍZIO, E.S. *The Amazonian Caboclo and the Açaí Palm: Forest Farmers in the Global Market*. The New York Botanical Garden Press. New York, New York, 2009.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNRIC. *Alterações Climáticas 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade*. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/31455-aguardado-relatorio-da-onu-sobre-a-mudanca-climatica-clima-revela-que-emissoes-continuam-a-aumentar-ban-ki-moon-pede-aos-paises-para-agirem-com-rapidez-e-ousadia>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

DURONGDEJ S. Land Use Changes in Coastal Areas of Thailand. *Proceedings of the APN/SURVAS/LOICZ joint conference on coastal impacts of climate change and adaptation in the Asia – Pacific region*, 14-16th November 2000. Kobe, Japan.

EASTERLING W.E. Observed impacts of climate change in agriculture and forestry. *IPCC workshop on the detection and attribution of the effects of climate change*, June 17-19, 2003, New York.

GIDDENS, Anthony. *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HOLLAND, Greg J; WEBSTER, Peter J. Heightened tropical cyclone activity in the North Atlantic: natural variability or climate trend? *Mathematical, physical, and engineering sciences*, v.365, n.1860, 2007, p.2695-716.

INOUE, Cristina Governance of global climate change in the Brazilian Amazon: the case of Amazonian municipalities of Brazil. *Rev. Bras. Polit. Int.* 55, 2012 (special edition): 170-189.

IPCC. Summary for policymakers. In: *Climate Change: Impacts, Adaptation, and Vulnerability*. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, pp. 1-32.

IZKO, Xavier; BURNEO, Diego. *Ferramentas para Valoração e Manejo Florestal Sustentável dos Bosques Sul-Americanos*. Quito: UICN-Sur, 2003.

JACOBI, Pedro Roberto. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. *Sociedade e Estado*, Editora UnB, Brasília, v. 18, n. 1/2, 2003.

MARGULIS, Sergio. *Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira*. Brasília, DF: Banco Mundial, 2003.

MARENGO, J.A. et al. Future change of temperature and precipitation extremes in South America as derived from the PRECIS regional climate modeling system. *International Journal of Climatology*, 29 (15), 2009. p.2241-2255.

MCTI/INPE. *PRODES 2014*: Divulgação da taxa estimada de desmatamento da Amazônia Legal para período 2013 –2014: Brasília, DF: MCTI/INPE, 2014.

MILNE, G.A et al. Identifying the causes of sea-level change. *Nature Geoscience*, 2, 2009. p. 471-478.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política nacional de promoção da saúde*. (documento para discussão). Brasília, DF: Ministério de saúde 2002. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/politica_nac_prom_saude.pdf> Acesso em: 23 nov. 2014.

NICHOLLS, R.J., Cazenave, A Sea-level rise and its impact on coastal zones, *Science*, 2010, vol. 328, p. 1517-1520.

NOBRE, Antonio Donato. *O futuro climático da Amazônia*: relatório de avaliação científica. José dos Campos: INPA, 2014.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL - OMM. *Global Climate in 2014 marked by extreme heat and flooding*. Disponível em: <https://www.wmo.int/media/content/global-climate-2014-marked-extreme-heat-and-flooding>. Acesso em: 03 mar. 2015.

PADOCH, C., et al. A. Urban forest and rural cities: multi-sited households, consumption patterns, and forest. *Ecology and Society*, n. 13, v. 2, 2008.

PARANAGUÁ. Patrícia; MELO, Paula; SOTTA, Eleneide Doff; VERÍSSIMO, Adalberto. *Belém Sustentável*. Belém: IMAZOM, 2003.

PINEDO-VASQUEZ, M, PADOCH, C; MCGRATH, D; XIMENEZ-PONTE T. Biodiversity as a product of smallholder responses to change in Amazonia, pp. 167-178. In: H. Brookfield, C. Padoch, H. Parsons & M. Stocking (eds.), *Cultivating Biodiversity: Understanding, Analyzing and Using Agricultural Diversity*. ITDG Publishing, London, 2002.

RICE, et al. Incorporating stakeholder decision support needs into an integrated regional Earth system model. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*. October 2012, Volume 17, Issue 7, pp 805-819.

SHERBININ, A., K.; WARNER, C. Erhart. Casualties of Climate Change: Sea-Level Rises Could Displace Tens of Millions: Shifts in Rainfall Patterns and Shorelines will contribute to Mass Migrations on a scale never before seen. *Scientific American*, 2011.

SYVITSKI, J. P. M et al. Sinking deltas due to human activities, *Nature Geoscience*, 2(10), 2009.

SZLAFSZTEIN, Claudio Fabian. Development projects for small rural communities in the Brazilian Amazon region as potential strategies and practices of climate change adaptation. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*. February 2014, Volume 19, Issue 2, pp 143-160.

TIEN, Chou Kuei. The public perception of climate change in Taiwan and its paradigm shift. *Energy Policy*, n.61, 2013. p. 1252-1260.

VERNER D. *Reducing poverty, protecting livelihoods and building assets in a changing climate: Social implications of climate change in Latin America and the Caribbean*. Washington, DC: World Bank, 2010.

WHO, Reducing Risks, Promoting Healthy Life. *The World Health Report*, 2002 p.149.

ZOTTIS, Graziela Aline Hartmann et al. Violência e desenvolvimento sustentável: o papel da universidade. *Saude soc.*, São Paulo , v. 17, n. 3, Set. 2008. Disponível em: < [www.scielo.br/scielo.php? pid=S0104-12902008000300005&script=sci_ arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000300005&script=sci_arttext)>. Acesso em 21 de março de 2014.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teve o apoio financeiro do International Development Research Centre (IDRC), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará (FAPESPA) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Gostaríamos de agradecer o apoio do Prof. Armando Lírio e de bolsistas de seu projeto: Kelvin Moraes, Victor Farias, Gessiane Paulino, Bruno Rodrigues e Jéssica Monteiro. Agradecemos ainda a Nara Moreira, Luciene Costa e Marcus Vinicius, pelo apoio. Por fim, agradecemos a todos os alunos do Curso de Economia que responderam aos questionários e aos professores de Economia que permitiram a aplicação do mesmo em suas salas.

Mídia, redes sociais e arena pública: o debate dos temas ambientais em mudança

*Wanderson dos Anjos Cursino¹ • Alexandre Gibson Júnior²
Silvio Lima Figueiredo³*

Introdução

As discussões sobre a conservação do meio ambiente e a sustentabilidade vêm cada vez mais ganhando espaço na medida em que essa ideia vem se colocando. O debate é característica do final do século XX e em 1972, o chamado Clube de Roma, na Itália, prevê um futuro comprometido pelo constante desgaste dos recursos naturais pelas atividades humanas. Essas ideias se relacionaram com a criação de novos conceitos de desenvolvimento, principalmente o conceito de Ecodesenvolvimento.

Anos mais tarde, no Relatório Brundtland em 1987 e na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992, popularmente conhecido como Rio 92, foram estabelecidos os parâmetros para garantir a conservação dos recursos a partir de certos aspectos do desenvolvimento, dentro do conceito de desenvolvimento sustentável. As propostas foram apresentadas através do documento denominado Agenda 21, que mais tarde foi rediscutido e adequado localmente através de agendas locais.

Tantas conferências ao longo dos anos contribuíram para criar novos conceitos e também marcos institucionalizados da discussão da questão ambiental

¹ Graduado em Jornalismo. Aluno do curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA).

² Graduado em Jornalismo. Aluno do curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA).

³ Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), Brasil. Doutor em Comunicação (ECA/USP); realizou estágio pós-doutoral em sociologia na Université René Descartes - Paris V Sorbonne.

e da sustentabilidade, mas estiveram longe de produzir consensos sobre o que seria um mundo sustentável.

Neste contexto, atualmente a mídia e as redes sociais têm um papel importante que vai desde a mediação destas discussões até, pela própria característica das funções que desempenha, a participação como agentes intervenientes, pautando temas e escolhendo abordagens de acordo com interesses diversos.

Ao mesmo tempo em que a mídia tradicional vê que seu discurso bloqueado sobre variadas temáticas, incluindo a questão ambiental, não está mais sozinho, a discussão sobre a utilização da internet como espaço público para debate sobre questões ambientais e sustentabilidade e como plataforma de elaboração e implantação de políticas públicas avança cada vez mais, inclusive com determinados debates influenciando as próprias políticas ou suas mudanças.

O presente estudo aborda as questões ambientais e a sustentabilidade como conceitos próximos apesar de diferentes, que representam essa nova perspectiva de perceber o desenvolvimento, e a sua relação com o discurso midiático e com as atuações de arenas em redes sociais na internet.

Sustentabilidade e meio ambiente em jornais

As questões ambientais e os debates relacionados à sustentabilidade enquanto expressão de uma nova racionalidade emergente, que abriga uma diversidade de concepções, requer também uma atenção maior à produção dos discursos construídos no âmbito destas discussões, que por sua vez se estende desde a esfera acadêmica até outras esferas institucionais da sociedade, sejam elas o Estado, os movimentos sociais organizados e a mídia, por exemplo.

Um número considerável de estudos tem sido dedicado a investigar os sentidos da sustentabilidade nos mais diversos contextos. Em sua maioria estes trabalhos buscam desvendar o discurso da sustentabilidade em políticas públicas nas diferentes esferas de poder.

Em relação às narrativas midiáticas sobre questões ambientais e sustentabilidade, os estudos mais comuns neste sentido estão preocupados em explorar as representações de temáticas isoladas ou o enquadramento dado por determinado veículo de comunicação à temática da sustentabilidade,

mas dificilmente chegam a problematizar que sentido é atribuído a esta “sustentabilidade”, nos meios de comunicação. Entende-se que a ideia de sustentabilidade é também uma construção discursiva, produzida no interior de um campo de relações sociais no qual se posicionam vários agentes.

As questões relacionadas à sustentabilidade e ao meio ambiente são tratadas de diversas formas nos meios de comunicação e são inúmeras as estratégias utilizadas pelos *media* para que estas questões cheguem ao conhecimento da sociedade. Admite-se que a sustentabilidade não é apenas um conceito formal, mas também um discurso socialmente construído e os meios de comunicação são veículos e também agentes produtores deste discurso, ampliando-se o conhecimento das origens das transformações simbólicas pelas quais o conceito passa.

Acsehrad (1999), por exemplo, ressalta que ainda se reportam à sustentabilidade como algo muito disperso, sem concretude, onde se prevalece a dúvida. Segundo ele “o desenvolvimento sustentável seria um dado objetivo que, no entanto, não se conseguiu ainda apreender” (ACSELRAD, 1999, p. 78). Para o autor esta questão mostra que a sustentabilidade se definirá por uma construção social, reivindicada por várias formas de conteúdos e prática.

Segundo ainda o autor, embora haja este campo de disputas entre várias representações da sustentabilidade, não se pode dizer que não haja uma hierarquia entre estes discursos. Desta forma o autor sugere que as noções de sustentabilidade oferecerão uma oportunidade para se pensar em uma “ecocraia emergente”, fortalecidas pela criação de instâncias governamentais e regulatórias (ACSELRAD, 1999).

Quanto à contribuição do jornalismo para a questão ambiental, Traquina (2005) aponta que o poder do jornalismo “não apenas na projeção social dos tópicos, mas também no seu poder de enquadrar esses tópicos como um recurso de discussão pública” (TRAQUINA, 2005). Sendo assim o autor aponta para a formação de uma “agenda” de discussão pública que colocaria em evidência os principais fatos de uma determinada realidade, inclusive, então, o tema ambiental.

Este fenômeno acontece por que há uma relação interdependente do espaço público com a mídia que, especialmente hoje, se instaura e se consolida como uma dimensão constituinte e estruturante da sociabilidade, ou seja, passa a transformar e criar novas formas de ação, interação e exercícios do poder na

organização da vida social. Assim há uma “roteirização da dinâmica social”, tipificando os acontecimentos e tentando cercar de todas as formas a realidade a fim de representá-la. É também desta forma que o espaço público contemporâneo passa a ser um espaço público mediatizado quando consegue ser “funcional e indissociável do papel dos media” (CORRÊA, 1995).

Isso se dá, em especial, pela linguagem jornalística enquanto narrativa. Traquina (2005) acredita que, neste sentido a notícia não seria apenas relatos de acontecimentos, mas a construção de estórias em que o jornalista é também parte da mensagem, empregando sua forma de olhar e selecionar os fatos, sem que para isso produza uma obra de ficção, ideia não muito aceita dentro da comunidade jornalística por acreditar-se ainda numa “linguagem transparente”.

Mas esta narrativa, por outro lado, não é qualquer uma, ela é formada por acontecimentos que possam se desenvolver em uma história, através da intriga que apresentam. Assim, em resumo, o jornalismo:

Correspondeu à necessidade de novas classes urbanas construir o seu sentido sobre o mundo, ou seja, transmitirem a sua narrativa unificadora que contribui para a explicação e compreensão de um novo universo que emergiu com o capitalismo organizado: a intriga jornalística organiza o mundo em função da nova utilização da cultura que é protagonizada pelas novas classes emergentes (CORRÊA, 1995).

Entretanto, além das narrativas não há como desconsiderar algumas questões relacionadas à prática do jornalismo que interferem no problema aqui tratado, como é o caso dos valores-notícia. Segundo Nelson Traquina (2005) estes valores acabam construindo nos jornalistas uma forma de ver específica, que privilegia a visão bipolar da realidade. Esta visão por sua vez tenta encontrar sempre dois polos opostos dentro de determinado tema, onde se enfoca o lado positivo e o negativo, pró e contra. Tal fenômeno nos ajuda a entender, por exemplo, por que muitas vezes os jornalistas não conseguem fazer notícias mais profundas sobre determinado assunto, optando por enfoques mais dramáticos.

Há, no entanto, uma distinção entre valor notícia de seleção e valores notícia de construção. O valor notícia de seleção seria o valor que servirá de critério para determinar o que de fato merece ou não merece o tratamento jornalístico, ou seja, é ou não é notícia. Aqui temos, portanto, a morte, a notoriedade do

indivíduo envolvido, a proximidade do fato com o público, a relevância do fato, o tempo, a notabilidade (tangibilidade) do fato, o conflito ou controvérsia, a transgressão de regras (infração) e o “escândalo” como exemplos. E também, por outro lado, dentro do contexto de produção da notícia: a disponibilidade para a cobertura do acontecimento, o equilíbrio no número de abordagens sobre o fato, a concorrência com outras empresas jornalísticas e o dia noticioso (quantidade de fatos com muitos valores notícia) (TRAQUINA, 2005).

Já os valores de construção são critérios utilizados pelos jornalistas para a inclusão de determinado elemento de um fato na construção de uma notícia. Neste sentido Traquina (2005) nos aponta para: a simplificação dos fatos, amplificação dos fatos ou de suas consequências, a relevância do fato (dar sentido ao fato), a personalização dos fatos (destaque para as pessoas envolvidas) e por fim o reforço do caráter dramático dos fatos.

É importante que percebamos que desta forma há uma espécie de valoração dos assuntos a serem tratados na mídia. O problema do lixo nas cidades, por exemplo, não corresponderia às expectativas destes valores ao menos que estivesse envolto de intrigas que sejam interessantes aos *media*. Mesmo assim, quando o problema ganha seu espaço nos meios de comunicação, seu tratamento não poderia ser igual aos outros. O enquadramento jornalístico “organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento, que evolui inclusive o uso de expressões, estereótipos, sintagmas e etc.” Porém quando se fala aqui de enquadramento não está se falando de um processo necessariamente consciente em que o jornalista se coloca a favor ou contra determinada temática e, por isso, irá enquadrá-lo desta ou daquela maneira, mas fala-se essencialmente de um hábito que produz formatos específicos de cobertura (ROTHBERG, 2010). Desta forma a mídia põe em evidência alguns assuntos em detrimento de outros e, em certa medida, dando forma aos elementos que as pessoas em geral levam em consideração para pensar estes assuntos.

Isto acontece, segundo Rothberg (2010), por meio de operações que levam em conta a seleção, exclusão, ou ênfase de alguns aspectos da realidade retratada formando, assim, perspectivas gerais para o entendimento dos mais diversos assuntos. Para o autor, portanto, há alguns assuntos que podem seguir determinadas formas de enquadramento a serem levadas em conta numa análise crítica de um produto midiático.

No caso da cobertura política, por exemplo, há o enquadramento de *jogo* ou *corrida de cavalos* em que é dado maior valor às chances de vitória ou derrota de um candidato a um cargo público do que em suas propostas, o enquadramento *estratégico* em que vê cada ação do político como parte de um cálculo para poder alcançar seu objetivo, o enquadramento *episódico* que só enfoca fatos esporádicos do processo político e o enquadramento de *conflito* que dá atenção às dificuldades que este político tem de conseguir seu objetivo. Há, porém, o enquadramento temático apontado por Rothberg (2010) como a melhor opção em relação aos outros tipos de enquadramento por que leva o jornalista situar, por meio dos temas, os mais diversos aspectos da política e colocá-los no seu devido contexto.

Este tipo de enquadramento, entretanto, prevê não uma diversificação do quadro de assuntos, mas sim o “afunilamento” destes assuntos pelo “valor de diagnóstico” a fim de esclarecerem as questões centrais a serem consideradas pelo cidadão numa tomada de decisão. De maneira contrária, se as pessoas não conseguem identificar que estes problemas demandam decisões numa esfera social, elas tendem a se relacionar de maneira superficial com os assuntos, como o lixo urbano em questão.

De uma maneira particular o enquadramento está também relacionado ao uso das fontes pelo jornalista, e esta será uma relação especialmente usada nesta pesquisa como forma de desvendar qual o enfoque que se tenta dar para as matérias sobre o lixo urbano nos jornais. Neste sentido Schmitz (2010 apud MIRANDA, 2012) indica que a escolha de fontes é um processo que, embora seja influenciado de diversas formas, é também uma estratégia de noticiabilidade que “expressa muito mais que revela” e que dá indícios do contexto da produção da notícia.

Segundo Amaral (2002) como a mídia funciona como amplificadora de poderes e sustentadora de status, as escolhas da fonte têm uma grande influência no conteúdo de uma peça jornalística.

Teun Van Dijk (1990) considera o discurso da mídia, e por consequência, da notícia, como uma prática social institucional particular, podendo ser analisada pelo seu componente textual e contextual. No primeiro se analisa as diferentes estruturas em diferentes níveis do discurso jornalístico e no segundo seus fatores cognitivos y sociais assim como as condições, as condições ou limites destas estruturas textuais. Desta forma o autor pretende superar as análises que revelam

as macroestruturas e microestruturas sociais da produção do discurso, e passa também a considerar de que maneira os produtores da notícia compreendem o fato e como estas compreensões dão forma aos textos jornalísticos.

Os jornalistas, segundo Van Dijk (1990), constroem o que se pode denominar de modelo situacional, ou seja, uma estrutura de conhecimento episódica e subjetiva, a partir da qual ele assimilará a variada material fonte que se utilizará para produzir a notícia. A construção deste modelo, no entanto, também está ligada a argumentos do conhecimento genérico assim como por ideologias e ações globais. Este modelo é sugerido pela hierarquização e organização das informações jornalísticas no texto.

Dessa forma, e observando as questões acima, podemos encontrar finalmente as questões ambientais e de sustentabilidade (urbana) principalmente nas seguintes: equidade e justiça social na cidade, mobilidade urbana, resíduos sólidos, qualidade do ar nas cidades, recursos hídricos urbanos, Governança, Urbanismo sustentável, consumo sustentável, áreas verdes urbanas, habitação na cidade, e qualidade de vida urbana. As formas com as quais a imprensa trata esses temas, a partir da discussão dos enquadramentos e das relações de poder dizem sobre como o tema da sustentabilidade vai tomando corpo e se circunscrevendo numa espécie de espaço público. Essa narrativa explode com a intersecção de outro (ou mesmo) espaço público que complementa, que se choca ou ainda que influencia o discurso jornalístico e a sua atuação na arena, as redes sociais.

A internet, as redes sociais de relacionamento e as arenas públicas

A rede mundial de computadores originou-se de um esquema ousado, imaginado na década de 1960 pelos “*guerreiros*” tecnológicos da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA) do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, para impedir a tomada ou destruição do sistema norte-americano de comunicações pelos soviéticos em caso de guerra nuclear (CASTELLS, 2002). Em 1967, a ARPA, em parceria com universidades e centros de pesquisa, divulgou o protótipo de uma rede de comutação de pacotes, a ARPANET, que poderia encontrar caminhos alternativos para efetivar a comunicação no caso de uma queda de uma conexão. A atual configuração da Internet reorganizou a sociedade

atual, incluindo uma dimensão virtual no cotidiano das sociedades cujos limites ainda não são conhecidos.

As redes sociais significam sistemas de redes interligadas por computadores, compostas por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações que funciona como um canal de comunicação via internet. As redes sociais online podem operar em diferentes níveis, como, por exemplo, redes de relacionamentos (*Facebook, Orkut, MySpace, Twitter e Badoo*), redes profissionais (*LinkedIn*), redes comunitárias (redes sociais em bairros ou cidades), redes políticas, dentre outras.

Os sites de redes sociais na internet seriam a incorporação viva dos conceitos de redes sociais para o ambiente virtual. De acordo com Boyd e Ellison (2007) sites de redes sociais são:

[...] serviços baseados na internet que permitem ao indivíduo (1) construir um perfil público ou semi-público dentro de um ambiente delimitado, (2) articular uma lista de outros usuários com os quais compartilham uma conexão e (3) visualizar e interagir com suas próprias listas de conexões, bem como com as listas de outros usuários dentro do sistema (BOYD; ELLISON, 2007, p. 2).

Sistemas como Facebook e Twitter possuem milhões de usuários registrados e bilhões de elos que os conectam. As redes sociais online permitem o registro em larga escala de diversos aspectos da natureza humana relacionados à comunicação, à interação entre as pessoas e ao comportamento humano. Em geral elas permitem que as pessoas interajam e se expressem mais, sendo ouvidas por uma audiência local ou até mesmo global, funcionando como um novo meio de comunicação que modifica aspectos determinantes de nossas vidas.

A amplitude e a abertura da Rede das redes, não bastam por si só para civilizar o uso do espaço público, nem para tornar mais racional à deliberação na esfera pública. A Rede é de quem a aproveita e até agora foi utilizada de maneiras muito imaginativas, mas não necessariamente para intensificar o intercâmbio racional que seria capaz de ampliar e solidificar a esfera pública. De qualquer modo, o entusiasmo de seus usuários mais criativos, a vontade e a oportunidade que têm para se expressar, o caráter acessível e livre que significa para a expressão de preocupações das mais variadas naturezas, permite reconhecer a Internet como componente essencial do espaço público (DELABRE, 2009, p. 91).

Pelas redes, é possível quantificar sua abrangência, o grau de avaliações, analisar os comentários e discussões presentes no espaço de armazenamento e definir o perfil das pessoas que comentaram. As avaliações podem aparecer em diferentes níveis de granularidade e formas. No Facebook, por exemplo, usuários podem apenas gostar de uma postagem, clicando no botão “curtir”. Já no YouTube, vídeos podem ser avaliados com até 5 estrelas, de forma similar à avaliação empregada na categorização de hotéis. Avaliações de conteúdo são úteis de várias formas. Como exemplo, elas ajudam usuários de sistemas como o YouTube a encontrar e identificar conteúdo relevante. Avaliações podem ainda ajudar administradores a identificar conteúdo de baixa qualidade ou mesmo conteúdo inapropriado. Além disso, avaliações podem ser utilizadas para identificar conteúdo em destaque, para suportar sistemas de recomendação, etc.

As redes sociais online, como Facebook e Twitter, são exemplos do potencial de criação de ações coletivas e debates, o que pode resultar na criação de uma arena pública. O conceito de arena pública serve para pensar a Internet, visto que aborda as relações de conflito e de cooperação como construídas segundo uma lógica dramaturgica, na qual os atores interpretam determinados papéis nas redes sociais online, agindo de acordo com a interpretação que fazem das ações e comportamentos dos outros e de suas próprias posições em uma situação dada.

A arena pública remete à perspectiva dos herdeiros da escola de Chicago, e, principalmente, de Anselm Strauss, quando este trata da ordem negociada, e de Erving Goffman, a partir de sua contribuição metodológica da *frame analysis* e da sua abordagem dramaturgica. Desta forma, a arena pública nos permite entender e apreender as práticas nas redes sociais levando em conta a pluralidade de “regimes de engajamento” nas situações. Cefaï (2002) mostra que a adoção do termo “arena”, possui uma dupla conotação: como um lugar de combate e como lugar de encenação de performances diante de um público. O autor também assinala a distinção entre arena pública e espaço público: este último apresenta uma característica mais estática, não leva necessariamente em conta a dimensão dramaturgica e é fortemente marcado pelo entendimento habermasiano. É com esse sentido performático que ocorrem nas redes sociais online as intervenções dos atores/usuários.

Strauss (1992) considera a arena social como um teatro onde se praticam ações conjuntas, coordenadas ou em conciliação, gerando competição,

controvérsias e conflitos. A arena seria o local onde os atores se encontram para resolver situações problemáticas, elaborar programas de ação, e também para se enfrentarem em estratégias de interesse, isto é, seria um local onde se estabelecem trocas de várias naturezas. Segundo essa definição, as arenas seriam o lugar da prática da negociação, uma das formas possíveis de se alcançarem determinados objetivos, sendo que tal prática não é fortuita e, nem, tampouco, separada das condições sociais em que ocorre.

O autor considera a negociação fundamental para a geração de uma ordem social, que ele veio a chamar de ordem negociada, onde opera uma série de compromissos e transações diversas, contratos e promessas, acordos formais ou não, etc. As arenas sociais abrem transversalmente mundos sociais diversos, que são postos em comunicação e em enfrentamento, contribuindo para processos de transformação, de desintegração, de denegação, de segmentação, de interseção e de legitimação.

Segundo Cefaï (2002), a arena pública seria um palco onde se enfrentam pretendentes a uma propriedade de problemas públicos diante de espectadores. Por conseguinte, seria também um lugar no qual os indivíduos estão desenvolvendo performances, que se tornam públicas, em um processo de dialética de legitimação – visto que os atores precisam prestar contas, expor motivos de suas falas e ações a fim de se alcançar um consenso, impor sua autoridade e contornar a crítica.

Os indivíduos elaboram estratégias de cooperação e de competição, de aliança e de conflito que se configuram aos poucos, em função de suas perspectivas. Nesse contexto, criam-se laços em torno de objetivos comuns, que surgem e se estabelecem no decorrer da interação. Nota-se que essas relações não podem ser reduzidas a relações de forças ou de interesses, nem tampouco a relações de mera reciprocidade, visto que há uma encenação diante de um auditório, no caso os usuários das redes sociais online. Ora, o Facebook e o Twitter apresentam essas mesmas características de arena pública, os usuários/atores desenvolvem suas performances por meio de publicações, *posts*. As páginas, as *hashtags*, os vídeos e as comunidades são algumas das estratégias utilizadas para criação de laços e de objetivos comuns e, por fim, os próprios sites onde estão localizadas as redes sociais online configuram o auditório onde acontece a encenação e a disputa.

Cefai (2002) mostra ainda que em uma arena pública as perspectivas dos atores são plurais e o intervalo ou o diferencial entre essas perspectivas aponta, de um lado, para a multiplicidade de opiniões, em um movimento de formação e de expressão da própria opinião do ator. De outro lado, esse intervalo permite a apresentação de críticas e reivindicações diante de um público. Desta forma, a pluralidade na Internet se manifesta nos hábitos de conversações, de diálogos, de protestos, de justificações, de informações ou ainda de consultas. Portanto, Cefai (2002) assinala que a arena pública não é um lugar de consenso, onde os cidadãos encontram total sintonia em torno de uma identidade comunitária, assegurando uma continuidade de uma tradição. É sim, uma pluralidade de maneiras de sentir, de pontos de vista alternativos, de formulação de preferências, de opinião e de formas de expressar sobre problemas ou políticas públicas que se acontecem em um determinado espaço.

Nas redes sociais online observa-se que a articulação da arena pública ocorre, principalmente, pelo formato de agendamento das mídias tradicionais. Para entender melhor esse processo é preciso compreender a hipótese do *agenda setting*. Dentro do contexto dos estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação na sociedade, surge nos anos 1970 a investigação da hipótese do *agenda setting*. Esta linha de pesquisa propõe uma nova etapa de investigação sobre os efeitos da comunicação de massa. Desta maneira, tem-se um conceito do poder que o jornalismo (leia-se também que a mídia) exerce sobre a opinião pública, que em definição simples é “É a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá” (BARROS FILHO, 2001, p. 169).

Na atualidade, temos uma enxurrada de informações que são selecionadas e dispostas de maneira que algumas notícias recebem uma ênfase maior, como é o caso das notícias que aparecem na capa dos jornais, revistas, telejornais. As pesquisas de Maxwell McCombs e Donald Shaw, na hipótese do agendamento, chegaram à conclusão que a mídia tem a capacidade de influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública, estabelecendo um pseudo-ambiente fabricado e montado pelos meios de comunicação. Shaw relata que as pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público

tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW; WOLF, 2000).

Segundo Bustamante (2010), as redes sociais online são o campo de batalha onde se travam algumas das lutas mais significativas pelos direitos humanos. Não podemos falar de liberdade de expressão nem de direito à informação se não considerarmos as possibilidades que as ditas redes oferecem aos cidadãos menos favorecidos. Os meios de comunicação em massa se caracterizam por sua natureza desigual na troca de conhecimento: um fala, muitos escutam. A difusão da informação flui hierarquicamente, por exemplo, do centro para periferia. Dessa forma, para Bustamante existem duas atitudes possíveis:

Porém, o que se percebe que a história está sendo escrita, mais uma vez, pelas lentes de uma ótica capitalista de apropriação dos meios de comunicação. Quando os tipos móveis se desenvolveram, permitindo o surgimento da imprensa escrita e da comunicação de massa, estava aberta a possibilidade para o fim das restrições à liberdade de imprensa e a consequente garantia do direito à informação. A técnica permitia que, pela primeira vez, se comunicasse com uma grande quantidade de pessoas ao mesmo tempo. Mas o que realmente aconteceu foi que os empresários descobriram o potencial comercial desse veículo de comunicação e surgiu o jornal como negócio cujo objetivo final era gerar ganhos financeiros aos seus proprietários e acionistas.

Não se pode esquecer que o campo da produção destes discursos e seus agentes na arena, baseados nas ideias de Bourdieu (1997), precisam ser elucidados e identificados em conjunto com seus capitais simbólicos, sociais e culturais. Como o autor sinaliza, o campo e sua construção são importantes para entender as estratégias e disputas, tendo como agentes os jornalistas (repórteres e editores), os proprietários dos jornais, os anunciantes dos jornais, agentes do campo econômico e agentes do campo político como uma segunda força da produção destes discursos e as agências de notícia, as assessorias de imprensa, os agentes dos movimentos sociais, agentes do campo científico e os leitores, os usuários de redes sociais, associações e até mesmo os “robôs”. Entre cada um destes agentes há um caminho indicando complexas relações entre eles.

O espaço social, descrito por Bourdieu (1989), é composto por vários campos autônomos e diferenciados – o científico, o econômico, o burocrático, o artístico, o religioso, dentre outros. Eles seriam campos de atividades humanas definidas por metas, regras e capitais específicos, que dariam suporte a diferentes territórios de competição e luta social. O campo do poder abriga todos esses campos juntos; já o campo político, quer dizer, o Estado, é o lugar das lutas em torno das regras e limites entre os campos. A articulação entre vários campos, relativamente autônomos no interior do campo do poder, assim como a articulação entre diferentes associações dentro da sociedade civil, é algo que não possui natureza única, sendo, antes, objeto de lutas inclusive em relação às estruturas que estruturam essas lutas. Segundo Bourdieu (1989), a luta pela articulação entre os jogos, quer dizer, a luta no campo político, tem lugar no campo do poder, que é totalmente imune a influência das classes dominadas e subalternas.

Conforme Bourdieu (1989), a dominação é mantida graças à existência de um universo simbólico que redefine categorias de distinção e, por meio delas, mistifica a realidade social. Além disso, o Estado consagra tais distinções, definindo quem deve ser considerado um cidadão, o que é um grupo radical, uma ocupação, uma credencial educacional, dentre outras relações sociais. Para o autor, o Estado possui não apenas o monopólio legítimo da violência física, mas também o monopólio legítimo da violência simbólica. Segundo o autor, a violência simbólica se fundamenta no desconhecimento:

[...] O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos ‘habitus’ e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma (BOURDIEU, 2002, p. 49-50).

O campo social, portanto, segundo Bourdieu (1989), diz respeito a um domínio autônomo, espaço de relações objetivas, no qual há disputas internas específicas que os caracterizam e diferenciam. Este conceito é central na obra de do autor porque é por meio dele que se desenvolve toda sua análise social, nas mais diferentes áreas do conhecimento. Para Thiry-Cherques (2012), o conceito está relacionado, desta forma, aos processos de diferenciação social.

Os campos resultam de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento do mundo. Como tal, cada campo cria o seu próprio objeto (artístico, educacional, político etc.) e o seu princípio de compreensão. São ‘espaços estruturados de posições’ em um determinado momento. Podem ser analisados independentemente das características dos seus ocupantes, isto é, como estrutura objetiva (THIRY-CHERQUES, 2012, p. 36).

No caso da internet, seu pretense “caráter livre” é colocado em xeque por estratégias empresarias e modelos de negócios. As redes sociais tornam-se uma única rede social, voltada para o acúmulo de capital tornando-se palco de disputa de correntes extremistas opostas que disputam o papel de influenciadores no pensamento dos usuários.

Conclusão

As pautas relacionadas com a questão ambiental e a sustentabilidade são devedoras das decisões e disputas que o espaço público delinea. O que costuma se chamar de “indústria da notícia” representa principalmente o produto de uma série de negociações, nas quais estão presentes os jornalistas, as redes sociais, o público leitor/produtor de conteúdos.

A mídia tradicional continua a pautar uma série de debates principalmente os relacionados com a questão ambiental, que de forma geral diz respeito a alertas graves sobre alguns temas selecionados, do lixo às áreas verdes na cidade, por exemplo, mas dificilmente mostrando a fonte das pressões ao meio ambiente. Nessa produção discursiva, as “boas práticas” de parte de jornalistas bem formados esbarra na posição da mídia corporativa, de grandes empresas de comunicação. O resultado são temas cada vez menos investigativos para pareceres nos quais alguns agentes do campo acabam por reproduzir o domínio das grandes corporações.

Ao mesmo tempo, as redes sociais podem funcionar como espaço e arena de disputas onde os agentes se pulverizam, mas de alguma forma continuam pautados pela mídia corporativa. Os *media* são então agentes importantes no processo, mas nas redes a disputa é explícita. Uma parcela dos usuários entende esses processos e os expõem, garantindo assim outras vozes na arena.

A indústria da notícia é hoje umas das principais trincheiras na disputa pelo vasto mundo da internet. Na nova fronteira digital, é possível para um grupo de usuários produzir e disseminar conteúdo de qualidade – e até prosseguir nas histórias ignoradas pela mídia tradicional. Blogs e hipertextos configuram uma nova noção de produção cultural, em que são obsoletas as modalidades de expressão do jornalismo tradicional, como pauta, interesse público e equilíbrio das fontes.

Dessa maneira, serve de exemplo a constatação de Castells (2002) que sintetiza a importância das novas tecnologias informacionais no crescimento e consolidação de novos conceitos. A utilização em larga escala do correio eletrônico, a disseminação de informações na *world wide web* e a possibilidade de transmissão de imagens e áudio por satélite redimensionaram o cotidiano do ativismo ambiental, tornando-o desterritorializado e influente em diversas áreas.

Dessa forma, é possível observar, que não é apenas por meio do agendamento que se origina a definição de temas nas redes sociais online. Diferentemente do mundo que prioritariamente é dominado pelos *mass media*, as redes permitem o surgimento de criações e plataformas que disputam as atenções das pessoas privadas reunidas em público. Indivíduos e coletivos podem tentar, a qualquer momento, obter mais atenção do que as grandes corporações, sem ter que passar por elas.

Referências

ACSERLALD, H. Discursos de Sustentabilidade Urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. n. 1, 1999.

AMARAL, M. F. Fontes Jornalísticas: o lugar da fala o cidadão. In: HOHLFELDT, A.; BARBOSA, M. (Orgs.). *Jornalismo no século XXI: a cidadania*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

BARROS FILHO, C. *Ética na comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 2001.

BOURDIEU, P. *Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência*. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 1997.

- BOYD, D.; ELLISON, N. Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1), article 11, 2007. Disponível em: <<http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- BUSTAMANTE, J. Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital. In: *Cidadania e Redes Digitais*. Maracá Educação e Tecnologias, 2010.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- CEFAÏ, D. Qu'est-ce qu'une arène publique. Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: *L'héritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues, Editions de l'Aube, 2002.
- CORRÊA, J. C. *O Poder do jornalismo e a midiaticização do espaço público*. Universidade da Beira do Interior, 1995. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/jcorreia-poder-jornalismo.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2012.
- DELABRE, R. Internet como expressão e extensão do espaço público. *MATRIZES*, 2, p. 71-92, 2009.
- McCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. A função do agendamento dos media. In: TRAQUINA, N. *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.
- MIRANDA, C. M. *Fontes jornalísticas em Veja: Enquadramento como estratégia em pautas de clima e meio ambiente*. Universidade Federal de Santa Maria. Pós-Graduação em Comunicação Midiática. Santa Maria (RS), 2012.
- ROTHBERG, D. O conceito de enquadramento e sua contribuição para a crítica de mídia. In: CRISTOFOLETTI, R. (Org.). *Vitrine e vidraça: crítica e qualidade no jornalismo*. Covilhã: Labcombooks, 2010.
- STRAUSS, A. *La trame de la négociation*. Paris: L'Harmattan, 1992.
- THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública – RAP*, Rio de Janeiro, p. 27-53, jan./fev. 2012.
- TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.
- VAN DJIK, T. A. *La noticia como discurso: comprensión, estructuras e producción de la información*. Barcelona: Paidós Comunicación, 1990.

Novas mídias e grandes projetos na Amazônia: quem participa? O twitter como voz coletiva no debate sobre grandes hidrelétricas

Alda Cristina Silva da Costa¹ • Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira²

Nirvia Ravena³

Introdução

Percebe-se que o interesse pela Amazônia aumenta de acordo com o status que ela é colocada no cenário econômico ou geopolítico. Ela tem no cenário mundial o peso do seu tamanho, ou seja, no imaginário é patrimônio de todos, mesmo que as políticas públicas empregadas não atendam às necessidades da região ou dos homens que nela vivem. Todo e qualquer projeto direcionado ao seu território se constitui num compromisso e as discussões passam pela sua representação simbólica de região vocacionada para o desenvolvimento sustentável.

Nessa relação imaginário-simbólico sobre a Amazônia é importante para o consciente coletivo, o sentimento de unidade e de pertencimento, uma vez que vai possibilitar não somente para exprimir-se, o que é obvio, mas para concretizar o “existir”, superando o virtual e coletivizando uma “comunidade de sentido” (WEBER, 1999). O simbólico comporta, quase sempre um componente “racional-real”: o que representa o real ou o que é indispensável para o pensar ou para agir (CASTORIADIS, 1982, 155).

¹ Doutora em Ciências Sociais (UFPA), graduada em Comunicação Social. Profa. da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA. aldacristinacosta@gmail.com

² Professora da Universidade da Amazônia, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). ivana.professora@gmail.com

³ Doutora em Ciência Política (IUPERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). niravena@uol.com.br

Da mesma forma que desperta os interesses das organizações mundiais pelos projetos implementados, a mídia também é atraída pelos assuntos relacionados à região. A Amazônia vai assumir um papel geopolítico relevante para o país, a partir do Golpe de 1964, quando são estabelecidos os discursos da segurança e do desenvolvimento. Um dos efeitos dessa política foi a criação, em 1966, da Amazônia Legal, juntamente com a Sudam⁴. Assim, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, com a divulgação e propaganda dos Projetos de Desenvolvimento Governamentais para a região, a mídia passa a ter um importante papel na veiculação de imagens da Amazônia.

No século XXI, a região volta a ser foco de atenções na mídia com a execução da maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁵ do governo federal, a ser realizada no estado do Pará, o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, no rio Xingu.

É importante lembrar que obras de grande porte no setor elétrico foram implementadas na década de 1970 no país, ou seja, antes da legislação ecológica vigente, somente consolidada em 1981, quando os projetos já estavam definidos e iniciados. Com a criação da Eletronorte (1973), o governo federal desconsidera as características naturais da Amazônia – rios de planície com baixa declividade natural. E estabelece a região como fonte de energia abundante para a transmissão por longas distâncias até os centros mais desenvolvidos do país. “A Amazônia permaneceria como fronteira ou colônia” (PINTO, 2011).

Com essa visão, o regime militar construiu a maior (Itaipu, no rio Paraná, no extremo meridional do país) e a quarta maior (Tucuruí, no rio Tocantins, no Pará) hidrelétrica do mundo. (...) Os danos socioambientais das duas usinas não podem ser minimizados. Se Itaipu

⁴ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia foi criada através da Lei 5.173 de 27.10.66, em substituição a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (Lei 1.806 de 06.01.1953). Autarquia federal, que tem como objetivo planejar o desenvolvimento da Amazônia Legal, área correspondente a 61% do território brasileiro, abrangendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Administra a política de incentivos fiscais para a Amazônia, priorizando setores estratégicos da economia Regional.

⁵ O PAC é um programa implementado pela União, através do Decreto 6.025, de 28 janeiro de 2007, no segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e engloba um conjunto de políticas econômicas prevendo investimentos em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros (www.brasil.gov.br).

fosse concebida hoje, a sociedade brasileira aceitaria que ela causasse o sacrifício das cataratas de Sete Quedas que proporcionava aos visitantes um dos espetáculos mais deslumbrantes da terra? Tucuruí teria aprovação ambiental para submergir uma área de 3.100 quilômetros quadrados, na qual surgiu o segundo maior lago artificial do Brasil? Só para comparar: o Lago Paranoá em Brasília tem 48 km² (PINTO, 2011, 4).

Neste sentido, o papel da mídia hoje, configura-se como relevante espaço de agendamento de debates para legitimar os projetos de desenvolvimento para a Amazônia, incluindo as mídias sociais, que estão se tornando ambientes de mobilizações para manifestações sobre questões de interesses sociais.

O objetivo deste artigo é analisar o *twitter* como importante voz coletiva para mobilização pela Amazônia, especificamente no movimento contra a construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. Partimos da argumentação que as mídias sociais podem ser usadas estrategicamente para engajamento e visibilidade dos movimentos sociais, envolvendo pessoas e instituições que não convivem diretamente com a realidade do problema exposto, assim como ampliando o poder de interferência de um movimento social nas decisões.

O perfil @xinguvivo foi selecionado para análise pela representatividade do Movimento Xingu para Sempre, criado por um coletivo de organizações, movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, que historicamente se opuseram à sua instalação no rio Xingu, no estado do Pará. Também conta com o apoio de mais de 250 (duzentos e cinquenta) organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais. O Movimento agrega ainda entidades representativas de religiosos, ribeirinhos, pescadores, trabalhadores, indígenas, moradores do município de Altamira atingidos por barragens.

Na análise quantitativa, tomamos como base as mensagens publicadas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2011, pelo perfil @xinguvivo, por representar momentos demarcadores nas obras do complexo hidrelétrico de Belo Monte. No total foram analisadas 535 (quinhentas e trinta e cinco) mensagens geradas pelo perfil e 318 (trezentos e dezoito) mensagens de outros perfis reenviados (retuite) pelo perfil pesquisado. Na pesquisa, foram consideradas as mensagens de mobilização, de informação e de protesto para a influência da opinião pública.

Amazônia em foco

A região amazônica representa 60% do território nacional, abriga 12% da população e gera 8% do PIB (Produto Interno Bruto). E é responsável por mais de 50% das emissões do gás carbônico, estando constantemente na pauta de discussão da sociedade, seja em nível regional, nacional ou internacional, pela execução de projetos que são forjados à revelia das características da região ou causam impactos irreversíveis ao homem.

Os primeiros ‘grandes projetos’⁶ implantados na década de 1970, geraram sérios problemas, seja pela agressividade à natureza ou pouco desenvolvimento econômico, político e social da região, levando em conta principalmente, o momento vivido pelo Brasil, quando a discussão de viabilidade dos mesmos ainda era intramuros, deixando a sociedade a parte dos debates e das decisões.

Os projetos de geração de energia são os que têm causado grandes conflitos, disputas políticas e econômicas, principalmente pelos impactos ambientais e sociais que deixam à região, excluindo o homem local de participar das decisões tomadas pelo poder público na gestão de políticas para a Amazônia. Isso determina para a região um papel único de fornecedora de insumos para suprir as necessidades de outras regiões brasileiras. Ou seja, mantendo um “modelo colonial” de imposição e sem escuta das vozes de especialistas ou das comunidades atingidas e envolvidas.

(...) ao longo do tempo, diversos especialistas têm se mobilizado para tornar públicas as graves consequências que o barramento do rio Xingu, em seu trecho denominado Volta Grande, poderá acarretar para a importante diversidade sociocultural e biológica da região: em 1989, foi publicada “As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas”, coletânea organizada por Lucia Andrade e Leinad Ayer Santos (Comissão Pró-Índio de São Paulo); e em 2005, o livro Tenotã-mõ, organizado por Oswaldo Sevá e Glenn Switkes (disponível em <http://>

⁶ Na década de 1970 foram lançados os seguintes projetos: Jari, pelo norte americano Daniel Ludwig que incluía a Cadam, primeira fábrica de caulim da Amazônia e também a fábrica de celulose; o Projeto Grande Carajás, para exploração de minérios na região, considerada a mais rica do mundo, contendo minério de ferro de alto teor, ouro, estanho, bauxita, manganês, níquel e cobre. Em seguida, para gerar energia elétrica que atendesse aos projetos de extração mineral e à industrialização da região, principalmente ao distrito Industrial de alumínio em Barcarena e ao projeto Grande Carajás, o governo federal lança a usina Hidrelétrica de Tucuruí, quarta maior do mundo.

internationalrivers.org/files/Tenotã-Mõ.pdf). Ambos, objetivando alertar a sociedade para os graves riscos sociais e ambientais inerentes ao projeto Belo Monte – vale dizer, em suas diversas versões –, sinalizavam também para a importância da expertise na construção do debate público (HERNÁNDEZ e MAGALHÃES, 2011, 82).

O projeto do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), considerada obra prioritária do governo federal, com objetivo de desenvolvimento do setor energético brasileiro e tem no histórico mais de 30 anos de polêmica para implantação. Além das idas e vindas jurídicas, ao longo desse período, o projeto tem recebido amplas críticas que apontam sérios problemas técnicos, econômicos e ambientais para a sociedade como um todo, que se intensificaram a partir de 2010, quando o Ministério do Meio Ambiente concedeu licença ambiental prévia para construção da hidrelétrica.

As discussões sobre Belo Monte têm início em 1975, quando a recém-criada empresa Centrais Elétricas do Brasil S/A-Eletronorte, inicia os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, para mapear o rio e os afluentes mais favoráveis para barramentos. Na década de 1980, o relatório é finalizado com a previsão de sete barramentos e a Eletronorte inicia os estudos de viabilidade técnica e econômica do chamado complexo de Altamira.

A primeira visibilidade dos problemas ambientais da construção de Belo Monte foi na esfera internacional: em 1988, na Universidade da Flórida, em Miami – Estados Unidos, o líder Kaiapó Paulinho Paiakan, o Kube-I Kaiapó e o etnobiólogo Darrel Posey, do Museu Paraense Emílio Goeldi, relataram no simpósio sobre manejo adequado de Florestas Tropicais, a indignação quanto a decisão do Banco Mundial (BIRD) de “financiar um projeto de hidrelétricas no Xingu que inundaria 7 milhões de hectares e desalojaria 13 grupos indígenas. Apesar de serem diretamente atingidos, os índios não tinham sido consultados” (www.xinguvivo.org.br).

Depois de tornar público os problemas, os índios recebem apoio do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)⁷ e realizam o Primeiro

⁷ Uma das organizações que originou o Instituto Socioambiental, que incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do programa Povos Indígenas no Brasil, do CEDI e o Núcleo de Direito Indígenas (NDI), de Brasília. Organizações de atuação reconhecida nas questões dos direitos indígenas do Brasil.

Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro de 1989, no município de Altamira (PA), reunindo cerca de três mil pessoas, entre elas, 650 índios de diferentes etnias, 300 ambientalistas, 150 jornalistas de vários países e autoridades políticas. Esse encontro ficou mundialmente conhecido pela cena em que a índia Tuíra- prima de Paiakan encosta a lâmina de um facão no rosto do então diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes. O evento é considerado um marco do socioambientalismo no Brasil e lançou a campanha nacional em defesa dos Povos e da Floresta Amazônica para a revisão dos projetos de desenvolvimento da região.

As manifestações a partir dessa ação não pararam mais. Ao longo dos anos diversos pesquisadores têm realizado estudos apontando as lacunas e prejuízos advindos com a implantação da hidrelétrica de Belo Monte. Um desses relatórios denominado de Painel de Especialistas⁸ foi produzido em 2009, a partir da apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA)⁹ que a ELETROBRÁS entregou ao IBAMA, no processo de licenciamento para a implantação do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte, no rio Xingú.

Nesse relatório é feito um estudo crítico de diversas instituições de ensino e pesquisa, evidenciando para a sociedade as falhas, omissões e lacunas dos estudos com a finalidade de subsidiar um processo de decisão, “pautado pelo debate público - sério e democrático”. No documento os pesquisadores, com larga experiência de pesquisa na Amazônia, apresentam considerações extremamente graves que colocam em questão a qualidade e a confiabilidade dos dados apresentados pelo EIA, colocando em questão a dimensão dos impactos e seus potenciais programas para atenuar o problema que será gerado.

Na proposta de execução do projeto da usina (www.blogbelomonte.com.br), está previsto o acréscimo de mais 11.233 MW de capacidade instalada e 4.571 MW de energia assegurada, devendo abastecer cerca de 18 milhões de residências ou 60 milhões de pessoas. O Complexo Hidrelétrico atingirá 11 municípios paraenses pertencentes a área denominada de Volta Grande do Rio Xingu,

⁸ Formados por antropólogos, sociólogos, biólogos, engenheiros elétricos e mecânicos, economistas, geógrafos, especialistas em energia, ecólogos, ictiólogos, hidrólogos, etnólogos, zoológicos, cientistas políticos e pesquisadores da área de saúde pública e da assistência social.

⁹ Estudos de Impacto Ambiental (EIA) tem mais de 20 mil páginas, distribuídos em trinta e seis volumes produzidos pela empresa Leme. Ele somente foi disponibilizado para a sociedade vinte dias antes de iniciar as audiências públicas. O documento pode ser acessado no site do Ibama (www.ibama.gov.br).

porém menos de 10% da energia produzida será utilizada em território paraense. Um estudo da Universidade Federal do Pará realizado a pedido do Ministério Público Federal, e apresentado em outubro de 2011, confronta o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que totaliza 16,4 mil pessoas atingidas. A pesquisa aponta que esse quantitativo é aproximadamente 55% maior, somando cerca de 25,4 mil moradores impactados com a formação do lago da Usina.

De acordo com informações divulgadas na mídia brasileira¹⁰, no início de 2014, a usina hidrelétrica Belo Monte atingiu a conclusão de 45 por cento das obras civis, segundo balanço da empresa responsável pelo empreendimento. A obra está na fase de conclusão da primeira etapa da montagem eletromecânica em um dos canteiros. A previsão é de que a primeira unidade geradora da usina entre em operação comercial em 2015.

Nos últimos desdobramentos do empreendimento em 2014¹¹, o consórcio IE Belo Monte (Interligação Elétrica Belo Monte), formado pela chinesa State Grid, por Furnas e Eletronorte (as duas últimas subsidiárias da Eletrobras, controlada pelo governo), foi o vencedor do leilão de concessão da linha de transmissão da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), o chamado linhão de Belo Monte terá 2,1 mil quilômetros de extensão e será responsável por escoar a energia produzida pela usina Belo Monte para a região Sudeste. Estima-se que o investimento do projeto totalizará aproximadamente R\$ 5 bilhões. O lote leiloado no primeiro semestre de 2014 é composto por duas subestações conversoras, instaladas no Pará e em Minas Gerais, e por linhas de transmissão que passarão pelos Estados do Pará, do Tocantins, de Goiás e de Minas Gerais, partindo de Xingu (PA) até o município mineiro de Estreito.

O próprio calendário que relaciona os fatos demonstra que as decisões sobre o processo de implantação do complexo hidrelétrico de Belo Monte é conflituoso, já que quase constantemente é paralisado, seja pela justiça ou por ações dos envolvidos e dos próprios operários.

¹⁰ Informações divulgadas pela Reuters Brasil em 29 de janeiro de 2014. Disponível em : <http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPEA0S4QW20140129>. Acesso em 02/02/2014

¹¹ Informações divulgadas pelo Grupo Estado, em parceria com a Reuters em 7 de fevereiro de 2014, Disponível em: <http://noticias.r7.com/economia/consorcio-de-brasileiras-e-chinesa-vence-leilao-de-belo-monte-07022014> Acesso em 10/02/2014

Vozes políticas e sociais

Tomamos o conceito de vozes no sentido metafórico, não como um som vocálico expresso em fonemas, mas de signos que são representados nas manifestações dos sujeitos, que se identificam e se corporificam nas suas mensagens, dando um sentido social para aquilo que fazem, dizem ou pensam. Ou seja, naquilo que será depositado por Bakhtin (2003) na palavra de maneira “semântico-social”. A comunicação deve ter sentido para a sociedade, isto é, ela somente acontecerá quando eu me volto a esse mundo e transformo meros sinais em comunicação e-ou informação.

Partindo da comunicação oral e ressoando na escrita, Bakhtin vai ponderar afirmando que as vozes das outras pessoas, de opiniões, de posicionamentos individuais e de grupos sociais, são semioticamente perceptíveis. As vozes do filósofo são construtoras do sentido das enunciações por possibilitar à resposta.

O mundo pensado por ele, tanto a voz quanto a letra, aparecem unificado pela produção dinâmica dos sentidos, gerados e transmitidos pelas vozes personalizadas, que representam posições éticas e ideológicas diferenciadas em uma união e intercâmbio contínuo com as demais vozes. O homem está em permanente interação com seus semelhantes mediante a linguagem entendida como ato ético, como ação, como comunicação dinâmica, como *energia*. Com a Web 2.0 facilita-se o processo de visibilidade dessas vozes, e a predisposição dialógica, conforme proposição de Bakhtin, de que sejam ouvidas, entendidas, e, sobretudo esperando uma resposta.

Ao trabalhar os sentidos da tecnologia para a sociedade, Lemos (2010) vai afirmar que ela não se refere a sua dimensão material, mas sim ao seu poder de produzir sentido, de fazer sociedade, ou melhor, de criar relações. Ou ainda naquilo que debate Castells (2013) quando reflete sobre a ação comunicativa das redes ou mídias sociais e as mudanças coletivas ou movimentos sociais. Para ele, a tecnologia e a morfologia das redes de comunicação, incluindo a internet, “dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado” (2013, p. 158).

Nesta perspectiva, enquadramos a análise tomando as mídias sociais como vozes coletivas, possibilitando a intervenção daqueles que tem acesso a

participar daquilo que Levy (2010) vai chamar de liberação de expressão pública ou esfera pública digital, com a interação e colaboração de muitos para muitos em um espaço descentralizado. Os indivíduos passam, com a nova modalidade de comunicação pública, a fornecer, ao mesmo tempo, os conteúdos, a crítica, a filtragem e se organizam, eles mesmos, em redes de troca e de colaboração, mas fundamentalmente como mobilizadores de manifestações, sejam favoráveis ou contrárias aos mais diversos assuntos que movimentam as relações de sociabilidade.

Essa prática reconfigura a realidade, dividindo as forças de poder, indo ao encontro do que já destacava Foucault (1981), como múltiplas relações de poder, que não se situam apenas em um local específico, mas que são imanentes ao corpo social. Ou seja, o poder como prática social, historicamente constituída, e as múltiplas formas de exercício do mesmo na sociedade.

O poder e a comunicação, na dinâmica das tecnologias digitais, passam a ter similaridades quando objetivam atingir a sociedade. Adotam forma descentralizada e estratégica para maior atenção e participação social. Para Levy (2010, 14) essa nova realidade terá efeitos sobre a democracia, acionando quatro domínios interdependentes na contemporaneidade: as capacidades de aquisição de informação, de expressão, de associação e de deliberação dos cidadãos; a pressão dos indivíduos, via mídias sociais, sobre as administrações estatais e sobre os governos para mais transparência, abertura e diálogo; os movimentos de opinião e de ação cidadã atravessam cada vez mais as fronteiras e entram em interface com os problemas ecológicos, econômicos e políticos.

As tecnologias deslocam a noção de espaço, distribuem as influências do distante sobre eventos locais, propagando as vozes. A ação do sujeito não tem mais um local físico, mas uma relação de unidade e de pertencimento que são envolvidos pelos problemas sociais como um todo. Nessa arquitetura, dois mecanismos serão acionados pela mídia: o *efeito colagem*, expressando uma unidade de pensamento, e fazendo com que o evento se torne mais importante do que o lugar em que ele possa ocorrer; e a *intrusão de eventos distantes na consciência cotidiana*, no qual o indivíduo pode experimentar fatos observados na mídia em seu próprio cotidiano, porém tais fatos serão vistos como exteriores e remotos (GIDDENS, 2002), ou até mesmo parecerem menos reais. Os movimentos, de acordo com Castells, passam a ser simultaneamente locais e globais.

Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar às redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências a se envolver em sua própria mobilização. Além disso, mantêm um debate contínuo na internet e algumas vezes convocam a participação conjunta e simultânea em manifestações globais numa rede de espaços locais. Expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica. Prefiguram, em certa medida, a superação atual divisão entre a identidade comunal local e a constituição de redes individuais globais (CASTELLS, 2013, p. 161).

É nessa perspectiva que nossa argumentação caminha na relação construída entre sociedade e a mídia social *twitter*, como um espaço instituído de mobilização e articulação das pessoas e instituições em torno de um problema social, que não necessita está próximo geograficamente, mas me envolve no debate e na participação.

Mobilização virtual

O século XX pode ser considerado o período em que a humanidade passa a conviver com produtos da era eletrônica. Rádio, televisão, internet e aparelhos de celular adentram o cotidiano das pessoas, transformando as relações de sociabilidade. Chegamos ao século XXI com novas perspectivas de interações e debates que ultrapassam a barreira física territorial.

Como potencializa Castells (2003) a Internet é o tecido que passa a cobrir as nossas vidas, lembrando que a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial. Essa tecnologia vai ser responsável pela formação de novas redes, ou ferramentas de organização, flexibilidade e de adaptabilidade para um ambiente em constante mudança.

O twitter é uma ferramenta de microblog onde os internautas são representados por seus perfis, interagindo através de mensagens de 140 caracteres. As relações entre os usuários não tem necessariamente o caráter de reciprocidade e se denominam como “seguidos” e “seguidores” (RECUERO & ZAGO, 2009). As informações são repassadas de seguidos à seguidores, em tempo real, fazendo com que possam atuar como influenciadores e ‘viralizando’ na rede social.

Como afirma Seixas (2009):

O twitter foi o precursor, aquele que definiu o conceito, as novas possibilidades e a nova forma de irrigar o mundo com conteúdo. Permitiu que uma verdadeira legião de programas, sites e mash-ups¹² pudessem proporcionar formas diferentes de publicar e interagir com a quantidade colossal de mimi-conteúdos já disponível nesse pequeno, e crescente, universo. Já se percebe que ao redor dessa plataforma se forma uma economia própria, onde ela própria é o início e o fim, o meio e o objetivo. (SEIXAS, 2009, p. 45).

Nesse contexto, os seguidores possuem o papel de filtros de informação para suas próprias redes, selecionam o grau de importância das mensagens que recebem e decidem se devem ou não propagar através do seu perfil. Assim, as mensagens de perfis com grande número de seguidores podem espalhar, em segundos, quaisquer informações para pontos distantes da rede.

Como bem lembra Lemos e Levy (2010, 13) essa nova esfera pública digital não é recortada mais por territórios geográficos (os seus cortes relevantes correspondem antes às línguas, às culturas e aos centros de interesses), mas diretamente mundial. Os valores e modos de ação trazidos por essa nova esfera pública são a abertura, as relações entre pares e a colaboração. Ou, nas concepções de Castells (2006: 17), a tecnologia não determina a sociedade, ela é a sociedade. “A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias”. Você é aquilo que você publica. E quanto mais seguidores tiver e mais *tweets* publicar, mais visível você se tornará e mais poder terá o seu discurso.

A mídia social representa um sistema online, projetado para permitir a interação social, a partir do compartilhamento e da criação colaborativa de informação nos mais diversos formatos. No caso do Twitter essa mídia entrou em operação em 2006 e seu crescimento meteórico se deu em torno de janeiro de 2009.

Em 2013, o número de pessoas com acesso à internet no Brasil chegou a casa dos 100 milhões, segundo dados divulgados pelo Ibope Media¹³. Os dados

¹² Um mashup é um website ou uma aplicação web que usa conteúdo de mais de uma fonte para criar um novo serviço completo. (WIKIPÉDIA, 2009).

¹³ Maior empresa latino-americana de pesquisa de mídia, o IBOPE Media é especialista nas soluções de audiência e monitoramento de meios de comunicação, estudos sobre hábitos e

referentes ao primeiro trimestre de 2013 indicam que o país tinha naquele momento 102,3 milhões de internautas, sendo 72,7 milhões com acesso em casa ou no trabalho e 53,7 milhões efetivamente navegando em casa ou no trabalho.

Atualmente, o Twitter no Brasil conta com dois escritórios, que empregam um total de 40 funcionários. O primeiro foi aberto em São Paulo, em novembro de 2012, marcando o início das operações da rede social no país. Já o segundo fica sediado no Rio de Janeiro e foi inaugurado em julho de 2013.

Em dados gerais¹⁴: o Twitter tem mais de 241 milhões de usuários ativos por mês; são 500 milhões de tuítes enviados por dia; mais de 300 bilhões de postagens (tuítes) foram enviados desde a fundação do microblog em 2006; 76% dos usuários ativos são usuários móveis (celulares e tablets); 40% dos usuários ativos apenas consomem conteúdo no Twitter; mais de 400 milhões de visitantes únicos por mês no twitter.com; está disponível em 35 idiomas diferentes; 77% das contas são de fora dos Estados Unidos; o total de anunciantes passa dos milhares; são 2.700 funcionários em escritórios por todo o planeta.

3.2 @xinguvivo

É nesse panorama das novas relações de sociabilidades que o Movimento Xingu Vivo para Sempre de oposição à instalação do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, inicia o perfil @xinguvivo no twitter, em 11 de janeiro de 2010. Em sua bio (descrição) se qualifica “pela conscientização da sociedade brasileira em defesa do Xingu e contra a hidrelétrica de Belo Monte”. Até novembro de 2012, o perfil somava 6.572 seguidores, com 3.614 postagens e seguia 32 (trinta e dois) perfis entre instituições, entidades, ambientalistas, jornalistas, políticos, cientistas, pesquisadores e veículos de comunicação.

atitudes dos consumidores e serviços analíticos para subsidiar decisões de negócios de mídia. Possui operações em 15 países da América Latina. O IBOPE Media tem ampla presença na América Latina e detém a liderança incontestada em medição de audiência no Brasil, onde possui 14 escritórios regionais nas principais capitais. No total, o IBOPE Media atua em 12 países - Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai, além de possuir um escritório comercial em Miami. Informação disponível > <http://www.ibope.com.br/pt-br/ibope/quemsomos/unidadesnegocio/ibopemedia/paginas/ibope-media.aspx>. Acesso em: 10 fev 2014>

¹⁴ Informações disponíveis em: <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/03/twitter-faz-8-anos-microblog-revela-numeros-sobre-o-brasil-e-o-mundo.html>. Acesso em 22 mar. 2014.

Nos meses pesquisados, outubro, novembro e dezembro de 2011 foram consideradas todas as mensagens disponíveis na *timeline* (sequencia de mensagens visíveis no perfil). No total foram analisadas 854 (oitocentos e cinquenta e quatro) mensagens, divididas em: postagens próprias e retuites (reenvio de mensagens de outros perfis que o @xinguvivo segue), mas direciona também que os seguidores visitem o Blog xinguvivo.org.br e estimula a leitura de notícias, artigos e opiniões de internautas que reforcem o posicionamento contrário ao projeto Belo Monte.

Na Tabela 01, fazemos a qualificação dos perfis dos seguidores do @xinguvivo, com a finalidade de demonstrar o poder de influencia dos perfis que acompanham as informações postadas pelo movimento e ainda, como perfis formadores de opiniões com potencialidade de ampliação na sociedade:

Tabela 1 – Qualificação dos perfis dos seguidores

Definição:	Número de seguidores
Jornalistas\	84
Veículos\ portais de notícias	32
Sites e blogs com interesses ambientais	52
Divulgação comercial	60
Instituições de Ensino	05
Educadores	56
Fundações\Institutos	15
Ong's\Movimentos Sociais\Fóruns	181
Ambientalistas	15
Indígenas	03
Políticos	08
Partidos Políticos	03
Entidades Diversas	04
Total:	518

Fonte: twitter.com/xinguvivo acesso 05/01/2012

Observação: Na definição das variáveis foram considerados apenas os perfis que esclareciam nas “bios” as qualificações definidas na tabela.

Nas análises foram computadas as seguintes postagens, conforme Tabela 2:

Tabela 2 - Quantidade de mensagens postadas/mês

Mês	Postagens Próprias	Postagens reenviadas (retuites)
OUTUBRO	172	158
NOVEMBRO	190	152
DEZEMBRO	173	71
TOTAL	535	318

Fonte: twitter.com/xinguvivo acesso 05/01/2012

As mensagens dos meses selecionados têm relação direta com o contexto que passava no momento o projeto do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte tanto na quantidade quanto na seleção do que foi reenviado aos seguidores.

Tomamos como metodologia de análise a pesquisa quantitativa, levando em conta que a mesma permite quantificar, ou seja, traduzir em números opiniões e informações (GIL, 2002) que podem representar sentido, ressonância e multiplicação de ações.

No mês de outubro, o perfil analisado, centralizou em ações de visibilidade, realizadas em diferentes cidades. A primeira, “Vem Acampar na Aldeia”, onde o perfil mobilizava os seguidores para participar de protestos em Altamira, Belém e São Paulo, contra a construção da usina. Também destacou as mensagens em dois assuntos principais: a audiência da primeira ação Civil Pública (com link de transmissão ao vivo) e a ocupação do canteiro de Belo Monte e o fechamento do acesso da rodovia Transamazônica por indígenas, pescadores e ribeirinhos, em protesto, exigindo a paralisação das obras da usina. Esse protesto faz parte da Ação Vem Acampar na Aldeia, com protestos organizados em Altamira, Belém e São Paulo. Os três eventos foram agendados, estimulados e transmitidos, por links, divulgados no perfil do Movimento no twitter.

Também foram divulgadas informações sobre os acontecimentos de Belo Monte, principalmente o protesto contra obra que levou ocupação do canteiro, em Altamira, o julgamento da Ação Civil Pública para ouvir os índios sobre Belo Monte e o seminário Mundial contra Belo Monte. Esses assuntos renderam divulgações pelo twitter conforme Tabela 3:

Tabela 3 - Quantidade de mensagens por assunto/outubro

Assunto	Postagens
Ocupação canteiro	32
Decisões judiciais	73
Seminário Mundial	05
Outros	220
TOTAL	330

Fonte: twitter.com/xinguvivo acesso 05/01/2012

É importante salientar, que ainda no mês de outubro, algumas mensagens de mobilização incluíram informações de especialistas, conforme Figura 1 abaixo:

Figura 1: Posts de especialistas\outubro 2011



Fonte: Perfil twitter @xinguvivo \www.twitter.com\janeiro2012

O Movimento @xinguvivo também mobilizou seguidores divulgando os endereços eletrônicos (e-mails) dos três juízes que avaliaram o processo do Ministério Público Federal (no Pará) contra a construção da usina de Belo Monte, em um post retuitado. Ver Figura 2.

Figura 2: Posts divulgando e-mail\outubro2011



Fonte: Perfil twitter @xinguvivo \www.twitter.com\janeiro2012

Outro destaque em outubro foi o uso da hashtag¹⁵ #OccupyBeloMonte, escrita em inglês e remetendo ao #OccupyWallStreet¹⁶ para chamar atenção regional, nacional e internacional sobre a ocupação do canteiro de obras de Belo Monte. A tag agregava informações sobre a ocupação, com destaque de fotos, opiniões e discussões. O uso dessa ferramenta mostra o objetivo claro de concentrar as informações e alcançar uma visibilidade maior para o assunto. De acordo com as Figuras 03 e 04:

Figura 3: Post com hashtag #OccupyBeloMonte



Fonte: Perfil twitter @xinguvivo \www.twitter.com\janeiro2012

Figura 4: Post hashtag #OccupyWallStreet



Fonte: Perfil twitter @xinguvivo \www.twitter.com\janeiro2012

Novembro foi o mês de visibilizar as ações do Movimento Xingu Vivo para a Sempre, replicando informações e os impactos de projetos semelhantes

¹⁵ Tags são palavras-chave relevantes, e no twitter são precedidas do símbolo #, sendo denominadas de hashtags que designam o assunto que está sendo discutido em tempo real nesta mídia social e se transformam em hiperlink que podem ser indexáveis aos mecanismos de busca.

¹⁶ #OccupyWallStreet, movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social e o comportamento do setor financeiro americano, iniciado em setembro de 2011, em Manhattan – Nova York, e que se espalhou por diversas cidades americanas.

a usina de Belo Monte. Nesse sentido, o Movimento Gota D'Água¹⁷, formado por 18 artistas da TV Globo, vai aderir a causa do @xinguvivo, produzindo três vídeos que questionam a viabilidade da usina, seus impactos socioambientais e o respeito aos direitos indígenas. O primeiro vídeo¹⁸ denominado de “Gota d'Água+10” vai ser acessado por 922 mil 383 internautas.

Nesse primeiro vídeo, os artistas vão solicitar a assinatura da população na petição¹⁹ contra a usina de Belo Monte. Um pouco mais de um mês depois da mobilização pela assinatura da petição, via internet, os artistas Maria Paula, Sérgio Marrone e Natallia Dill, entregaram no dia 20 de dezembro de 2011, 14 mil páginas com 1,35 milhão de assinaturas contra a usina de Belo Monte, ao ministro da secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho. A entrega foi acompanhada pela coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Antônia Melo e do coordenador do Movimento Humanos Direitos, padre Ricardo Rezende. As três entidades solicitaram a abertura de um debate participativo, amplo e transparente sobre a política energética nacional.

É importante destacarmos, mesmo não sendo objeto do presente artigo, que a rapidez com que o Movimento Gota D'Água conseguiu as assinaturas na petição, em virtude da circulação instantânea e dinâmica das informações no ambiente virtual, quando conciliada com os personagens de constante presença na grande mídia, ou a chamada mídia de massa, como a televisão, esse objetivo é alcançado quase que de imediato.

Mas também percebemos uma contradição vigente nessa operação de visibilidade quando os movimentos se valem das mídias sociais e mídias de massa como vozes coletivas: primeiro, os movimentos procuram utilizar os personagens

¹⁷ <http://www.movimentogotadagua.com.br/assinatura>. Participam do projeto os atores Sérgio Marrone, Ary Fontoura, Bruno Mazzeo, Carol Castro, Ingrid Guimarães, Isis Valverde, Juliana Paes, Cissa Guimarães, Claudia Ohana, Dira Paes, Leticia Sabatella, Maitê Proença, Elisângela Vergueiro, Eriberto Leão, Guilhermina Guinle, Marcos Palmeira, Murilo Benício e Nathalia Dill.

¹⁸ Foi dirigido por Marcos Prado, que produziu o filme “Tropa de Elite”. O vídeo foi divulgado em 15 de novembro e contrapõe informações difundidas pelo governo como, por exemplo, de que a usina será benéfica para o país e necessária para evitar futuros apagões. Também foi inspirado na proposta do “Five Friends – Vote”, produzido por Leonardo DiCaprio, Appian Way Productions, e produzido por Steven Spielberg em outubro de 2008. Pode ser acessado em http://www.youtube.com/watch?v=KyaS_OzuL8o

¹⁹ A petição alcançou níveis de mobilização e cyber ativismo inéditos no país. Em pouco mais de 48 horas, 500 mil pessoas já haviam assinado o documento.

da mídia de massa para obterem adesão da sociedade às suas causas no ambiente digital, ou seja, esses artistas a partir do seu estatuto de visibilidade, vão agregar reforço às causas; por outro lado, esses mesmos movimentos não conseguem penetrar com suas ações de protesto na mídia de massa, então utilizam as mídias digitais, ou twitter, para realimentar o critério de noticiabilidade e gerar interesses dos internautas pelo assunto em pauta.

Seguem abaixo, Figura 05, alguns posts exemplificando a situação, em que o jornalista paulistano Ruy Sposati que escreve para o Movimento Xingu Vivo para Sempre, alimenta o twitter com informações:

Figura 5: Informações reenviadas sobre coberturas jornalísticas\nnovembro2011



Fonte: Perfil twitter @xinguvivo \www.twitter.com\janeiro2012

Portanto, o twitter passa a ser uma fonte de referência e informações. Conforme análise de Castells (2013) ao estudar as mobilizações de massa²⁰ irrompidas a partir de 2010, o apoio da internet e das redes sociais foi decisivo. Na sua avaliação, o uso desses instrumentos tecnológicos criou um espaço de autonomia para a troca de informações e para a partilha de sentimentos coletivos de indignação e esperança, possibilitando um novo modelo de participação cidadã.

Autonomia para Castells, refere-se a capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses.

Outras ações de visibilidades foram empreendidas pelos movimentos, dessa vez, a preocupação foi divulgar informações, ocupando outros hiperlinks para debates ao vivo.

Tabela 4 - Quantidade de mensagens por assunto/novembro

Assunto	Postagens
Movimento Gota D'Água	30
Informações Belo Monte com links	115
Posts de mobilização	12
Outros	185
TOTAL	342

Fonte: twitter.com/xinguvivo acesso 05/01/2012

Constatamos que o perfil @xinguvivo fornece informações para que seja referência no assunto para os internautas, conseguindo assim formar a opinião crítica das pessoas com relação ao projeto. Ver Figura 06

²⁰ Primavera Árabe; as revoluções na Tunísia, no Egito e em outros países do Oriente Médio e do norte da África; as revoltas na Islândia; os indignados na Espanha e o Occupy nos Estados Unidos

Figura 6: Posts fornecendo informações sobre a usina Belo Monte\novembro2011.



Fonte: twitter.com/xinguvivo acesso 05/01/2012

No mês de dezembro as ações do perfil @xinguvivo se concentraram em campanhas de mobilizações contra a construção da usina de Belo Monte: convocação da sociedade para pressionar o governo na paralisação das obras (Figura 7); e que correntistas pressionem os bancos, via cartas ou e-mails, explicando a posição da instituição financeira com relação a construção da usina (Figura 8).

Tabela 5 - Quantidade de mensagens por assunto/dezembro

Assunto	Postagens
Dia X (17/12) contra Belo Monte	30
Campanha “Belo Monte com meu dinheiro não”	61
Retrospectiva	15
Outros	138
TOTAL	244

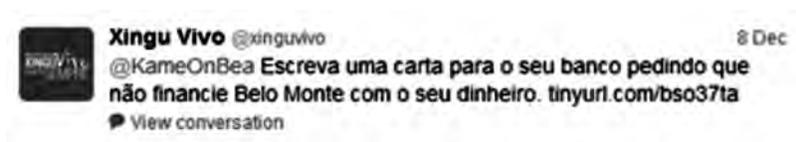
Fonte: twitter.com/xinguvivo acesso 05/01/2012

Os posts de mobilizações, ver Figuras 7 e 8:

Figura 7: Dia de Ação contra Belo Monte\dezembro2011.



Figura 8: Campanha Belo Monte com meu dinheiro não\dezembro2011



Fonte: twitter.com/xinguvivo acesso 05/01/2012

Percebemos que a mobilização pela esfera pública digital possibilita que as pessoas e as entidades envolvidas vivam uma circularidade de comunicação, ou seja, alimentando a sociedade de informações e cobrando das instituições responsáveis atitudes em torno do assunto em debate. As ações desenvolvidas na sociedade em rede oportuniza fortalecer as atividades no mundo offline.

A junção entre cibernética e espaço urbano gera um outro locus, denominado por Castells (2013, p. 161) de espaço da autonomia, considerando que só se pode garantir autonomia pela “capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação, mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos”.

Os movimentos realizados com apoio da internet e das mídias sociais são autorreflexivos, na linha de pensamento de Castells, pois manifestam-se no processo de deliberação das assembleias, mas também em “múltiplos fóruns da internet, assim como numa miríade de blogs e grupos de discussão nas redes sociais” (2013, p. 164). O que pode ser percebido no perfil @xinguvivo, em que suas informações, ações e mensagens são tangenciadas para outros espaços de discussões, gerando maiores possibilidades de conhecimento da sociedade como um todo. A discussão não se restringe ao local, mas ganha espaço desterritorializado.

Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva. As redes sociais digitais baseadas na internet (destacamos o Twitter, grifo nosso) e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. Mas o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada (CASTELLS, 2013, p. 167).

Denominamos esse novo sistema de flexível e variado, pois cada vez mais há a inclusão de todas as mensagens enviadas, possibilitando aos novos meios de comunicação uma integração mais abrangente de todas as suas fontes num mesmo canal. Logo, a comunicação digital tornou-se menos organizada centralmente, mas absorve uma parte crescente da comunicação social.

Com a difusão da sociedade em rede e com a expansão das redes de novas tecnologias de comunicação, dá-se uma explosão de redes horizontais de comunicação, bastante independentes do negócio dos media e dos governos, o que permite a emergência daquilo a que chamei comunicação de massa autocontrolada. É comunicação de massa porque é difundida em toda a internet, podendo potencialmente chegar a todo planeta. É autocomandada, porque geralmente é iniciada por indivíduos ou grupos, para eles próprios, sem a mediação do sistema de media. A explosão de blogues, vlogues (vídeo-blogues), *podding*, *streaming*, outras formas de interactividade. A comunicação entre computadores criou um novo sistema de redes de comunicação global e horizontal que, pela primeira vez na história, permite que as pessoas comuniquem umas com as outras sem utilizar os canais criados pelas instituições da sociedade para a comunicação socializante” (CASTELLS, 2006, p. 23-24).

Na teoria e, em parte da prática, qualquer pessoa com um celular com acesso a internet pode divulgar acontecimentos *online*, que rapidamente se espalham e viram notícias. A internet liga pessoas, mundos, realidades e sociedades. O que não significa dizer que seja democrática ou inclusória. Mas, de fato, a cada momento,

uma nova pessoa acessa essa rede extensa e complexa, que cresce em ritmo exponencial, aumentando a possibilidade de tomar conhecimento dos movimentos e debates gerados em sociedade, independente do espaço físico vivido.

Breves Reflexões

O presente artigo não é um produto final, mas uma análise de três meses de investigação (período singular das definições do empreendimento e do recrudescimento dos protestos), em que acompanhamos os movimentos produzidos no perfil @xinguvivo, criado com a finalidade de ecoar e provocar reflexões na sociedade sobre a construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, no município de Altamira no estado do Pará ou na Amazônia paraense. Constatamos que suas ações têm gerado impactos e uma atenção maior na repercussão de notícias sobre a usina.

A internet e as mídias sociais passam a se constituir em importantes esferas de debates públicos, em que o local tem condições de se tornar visível ao global, pois o espaço físico se desterritorializa e a ‘questão em foco’ ganha a adesão de sujeitos sociais que se encontram distante política, econômica, social e geograficamente do projeto.

A partir da criação do Twitter @xinguvivo a sociedade tem sido alimentada com constantes informações, de diferentes perspectivas, especialistas, instituições, moradores do entorno do projeto e demais estudiosos tem se manifestado com relação a obra. Os fatos demonstram que as decisões sobre o processo de implantação do complexo hidrelétrico é conflituoso, já que quase constantemente é paralisado, seja pela justiça ou por ações dos envolvidos e dos próprios operários.

Por mais que possa parecer tímida as ações do coletivo, constatamos a construção de um contrapoder pela divulgação das informações, ou, de acordo com as análises de Castells (2013, p. 10), “a capacidade dos atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses”.

A comunicação se configura como o processo de compartilhar significado pela troca de informações. Para a sociedade em geral, afirma o estudioso espanhol, a principal fonte da produção social de significado é o processo da comunicação socializada. Ou melhor, o perfil @xinguvivo mobiliza a sociedade pelas informações, comunicando toda e quaisquer atividades pertinentes a execução do complexo Hidrelétrico de Belo Monte.

Referência Bibliográfica

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. tradução Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. *A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução Guy Reynoud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar projetos de pesquisa*. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981

LEMOS, André; LEVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia*. – São Paulo: Paulus, 2010.

PINTO. Lúcio Flavio. *Belo Monte: a Usina que virou monstro*. Disponível em: <http://www.nossofuturoroubado.com.br/portal/noticias/belo-monte-a-usina-que-virou-um-monstro-artigo-de-lucio-flavio-pinto> . Acesso em : 5 de setembro de 2013

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. Em busca “das redes que importam”: redes sociais e capital social no twitter. In: *XVIII Encontro Anual da Compós*, Belo Horizonte, 2009.

SEIXAS, Fábio. Micro-blogging. In: SPYER, Juliano (Org.). *Para entender a internet: noções, práticas e desafios da comunicação em rede*. Disponível em: <http://stoa.usp.br/oerworkshop/files/1333/7925/Para+entender+a+Internet.pdf> Acesso em: 20/08/2012. Livro publicado em 2009 e distribuído gratuitamente somente pela internet.

Comunicação e *software* livre para o desenvolvimento sustentável: reflexão teórica e ética sobre a questão na Amazônia

Otacílio Amaral Filho¹ • Larissa Carreira da Cunha²

Introdução

O debate sobre o Desenvolvimento Sustentável, suscitou a produção de inúmeros discursos de natureza distinta de acordo com cada instituição e países, dando visibilidade às relações de poder e dependência existentes principalmente entre os países do Norte, classificados como desenvolvidos, com os países do sul, em desenvolvimento. Apesar dos avanços no campo ambiental, no sentido de incluir no debate internacional as questões pertinentes a preservação do meio ambiente nos modelos de desenvolvimento, quando se discute Desenvolvimento Sustentável ainda se tem como parâmetros conceituais e teóricos o predomínio de visões economicistas e conservadoras sobre desenvolvimento e, acima de tudo, uma visão de colonialidade do poder, do saber e do ser (MIGNOLO, 2003, p. 30) que se forma pela natureza antagônica entre colonizado e colonizador nos processos que denominamos de colonialismo e pós-colonialismo na ordem contemporânea.

A discussão sobre o papel da comunicação e da tecnologia muitas vezes é colocada em segundo plano no debate internacional, nacional e local, quando o tema é desenvolvimento sustentável, e na grande maioria das vezes são como ferramentas de auxílio para o cumprimento de metas estabelecidas. O debate sobre o *software* livre é ainda menos fomentado em sua relação com o desenvolvimento

¹ Prof. Dr. do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Av. Perimetral, nº1 – Bairro Guamá – Belém – PA – Brasil. otacilio@ufpa.br

² Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Universidade Federal do Pará (UFPA). Av. Perimetral, nº1 – Bairro Guamá – Belém – PA – Brasil. larissacarreira@ufpa.br

sustentável. Por issobuscaremos, com este artigo, contribuir com essa discussão sobre a comunicação e o *software* livre enquanto potenciais temáticos que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, buscando levantar e correlacionar alguns conceitos e discursos sobre a região, e a metodologia da comunicação mediada por tecnologias livres.

Junto ao debate sobre os discursos do desenvolvimento sustentável na Amazônia, iremos refletir a partir dos preceitos do *software* livre, enquanto prática e política, destacando principalmente suas características e definições metodológicas, ideológicas e éticas, buscando aproximar as duas discussões no âmbito da comunicação, tendo como pano de fundo para esse debate os conceitos e teorias do desenvolvimento sustentável e os pressupostos políticos e éticos do *software* livre, que tem sua base em paradigmas conceituais e em discursos sobre a Amazônia que se constituíram há séculos e ainda hoje permanecem como forma de colonialidade sobre o saber.

Conceitos e visões de desenvolvimento

Inicialmente queremos destacar categorias de análise que contemplem as vertentes objetivas que usualmente ocorrem nos chamados processos de desenvolvimento, como define Mota (2001), o *desenvolvimento como progresso*, o *desenvolvimento como bem-estar social* e o *desenvolvimento sustentável*. E categorias mais específicas, como o *desenvolvimento local*. Todos esses conceitos estão sujeitos à crítica teórica e, em particular, nos estudos sobre a Amazônia, tem sido ressaltada a visão produzida pelas populações locais que questiona as concepções elitistas e economistas de desenvolvimento.

E nesta mesma linha, mas já na ordem global, o *desenvolvimento endógeno*; o *desenvolvimento como projeto aleatório* conduzido pela iniciativa privada, comerciantes, aventureiros, desbravadores que, atendendo os mais diferentes objetivos, chegaram e chegam à região atingindo a floresta e construindo as cidades; o *desenvolvimento planejado* como projetos de governo, abrindo estradas, projetando cidades, construindo hidrelétricas ou normatizando a exploração extrativista.

No âmbito histórico o desenvolvimento ligado ao colonialismo aparece como uma forma de invasão, ocupação e exploração originada no capitalismo

mercantil que gerou outras variáveis como a relação metrópole e colônia, denominadas *colônias de povoamento* e *colônias de exploração*³ que, por sua vez, derivou outra relação ao longo do tempo já no capitalismo industrial com a classificação de países em centrais ou periféricos, desenvolvidos ou subdesenvolvidos, países de primeiro mundo ou terceiro mundo, nos moldes a que se refere Mészáros (2002) como a incontrollabilidade do capital⁴ que parece orientar o processo de globalização econômica entre os países ricos e pobres nesta cultura gerada pela teodiceia do mercado. Aqui o mercado aparece como o regulador ideal, infalível que provê de forma necessária o funcionamento econômico da sociedade. Indica como a economia deve funcionar e como atividade produtiva e especuladora devem se comportar na perspectiva do crescimento econômico.

Para isto se alia um discurso midiático redundante distribuído pelos jornais, rádio, televisão e internet, que se constitui como uma narrativa midiática global com base em um discurso econômico que tem previsão para todo e qualquer tipo de atividade relacionadas a cultura de consumo que busca legitimar uma forma organizada de vida em sociedade, cujas diretrizes são determinadas por uma compreensão totalizante dos problemas sociais enquadrados em indicadores referentes ao consumo. A linguagem espetaculariza a vida cotidiana, e estes índices são usados como marcadores do discurso da eficiência do mercado que se completa com uma retórica dos modelos globais de sucesso. A linguagem dos índices é exemplo deste discurso (IDH, IGP-M, IPCA, INPC, entre tantos outros), em que a maioria das questões da contemporaneidade estão ordenadas.

Assim, antes de falarmos de desenvolvimento sustentável, tomaremos como referência conceitual de análise neste artigo o conceito de desenvolvimento proposto por Cornelius Castoriadis (ANO???) sobre desenvolvimento como sendo uma mudança social positiva, divergindo daquelas concepções conservadoras de desenvolvimento estritamente ligada ao desenvolvimento econômico. Marcelo Lopes Souza (2001), corroborando as ideias de Castoriadis,

³ Distinção a que se refere João Pacheco de Oliveira Filho (p.113).

⁴ István Mészáros parte da idealização hegeliana do “capital permanente universal”, “a notável concepção filosófica e monumental racionalização da ordem burguesa” para contrapor a esta ordem à “conclusão real da ascendência histórica do capital na forma de um sistema global não apenas incontrollável, mas em última análise destrutivo e autodestrutivo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 46).

escreve sobre desenvolvimento como uma mudança positiva, pautada nos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, considerando seus valores culturais próprios e suas particularidades histórico-geográficas.

Para Castoriadis, parâmetro central para a definição e avaliação do processo de mudança social positiva, é o princípio da autonomia, tanto individual, quanto coletiva. Lopes (2001), citando as teorias de Castoriadis, explica que:

Uma sociedade basicamente autônoma significa, ‘apenas’, uma sociedade na qual a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos foi abolida, com isso dando-se a oportunidade de surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes (LOPES, 2001, p.175).

O autor faz uma discussão sobre desenvolvimento considerando tanto as variáveis sociais quanto as espaciais, muitas vezes negligenciadas na discussão sobre desenvolvimento. Para Lopes (2001), “A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas, igualmente a espacialidade” (LOPES, 2001, p. 61). Considerar o espaço como “palco, fonte de recursos, recursos em si, arena, referencial simbólico/ identitário e condicionado, e ao mesmo tempo substrato material, lugar e território” (idem). Nesse sentido o desenvolvimento socioespacial deverá ser autêntico quando se percebe uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social, sendo a primeira entendida como a satisfação das necessidades, e a segunda, com várias interpretações, é delineada pelo autor basicamente como a “igualdade essencial enquanto seres humanos merecedores de tratamento igualmente digno e respeitoso” (LOPES, 2001, p. 63).

Outro autor que discute a questão do desenvolvimento pelo viés da liberdade, é Amartya Sen (2010), que descreve a importância da liberdade na realização de ações que são valorizadas pelo fato em si, da liberdade individual global de cada indivíduo, e pela importância que a liberdade proporciona na oportunidade de a pessoa ter mais resultados almejados, assim “ambas as coisas são relevantes para a avaliação da liberdade dos membros da sociedade e, portanto, cruciais para avaliação do desenvolvimento da sociedade” (SEN, 2010, p. 33).

A chamada conquista da Amazônia se inicia com a busca das “drogas do sertão” que irá resultar na descoberta da borracha, cuja exploração dará a forma

inicial ao desenvolvimento da região. É no chamado período pombalino⁵, que a região sofre, talvez, a mais forte ação da Coroa Portuguesa como tentativa de controle e efetiva ocupação colonial que se iniciara em 1616 com a fundação de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará na Baía de Guajará.

Da economia colonial a Amazonia iria herdar, entre outras dimensões da cultura, um forte autoritarismo mesclado com um caráter paternalista, marca da colonização no Brasil, que conduzirá a sua ocupação e desenvolvimento a partir da exploração da borracha inaugurando o sistema de aviamento nos seringais que transformava a mão de obra em semi-escrava e que vai permanecer ao longo da exploração extrativista em toda a sua extensão (CASTRO, 2006)

Os resultados provisórios das políticas governamentais para a Amazônia centrados na questão da ocupação-integração produziram um profundo impacto socioeconômico sobre a região aliviando alguns velhos problemas, mas exacerbando outros. E, em longo prazo, as políticas de aceleração da ocupação, integração e desenvolvimento econômico também aceleraram a destruição da fauna e da flora regionais.

Becker (1999) faz uma reflexão sobre o papel dos Eixos de Integração e Desenvolvimento da Amazônia como uma filosofia baseada na economia de fronteira. “O discurso e a prática da unidade e da integração nacional foram refinados à medida que avançou o processo de industrialização e de ocupação do território” (p.????). O controle agora é técnico e político no que se refere à nova tecnologia espacial do poder estatal. Lançados em 1996 no contexto do Programa Brasil em Ação, no governo de Fernando Henrique Cardoso, os eixos representam a retomada de uma estratégia territorial nacional.

Percebe-se que, historicamente, a Amazônia sempre foi tratada de forma colonialista, e endocolonialista, desde a época da ocupação do Brasil até as mais recentes políticas de ocupação e de desenvolvimento econômico na região, baseados na abertura de estradas e rodovias, exploração do meio ambiente para a exportação de matérias-primas e causando, conseqüente, desmatamento, obedecendo a mesma lógica de crescimento que tem como predomínio a colonialidade.

A mídia sempre esteve presente nesse processo como consolidadora de ações arbitrárias na região, a medida em que fortalece o imaginário coletivo sobre

⁵ Referência ao Marques de Pombal.

o território de forma estereotípica, reforçando “verdades” sobre a Amazônia como “vazio humano”, rico em recursos naturais, com populações historicamente inferiorizadas, que são incapazes de dar racionalidade econômica para a região, que desde sempre é vista como a responsável pela resolução de problemas que lhe são externos.

Nesse sentido, Manuel Dutra (2009) faz uma minuciosa análise da mídia, mostrando a produção de conteúdo acerca da Amazônia em rede nacional, destacando a reintegração de discursos coloniais sobre a região, onde são recuperados e reelaborados sentidos que haviam sido socialmente estabelecidos. Então se evidencia a representação de uma Amazônia “que se torna indispensável para o bem estar de todo o planeta”, ou ainda, “certezas que apagam evidências”, a exemplo de repórteres que insistem em afirmar fatos que são evidentemente contraditórios com a realidade. Segundo o autor:

A noção de exuberância de recursos e de insignificância humana compõem o eixo de uma lógica que dá passagem e legitima uma multiplicidade de discursos que se atualizam, recuperando e repetindo aquelas velhas cristalizações, ou seja, de que a Amazônia, tal como construída na mídia, pelos recursos que a representam, estaria deixando de ser uma mera disponibilidade para se tornar uma indispensabilidade (DUTRA, 2009, p. 235).

Pensando nessas questões, cabe então refletirmos sobre o que caracteriza o desenvolvimento sustentável para a Amazônia, considerando os fatores econômicos e ético-sociais que são discutidos sob a lógica midiática que, grosso modo, reconfigura a região, desconsiderando a sua autonomia tanto sob a capacidade produtiva de seus habitantes quanto a capacidade em definir os rumos da vida em sociedade e do espaço social em que são protagonistas.

Desenvolvimento sustentável na Amazônia

Que desenvolvimento é este? Parece que a floresta sempre funcionou como saída para o desenvolvimento, oferecendo possibilidades extrativas: das drogas do sertão à borracha, da borracha ao ouro, do ouro ao minério de ferro, bauxita, caulim, cobre e, de forma permanente, em todos os ciclos, a extração da madeira,

resultando em problemas graves como a constituição errática dos centros urbanos que se formaram primeiro seguindo os rios e depois as rodovias com populações, cuja ocupação predominante ainda é extrativista, portanto, sobrevivendo à custa da floresta e gerando os mesmos problemas, e um em especial que é a riqueza para os que levam os recursos naturais e a pobreza para as populações locais.

No plano mundial, o desmatamento se constitui em um sério componente do aquecimento global e por isso mesmo passa a funcionar como uma variável obrigatória nas questões do desenvolvimento incorporado à narrativa midiática como cenário e pauta permanente para o jornalismo e a publicidade.

No que se refere ao *desenvolvimento sustentável* há uma ampla margem de dúvida a respeito da sua natureza como forma de impor limites articulados entre o crescimento da população, a produção de alimentos, a industrialização e a poluição na perspectiva iminente do esgotamento dos recursos não renováveis do planeta em longo prazo.

A Amazônia é tratada como uma área de vital importância neste processo, pelo valor da floresta tanto no sentido da conservação quanto da preservação, mas ao mesmo tempo caminha no sentido inverso ao da sustentabilidade com a exploração desordenada e brutal da madeira, as queimadas geradas pelo fogo e pela chegada das estradas, a exploração mineral em grande escala, a construção de barragens para produção de energia para atender estes empreendimentos e outras atividades como a agricultura e a pecuária, que só se efetivam com a mata derrubada.

Fica a questão: que desenvolvimento é este que caracteriza a formação socioeconômica da Amazônia? Se quisermos pensar o desenvolvimento tal como se postula na contemporaneidade temos que pensar em um intenso processo de educação e de industrialização. Como pensar uma região desenvolvida sem se ater para os seus pontos de maior importância que estão no processo industrial e na mão de obra especializada capaz de sustentar este processo? Como pensar uma região desenvolvida sem um processo de educação voltado para o desenvolvimento?

Pensar, portanto, no desenvolvimento para a região é resolver os conflitos entre a conservação e preservação da floresta entre populações tradicionais e populações geradas pela economia de fronteira. É pensar mais além, se o modelo capitalista como criador destes conflitos oferecerá soluções para os mesmos, no sentido de um desenvolvimento outro que não este que já conhecemos e cujos

resultados refletem na baixa qualidade de vida da população amazônica, nos índices de desmatamento e da manutenção dos latifúndios e velhas práticas de exploração, como a mão de obra escrava nas fazendas e na agricultura.

O único ponto de enfrentamento está nos movimentos sociais que contrapõem a lógica do modelo de desenvolvimento “inevitável” impostas pelos processos de globalização econômica e por isso mesmo, vê nas lutas democráticas e pela cidadania os instrumentos obrigatórios para a redefinição do sistema político e de suas práticas econômicas, sociais e culturais capaz de engendrar uma ordem democrática para a sociedade como um todo.

Os debates sobre desenvolvimento sustentável (DS) surgiram na busca do equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente, ou seja, para se encontrar uma maneira de garantir esse crescimento sem a degradação.

Impulsionado por objetivos formulados em espaços e agendas globais, com o vies generalizante e reducionista, conceitos relacionados a desenvolvimento e a DS foram pensados e discutidos pois carregados com certos pressupostos econômicos e desenvolvimentistas, já citados anteriormente. Alguns teóricos acreditam que vários discursos e conceitos sobre DS, ao invés de representarem a quebra teórica de um paradigma, apenas contribuíram para reforçar o paradigma economicista dominante.

Existem várias definições para o conceito de desenvolvimento sustentável, que buscaram o equilíbrio entre as discussões sobre a noção de desenvolvimento, entendido na maioria das vezes como crescimento econômico, e a noção de meio ambiente, via de regra, entendida como preservação da natureza. No entanto, um dos conceitos mais utilizados sobre o DS ainda é aquele definido pela Comissão Brundtland em 1987, que o define como “um processo de mudança no qual a exploração de recursos, o direcionamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional acontecem em concordância com as necessidades presentes e futuras (BANERJEE, 2006, p. 83).

A Comissão de Brundtland buscou conciliar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente, destacando o conceito de justiça social e desenvolvimento humano, na perspectiva da equidade social e distribuição equitativa dos recursos naturais (BANERJEE, 2006). No entanto, vários autores (BANERJEE, 2006; DOBSON, 1998; HRVEY, 1996) criticam o uso da conceituação de

desenvolvimento sustentável, por este estar sendo utilizado de forma contrária e/ou distinta daquela proposta na Comissão Brundtland, que tem como premissa a consolidação de um conjunto de relações sociais através dos projetos ecológicos. Como os termos “justiça social” e “sustentabilidade” são interpretados de diferentes formas, na utilização do conceito de “desenvolvimento sustentável”, os dois termos se sobrepunham de acordo com os interesses em cada discurso.

Assim, a argumentação de Banerjee (2010) a respeito do uso do conceito de desenvolvimento sustentável é que a lógica pensada inicialmente, em que os mercados e os processos econômicos deveriam se adequar e se organizar a partir de práticas que tivessem como referência a proteção do meio ambiente, sofreu uma inversão, ou seja, a lógica do capital é quem está adequando e definindo o futuro na natureza. Neste sentido, a racionalidade capitalista e a dinâmica do mercado passam a atuar como capazes de oferecer solução para as questões próprias da sustentabilidade, agora vista como uma prática competitiva entre proteção e conservação da natureza.

Ao analisarmos os discursos sobre sustentabilidade produzidos por governos e corporações poderemos observar a retórica da competição. Coletividade, cooperativismo, governança, manejo sustentável, colaboração e liberdade, têm sido frequentemente adotados por empresas capitalistas e governos, que reelaboram os contextos buscando a entonação que lhes convém. A liberdade de escolha de um produto passa a ser discursivamente produzida como algo de bom, de benéfico para a sociedade. Conforme destacam Fernandes e Guerra (*apud* MAGRETTA, 1997, p. 81) “longe de ser uma questão fundamentada na emoção ou na ética, o Desenvolvimento Sustentável envolve uma lógica fria e uma racionalidade do mundo dos negócios”, o que, de modo geral, incorpora-se como prática de racionalização de processos de produção no sentido da competição e do *marketing* na perspectiva de reconfigurar a imagem das empresas, governos e organizações sob a égide destas práticas conduzidas por uma ética de mercado e distantes de ações que respondam a problemas próprios do meio ambiente.

É notório o uso da linguagem do capitalismo nos discursos do desenvolvimento sustentável, provenientes da lógica de mercado e da acumulação do capital para definir os rumos da natureza e do meio ambiente. Esse cenário pode ser visto através da discussão atual sobre propriedade

intelectual, biotecnologia e proteção dos conhecimentos dos povos indígenas, que se caracterizam por tendências da colonialidade que dá corpo a este discurso sobre o desenvolvimento sustentável. Segundo Banerjee (*apud* FERNANDES e GUERRA, 2006) “a ênfase nas tecnologias envolvidas na produção de pesticidas químicos, também serviu para marginalizar o já existente conhecimento dos povos indígenas sobre plantas e variedades de sementes” (BANERJEE *apud* FERNANDES; GUERRA, 2006, p. xx)

O discurso sobre a biotecnologia ignora as especificidades culturais da diversidade agrícola praticada por centenas de anos por milhares de sociedades menos-complexas como quilombolas, ribeirinhos, indígenas, que possuem uma relação harmônica com a natureza em uma lógica de subsistência, não reconhecida pelo sistema econômico capitalista. O sistema tradicional de trabalho com a terra e relação dessas populações com a natureza amazônica, simplesmente não tem valor econômico. Preceitos do Desenvolvimento Sustentável continuam a manter um controle, uma nova forma de controle colonial, sobre as comunidades camponesas, que não leva em conta a lógica dos povos locais. Fica claro que esses conceitos sobre natureza não determinam o combate aos impactos ecológicos e ainda resultam em legitimidade às forças dominantes capitalistas. Como destaca Banerjee (*apud* RIFKIN, 1999)

Assim, a natureza, antes vista como um bem e um recurso comum, é agora reinventada como vasto polo de genes, inspirando os biólogos moleculares de “hoje” e os empresários corporativos em sua empreitada de conquistar e colonizar a última fronteira, o patrimônio genético, que é o coração do mundo natural (BARNEJEE *apud* RIFKIN, 1999, p.70).

Assim, entendemos que os atuais discursos sobre o desenvolvimento sustentável se tornaram legitimadores do mercado e do capital transnacional e que a reflexão sobre o conceito deverá permear outras esferas além da economia e da natureza, incluindo-se então a cultura, no caso da Amazônia, o uso dos recursos naturais pelas culturas locais, satisfazendo as suas necessidades de forma a promover o seu desenvolvimento local de maneira sustentável. É necessário refletirmos em outras direções, outros modelos societários que se contraponham e que continuam legitimando as ações do capital e do mercado, que subsumam a natureza e o meio ambiente para a sua lógica.

Apresentamos aqui a necessidade de revisão dos conceitos de progresso e desenvolvimento sustentável, por princípios éticos que enfrentem essa ótica fetichista em que se forma o discurso sobre a Amazônia, que a reduz ao “vazio humano”, “a grande reserva da biodiversidade”, “ao celeiro do mundo”, “ao maior bioma do planeta”, estereótipos que a colocam como incapaz de usar a racionalidade econômica para resolver os problemas ambientais globais. O caráter emancipatório atribuído ao conceito de Desenvolvimento Sustentável se torna inócuo neste contexto de dominação da região pela lógica do capital, cujo discurso molda o desenvolvimento e sua ética. Para Banerjee (2006),

Esse novo modelo de desenvolvimento distancia-se, em essência, de uma perspectiva crítica em relação às formas de apropriação da natureza inauguradas pelo capitalismo, na direção construção de um novo modelo societário. Não há, esse ecologismo supostamente inaugurador de novos tempos, uma negação da ética da competição e do lucro imediato e crescente, determinantes dos modos e do ritmo de disponibilização dos recursos naturais praticados desde o surgimento da indústria (BARNERJEE, 2006, p. 131).

Nessa perspectiva pensamos ser legítimo e necessário o levantamento de temáticas outras que possam dialogar com o desenvolvimento da Amazônia, na busca de alternativas sustentáveis que levem em consideração a lógica das populações locais e suas culturas, o desenvolvimento endógeno e, assim, termos materiais para a reflexão crítica sobre os modelos societários que mantenham o foco na preservação da natureza, incluindo a mediação ética no processo, em que as comunidades se desenvolvem em uma lógica colaborativa e sustentável, do ponto de vista ambiental, social e cultural. Por isso mesmo, precisamos olhar as formas orientadas pelo consumo colaborativo, que inclui um sujeito social engajado com as formas sociais de consumir que olha tanto para o produto e sua utilização como para as empresas e organizações e seus processos de produção. O debate precisa incluir a mídia, na ordem da cultura de participação e colaboração em que a sociedade discute a sua mídia, não apenas como alternativa mas pela ética que a forma, isto é, pela natureza coletiva do *agir comunicativo* que orienta também o processo ético que a rege e mais ainda a mídia que se forma pela cultura da conexão que não aceita o formato pronto da grande mídia. Por esta perspectiva é

que organizamos os subsídios para o debate sobre a apropriação tecnológica livre, isto é, a apropriação do *software* livre, como autonomia tecnológica, buscando analisar seus conceitos e pressupostos para tentar fomentar a discussão com o desenvolvimento da Amazônia.

Comunicação, ética *hacker* e *software* livre

Segundo Silveira (2004), a prática do *software* livre é um movimento mundial pelo compartilhamento do conhecimento, que surgiu desde a década de 1980, articulado por *hackers* do mundo inteiro. Os hackers são pessoas com muito conhecimento em sistemas e programação de computadores, que possuem uma “postura hacker”, que perpassa características como paixão, liberdade, participação responsável, colaboração (PRETTO, 2010).

No ano de 1983, Richard Stallman iniciou a criação de um projeto para desenvolver um sistema operacional livre que foi denominado de GNU. Silveira (2004) destacou o anúncio inicial do referido projeto:

Por que eu tenho que escrever o GNU? Eu considero ser uma regra de ouro: se eu gosto de um programa, eu tenho que compartilhá-lo com outras pessoas como eu. Eu não posso, com a consciência limpa, assinar um contrato de não-divulgação de informações ou um contrato de licença de software. De modo que eu possa continuar a usar computadores sem violar os meus princípios, eu decidi juntar uma quantidade suficiente de software livre, de modo que eu possa continuar sem utilizar nenhum software que não seja livre (SILVEIRA, 2004, p xx).

Linus Torvalds, em 1991, desenvolvendo o núcleo Linux, recebeu contribuições de diversos colaboradores pela rede. A união entre o GNU e o Linux, formando o GNU/Linux representou uma alternativa robusta aos sistemas operacionais proprietários.

Em essência, a principal característica do software livre é a abertura do código, em oposição ao software proprietário, que possui o código fechado, ou seja, o usuário apenas utiliza o produto sem saber do que ele é feito e o que existe programado nele. Assim, o Software Livre se caracteriza por uma premissa fundamental que é a liberdade. A liberdade que o SL possibilita às pessoas se refere

a quatro vertentes. A primeira é a liberdade de uso, que possibilita ao indivíduo o uso do software para qualquer fim. A segunda é a liberdade de copiar o software sem necessitar de qualquer autorização. A liberdade de modificar, estudar o software já que ele possui o seu código aberto e a posteriormente a liberdade de redistribuição das alterações que foram realizadas. A lógica do software livre é a da colaboração e do compartilhamento do conhecimento, enquanto a do software proprietário é a do código fechado e do cerceamento da informação.

O SL é desenvolvido por uma comunidade de programadores espalhados por todo o mundo, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, que colaboram simultaneamente em projetos de diversos tipos de softwares que são compartilhados posteriormente à todas as pessoas através da internet. Os chamados *bugs*⁶ podem ser detectados por outros programadores e usuários que informam em fóruns virtuais mundiais os erros que ocorreram, para possíveis correções. Por conta dessa dinâmica, a atualização de programas é feita de forma muito mais rápida do que em softwares proprietários, que dependem de cronogramas definidos pelas grandes empresas para vender a nova atualização, além de que no SL as atualizações são realizadas de forma colaborativa e disponibilizadas livremente pela rede de internet.

Os softwares proprietários ao contrário são criados por empresas e corporações que monopolizam a maior parte do mercado de tecnologia mundial. O modelo de negócios dessas empresas se baseia na venda de licenças de uso dos programas. Essas multinacionais com frequência negociam a “venda casada” da licença dos seus softwares com empresas de varejo, ou seja, quando um consumidor adquire um computador pessoal em uma loja de informática, este já vem com a licença de uso do software por um ano, devendo ser renovada a cada ano. O cliente muitas vezes não tem a liberdade de optar por comprar apenas o hardware, sem o software.

Por sua vez, o modelo de negócios do *software* livre é baseado em serviços, como desenvolvimento, capacitação e suporte especializado (AMADEU, 2004). Há uma transferência de tecnologia ao usuário de SL que deve se apropriar do conhecimento gerado pelo software, buscando a sua liberdade e autonomia tecnológica, com apoio dos fóruns virtuais e de outros usuários e desenvolvedores de SL.

⁶ *Bugs* são sinônimos de erros e falhas de programação.

Os hackers do SL possuem uma ética que é compartilhada pelo movimento como modo de vida e trabalho, a chamada ética hacker, que como já foi dito, permite nortear a postura dos membros em torno do uso e desenvolvimento dos programas. Neste sentido, a ética hacker se torna mediadora do processo de compartilhamento do conhecimento tecnológico.

No Brasil, políticas públicas de implementação e uso preferencial do software livre começaram a ser implementadas no governo do então presidente Lula em 2003. Amadeu (2006) aponta cinco argumentos utilizados para tal adoção: argumento macroeconômico, de segurança, da autonomia tecnológica, da independência de fornecedores e o argumento democrático. O primeiro se refere a economia de recursos públicos com o não pagamento de royalties de licenças de softwares para empresas multinacionais. O segundo, a questão da segurança, trata sobre a soberania nacional que o Estado adquire quando passa a ser desenvolvedor de tecnologias livres ao invés de importar tecnologias proprietárias que restringem o acesso ao código do software, criando um cenário de completa ausência de transparência. Quanto a autonomia tecnológica, o país deixará de comprar licenças de uso para investir em formação tecnológica de desenvolvimento, cultivando uma inteligência nacional. Aliando-se a esses aspectos, temos o argumento democrático que é caracterizado pelo trabalho colaborativo e em rede.

Dessa forma, o software livre engloba diversas características não apenas tecnológicas, mas também social, cultural e ética que apontam para uma alternativa aos modelos econômicos vigentes, que são neoliberais, os quais pregam a livre concorrência através da competição e da busca do lucro individual a todo custo.

Isto posto, vale ressaltar o papel da grande mídia na contínua deturpação dos termos e conceitos utilizados pelo movimento do software livre, com exemplo para a terminologia “*hacker*”, comumente associada à crimes virtuais. E de modo geral, o software livre é pouquíssimas vezes pautado em matérias jornalísticas da grande mídia, em comparação às chamadas TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação).

Cabe agora, buscarmos uma reflexão crítica sobre os conceitos teóricos e as práticas desse movimento, pensando a questão da autonomia como centro do debate, norteadora das ações e dos diálogos entre software livre, comunicação e desenvolvimento sustentável.

Comunicação livre para o desenvolvimento sustentável da Amazônia

Mediante a reflexão sobre os discursos históricos, científicos e midiáticos que são gerados sobre a Amazônia, os quais subsidiam o debate regional, nacional e internacional sobre o desenvolvimento da região, fica evidente a necessidade, apontada por muitos pesquisadores e teóricos, na perspectiva de uma reformulação metodológica, teórica e conceitual sobre as definições dos rumos da Amazônia.

Para José Maria Quadros de Alencar (1996), uma agenda para a Amazônia deve ser também da Amazônia. O autor aponta alguns problemas específicos para a discussão de uma agenda Amazônica que devem ser debatidos com mais profundidade, considerando as populações que residem na região. Alguns desses pontos são elencados como a questão indígena, a relação entre meio ambiente, inflação e dívida externa, os conflitos envolvendo o narcotráfico e a violência, a questão da biodiversidade com a ciência e tecnologia, a cooperação interuniversitária, a narrativa midiática que impõe para região uma visão de colonialidade, entre tantos outros.

Nessa ótica, cremos que é de fundamental importância para o debate de uma nova agenda amazônica, a questão da comunicação desenvolvida através de softwares livres, como apropriação das populações locais. Vários são os pontos que podemos elencar para fundamentar a necessidade de inclusão do tema da comunicação e do software livre nos debates sobre a região. Alencar (1996), debatendo sobre as questões indígenas na Amazônia, reflete;

A vocalização dos grupos subalternos da Amazônia só é ouvida e considerada quando amplificada por outros grupos que possuem efetivamente algum poder. Mesmo quando é a morte que expressa a recusa ao antimodelo, essa amplificação se faz necessária (ALENCAR, 1996, p. 242).

A participação da Amazônia nas decisões ecológicas são determinadas por grupos internacionais, governos de outros estados, ou ONGs que na maioria das vezes não representam as populações locais como estas gostariam e deveriam se considerarmos a questão dos direitos e do empoderamento necessário para o desenvolvimento. Isto porque, o uso da comunicação como lugar de discurso,

indiscutivelmente é fundamental para a inserção das populações locais nos debates sobre o território no qual elas vivem. Acrescente-se a isso, a comunicação comunitária como impreterível na mediação, pois possibilita a articulação e integração local entre as diversas populações da região amazônica.

Dessa maneira, o debate do software livre como tecnologia de suporte da comunicação comunitária na Amazônia, pode ser compreendido pela necessidade de autonomia individual e coletiva dos indivíduos, pois permite a discussão de questões como as do saber, do acesso a informação, da justiça social e consequentemente da qualidade de vida das comunidades ao se estabelecer por uma ordem ideológica que liberta o uso e a apropriação desse conhecimento e dessas ferramentas, que sob esta ótica são regidas por princípios éticos e filosóficos como a colaboração, a partilha do saber e a liberdade, que historicamente são princípios organizadores das comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas da Amazônia.

Conclusão

Duas questões ficaram evidentes na breve análise que se fez aqui sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia, à guisa de conclusão. A primeira diz respeito a apropriação pelo mercado do conceito de *desenvolvimento sustentável* e as práticas daí decorrentes, que materializam em um conjunto de ações voltadas para atualização de normas e procedimentos da produção considerando a dicotomia entre preservação e conservação do meio ambiente nos processos de exploração e uso dos recursos naturais. Paralelamente se investe, como estratégia de publicidade, na formação de uma imagem das organizações ordenada pelo marketing que incorpora a sustentabilidade como ativo das empresas e que por isto mesmo, estabelece como princípio regulador a ética da competição que se aplica a todos os processos próprios do mercado. Esta questão é referendada pela mídia como porta-voz do discurso da sustentabilidade nesta mesma ordem da ética da competição em que o ambiente aparece como um bem e como estratégia de mercado para as empresas e para o consumidor e que, de forma ampliada, reproduz o discurso de colonialidade que organiza papéis e guardiões de um imaginário social hegemônico que, por sua vez, define o meio ambiente e as ações ecologicamente corretas.

A segunda questão apresenta-se no formato relacional entre informação e comunicação que define os processos de mediação por uma cultura da conexão que se destacou na contemporaneidade. Devemos olhar por dois movimentos, o primeiro na ordem da informação em que produzimos o software livre e sua lógica de utilização pela coletividade; e a segunda como comunicação comunitária, como um processo que une estas questões na perspectiva do desenvolvimento e de maneira mais direta como forma de uma cultura de sustentabilidade. Este princípio se ordena por uma ética da emancipação em contraponto a ética de regulação estimulada pelo domínio do mercado e dos criadores de softwares proprietários que organizam o mercado capitalista.

Chegamos à conclusão com uma pergunta: a comunicação comunitária e o software livre, oferecem outro caminho para a discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, considerando o desenvolvimento como uma mudança social ativa, com base no conhecimento e que considere também a preservação do meio ambiente como parâmetro norteador? Muito mais do que respostas, é preciso suscitar perguntas que possam contribuir para uma reflexão crítica sobre alternativas sustentáveis para o desenvolvimento da Amazônia, considerando como primordial a questão da comunicação livre, da autonomia, da liberdade e da ruptura com padrões de colonialidade que insistem em orientar as ações comunicativas e de desenvolvimento como um poder de alguns em detrimento das relações coletivas que necessitam. Neste rumo, pode-se identificar, a luz destas questões, um conjunto de ações que se sustentam por estarem além da lógica do capital, ou seja, por princípios de compartilhamento do conhecimento que tem efeito nas relações sociais e econômicas de grupos e comunidades colaborativas que se formam potencializadas na atualidade pela cultura digital.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, J. M. Q. Os significados político e Econômico da Amazônia para a América Latina: por uma agenda amazônica. In: PAVAN, C. (Org.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. São Paulo: UNESP, 1996. vol. 3, cap. 9. p. 230-244.
- BANERJEE, SB. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Rev. - Belém: UNAMAZ/NAEA, 2006.

- BECKER, B. *Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. Revista Território*, n.6, jan/jun 1999.
- CASTRO, E. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, M. C. N.; MATHIS, A. *Políticas públicas e desenvolvimento local: uma agenda em debate*. Belém: UFPA/NAEA, 2005.
- DOBSON, A. *Justice and the environment. Conceptions of environmental sustainability and dimensions of social justice*. New York: Oxford University Press, 1998.
- DUTRA, M. S. *A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta*. São Paulo: Annablume, 2009.
- FERNANDES, M.; GUERRA, L. *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Rev. - Belém: UNAMAZ/NAEA, 2006.
- HARVEY, D. *Justice, Nature & the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell, 1996.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Editora Unicamp e Boitempo Editorial, 2002.
- MIGNOLO, W. *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.
- MOTA, C. R. As principais Teorias e Práticas do Desenvolvimento. In BURSZTYN, M. (org). *A difícil sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 27-40
- PRETTO, N. Redes colaborativas, ética hacker e educação. *Educação em revista*. v.26 n.03 p. 305-316. Belo Horizonte: 2010.
- RIFKIN, Jeremy. *O século da biotecnologia*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- SILVEIRA, S. A. *Software Livre: a luta pela liberdade do conhecimento*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SOUZA, M. L.. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana*. 8ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011.

As estratégias de comunicação da série Amazônia pública¹

Pedro Loureiro de Bragança²

Introdução

A cibercultura modificou a forma como lidamos com nosso potencial de comunicação. Se outrora éramos meros consumidores do que era difundido pela mídia e tínhamos que conviver com os discursos estabelecidos por quem detinha a hegemonia dos meios de produção e disseminação da informação, com a internet e as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), o cidadão sai da condição de relativa passividade enquanto consumidor e pode também agir de forma mais ativa como produtor de conteúdo.

Esta potencialidade permite que o jornalista ganhe autonomia em seus discursos para abordar temas que nem sempre as empresas jornalísticas se sentem à vontade para tratar, com a possibilidade de produzir narrativas que não sejam dependentes dos capitais, econômico e político, que norteiam as decisões dos gatekeepers³ da mídia tradicional.

A Pública – Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo⁴ - é um expoente deste novo cenário, fomentando o empoderamento dos jornalistas ao promover a seleção das pautas de maneira colaborativa e independente, com novas formas de financiamento dos profissionais e utilizando as características

¹ Este trabalho foi apresentado, em primeira versão, no GP Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, no NAEA-UFPA, email: pedroloureiro@gmail.com.

³ A metáfora do gatekeeping aplicada à produção de informação jornalística consiste na hipótese de que as notícias resultam da filtragem de acontecimentos com base nas opções particulares de cada jornalista ou empresa jornalística que as seleciona (SOUSA, 2003).

⁴ Disponível em: <<http://www.apublica.org/>>. Acesso em 16 out. 2013.

do jornalismo digital de terceira geração⁵ e das potencialidades da internet para publicar e disseminar conteúdos.

O presente artigo apresenta linhas iniciais de pesquisa que será aprofundada para a dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

Um novo modelo de jornalismo

O objeto empírico deste trabalho é a Pública – Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo, empresa sem fins lucrativos, situada na Casa de Cultura Digital de São Paulo e fundada em março de 2011 pelas jornalistas Marina Amaral e Natalia Viana que apostam num novo modelo de jornalismo. A missão da agência é a de “produzir reportagens de fôlego pautadas pelo interesse público, visando o fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos”. As instituições que financiam o trabalho da Pública não tem ingerência sobre as pautas e a mesma também não aceita encomenda de reportagens.

A Pública é independente e permite a livre reprodução de conteúdo através da licença Creative Commons, trabalhando em parceria com outras instituições independentes internacionais como o Wikileaks e agências da América Latina, Estados Unidos e Europa. Além de produzir, a Pública atua para promover o jornalismo investigativo independente, através de programas de mentorias para jovens jornalistas, bolsas de reportagem e incubação de projetos inovadores de jornalismo independente.

Todas as reportagens são feitas com base na rigorosa apuração dos fatos e têm como princípio a defesa intransigente dos direitos humanos. Atualmente

⁵ Jornalismo digital de terceira geração é uma etapa em que os sites jornalísticos já extrapolaram a ideia de uma versão para a web de um jornal impresso previamente existente; passaram a incorporar o uso de blogs em seus produtos; apresentam recursos multimídia, como sons, animações, infográficos interativos, entre outros, para a construção das peças informativas e para o enriquecimento da narrativa jornalística. Ademais, exibem maior dinamismo, e uma oferta informativa com possibilidade de maior contextualização e aprofundamento, principalmente pelo uso mais ampliado das bases de dados, que também passam a desempenhar importante função para a estruturação e a organização das informações de natureza jornalística (BARBOSA, 2007, p. 1-2).

concentra seus principais interesses nos eixos investigativos: preparativos da Copa do Mundo 2014, ditadura militar e projetos de mega-investimentos na Amazônia, sendo este o de interesse desta pesquisa. Para a Pública o “jornalismo não está em crise, está em renovação. A Pública acredita da reportagem. E no repórter”.

Justificativa

O imaginário coletivo de quem não reside na Amazônia, de acordo com Giacomini Filho e Goulart (2011, p. 17), é povoado por impressões. Tanto visões que se aproximam das lendas e folclore, como as que se ajustam à complexidade socioambiental da região na atual sociedade globalizada. Também existe a sensação de que os conteúdos dos meios de comunicação contribuem com este imaginário estereotipado a partir da propagação de temas sem fundamentação técnico-científica.

A respeito desta questão, Miguel (2003, apud SOARES, 2009, p. 117) complementa que os meios são hoje o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos, sendo que neles se encontram as representações do mundo social, ligadas aos diversos grupos de interesse da sociedade, porém, os meios reproduzem mal a diversidade social.

Marcelo Pimenta e Silva (2010, p. 02) afirma que uma grande parte do volume de informações disponíveis pelas principais empresas de comunicação são “agendadas” para consolidar a “voz” dos conglomerados de rádio, televisão e imprensa escrita. Essa “realidade” construída pela mídia é apenas um dos “sintomas” representados nos últimos sessenta anos, quando da expansão dos meios de comunicação.

A obra “A Natureza da Mídia”, de Manuel Sena Dutra (2009, p. 17), faz um estudo acerca dos discursos sobre a Amazônia midiaticizada como lugar estabilizado no tempo, na qual a exuberância dos recursos naturais contrasta com a construção persistente de uma desfocagem do ser humano, onde a noção de significância (dos recursos) e in-significância (humana) são faces da mesma moeda e justifica:

Para a mídia hegemônica não é apenas difícil dizer coisas novas, mas isso lhe é mesmo impossível enquanto dispositivo emissor que se estrutura dentro de uma sociedade histórica e contemporaneamente marcada pela

desigualdade, em que a uns é permitido o poder-fazer o discurso, e a outros é concedido o poder-consumir o discurso, quer chamemos a isso de mercado, concorrência, globalização (DUTRA, 2009, p. 232).

A imprensa alternativa “fundamenta-se na transgressão contra o modelo tradicional de jornalismo que produz um discurso voltado aos interesses políticos, econômicos ou de consolidação da cultura dominante, por exemplo” (SILVA, 2010, p. 12). As práticas de mídia alternativa são entendidas como ações que visam “pluralizar as vozes do debate público, ao oferecer temas, ângulos e até mesmo fatos que são obscurecidos ou silenciados quando não distorcidos pelos veículos de comunicação hegemônicos, orientados pelo interesse comercial” (MAZETTI, 2007, p. 01).

É o caso do *Jornal Pessoal*, um quinzenário conduzido solitariamente pelo jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto desde 1987 em Belém e que chegou à edição 547 na segunda quinzena de outubro de 2013, com longevidade superior à média dos periódicos alternativos do país. Para Veloso (2011, p. 99), o *Jornal Pessoal* representa um modelo singular de imprensa alternativa no Brasil, “considerando-se sua linha editorial, linguagem, estrutura de funcionamento, formato e o modo como é financiado – apenas com a venda em bancas, sem publicidade.”

O site da Pública – Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo pode ser considerado exemplo de um contexto mais recente de produção jornalística. Dentro dos atuais cenários midiáticos e pela natureza de sua atuação enquanto mídia alternativa, deve ser pensado como espaço contra-hegemônico “de leitura e interpretação do contemporâneo, cujo modo de atuar e narrar permite visualizar atualizações e diferentes caminhos diante de modos tradicionais de cobertura jornalística” (SCHWAAB; BARRETOS; DIAB e LAGO, 2013, p. 02).

Estudar as narrativas contra-hegemônicas sobre a Amazônia em uma agência de reportagem e jornalismo investigativo que se estrutura com princípios permitidos pelo advento da internet e recrudescimento da cibercultura, contribui para compreendermos um novo modelo de comunicação com vias alternativas de financiamento, seleção e produção das pautas, com uma linguagem que não se restringe aos discursos generalizantes sobre a região e com alcance global, que rompe as barreiras geográficas e permite produção de sentidos sobre a região em escala mundializada.

Jornalismo Contra-Hegemônico

Para Patrick Champagne (1993, apud PORTO, 2009, p. 213) a mídia não apenas apresenta, mas também representa a realidade da qual trata, sendo responsável por “construir, reconstruir e selecionar fatos sociais por meio de narrativas, constituindo esses fatos em eventos/acontecimentos que, pelas significações e prioridades a eles atribuídas, chegam até a sociedade na condição de notícia”.

É importante o reforço do conceito de alternatividade da mídia, que para Moraes (2007, p. 04), fundamenta-se numa dupla inserção ideológica do projeto comunicacional: “alinhamento com processos de mudança social e combate sistemático ao sistema hegemônico” aliado ao pressuposto de “assumir visões transformadoras na relação com os leitores e a sociedade em geral, nos métodos de gestão, nas formas de financiamento e, sobretudo, na interpretação dos fatos sociais.”

Neste aspecto, temos a contribuição de Bourdieu (1998), quando posicionamos os meios de comunicação contra-hegemônicos em contraponto com a imprensa tradicional, numa clara definição de campo como espaço estruturado onde os agentes medem forças em prol de um objetivo, e explica:

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico - nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (BORDIEU, 1998, p. 134 e 135).

A mídia tradicional leva vantagem no que podemos chamar de campo midiático, por ter sua reputação construída no decorrer das décadas como agentes já estabelecidos e consolidados, com todos os seus vícios e virtudes assimilados para o consumidor da informação em seu habitus, “princípio estruturador de ações, percepções e comportamentos que regem as ações cotidianas, dando-lhes um caráter quase automático” (BOURDIEU, 1996, apue COSTA, 2006).

Nos últimos tempos, mais precisamente no início deste século, Peruzzo (2009, p. 134) observa uma “retomada crescente de iniciativas de comunicação

popular, alternativa e comunitária no Brasil, agora incorporando inovadores formatos e canais de difusão possibilitados pelas novas tecnologias de informações e comunicação (NTIC)”, que na concepção de André Lemos (2008, p. 79)

permitem a comunicação individualizada, personalizada e bidirecional, em tempo real, resultantes das convergências tecnológicas que transformam as antigas através de revisões, invenções ou junções, onde ao modelo Um-Todos da mídia tradicional opõe-se o modelo Todos-Todos, o que vem causando mudanças estruturais na produção e distribuição da informação.

Exemplo desta mudança está na forma de jornalismo mais recente, o jornalismo digital⁶ – definido por Suzana Barbosa (2007, p. 127-128) como aquele “feito no âmbito da internet e que pressupõe a coleta, produção, publicação e disseminação de conteúdos através da web e também de outros dispositivos como celulares, tablets, etc” – é a modalidade na qual “as novas tecnologias já não são consideradas apenas como ferramentas, mas, sim, como constitutivas dessa prática jornalística” caracterizada pela interatividade, hipertextualidade, multimídia, personalização, atualização contínua em fluxo e a memória (arquivamento).

Pierre Lévy (2003, p. 369-370, apud MORAES, 2007, p. 07) esclarece que as webmídias estão “liberadas, pelo menos no plano técnico, das limitações associadas a qualquer suporte particular existente”. É possível editar, ao mesmo tempo e de maneira complementar, textos, imagens — fixas ou animadas — e som. Além disso, englobam textos, imagens e sons, “com conteúdos organizados por temas — eventualmente estruturados pelas preferências dos consumidores de informação — e não mais segundo grades de programação temporais ou emissões cronológicas”.

Já Wolton (2003, p. 188) defende que as novas tecnologias de comunicação constituem “uma inovação técnica; todavia, como o estatuto da comunicação em uma sociedade não depende só da técnica, mas também das dimensões culturais e sociais, é em relação a este conjunto de três características que é preciso avaliar”.

⁶ Suzana Barbosa (2007) optou por utilizar tal terminologia para caracterizar a nova modalidade de jornalismo, também denominada como jornalismo online, webjornalismo, ciberjornalismo, jornalismo contextualizado.

Sobre esta afirmação, Peruzzo (2009, p. 143) exemplifica a temática do direito à comunicação, que “há 30 anos não encontrou ressonância nas sociedades latino-americanas, hoje ela é assumida como algo imprescindível, ainda que no nível dos movimentos de direitos humanos e daqueles ligados à comunicação”, além disso defende que:

as novas manifestações alternativas de comunicação, ao incorporar suportes digitais e interativos em tempo real, engendram não só conteúdos diferenciados a partir de novos olhares tendo em vista a desalienação, mas também novos procedimentos de ação na construção e na difusão de mensagens, na socialização de conhecimentos técnicos (e outros), na criação de códigos compartilhados de conduta e na instituição de novas relações sociais de produção que põem em suspensão a hierarquia, a burocracia tradicional e o sentido da propriedade privada. (PERUZZO, 2009, p. 143)

Martín-Barbero (2006, p. 69, apud PERUZZO, p. 144) comenta que o uso alternativo das tecnologias e de redes informáticas na reconstrução da esfera pública passa por “profundas mudanças nos mapas mentais, nas linguagens e nos desenhos de políticas, exigidos, todos eles, pelas novas formas de complexidade que revestem as reconfigurações e hibridizações do público e do privado”.

Neste aspecto, é preciso compreender a necessidade de constituição de um posicionamento no campo midiático como forma de se contrapor à mídia já estabelecida e construir novas visões de mundo que não se limitem ao discurso preconizado pelos veículos hegemônicos de comunicação, por meio do poder simbólico, definido por Bourdieu (1998) como

“poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 1998, p. 14).

Estratégias de divulgação

A ênfase deste artigo são as estratégias de divulgação utilizadas para o projeto Amazônia Pública, uma série especial de reportagens produzidas pela

Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo em 2012 e 2013 que trazem “um panorama de como alguns dos maiores investimentos na Amazônia tem mudado a cara da região e a vida de seus moradores”.

Entre julho e novembro de 2012 três equipes de repórteres percorreram três regiões-chave da Amazônia: o rio Tapajós, no oeste do Pará, ameaçado por uma série de hidrelétricas e projetos de mineração; o rio Madeira, em Rondônia, transformado pela construção de duas enormes hidrelétricas que começam a entrar em operação; e o polo exportador de minério de ferro – em duplicação – que parte das minas da Floresta Nacional de Carajás, no sudeste do Pará, e corta o oeste do Maranhão em direção ao terminal marítimo de exportação.

O projeto criado e realizado pela Pública, da investigação à publicação no site e em livro, foi patrocinado pela CLUA – Climate and Land Use Alliance (Aliança pelo Clima e Uso da Terra)⁷ formada por quatro fundações internacionais e que busca catalisar o potencial das terras agrícolas e florestas para mitigar mudanças climáticas, beneficiar as pessoas e proteger o meio ambiente.

Para lograr êxito na proposta de fazer circular o resultado da série de reportagens, a principal ferramenta de comunicação utilizada pela Agência Pública é o site oficial, a partir da linguagem e das características técnicas de jornalismo digital de terceira geração. A publicação online possibilita o uso de texto, imagens, vídeos e infográficos e permite que os conteúdos sejam acessados por qualquer usuário que tenha conexão à internet, atingindo o primeiro público-alvo: jornalistas e formadores de opinião na internet dispostos a republicar estas matérias em seus canais independentes de conteúdo como sites pessoais, blogs e redes sociais. A licença Creative Commons concede uma autorização prévia para uso da produção com a condição de que seja dado o crédito à Agência Pública e que não haja alteração em seu contexto. As principais redes sociais – no caso Twitter, Facebook e YouTube – também são vias de escoamento bastante utilizadas para se valer do potencial de viralização⁸ que estas mídias permitem no meio digital.

Considerando que o público-alvo das reportagens não se restringe aos internautas, a Agência também elaborou estratégias para organizar todos os

⁷ Disponível em <<http://www.climateandlandusealliance.org/>>. Acesso em: 13 jun. 2014

⁸ Termo usual da internet que designa a ação de fazer com que algo se espalhe rapidamente, semelhante ao efeito viral.

conteúdos da série Amazônia Pública em uma só publicação, disponibilizada impressa em livro e distribuída gratuitamente em eventos organizados pela empresa ou via correio para quem estiver interessado e em versão eletrônica, gratuita para download, no site e por um valor simbólico em algumas lojas virtuais de e-books. Além disso, a Pública elaborou peças radiofônicas que estão disponíveis para download gratuito no site para quem quiser executar em rádios comunitárias, especialmente na região Amazônica onde este meio de comunicação é bastante utilizado.

Considerações Finais

O trabalho se restringiu a apontar um breve panorama do novo modelo de comunicação proposto pela agência e iniciar um exercício inicial de conceituação de contra-hegemônico em relação ao jornalismo, especialmente considerando a realidade amazônica e suas possibilidades de ressignificação dos discursos correntes em escala nacional acerca da região, como agente do campo midiático em contraposição à mídia hegemônica.

Apontando as estratégias de divulgação da “Pública”, percebemos os diversos caminhos alternativos que a informação pode tomar para se comunicar com públicos específicos de formadores de opinião e influenciadores e, por meio da repercussão, atingir uma audiência mais ampla. Seria uma forma de compensar a falta de uma mídia de massa, atuando como mídia segmentada para um público que pode agir intelectualmente como multiplicador da mensagem.

Buscamos uma breve e sucinta reflexão para compreender os motivos da escolha de cada estratégia de divulgação, o que podemos, à primeira vista, crer que o critério utilizado foi a facilidade de acesso aos meios de produção aliado ao potencial de grande fluxo informacional permitido pela internet.

Por fim, é importante ressaltar que a utilização de meios alternativos de financiamento, produção, publicação e disseminação das pautas já posiciona a Pública como um agente bastante instigante para compreender possibilidades discursivas contra-hegemônicas que só foram permitidas pelo advento da cibercultura. O consumo dessas informações e a aferição de credibilidade destes ao conferirem credibilidade e poder simbólico que ainda hoje é incerto, em

função de ser pouco conhecido, mas com um potencial bastante promissor para ganhar mais força dentro do campo midiático e se legitimar como um modelo novo e viável de jornalismo.

Referências

AMARAL FILHO, Otacílio. Verde que te quero verde: a estética da marca Amazônia. In: MALCHER, Maria A; SEIXAS, Netília S. dos A.; LIMA, Regina L. A. de: AMARAL FILHO, Otacílio. Comunicação Midiatizada na e da Amazônia. Belém: FADESP, 2011.

BARBOSA, Suzana. Sistematizando conceitos e características sobre o jornalismo digital em base de dados. In: BARBOSA, Suzana (org.). Jornalismo Digital de Terceira Geração. Covilhã: Labcom – Universidade da Beira Interior, 2007. p. 127-153. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110824-barbosa_suzana_jornalismo_digital_terceira_geracao.pdf>. Acesso em: 14 out. 2013.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1998.

COSTA, Luciana Miranda. Comunicação & Meio Ambiente: A análise das campanhas de prevenção de incêndios florestais na Amazônia. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA/NAEA), 2006.

DUTRA, Manuel Sena. A Natureza da Mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade e os povos da floresta. São Paulo: Anablume, 2009.

GIACOMINI FILHO, Gino; GOULART, Elias. Amazônia: comunicação no contexto da websfera. In: MALCHER, Maria A; SEIXAS, Netília S. dos A.; LIMA, Regina L. A. de: AMARAL FILHO, Otacílio. Comunicação Midiatizada na e da Amazônia. Belém: FADESP, 2011.

LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 4 Ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MAZETTI, H. M. Mídia alternativa para além da contrainformação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo, 31 maio/2 jun. 2007.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, vol. IX, n. 2, mayo – ago. / 2007.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: Revista Galáxia, no. 17. São Paulo, 2009, p. 131-146.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. Tempo soc., São Paulo, v. 21, n. 2, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a10.pdf>>. Acesso em 11 Nov. 2013.

SCHWAAB, Reges; BARRETOS, Dayane do Carmo. DIAB, César Raydan. LAGO, Filipe Monteiro da Costa. Agência Pública e Repórter Brasil: narrativas não-hegemônicas sobre o contemporâneo. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Alternativa, integrante do IX Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-alternativa/agencia-publica-e-reporter-brasil-narrativas-nao-hegemonicas-sobre-o-contemporaneo>>. Acesso em 21.09.2013

SILVA, Marcelo Pimenta e. A contracultura e a imprensa alternativa: revolução social através da informação. In: Contemporâneos: revista de artes e humanidades, n. 6, maio-outubro, 2010. Disponível em: <http://www.revistacontemporaneos.com.br/n6/dossie8_contracultura.pdf>. Acesso em: 29 out. 2013.

SOARES, Murilo César. Representações, jornalismo e a esfera pública democrática [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://www.ucg.br/ucg/unati/ArquivosUpload/1/file/Representa%C3%A7%C3%B5es,%20jornalismo%20e%20esfera%20p%C3%BAblica%20democr%C3%A1tica.pdf>>. Acesso em 29 out. 2013

VELOSO, Maria do Socorro Furtado et al. Jornal Pessoal: Modelo de imprensa contra-hegemônica na Amazônia brasileira. OBS*, 2011, vol. 5, no. 2, p. 97-109.

WOLTON, Dominique. Internet, e depois? Porto alegre: Sulina, 2003.

Cinema, enunciação e Amazônia: do discurso hegemônico ao multicultural

Alexandre Sócrates Araújo de Almeida Lins¹

Introdução

Qual a motivação da produção cultural de um grupo de artistas? Por que eles elegem determinados símbolos como vetores de identidade em detrimento de outros? A arte deve ter um compromisso social, ou ainda, esta deve exaltar a cultura de uma região através de movimentos regionalistas? Como se forma a ideia de região? Por que alguns símbolos têm maior capacidade de representar um território do que outros e, mais ainda, por que alguns símbolos só adquirem “legitimidade” quando são enunciados a partir de determinadas instâncias? É com essas perguntas que este trabalho busca desvendar porque todo lugar possui um discurso² hegemônico sobre si próprio que é aceito pela grande maioria de sua população como sendo representativo de sua identidade.

A ideia de fazer um trabalho que refletisse o sentido hegemônico da produção cultural amazônica, mais especificamente da paraense, nos ocorreu pela reincidência de temas abordados pelos artistas locais a partir da metade do século XX, a saber: mitos, lendas, floresta, rios, danças típicas, referências à culinária etc. Ocorre que os artistas paraenses de outrora, até a primeira década do século XX, tinham como referência para os seus trabalhos, as formas artísticas estrangeiras, notadamente europeias. Assim, há a passagem de um discurso artístico sobre a Amazônia, calcado nos cânones europeus, para uma romantização e exaltação da cultura cabocla, entendida aqui como modo de vida das populações da floresta.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (2007). Graduado em Comunicação Social (Jornalismo).

² Segundo Foucault (2002), “chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”.

Um dos objetivos desta pesquisa, portanto, é entender como esse discurso sobre a cultura cabocla atingiu um status de legitimidade dentro do Estado e como a produção cinematográfica local recente se posiciona frente a ele.

No jogo das identificações amazônicas, há um claro choque de civilizações, levando em conta a maneira como a Amazônia vem sendo integrada ao resto do Brasil. Esse “processo civilizatório” se intensificou a partir do regime militar de 1964 e põe em contato o conhecimento popular com o projeto de racionalização moderno. Pretendemos analisar, assim, como o processo de criação artística local vem abordando esses dilemas. Partimos do pressuposto de que o cinema local, por meio da sua produção recente, coloca-se como um objeto de estudos de identidades ao expressar múltiplos aspectos da vida amazônica nas suas arquiteturas audiovisuais.

Assim, os filmes selecionados para o estudo representam, cada um a seu modo, possíveis formas de narrar a Amazônia. Podemos dizer que eles foram escolhidos segundo as seguintes hipóteses: “Chama Verequete” (2002), de Luiz Arnaldo Campos e Rogério Parreira, dialoga com a representação do discurso hegemônico, ou seja, àquele que reapropria o caboclo como vetor de identidade regional; “Açaí com Jabá” (2002), de Alan Rodrigues, Marcos Daibes e Waleriano Duarte, seria a relativização do “paraensismo” pela via do humor; e “Dezembro” (2003), de Fernando Segtowitz seria a ruptura total com o “paraensismo”, mostrando as múltiplas identidades que convivem na face urbana da Amazônia.

Dessa forma, buscamos investigar como esses filmes trabalham o que se convencionou chamar de cultura paraense, ou amazônica. Tomamos esse conceito de cultura amazônica a partir da mediação produzida pela obra “Cultura Amazônica: uma poética do imaginário”, do poeta, escritor e professor universitário, João de Jesus Paes Loureiro. O conceito de mediação, utilizado aqui, configura-se como um “modo de interpelação dos sujeitos e de representação dos vínculos que dão coesão à sociedade” (GARCIA CANCLINI, 2001).

A opção pelo estudo de Loureiro (1995) se dá pelo fato deste dar ênfase a um aspecto da cultura amazônica, a cultura cabocla, entendida aqui como um modo de vida do “homem que vem do mato, da floresta, independente da questão racial, mas fruto predominante da mistura entre brancos e índios” (concepção que Loureiro pega emprestado de Cascudo, 1974). O autor sustenta

que é o imaginário, e não a razão instrumental, que preside o sistema cultural caboclo, como forma de inserção no mundo e de explicar os fenômenos não compreendidos. O livro, assim, defende que a cultura cabocla, ou ribeirinha, é a mais representativa da Amazônia.

Esse discurso sobre a cultura da região foi construído durante a segunda metade do século XX, período de discriminação da cultura interiorana, ou cabocla, em detrimento da ideologia do progresso trazida por uma “intervenção brasileira” com os grandes projetos extrativistas, notadamente a partir de 1964. Incomodados com a perda de poder político nas decisões dos rumos da região, os políticos/intelectuais/artistas locais reapropriaram-se do caboclo como ícone de uma identidade regional. Desde então a cultura cabocla passou a fazer parte do discurso populista do poder público, da mídia e do turismo como a mais representativa da região amazônica e como símbolo de um modo de estar no mundo diferente do que é estabelecido pelos centros capitalistas do país.

Nossa tese é que a perspectiva de Paes Loureiro, assim como a do regionalismo paraense como um todo, são vetores do que Castro (2005, p. 2) conceitua como a Moderna Tradição Amazônica, que nas palavras do próprio autor é “esse conjunto de enunciados, alegorias e conceitos [...] para caracterizar seu caráter alegórico, ou seja, a proposição de atribuir-se, inventar-se uma tradição”.

A narrativa sobre um povo, ou uma cultura, é eminentemente política, e como tal nunca consegue contemplar todos os segmentos da sociedade que pretende representar. Assim, o ato de narrar na região amazônica da metade do século XX para cá é profundamente influenciado pela Moderna Tradição Amazônica, ou seja, tem como referência a cultura cabocla como forma de conquistar legitimidade. E isso pode ser perigoso na medida em que sufoca outras formas de narrar a região.

Escrevendo a Região Amazônica

Discutir o regional, obviamente, nos traz seu outro, o nacional. Mas, afinal, por que algumas manifestações culturais possuem a capacidade de representar o país e outras não? Por que regiões como a amazônica precisam ter seu universo cultural exibido nos centros autorizados do discurso brasileiro para serem lembradas como nacionais?

A explicação para essa diferença de capacidade de se dizer e ser reconhecido como nacional ou regional é política, pois a cultura reflete relações de poder. Identificar a emergência e a consolidação dos projetos hegemônicos de cada grupo social seria então a chave para a identificação dos papéis: regional/nacional.

A Amazônia só passou a ser integrada ao resto do Brasil de uma forma mais efetiva a partir da construção de Brasília e da emergência da ditadura de 1964. Desde então, os rumos da região passaram a ser definidos por órgãos de fomento como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Além disso, a emergência da indústria cultural nacional fez com que os paraenses passassem a compartilhar dos referenciais simbólicos “nacionais”. Mas o autorreconhecimento efetivo da Amazônia como região de uma nação, se acentuou como resposta política às ações de cunho intervencionista. Os porta-vozes desse contra-ataque simbólico local foram os artistas, políticos e intelectuais locais, que juntos enunciaram aquilo que Castro (2005) conceitua como a Moderna Tradição Amazônica.

Esse discurso foi cunhado em um momento em que o planejamento para o desenvolvimento da região era feito longe da Amazônia com inexpressiva participação da elite intelectual/política local, que respondeu construindo uma narrativa para se contrapor ao Estado estrangeiro (poder federal) idealizando a figura do caboclo como símbolo da identidade regional, sem, no entanto, dar conta das novas exigências que o mundo moderno coloca que é a questão das migrações e, conseqüentemente, da pluralidade de culturas convivendo em um mesmo espaço.

Segundo Bourdieu (2002), a construção de uma região tem no plano do político a sua face mais explícita. Assim para defini-la é necessário a evocação de um poder, travestido de autoridade. Ocorre que essa aquisição de autoridade não se consegue pela imposição de força física. Diferente disso, ela só pode ser legitimamente conquistada através do convencimento, através do poder simbólico “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2002, p. 7 e 8).

Dessa forma, a explicação para que muitos manifestos regionalistas sejam empreendidos com sucesso se deve ao fato de muitos serem idealizados

pela *intelligentsia*³ de cada região, pois estas possuem as competências culturais necessárias para contrapor o discurso pedagógico da nação. Nesse sentido, “O discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto reconhecida e legítima, que a ignora” (BOURDIEU, 2002, p. 116).

Bourdieu (2002) explica que o “combustível” do regionalismo é o estigma. É este que, quando percebido socialmente, cria um ambiente favorável para que um grupo possa se arvorar como legítimo representante dos estigmatizados. Foi assim que a Moderna Tradição Amazônica partiu dos estigmas atribuídos aos caboclos pelo “centro” do país, reapropriando-os agora, de maneira positiva. Sobre o estigma, diz Bourdieu:

É, com efeito, o estigma que dá à revolta regionalista (...), não só as suas determinantes simbólicas, mas também os seus fundamentos econômicos e sociais, princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objetivos da ação de mobilização (...). Se a região não existisse como espaço estigmatizado, como “província” definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao “centro”, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência (...) (BOURDIEU, 2002, p. 125 e 126).

É interessante notar que Bourdieu (2002) ressalta a importância da ciência social incluir a representação do real como parte do real. Em outras palavras, mais do que tentar desconstruir o discurso regionalista, expondo sua evidente fragilidade, o pesquisador precisa compreender que a transformação da representação coletiva resulta na mudança efetiva da realidade.

Uma abordagem sociohistórica

Sob a perspectiva sociohistórica queremos demonstrar como os curtas paraenses, mesmo sendo de ficção (e até mesmo por isso) operam um recorte da realidade, direcionam o olhar para algumas perspectivas do real e, dessa forma,

³ “Grupo social cuja tarefa específica consiste em dotar uma dada sociedade de uma interpretação do mundo” (MANNHEIM, 1968 [1956]).

se valem de estratégias para eleger determinados elementos em detrimento de outros. Estes (filmes) podem ser compreendidos se levarmos em consideração a posição do sujeito enunciator em um dado tempo e espaço. A interpretação sociohistórica, portanto, como explica Vanoye (1994), sempre considera que um filme fala do presente e remete às condições de produção:

Em um filme, qualquer que seja seu projeto (descrever, distrair, criticar, denunciar, militar), a sociedade não é propriamente mostrada, é encenada. Em outras palavras, o filme opera escolhas, organiza elementos entre si, decupa no real e no imaginário, constrói um mundo possível que mantém relações complexas com o mundo real: pode ser em parte seu reflexo, mas também pode ser sua recusa (ocultando aspectos importantes do mundo real, idealizando, amplificando certos defeitos, propondo um “contramundo”, etc.). Reflexo ou recusa, o filme constitui um ponto de vista sobre este ou aquele aspecto do mundo que lhe é contemporâneo. Estrutura a representação da sociedade em espetáculo, em drama (no sentido geral do termo), e é essa estruturação que é objeto dos cuidados do analista (VANOYE, 1994, p. 56).

Com base nesta compreensão partimos do pressuposto que a representação através da imagem expressa lutas por sentido. Nesta perspectiva, cada filme encena concepções artísticas e, inevitavelmente, políticas sobre a Amazônia. Os curtas, assim, se inserem em um texto maior, sobre a discussão identitária regional. Eles não são feitos a partir do nada. Muito ao contrário disso, sua enunciação é marcada por uma intertextualidade⁴ e dialogia⁵. Em outras palavras, a produção dos cineastas paraenses mais jovens, ainda que inconscientemente, está dando respostas a outras imagens da Amazônia que eles se acostumaram a ver no cinema (ou mesmo na TV).

⁴ O termo *intertextualidade* é de M Bakhtin. Refere-se, fundamentalmente, ao modo pelo qual se estabelecem o diálogo e a interatividade entre os textos. Dessa forma, pode-se dizer que dentro de um texto existem (implicitamente) outros textos, pois é um produto sociohistórico e não resultado de um “gênio criativo” e isolado.

⁵ Noção complementar a de intertextualidade, o termo dialogia (também de Bakhtin) sugere que o sentido de um texto só se efetiva quando da relação entre escritores e leitores. Em outras palavras, ambos (leitores e escritores) só produzem sentido a partir de experiências anteriores de outros textos e contextos. Assim, ao emitir um enunciado nunca se fala nada em vão, ou a partir do nada, mas ao contrário, sempre se está dando resposta a algo anterior.

Análise sociohistórica dos filmes

Chama Verequete

O filme presta uma homenagem a Augusto Gomes Rodrigues (1916-2009), mais conhecido como Verequete⁶, cantor paraense de carimbó⁷ que estava esquecido do grande público no final dos anos 90. Rodrigues projetou o ritmo em Belém, a partir de Icoaraci (distrito da capital). A marca do artista é o chamado carimbó ‘pau e corda’, totalmente acústico. É autor de mais de 100 composições. Muitas foram gravadas por vários artistas paraenses nos últimos anos, mas Verequete não recebeu quase nada por seus direitos autorais. A dificuldade de viver de sua arte fez com que trabalhasse vendendo churrasco até idade avançada. Com o filme, o artista obteve reconhecimento, ainda que tardio⁸. No dia 8 de dezembro de 2006, recebeu das mãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a medalha de ‘Ordem do Mérito Cultural’, concedida a personalidades que contribuem com a cultura brasileira.

Muito mais que uma biografia, “Chama Verequete” se propõe a ilustrar a trajetória da cultura e da religião mestiças na cidade de Belém. As locações e os atores escolhidos tentam mostrar a história de resistência dos modos de vida de povos com culturas fortemente marcadas pela oralidade e que não tem na racionalidade instrumental sua forma de se inserir no mundo.

⁶ O artista recebeu esse apelido ao frequentar os rituais de Tambor de Mina-Nagô, religião afro-indígena existente na Amazônia desde a antiga província do Grão-Pará e Maranhão. O nome Mina deriva de negro-Mina de São Jorge da Mina, denominação dada aos escravos procedentes da costa situada à leste do Castelo de São Jorge da Mina, na atual República de Gana, trazidos da região das hoje Repúblicas do Togo, Benin e da Nigéria. Nas cerimônias de Mina cultuam-se entidades sobrenaturais chamadas de voduns, encantados ou invisíveis, divindades identificadas com forças da natureza que se agrupam por famílias. Toya Verequete é um vodum africano.

⁷ Ritmo que se caracteriza por receber influência das culturas indígena (instrumentos de corda, chocalhos, forma curvada de dançar); negra (introdução do canto, presença dos atabaques, sensualidade na dança feminina); e portuguesa (palmas e estalar de dedos que aludem às danças folclóricas lusitanas). “Alinha-se o Carimbó entre os bailados populares sem enredo verbal (...) que se estende por toda a zona atlântica do Pará, o Salgado, com incidência ainda no Marajó e Baixo Amazonas. A palavra carimbó designa o instrumento que é um tambor feito de tronco escavado, tendo em uma das aberturas um couro ou pele de animal” (LOUREIRO, 1995, p. 299 e 300).

⁸ Em 2006 ele passou a receber pensão especial no valor de R\$ 900,00 do Governo do Estado do Pará, através da Lei nº 6.863, aprovada na Assembleia Legislativa do Estado.

Mestre Verequete funciona como uma espécie de figura metonímica. Ele encarna o caboclo interiorano que vem para capital em busca de melhores condições de vida e que traz consigo um imaginário fecundo. Assim como ele, o carimbó também se adapta às condições de vida urbanas e passa a se mesclar com a cultura popular da periferia. O ritmo, assim, entrou na capital do Pará pela porta dos fundos, pelos prostíbulos, pelas ruas de bairros pobres e chega a ser proibido, a exemplo dos “batuques”⁹, como o filme bem mostra nos planos em que são lidos trechos dos Códigos de Postura de Belém de vários períodos do passado.

A escolha de um tema que trata a cultura como forma de resistência política reflete a trajetória biográfica de um dos diretores de “Chama Verequete”, Luiz Arnaldo Campos. Admirador da cultura popular, em especial a afro-brasileira, Campos é amigo do ex-prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues. O cineasta esteve à frente da campanha que elegeu o referido político em 1996 e 2000.

Assim, é seguro dizer que a realização do filme se beneficiou de um contexto de valorização da cultura popular, pois além do roteiro de “Chama Verequete” ter sido aprovado por um edital municipal, a gestão de Rodrigues pelo Partido dos Trabalhadores era abertamente favorável a ações afirmativas, inaugurando diversos fóruns que debatiam os direitos das minorias (negros, mulheres, homossexuais, idosos e crianças), no chamado Congresso da Cidade.

A obra faz refletir sobre o status que as manifestações culturais desfrutam de acordo com cada configuração sociohistórica, pois se as culturas negra e cabocla foram duramente discriminadas no Pará do período colonial, e na República da Belle Époque, o mesmo não se pode dizer a partir da década de 1960. Desde então manifestações mestiças como o carimbó foram apropriadas como símbolos de identidade regional.

Ao vermos as imagens de “Chama Verequete” constatamos que elas dialogam com a noção de cultura amazônica de Paes Loureiro (1995). Essas duas formas de expressão (livro e filme) reivindicam a defesa da cultura cabocla, forma de identidade ameaçada pela modernidade e seu modo de vida racional, performático e homogeneizante. Considerados conjuntamente a outras manifestações artísticas, formam uma vontade de ser, um “vitalismo social”¹⁰.

⁹ Denominação genérica dada aos cultos afro-religiosos.

¹⁰ Um processo de envolvimento de indivíduos cuja ilusão de unidade é dada pela simultaneidade das muitas vozes que enunciam um mesmo discurso.

Mas vale discutir se essa cidadania que o carimbó e a cultura cabocla em geral alcançaram é algo efetivo, ou relativo. Em outras palavras: o fato do carimbó ser vetor de identidade regional não faz com que seus praticantes sejam aceitos amplamente na sociedade paraense. Ou seja, eles não conseguem ser mais do que “folclóricos”¹¹. A inclusão que é reservada ao Carimbó, assim como ao homem negro e caboclo, é uma inclusão tutelada, guiada pela racionalidade do padrão civilizatório, que dirige os rumos políticos do país como um todo. “Chama Verequete”, dessa forma, é um filme político, no sentido amplo do termo, pois discute a sociedade paraense através da cultura. Sob essa estratégia cria um universo diegético mostrando como os tecidos sociais dominantes, em Belém, lidaram historicamente com a cultura popular e como esses hegemônicos vêm negociando sua inserção na sociedade paraense.

Açaí com jabá

“Açaí com Jabá” é um filme “baseado em fatos reais”, como o próprio trio de diretores já disse em entrevista¹². O torcedor do Paysandu (time de futebol paraense), personagem central na comédia, é baseado em um conhecido de Marcos Daibes que se destaca por ser um bebedor inveterado de açaí. Walério Duarte, por sua vez, explica que o roteiro necessitava de um personagem que servisse de contraponto ao caboclo (torcedor), que encara o ato de beber açaí como um ritual sagrado.

É assim que surge a figura do turista, que descaracterizaria a forma “correta” de se relacionar com o açaí. O humor no encontro inusitado está justamente na expectativa do resultado do duelo gastronômico entre o nativo e o estrangeiro. Segundo Alan Rodrigues, a estratégia do roteiro foi se utilizar da linguagem cinematográfica do western. Assim, desde o início a trama torna-se próxima do expectador ao explorar recursos familiares como o sobe som no barulho do vento de cidade abandonada; a música de faroeste tocada em gaita durante a caminhada do torcedor em direção ao bar; e os planos mais fechados ou escurecidos, não mostrando o torcedor de corpo inteiro até que ele chegue ao bar.

¹¹ Termo entendido aqui como pessoas portadoras de um passado originário, ou de uma herança rural que precisa ser preservada por uma classe intelectual dirigente.

¹² Concedida ao DVD Curtas Paraenses Volume I, da locadora paraense Fox Vídeo.

O clímax da obra se dá justamente quando o turista pede a mesma combinação de pratos que o torcedor (açai com jabá) e desdenha dos possíveis efeitos que a mistura possa causar. Se o torcedor é a tipificação da figura mítica do caboclo, reinventado pela Moderna Tradição Amazônica, o turista representa, metonimicamente, a figura do estrangeiro que lança um olhar cartesiano aos mais diferentes contextos.

Aparentemente desprezioso, “Açai com Jabá” é um curta que opera uma profícua discussão sobre o sentido da identidade regional. O filme discute o regionalismo, sem, no entanto, ser regionalista, pois utiliza a paródia e o deboche. É dessa forma que refere símbolos que historicamente se converteram em vetores do “paraensismo” da Moderna Tradição Amazônica - como as feições indígenas dos caboclos paraenses (torcedor e senhora do bar); o açai; a farinha “baguda”; o sotaque tipicamente caboclo; a música brega tocando no rádio ao fundo; a trilha sonora ao som do carimbó; as cores do Paysandu (na camisa do torcedor e na decoração do bar) – sem romantizá-los.

A senhora do bar, por exemplo, encarna o papel do olhar regionalista, ao advertir o turista sobre o peso da iguaria. Ela pede para que ele coma devagar, pois para misturar açai com jabá é necessário ter coragem e, acima de tudo, respeito. É como se ela dissesse que para ingerir tal refeição o turista devesse comportar-se com parcimônia semelhante à de um ritual sagrado. Corroborando essa visão, vemos a forma lenta e concentrada que o torcedor imprime a cada ingestão da comida e como ele aproveita a sensação de empachamento após terminar de comer, acariciando a barriga. Está “grávido”, pleno de identidade.

O regionalismo da senhora do bar e do torcedor centra-se no particular e faz disso um universo complexo, com códigos e interditos socialmente partilhados, ao passo que o universalismo do turista conhece tudo à conta gotas, de forma superficial e estereotipada, encarando costumes de forma descontextualizada. É curioso notar como uma situação do cotidiano como essa – o encontro de um nativo com um turista - pode suscitar a abordagem de vários temas caros à discussão identitária.

O fato do trio de diretores ser composto por jovens ligados ao mercado publicitário paraense talvez explique a forma figurada de passar mensagens, buscando *insights* através da paródia e do deboche, estratégias, aliás, muito comuns

no humor brasileiro levado ao audiovisual. Basta lembrar, por exemplo, os filmes da Atlântida. Esse tipo de expediente é comumente utilizado em comédias que representam situações onde há encontro de personagens que representam culturas em histórica assimetria de poder. No caso de “Açaí com Jabá”, trata-se do secular mal-estar que ocorre a cada encontro entre os modos de vida caboclo e moderno.

O deboche e a paródia, bem entendidos, são recursos do mais fraco. É que colocado em um contexto onde precisa aceitar a hegemonia cultural de um grupo mais poderoso, o dominado lança mão dos referidos expedientes para ridicularizar a figura pretensamente imponente do adversário e dessa forma questionar sua superioridade. O discurso paródico tem como característica fundamental a ironia, elemento que destrói a imagem do herói, figura central em gêneros sérios como a tragédia e a epopeia. Bakhtin (1999) falando sobre a cosmovisão carnavalesca da literatura, afirma que a paródia é um elemento que está associado ao riso e a todos os gêneros carnavalizados. Segundo o teórico, o parodiar é a criação do duplo destronante, do “mundo às avessas”.

Seguindo a estratégia paródica, o roteiro primeiro constrói uma imagem imponente do turista, para em seguida ridicularizá-lo. É assim que ele surge simpático, sorridente e, principalmente, confiante, quando diz: “Minha senhora, eu já viajei o Brasil todo. Já comi acarajé, sarapatel, caruru, vatapá, buchada, churrasco dos pampas. Por que eu não ia aguentar esse açaí?”. Mas a aura de aventureiro, nobre e destemido do turista não dura muito. Daí em diante ocorre um processo de queda do personagem, que culmina com sua repentina paralisia.

O filme ironiza os dois personagens principais, pois se o turista é retratado como um aventureiro deslumbrado e arrogante, o torcedor também é expresso como desconfiado e, mais do que isso, como ressentido. Exemplo disso ocorre quando o nativo mal deixa o turista terminar de perguntar sobre o clima amazônico, respondendo, grosseiramente, sobre o tema. O imediatismo da resposta denota que o torcedor está cansado de perguntas como àquela, que sempre são feitas por turistas, trazendo, em algumas ocasiões, um sarcasmo embutido. O que o torcedor faz ali é encenar um ressentimento histórico de vários setores da sociedade paraense com relação aos habitantes do sudeste brasileiro. Trata-se de um sentimento de frustração pela forma com que o centro do poder político-econômico brasileiro trata a região, ignorando o valor de sua

gente, sempre retratada de forma estereotipada. A revolta do torcedor também é uma maneira de assumir sua fraqueza. Assim, apesar do turista levar a pior no duelo gastronômico - o que poderia parecer uma concessão ao “paraensismo” - o estado de paralisia em que este acaba ficando é tão intencionalmente exagerado e caricato que desaconselha interpretações políticas mais exasperadas.

Dessa forma, “Açaí com Jabá” reconhece a existência de símbolos que ativam mediações com a população local, mas sugere que levar o regionalismo a movimentos extremos, na busca por uma identidade autêntica, pode ser tarefa perigosa podendo chegar ao absurdo, ou mesmo ao ridículo, como no filme.

Dezembro

“Dezembro” (2003) foi o segundo filme curta-metragem de ficção realizado em 35 mm pelo diretor paraense Fernando Segtowick. Assim como em “Dias” (2001), a estrutura do roteiro se assemelha aos filmes do cineasta mexicano Alejandro González-Iñárritu¹³, ou mesmo a obras mais antigas como “Short Cuts” (1993), de Robert Altman. Nesse tipo de trama, diversos personagens que habitam o mesmo espaço geográfico, mas que não se conhecem, vivem uma experiência comum, a partir de um acontecimento traumático.

Essa estratégia narrativa mostra como pequenas ações, aparentemente insignificantes e circunscritas, podem acabar gerando acontecimentos em cadeia, afetando a vida de diversas pessoas. O roteiro também discute a expansão da cultura consumista pelo mundo, mesmo numa periferia do capitalismo como Belém. Uma das características desse fenômeno seria o aumento do individualismo nas sociedades contemporâneas que se notabilizam por uma extrema incomunicabilidade. Assim, ao unir personagens de mundos tão opostos, o roteiro indica que todos estamos conectados, apesar das distâncias sociais de inúmeras ordens (modo de vida, classe social, etnia, geração, gênero, orientação sexual) dizerem o contrário.

Usando essa narrativa multifocal, portanto, Segtowick mostra diversas realidades dentro de uma mesma Belém. A de Jeremias, um jovem pobre que sai da prisão e tenta ver sua filha, mas é perseguido por Pimenta, policial corrupto

¹³ Ver filmes como “Amores Brutos” (2000), “21 gramas” (2003) e “Babel” (2006), todos com roteiro de Guillermo Arriaga.

que quer matar o ex-presidiário por achar que este sabe demais; o drama familiar de Carla e sua mãe Raquel, pelo fato da primeira ser homossexual; o dilema da caixa de supermercado Simone, que precisa trabalhar até o último mês de gravidez; e, finalmente, da mãe que precisa comprar um presente de natal ao namorado da filha, mesmo não tendo dinheiro.

O filme se passa no Natal, mas os tradicionais valores de solidariedade evocados pelo cristianismo só são vivenciados a partir de uma situação extrema: o parto da jovem Simone em pleno estacionamento de um shopping. Até que isso aconteça, o que se observa é a tentativa de redenção de Jeremias, que se torna evangélico na prisão e depois de liberto tenta retomar sua vida fugindo da cidade com sua filha; a intolerância de Raquel frente à sexualidade fora dos padrões de sua filha, Carla; o consumismo que leva uma simples dona de casa a roubar para satisfazer o desejo da filha; e a problemática da exploração de classe, através de Simone, jovem negra que luta pela sobrevivência, trabalhando com a gravidez em estágio avançado.

Ao invés de reforçar a imagem de uma Amazônia que registra um vazio demográfico, onde o ritmo de vida é lento e contemplativo, “Dezembro” mostra personagens individualistas em meio à correria do dia-a-dia da cidade. Cada um está tomado por seus problemas pessoais. Nesse contexto, as pessoas estão cada vez mais distantes uma das outras, apesar de conviverem em espaços populosos.

Em meio ao cotidiano da cidade, as pessoas se enxergam, mas não se veem. É curioso que em suas vidas tão duras, a solidariedade só consiga ser exercida para ajudar estranhos. Carla, por exemplo, mesmo atordoada por não conseguir a aceitação da mãe, corre para ajudar Simone. A senhora que roubara a roupa para dar de presente, mesmo com medo de ser pega por um segurança do shopping, volta e ajuda a grávida. Jeremias, que fugia de Pimenta, também não hesita em ajudar. E Simone, por fim, trabalhando em um supermercado lotado só encontra ajuda através desses estranhos.

Esse mosaico que une vidas tão diferentes em uma mesma cidade aponta que a identidade que Fernando Segtowitz se refere é bem mais plural que a construção política em torno da identidade cabocla. É como se o drama de seus personagens dissesse que mais do que caboclos, na Amazônia também vivem outros seres humanos com inúmeras formas de identificação.

Segtowick, assim, parece dialogar com a concepção de sujeito contemporâneo, entendido aqui como sujeito descentrado, ou seja, aquele que não possui um núcleo essencial, mas que só pode pensar em identidade a partir da articulação, ou negociação de suas posições em relação à sua raça, gênero, local institucional, localidade geopolítica e orientação sexual (BHABHA, 1998). Esse processo que se dá no interior do sujeito, ou de um grupo, que busca identidade, não se dá sem tensões. Dessa forma, não é a soma das diferentes posições do sujeito que lhe conferem uma identidade, mas o contexto em que este se encontra e em que lhe é cobrada uma posição. Assim, dependendo da situação, uma pessoa pode sentir a necessidade política de levantar a bandeira de sua etnia, ou de sua localidade geopolítica, por exemplo.

Considerações finais

Analisar uma sociedade através de produtos culturais mostrou-se uma estratégia produtiva tendo em vista que as narrativas dos filmes enunciam uma multiplicidade de olhares, indo desde a visão da Moderna Tradição Amazônica, passando por uma relativização e ruptura. O discurso hegemônico atual, assim, já não é tão consentido como o fora no passado porque a sociedade paraense mudou bastante desde a segunda metade do século XX.

Pensamos que a afirmativa de Loureiro (1995), de que cultura cabocla mantém um núcleo de significações mesmo diante de influências, seja muito difícil de ser sustentada. Bhabha (1998), por exemplo, considera que o processo de identificação (e não identidade) deve ser visto como uma performance, que se manifesta a partir de uma dinâmica constante de negociação e atualização. A cada encenação, portanto, ocorre um jogo com o contexto atual e temporalidades distintas dialogam.

O grande desafio da contemporaneidade, portanto, não estaria na construção de novos modelos hegemônicos de agrupamentos sociais, mas na perspectiva de convivência entre eles, para a construção de sociedades abertas às chamadas minorias culturais. Assim, ao invés de pensar um grupo social como unidade, devemos vê-lo enquanto projeto (devir) e não como tradição:

O acesso ao poder político e o crescimento da causa multiculturalista vêm da colocação de questões de solidariedade e comunidade em uma perspectiva intersticial. As diferenças sociais não são simplesmente dadas à experiência através de uma tradição cultural já autenticada; elas são os signos da emergência da comunidade concebida como projeto – ao mesmo tempo uma visão e uma construção – que leva alguém para ‘além’ de si para poder retornar, com um espírito de revisão e reconstrução, às condições políticas do presente (BHABHA, 1998, p. 21 e 22).

O cinema, assim como toda produção artística, é uma forma do sujeito sublimar suas pulsões reprimidas socialmente. Uma das vias que a civilização impõe ao sujeito para assegurar o controle das pulsões é a sublimação. Na criação artística, ele encontra um modo próprio e subjetivo de satisfação, transformando os restos pulsionais, ajudando a minorar os poderes da repressão e inibição sob a cultura, modificando-a (FUCKS, 2003, p 18). Fucks (2003) afirma ainda que o ato de sublimar tem a qualidade de fortalecer os laços sociais entre os homens e reivindicar mudanças sociais. Assim, toda criação artística compartilha, ao mesmo tempo, o esforço desenvolvido em duas metas confluentes: a do trabalho como necessidade e da sexualidade como fonte de prazer.

Pensamos, assim, que quanto mais livre e diversa for a produção artística regional, mais rapidamente esta poderá superar a noção ingênua de diversidade cultural para reconhecer que todo espaço social vive sob a égide da diferença cultural. Substituir diversidade por diferença é encerrar o desafio político de gerir a esfera pública. É não encobrir as relações de poder que estão implícitas nos discursos hegemônicos. Finalmente, pensamos que a contrapartida do poder público é formular políticas que saiam da perspectiva iluminista unificadora, partindo para o enfrentamento maduro dos dilemas da convivência multicultural.

Referências

- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: UNB, 1999.
- BHABHA, H. K. Locais da cultura. In: BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CASCUDO, L. da C. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 1974.
- GARCIA CANCLINI, N. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- GARCIA CANCLINI, N. Pistas para entre-ver meios e mediações (prefácio). In: MARTÍN BARBERO, J. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2001.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Baeta. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FUCKS, B. *Freud e a cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CASTRO, F. *A encenação das identidades na Amazônia contemporânea*. Paper do Laboratório de Sociomorfologia, série “Identificações amazônicas”, Belém, n. 1, 2005.
- LOUREIRO, J. de J. P. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: Cejup, 1995.
- MANNHEIM, K. *Sociologia do conhecimento*. São Paulo: Res Editora, 1968 [1956]. v. 1
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2001.
- VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. *Ensaio sobre a análise fílmica*. Campinas-SP: Papirus, 1994.

Desafios da implementação da lei de acesso à informação no Pará

Jader Ribeiro Gama¹

Introdução

Com a recente implementação da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), tanto o governo federal, estadual e municipal, tiveram que se adequar às novas diretrizes e normas ligadas à transparência na gestão pública. Assim, surgiram várias dificuldades e entraves principalmente nos municípios da região Amazônica. Nas prefeituras do estado do Pará a situação não é diferente, caracterizadas por quadros técnicos que em algumas realidades até desconhecem o assunto e possuidoras de grande dificuldade para se adequar a uma nova cultura organizacional. Neste contexto regional o problema é aprofundado pela pouca infraestrutura de TIC's, bem como pela escassez de profissionais de tecnologias da informação e comunicação. O estudo teve como premissa visualizar o nível de adequação dos portais eletrônicos dos municípios do estado do Pará à LAI (Lei de Acesso à Informação), bem como os problemas que contribuem para o não cumprimento da lei.

Procedimentos metodológicos

O estudo de caso múltiplo (YIN, 2001) foi o método de procedimento escolhido como estratégia de pesquisa. Considerando que o estudo de caso é uma investigação empírica que “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32), foram utilizadas técnicas classificadas como sistemas similares (VIDAL, 2011). A pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro a dezembro de 2014, e se dividiu em três etapas.

¹ Graduado em Processamento de Dados – Universidade Federal do Pará (UFPA) e Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Universidade Federal do Pará (UFPA) - Av. Perimetral, nº1 – Bairro Guamá – Belém – PA – Brasil. jadergama@ufpa.br

A primeira consistiu em pesquisas bibliográficas e documentais, tanto acerca dos referenciais teóricos da pesquisa (gestão pública, transparência e governo eletrônico), quanto da legislação pertinente ao objeto de estudo (Lei de Transparência e Lei de Acesso à Informação).

A segunda organiza-se através de uma análise quantitativa dos portais eletrônicos dos municípios paraenses, com intuito de medir o seu grau de transparência a partir da adequação aos dispositivos da Lei no 12.537/2011 (Lei de Acesso à Informação) e manuais de boas práticas desenvolvidos por organismos nacionais e internacionais.

A terceira etapa consistiu na fase de análise dos dados quantitativos e qualitativos, em que foram comparados os resultados no que diz respeito à adequação dos portais de transparência dos municípios paraenses em relação aos normativos legais.

A análise dos dados foi feita através da metodologia de análise dos indicadores de transparência, com o intuito de medir o nível de transparência dos governos municipais, considerando quatro níveis de avaliação: o primeiro é a existência ou não de mecanismos de informação e participação; o segundo é a qualidade do funcionamento dos mecanismos existentes; o terceiro são os conteúdos de informação; e o quarto é a existência de ferramentas de comunicação entre governo e sociedade.

Questionamentos podem surgir quanto à dificuldade de se identificar o nível de transparência na publicação de informações relativas à gestão pública nos sítios eletrônicos dos municípios paraenses, no entanto, esta pesquisa acompanha os argumentos de Pereira (2004, p.29) que assevera: “tudo na natureza é passível de mensuração, basta identificar qual *numerus* é adequado a essa tarefa”. E inspira-se em outros pesquisadores que aceitaram este desafio como Cruz *et al.* (2012), Ribeiro e Zucolloto (2012), Amorim (2012), Souza *et al.* (2009), Barros (2014), Starosky *et al.* (2014), entre outros.

O que se espera de um município cujo nível de transparência seja boa e, conseqüentemente, adequada à Lei de Acesso à Informação é que os mecanismos existam, funcionem bem, forneçam todas as informações exigidas e permitam a participação social de fato na tomada de decisões, bem como a comunicação entre governo e sociedade (ETHOS, 2014).

Para o nível *existência de mecanismos*, foi escolhido um conjunto de três canais que definem os conceitos de transparência e participação: site na *internet*; telefone para atendimento; e local para atendimento pessoal, todos baseados no que diz a lei 12.527/2011.

A nota final que estabelece o nível de transparência do município foi adaptada a partir da metodologia do Instituto Ethos (2014), e considera uma variação de nota de 0 a 100, com escala dividida em cinco partes iguais, sendo mais de 0 a 20 (transparência muito baixa), mais de 20 a 40 (transparência baixa), mais de 40 a 60 (transparência média), mais de 60 a 80 (transparência alta) e mais de 80 a 100 (transparência muito alta).

O primeiro bloco de cálculo é o de conteúdo, com 124 itens. Cada item vale um ponto, no máximo, podendo haver gradação se o conteúdo esperado existir, mas não for completo. Nessa gradação, o conteúdo incompleto, mas com 75% ou mais do esperado, vale 0,75; com 50% ou mais vale 0,5; com 25% ou mais vale 0,25; e com mais de zero e menos de 25% vale 0,1. Nos casos em que a questão não se aplica ao município (por exemplo, a existência de relação de citações judiciais no caso de não haver nenhuma citação), a pergunta é retirada da relação. A soma alcançada nos itens é dividida pelo total de itens (124 no total, menos os casos de “não se aplica”, quando houver), resultando em um percentual ou nota de conteúdo (Nc) (ETHOS, 2014).

O segundo bloco de cálculo é formado pelos *canais de informação* (*Internet*, telefone e sala de transparência, com 43 itens no total) e participação (audiências públicas, ferramentas *web* 2.0 e ouvidoria, com 35 itens no total). Eles são tratados separadamente, usando o mesmo sistema aplicado ao conteúdo (soma dos pontos obtidos nos itens, dividida pelo total de itens e excluindo os casos de “não se aplica”, quando houver) em cada um dos canais. No caso da *Internet*, é avaliada ainda a acessibilidade para pessoas com deficiência.

Caso não haja acessibilidade, a nota sofre um desconto de 10%, se houver baixa acessibilidade o desconto na nota é de 6,66%, se houver média acessibilidade o desconto é de 3,33% e se houver boa acessibilidade não há desconto na nota (ETHOS, 2014).

Os canais de informação com as notas de *Internet* (Ni), Sala de Transparência (Ns) e Telefone (Nt) são utilizados para o cálculo geral da nota

de Canais de Informação (Nci), a *Internet* representa 70% do total, a Sala de Transparência 25% e o Telefone 5%. O cálculo é feito do seguinte modo: $Nci = 0,7*Ni+0,25*Ns+0,05*Nt$, sendo Nci – Nota de canais de informação; Ni – Nota de Internet; Ns – Nota de Sala de Transparência; Nt – Nota de Telefone (IBID., 2013). Já os casos dos canais de participação, foram utilizadas as notas de Audiências Públicas (Na) e de Ouvidoria (No). Para o cálculo da nota dos Canais de Participação (Ncp), é feita a média simples de ouvidoria e audiências. O cálculo é feito do seguinte modo: $Ncp = (Na+No)/2$, sendo: Ncp – Nota dos Canais de Participação; Na – Nota de Audiência Pública; No – Nota de Ouvidoria (IBID., 2014).

Após essa etapa é feita a junção de Conteúdo e Canais de Informação em uma única nota de Transparência da Informação (Nti), calculada pela média geométrica de Conteúdo e Canais de Informação (raiz quadrada do produto entre eles). O cálculo é feito do seguinte modo (ETHOS, 2014):

$Nti = \text{raiz quadrada de } Nc*Nci$; Sendo:

Nti – Nota de Transparência da Informação

Nc – Nota de Conteúdo

Nci – Nota de Canais de Informação

Existem duas grandes dimensões: Informação (Nti) e Participação (Ncp). Por questões conjunturais, para chegar ao Índice de Transparência, foi atribuído peso 90 à informação e peso 10 à Participação, uma vez que para avaliar essa dimensão só foi possível a verificação através da página de *internet*. Isto é, a informação corresponde a 90% do Índice de Transparência e a Participação a 10%. Assim, o Índice de Transparência (It) final é calculado do seguinte modo (ETHO, 2014):

$It = 0,9*Nti+0,1*Ncp$

Onde: It – Índice de Transparência

Nti – Nota de Transparência da Informação

Ncp – Nota de Canais de Participação

Transparência na Gestão Pública

Uma gestão pública transparente demanda uma profunda mudança organizacional que tem impacto na vida das pessoas e das organizações, e que pode criar oportunidade para melhorar a qualidade do serviço público a partir de investimentos na formação dos seus funcionários:

A aposta na transparência como novo mote dos processos de mudança organizacional decorre do extraordinário potencial de transformação, que tem este novo conceito, na vida das pessoas e das organizações. Esse potencial é tanto maior, na medida em que a mudança pela transparência vence resistências. As pessoas de modo geral apreciam a transparência e esperam alguma transparência dos sujeitos com os quais elas se relacionam. De tal modo que se encontrou na transparência um veículo aperfeiçoado para a moldar organizações melhores. Essa sensibilização para o potencial, para o impacto positivo da transparência na vida organizacional começa a ser percebida também pelo setor público, havendo um vasto campo para as iniciativas de promoção da transparência pública. [...] As organizações de modo geral e marcadamente as organizações públicas não têm tradição de transparência, porque não tem uma cultura de transparência. De modo amplas perspectivas se abrem para esses processos de reforma do Estado por via da transparência, em termos de resultados quanto a melhoria da gestão pública, dos serviços públicos (GOMES FILHO, 2005, p. 8).

Além disso, a transparência aplicada aos processos de formação das decisões diminui o corporativismo no setor público, como afirma Stiglitz (1999):

O único argumento que poderia ter alguma validade (para manter em segredo a tomada de decisões) é que, as vezes ocultar informação pode proporcionar uma vantagem tática no jogo da negociação política. Mas [...] em geral, proceder em segredo não se justifica nem pela segurança nacional nem como requisito prévio ao debate racional e reflexivo, nem se quer pela necessidade tática dentro de uma estratégia mais ampla, mas serve sim como um manto atrás do qual determinados grupos possam melhor impor seus interesses fora do escrutínio público (STIGLITZ, 1999, p. 145).

Com a participação cidadã na gestão pública a transparência pode atuar como um contrapeso da influência dos interesses de grupos particulares

(GRAU, 2006). Por exemplo, no caso de audiências públicas para implantação de projetos hidrelétricos ou projetos minerais, o acesso à informação sobre os impactos ambientais é fundamental para que as populações que serão atingidas possam buscar seus direitos e organizarem-se na defesa de seus modos de vida, equilibrando o debate a partir do momento que são apresentadas ao público tanto as vantagens quanto os prejuízos que empreendimentos deste porte podem causar.

Outro componente importante nesse processo de mudança organizacional influenciada pelos normativos legais de transparência é o desafio imposto (referente a apropriação das tecnologias da informação e comunicação) às organizações governamentais e de maneira especial ao funcionalismo público.

O desenvolvimento da tecnologia da informação oferece novas possibilidades de ganho de transparência pelas organizações. O emprego dos novos recursos tecnológicos da informatização pode melhorar a qualidade da informação produzida pela organização e, por outro lado e independentemente disso, tem, sem sombra de dúvida, impacto extraordinário sobre o seu acesso, haja vista que, por meio da informatização, a organização tanto pode se conhecer melhor como também pode dá-se a conhecer melhor. Esta via dupla, por meio da qual a informatização expõe e, portanto, ‘transparencializa’ a organização, submete-a a mudanças potenciais imensuráveis (GOMES FILHO, 2005, p. 7).

Porém, para que essa visão otimista se consolide é preciso que iniciativas de transparência na gestão pública e TICs fomentem dentro dos governos a construção de uma cultura digital colaborativa, baseada na capacitação tanto dos funcionários do governo quanto na sociedade civil:

Tecnologia da informação em si mesma, [...], como material, quando colocada à disposição do público pelos governos, é inútil sem capacitação dos usuários potenciais; sem que os governos se apropriem dos meios e deem uso social aos mesmos e sem fazer a elite incorporar-se ao processo e disseminar a informação, que continua apropriada; do contrário, qualquer esperança de melhoria é frágil (SANTOS, 2002, p. 5).

No contexto atual, o cumprimento das chamadas Leis de Transparência depende também do grau de avanço da gestão pública no que diz respeito a sociedade da informação, tanto na parte de infraestrutura tecnológica, quanto no

quesito referente a capacidade de seus gestores e dos funcionários públicos no que tange a comunicação pública.

A gestão pública no contexto amazônico

No cenário atual, as instituições que formam a sociedade amazônica caracterizam-se por sua ineficiência “alicerçadas em normas e valores que não reduzem a incerteza dos indivíduos, que dissociam o trabalho do conhecimento [...] e que bloqueiam a inovação” (SILVA, 2012, p. 5). Qualidades características de sociedades opacas que dificultam o cultivo de uma cidadania esclarecida, e que desta maneira tem dificuldades de enxergar e muito menos controlar as ações dos governos tanto na esfera estadual quanto municipal. O contexto atual, segundo Silva (2013), é decorrente do

[...] curso histórico que tem reproduzido os velhos padrões de dominação e paternalismo, presentes desde os tempos coloniais, e que neste início de milênio têm provocado o agravamento da exclusão social e dos problemas ambientais na região (SILVA, 2013, p. 9).

Apesar dos avanços das questões ligadas às TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação) e governo eletrônico que ocorreram nas últimas décadas, e da promulgação de leis que regem atividades ligadas à administração, gestão, transparência e acesso à informação pública, o Estado do Pará continua carecendo de “instituições públicas que sejam capazes de dar voz à sociedade e pautar suas ações nos princípios de Administração Pública da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade” (SILVA, 2012, p. 5).

Fazendo referência a clássica obra de Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil), Silva (2012) procura a gênese da condição socio-ambiental amazônica na atualidade:

[...] nosso presente e, conseqüentemente, nosso futuro estão indelevelmente ligados ao nosso passado. Assim, para modificarmos nosso destino, temos que buscar entender as causas mais profundas de nossa formação social que determinam e caracterizam presentemente o Estado, a sociedade e a mentalidade de nossos dirigentes (SILVA, op. cit. p. 6).

Alguns aspectos da colonização na região Amazônica lançam luzes a respeito do modo de ação patrimonialista das elites regionais atuais, que agem como se o Estado fosse a extensão de sua vida privada. Como por exemplo a característica aventureira dos colonizadores europeus, o aliciamento da mão de obra indígena pela Igreja Católica, e a ênfase dada ao extrativismo (que até hoje é uma característica marcante da economia no território amazônico, totalmente voltada para exportação de matérias-primas).

As “elites do poder” (MATHIS e FARIAS FILHO, 2008, p. 10) local destacam-se no papel de subserviência e apoio aos interesses do capital nacional e internacional, pois encontram nessa aproximação a manutenção de seu benefício próprio e posição de proa na sociedade amazônica. Como os representantes dessas elites se encontram bem colocados em governos, legislativo, judiciário e nas universidades da região, multiplicam um modelo de cidadania pouco virtuosa no que tange aos interesses coletivos dos amazônidas. Essa mentalidade individualista que prevalece nas elites reflete diretamente na maioria da população, o que atrapalha sobremaneira a possibilidade de construção de um projeto coletivo de desenvolvimento regional.

Assim, podemos inferir que as causas do atraso, da pobreza, da degradação ambiental, da exclusão social e da baixa prosperidade econômica na Amazônia brasileira podem ser creditadas à ação predatória de empresários, banqueiros, comerciantes (nacionais e internacionais) e governo central, associados aos governos e às elites locais... dificultando a constituição de relações permanentes e de solidariedade entre a população amazônica e favorecendo as ações de mandonismo, clientelismo, autoritarismo e patrimonialismo das elites e baixo controle social em relação à ação governamental... pois, o ciclo que representa ou explica o atraso, a pobreza e a exclusão social regional resulta do processo histórico em que se forjaram as relações de produção, comercialização e de convivência social entre as classes regionais, e entre as elites locais e o poder econômico nacional e internacional (SILVA, 2012, p. 9 e 10).

Na visão de Silva (2012), falta densidade organizativa e participação na vida pública, para que a sociedade amazônica possa exercer o controle social dos respectivos governos (*accountability*), especialmente na esfera local, onde “tem sido oferecida a maior possibilidade ao cidadão de estender sua vista até os

assuntos que lhe dizem respeito, e de deixar o mínimo espaço ao poder invisível” (BOOBIO, 1997, p. 69).

Essas características históricas, políticas e culturais têm um reflexo direto nos estados e municípios amazônicos. Segundo Vidal (2007, p. 6), “historicamente, o Estado de Pará se caracterizou pelo uso e utilização do poder público por parte das elites tradicionais. Estas elites utilizaram os poderes judicial e governamental para interferir e controlar a ação pública”.

Para Vidal (2011), os aspectos culturais e organizacionais têm uma grande parcela de influência sobre os problemas econômicos e políticos por que passam as prefeituras paraenses na atualidade, e complementa:

Cada sociedade possui formas específicas de organização das instituições e a cultura e as formas de organização, as quais facilitam ou dificultam o desenvolvimento econômico. A organização destas instituições está fortemente condicionada por uma cultura. Nas prefeituras pequenas e médias paraenses detecta-se a falta de normalização de uma cultura de planejamento financeiro e de mecanismos e acompanhamento e controle na área da gestão financeira, que nos municípios pequenos e grandes, tem efeitos negativos (VIDAL, 2011, p. 192).

De forma que, a cultura do patrimonialismo “enquanto uma relação de poder tradicional, [...] onde a coisa pública passa a ter um caráter privado em consequência de sua apropriação por parte de quem controla o aparelho burocrático” (MONTEIRO, 2000, p. 13), que vem se engendrando historicamente nas estruturas do poder público municipal, dificulta sobremaneira a administração eficiente das prefeituras paraenses:

A forma como se administra o município, no caso de realidade paraense, continua presa à tradição patrimonialista. Nos últimos anos a imprensa tem feito denúncias sistemáticas das administrações municipais, principalmente no que diz respeito ao uso indevido do dinheiro público por parte dos gestores municipais, os quais tem se utilizado do cargo e dos recursos públicos, como se fosse uma extensão de seus negócios particulares e de seus familiares (MONTEIRO, 1997, p. 153).

De fato, os escândalos políticos que, vindo à tona, alcançam a vista da opinião pública têm dado visibilidade aos desmandos e crimes contra a administração

pública no estado do Pará, inclusive tem provocado cassação de mandatos, tanto no poder legislativo quanto no poder executivo. No entanto, Vidal (2010) alerta que o problema da falta de acesso à informação pública corrobora a manutenção da cultura patrimonialista nas instituições governamentais paraenses:

Embora o patrimonialismo, como prática arcaica, se encontre em processo de superação, não significa que esta prática apareça menor nas novas formas que restringem a “acessibilidade do público” aos temas públicos e estratégicos do município. Este fato se manifesta com a existência de poucos instrumentos e canais de informação e participação cidadã nas decisões chave da cidade (VIDAL, 2010, p. 109).

Esta tradição patrimonialista permeia um *modus operandi* viciado no que diz respeito a administração pública municipal no Pará. Práticas de locupletação, desvio de verbas públicas e gastos abusivos por parte das prefeituras continuam presentes no cotidiano dos municípios, seguindo como um constructo historicamente aceito, em uma fronteira tênue entre as esferas pública e privada, que segundo Vidal (2011, p. 154) “se confundem e entrelaçam nas práticas administrativas e nos modelos de gestão, manifestando-se em práticas de decisões arbitrárias, patrimonialismo, personalismo, nepotismo e desvio de recursos públicos para outros fins”.

Acrescente-se a estas práticas nefastas o descumprimento as leis de responsabilidade fiscal, lei de transparência e lei de acesso à informação, que ocasionam o enfraquecimento institucional do poder municipal, e a desarticulação entre cidadãos e o governo. Fazendo com que as pessoas sejam impedidas de participarem verdadeiramente do processo de tomada de decisões que afetam suas vidas e não somente quando dos processos eleitorais, o que gera um governo opaco e uma cidadania míope.

Lei de Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito à informação pública previsto na Constituição Federal de 1988. A LAI estabelece que toda informação produzida ou custodiada por órgãos e entidades públicas é passível de ser ofertada ao cidadão, a não ser que esteja sujeita a restrições de acesso legalmente estabelecidas, sejam elas:

(i) informações classificadas nos graus de sigilo reservado, secreto ou ultrassecreto, nos termos da própria LAI; (ii) informações pessoais, afetas à intimidade e à vida privada das pessoas naturais; ou (iii) informações protegidas por outras legislações vigentes no País, como é o caso do sigilo fiscal e do sigilo bancário (CGU, 2013, p. 7).

Para operacionalizar o direito à informação, a LAI garante à sociedade o acesso a informações públicas de duas formas: através da Transparência Ativa e da Transparência Passiva. A primeira ocorre quando o Estado concede, proativamente, amplo acesso a informações de interesse coletivo e geral, divulgando-as em seus sítios eletrônicos na *Internet*. Os artigos da LAI que fazem referência expressa a iniciativas de Transparência Ativa são:

Art. 3º. Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

(...)

II - Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

(...)

Art. 8º. É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas” (BRASIL, 2011)

O artigo 8º da LAI, estabelece ainda uma lista mínima de informações que devem ser disponibilizadas por todos os entes da administração pública (§ 1º do art. 8º):

I – registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III – registros das despesas;

IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V – dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades e;

VI – respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Ainda no artigo 8º da LAI, § 2º consta a normatização do uso da *internet* como canal obrigatório para a divulgação de informações relativas a Transparência Ativa, através de sites de acesso à informação criados especialmente para esta finalidade ou no Portal de Transparência dos Estados e municípios, conforme transcrito abaixo:

§ 2º. Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*) (BRASIL, 2011).

No § 3º do artigo 8º da LAI encontram-se alguns requisitos que os sites na *internet* criados para divulgação de informações definidas pela Lei como objetos de Transparência Ativa devem cumprir:

I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio e;

VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 (BRASIL, 2011).

Torna-se evidente, assim, que os entes públicos submetidos a Lei de Acesso à Informação devem cumprir não somente os estatutos da Lei 12.527/2011, mas também devem levar em consideração, no momento de implementar seus instrumentos de Transparência Ativa na internet, o que exige a Lei Complementar 131/2009.

Vale lembrar que no caso de municípios com menos de 10 mil habitantes, a publicação na rede mundial de computadores das informações relacionadas a Transparência Ativa é facultada (CGU, 2013, p. 43).

No Estado do Pará apenas 12 municípios estão desobrigados a publicar suas informações referentes a Transparência Ativa na *internet*, são eles: Santa Cruz do Arari, Magalhães Barata, Peixe-Boi, Faro, Palestina do Pará, Brejo Grande do Araguaia, Abel Figueiredo, Santarém Novo, São João da Ponta, Pau-d'Arco, Sapucaia e Bannach. Mas continuam obrigados a divulgar, em tempo real, as informações relativas à execução orçamentária e financeira, conforme estabelecido no art. 73-B da Lei Complementar no 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Como mencionado anteriormente a LAI também estabelece normativamente quais os procedimentos que devem ser desenvolvidos, para que os entes públicos brasileiros cumpram as exigências relacionadas a Transparência Passiva “quando algum órgão ou ente é demandado pela sociedade a prestar informações que sejam de interesse geral ou coletivo, desde que não sejam resguardadas por sigilo” (CGU, 2013, p. 17). No seu artigo 10, a Lei de Acesso à Informação trata da obrigatoriedade que os órgãos governamentais tem de prestar informações solicitadas pela sociedade:

Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida (BRASIL, 2011).

A LAI prevê ainda o estabelecimento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) físico, descrito no inciso I do artigo 9º da Lei:

Art. 9º. O acesso a informações públicas será assegurado mediante:

- I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:
- a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
 - b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
 - c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.
- (BRASIL, 2011)

Portanto, a LAI obriga todos os entes federados a organizarem uma estrutura física para atender as demandas das pessoas físicas e jurídicas presencialmente. Em seu Art. 9º, a Lei de Acesso à Informação determina que o SIC funcione em local com condições apropriadas para que seja prestado o serviço de atendimento, orientação e informação sobre o trâmite de documentos. A este espaço físico de atendimento soma-se o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), que se constitui em um espaço digital acessível, via *internet*, onde é possível cadastrar, monitorar e acompanhar o pedido de informação. São atribuições do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
- Normatizar o protocolo de documentos e requerimentos de acesso a informações (CGU, 2012).

A Lei também estabelece, em seu artigo 40, que o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal designará autoridade para, no âmbito da sua unidade administrativa, exercer as seguintes atribuições:

- Assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei;
- Monitorar a implementação do disposto na LAI e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;
- Recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto na Lei; e
- Orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento da LAI e de seus regulamentos (CGU, 2012).

As questões operacionais que dizem respeito à implementação e ao funcionamento dos SICs, como por exemplo, horários de atendimento e regras de atendimento, deverão ser regulamentadas pelos estados e municípios, através de lei ou decreto. Segundo a própria CGU (órgão responsável pela implementação e monitoramento da lei em nível federal) a regulamentação por parte dos entes subnacionais pode gerar uma série de vantagens para os governos e a sociedade civil:

Uma regulamentação tempestiva e que contemple com eficácia os ditames da LAI traz vantagens aos gestores e aos cidadãos dos municípios, amplia direitos e evita uma série de problemas políticos e jurídicos [...] A norma aprovada localmente tem uma função muito importante: ajusta os mandamentos gerais da Lei à realidade do ente específico. Ou seja, a regulamentação municipal da LAI traduz as regras genéricas e abstratas da Lei de Acesso à Informação às especificidades da prefeitura ou câmara legislativa interessada em conferir maior efetividade ao exercício do direito de acesso às informações públicas (CGU, 2013, p. 6).

A não regulamentação da LAI na esfera municipal, segundo o Guia técnico de regulamentação da Lei de Acesso à Informação em Municípios e *Check List*, pode gerar vários riscos, conforme demonstra o quadro 01 (CGU, 2013).

Quadro 01 - Lista de riscos na falta de regulamentação local da LAI

- Os procedimentos de acesso à informação não ficam claros para os cidadãos e tampouco para os servidores públicos;
- Não se prevê quem é o responsável pelo fornecimento das informações;
- Há incerteza e desinformação quanto à possibilidade de interposição de recursos diante de negativa de informação;
- O órgão corre o risco de fornecer informações sigilosas indevidamente;
- Informações sigilosas podem ser classificadas sem o devido respaldo legal;
- Caso haja ações judiciais a respeito de acesso à informação no município, a decisão judicial se fundamentará apenas na Lei Nacional, já que o órgão municipal e os servidores não poderão recorrer a outros normativos locais que os orientem;
- Os Tribunais de Contas, órgãos que têm por competência o acompanhamento das contas e da transparência nos municípios, tem entre suas atribuições aplicar sanções se identificarem.

Adaptado CGU, 2013.

A Lei de Acesso a Informação no Pará

É importante relembrar que “a Lei de Acesso à Informação subordina todos os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nos três níveis da federação” (CGU, 2013, p. 6). Portanto, a LAI se aplica, automaticamente, a todos os órgãos a ela subordinados, incluindo Prefeituras e Câmaras Legislativas, e está em vigor desde o dia 16 de maio de 2012, independente de estar regulada localmente ou não.

A grande maioria dos estados da federação brasileira já regulamentou a LAI, movimento este que vem sendo acompanhado de maneira menos acelerada pelas prefeituras municipais. Vale a pena analisar o “Mapa da Transparência”, trabalho que a CGU vem fazendo, de acompanhamento dos sites oficiais do poder executivo dos estados e municípios que já regulamentaram a Lei de Acesso à Informação.

O último levantamento foi realizado entre os meses fevereiro/agosto de 2015, e verificou-se que a regulamentação da LAI foi realizada em 81% dos estados (incluindo governo federal), 74% das capitais e nos municípios acima de 100 mil habitantes. Em apenas 36% (incluindo capitais) foi localizada regulamentação da Lei de Acesso à Informação.

A região Amazônica é onde se concentra o maior número de estados que ainda não regulamentaram a Lei de Acesso à Informação, entre eles estão: Amazonas, Roraima e Amapá. O estado do Pará regulamentou a lei através do decreto nº 1.359, de 31 de agosto de 2015, portanto com atraso de mais de 4 anos desde a promulgação da lei 12.527/2011. Dos municípios do Pará com mais de 100 mil habitantes, segundo a CGU, apenas Belém (Lei 8.912/2012) e Abaetetuba (Lei 363/2013) regulamentaram a Lei de Acesso à Informação. No entanto, esta pesquisa constatou que a cidade de Ananindeua (Lei Nº 2.593/2012) também regulamentou a LAI.

Essa demora na regulamentação da LAI no Estado do Pará e, conseqüentemente, a sua não regulamentação por parte dos municípios, leva a uma série de implicações, das quais se destaca o baixo nível de transparência dos portais eletrônicos das prefeituras paraenses em todas as suas regiões. A média dos índices de transparência dos sítios eletrônicos dos municípios paraenses, com base na metodologia aplicada a esta pesquisa, revela que a grande maioria das cidades do Pará encontra-se em um patamar muito baixo. Nenhuma das mesorregiões conseguiu alcançar o nível de transparência baixa.

Tabela 2 – Média do Índice de Transparência dos Portais Municipais por mesorregião

MESORREGIÃO	MÉDIA DO ITPM
Metropolitana de Belém	14%
Sudeste	8%
Baixo-Amazonas	7%
Marajó	6%
Nordeste	6%
Sudoeste	6%

Fonte: Elaboração própria

Em números gerais, 37,5% dos municípios do Pará ou não têm *site* na *internet* ou afirmam que estão com *site* em construção ou suspensos (por falta de pagamento), ou estão desatualizados a mais de seis meses. As cidades cujos sites das prefeituras não foram encontrados são: Prainha, Gurupá, Melgaço, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Inhangapi, Bonito, Capitão Poço, Colares, Garrafão do Norte, Magalhães Barata, Oeiras do Pará, Peixe-Boi, Santa Maria do Pará, Terra Alta, Tracuateua, Brejo Grande do Araguaia, Goianésia do Pará, Itupiranga, Palestina do Pará, Rondon do Pará, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Sapucaia e Brasil Novo.

Levando em consideração os referenciais baseados no que determina a Lei de Acesso à Informação, percebe-se que a grande maioria das prefeituras do Estado do Pará não cumprem a legislação ou a cumprem parcialmente. O que se infere a partir desta análise é que existe um desconhecimento a respeito dos normativos legais ou que a LAI é colocada como uma ação governamental não prioritária. Mesmo com o MPF pressionando para que essas prefeituras cumpram o que determina a legislação, os sítios eletrônicos municipais que existem encontram-se em níveis de governo eletrônico abaixo dos estágios de maturidade preliminares (BAUM e DI MAIO, 2000), pois, apesar dos portais eletrônicos existirem, quando as informações são publicadas encontram-se desatualizadas, o que demonstra desrespeito pela LAI (Lei de Acesso à Informação).

Um dos indícios que se pode inferir tomando por base esse quadro de descumprimento da Lei de Acesso à Informação é o fato de ser um normativo

recente, mas o que dizer sobre leis mais antigas como a LRF e a Lei de Transparência? A CGU (2013) aponta a importância da regulamentação local da LAI, por estados e municípios, como um indício para que a lei seja cumprida. O Pará, que está entre os estados que fizeram tardiamente a regulação da LAI, reflete em seus entes municipais esse atraso, uma vez que esta pesquisa constatou que apenas 3 municípios do estado regulamentaram a Lei de Acesso à Informação (Belém, Ananindeua e Abaetetuba).

Considerações finais

Há um imenso espaço de crescimento para as prefeituras municipais em relação à transparência pública e implementação da Lei de Acesso à Informação, com vistas à participação social e desenvolvimento de uma cidadania cívica. A grande maioria dos gestores públicos ainda vê o processo de implantação de TIC's, criação de portais de transparência e acesso à informação, como uma imposição do governo federal, e não como uma oportunidade de melhorar a eficiência governamental, a transparência pública e aumentar assim a comunicação pública, em benefício de uma maior participação da sociedade civil nas decisões de govenro.

O nível do avanço da adequação a Lei de Acesso à Informação e transparência na gestão pública encontrar-se em seus primeiros passos, refletindo um nível superficial de debate sobre esta agenda no estado do Pará. Demonstrando ainda que transparência, acesso à informação, modernização da gestão e participação social, continuam sendo parte da retórica entre os prefeitos municipais.

O não cumprimento da LAI ou o cumprimento parcial é prática comum em todos os municípios paraenses. Um primeiro passo para que este importante normativo seja cumprido é que essa lei seja regulamentada municipalmente no Estado do Pará e, assim, os governos locais possam efetivamente criar os espaços institucionais previstos em lei, cumprindo-a. Por outro lado, o debate em nível municipal sobre a LAI pode também gerar um espaço propício para o cultivo de uma cidadania virtuosa capaz de aumentar o controle social em nível local. E, nesse aspecto, a universidade tem um papel importante de ampliar o debate sobre esse tema junto a governos e sociedade civil.

Referências

AMORIM, P. D. F. *Democracia e Internet: a transparência de gestão nos portais eletrônicos das capitais brasileiras*. 2012. 348 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) Faculdade de Comunicação da UFBA. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.

BAUM, C., MAIO, A. *Gartner's four phases of e-government model*. Gartner Group - Research Note, 2000.

BARROS, L. *A transparência fiscal eletrônica nos municípios do Estado do Paraná: avaliação do índice de transparência e as possíveis relações nesse processo*. 2014. 94f. Dissertação (Mestrado em Administração do Setor de Ciências Sociais Aplicada) Programa de Pós-graduação em Administração da UFPR. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná.

BOOBIO, N. *O futuro da democracia – Uma defesa das regras do jogo*. Tradução Marco Aurélio Nogueira; 6a Edição. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1997.

BRASIL. *Decreto nº 12.527, de 18 nov. 2011. Regula o Acesso à Informação e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm Acessada em: Acesso em 14 agosto 2014.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. *Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios*. Controladoria-Geral da União, Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. 1a edição, Brasília/2013.

_____. *Orientações para implementação da Lei de Acesso à Informação nas Ouvidorias Públicas: rumo ao sistema participativo*. Ouvidoria Geral da União. Brasília, 2012. Disponível em: <http://zip.net/brr8qS>

Acessado em: outubro de 2014.

CRUZ, C; FERREIRA, A; SILVA, L; MACEDO, M; *Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros*. RAP - Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 2012.

ETHOS. *Notas metodológicas Projeto Jogos Limpos*. Instituto Ethos. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://zip.net/byr8Sd> . Acessado em: 25 de maio de 2014.

GOMES FILHO, A. *O desafio de implementar uma gestão pública transparente*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10. Santiago, 2005. Disponível em <http://zip.net/bkr8gc>. Acesso em: 26. out. 2014.

- GRAU, N. C. La Transparencia en la Gestión Pública: ¿Cómo construirle viabilidad? In: Estado, gobierno, gestión pública. *Revista Chilena de Administración Pública*, Nº. 8, 2006 . p. 22-44.
- MATHIS, A., FARIAS FILHO, M. C. *Mapeando elites no estado do Pará: uma aproximação teórico-metodológica. Papers do NAEA*, nº 216. Belém, 2008.
- MONTEIRO, M. Nomeações e privilégios no Tribunal de Justiça do Pará. *Papers do NAEA*, Nº 131. Belém, 2000.
- MONTEIRO, M. *Nomeação e Concurso: Máquina Burocrática Estatal e Denominação Política*. Belém, NAEA, Dissertação de Mestrado, 1997.
- PEREIRA, J. C. R. *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais*. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- RIBEIRO, C; ZUCCOLOTTO, R. *Identificação dos fatores determinantes da transparência na gestão pública dos municípios brasileiros*. Concurso Nacional de Monografias: Conselheiro Henrique Santillo / Tribunal de Contas do Estado de Goiás. – Brasília: Esaf, 2012.
- SANTOS, R. *Governo eletrônico: o que se deve e o que não se deve fazer*. In: XVI Concurso de Ensayos y Monografías del CLAD sobre Reforma del Estado y Modernización de la Administración Pública “Gobierno Electrónico”. Caracas, 2002.
- _____. *Instituições e desenvolvimento regional: o papel da universidade na construção de políticas públicas na Amazônia*. SEDRES – Abordagens e experiências. Rio de Janeiro, 2012.
- STAROSCKY, E; LYRIO, M; LUNKES, R.; *Análise do nível de transparência dos portais eletrônicos das prefeituras atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville (SC) com base em um modelo multicritério de apoio à decisão*. In: V Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade. Florianópolis, 2014.
- STIGLITZ, J. *On liberty, the right to know, and public discourse: the role of transparency in public life*. Oxford: Oxford Amnesty Lectures. 1999.
- VIDAL, J. Desafios de uma nova gestão pública para o desenvolvimento dos municípios no Pará. *Novos Cadernos NAEA*. Nº 2 - Belém, 2011. Disponível em: <http://zip.net/bpr8YD>. Acessado em: outubro de 2014
- _____. Continuidade e mudança na gestão pública no Pará. *Gespública* – Governo Federal. Brasília, 2010. Disponível em: <http://zip.net/bwr7Vf>. Acessado em: outubro de 2014
- YIN, R. K. *Estudo de caso – planejamento e métodos*. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

A Amazônia de Eidorfe Moreira em livros e jornais

Maria Stella Faciola Pessôa Guimarães¹

Eidorfe Moreira nasceu no ano de 1912 e faleceu em 1989. Construiu extensa obra, sobretudo dedicada a interpretar a Amazônia. Sempre morou no Pará. Foi professor de geografia, pesquisador da Universidade Federal do Pará e atuou na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia nos anos iniciais de sua implantação. O intelectual arcou sozinho com a publicação de grande parte dos livros que escreveu, os quais estão esgotados. Em 2012, o centenário de seu nascimento foi marcado por algumas iniciativas com a intenção de promover novas leituras críticas de sua vasta produção interdisciplinar. Dentro desse espírito continuado de renovação, este artigo apresenta um breve panorama da vida e da obra de Eidorfe.

A Amazônia, seus intelectuais, culturas e pensamento social

O atual Banco da Amazônia (BASA) tem origem no Banco de Crédito da Borracha criado em 1942. Sessenta anos depois, portanto em 2002, é editado o livro comemorativo do aniversário do BASA, com o título *A Amazônia e o seu Banco*. No ano de 2004, esse trabalho é ampliado para uma nova edição, naquele momento com a denominação *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos* – obra organizada por Armando Dias Mendes, com cinco seções: a região, a economia, as políticas, o banco, a cultura (GUIMARÃES, 2012b). Como exemplos, recorro a algumas citações de artigos do livro que bem traduzem a intenção do compêndio em seus dois volumes. “O livro não é sobre o Banco, é sobre a Amazônia” (MENDES, 2004, p. 15). “A história do BASA confunde-se com a história da presença do Estado na Amazônia e de suas políticas para a região” (CORRÊA, 2004, p. 553). “A Amazônia [...] está irremediavelmente ligada ao global e sua preservação [...] precisa considerar a esfera da política econômica e ambiental mundializada” (CASTRO, 2004, p. 73).

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPa) da Universidade Federal do Pará (UFPa).

Do Marajó ao arquivo: breve panorama da cultura do Pará (com omissões perdoáveis e imperdoáveis) é ensaio de Benedito Nunes (2004) – intelectual paraense nascido em 1929 e falecido em 2011, com obra que tem grande repercussão nos centros hegemônicos do país e no exterior – que compõe *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. Esse longo título escolhido por Benedito já anuncia a pretensão do autor: compor um panorama da cultura do Pará, retornando às origens da região porque cita os nomes dos arqueólogos Clifford Evans e Betty Meggers com suas pesquisas no Marajó:

Para o Pará convergiram, seguindo a calha do grande rio Amazonas, até à ilha do Marajó, onde se dispersaram, em confronto com outros povos, populações pré-históricas, anteriores ao estabelecimento dos portugueses, com cultura material própria, conforme atestam os testemunhos arqueológicos em cerâmica, escavados em Oriximiná, Santarém e Pacoval (Marajó) [...].

Os arqueólogos [...] Clifford Evans e Betty Meggers [...] conseguiram determinar [...] quatro ondas migratórias, a última das quais a Marajoara [...]. Essa movimentação indígena já mostra a procedência da afirmativa segundo a qual Belém foi em sua origem e no primeiro século de sua existência, uma cidade mais tupinambá do que portuguesa (NUNES, 2004, p. 640).

Dessa maneira, creio não haver dúvida quanto às razões do tino de Benedito ao intercalar explicitamente o Marajó, no título do seu ensaio, como ponto histórico iniciativo para discorrer sobre o panorama da cultura do Pará. A partir dessa história (ou pré-história), Benedito usa, no rótulo extenso do artigo, a palavra ‘arquivo’, querendo indicar, a meu ver, que descrever o panorama da cultura do Pará é tarefa que exige acesso às fontes ou ao ‘arquivo’. Esse ‘arquivo’, certamente consultado pelo ensaísta, é precioso e variado, pois há nada menos do que 200 nomes inscritos por Benedito em *Do Marajó ao arquivo: breve panorama da cultura do Pará (com omissões perdoáveis e imperdoáveis)*. A redação do texto enfeixado no livro do BASA tem uma lente especial para os nomes ou as pessoas que constroem, com suas respectivas trajetórias, o panorama da cultura do Pará. O autor discrimina, pouco a pouco, uma espécie de inventário e quer que ele seja um levantamento completo visando à aquisição do conhecimento mais cabal

por parte dos leitores. No entanto, admite a possibilidade de falhas, lacunas ou omissões nesse arrolamento de nomes, as quais ele classifica de perdoáveis (se não são importantes de fato para a história cultural do Pará) ou imperdoáveis (se são importantes nessa história, mas são pessoas esquecidas pelo autor no seu inventário), fechando assim o letreiro espiritual do ensaio.

Refiro-me, com destaque, ao ensaio de Benedito Nunes para mostrar a importância dada a Eidorfe Moreira no panorama da cultura de Belém, do Pará e da Amazônia. Ao tecer suas considerações sobre as obras amazônicas cinzeladas por Eidorfe, Benedito chama a atenção dos leitores para características marcantes do acervo escrito por Eidorfe: não apresenta mais “a passada exaltação regionalista” de autores anteriores, como Leandro Tocantins (NUNES, 2004, p. 651), e tem múltiplas facetas, com clara demonstração da amplitude e da diversidade dos conhecimentos que habilmente mobiliza, aproxima, reúne.

Como os indivíduos, as cidades mudam também de fisionomia, embora sem o caráter regular e fatal que tem naqueles; e é precisamente o ritmo dessas mudanças que, nos países novos, revela o grau de vitalidade das aglomerações urbanas, uma vez que tal vitalidade se traduz num enriquecimento de formas e de linhas. Assim aconteceu também com a capital paraense.

Neste sentido, diremos que Belém passou pelas seguintes fases ou mutações fisionômicas, de acordo com as várias influências que sofreu no decorrer dos tempos:

- a) a pioneira (influência indígena)
 - b) a colonial (influência portuguesa)
 - c) a cosmopolita (influência do *boom* da borracha)
 - d) a americanizante (influência do arranha-céu),
- (MOREIRA, 1966, p. 135).

[...] desenvolve-se no decênio de 50, mas como se uma ilha solitária fosse, em modestas publicações, a maioria das quais custeada pelo próprio autor, a multifacetada ensaística de Eidorfe Moreira, distribuída por três ordens de assunto: os amazônicos (*O conceito e a paisagem, Belém e sua expressão geográfica, Os igapós e seu aproveitamento, Influências amazônicas no Nordeste – Reflexo da fase áurea da borracha*), os geográfico-literários (*Sertão – a palavra e a imagem e Presença do mar na literatura*

brasileira), os de história cultural do Pará (*O livro didático paraense – breve notícia histórica, Presença hebraica no Pará e As letras jurídicas no Pará*). O pensamento do autor arrimava-se a um esquema conceptual geográfico, segundo nos revela o mais rico e fecundo dos seus ensaios, *Ideias para uma concepção geográfica da vida*, que continua em *Geografias Mágicas*. Afinal, Eidorfe primou na linha do ensaio particularmente dedicado à Amazônia (NUNES, 2004, p. 651).

Ora, reflexões sobre a história, a sociedade e a cultura amazônicas, bem como os estudos dos processos sociais em que se produzem os conhecimentos – componentes do pensamento social e da sociologia da cultura – não devem estar ausentes dos programas que visem à análise da formação histórica e ao desenvolvimento da região, que liguem portanto passado, presente e futuro. Logo, o pensamento social pode ser um ponto importante nos debates e discussões sobre a Amazônia. Programas e pesquisas nessa área – onde Benedito e Eidorfe estão obrigatoriamente inseridos – são faróis para iluminar processos de construção da Amazônia que se renovem continuamente de forma crítica e criativa (GUIMARÃES, 2011, 2012a, 2012b).

[...] a sociedade não se realiza desacompanhada das interpretações de que é objeto e, mais do que isso, as interpretações proporcionam significado à vida social, pesadas inclusive suas veleidades, possibilidades e limites efetivos [...]. [As interpretações] também operam na orientação das condutas dos atores sociais, na organização da vida social, nos processos de mudança e nas relações de poder que isso sempre implica (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 914).

Destarte, pesquisas sobre pensamento social são voltadas para o entendimento da realidade brasileira – o que inclui a da Amazônia – e de suas modalidades de produção cultural. Os estudos de intelectuais – como Benedito Nunes e Eidorfe Moreira – e de suas ideias são fundamentais para esse entendimento.

Criar referências sobre o pensamento social brasileiro na Amazônia é uma tarefa intelectual de muitos desafios. Preocupações com a cronologia, a tradição intelectual, as fronteiras disciplinares, as intersecções paradigmáticas, as atualizações, seja como prolongamentos, reforma, ou rupturas de perspectivas teórico-metodológicas, seja como construção

epistemológica de espectro amplo, são de extrema importância para movimentar interesses e construir identidades nessa linha de pesquisa (FREITAS, 2007, p. 27).

Para a socióloga Nísia Trindade Lima, o campo de estudos sobre o pensamento social está sendo constituído, no país, em torno da análise da produção intelectual, artística, cultural, científica etc. É, portanto, uma área com visão multidisciplinar, que exige a interação de variados domínios do conhecimento – tanto que hoje reúne, em suas pesquisas, sociólogos, historiadores, antropólogos, geógrafos etc. Ainda observa Nísia que uma das características marcantes do campo de estudos é pensar como se formam as interpretações do Brasil, da sua sociedade e das suas regiões (informação verbal)².

Eidorfe Moreira: vida e livros entrelaçados

Eidorfe nasceu no ano de 1912 e faleceu em 1989. O nascimento ocorreu na Paraíba, mas o futuro professor, pesquisador e escritor veio cedo com os pais para Belém e a partir daí sempre morou no Pará. Eidorfe constituiu família e criou uma vasta obra, dedicada sobretudo a “construir intelectualmente uma interpretação da Amazônia” – como bem expressa o historiador Aldrin Moura de Figueiredo, que vê Eidorfe como “polímata e polígrafo”, porque gostava de escrever, gostava da palavra e escreveu sobre vários assuntos, sobre diversos temas (informação verbal)³.

Estudar o pensamento de um autor é um desafio que exige combinar seus textos e respectivos contextos, o que torna fundamental, na interpretação das obras, o conhecimento dos dados biográficos de quem escreve (GUIMARÃES, 2012a, 2012b). Então, para a leitura da produção intelectual de Eidorfe, é essencial reconstituir o esboço da vida do autor:

² Conferência proferida em 13 de agosto de 2012 no *Congresso Eidorfe Moreira* promovido pela Universidade da Amazônia (UNAMA) e pela Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC).

³ Conferência proferida na Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC) em 18 de fevereiro de 2011.

Prestes a terminar o curso ginasial, em 6 de setembro de 1932, [Eidorfe] participou da revolta estudantil de apoio à Revolução Constitucionalista de S. Paulo, que marcaria, fundamente, sua personalidade e sua vida. Ferido a bala no braço esquerdo, teve de amputá-lo, aos vinte anos de idade, no Hospital da Santa Casa. [...]

Em 1938, colou grau de Bacharel em Direito, na Secretaria da Faculdade, sem qualquer pompa (CHAVES, 1989a, p. 18).

[Em 1943] intensificou sua atividade no magistério, ingressando em vários estabelecimentos de ensino secundário, como professor de geografia, ciência de sua predileção (CHAVES, 1989a, p. 19).

Fundada a [...] [Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia] SPVEA, entregue à esclarecida direção de Arthur Cezar Ferreira Reis, [Eidorfe] começou a trabalhar no setor de divulgação da mesma, em 54. [...] (CHAVES, 1989a, p. 20).

1967 assinalou grande mudança no ritmo de vida de Eidorfe. A convite do reitor José da Silveira Neto, ingressou na Universidade Federal do Pará [UFPA] (CHAVES, 1989a, p. 21).

Em 1977, o Conselho do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA aprovou a proposta do professor José Carlos Castro no sentido de solicitar ao reitor a reedição das obras de Eidorfe, como parte das comemorações do 20º aniversário de fundação daquela instituição. Convidado a manifestar-se no processo instaurado, [Eidorfe] mostrou-se desfavorável à pretensão, alegando que tencionava ampliar diversos de seus trabalhos (CHAVES, 1989a, p. 23).

A geografia de Eidorfe Moreira, para além do conceito estrito da problemática do espaço, sempre seria pensada em relação direta com os domínios contidos no campo significativo de *cultura*. História, filosofia, antropologia, sociologia e literatura, por exemplo, compõem o universo discursivo de Eidorfe Moreira, aproximando-o [...] dos modelos teórico-metodológicos que haviam revolucionado as ciências humanas na França [...] [no] começo do século XX (COELHO, 2012, p. 7).

Em 1981, tomou uma atitude insólita e inesperada, que surpreendeu os seus amigos: doou parte de sua biblioteca – uma das melhores da nossa terra – a alguns deles e a várias instituições que prezava, entre as quais a Academia Paraense de Letras, a Arquidiocese de Belém, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará e o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos [NAEA] (CHAVES, 1989a, p. 23).

Em 1989, a professora Maria Annunciada Chaves – membro do Conselho Estadual de Cultura do Pará – já organizava os livros e ensaios esparsos de Eidorfe. Então, o Governo do Estado na gestão de Hélio Gueiros, por intermédio da Secretaria de Educação (SEDUC) – então dirigida por Therezinha Moraes Gueiros–, decidiu incentivar e patrocinar a edição das *Obras reunidas* de Eidorfe Moreira (1989) enfeixadas em oito volumes das Edições CEJUP, fruto do trabalho de sistematização de Annunciada, que ainda escreveu a *Nota biográfica* (CHAVES, 1989a) da coleção. Benedito Nunes elaborou a *Nota crítica* (NUNES, 1989) da produção intelectual de Eidorfe. Os volumes das *Obras reunidas* têm os seguintes conteúdos (MOREIRA, 1989):

a) volume 1: *Apresentação; Nota biográfica* (elaborada por Maria Annunciada Chaves); *Nota crítica* (elaborada por Benedito Nunes); *Conceito de Amazônia; Sertão: a palavra e a imagem; Amazônia: o conceito e a paisagem; Alfredo Ladislau; Belém e sua expressão geográfica*;

b) volume 2: *Roteiro bibliográfico do Marajó; Estado e ideologia; Ideias para uma concepção geográfica da vida*;

c) volume 3: *Presença do mar na literatura brasileira; O fator social na consideração do solo*;

d) volume 4: *Os sermões que Vieira pregou no Pará; Os igapós e seu aproveitamento; Visão geossocial do Círio; Presença hebraica no Pará; Kant como geógrafo; O nefelismo de El Greco; As letras jurídicas no Pará*;

e) volume 5: *Os igapós e seu aproveitamento; Para a história da Universidade Federal do Pará; A educação moral, cívica e religiosa no Pará*;

f) volume 6: *O livro didático paraense; Obras escolares paraenses de história; Influências amazônicas no Nordeste*;

g) volume 7: *Geografias mágicas*;

h) volume 8: *Publicações avulsas (Pequena história de uma biblioteca particular; Um motivo para a rosa; Um soldado anônimo de muitas lutas; Dom Quixote e o problema do conhecimento); Seara amazônica; Os fundamentos geográficos do planejamento; Uma filosofia em termos geográficos; Obras de Francisco Solerno Moreira (pai de Eidorfe); Sobre o autor; Cronologia biográfica*.

Em 1990, Anunciada é entrevistada sobre as *Obras reunidas* para matéria de página inteira no jornal *O Liberal*, assinada por Rose Silveira: “O lançamento oficial [das *Obras reunidas*] está previsto para sete de agosto, mas a obra já se encontra à venda nas livrarias de Belém e, futuramente, será vendida em todo o Brasil, com a possibilidade de ser lançada, também, no exterior” (SILVEIRA, 1990, p. 1). Como de fato ocorreu essa distribuição dos livros? Eidorfe está esquecido ou nunca foi conhecido à altura da sua obra? Qual a recepção de seus livros? Como ler Eidorfe Moreira hoje? Suas obras publicadas – algumas a expensas do próprio autor – estão esgotadas para aquisição em livrarias. Mas ainda é possível encontrá-las nas bibliotecas públicas da cidade. Assim, este artigo é sobretudo um convite à leitura de Eidorfe.

Em linhas gerais, passo a resumir as ideias principais contidas em alguns livros de Eidorfe, primordiais para estudos sobre a Amazônia, incluindo os trabalhos escritos enquanto ele foi pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – instituição da Universidade Federal do Pará (UFPA) na qual desenvolvo atualmente meu projeto de doutorado, na área de pensamento social, sob a orientação de Edna Maria Ramos de Castro.

Amazônia: o conceito e a paisagem

Embora o livro tenha sido publicado no Rio de Janeiro pela SPVEA somente em 1960, houve publicação anterior pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em 1958, mas na verdade o trabalho incorpora conteúdos anteriores sobre a questão, escritos inicialmente em 1955, quando Eidorfe trabalhava justamente na SPVEA (CHAVES, 1989a).

É preciso entender o momento brasileiro que deu origem ao livro de Eidorfe: a Constituição de 1946 estava em vigor. Nas suas Disposições Gerais, fazia referências ao Plano de Valorização da Amazônia (BRASIL, 1946):

Art. 199 – Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

Parágrafo Único – Os Estados e Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por meio do Governo Federal.

A questão no início dos anos 50 era: como conceituar a região amazônica para os efeitos do Plano de Valorização?

Definir, conceituar, delimitar, caracterizar uma região é uma das tarefas mais árduas da geografia. Pode-se utilizar desde os métodos mais tradicionais até os métodos de análise quantitativa, passando pelos métodos históricos, sociológicos, etc.; definir, conceituar, delimitar, caracterizar uma região com objetivos de nela atuar de modo a reduzir suas desigualdades internas, é tarefa mais árdua ainda.

Mas, o que define a região de planejamento? [...] Quando falamos de Amazônia, a qual Amazônia estamos nos referindo? Ou a quais Amazônias? São estas Amazônias regiões tradicionalmente falando ou são regiões de planejamento? (OLIVEIRA JÚNIOR, 2009, p. 45).

A Lei n.º 1806, de 6 de janeiro de 1953, complementa o preceito constitucional: dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências (BRASIL, 1953):

Art. 1º – O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.

Art. 2º – A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e, ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, a parte do Estado de Goiás a norte do paralelo do 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

Machado Coelho emitiu sua opinião sobre os dispositivos legais daquele momento histórico: a Amazônia “hoje se acha dividida, para efeito de planejamento, em clássica e legal, uma nas coordenadas geográficas, outra nas coordenadas políticas” (COELHO, 1960, p. 4). Em seu livro *Amazônia: o conceito e a paisagem*, Eidorfe avaliou a legislação aqui relacionada, que acaba fazendo uma reinvenção da Amazônia brasileira:

O que se vê aí é um vasto plano de investimento para o qual a própria nação se fez financiadora. [...]

A execução desse plano, como é óbvio, impôs desde logo a necessidade da revisão do conceito de Amazônia, uma vez que as considerações econômicas passavam a primar sobre as demais como base dessa conceituação. E com o novo conceito surgiu o problema da sua delimitação (MOREIRA, 1960a, p. 40).

A nova concepção da Amazônia, com efeito, exprime antes uma consideração humana do que uma fórmula ou conceito geográfico [...]. É a condição humana e não a paisagem natural que prevalece como base dessa concepção. Ainda que criticável geograficamente falando, ela encerra um mérito que sobreleva todas as suas inconseqüências geográficas: o de ter definido a Amazônia em função das vicissitudes do homem e não dos aparatos da natureza (MOREIRA, 1960a, p. 47).

Todo o primeiro capítulo do livro *Amazônia: o conceito e a paisagem* é dedicado a avaliar formas de conceituar a Amazônia. Entre elas, desponta o conceito hidrográfico: “No sentido hidrográfico, que é o mais amplo e definido geograficamente falando, Amazônia designa uma bacia fluvial” (MOREIRA, 1960a, p. 15). Eidorfe prossegue seus comentários sobre a Amazônia como bacia:

Dessa bacia a parte geograficamente mais interessante é a planície [...]. Nela se distinguem um trecho mais recente [...], sujeito a inundações, e outro mais antigo [...], não inundável: o primeiro é a *várzea*, o segundo a *terra firme*, dominados pelos planaltos e serras dos sistemas orográficos que circunscrevem a bacia. Essa gradação de níveis, sem contrastes pronunciados, lembra um dilatado e irregular anfiteatro, com extensos e espaçados patamares (MOREIRA, 1960a, p. 18).

Essa imagem especial da Amazônia comparada a um anfiteatro foi retomada pelo autor quando falou sobre a paisagem da região:

A gradação de nível desse imenso anfiteatro imprime diferenças se não definidas pelo menos bem sensíveis no relevo da região, diferenças que podem ser tomadas como base não só para uma divisão física como econômica dos seus quadros naturais. Assim é que, de acordo com essa gradação, temos 3 zonas de diferenciação: a *várzea*, a *terra firme* e o *planalto* (MOREIRA, 1960a, p. 53).

A metáfora do anfiteatro aplicada à Amazônia é muitas vezes recuperada: por exemplo, meio século depois de *Amazônia: o conceito e a paisagem* (MOREIRA, 1960a), ela volta ao pensamento sobre a região no livro *Amazônia: região universal e teatro do mundo* (BOLLE; CASTRO; VEJMEJKA, 2010). O subtítulo dessa publicação mais recente, para se referir à Amazônia, também empresta de Johann Wolfgang von Goethe a ideia de literatura universal. Da mesma forma, traz à lembrança Calderón de la Barca – poeta e dramaturgo espanhol do século XVII – e sua metáfora do *Grande Teatro do Mundo*. No caso da Amazônia, o teatro de Calderón de la Barca é portanto o anfiteatro de Eidorfe Moreira.

Sertão: a palavra e a imagem e Presença do mar na literatura brasileira

O livro *Sertão: a palavra e a imagem* é de 1959. Há fatos históricos marcantes que fazem parte do momento fervilhante em que foi produzido: *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, é de 1956, com edição da José Olympio; Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960; Juscelino Kubitschek governou o Brasil de 1956 a 1961.

A principal produção de Eidorfe em 59 foi *Sertão: a palavra e a imagem*, impressa nas oficinas de H. Barra, a expensas do autor, e dedicada à memória de Euclides da Cunha. Em carta dirigida ao notável ensaísta, Guimarães Rosa considera o pequeno volume ‘uma verdadeira propedêutica sertanista’ (CHAVES, 1989a, p. 20).

Citam-se alguns nomes referidos e comentados por Eidorfe na obra: Guimarães Rosa, Alberto Rangel, Cassiano Ricardo, Oliveira Vianna, Antônio

Ladislau, Gilberto Freyre, Mário Palmério, Sílvio Romero, Pierre Monbeig e Euclides da Cunha – por sinal, homenageado na edição. “Este trabalho é dedicado à memória de Euclides da Cunha, que me inspirou, quando ainda estudante, através das páginas memoráveis do seu grande livro, o amor e a admiração às coisas sertanejas” (MOREIRA, 1959, p. 3).

Eidorfe procurou conceituar e delimitar sertão e litoral:

Não será fácil, como à primeira vista talvez pareça, definir-se e discriminar o variado e heterogêneo conteúdo de significação desta palavra [sertão], que tanto pode exprimir uma paisagem como uma situação jurídico-social, tanto pode significar um simples topônimo como até mesmo um complexo estado mental (MOREIRA, 1959, p. 11).

O litoral representa as influências externas, aquilo que temos de comum e incaracterístico com os demais povos; o sertão encarna as nossas persistências históricas, o substrato real da nacionalidade. Pelo litoral, somos universais; pelo sertão, somos nós mesmos (MOREIRA, 1959, p. 9).

O Brasil está dividido em duas partes [...]. De um lado, o litoral, com as suas cidades modernizadas, recebendo o bafejo das influências europeias e norte-americanas – a civilização no ritmo atual; do outro, o sertão, recuado no tempo e no espaço, estacionário ainda que progressista em certos pontos – a civilização no ritmo antigo, ainda não tecnizada (MOREIRA, 1959, p. 10-11).

Assim, a obra de Eidorfe mantém um diálogo criativo e estreito com questões presentes na temática do pensamento social brasileiro. Visões dualistas no Brasil, que contrastam sertão e litoral, continuam objeto de discussões atuais, como observa Nísia Trindade Lima:

Sertão e litoral representam os contrastes de uma sociedade vista como o principal problema a ser investigado, e que foi objeto de diferentes tentativas de interpretação. A ideia de um país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário à modernização, no interior, quase sempre conviveu com concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com a parisitismo e a superficialidade litorâneos (LIMA, 1999, p. 17).

O livro *Sertão: a palavra e a imagem* tem ainda um apêndice com o título *O sertão e a nova capital*, alusivo àquele momento da mudança da capital do país.

Brasília sugere a ocorrência simultânea de três vantagens: uma geométrica – a vantagem do centro; outra altimétrica – a vantagem do planalto; e a terceira hidrográfica – a vantagem de ser um ponto de dispersão de águas. [...]

Não se pense, entretanto, que a nova capital encerrará o ciclo político do litoral, como muitos pensam. Litoral e sertão são referências necessárias ao equilíbrio nacional (MOREIRA, 1959, p. 55-56).

É importante observar ainda que, se em 1959 Eidorfe já entendia o sertão e o litoral como “referências necessárias ao equilíbrio nacional”, três anos depois de *Sertão: a palavra e a imagem*, Eidorfe escreve *Presença do mar na literatura brasileira* (MOREIRA, 1962). Entre as construções literárias comentadas, Eidorfe faz incursões na obra de Jorge Amado, dizendo que no seu mar “ideológico e classista [...] ressoa um largo sopro de reivindicação social” (MOREIRA, 1962, p. 110). Eidorfe comparou Jorge Amado e Dalcídio, mas também Joaquim Nabuco – autor de *Minha formação* – e Euclides da Cunha:

Também em *Linha do Parque*, de Dalcídio Jurandir, vamos encontrar um mar *ideológico e classista*, um mar de agitações sociais, no caso agitação já caracteristicamente revolucionária. Fixando, num amplo desdobramento histórico, as vicissitudes e agitações do movimento comunista no Brasil, o romance se impregna e desenvolve na atmosfera ideológica desse movimento (MOREIRA, 1962, p. 111).

Minha formação reflete uma vocação marítima: o sonho e a sedução do ultramar. *Os Sertões*, ao contrário, é a consciência de uma adstrição continental vista em termos dramáticos. Em Nabuco, a atração marinha se processa em termos de sedução, ao passo que a continental, em Euclides, é um caso de determinismo, para não dizer fatalismo geográfico (MOREIRA, 1962, p. 134).

Belém e sua expressão geográfica

A obra foi editada pela Prefeitura de Belém no exercício de 1966 para comemorar os 350 anos da cidade. O próprio autor considerou seu livro “um estudo sistemático de interpretação geográfica de Belém”, fruto de “pesquisas de campo” e “consultas bibliográficas e cartográficas”. Ainda no prólogo, Eidorfe

define o geógrafo como *homo participes* e não como *homo spectans*. Assegurou o professor aos seus leitores que a elaboração do trabalho foi possível com esse espírito de participação ou de integração (MOREIRA, 1966, p. 7). A estrutura do livro tem três partes: *A paisagem histórica*, *A paisagem natural* e *A paisagem urbana*. *Belém e sua expressão geográfica* mereceu inúmeros elogios, como o de Dalcídio Jurandir, escritor paraense da mesma geração de Eidorfe:

Aí está um trabalho de categoria em que o excelente pesquisador se alia ao geógrafo no melhor sentido da palavra. Sua obra merece a Coleção Brasileira, de São Paulo. Não sei quem poderia se incumbir de levá-la ao editor e é verdade que as edições estão escasseando. Estou feliz com o que fez, de rigorosamente objetivo e importante, para o Pará, para a nossa Amazônia (JURANDIR⁴ apud CHAVES, 1989b, p. 379).

Nesse livro comemorativo, Eidorfe concedeu realce especial às ilhas de Belém:

Se o rio define o plano e engrandece a perspectiva, é nas ilhas, entretanto, que reside a graça da paisagem belemense.

Nenhuma cidade do Brasil apresenta tão numeroso constelário de ilhas como Belém. [...]

A cidade nasceu por assim dizer sob o signo insular. De uma ilha veio a expedição; 'ilha' consideravam os fundadores o sítio original onde ela se edificou; e o primeiro mapa da região, o de Vicente Cochado, não é senão uma fantasia nesográfica (MOREIRA, 1966, p. 69).

Os igapós e seu aproveitamento

Enquanto foi pesquisador do NAEA (COSTA, 2008), Eidorfe publicou *Os igapós e seu aproveitamento* (MOREIRA, 1976), *Para a história da Universidade Federal do Pará: panorama do primeiro decênio* (MOREIRA, 1977) e *Influências amazônicas no Nordeste: reflexos da fase áurea da borracha* (MOREIRA, 1982). Com relação ao NAEA, observo também que, em 1983, Eidorfe escreveu *Sentido econômico da fundação de Belém* no jornal *A Província do Pará*, dedicado ao Núcleo

⁴ Correspondência de Dalcídio Jurandir para Eidorfe Moreira, reproduzida por iniciativa de Maria Anunciada Chaves.

no ano de seu decênio, trabalho recentemente republicado, como *Memória*, na revista *Novos Cadernos NAEA*:

A expedição chefiada por Francisco Caldeira de Castelo Branco, da qual resultou a fundação da capital paraense, e conseqüentemente a incorporação da Amazônia ao domínio português, foi sem dúvida uma expedição militar, visando como tal objetivos estratégicos, mas nem por isso deixou de ter motivações econômicas também. Com a ocupação da foz do Amazonas e das áreas adjacentes, não se visava apenas ao controle de uma posição geográfica, mas assegurar também a exclusividade de uma vantagem ou exploração econômica. Tendências ou móveis econômicos, quando não determinam, reforçam quase sempre operações militares dessa natureza (MOREIRA, 2010, p. 309).

[...] fortes razões econômicas atuaram, real ou pelo menos presumivelmente, na fundação de Belém. Pensamos que, em maior ou em menor grau, direta ou indiretamente, todas elas se fizeram sentir na fase pioneira da ocupação amazônica, embora nos pareça que a mais forte e decisiva tenha sido a que chamaremos de “aurícidiosa”, isto é, a da busca do ouro e das riquezas minerais (MOREIRA, 2010, p. 313).

Quanto a livro *Os igapós e seu aproveitamento*, foi editado inicialmente em 1970 pela UFPA e, em 1976, com ampliações, pelo NAEA. Então é devotado à memória do cientista Jacques Huber (CHAVES, 1989a). O prefácio é de José Marcelino Monteiro da Costa (na ocasião, coordenador do Núcleo):

[Editado pelo NAEA], dentro dos propósitos de um conhecimento mais completo das realidades amazônicas e do aproveitamento das suas potencialidades, com vistas a lograr um maior desenvolvimento regional, integrado no contexto do crescimento brasileiro (COSTA, 1976, p. 11).

O trabalho de Eidorfe tem a seguinte justificativa, conforme palavras do próprio escritor:

De todas as regiões naturais do Brasil, a Amazônia é a que apresenta maior extensão e variedade de formas pantanosas ou assemelhadas a isso. Essas formas tanto ocorrem na orla marítima, por efeito da maré, como às margens dos rios, em consequência dos seus transbordamentos periódicos, ocupando em ambos os casos extensões consideráveis (MOREIRA, 1976, p. 17).

Influências amazônicas no Nordeste: reflexos da fase áurea da borracha

Com essa publicação de 1982, “encerra o ilustre polígrafo suas atividades na Universidade” (CHAVES, 1989a, p. 23). De 1975 a 1982, Eidorfe integrou o quadro de professores do NAEA (COSTA, 2008).

Primeiro, Eidorfe publicou em 1974 um esboço em jornal – *A Província do Pará* – sobre esses reflexos da fase da borracha, depois transcrito na *Revista da Academia Cearense de Letras*, o que demonstra sua repercussão na região vizinha. Depois, a pesquisa foi desenvolvida no NAEA pelo professor de geografia:

[com] caráter inovador de inverter a análise do interrelacionamento econômico, social, demográfico e cultural entre o Nordeste e a Amazônia. Essa inversão consiste em detectar as principais influências desta região em relação àquela, em função das características da fase áurea do ciclo da borracha, que culminou no início deste século (COSTA, 1982, p. 7).

José Marcelino comentou a respeito da “capacidade impressionante de sistematização” de Eidorfe (COSTA, 1982, p. 7), mostrando cada trabalho em sua abrangência, nas divisões e subdivisões projetadas para cada tema exposto.

Em sua explicação inicial no livro, Eidorfe apontou a necessidade de estudos sobre o ciclo da borracha em função dos seus efeitos “extra-amazônicos” (MOREIRA, 1982, p. 9) ou além da região. E é isso que o escritor começou a fazer, pois se propõe, em seu livro, a analisar a repercussão do ciclo no Nordeste. Nesse aspecto, Eidorfe pondera que há estudos sobre influências nordestinas na Amazônia, sobretudo quanto ao fluxo migratório decorrente das secas nordestinas. Com o livro *Influências amazônicas no Nordeste: reflexos da fase áurea da borracha*, é feita a inversão de análise.

Eidorfe principiou sua obra traçando linhas gerais sobre a chamada “civilização da borracha” (MOREIRA, 1982, p. 11), para depois analisar, com erudição, as influências do ciclo gomífero no Nordeste: influências demográficas, sociais, econômicas, folclóricas, linguísticas, literárias etc. É mister relevar como Eidorfe desenvolveu sua escrita: primeiro, ele mencionou uma lacuna – o que justificou a elaboração do trabalho –, agindo como se lançasse a si próprio um desafio; em seguida, aceitou a incitação e desenvolveu esse trabalho; ao final, concluiu modestamente alguma coisa como: “Apenas [o autor] reconhece que

não chegou a desenvolvê-lo na escala desejável” (MOREIRA, 1982, p. 10). Assim, parece haver sempre em Eidorfe uma vontade de aperfeiçoamento contínuo.

Escritos de Eidorfe Moreira em jornais e revistas

As *Obras reunidas* enfeixam a maioria da produção intelectual de Eidorfe, mas há outros trabalhos do autor, como a vasta publicação em jornais e revistas.

Os trabalhos de Eidorfe incluídos nos jornais estão sobretudo em *A Província do Pará*, conforme levantamento que realizei a partir das indicações de Annunciada nas *Obras reunidas* (CHAVES, 1989a, 1989b). Entre os 42 números apontados pela professora (relação a seguir, com datas e títulos, reproduzidas em duas páginas da Figura 1), 39 já foram recuperados na Biblioteca Pública Arthur Vianna (Belém), em condições de leitura:

Quadro 1 - Textos em Jornais

09.01.1955 Lobo de Almada: a figura e a obra	13.01.1980 Funções extramilitares do Forte do Castelo
27.10.1963 O primeiro romance amazônico	27.04.1980 A rede bancária paraense durante o Império: breve contribuição à história bancária do Pará
11.10.1970 Visão geossocial do Círio	08.06.1980 Colégio Estadual Paes de Carvalho: forja e centro nucleador da cultura paraense
28.01.1973 O romance amazônico de Júlio Verne	10.08.1980 Belém do futuro e sua moldura insular
08.07.1973 Uma página memorável da mocidade paraense	24.10.1981 Homenagem póstuma a um amigo bissexto
09.09.1973 Nossos gramáticos e a tradição gramatical paraense	15.05.1983 Sentido econômico da fundação de Belém
18.11.1973 A nossa primeira “imortal”	05.06.1983 Dom Macedo Costa como educador
24.02.1974 Influências amazônicas no Nordeste	25.03.1984 Belém em termos cartográficos (sobre as antigas plantas da cidade)
19.05.1974 Mundividência em termos de delírio: a página por excelência de Machado de Assis	27.05.1984 O primeiro romance belenense
11.08.1974 As geografias escolares do Pará	23.12.1984 Jesus visto como geógrafo
22.09.1974 A matemática no Pará	31.03.1985 Considerações sobre o adagiário amazônico

27.10.1974 A literatura escolar paraense	28.04.1985 Os fundamentos geográficos do planejamento
08.06.1975 A educação moral, cívica e religiosa no Pará: obras de autores locais sobre o assunto	08.12.1985 As que se engrandecem no anonimato (homenagem às Irmãs de Caridade)
24.08.1975 Livros de leitura de autores locais até o início do século	23.03.1986 Flagrantes de uma filosofia geográfica
02.05.1976 Capistrano de Abreu e a Amazônia	10.08.1986 A descaracterização onomástica das nossas cidades
08.08.1976 Um soldado anônimo de muitas lutas	21.09.1986 O Museu Goeldi e a Amazônia
23.01.1977 Obras escolares paraenses de história (até meados deste século)	29.03.1987 Uma aventura feminina no estuário amazônico (a primeira mulher a explorar a foz do rio-mar)
11.06.1978 O artesanato artístico da borracha	09.08.1987 La Condamine e a Amazônia
04.11.1979 As ruínas na cinética do tempo	10.01.1988 Augusto Meira Filho

Fonte: Organizado pela autora.

- 27.03.1988 Consequências geopolíticas da fundação de Belém
- 26.06.1988 Mosaico amazônico I: notas sobre assuntos regionais
- 21.08.1988 Mosaico amazônico II: notas sobre assuntos regionais
- 09.10.1988 Variações sobre o Círio

Fontes documentais importantes para futuras pesquisas, alguns desses trabalhos de Eidorfe veiculados em jornal também fizeram parte de volumes de 1973 a 1976 da *Revista de Cultura do Pará* – periódico do Conselho Estadual de Cultura do Pará. Na ocasião, a comissão editorial da revista era composta dos membros Maria Annunciada Chaves, Inocêncio Machado Coelho e José da Silveira Neto.

Ainda em revista paraense, localizei o artigo no periódico do Instituto Histórico e Geográfico do Pará denominado *Emílio Goeldi e a questão do Amapá*, a demandar análise aprofundada:

Figura 1 – Imagens ilustrativas das publicações de Eidorfe Moreira em *A Província do Pará*.

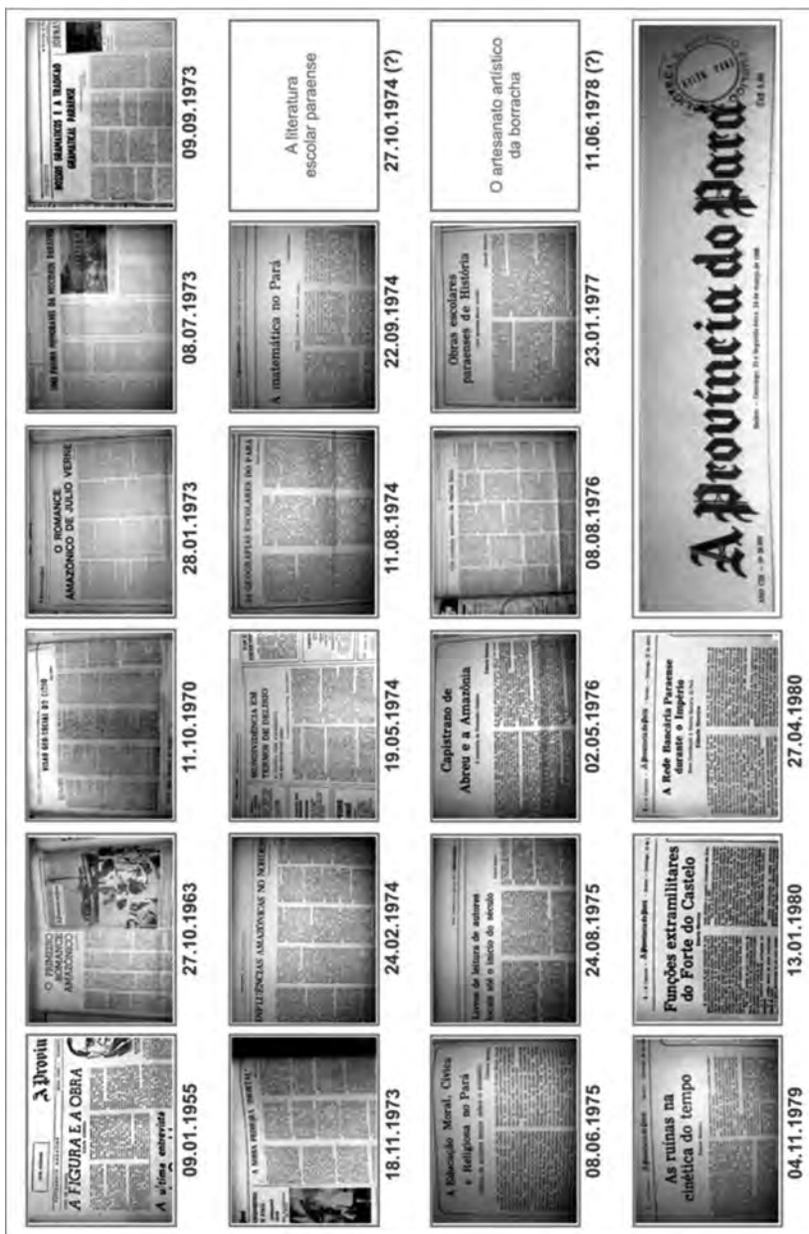


Figura 1 – Imagens ilustrativas das publicações de Eidorfe Moreira em *A Província do Pará*.



A dedicação [de Goeldi] [...] não se fez sentir apenas no plano científico e administrativo, mas também no diplomático, pois não foi menor o serviço que ele nos prestou por ocasião do Contestado do Amapá, o secular litígio de fronteira que tivemos com a França, solucionando no início deste século por arbitragem do Conselho Federal suíço (MOREIRA, 1969/1970, p. 157).

Desde que chegara ao Pará, em 1894, a fim de dirigir o então Museu Paraense de História Natural e Etnografia, realizou Goeldi várias excursões e expedições científicas, entre as quais uma ao território contestado, em companhia de Jacques Huber e do tenente-coronel Aureliano Guedes. Jamais uma expedição científica foi tão propícia ao Brasil no plano diplomático como esta, pois os resultados dessa expedição, publicados na Europa e no Pará, favoreceram consideravelmente o nosso direito no caso (MOREIRA, 1969/1970, p. 158).

O centenário de Eidorfe Moreira em 2012

Como Eidorfe nasceu em 1912, seu nome foi lembrado em diferentes meios – como os jornalísticos e os educacionais – à medida que se aproximava seu centenário de nascimento em 2012, com eco neste 2013.

Quanto às publicações em jornais de Belém, cabe relacionar alguns destaques: *O sábio que se esqueceu* (PINTO, 2009); [*Prefeitura Municipal de Belém*] *PMB resgata a memória de Eidorfe, sábio paraense do século XX* (GUEIROS, 2010); *O Kant de Belém* (PINTO, 2012); *Relembrando um sábio* (GODINHO, 2012b); *Rastro luminoso* (GODINHO, 2012a); *Eidorfe Moreira – um clássico nunca envelhece* (UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2012); *Eidorfe Moreira, raro sábio* (TUPIASSÚ, 2012); *Belém sob as luzes de Eidorfe Moreira* (CARNEIRO, 2013). Ainda em jornal, houve a reedição – como livro anexado ao jornal – de *Sertão: a palavra e a imagem* (MOREIRA, 2012b).

A Universidade da Amazônia (UNAMA) e a Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC) realizaram o *Congresso Eidorfe Moreira*⁵ em agosto de 2012, com as seguintes apresentações: *Região e Nação no pensamento social brasileiro: uma contribuição ao debate sobre a Amazônia* (Nísia Trindade Lima); *O múltiplo Eidorfe* (Amarílis Tupiassú); *As nuvens de El Greco: paisagem*,

⁵ Folder do evento.

iconologia e arte em Eidorfe Moreira (Aldrin Moura de Figueiredo); *Os 'hebreus' na Amazônia: uma conversa possível entre Eidorfe Moreira e Dalcídio Jurandir* (Ernani Pinheiro Chaves); *Amazônia: paisagem e região na obra de Eidorfe Moreira* (Antonio de Oliveira Júnior); *Benedito Nunes e Anunciada Chaves: caminhos para ler Eidorfe Moreira* (Maria Stella Faciola Pessoa Guimarães); *O lirismo de Eidorfe Moreira* (Lília Silvestre Chaves); *Espacialidade e poética em Guimarães Rosa, segundo Eidorfe Moreira* (Sílvio Augusto de Oliveira Holanda); *Eidorfe Moreira e os sermões de Vieira no Pará* (Geraldo Mártires Coelho) e *O revolucionário Eidorfe Moreira e o batismo de fogo do movimento secundarista no Pará* (Walter Pinto de Oliveira). Maria Célia Lavareda Jacob e Maria Stella Faciola Pessoa Guimarães organizaram o *Congresso Eidorfe Moreira*, que contou com uma equipe de professores da UNAMA para coordenar as mesas e provocar as discussões: Paulo Nunes, Elaine Oliveira, Jader Duarte Ferreira, Maria Regina Maneschy Sampaio, Ivone Xavier Almeida e Stela Pojuci de Moraes. Ana Célia Bahia Silva (reitora da UNAMA) e Therezinha Moraes Gueiros (secretária municipal de educação – SEMEC) acompanharam o desenvolvimento do *Congresso Eidorfe Moreira*, desde a cerimônia oficial de abertura. Nesse encontro, a UNAMA lançou o *Prêmio Eidorfe Moreira* e a SEMEC apresentou a reedição do livro *Ideias para uma concepção geográfica da vida* (MOREIRA, 2012a)⁶ – o qual dispõe de apêndice que visa a motivar a realização de novos estudos e pesquisas sobre Eidorfe (NUNES, 2012; GUIMARÃES, 2012a).

Durante a XVI Feira Pan-Amazônica do Livro em 2012, houve programação especial a respeito de Eidorfe Moreira – promoção da Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT), com apoio da UFPA. Também na XVII Feira Pan-Amazônica do Livro, em 2013, Eidorfe foi tema de exposição e troca de ideias.

A Academia Paraense de Letras homenageou Eidorfe em 2012. Na solenidade, presidida por Alcyr Meira, Amarílis Tupiassú foi a conferencista. Aliás, Amarílis também concedeu entrevista à TV Cultura do Pará sobre a trajetória do intelectual.

Ainda em 2012, a revista *Novos Cadernos NAEA* (COELHO, 2012) editou artigo de Geraldo Mártires Coelho sobre o conhecimento transdisciplinar

⁶ Originalmente publicado pelo próprio autor (MOREIRA, 1960b).

de Eidorfe. Nessa linha de revistas científicas, o Museu Paraense Emílio Goeldi procura organizar o *Dossiê Eidorfe Moreira* para veiculação no periódico *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*.

Enfim, o centenário de nascimento de Eidorfe Moreira foi marcado por essas e outras iniciativas com a intenção de promover novas leituras críticas de sua vasta produção interdisciplinar.

Referências

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 889-919. 2010.

BOLLE, Willi; CASTRO, Edna Maria Ramos de; VEJMEKKA, Marcel. Apresentação. In: _____ (Org.). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010. p. 7-16.

BRASIL. Lei n.º 1806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 7 jan. 1953. Seção 1, p. 276.

_____. *Constituição (1946)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1946.

CARNEIRO, José. Belém sob as luzes de Eidorfe Moreira. *O Liberal*, Belém, 12 jan. 2013. Caderno Atualidades, p. 22.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. In: MENDES, Armando Dias (Org.). *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. Belém: BASA, 2004, v. 1. p. 45-78.

CHAVES, Maria Annunciada. Nota biográfica. Apresentação. In: MOREIRA, Eidorfe. *Obras reunidas*. Organização de Maria Annunciada Chaves. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará; SEDUC; CEJUP, 1989a, v. 1. p. 17-24.

_____. Juízos sobre suas obras. In: MOREIRA, Eidorfe. *Obras reunidas*. Organização de Maria Annunciada Chaves. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará; SEDUC; CEJUP, 1989b, v. 8. p. 377-382.

COELHO, Geraldo Mártires. Eidorfe Moreira e o conhecimento transdisciplinar. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 15, n. 2, p. 5-20. dez. 2012.

COELHO, Inocêncio Machado. Prefácio. In: MOREIRA, Eidorfe. *Amazônia: o conceito e a paisagem*. Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, 1960. p. 3-5.

CORRÊA, Roberto Ribeiro. BASA: seis décadas de mudança institucional. In: MENDES, Armando Dias (Org.). *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. Belém: BASA, 2004, v. 2. p. 553-613.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. *Desenvolvimento regional: NAEA, uma década de experiência amazônica*. Belém: UFPA; NAEA, 2008.

_____. Apresentação. In: MOREIRA, Eidorfe. *Influências amazônicas no Nordeste (reflexos da fase áurea da borracha)*. Belém: UFPA; NAEA; Grafisa, 1982. p. 7-8.

_____. Apresentação. In: MOREIRA, Eidorfe. *Os igapós e seu aproveitamento*. Belém: UFPA; NAEA, 1976. p. 11-12.

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. A Amazônia e o pensamento social brasileiro contemporâneo. In: BASTOS, Elide Rugai; PINTO, Renan Freitas (Org.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: Ed. da UFAM, 2007. p. 25-49.

GODINHO, Sebastião. Rastro luminoso. *O Liberal*, Belém, 10 set. 2012. [2012a]. Caderno Atualidades, p. 2.

_____. Relembrando um sábio. *O Liberal*, Belém, 27 ago. 2012. [2012b]. Caderno Atualidades, p. 2.

GUEIROS, Hélio. PMB resgata a memória de Eidorfe, sábio paraense do século XX. *Diário do Pará*, Belém, 10 jan. 2010. Caderno Cidade, p. A4.

GUIMARÃES, Maria Stella Faciola Pessoa Guimarães. Caminhos para ler Eidorfe Moreira. In: MOREIRA, Eidorfe. *Ideias para uma concepção geográfica da vida*. Organização de Maria Stella Faciola Pessoa Guimarães. Belém: SEMEC, 2012a. p. 213-269.

_____. *Um olhar atrás da escrita: o pensamento de Benedito Nunes sobre a Amazônia*. 2012. 232 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012b.

_____. Os prazeres e os dias – de 2006 a 2011. In: CHAVES, Lília Silvestre (Org.). *O amigo Bené: fazedor de rumos*. Belém: SECULT, 2011. p. 121-123.

LIMA, Nísia Trindade Lima. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: REVAM; IUPERJ, UCAM, 1999.

- MENDES, Armando Dias. Apresentação. In: _____ (Org.). *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. Belém: BASA, 2004, v. 1. p. 15-42.
- MOREIRA, Eidorfe. *Ideias para uma concepção geográfica da vida*. Organização de Maria Stella Faciola Pessôa Guimarães. Belém: SEMEC, 2012a.
- _____. *Sertão: a palavra e a imagem*. Coleção 'Pará de todos os versos e todas as prosas'. Belém: Diário do Pará, 2012b.
- _____. Sentido econômico da fundação de Belém. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 13, n. 2, p. 309-313. dez. 2010.
- _____. *Obras reunidas*. Organização de Maria Annunciada Chaves. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará; Secretaria de Educação do Estado do Pará; CEJUP, 1989. 8 v.
- _____. *Influências amazônicas no Nordeste: reflexos da fase áurea da borracha*. Belém: UFPA; NAEA; Grafisa, 1982.
- _____. *Para a história da Universidade Federal do Pará: panorama do primeiro decênio*. Belém: Grafisa, 1977.
- _____. *Os igapós e seu aproveitamento*. Belém: UFPA; NAEA, 1976.
- _____. Emílio Goeldi e a questão do Amapá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, v. XVI / XVII, p. 157-162. 1969/1970.
- _____. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém: UFPA, 1966.
- _____. *Presença do mar na literatura brasileira*. Belém: H. Barra, 1962.
- _____. *Amazônia: o conceito e a paisagem*. Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, 1960a.
- _____. *Ideias para uma concepção geográfica da vida*. Belém: H. Barra, 1960b.
- _____. *Sertão: a palavra e a imagem*. Belém: H. Barra, 1959.
- NUNES, Benedito. Uma concepção geográfica da vida. In: MOREIRA, Eidorfe. *Ideias para uma concepção geográfica da vida*. Organização de Maria Stella Faciola Pessôa Guimarães. Belém: SEMEC, 2012. p. 207-212.
- _____. Do Marajó ao arquivo: breve panorama da cultura do Pará (com omissões perdoáveis e imperdoáveis). In: MENDES, Armando Dias (Org.). *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. Belém: BASA, 2004, v. 2. p. 639-656.

_____. Nota crítica. Apresentação. In: MOREIRA, Eidorfe. *Obras reunidas*. Organização de Maria Annunciada Chaves. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará: Secretaria de Educação do Estado do Pará: CEJUP, 1989, v. 1. p. 25-28.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio de. Amazônia: a gênese de uma região de planejamento. In: ARAGÓN, Luis Eduardo; OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: Ed. da UFAM, 2009. p. 41-77.

PINTO, Elias Ribeiro. O Kant de Belém. *Diário do Pará*, Belém, 08 jan. 2012. Caderno Cidade, p. A16-A17.

PINTO, Lúcio Flávio. O sábio que se esqueceu. *Jornal Pessoal*, Belém, 1ª quinzena dez. 2009, p. 12.

SILVEIRA, Rose. O filósofo da geografia. *O Liberal*, Belém, 31 jul. 1990. Caderno Dois, p. 1.

TUPIASSÚ, Amarílis. Eidorfe Moreira, raro sábio. *O Liberal*, Belém, 10 ago. 2012. Caderno Atualidades, p. 2.

UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. UNAMA. Eidorfe Moreira – um clássico nunca envelhece. *Comunicado*, Belém, 02 e 09 jul. 2012, p. 4.

Desenvolvimento e desigualdade na Amazônia contemporânea

Maria Elvira Rocha de Sá¹ • Nádia Socorro Fialho Nascimento²

Sandra Helena Ribeiro Cruz³ • Welson de Sousa Cardoso⁴

Introdução

No atual estágio de acumulação do capital predomina a lógica de atendimento dos interesses do mercado financeiro, mantendo a coerência imposta desde sua gênese, de não priorizar as necessidades sociais. Mesmo quando estas são atendidas, este processo se reverte em lucro, não sendo consideradas por esta lógica aquelas que não têm como promovê-lo.

Na perspectiva adotada nesse texto, essa questão insere-se no debate sobre o paradigma do desenvolvimento centrado no crescimento econômico, que, ao negar o acesso aos bens socialmente produzidos, não gera oportunidades de trabalho e distribuição de renda. Dada a contradição fundante da sociedade capitalista, o recrudescimento das múltiplas expressões da “questão social” tem na apropriação privada da terra e na exploração do trabalho vivo as faces da barbárie produzida em diferentes quadrantes do planeta, com efeitos diferenciados nos países cêntricos e no conjunto dos países periféricos. Desde o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os Estados Unidos direcionaram seus investimentos, num primeiro momento, para a Europa, em seguida para o Canadá e, posteriormente, para a América Latina, a lógica de expansão do capital foi concentrada nas áreas ricas em recursos naturais.

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Professora do Programa de PG em Serviço Social do ICSA/UFPA,

² Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Professora do Programa de PG em Serviço Social do ICSA/UFPA,

³ Doutora em Ciências Desenvolvimento Sustentável/NAEA/UFPA e Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Professora do Programa de PG em Serviço Social do ICSA/UFPA,

⁴ Doutorando do PPG em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Úmido/PPGDSTU/NAEA/UFPA e Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

No caso da América Latina, o capital pode maximizar seus lucros tanto pela apropriação privada da terra e, com ela, os recursos naturais, quanto pela exploração da força de trabalho – ambos abundantes e baratos. O instrumento privilegiado do capital monopolista para o saque de recursos finitos e para os processos agudos de expropriação do trabalho foi o arranjo contemporâneo das empresas multinacionais. Ao promoverem processos exploratórios altamente tecnificados, estas corporações geraram altos níveis de dependência e subordinação entre os países-sedes e aqueles nos quais foram instaladas.

A exportação de capitais via multinacionais, especialmente na América Latina, também resultou na formação de uma impagável dívida externa, com a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1944, na histórica Conferência de Bretton Woods (EUA)⁵. Um reforço fenomenal foi dado à dívida externa dos países latino-americanos a partir da colocação em prática de suas receitas, pois estas serviram para que os conquistadores estrangeiros entrassem pisando terra arrasada. Sob o pretexto da mágica estabilização monetária, o FMI, que interessadamente confunde a febre com a doença e a inflação com a crise das estruturas em vigência, impõe na América Latina uma política que aguça os desequilíbrios em vez de aliviá-los (GALEANO, 1985, p. 238).

A América Latina e seu alinhamento à política da guerra fria significou uma subordinação à estratégia da reconstrução do capitalismo sob a hegemonia dos Estados Unidos. Nesse quadro o Brasil foi inserido ao modelo capitalista de produção, cujo debate ficou em torno das condições do seu atraso econômico-industrial e a necessária superação.

Na Amazônia brasileira, os resultados decorrentes deste modelo de desenvolvimento, em suas várias faces, têm produzido não apenas o saque aos recursos naturais da região, com inquestionáveis problemas socioambientais daí decorrentes, mas, paralelamente têm afetado as condições de vida da população amazônica, nativa ou não, seja pela degradação ambiental, seja pela exploração da força de trabalho nos inúmeros processos produtivos presentes na região. Essa

⁵ O FMI nasceu nesta conferência e tinha, inicialmente, apenas o papel de um modesto auxiliar dos Estados Unidos na resolução de problemas passageiros de financiamento de déficits na balança de pagamentos (CHESNAIS, 1999).

realidade histórica foi agravada a partir do Golpe Militar (1964-1985), pelo planejamento governamental subsumido aos interesses externos. No contexto das crises capitalistas, recorrentes desde a década de 1970 até as primeiras décadas do século XXI, esse quadro de subsunção não se alterou, pelo contrário, foi intensificado e atualizado pelo ideário neodesenvolvimentista.

A atualidade desse debate é dada pelas análises dos modelos de desenvolvimento adotados em outras partes do mundo, centrados na extração mineral, que revelam formas predatórias de como atuam as grandes corporações multinacionais. Os resultados que vêm sendo produzidos respondem, de um lado, pelo acirramento da desigualdade social e, de outro, pela potencialização da produção de riquezas nos países de origem dessas grandes empresas, o que confirma, na particularidade amazônica, a máxima da lei geral da acumulação capitalista, segundo a qual a produção de riqueza corresponde, na mesma proporção, à produção da desigualdade.

No estado do Pará, esta produção está assentada, dentre outras, na exploração de recursos minerais abundantes, já prospectados em seu solo e subsolo e transformados em *commodities*, confirmando-se a tendência à reprimarização da economia no contexto de subordinação aos interesses do grande capital nacional e/ou internacional (LEAL et al, 2012).

Modelos de desenvolvimento ou estratégias da acumulação capitalista?

Adam Smith (1723-1790), um dos principais representantes da Escola Clássica de Economia Política, investigava na Inglaterra, em 1776, a “natureza e as causas da riqueza das nações”, cujos resultados foram publicados na obra “A Riqueza das Nações – investigação sobre sua natureza e suas causas”, considerada a primeira a lançar as bases científicas da Economia Política, centrada numa questão a ser retomada na atualidade, qual seja, “por que se tornaram ricas algumas nações?”⁶

⁶ Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823) inauguram o pensamento econômico clássico, que se divide em 2 (duas) correntes opostas: ortodoxa (marginalista-keynesiana) e heterodoxa (marxista). Ricardo publica em 1817 a obra “Princípios de Economia Política e Tributação”.

Mais de dois séculos depois, aproximadamente, Ha-Joon Chang⁷, em 2002, na Inglaterra, lança o livro “Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica”, traduzido no Brasil em 2004, com uma indagação semelhante: “como os países ricos enriqueceram de fato?” (CHANG, 2004, p. 13). O intervalo de tempo entre Adam Smith e Ha-Joon Chang é exatamente de 226 anos e as perguntas de ambos têm o mesmo sentido, ou seja, como as nações se tornaram ricas, ou ainda, por que algumas nações são ricas e outras pobres?

Para Barbosa Lima Sobrinho, no texto “*o enfoque histórico do desenvolvimento econômico*”, a preocupação de Adam Smith em estabelecer o paralelo entre países ricos e pobres foi deixada de lado pela Economia Política, quando

“esta passa a se interessar pela política e pelas estratégias dos países ricos em continuarem cada vez mais ricos e não pelas angústias dos países pobres, que continuavam cada vez mais pobres. Como se quisesse ser a ciência da conservação da riqueza e não de sua obtenção ou de sua procura” (LIMA SOBRINHO, 1994, p. 7).

Segundo Chang (2004), era mais um esforço para “apagar as pegadas” que ficaram da longa marcha para a riqueza. Ainda segundo Lima Sobrinho (1994, p. 8),

“foi então que se começou a pensar que o desenvolvimento econômico, em vez de ser uma etapa inevitável no caminho de qualquer nação, era antes uma exceção. [...] Num manual, [...] Benjamin Higgins afirmava, peremptório e desanimador, que ‘a estagnação é a regra e o desenvolvimento econômico, a exceção’”.

“Disfarçar as pegadas” e “desorientar os imitadores” pelo temor da concorrência e da disputa por recursos finitos, como são, por exemplo, os recursos naturais, têm o mesmo sentido de “chutar a escada” para que outros não tenham acesso ao seu topo. É este o significado dado ao “decálogo do Consenso de Washington”⁸. Segundo Batista (1994), o Consenso de Washington foi estabelecido

⁷ Ha-Joon Chang é coreano e professor da Universidade de Cambridge, Inglaterra, desde 1990, e diretor-adjunto do Departamento de Estudos sobre Desenvolvimento desta Universidade.

⁸ Segundo Batista (1994), as recomendações dadas foram: 1) Ajuste fiscal; 2) Redução do tamanho do Estado; 3) Privatização; 4) Abertura comercial; 5) Fim das restrições ao capital externo; 6) Abertura financeira; 7) Desregulamentação; 8) Reestruturação do Sistema

em 1989 pelo grupo de “principais representantes do *establishment* econômico do Primeiro Mundo”, reunido no *Institute of International Economics* sob a liderança do seu diretor, o economista inglês John Williamson, para discutir “as economias que se viam às voltas com inflação alta no continente americano”. Neste grupo estavam representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, governo norte-americano, economistas e políticos latino-americanos e caribenhos de orientação neoliberal. O “decálogo” e suas “boas práticas” deveriam ser observados pelos países da América Latina, América Central e Caribe que não quisessem ter com eles (FMI, Banco Mundial, governo americano) relações de animosidade.

Ainda segundo Batista (1994), o professor Williamson, em Seminário na Universidade Estadual do Rio de Janeiro antes das eleições presidenciais brasileiras, perguntou: “Fernando Henrique aceita o Consenso de Washington?” Ao que ele próprio respondeu: “Acho que sim e espero que ele aceite, também espero que o Lula aceite. Porque se o próximo presidente tentar desafiar esse Consenso, chegará em breve a uma crise como a da Venezuela”. Ao final, Lima Sobrinho constata que ironicamente a crise econômica e política na Venezuela ocorreria logo após a aplicação naquele país das medidas do Consenso de Washington, cuja adoção foi também responsável pela crise mexicana.

Esta conclusão é corroborada por Chang (2004), ao afirmar que os países em desenvolvimento estão sendo pressionados pelos países desenvolvidos a adotarem o que chamam de “boas políticas e boas instituições”, capazes de promover o desenvolvimento econômico. As “boas políticas” seriam as recomendadas pelo Consenso de Washington, destacando-se as políticas macroeconômicas restritivas, de liberalização comercial e financeira, de privatização e de desregulamentação. As “boas instituições” seriam as existentes nos países desenvolvidos, principalmente nos anglo-saxões, por exemplo, a democracia, o poder judiciário, o banco central independente e uma forte proteção aos direitos de propriedade. Os argumentos são que “políticas e instituições boas” foram adotadas pelos países desenvolvidos quando estavam em processo de desenvolvimento. No entanto, Chang (2004, p. 38) busca demonstrar que “a maioria deles aplicou políticas quase opostas ao que a ortodoxia atual diz que eles aplicaram e recomendam aos atuais países em desenvolvimento”. Há evidências históricas que sugerem o contrário do que a “ortodoxia” tenta convencer.

Previdenciário; 9) Investimento em infraestrutura básica; 10) Fiscalização dos gastos públicos e fim das obras faraônicas.

Após a análise do desenvolvimento econômico sob um prisma histórico, Chang (2004) conclui que se os países desenvolvidos tivessem mesmo adotado as políticas que recomendam aos países em desenvolvimento, não seriam o que são hoje. Muitos deles, ao longo de sua trajetória de desenvolvimento, recorreram a políticas comerciais e industriais protecionistas, hoje consideradas políticas “ruins” quando adotadas pelos países em desenvolvimento. Além disso, no século XIX e início do século XX, antes de se tornarem países desenvolvidos, havia poucas instituições que agora são recomendadas aos países em desenvolvimento. Em outras palavras, os países cêntricos, pregando políticas ortodoxas, estariam hoje “chutando a escada” para que os países periféricos não consigam seguir os mesmos caminhos trilhados por eles para alcançarem o recomendado “desenvolvimento”.

O ponto alto da análise são os dados históricos que questionam determinados mitos em relação aos países desenvolvidos. Por exemplo, Chang (2004) deixa claro que de 1820 até 1931 os EUA e outros países cêntricos adotaram políticas altamente protecionistas para defender a sua indústria nascente, sempre alegando que estavam liberalizando seus mercados. Ao analisar as políticas de Indústria, Comércio e Tecnologia (ICT), menciona práticas que seriam consideradas “ruins” nos dias de hoje, como o que ocorreu na Alemanha, entre o fim do século XVIII e começo do XIX, quando foram introduzidas tecnologias avançadas dos países mais desenvolvidos, especialmente da Grã-Bretanha (siderurgia, forno a coque e motor a vapor), mediante uma combinação de espionagem industrial patrocinada pelo Estado com a cooptação de trabalhadores especializados (CHANG, 2004, p. 66).

Ao abordar a questão da democracia na “história do desenvolvimento institucional nos países desenvolvidos”, Chang (2004, p. 127-136) demonstra que de um lado, nos países desenvolvidos, durante muito tempo a democracia “não foi muito democrática, porque excluía pessoas por renda, sexo, cor”; de outro, que governos legitimavam-se com a compra de votos no parlamento, com a fraude eleitoral e com a corrupção. Apresenta, portanto, não só uma visão crítica em relação ao papel do Estado no processo de desenvolvimento, como em relação às políticas recomendadas aos países periféricos pelas agências multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC), estimulando a crítica às estratégias de desenvolvimento que vêm sendo induzidas e adotadas por estes países.

Os “modelos” de desenvolvimento são prenes de materialidades, reveladas pelas políticas setoriais que passam a lhes dar identidade e são propostas pelos países periféricos como estratégias de superação do atraso em relação aos países cênicos. Essas políticas são resultantes de “escolhas” dos governantes que estão no poder e, segundo Cardoso (1977), em análises fecundas sobre “a ideologia do desenvolvimento” no período de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e Jânio Quadros (1961), o “sentido geral do desenvolvimentismo” nestes governos é revelado quando “[...] a ideologia consegue apreender o Brasil como parte de um sistema, [...] facilmente identificável como sistema capitalista. [E], fundamentalmente, o desenvolvimentismo visa uma integração mais dinâmica no sistema capitalista” (CARDOSO, 1977, p. 331-332).

A maioria das análises econômicas sobre a realidade dos países periféricos como o Brasil, feitas por agências multilaterais ou grupos nacionais direta ou indiretamente a elas vinculados, está voltada para (re)ajustes do sistema capitalista de mercado, sem, no entanto, serem convincentes com as soluções apresentadas. Alguns resultados recorrentes, contraditoriamente, têm sido: inflação contida a custo de altos níveis de recessão; flutuação das bolsas de valores alimentada pela volatilidade do capital financeiro, vulnerabilizando as economias dos países em tempo real; elevação das taxas de juros, aprofundando a recessão e o desemprego; abertura do câmbio e risco de novos ciclos inflacionários.

O celebrado progresso tecnológico e o crescimento da economia não contribuem para o aumento de empregos, como foi prognosticado no discurso dos governantes de diversos países e de diferentes matizes ideológicos. Pelo contrário, no Brasil, por exemplo, o que se constata é uma mudança estrutural da economia, que se manifesta na redução drástica dos postos de trabalho na indústria, no sistema bancário e nos serviços. É a confirmação de que os tempos atuais dos países de capitalismo avançado estão marcados pela ideia de que não há mais garantia de emprego para todos, ou seja, a falácia do pleno emprego que movia patrões e trabalhadores nos “trinta anos gloriosos” do capitalismo (1945-1975) ruiu por terra.

O desemprego é considerado mundialmente o maior questionamento do sistema capitalista, na medida em que se alastra em quase todos os países sob a sua influência. Desse modo, neste trabalho, as expressões da “questão social” na Amazônia reproduzem os interesses de uma sociedade globalizada que, por

um lado, têm garantido as condições necessárias para a acumulação do capital com base na exploração intensiva dos recursos naturais dessa região e, por outro, esse processo é acompanhado pela instabilidade social do trabalho, da moradia, da renda salarial e das condições de vida de frações massivas das classes trabalhadoras. É sobre isso que continuaremos a refletir.

Produção paradoxal de riqueza e desigualdade nos municípios mineradores no estado do Pará

Nos anos 1970, o estado do Pará foi palco de processos desencadeados a partir da implantação de grandes empreendimentos – públicos e privados. Estes produziram alterações nos aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais. No caso daqueles minero-metalúrgicos instalados no estado, resultam da crise econômica de 1970, quando o capital buscou saídas estratégicas que incluíram, na esfera da produção, a busca de novas áreas para a instalação de indústrias, além da obtenção de recursos naturais e força de trabalho.

Pela riqueza mineral existente no seu solo, o estado do Pará se constituiu em exportador de *commodities* naturais, especialmente minerais, e a economia paraense é exemplo da tendência à reprimarização na América Latina. Suas exportações destinam-se à Ásia (38,23%), União Europeia (25,78%), Estados Unidos (8,56%), Associação Europeia de Livre Comércio (8,08%) e ALADI/Mercosul (6,95%). Dentre os principais produtos destacam-se minérios de ferro não aglomerados (45,69%), alumina calcinada (14,06%) e alumínio não ligado em forma bruta (8,54) (SEDECT, s/d). Em razão do destaque dado pelo aumento da extração de minérios no estado, o PIB paraense passou do 14º lugar em 1996, para o 11º lugar em 2003, e vem mantendo o 13º lugar desde 2009 (IBGE, 2011).

Com uma população de mais de 7.878.000 habitantes, o estado do Pará, além de ser o segundo em extensão territorial, é também o segundo estado minerador do Brasil e o primeiro em concentração mineral⁹. Do total de 144 municípios, 23 possuem minas em operação e a produção mineral paraense centra-se em 4

⁹ “Cerca de um terço do ouro produzido no Brasil vem do Pará. No subsolo paraense encontram-se ainda 76% das reservas brasileiras de bauxita, 73% de cobre, 46% do minério de ferro e 27% do manganês. Entre os minerais não metálicos estão 62% da gipsita, 53% do quartzo e 49% do caulim. A maior província mineral do planeta também está no Pará, na região da Serra dos Carajás” (EMBRAPA, 1996, p. 5).

(quatro) principais minérios: ferro, cobre, bauxita e manganês, que correspondem a 93% da produção mineral do estado. O PIB paraense é elevado em função da grande produção mineral, com destaque para 6 (seis) municípios, responsáveis, em 2013, por uma arrecadação de 99% do total arrecadado pelo estado do Pará, a saber: 1) Parauapebas (exploração de ferro e se constitui o principal polo mineral do Complexo Carajás); 2) Canaã dos Carajás (extração de cobre); 3) Marabá (polo siderúrgico a partir do aproveitamento dos minérios de Carajás); 4) Paragominas (extração da bauxita, transportada por meio de um mineroduto, para alimentar a produção de alumina em Barcarena); 5) Oriximiná (extração da bauxita) e 6) Juruti (extração da bauxita) (DNPM, 2013).

Ao lado da riqueza produzida e exportada pelo estado do Pará, contraditoriamente, os números do IDH-M indicam que a população neles residente não vem sendo atendida em suas necessidades básicas (saúde, educação e trabalho/renda), o que pode ser visualizado na Tabela 1 abaixo, que apresenta a arrecadação da CFEM, o IDH-M e a população desses municípios.

Mesmo com a crise econômica de 2008, o crescimento da economia paraense foi significativo, uma vez que a recuperação dos preços mundiais do minério de ferro explica o seu desempenho, já que é um estado especializado nesta *commodity*. Essa produção de riqueza não se reflete na melhoria das condições de vida da população paraense, comprovado, entre outros, pelo acesso simultâneo e posse de bens duráveis, como iluminação elétrica, computador, TV em cores e máquina de lavar. No Pará, do total de 1.483.000 domicílios urbanos, apenas 15,6% têm acesso a esses bens e serviços. Também é elevada a taxa dos domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento médio mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, sem computador ou acesso à internet, em relação ao total de domicílios (97,7%) sem acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica, computador, internet, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar.

Os municípios onde a atividade minerária iniciou há mais tempo são os que apresentam maiores contingentes populacionais concentrados na área urbana, como no caso de Marabá (80%), Parauapebas (90%) e Paragominas (78%). O município de Canaã dos Carajás, apesar de ter iniciado a exploração mineral mais recentemente, também apresenta 78% do total da população residindo na área urbana. Enquanto Juruti, ao contrário, possui ainda sua população concentrada majoritariamente na área rural (66,3%).

Tabela 1 – População estimada dos municípios, IDH-M, PIB e PIB/*per capita*

Município	Estimada 2013	IDHM	PIB	PIB/Percapita
Parauapebas	176.582	0,715	19.897.435.000,00	124.181,23
Canaã dos Carajás	31.062	0,673	2.992.103.000,00	107.132,49
Paragominas	103.775	0,645	1.315.898.000,00	13.230,42
Oriximiná	66.821	0,623	1.332.624.000,00	20.853,21
Jurutí	51.483	0,592	491.131.000,00	10.167,08
Marabá	251.885	0,668	3.742.469.000,00	15.678,02

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

O município de Parauapebas é responsável por mais de 80% da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) arrecadada no estado do Pará, seguido do município de Canaã dos Carajás com 7%, sendo os principais minérios extraídos: o ferro com 67%; a bauxita com 15%; o cobre com 9%; o manganês com 6% e o caulim com 3%, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Arrecadação Municipal da CFEM - ano base 2012

Município	Arrecadação	%
Parauapebas	427.086.035,56	81,5
Canaã dos Carajás	36.867.859,49	7,0
Paragominas	18.709.254,24	3,6
Oriximiná	12.523.606,78	2,4
Jurutí	10.798.448,57	2,1
Marabá	4.161.875,36	0,8
Outros	14.114.875,41	2,7
Total	524.261.955,41	100,0

Fonte: DIPAR/DNPM - Em R\$ correntes

Na contramão da exploração dos recursos minerais que geram riqueza, constata-se que na população total residente nos municípios mineradores, 66,3%

de Parauapebas, 73,5% de Marabá, 70,9% de Canaã dos Carajás e 77,4% de Paragominas auferem renda individual mensal entre 0 a 1 salário mínimo. Este quadro é agravado nos municípios de Oriximiná e Juruti, com 86% e 87,2%, respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3 – População dos municípios mineradores, segundo as classes de rendimento

Classes de Rendimento	Município											
	Parauapebas	%	Canaã dos Carajás	%	Paragominas	%	Oriximiná	%	Juruti	%	Marabá	%
Sam rendimento	54.359	44,5	9.533	45,3	34.653	45,4	23.665	49,7	18.259	52,7	86.038	46,5
Até 1/2 salário mínimo	4.822	4,0	1.279	6,1	5.746	7,5	7.346	15,4	4.597	13,3	10.397	5,6
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	21.675	17,8	4.111	19,5	18.713	24,5	9.949	20,9	7.347	21,2	39.612	21,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	21.011	17,2	3.475	16,5	10.528	13,8	3.785	7,9	2.923	8,4	27.508	14,9
Mais de 2 a 5 salários mínimos	15.481	12,7	1.971	9,4	5.205	6,8	2.050	4,3	1.170	3,4	15.579	8,4
Mais de 5 a 10 salários mínimos	3.513	2,9	519	2,5	1.210	1,6	614	1,3	259	0,7	4.548	2,5
Mais de 10 a 20 salários mínimos	913	0,7	122	0,6	286	0,4	164	0,3	53	0,2	1.039	0,6
Mais de 20 salários mínimos	268	0,2	30	0,1	64	0,1	49	0,1	20	0,1	317	0,2
Total	122.042	100	21.040	100	76.405	100	47.622	100	34.628	100	185.038	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010

Segundo o Informe Mineral do Pará, publicado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral do Pará (DNPM-PA) (DNPM, 2013), referente a 2012 como ano base, a geração de empregos no setor mineral neste estado medida pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) demonstra que em 2012 houve saldo (diferença entre admissões e desligamentos) positivo, ou seja, ocorreram mais admissões do que desligamentos de trabalhadores. O estoque de trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho nesse setor no estado do Pará, em dezembro de 2012, foi de 18.808 trabalhadores, o que corresponde a 9,7% a mais dos trabalhadores registrados no final de 2011, demonstrando que foram gerados 1.672 postos de trabalho na indústria mineral paraense em 2012. No entanto, ao se estabelecer, de maneira hipotética, uma média considerando somente estes 6 (seis) municípios sob análise, a distribuição dos postos

de trabalho seria na ordem de 3.135 por município. Aplicando a ponderação pela população, seriam 7 mil empregos em Marabá, próximo de 5 mil em Parauapebas, perto de 3 mil em Paragominas e outros 3 mil distribuídos nos demais municípios. O grupo de municípios que registrou maior crescimento foi o que desenvolve as atividades de extração do minério de ferro, com 1.068 vagas de saldo positivo em 2012, elevando de 8.386 postos ocupados em 2011 para 9.454 em 2012. A extração de minerais não ferrosos foi responsável por 612 postos de trabalho de saldo em 2012, o que totalizou um estoque de 7.266 empregos neste grupo.

Contudo, em média, 25,5% da População Economicamente Ativa (PEA) destes municípios trabalham por conta própria, 22,6% está na informalidade, isto é, mais de 140 mil trabalhadores estão sem carteira assinada, na condição de autônomos/por conta própria e mais de 158 mil na informalidade, demonstrando a contradição no processo de exploração mineral na Amazônia, que ao atender a demanda externa de países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, como é o caso da China, agudiza os níveis de desigualdade social demonstrados pelos baixos salários, pela prevalência da informalidade nas relações de trabalho, pelas condições precárias de moradia, pelos baixos níveis educacionais e pelos recorrentes conflitos e lutas sociais pelo direito à terra para trabalhar e morar.

À Guisa de conclusão

Ao abordar o desenvolvimento no contexto da sociedade capitalista e na conjuntura de crise e dos seus efeitos, exige não só uma concepção teórica que dê conta das metamorfoses do capital e do *trabalho vivo*, mas também é necessário que se apontem formas de resistência capazes de anunciar e construir coletivamente um novo projeto de sociedade. Não é suficiente constatar o que está ocorrendo, pois é necessário, ao mesmo tempo, projetar um futuro para além do capital e do capitalismo, e vislumbrar o que pode significar um “modo de produção dos produtores associados”, centrado, de um lado, na potencialização do “trabalho vivo”, entendido como “trabalho humano” em toda sua plenitude em termos de capacidade inesgotável e infinita de (re)criação e, de outro, na emancipação hegemônica das classes trabalhadoras, como propuseram Marx e Engels (1998).

O que está em jogo é o desafio do engajamento político-ideológico de amplos segmentos de trabalhadores/as nas lutas por um projeto de nação soberana e independente, pela possibilidade histórica de se ter um país com todas as potencialidades e as riquezas acumuladas no solo e no subsolo, que garantam às atuais e futuras gerações o acesso igualitário ao que é produzido socialmente. Gerações estas de ascendência indígena, ribeirinha, quilombola ou de qualquer origem étnica ou social, capazes de resistir às formas de barbárie recorrentes na contemporaneidade, contexto em que é emblemática a sucessão de assassinatos seletivos de lideranças indígenas, agroextrativistas e de trabalhadores sem-terra engajadas nas lutas pela terra, gerada pela prevalência, no modelo de desenvolvimento chancelado pelos poderes constituídos, dos interesses dos grupos econômicos nacionais e internacionais vinculados ao agronegócio e à exploração mineral em diferentes regiões do Brasil, com ênfase na Amazônia.

As políticas públicas executadas por diferentes governos e seus resultados vêm revelando limites intransponíveis e não apresentam inflexões significativas nos determinantes estruturais que estão na raiz das contradições que fundamentam sua proposição. O que se apresenta como óbvio é que as ações do Estado em nível federal e/ou regional, na condução das políticas públicas (o que inclui também a inoperância delas), são decisivas na manutenção do modelo de desenvolvimento historicamente adotado, o que determina a impossibilidade de superação das contradições pela adoção de “soluções” fundamentadas na mesma lógica que as cria.

Que se percam as ilusões (sem perder os sonhos!...), a ingenuidade e a inocência. Quando se propaga o paradigma do desenvolvimento sustentável ou autossustentável ou sustentado não se está sendo ingênuo, inocente e/ou iludido? A sustentabilidade pretendida interessa a quem? E, ainda, quem são os principais agentes da disseminação destas ideias? Respostas a estas e outras questões significam decifrar o enigma, como o que se defrontou Édipo diante da Esfinge (“Enigma da Esfinge”), do “(neo)desenvolvimento” ou, como propõe Harvey (2011), do “capital e [d]as crises do capitalismo”. Configura-se, assim, o desafio em decifrá-los rapidamente, do contrário, enquanto se está a decifrá-los, eles poderão nos devorar.

Referências

- BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa et al. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BRASIL. IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- _____. *Contas Regionais do Brasil 2005 - 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada, a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.
- CHESNAIS, François. *Tobin or not Tobin, porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos?* São Paulo: UNESP; ATTAC, 1999.
- DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Informe Mineral do Pará, 2013. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=8950. Acesso em: 02 jul. 2014.
- EMBRAPA-EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Atlas do Meio Ambiente do Brasil*. Brasília: EMBRAPA; SPI/Terra Viva, 1996.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LEAL, Aluizio Lins; SÁ, Maria Elvira Rocha de; FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro; CARDOSO, Welson de Sousa. *Produção mineral no estado do Pará e reflexos na (re)produção da miséria: Barcarena, Marabá e Parauapebas*. In: R. Pol. Públ., São Luís, v.16, n.1, p. 157-167, jan./jun. 2012.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. O enfoque histórico do desenvolvimento econômico. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa et al. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.
- PARÁ. SEDECT-SECRETARIA DE ESTADO, DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Programa e ações do novo modelo de desenvolvimento. Belém/PA, s/d. Disponível em: <<http://www.seduct.pa.gov.br>>. Acesso em: 11 jun. 2010.

Aprendizagem para a reprodução do fracasso

Roberto Araújo Martins¹

Introdução

A educação brasileira continua com sérios problemas de qualidade. Investimentos recentes e os prometidos para o setor são de grande monta, porém, ainda não refletem, em termos de qualidade, níveis a subsidiar o desenvolvimento perseguido pelo país e o rompimento com nossas mazelas históricas e sociais, apesar da tímida melhora nos últimos anos. Nossos índices educacionais não permitem a inserção do País na chamada “Era do Conhecimento”, o que pode ser comprovado por meio da comparação com nossos vizinhos da América do Sul, que não deveria servir como grande parametro para um país que deseja tornar a educação como indutora do desenvolvimento.

Levantamento recente do INAF² - Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional - mostra um caminho longo a ser trilhado para sanar nossas deficiências em todas as etapas do ensino básico. Apenas 26% da população brasileira de 15 a 64 anos é plenamente alfabetizada, ou seja, três quartos de nossa população não seria capaz de ler e compreender um texto de média complexidade. Em matemática, somente 23% conseguem resolver problemas matemáticos que envolva mais de uma operação e leitura de gráficos e tabelas. Dados da UNESCO³ mostram que nosso índice de repetência no primeiro ano das séries iniciais é de 31%, enquanto nossos vizinhos, como a Argentina, por exemplo, o índice é de 10%.

Dados nacionais como o do Sistema de Avaliação da Educação Básica(SAEB) realizado pelo Ministério da Educação (MEC), que avalia a qualidade da educação da 4^a da 8^a e da 11^a séries mostram quedas sistemáticas

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA-UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento NAEA-UFPA, Graduado em História UFPA. Professor efetivo da PMB e SEDUC.

² Disponível em: http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.01.00.00&xver=por&yver=por. Acesso em 10/01/2015.

³ Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001373/137333e.pdf> Acesso em 10/01/2015.

do rendimento dos alunos. O resultado é um aluno que percorre todo o ciclo inicial dos estudos sem condições de prosseguir na vida escolar, pois não domina os códigos básicos de leitura e escrita, resultando no maior dos fracassos, o da aprendizagem.

A sociedade pouco se mobiliza para discutir as causas de nossas mazelas educacionais, deixando nas mãos de alguns agentes que atuam no campo educacional o protagonismo nas análises e nos diagnósticos muitas vezes equivocados e seguidos de receitas nem sempre eficientes para os problemas dos maiores interessados, os alunos, ou seja, a aprendizagem. Essas práticas discursivas deslocam para o campo econômico todos os problemas da educação, como se somente a racionalidade econômica possa resolver os problemas. As práticas discursivas dos atores estão no sentido de se alocar cada vez mais recursos financeiros na educação, especialmente no aumento dos salários dos trabalhadores na educação, sem, no entanto, exigir nenhuma contrapartida em termos de melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem de nossas crianças e jovens por meio de uma gestão pedagógica mais eficiente.

Os gastos com educação no Brasil não são nada desprezíveis como dizem políticos, professores e sociedade; e o aumento de gastos, sem a gestão eficiente dos mesmos não resolve a questão. Dados da OCDE⁴ indicam que o setor público brasileiro investe 3,4% do seu Produto Interno Bruto - PIB em educação primária e secundária. Os países mais desenvolvidos (Europa, Ásia e América do Norte) o investimento é de 3,5% do PIB. Portanto, índices bem próximos de investimentos, mas com uma assimetria gigantesca na qualidade da educação oferecida e no rendimento discente, mesmo considerando que esses países já deram seu “salto” qualitativo e os investimentos seriam somente em manutenção como afirmam muitos monetaristas da educação. É difícil concordar que há uma relação entre o montante investido em educação e os resultados pífios da educação brasileira atualmente, principalmente se o índice adotado for qualidade da educação.

Se a falta de investimento não parece ser a principal causa das mazelas da educação é necessário reconhecer que os baixos índices passam pela qualidade do trabalho oferecido à sociedade pelos agentes responsáveis pela gestão,

⁴ Disponível em: <http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/37376068.pdf> acesso em 10/01/2015.

aprendizagem e valorização social da educação. Mas, reconhecer que o dinheiro não é a “bala de prata” que salvará todos os problemas educacionais brasileiros, também não significa afirmar que não há problemas de financiamento ou que pudessem ser sanados com mais recursos (IOSCHPE, 2014 p. 27)

Os índices de aprendizagem da educação brasileira apontam para uma crise no sistema educacional que precisa ser enfrentada para viabilizar nosso desenvolvimento. Mas as políticas públicas para o setor devem ser pautadas em conhecimento empírico sério, resultado de pesquisas confiáveis que venham a descortinar o que é relevante e o que não é para a aprendizagem. Essas pesquisas (OCDE, INEP, PISA, IDEB, SAEB, etc.) sugerem que fatores quantitativos (salários, investimentos e gastos em tecnologias) têm peso menor que o afirmado pelos agentes do campo educacional em relação ao foco em áreas como capacitação de professores e gestores, e práticas eficazes de professores em sala de aula.

Portanto, se faz necessário centralizar as políticas nessas áreas, seguidas de processos de responsabilização dos agentes envolvidos na aprendizagem. Professores e gestores devem ser responsabilizados por seu desempenho como qualquer outro profissional e sua condição social não deve ser usada como desculpa para o fracasso dos alunos. O Estado é responsável pela regulação do setor no sentido de alcançar maior eficiência na aprendizagem e não deve aceitar as práticas discursivas de outros agentes como lógica de funcionamento da educação, pois é dotado de poder discricionário no campo educacional por meio de políticas públicas.

O discurso excessivamente ideologizado do sindicato da categoria dos profissionais da educação é outro fator de entrave na melhora na aprendizagem, já que seu discurso de culpar somente o Estado pelo problema é elaborado pelos profissionais da educação e aceito pelos pais dos alunos, prejudicando o entendimento destes sobre as ações do sindicato contra seus próprios filhos. O resultado é um discurso elaborado de culpar o Estado, e somente ele, pelas mazelas do campo educacional, quando, na verdade, as políticas educacionais devem se adaptar aos alunos e não ao contrário.

Quando discutimos essas questões na Amazônia a realidade é ainda mais grave, pois seus índices são inferiores aos de outras regiões do país. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica confirma situação precária das médias

educacionais da Amazônia apesar dos indicadores apontarem para pequenas melhoras pontuais, considerando a heterogeneidade das situações dos Estados que compõem a região, como se verá durante a análise.

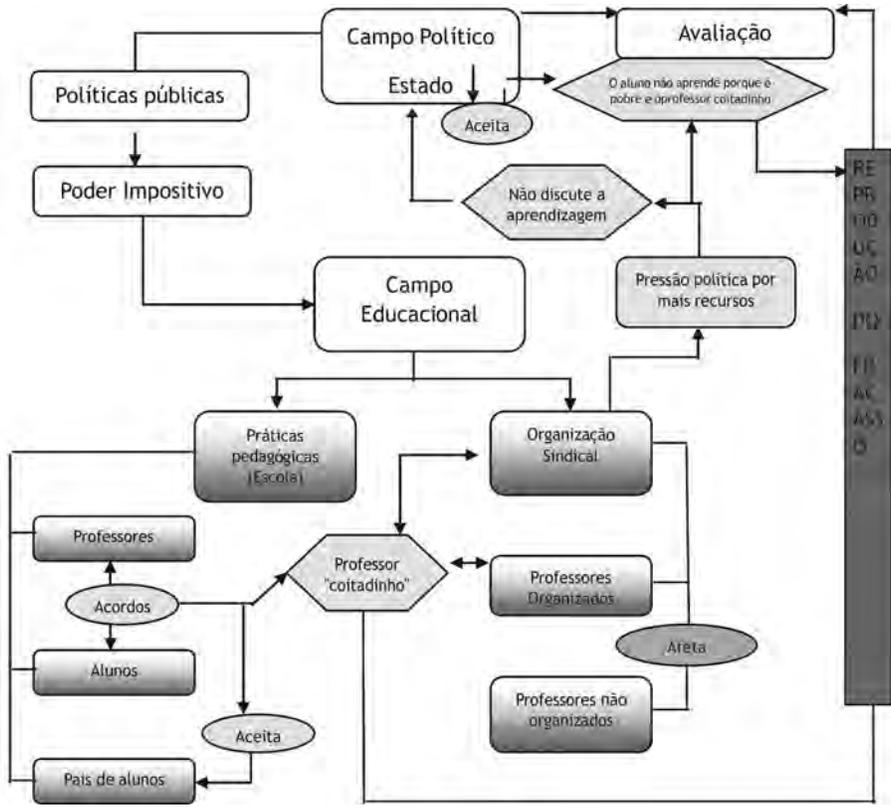
O objetivo do texto é analisar de forma exploratória as questões relevantes que contribuem para os índices pífios da educação do Estado nos últimos 10 anos, por meio da identificação dos agentes que atuam na política educacional (Estado, funcionários da educação, sindicato, famílias, alunos, etc.) e de que forma suas práticas discursivas de forte conteúdo ideológicos e corporativistas bloqueiam ações mais eficazes de aprendizagem.

Pretende-se mostrar, que o hiato existente entre a política institucional da educação no Pará e os persistentes fracassos nos índices educacionais do Estado pode ser resultado da incapacidade estatal de impor seu capital para a regulação do campo educacional, tornando a gestão da aprendizagem eficiente. A incapacidade estatal abre espaço para práticas discursivas de outros agentes do campo para justificar seus interesses corporativos e ideológicos em detrimento da aprendizagem e, conseqüentemente, reproduzindo o fracasso escolar. Esse processo é determinado por, de um lado, por estruturas instituídas de ensino e, por outro, pela subjetividade de seus agentes.

Sustenta-se, inicialmente, a hipótese que as práticas discursivas dos professores das escolas públicas via organização sindical cria no mercado dos bens simbólicos a figura do professor que “trabalha muito e ganha pouco”. Esse simbolismo é utilizado para responsabilizar o Estado pela situação e justificar a violência simbólica de uma prática pedagógica que reproduz o fracasso. A sociedade, por sua vez, aceita a situação como justificativa para o baixo rendimento de seus filhos. O Estado, por sua vez, ao não investir seu capital político e econômico no sentido de regulação das práticas pedagógicas é responsabilizado por um fracasso que não é só seu.

No fluxograma a seguir, a intenção é mostrar algumas interações dos campos político e educacional que contribuem para a construção histórica da prática discursiva do professor coitadinho e suas implicações nas políticas públicas que visam a melhora dos índices educacionais do estado. É senso comum nos campos político e educacional que a causa dos baixos índices educacionais do estado é efeito da falta de investimentos na educação. O que precisa ser analisado

de maneira séria é se esse discurso é sustentado por dados consistentes ou se é utilizado pelos agentes para defender interesses corporativos e ideológicos em detrimento da educação de qualidade.



Entende-se, que, enquanto esses agentes não estiverem comprometidos com uma prática pedagógica focada na aprendizagem dos alunos, ou seja, no que acontece em sala de aula e os valores daí resultantes, não será possível trilhar um caminho de desenvolvimento regional reclamado para a Amazônia e para o Estado do Pará.

Metodologia

A atuação do pesquisador no campo educacional é fator relevante para o entendimento da elaboração do objeto estudado e dos procedimentos metodológicos adotados. A experiência em outras atividades durante a vida profissional antes de atuar no magistério trouxe para reflexão sobre a educação do pesquisador uma visão diferente do “senso comum do campo”, sobretudo no que diz respeito à aprendizagem. Essa postura facilita o que Bourdieu (1989) denomina de ruptura com o senso comum e os entraves imediatos que cercam o pesquisador quando da análise dos fatos na construção do objeto da pesquisa.

A percepção do profissional da educação é pautada em práticas construídas socialmente onde os elementos apontados acima constituem certo habitus tanto na prática discursiva quanto no fazer pedagógico na sala de aula. Para o pesquisador essas pré-noções não são suficientes para construção de um objeto de pesquisa com rigor científico. Portanto é necessário o rompimento com essas pré-noções e construir o objeto investido do habitus científico. Para Bordieu (1989). “a passividade empirista, apenas reafirma as pré-noções do senso comum”.

Nesse sentido, a elaboração de um objeto que faça questionamentos às concepções que pautam o campo educacional é um desafio a ser enfrentado com rigor científico, nem sempre considerado na educação. Não será uma tarefa fácil, pois envolve o rompimento de aderências e adesões às vezes inconscientes, que pode confundir o interesse do pesquisador com o interesse do objeto. Ao chamar a atenção para essa situação Bourdieu(1989) recomenda o cuidado que o pesquisador deve ter em relação à origem do interesse sobre o objeto e a necessidade de abertura para novas hipóteses, preservando uma postura de flexibilidade, e de que é preciso compartilhar com o objeto as diretrizes de como se perceberá o próprio objeto.

Portanto, o objeto proposto está ainda em construção, pois, segundo Bourdieu (1989), “não é coisa que se produza de uma assentada”. É necessário conhecer os agentes constitutivos do campo educacional do Estado do Pará a fim de interrogá-los, sobre os reais motivos dos baixos índices educacionais de nossos estudantes. Para os objetivos deste texto, a pesquisa exploratória foi o método mais adequado considerando as complexas relações que norteiam os campos pesquisados.

Face ao exposto, se faz necessário a compreensão das estruturas e das dinâmica das relações no campos educacional e no campo político a fim de analisar os valores que sustentam práticas discursivas que, em vez de contribuírem para uma aprendizagem eficiente, acabam justificando a reprodução do fracasso escolar. O aporte teórico proposto é o trabalho sociológico de Pierre Bourdieu, utilizado o entendimento conceitual de Campo educacional e Campo Político e as estruturas de disputas pelo discurso político, evidenciando a inserção do campo político no campo educacional por meio da atuação do Estado e seu capital no jogo político educacional. Esse aporte conceitual será importante para demonstrar, de forma breve, a constituição das práticas discursivas na rede estadual de ensino do Estado do Pará (SEDUC) é de que forma as práticas discursivas de agentes com poder menor no jogo acabam suplantando o capital estatal no campo educacional e responsabilizando este, e somente este, pelo fracasso escolar dos alunos.

As práticas discursivas subjetivas do campo político e suas implicações no campo educacional.

O conceito de Campo em Bourdieu aponta para uma estrutura de relações objetivas que permeiam as interações entre agentes. As disposições e reações dos agentes são influenciadas pelo campo e também o estruturam, de modo que o campo se impõe como construção cultural que pauta condições objetivas à ação. O entendimento da noção de campo político, evidenciando a ação da prática discursiva estatal quando adentra o campo educacional agindo sob o monopólio institucional das regras que regem as práticas pedagógicas desse campo, permite a compreensão de parte das relações que elaboram historicamente as práticas discursivas nos campos aqui descritos.

Na perspectiva de Bourdieu (1989), o pano de fundo de um discurso político depende das lutas simbólicas pelo poder simbólico que ocorrem entre os agentes do campo. Mas esses discursos são produzidos também, conforme as necessidades externas do campo. A legitimidade do discurso político não

depende somente de seu conteúdo, mas de seu poder simbólico, ou seja, de sua capacidade de conquistar adeptos e de ser aceito como legítimo. Em outras palavras, o discurso político é permeado fortemente por ideologias⁵.

Outra noção importante na obra de Bourdieu é a noção de habitus como:

sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto de obediência a regras (BORDIEU, 1983a, p.61).

A noção de habitus está relacionada a ideias e representações que constitui a subjetividade dos indivíduos, uma predisposição para a ação, adquiridas por eles ao longo das trajetórias sociais. Essas ideias e representações são “estruturas estruturadas” porque é o resultado da interiorização das estruturas objetivas. São também “estruturas estruturantes” porque elas são predisposições que tendem a nortear as práticas dos agentes e, portanto, a reestruturar as estruturas objetivas. Com a noção de habitus Bourdieu pretendeu estabelecer uma mediação entre as estruturas e as práticas na ação tanto dos indivíduos como dos agentes no campo.

Os discursos políticos que se encontram em oferta no mercado dos bens simbólicos, são produto das “lutas simbólicas” que determinados agentes sociais travam entre si no campo político, campo esse apontado por Bourdieu como subespaço específico do “espaço social”, percebido como “umespaço ‘multidimensional’ constituído por diversos campos relativamente autônomos”.

é no interior de cada um desses campos que se travam, entre agentes sociais específicos, as lutas simbólicas pelo poder simbólico, isto é, pelo poder fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo (BOURDIEU, 1989, p.14)”.

⁵ Neste texto, a noção de ideologia é entendida como sistema de conceitos e proposições que visa explicar o mundo social e que se encontra instituído na exterioridade das consciências individuais.

Embora os agentes sociais em geral participem das lutas simbólicas, ou na produção dos discursos políticos, a elaboração desses sistemas simbólicos que se estabelecem no interior do campo político é tarefa designada aos agentes especiais ou os “especialistas da produção simbólica” para que essa luta se desenvolva e onde está em jogo é o monopólio da violência simbólica legítima, ou seja, o poder de impor (inculcar) instrumentos de conhecimentos e de expressão arbitrários, mas aceitos no interior do campo.

Nas lutas simbólicas que se dão no interior do campo político, os protagonistas produzem os conteúdos de seus discursos políticos atendendo não só às “necessidades internas” do campo, mas também às “necessidades externas” dos agentes exteriores ao campo, não especializados na tarefa de produzir discursos, mas que são potenciais consumidores desse discurso no mercado dos bens simbólicos.

No caso da educação, já foi abordado anteriormente que o discurso político produzido para o setor como produto das lutas simbólicas que se dão no interior do Estado pelos agentes do campo educacional e político (LDB, Constituição, Planos etc.), mas esses discursos são produzidos também para uma demanda externa, ou seja, a sociedade. Portanto, as estruturas instituídas de ensino, as escolas, ao dar objetividade a esse discurso em sala de aula, o faz sob forte teor subjetivo pelos professores e pautado em certo habitus elaborado historicamente que justifica a baixa aprendizagem dos alunos às péssimas condições de trabalho, violência e salário de fome: O professor é vítima do Estado.

É na relação professor-aluno no espaço da sala de aula onde ações objetivas e institucionalizadas de aprendizagem deveriam priorizar a ação docente. Mas o que se observa é que esse espaço não está cumprindo seu papel institucional quando os dados educacionais são analisados sob a ótica das instituições já citadas. As justificativas dos docentes para esse fracasso é, sobretudo, as condições de salário e péssimas condições de trabalho e a pobreza das famílias não permite que os alunos se dediquem aos estudos. Ou seja, a razão do fracasso está na sociedade e não na sala de aula.

Essa prática discursiva aparece novamente por ocasião das greves, que são justificadas em sala de aula como o único instrumento de luta dos trabalhadores em educação para fazer valer seus direitos, os quais sempre são usurpados pelo

Estado, que aparece como o grande inimigo a ser batido. Para não “prejudicar” os alunos é garantida a reposição das aulas. A questão a ser analisada é que: se normalmente as aulas já carecem de qualidade, como afirmam muitos alunos durante a pesquisa exploratória, qual a qualidade das aulas aos sábados?

A experiência do pesquisador nas escolas em que trabalha aponta para o discurso da “autonomia” da escola na elaboração do calendário de reposição das aulas. Os acertos com a gestão resultam em aulas aos sábados, que professores e alunos não concordam, mas aceitam. Para não perder o apoio dos alunos é feito um “novo acordo”: as aulas de sábado serão “repetidas” durante a semana. O resultado é frequência mínima de alunos e horários flexíveis.

Essa prática discursiva construída por meio de forte subjetivismo da ação pedagógica dos professores e alunos é apropriada pela organização sindical e reelaborada no sentido de inculcar na sociedade a vitimação do professor que trabalha muito, ganha salário de fome, turmas superlotadas é vítima da indisciplina e do desinteresse dos alunos, não conta com a ajuda dos pais, da comunidade, do governo e da sociedade em geral. Está elaborada a justificativa para o fracasso escolar dos alunos e direcionar as responsabilidades para o Estado. Essa prática discursiva é aceita pela sociedade, que passa a ver a questão do fracasso de seus filhos como um problema da falta de investimentos na educação e na “incapacidade” dos alunos. Mas essa justificativa não se sustenta quanto confrontada com pesquisas empíricas sobre a carreira de professor.

O Perfil dos Professores Brasileiros, realizada pela UNESCO⁶ mostra que 58,5% dos professores trabalham em apenas um local. Os que fazem jornada dupla são 32,2%. Somente 9% trabalham em três escolas ou mais. Quanto à carga horária, 31% trabalham entre uma e vinte horas semanais, 54% ficam entre 21 e 40 horas semanais e o restante, mais de 40 horas semanais. Os dados mostram que a carreira de professor não é tão ruim como a imagem difundida na sociedade, o que desloca para a questão da qualidade do trabalho em sala de aula como elemento importante na aprendizagem.

Quando se fala em educação formal, considera-se a escola como organização provedora desses conhecimentos aos cidadãos por meio da promoção

⁶ Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000027.pdf> acesso em 14/03/2015.

de habilidades e imposição de categorias de pensamento aos indivíduos. Esse arcabouço de responsabilidade da escola é produzido e aceito socialmente como produto da relação de forças dos agentes do campo educacional, mas não só dele. Na verdade, a escola atua como agente na implementação de políticas educacionais construídas sob regras e tutela do Estado. Isso reflete a forte influência deste na determinação e na homogeneização dos pressupostos lógicos e morais dos indivíduos por meio da escolarização. Nesse sentido,

As práticas pedagógicas são instrumentos por excelência do exercício desse poder estatal, visto que elas impõem a supressão ou o estímulo de hábitos e instintos que gradualmente se tornam espontâneos e naturais no comportamento individual (DUARTE & SOUZA, 2012. p.155).

O Estado, portanto, é um agente com forte interferência na construção da política de formação escolar dos indivíduos, influenciando decisivamente nos processos cognitivos das representações individuais de mundo. Essa situação coloca o Estado como agente de poder desproporcional ante outros agentes para estabelecer as políticas educacionais e a preponderância do capital estatal sobre qualquer outro capital social. A influência se confirma pelo fato de que

“os esquemas que organizam o pensamento de uma época somente se tornam inteiramente compreensíveis se forem referidos ao sistema escolar, o único capaz de consagrá-los e construí-los, pelo exercício, como hábitos de pensamentos comuns a toda uma geração” (BOURDIEU, 2009 p. 208).

As práticas pedagógicas que os professores aplicam em sala de aula é resultado de um longo processo de codificação e normatização difuso que tem como principal propulsor o Estado (BOURDIEU, 1996 p. 94). São, portanto, aceitas pelos agentes como adequadas para o desenvolvimento das habilidades necessárias a uma aprendizagem institucionalizada configurada por imposições, aplicadas, adaptadas e sedimentadas conflituosamente ou não durante certa temporalidade.

O fracasso persistente da aprendizagem dos alunos da rede estadual de ensino é resultado, na perspectiva do pesquisador, da incapacidade do agente

estatal em investir seu capital preponderante na disputa no campo em políticas que garantam a aprendizagem dos alunos. A falta de ação estatal leva esse capital a ser apropriado por outros agentes, que movidos por outros interesses, não consideram a aprendizagem como foco da política do setor. Esses agentes adotam uma prática discursiva que beneficiam suas organizações em detrimento à eficiência na prática pedagógica, reproduzindo o fracasso escolar.

O campo educacional, suas subjetividades e seus reflexos na reprodução do fracasso escolar.

O capital estatal, como mostrado, é preponderante na formação da personalidade através da escola. A presença do Estado, no entanto, não se dá somente com a atuação das pessoas e dos órgãos responsáveis pela definição de políticas públicas educacionais. A presença de outros agentes atuando no campo educacional é relevante para o entendimento do ambiente nesta área. As influências das práticas discursivas de alguns deles acabam por suplantar o discurso estatal na educação tornando hegemônico esse discurso, que não está voltado para a aprendizagem, e sim para interesses corporativos e ideológicos. Neste contexto, cabe situar três agentes que têm suas práticas discursivas nesse sentido: Os professores, organização sindical e os pais dos alunos.

O papel do professor em sala de aula e sua prática de ensino é resultado de uma construção sócio-histórica que evidencia o discurso professoral com de forte influência a vida dos alunos, com alguns professores se tornando referência para toda a vida. Essa prática é permeada de imposições implícita de vários pressupostos e categorias de pensamentos pré-construídas, que indicam as configurações da realidade sobre as quais ela se estrutura.

Essas estruturas de pensamento estão na base das representações dos professores, determinando sua prática pedagógica e utilizando-as de maneira espontânea na visão de mundo (BOURDIEU, 1996 p. 93) e transmitidas cotidianamente na ação docente. No entanto, percebe-se que a prática docente não é simplesmente o resultado de parâmetros objetivos das políticas educacionais vigentes. Ao converter estas, objetivamente, as práticas discursivas as em sala de aula são influenciadas por uma subjetividade inerente ao agente, dando outra dimensão às diretrizes institucionais.

Somente a observação dos aspectos normativos do discurso estatal não é suficiente para a compreensão do fracasso escolar dos alunos. É necessário o entendimento das práticas discursivas de outros agentes como elemento inibidor do discurso estatal e reproduzidor do fracasso escolar. A prática pedagógica se torna um fator importante nessa análise, já que é o elo final na realização do sentido geral que professor, escola e política educacional estabelecem para o agente mais interessado: os alunos.

Nas últimas décadas, com a universalização da educação houve um crescimento exponencial do número de professores e alunos no Estado do Pará. Ao mesmo tempo, uma queda persistente do rendimento dos alunos nos testes de avaliação do Ministério da Educação e de outras instituições como mostrado na primeira parte do texto. As justificativas são diversas que vão desde o péssimo salário dos professores à situação de pobreza dos alunos.

A prática discursiva adotada pelos professores em sala de aula para justificar a ineficiência na aprendizagem dos alunos é que, se ganha um salário de fome, submete-se às condições precárias de trabalho, os alunos são desinteressados, assim como o governo e a sociedade. Uma imagem simbólica que a categoria tem na sociedade (IOSCHPE, 2014 p. 163). Os professores também chamam atenção da sociedade para as condições de trabalho como justificativa para a baixa aprendizagem dos alunos, o que é aceito de maneira passiva pelos pais dos alunos, que também responsabilizam o Estado, e somente ele, pelas mazelas da educação. Por ocasião da campanha salarial 2015, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará - SINTEP informa os motivos da greve:

Na educação não é diferente. Nossas escolas não são climatizadas, água de péssima qualidade, banheiros impróprios para uso, quando chove alaga tudo, rede elétrica precária e agora temos que conviver com a violência, pois os furtos e as ameaças físicas são constantes. Se não bastasse isso, o governador Jatene/Helenilson não paga o piso nacional do magistério, que é lei, e resolveu limitar a carga horária do professor. Ou seja, os alunos vão para a escola e os professores não podem dar aula porque a Seduc não autoriza. Neste sentido, convidamos você para apoiar nossa luta por uma escola pública de qualidade. Não podemos ver nossas escolas em noticiários locais e até mesmo em nível nacional em condições precárias, num flagrante descaso e desrespeito por falta de

mais investimentos e valorização profissional. É preciso dar um basta no descaso aos que não tratam a educação pública com o devido respeito que merece (SINTEPP: Carta Aberta à Comunidade 21/03/2015).

Observa-se que o teor da carta direcionada à comunidade o SINTEPP responsabiliza unicamente a estado pela situação das escolas, do baixo salário dos professores, carga horária em sala de aula, horas pedagógicas etc. É óbvio que o papel de uma organização sindical deve ser a luta por conquistas para a categoria profissional que representa e a categoria deve fortalecê-la sempre. Mas se a sociedade reclamasse por uma educação melhor de seus filhos por meio da melhor atuação dos professores e gestores das escolas? A resposta obrigatoriamente deveria incluir esses profissionais como responsáveis por essa realidade. Mas enquanto isso não acontece “a greve continua...a culpa é tua”.

Essa prática discursiva é utilizada pelo sindicato da categoria nos meios de comunicação como questão de fundo para os problemas da aprendizagem, tirando o foco da questão principal observada durante a pesquisa: a prática pedagógica ineficiente pode ser a principal causa das deficiências na aprendizagem. Segundo Ioschpe (2014, p. 177 a 181), o aluno aprende mesmo em condições adversas desde que o ensino seja eficiente.

Outro elemento importante é a estrutura sindical dos profissionais da educação ser controlada por partidos políticos. O sindicato deve, obviamente, estar dedicado às questões corporativistas do campo educacional e isso é positivo. Porém, esse agente é controlado por forças políticas que jogam no campo político partidário, onde, em determinado momento político é mais interessante reproduzir o discurso do “explorado” e responsabilizar o Estado e a sociedade do que trazer para o campo político as fragilidades da aprendizagem. Uma atitude diferente levaria o sindicato a perder o apoio da categoria de professores.

Esse discurso sindical é reproduzido socialmente nas lutas no interior do campo político e espraia no campo educacional no sentido de fortalecer um discurso corporativista fortemente subjetivo e facilmente aceito pela sociedade, em favor de políticas públicas que resolvam o problema da aprendizagem com mais investimentos em salários e estrutura de ensino.

Os alunos por sua vez, adotam o discurso dos professores e sindicatos influenciados por duas questões de fundo: a primeira é que não serão “prejudicados”

já que a luta do sindicato é por uma “sociedade melhor” para eles e as aulas serão repostas. Não se repõe uma coisa que não foi feita. Os “calendários” de reposição são feitos para beneficiar os professores. Sequer 50%⁷ das aulas são “repostas”, sem falar da qualidade das aulas aos sábados, com a presença de poucos alunos. Durante as reuniões para elaboração dos calendários de reposição os professores discordantes são sumariamente considerados “voto vencido”, antes mesmo das reuniões iniciarem e acabam concordando.

A segunda questão está estritamente relacionada a primeira e mostra que ao adotar o discurso de outro agente como seu, os alunos são manipulados, ou seja, se transformando em alunos “críticos” sem dominar os códigos básicos de leitura e escrita, reforçando as estatísticas do analfabetismo funcional, que é um tipo de fracasso de aprendizagem. Ioschpe (2014, p.48 e 49) chama a atenção para os dados de uma pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), com 10 mil pais que deram 8,1 de satisfação com a escola dos filhos, o que, segundo o autor é um paradoxo em relação ao discurso dos professores em relação à falta de apoio das famílias na aprendizagem dos filhos.

Não há dúvidas da melhora estrutural das escolas em relação às décadas anteriores. Hoje as escolas possuem estrutura e material pedagógico melhor, professores concursados e teoricamente mais capacitados e outros equipamentos (computadores para alunos e professores, salas de informática, bibliotecas, salas de leitura, etc.). Os pais dos alunos consideram que esses fatores de forma acrítica como se eles, por si só, são capazes de fazer a aprendizagem acontecer, o que não é verdade.

Ao aceitar essa situação a sociedade abre mão de participar da aprendizagem e deixa nas mãos de outros agentes do campo educacional e político a defesa de uma “educação de qualidade” que eles sequer sabem o que é, pois defendem outros interesses que não o da aprendizagem. Ao iniciar uma greve, o sindicato “esclarece a comunidade” por meio do discurso corporativo de melhores condições de trabalho, salários miseráveis, violência, etc. Ao retornar as aulas, a escola tem “autonomia” na elaboração do calendário de reposição, prejudicando os alunos e beneficiando os professores e o próprio Estado.

⁷ Durante observações de reuniões de professores, em duas ocasiões alguns professores de manifestaram sobre o problema das reposições serem de péssima qualidade por muitos professores, e que isso prejudica do aluno, sobretudo do ENEM.

O Estado, por sua vez, faz ressoar o discurso da sociedade como forma de fortalecer seu discurso no campo político e educacional, fortalecendo a figura do professor vitimado. Pratica a “guerra midiática” para esclarecer a população da conotação política do movimento de greve e forçar o fim das mesmas. Porém, sua ação pós-greve é no sentido de diminuir os dias letivos alegando que a prática é para não prejudicar os alunos, mas não esclarece que também ganha com a greve economizando energia, mão de obra, material de expediente e não fiscalizando a reposição, o que prejudica a aprendizagem dos alunos. Os “ajustes” do calendário pós-greve beneficia a gestão, também.

Após as greves, não se resolvem os problemas por falta de recurso e culpam o governo federal por centralizar verbas. Ao final, todos concordam: Tudo se resolve com mais investimentos para pagar melhor o professor. Na falta de recursos nos estados para investimentos, o governo local adota o discurso para pressionar a União a repassar mais recurso. Nesse jogo de empurra-empurra, o discurso sindical se fortalece com a utilização da greve como instrumento de negociação que se banalizou na relação da categoria com o governo em detrimento às discussões sobre a melhora da aprendizagem dos alunos. O Estado fica, portanto, como o único responsável pelo fracasso da aprendizagem, como mostram alguns dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB da região Norte. (Quadro 1).

Quadro 1 - IDEB da Região Norte

Posição		Estado	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011	IDEB 2013
Em 2013	Mudança						
1	+2	Rondônia	3,6	4,0	4,4	4,7	5,4
2	+1	Acre	3,3	3,8	4,5	4,7	5,2
3	-1	Amazonas	3,3	3,9	4,5	4,8	5,1
4	-2	Tocantins	3,6	4,2	4,5	4,9	5,1
5		Roraima	3,5	3,5	4,2	4,5	4,8
6	+1	Amapá	3,1	3,0	3,6	3,9	3,8
7	-1	Pará	2,8	2,8	3,7	4,0	3,7

Quadro dos resultados do IDEB adaptado pelo pesquisador. Somente escolas públicas estaduais.

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam>.

O Estado do Pará apresenta os piores índices educacionais do país, o que o coloca em situação crítica quando se discute a educação como indicador importante para o desenvolvimento regional. Esse discurso é vastamente explorado nos campos educacional e político, mas a verdade é que os índices estaduais só fazem cair nos últimos anos como demonstra o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Nos anos finais do ensino fundamental a realidade é ainda mais crítica.

Quadro 2 - IDEB da Região Norte nos anos finais do ensino fundamental

Posição		Estado	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011	IDEB 2013
Em 2013	Mudança						
1	- 0	Acre	3,5	3,8	4,1	4,2	4,4
2	- 0	Amazonas	2,7	3,3	3,6	3,9	3,9
3	+2	Rondônia	3,2	3,3	3,4	3,5	3,7
4	-1	Tocantins	3,4	3,6	3,9	3,9	3,7
5	-1	Roraima	3,2	3,5	3,7	3,6	3,5
6	-1	Amapá	3,5	3,4	3,6	3,5	3,4
7	- 0	Pará	3,1	2,9	3,1	3,1	3,0

Quadro adaptado pelo pesquisador dos resultados do IDEB. Somente escolas públicas estaduais.

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam>.

Os índices do Pará alcançam percentuais ainda mais medíocres e com viés de queda acentuado quando o ensino médio é avaliado.

A política educacional do Estado do Pará nos últimos 10 anos está institucionalmente voltada para responder aos baixos índices de aprendizagem das escolas públicas estaduais. Várias ações nesse sentido foram implantadas a fim de envolver os agentes que fazem a educação em processos de melhora da aprendizagem. Essa política segue as diretrizes do Ministério da Educação e, em muitos casos a política estadual é caracterizada por implantar de forma acrítica as diretrizes do MEC.

Quadro 3 - IDEB da Região Norte nos anos finais do ensino médio

Posição		Estado	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011	IDEB 2013
Em 2013	Mudança						
1	+3	Rondônia	3,0	3,1	3,7	3,3	3,4
2	-2	Acre	3,0	3,3	3,5	3,3	3,3
3	-2	Roraima	3,2	3,1	3,5	3,5	3,2
4	-2	Tocantins	2,9	3,1	3,3	3,5	3,2
5	-2	Amazonas	2,3	2,8	3,2	3,4	3,0
6	-0	Amapá	2,7	2,7	2,8	3,0	2,9
7	-0	Pará	2,6	2,3	3,0	2,8	2,7

Quadro com resultados do IDEB adaptado pelo pesquisador. Somente escolas públicas estaduais.

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam>.

No entanto, ela é caracterizada por uma estrutura puramente objetiva e voltada para aspectos institucionais de combate ao fracasso escolar, sem considerar os entraves a serem enfrentados, tanto pela estrutura imposta ao campo educacional, como pelo alto teor de subjetividade em sala de aula construída historicamente. Ao converter as políticas educacionais, objetivamente as práticas discursivas em sala de aula são influenciadas por uma subjetividade inerente ao agente, dando outra dimensão às diretrizes institucionais.

A principal política, O Pacto pela Educação do Pará, é um esforço liderado pelo Governo do Estado e conta com a integração de diferentes setores e níveis de governo, da comunidade escolar, da sociedade civil organizada, da iniciativa privada e de órgãos internacionais, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação no Pará e, assim, tornar o Estado uma referência nacional na transformação da qualidade do ensino público. Seu objetivo é, no mínimo, ambicioso: aumentar em 30% o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em todos os níveis: Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, num período de 5 anos, já se foram três anos e nada. Nenhum estado conseguiu um incremento desta magnitude, em todos os níveis, neste período de tempo.

É um projeto elaborado por instituições com “notório saber” sobre práticas educacionais nacionais e internacionais e que utilizam os mais avançados

recursos pedagógicos e tecnológicos que, de forma pioneira, pretendem alavancar os índices educacionais do estado. O que se percebe no período de implantação do projeto é que apesar de sua competência teórica, metodológica e tecnológica, o projeto não obteve o apoio dos agentes convidados a contribuir, exceto as organizações estatais e os parceiros privados, que são obrigados. Percebeu-se durante a pesquisa exploratória que o desinteresse em participar demonstrado por outros agentes são pelos mesmos motivos: muita propaganda institucional, mas as ações não chegam ao “chão das escolas” e o professor é considerado “ultrapassado” tecnologicamente.

A sociedade, chamada pelo projeto, sequer sabe das suas intenções, já que não contribuiu na elaboração do projeto e mesmo se fosse chamada a contribuir não demonstra conhecimento mínimo e interesse (IOSCHPE, 2014). Os pais dos alunos aguardam ações concretas que melhorem a aprendizagem dos filhos, os parceiros aguardam pagamentos, a gestão espera que a propaganda resolva o problema e não se aproximar dos professores. Esses, por sua vez, estão “cansados” de ouvir propostas mirabolantes do governo, mas perdidas no tempo por falta de continuidade e apoio dos atores que viabilizam a aprendizagem: gestão escolar e professores.

Em relação a esses “projetos mirabolantes” apontados pelos professores e gestores, uma questão importante é analisar os motivos do fracasso escolar dos alunos do Estado em relação a outros entes federados que praticam a mesma política e conseguem melhorar seus índices educacionais, como é o caso do Piauí, que tem obtido avanços significativos nas avaliações do MEC. Outro exemplo é o Estado do Ceará, que vem sistematicamente melhorando seus índices sem ideias imensamente elaboradas. Não se observa também grandes diferenças nas práticas discursivas dos agentes do campo educacional e políticos em relação às mazelas da educação no País.

Considerações finais

O discurso produzido nos campos político e educacional para justificar o fracasso sistêmico da aprendizagem no Pará está fundamentado no senso comum produzido nesses campos, como causa e efeito dos males da aprendizagem no Pará e a solução é mais e mais investimentos na educação. As práticas discursivas produzidas nesses campos, na verdade, são utilizadas para justificar o fracasso na

aprendizagem e responsabilizar somente o estado pela situação, sem discutir a aprendizagem.

Está elaborada a justificativa para o fracasso escolar, dos alunos e direcionar as responsabilidades para o Estado. Essa prática discursiva é aceita pela sociedade, que passa a ver a questão do pouco rendimento de seus filhos como um problema da falta de investimentos na educação e na “incapacidade” dos alunos. Os pais dos alunos aceitam a situação como justificativa para a pouca compreensão de seus filhos. O Estado é incapaz de regular o campo por meio de políticas públicas que envolvam os grupos educacionais e voltados à aprendizagem, acaba por ser considerado como o único responsável por este desmazelo, uma responsabilidade que não é só dele, mas dos demais responsáveis por esse setor.

A incapacidade do estado em desempenhar seu papel como indutor e regulador das políticas públicas educacionais focadas na aprendizagem cria um “vácuo de poder” que é retrabalhado pelos setores conservadores e privatizantes do ensino no sentido de reproduzir a imagem de ineficiência do Estado e reforçar conceitos como o estado mínimo, por exemplo, que no campo educacional não se sustenta conforme a afirmação de Ioschpe (2014, p. 123-126).

As políticas estaduais de educação nos últimos 10 anos têm como característica básica e replicação de ações de instituições de fora do estado, sem construir, de forma concreta, parcerias com outros agentes que fazem a educação. Os principais são os professores e os gestores escolares, que não se sentem parte dos processos, levando essas políticas ao declínio e o estado entre os piores índices educacionais do país.

A incapacidade institucional do Estado à luz da sociologia de Bourdieu, leva ao fracasso persistente da aprendizagem dos alunos da rede estadual de ensino ao deixar para outros agentes do campo a preponderância dos discursos justificadores do fracasso da aprendizagem. No discurso reproduzido pela organização sindical a imagem do professor que atua de forma precária e sem perspectiva prevalece como justificativa para o fracasso da aprendizagem. O próprio Estado inviabiliza qualquer tentativa de um verdadeiro pacto pela educação ao utilizar de forma sistemática a imagem negativa do professor e abrir os cofres públicos para projeto de “tecnologia avançada” que prometem aprendizagem, mas não entregam o produto.

A interação professor-aluno é o fundamento de processos pedagógicos que objetivem melhores resultados educacionais. A boa educação depende do que se passa em sala de aula, e a atuação do professor deve ter caráter objetivo e pautado em conhecimentos que garantam a aprendizagem dos alunos. Responsabilizar o professor pela aprendizagem é necessário, desde que esse profissional se dedique exclusivamente dos processos educacionais, que é, ou deveria ser, seu papel no campo educativo.

Essa atuação só é possível com a garantia por parte do Estado das condições objetivas para que essa interação aconteça de forma eficiente por meio do investimento do agente estatal de seu capital preponderante na disputa no campo em políticas que garantam a aprendizagem dos alunos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa, Difel 1989.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva in “O Poder Simbólico”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. 6ª ed., São Paulo, Perspectiva 2007.

DUARTE & SOUZA, Revisitando Pierre Bourdieu: As relações de poder no ensino jurídico. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), julho-dezembro 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – INEP. <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam>

IOSCHPE, Gustavo. O que o Brasil quer ser quando crescer? e outros textos sobre educação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Objetiva. 2014.

SINTEPP: Carta Aberta à Comunidade 21/03/2015 Em: http://sintepp.org.br/arquivos/carta_aberta_2015-estado.pdf. Acesso em 04/04/2015.

UNESCO. O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam... São Paulo: Moderna, 2004.

Gerenciamento de resíduo químico medicamentoso em serviços de saúde: entre acertos e equívocos

Jocileide de Sousa Gomes¹ • Edna Maria Ramos de Castro²

Introdução

A gestão dos resíduos sólidos no país, sua concepção, o equacionamento da geração, do armazenamento, da coleta até a disposição final, têm sido um constante desafio colocado aos municípios e à sociedade (BRASIL, 2006). A preocupação com a questão ambiental tornou o gerenciamento de resíduos um processo de extrema importância na preservação da qualidade da saúde e do meio ambiente, desde que atendidas às especificidades locais e realizada em conformidade com a vigilância em saúde e ambiental (BRASIL, 2006).

As questões relacionadas ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS) passaram a chamar a atenção mundial na década de 80, a partir dos casos de exposição ocupacional aos vírus causadores da Hepatite B e Síndrome da Imunodeficiência Humana (SIDA), durante manuseio de materiais médico-hospitalares, conforme descrito por Gordon, Reinhardt e Denys (2004). De acordo com os referidos autores, tais eventos indesejáveis culminaram na reavaliação das práticas assistenciais voltadas ao contato de profissionais de saúde com fluídos corpóreos e sangue, além da definição de medidas de prevenção a riscos ocupacionais associadas ao processo de trabalho. Para minimizar esses eventos, o setor industrial em saúde investiu em produtos hospitalares descartáveis, no entanto, os mesmos elevaram o quantitativo de resíduos gerados pelos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, resultando em uma nova preocupação, a ambiental.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA); e-mail: jocileidesg@gmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA), e Pesquisadora do CNPq.; e-mail: edna.mrcaastro@gmail.com

Para Mavropoulos (2010, p.15), a relevância da gestão de resíduos de serviços de saúde “surgiu como uma importante questão global nos últimos vinte e cinco anos do século XX, quando várias organizações nacionais e internacionais forneceram informações, dados e assessoria para ajudar os países a lidar com este importante fluxo de resíduos”. Ora, considerando a dinâmica da geração de resíduos hospitalares, resultante da demanda ao consumo de serviços de saúde, cabe salientar a necessidade destes espaços se adequarem a medidas legais voltadas à minimização dos riscos inerentes aos mesmos, seja em prol da saúde ocupacional, preservação do meio-ambiente e proteção à saúde pública.

Tais instrumentos normativos orientam à necessidade de uma adequada gestão e gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, a partir da contemplação de princípios e normas que direcionam as ações correspondentes ao correto manuseio e destinação dos mesmos, no entanto, o emprego de diferentes técnicas ou ações podem resultar em expectativas diferenciadas capazes de nos alertar quanto à urgência de dispormos de informações básicas sobre todos os resíduos gerados em um hospital, desde os infectantes, químicos, radioativos, perfurocortantes até os categorizados enquanto comuns.

Além disso, concordo com Oliveira (2011) quando aponta que a problemática ‘resíduos’ perpassa por relevantes questões associadas ao atendimento às normas vigentes. Baseada nas considerações de Oliveira (2011), as dificuldades residem em fatores como: I) contínua e crescente geração de resíduos de serviços de saúde; II) o potencial poluidor e contaminante dos resíduos de serviços de saúde; III) a obrigatoriedade legal de um plano de gerenciamento de resíduos de saúde; IV) o descumprimento da obrigatoriedade acima citada; V) o não cumprimento do que está estabelecido no plano de gerenciamento de resíduos de saúde; VI) a falta de capacitação dos que manejam, direta ou indiretamente, os RSS; VII) descompromisso dos gestores e administradores quanto às questões relacionadas aos RSS; VIII) falta de fiscalização, pelos órgãos competentes, do gerenciamento dos RSS; e, IX) descontinuidade de programas e ações voltados ao gerenciamento de resíduos, anteriormente praticados com êxito.

O presente trabalho objetivou identificar as ações que envolvem o gerenciamento de resíduos, especialmente, os químicos medicamentosos, dada a periculosidade que envolvem muitos representantes desta categoria. Para

análise e discussão deste estudo, utilizaram-se dados da pesquisa de campo, compreendida em pesquisa documental, entrevista, registro iconográfico e observação participante, sobre o gerenciamento de resíduos químicos de origem farmacêutica, em 03 instituições hospitalares vinculadas à Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA), localizadas na Região Metropolitana de Belém (02) e no interior do Estado do Pará (01). A fim de se preservar a identificação dos mesmos, conforme solicitado por suas respectivas Diretorias de Ensino e Pesquisa (DEP), serão utilizados os pseudônimos Hospital Branco, Hospital Preto e Hospital Vermelho. Seus respectivos entrevistados serão identificados por siglas correspondentes ao hospital e à numeração estabelecida na pesquisa, sendo Informante Hospital Branco (IHB), Informante Hospital Preto (IHP) e Informante Hospital Vermelho (IHV)³.

Os critérios de escolha das instituições se basearam nos níveis de complexidade de atendimento e capacidade de leito dos hospitais, além da disponibilidade de PGRSS pelos mesmos.

Serviços de saúde e resíduos químicos: a linha tênue entre legislação e risco.

Os estabelecimentos de saúde podem ser entendidos enquanto espaços complexos responsáveis, basicamente, em assegurar a recuperação e promoção da saúde de seus usuários; produção de serviços; aquisição e gerenciamento de tecnologias; aquisição e controle de matéria-prima e insumos; administração de recursos humanos e gerenciamento dos subprodutos gerados no processo de atendimento (ARAÚJO & SCHOR, 2008).

Em se tratando do gerenciamento dos resíduos e rejeitos produzidos por esses espaços, os mesmos devem considerar os marcos legais regulados pela

³ Para balizar as informações importantes aos objetivos da pesquisa, utilizou-se um roteiro de coleta de dados baseado em indicadores estabelecidos no Art. 21 e Capítulo IV da Portaria Ministerial nº 12.305/10, dentre eles, o Licenciamento ambiental do estabelecimento hospitalar, equipe e setores responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos, a identificação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do hospital, a descrição dos resíduos químicos mais gerados, as atividades voltadas às etapas de gerenciamento destes resíduos químicos medicamentosos, além das medidas voltadas a reduzir a periculosidade dos mesmos.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) através da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 306/04 e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), por intermédio da Resolução nº 358/05, os quais definiram as diretrizes sobre o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde (RSS), considerando princípios da biossegurança, preservação da saúde pública e do meio-ambiente, além do preconizado pela portaria nº 12.305/10, que aprova a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no Brasil.

De acordo com a resolução CONAMA nº 358 deve-se considerar enquanto RSS todos aqueles resultantes de atividades exercidas em:

“Serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamento; serviços de medicina legal; drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área da saúde; centros de controle de zoonose; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico *in vitro*; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, entre outros similares, que, por suas características, necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio à sua disposição final” (CONAMA, 2005 p.1).

As instituições hospitalares são contempladas neste conceito haja vista que disponibilizam serviços e tecnologias à saúde humana, e, considerando a complexidade do perfil e demanda de atendimento das mesmas, são potenciais fontes geradoras de resíduos. Sobre os tipos de resíduos hospitalares, é válido destacar que muitos são considerados perigosos, no entanto, não é dada total importância a todos os que compõem esta classificação.

A partir da publicação da PNRS (2010), um novo olhar deve ser direcionado aos resíduos, pois, em seu Art.13, a classificação quanto à periculosidade passa a ser baseada em suas propriedades de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade. Tais propriedades representam graves passivos à saúde ambiental e humana, devendo a instituição geradora estar ciente

de que o gerenciamento destas substâncias precisa ser cuidadosamente planejado, acompanhado e avaliado.

Muitos são os resíduos perigosos gerados em uma instituição prestadora de serviços de saúde, dentre eles, tem-se os resíduos com risco biológico (Grupo A), risco químico (Grupo B), rejeito radioativo (Grupo C), resíduos comuns ou similares aos domésticos (Grupo D) e os resíduos perfurocortantes (Grupo E). Destes, a maioria possui, em menor ou maior grau, alguma propriedade periculosa (resíduo perigoso) devendo a instituição geradora estar ciente das mesmas para a tomada de medidas e ações necessárias à minimização de potenciais riscos.

São muitos os produtos que se enquadram na classificação de resíduos químicos, dentre eles, produtos de origem farmacêutica como os de natureza hormonal e antimicrobiana, drogas citostáticas, antineoplásicas, imunossuppressores, digitálicas, anti-retrovirais, além de resíduos e insumos farmacêuticos dos medicamentos controlados pela Portaria MS nº 344/98 e suas atualizações (CONAMA, 2005). Incluem-se também os resíduos de saneantes, desinfetantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes; efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores); efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas; e demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (CONAMA, 2005; CUSSIOL, 2008).

Considerando a periculosidade destes resíduos, convém-se entender que seus riscos ambientais e de saúde merecem especial atenção. Partindo-se desta compreensão, os gestores e demais colaboradores ao gerenciamento de resíduos poderão tratar de maneira planejada e articulada a setores voltados saúde ambiental e sanitária e saúde do trabalhador, os possíveis e potenciais agravos globais oriundos de seu mau manuseio.

Quanto às inferências dos resíduos químicos medicamentosos sobre o meio ambiente, advindas de sua natureza patogênica, carcinogênica, teratogênica, mutagênica e tóxica, destacam-se a propagação de doenças infecciosas e a contaminação da água (GOMES; BARBIERI, 2004), o que requer medidas voltadas ao produto medicamentoso desde sua entrada ao hospital até sua “saída” enquanto resíduo. A exemplo, a destinação inadequada de resíduos químicos

medicamentosos contribui para a poluição dos sistemas de água (seja pelo despejo dos mesmos na rede de esgoto) ou à resistência bacteriana a tratamentos à base de antibióticos, em decorrência da presença de microorganismos na massa dos resíduos a ser decomposto no meio ambiente (NAIME; SARTOR; GARCIA, 2004), o que já se configura em agravante⁴.

No que diz respeito à preocupação voltada aos riscos ocupacionais, as instituições de saúde devem se basear na Norma Regulamentadora (NR) 32, de 2005, por estabelecer que as fontes geradoras caracterizem seus resíduos em prol da segurança e saúde do trabalhador, além de propor medidas de proteção coletiva, individual e controle médico da saúde dos mesmos (COSTA. *et. al.*, 2013). A publicação desta norma influenciou positivamente na forma de se lidar com os trabalhadores em saúde por respeitar a integridade física, mental e social destes no ambiente cheio de periculosidade que é o hospitalar.

Os riscos ocupacionais inerentes aos resíduos de serviços de saúde, indubitavelmente, são interpretados enquanto possibilidades de acidentes com perfurocortantes. Tal afirmativa é resultante dos inúmeros casos envolvendo estes resíduos no âmbito hospitalar. No entanto, pouca importância se dar aos resíduos perigosos de origem medicamentosa, durante o processo de preparo de medicamentos, por exemplo.

Dentre seus efeitos, após absorção inalatória, sistêmica ou tópica, tem-se, respectivamente, diminuição da frequência respiratória, excitação do sistema nervoso central (podendo levar a alucinações, ansiedade patológica, entre outros), irritação dérmica e ocular. Para evitar tais eventos, a rotulagem do produto deveria dispor de uma simbologia de risco tóxico que indicaria tal propriedade medicamentosa e favoreceria o adequado manuseio do produto e manejo de seus resíduos, evitando riscos aos profissionais que lidam diariamente com tais substâncias (RODRIGUES, 2009). Embora considere o gerenciamento dos resíduos químicos, incluindo os perigosos, uma constante prioridade, já que são

⁴ Nos Estados Unidos (EUA), principal produtor e consumidor de medicamentos, descobriu-se que a água potável de aproximadamente 41 milhões de pessoas estava contaminada com resíduos de fármacos. A confirmação da presença de 63 tipos de medicamentos e derivados como sedativos, antibióticos, anticonvulsivantes, entre outros, nas amostras de água analisadas pelos laboratórios (RODRIGUES, 2009), provocou uma reação nacional que resultou em intervenções sobre as indústrias, estabelecimentos de saúde e sociedade em geral quanto ao descarte de resíduos medicamentosos.

focos de problemas graves para a saúde do trabalhador, saúde pública e meio ambiente, ainda persiste uma visão míope sobre os mesmos, tendenciando os gestores e demais colaboradores de instituições hospitalares a tomarem decisões inadequadas, sem priorizar o seu correto manejo e destinação (COSTA; FELLI; BAPTISTA, 2012).

Em hospitais de referência ao atendimento oncológico, por exemplo, as drogas antineoplásicas devem ser cuidadosamente manipuladas para se atingir a qualidade e o sucesso da farmacoterapia do paciente, como também, a saúde dos manipuladores e do ambiente. Neste caso, há necessidade de cuidados de preparo (sob uso de capela de fluxo laminar) para se evitar riscos de contaminação do produto e de intoxicação por inalação residual do medicamento (potencial efeito mutagênico), cuidados no descarte do resíduo (pré-embalagem em recipiente rígido, fluxo específico e identificação do conteúdo enquanto resíduo químico perigoso), treinamento de funcionários quanto ao uso de equipamentos de proteção individual, além de viabilidade quanto ao melhor destino deste processo residual, dada as potenciais contaminações que podem ocorrer (SCHNEIDER *et.al*, 2004).

Para minimizar a quantidade de resíduos quimioterápicos, a Agência de Proteção Ambiental Norte-Americana (Environmental Protection Agency / EPA) recomenda a correta administração em volume correspondente ao necessário ao paciente; otimizar o tamanho do recipiente da droga, no ato da compra (a fim de não se ter desperdício, especialmente entre os que possuem baixa estabilidade); redimensionar as drogas com prazo de validade próximo de expirar, às instituições que necessitam das mesmas, para que sejam utilizadas em tempo hábil; entre outros, tornando-se condutas viáveis à manutenção de saúde ambiental, coletiva e ocupacional, sem comprometer o atendimento à necessidade de recuperação da saúde do paciente (SCHNEIDER *et.al*, 2004).

Deste modo, urge-se “dialogar” sobre as implicações ambientais, ocupacionais e de saúde coletiva resultantes dos resíduos químicos hospitalares de origem medicamentosa, sob uma perspectiva acultural. Precisa-se desmistificar a sua “inocência” e dar voz à contracultura de se minimizar a geração desses resíduos, como também, de se incentivar a proteção durante este processo (que habitualmente não é feito).

Gerenciamento de resíduos em hospitais da Sespa: “preocupações” sobre os resíduos químicos de origem farmacêutica.

Os hospitais participantes da pesquisa, localizados no estado do Pará, configuram-se em estabelecimentos de referência para assistência em saúde de média e alta complexidade. Localizados em municípios de elevada densidade demográfica como Belém, Ananindeua e Santarém, estes absorvem quantitativo significativo de atendimentos em setores de urgências-emergência, especializados e críticos (Unidade de Terapia Intensiva e Bloco Cirúrgico), refletindo-se sobre a geração de resíduos. O hospital Branco é de propriedade e administração pública estadual, enquanto que os hospitais Preto e Vermelho são de propriedade pública estadual, sob administração terceirizada, mediante contrato da SESPÁ com Organização Social em Saúde (OSS).

Partindo-se da análise de seus respectivos PGRSS, sob última revisão datada em 2013, evidenciou-se que 100% dos hospitais mencionam dispor de licenciamento ambiental haja vista que é um dos critérios normativos para o cadastro da instituição geradora de resíduos na Secretaria Estadual de Vigilância em Saúde e Ambiental e à elaboração do plano de gerenciamento de resíduos. No entanto, Kudrjawzew (2010) afirma que as licenças ambientais não são suficientes à garantia do sucesso dos processos e procedimentos da instituição hospitalar quanto à minimização de possíveis danos ambientais decorrentes dos resíduos gerados haja vista que os gestores, em sua maioria, ainda possuem uma “prematuridade de consciência ambiental” (KUDRJAWZEW, 2010 p.437), embora eu preferisse denominar de imaturidade.

Penso que ainda seja reflexo da pouca expressividade que os órgãos responsáveis pela fiscalização (vigilância ambiental e sanitária) da gestão e gerenciamento de resíduos de serviços de saúde em avaliar e monitorar as ações planejadas ao manuseio, transporte e destinação final dos mesmos. Aliado a isso, em se tratando de região norte, lidamos com uma cultura incipiente quanto aos resíduos sólidos urbanos em geral, o pode ser refletido nas práticas assistenciais, entre gestores e colaboradores.

Ao se questionar sobre a participação destes órgãos governamentais ao processo de gestão e gerenciamento de resíduos dos hospitais Branco, Preto e Vermelho, os informantes responsáveis técnicos pelos mesmos são unânimes

em dizer que cabe a eles, somente dar o aval à nova redação ou revisão feita nos PGRSS, realizada a cada dois anos, pelos referidos estabelecimentos. Tais hospitais são procurados pelas vigilâncias apenas em situações em que haja denúncia sobre exposição de resíduos em lixões e demais espaços inadequados.

Quanto à descrição da equipe técnica responsável, comissões e ou setores envolvidos na elaboração, execução e acompanhamento das ações voltadas aos resíduos gerados pelo hospital, identificou-se que a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e Setor de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) estão listadas em todos os planos, sendo responsáveis em desenvolver ações que visem à regulamentação das atividades relacionadas à geração e ao manejo de resíduos hospitalares e, principalmente, em atender à NR32, o que pode contribuir a uma visão multifacetada neste processo.

Os planos de gerenciamento dos hospitais Branco e Preto não contemplam de maneira adequada os resíduos químicos (incluindo os perigosos). Tal crítica se deve à importância de se abordar os resíduos químicos perigosos de maneira diferenciada aos não perigosos, conforme recomendado pela PNRS. A identificação do enfoque direcionado aos resíduos biológicos, perfurocortantes e comuns se sobrepõe a resíduos perigosos como os químicos e rejeitos radioativos, o que pode representar uma nebulosa compreensão sobre a importância da qualidade em seu gerenciamento e a capacidade de riscos, em situações de não conformidade legal.

Ao contrário do mencionado acima, o hospital vermelho envidou esforços em caracterizar os resíduos químicos gerados (quadro 01), inclusive os perigosos, em seu PGRSS. Embora não houvesse um plano específico para os mesmos (conforme orientação da PNRS), o detalhamento de informações voltadas aos tipos de resíduos químicos gerados no hospital (de acordo com os produtos padronizados), o quantitativo gerado por setor hospitalar e por tipo de resíduo, a descrição das condutas necessárias à segregação, acondicionamento, identificação, coleta, transporte e destinação final, além do mapeamento de riscos ocupacionais envolvendo os mesmos, por fonte geradora, é considerado algo atípico entre hospitais diversos (Quadro 02).

Dentre os resíduos químicos produzidos pelo hospital vermelho, conforme descrito em seu PGRSS, tem-se cartucho de Sterrad, pilhas e baterias, fixador

de filme radiológico, medicamentos vencidos, lâmpadas, ácido paracético, detergente enzimático, formol, cal sodada, resíduos de saneantes e desinfetantes, reagentes de laboratórios (e os recipientes contaminados por estes), restos de medicamentos (hormônios, citostáticos, antineoplásicos, imunossupressores, digitálicos e antirretrovirais), revelador de filmes, óleo, óleo lubrificante, cartuchos de impressora, lugol, solda cáustica, tinta e hematoxilina. Embora a descrição esteja generalizada, todos são considerados resíduos químicos perigosos.

Ao realizar a análise das 27 fontes geradoras de resíduos do hospital vermelho, foi considerável surpresa identificar que 20 geram resíduos químicos, incluindo perigosos. Os de natureza medicamentosa foram gerados em 08 setores, sendo mais comuns restos de medicamentos e frascos vazios dos mesmos, conforme quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização de resíduos químicos gerados, por setor, no Hospital vermelho.

Fonte geradora	Descrição dos resíduos químicos gerados	Presença de resíduo químico medicamentoso?
Laboratório de Análises Clínicas (LAC)	Efluentes de equipamentos: gásômetro, AVL9180 e Bioplus	NÃO
Unidades de Internação (UI)	Restos de medicamentos e materiais contaminados com quimioterápicos	SIM
Centro de Terapia Renal Substitutiva	Restos de medicamentos, ácido paracético e peróxido de hidrogênio	SIM
Recepção	Embalagem plástica de álcool	NÃO
Informática	Embalagem plástica de álcool e cartucho de impressora	NÃO
Unidade de Terapia Intensiva (UTI)	Pilhas e baterias e restos de medicamentos	SIM
Farmácia	Comprimidos, medicamentos vencidos, medicamentos anti-neoplásicos	SIM
Imaginologia	Filmes radiográficos, fixador, frasco de contraste iodado, fixador de contraste baritado, galão de fixador, galão de revelador, revelador	NÃO

Quadro 1 - Continuação

Serviço de Higiene e Limpeza (SHL)	Restos de saneantes e desinfetantes	NÃO
Quintal e pátios	Efluente líquido (água contaminada com resíduos químicos)	NÃO
Serviço de Processamento de Roupas (SPR)	Restos de saneantes e desinfetantes	NÃO
Serviço de Nutrição e Dietética (SND)	Óleos, restos de saneantes e desinfetantes	NÃO
Centro Cirúrgico (CC)	Restos de medicamentos, soda cáustica, cal sodada, formol, frasco de hematoxilina	SIM
Ambulatório	Restos de medicamentos	SIM
Centro de Material de Esterilização (CME)	Efluente de processo químico, cartucho de Sterrad, embalagens de detergentes, restos de saneantes e desinfetantes	NÃO
Manutenção	Estopa, lâmpada fluorescente, óleo lubrificante, pilha e tinta	NÃO
Quimioterapia	Frascos vazios de medicamentos, restos de medicamentos citostáticos e antineoplásicos (e matérias médicos contaminados por estes)	SIM
Radioterapia	Frascos vazios de medicamentos	SIM
Agente Transfusional	Reagentes vencidos	NÃO
Fisioterapia	Medicamentos tópicos	SIM

Fonte: PGRSS / Hospital vermelho, 2014.

De acordo com o informante IHV19, tal preocupação se deve ao perfil do hospital, considerado uma das referências em oncologia no estado do Pará. Em virtude do quantitativo expressivo de resíduos químicos gerados, dentre eles, antineoplásicos e quimioterápicos (ambos resíduos químicos perigosos de origem farmacêutica), a comissão de gerenciamento se propõe a discutir mensalmente o cenário (crítico ou não) em que se encontram, comparando seus dados com indicadores internacionais, inclusive.

Deste modo, a partir das informações presentes no Quadro 02, proponho-me a fazer uma breve descrição e análise dos equívocos e acertos que os planos analisados apresentam quanto às etapas correspondentes ao gerenciamento de resíduos químicos, especialmente, os de origem farmacêutica.

Em se tratando da geração de resíduos medicamentosos, identificou-se que os hospitais preto e vermelho informam os quantitativos correspondentes, no entanto, a abordagem de tais dados é diferenciada entre ambos os hospitais. O hospital preto apresenta somente o peso dos resíduos vencidos enquanto que o hospital vermelho caracteriza o quantitativo inerente aos resíduos de uso oncológico e não oncológico (total de 8 kg/dia e 240 kg/mês).

A descrição das ações relativas ao manejo seguro dos resíduos químicos perigosos de origem farmacêutica é insuficiente nos PGRSS dos hospitais Branco, Preto e Vermelho sendo predominante à correspondente aos resíduos químicos em geral. Condutas voltadas ao manuseio de resíduos químicos medicamentosos são diferenciadas, principalmente quando se tratam de perigosos.

Os profissionais devem ter conhecimento sobre a importância do uso de equipamentos de proteção individual em situações que podem comprometer sua saúde, especialmente, as de intoxicação medicamentosa por inalação de resíduos perigosos.

No entanto, embora seja uma regra do ofício a utilização de máscaras de proteção a riscos de contaminação, poucos profissionais a utilizam em procedimentos considerados “menos perigosos”, como a preparação de medicamentos, por exemplo. O máximo que se observa é a utilização de luvas, deixando as máscaras para o ato de administração ao paciente. O desconhecimento dos riscos intoxicantes de seus resíduos, gerados durante a preparação, podem contribuir para algum agravamento em saúde do trabalhador, principalmente, se ele entrar em frequente contato com medicamentos desta natureza.

Deste modo, o ideal seria que os PGRSS’s identificassem quais resíduos possuem as propriedades de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade e como os profissionais deveriam reconhecê-los e proceder durante manuseio de seus resíduos.

O mapeamento de riscos aos resíduos químicos medicamentosos foi abordado no PGRSS do Hospital Vermelho. O referido mapa considerou os riscos físicos, biológicos, químicos, ergonômicos, sendo que, para cada tipo de

resíduos foram atribuídas medidas necessárias para se evitá-lo. Tal avaliação é de suma importância ao planejamento de atividades ou intervenções em setores críticos quanto à geração de resíduos químicos e os riscos inerentes aos mesmos.

Quadro 2 – Disponibilidade de informação sobre o gerenciamento de resíduos químicos nos PGRSS dos hospitais participantes da pesquisa.

Informações sobre o gerenciamento de resíduos químicos	HOSPITAIS		
	Hospital Branco	Hospital Preto	Hospital Vermelho
Geração	Não informado	Não informado	Informado por setor e tipo de resíduo químico
Manuseio seguro	Informado para resíduos químicos não medicamentosos	Informado para resíduos químicos não medicamentosos	Informado para resíduos químicos medicamentosos e não medicamentosos
Segregação	Informado para resíduos químicos medicamentosos e não medicamentosos	Não informado	Informado por setor e tipo de resíduo químico
Acondicionamento e Identificação	Informado para resíduos químicos medicamentosos e não medicamentosos	Não informado	Informado por setor e tipo de resíduo químico
Coleta, transporte e armazenamento (interno e externo)	Informado para resíduos químicos em geral	Informado para resíduos químicos em geral	Informado por tipo de resíduo químico
Tratamento e Destinação Final	Informado para resíduos químicos medicamentosos vencidos e frascos ou restos de medicamentos – Incineração	Informado para resíduos químicos medicamentosos vencidos - Incineração	Informado para resíduos químicos: Cartucho Sterrad, pilhas e baterias, produtos farmacêuticos, produtos antineoplásicos (Incineração para todos acima descritos) e reveladores fixadores (filtro de prata).

Fonte: Pesquisa documental, 2014.

Em se tratando dos riscos, no ambiente de trabalho existem diversos contaminantes de origem biológica e química, dos quais os trabalhadores precisam se proteger. É coerente considerar que os equipamentos de proteção, seja individual ou coletiva, não devem ser banalizados pelo trabalhador que manuseia os resíduos já que estes os protegem dos riscos associados aos mesmos. Para tanto, tais profissionais devem ser capacitados, sensibilizados e orientados pelas comissões de gerenciamento de resíduos, CCIH, SESMT e CIPA, quanto à prevenção, como também, ao procedimento necessário envolvendo acidentes de trabalho com resíduos.

Quando um resíduo de serviço de saúde é gerado, a primeira conduta a ser tomada é reconhecê-lo como tal e segregá-lo no local correto. Dentre as etapas voltadas ao gerenciamento, pode-se considerar que a segregação é a mais importante, pois, se feita adequadamente, permite a reutilização, a reciclagem ou a recuperação de alguns resíduos, bem como o encaminhamento à coleta municipal da fração considerada comum ou inerte, o que não compete aos resíduos químicos em questão.

É importante salientar que a discriminação dos resíduos químicos na fonte geradora deve ser cuidadosamente realizada para que se reduza os passivos ambientais, de saúde e ocupacionais, exigindo, portanto, do colaborador ou profissional responsável pela mesma, atenção redobrada na separação, como também, disponibilização de recipientes apropriados para acondicionamento e identificação.

Embora os planos de dois hospitais tenham informado como a segregação de resíduos químicos é realizada, surgiram-me dúvidas quanto gerenciamento descrito, pois identifiquei que o Hospital Branco os acondiciona em saco plástico preto e recipiente rígido, estanque de cor cinza, identificado com a simbologia de risco, o que diverge do recomendado pela resolução da ANVISA, conforme descrito no quadro 02.

Mas neste caso, a problemática reside no fato de tal padronização ser a mesma para resíduos comuns (saco preto e recipiente cinza), diferenciados somente pela etiqueta de identificação. Tal semelhança de cores pode contribuir para confusão no momento da segregação, como também, nas etapas posteriores como coleta e destinação.

O hospital vermelho descreve a forma como cada tipo de resíduo químico (inclusive o medicamentoso) deve ser segregado além de caracterizar o acondicionamento dos mesmos, conforme legislação vigente. A padronização envolve o uso de sacos na cor laranja, em recipiente rígido de abertura com pedal (Figura 1), sendo diferenciados pela etiqueta de identificação.

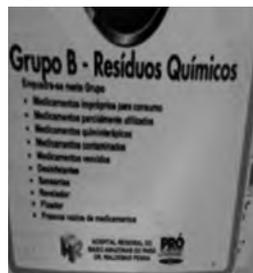
Figura 1 - Acondicionamento de resíduos químicos, Hospital Vermelho.



Figura 2 - Identificação de resíduos químicos, Hospital Vermelho.



Figura 3 - Acondicionamento de frascos de resíduos químicos medicamentosos em bombonas, Hospital Vermelho.



Fonte: Fotos feitas durante a pesquisa de campo, 2014.

Além dos sacos laranja dispostos em recipientes rígidos, outro tipo de coletor é descrito no plano de gerenciamento de resíduos do hospital: as bombonas. Estas são destinadas a produtos farmacêuticos alterados, deteriorados ou vencidos identificados como “resíduos químicos” (Figura 3).

O Hospital Preto menciona somente o acondicionamento dos resíduos do grupo D e E, não apresentando em seu PGRSS como os químicos medicamentosos são segregados, tampouco, acondicionados. Tal constatação foi suficiente para considerar que o plano de gerenciamento de resíduos deste hospital está descaracterizado enquanto instrumento que disciplina e orienta os profissionais quanto ao manuseio dos resíduos químicos. De acordo com Crema *et. al.* (2011:199), “o acondicionamento consiste em agrupar os resíduos segregados em sacos e ou coletores padronizados. Os sacos devem ser inseridos em recipientes e constituídos de material resistente, sendo respeitado o limite de peso e o preenchimento de 2/3 da sua capacidade. Em geral, os coletores devem ter abertura acionada sem contato manual, serem resistentes à ruptura e vazamento, laváveis e higienizados frequentemente”. Além disso, os modelos, tamanhos e distribuição dos mesmos

devem ser cuidadosamente avaliados pela comissão de gerenciamento de resíduos junto aos responsáveis pelos setores, dada a importância de se adequá-los ao espaço físico e quantidade de resíduo gerado por setor a fim de contribuir a uma correta segregação e acondicionamento dos resíduos.

Quadro 3 - Descrição dos coletores utilizados na segregação, por tipo de resíduo, segundo RDC nº 306 da ANVISA.

Grupo	Risco	Descrição dos coletores utilizados na segregação
A	Infec- tante	Saco plástico branco leitoso, resistente, impermeável e identificado, inserido em coletor com tampa acionada sem contato manual, resistente à ruptura e vazamento, lavável, com limpeza frequente.
B	Quími- co	Descartados em caixas, coletores ou sacos específicos, na cor laranja padronizada, com a respectiva ficha de identificação, devendo respeitar a compatibilidade química, conforme a NBR 12.235. As embalagens vazias ou contendo sobras de produtos químicos perigosos devem estar rotuladas, fechadas e sem rachaduras, para evitar vazamentos, sendo proibida a sua reutilização e devendo ser descartadas como resíduo químico. Identificar os frascos de produtos químicos com rótulos facilita o armazenamento e o descarte correto, possibilitando identificação do conteúdo.
		Os resíduos químicos líquidos devem ser acondicionados em frascos ou bombonas de material compatível com o líquido armazenado, para que não haja reações químicas entre produto e recipiente. Recomenda-se, sempre que possível, frascos plásticos resistentes, rígidos, com tampa hermética, acomodados com margem de segurança do piso e da parede.
		O descarte de pilhas, baterias e acumuladores de carga contendo Chumbo (Pb), Cádmiio (Cd) e Mercúrio (Hg) e seus compostos deve ser diferenciado. Os resíduos contendo Mercúrio (Hg) devem ser acondicionados em recipientes sob selo d'água e encaminhados para recuperação. Atualmente, existe uma preocupação em substituir equipamentos contendo mercúrio por alternativas destes, como ocorre com os termômetros digitais.
		Os reveladores utilizados em radiologia e outros produtos químicos devem ser submetidos a processo de neutralização, para posterior descarte, desde que atendam às diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais locais. Os demais resíduos contendo metais pesados podem ser encaminhados a Aterro de Resíduos Perigosos – Classe I ou ser submetidos a tratamento de acordo com as orientações do órgão local de meio ambiente.

Quadro 3 - Continuação

C	Radioativo	Os rejeitos radioativos devem ser segregados de acordo com a natureza física do material, do radionuclídeo presente e do tempo necessário para atingir o limite de eliminação. Os rejeitos radioativos somente serão considerados resíduos quando houver o decaimento radioativo do material até os níveis comparáveis à radiação de fundo.
		Os rejeitos radioativos sólidos devem ser acondicionados em recipientes de material rígido forrados internamente com saco plástico resistente e identificados, enquanto os líquidos devem seguir as recomendações relativas aos resíduos químicos líquidos.
		Os materiais perfurocortantes contaminados com radionuclídeos devem ser descartados separadamente, no local de sua geração, imediatamente após o uso, em recipientes estanques, rígidos, com tampa, devidamente identificados (BRASIL, 2004).
D	Comum	Para a segregação deste grupo, devem-se utilizar coletores nas cores respectivas para resíduos comuns recicláveis e não-recicláveis que devem estar presentes em todas as áreas, em número adequado, estimulando o descarte correto. Outra alternativa que pode ser empregada em substituição aos coletores é a utilização de sacos plásticos ou lacres nas cores padronizadas.
E	Perfurocortante	Recipientes ou coletores próprios, resistentes à perfuração, que contenham tampa e o símbolo internacional de risco biológico, acrescido da inscrição “perfurocortante”, e colocados próximo ao local da realização do procedimento, para prevenir risco de perda e extravasamento do conteúdo durante acondicionamento e transporte.

Fonte: CREMA, *et. al.*; 2011.

Deste modo, a partir dos padrões de acondicionamento descritos no quadro 03, identifica-se que o hospital vermelho é o que mais se aproxima ao recomendado pela ANVISA. Tal constatação se torna importante por estas etapas do gerenciamento (segregação e acondicionamento) serem fundamentais aos propósitos do plano do referido hospital: minimizar riscos ambientais e ocupacionais.

Como já mencionado, a descrição da disponibilidade destes coletores também se faz necessária ao PGRSS haja vista que a PNRS (2012) preconiza o detalhamento das ações voltadas aos resíduos em geral. Considerando a

pertinência desta informação ao referido plano, por traduzir a necessidade de se dispor de dispositivos de coleta aos resíduos químicos em geral, chamo atenção à identificação dos respectivos coletores em setores específicos do hospital quanto à geração de resíduos químicos, radiologia (Figura 4) e quimioterapia (Figura 5).

O coletor presente no setor de radiologia é destinado ao descarte de resíduos medicamentosos usados para procedimentos do setor, enquanto que o disponível na quimioterapia é voltado a acondicionar frascos e materiais médico-hospitalares que contêm resíduos de drogas quimioterápicas e antineoplásicas usadas no mesmo. Na fotografia 05, visualiza-se bolsas de equipo macrogotas, necessárias à infusão das referidas substâncias. Embora não apareça na imagem, o coletor estava identificado com a etiqueta “Resíduo Químico Quimioterápico”, informação importante para o procedimento de coleta, transporte e destinação final. Além disso, os coletores para resíduos devem estar próximos aos seus locais de geração para que os profissionais de saúde não o disponibilizem em coletores não específicos. Deste modo, a visão de planejamento da comissão de gerenciamento de resíduos deve ser frequente para que não falem coletores em setores de geração de resíduos tampouco, sejam disponibilizados em especificações diferenciadas das recomendadas pela legislação.

De acordo com a informante IHB1 (Hospital Branco), a não adequação da cor dos sacos coletores de resíduos químicos se deve ao não reconhecimento do setor de compras do hospital quanto à importância desta diferenciação aos demais sacos de resíduos. É válido ressaltar que o saco preto e recipiente (lixeira) da cor cinza também corresponde à padronização dos resíduos comuns, podendo ocasionar confusão quanto à segregação e riscos aos profissionais da higiene e limpeza, responsáveis pela coleta e transporte. Infelizmente, neste caso, percebe-se que o aspecto econômico se sobrepõe à garantia do correto gerenciamento dos resíduos neste hospital.

A etapa da coleta consiste na retirada dos recipientes de resíduos, desde o ponto de geração até o local de armazenamento, por meio de contêineres apropriados e exclusivos para esta operação, consistindo, geralmente, em duas fases: coleta interna e coleta externa. A coleta interna envolve o traslado do resíduo do local de sua geração até o de armazenamento temporário, conhecido como expurgo, como também, o transporte dos resíduos armazenado no expurgo até o abrigo

externo, denominadas respectivamente em coleta I e II. Em se tratando de coleta externa, entende-se por traslado do abrigo externo até à unidade de tratamento ou destinação final, obedecendo às orientações normativas (Quadro 4)

Figura 4 - Coletor utilizado na segregação de resíduos químicos do setor de radiologia, do Hospital Vermelho.



Figura 5 - Coletor (aberto) utilizado na segregação de resíduos químicos do setor de quimioterapia, do Hospital Vermelho.



Fonte: Fotos feitas durante a pesquisa de campo, 2014.

Sobre esta etapa, os PGRSS dos 3 hospitais informam como as mesmas são realizadas, no entanto, com algumas particularidades. Dentre elas, identifica-se a especificação do hospital vermelho por tipo de resíduo químico. Os cuidados quanto ao devido transporte são descritos, considerando a atenção aos riscos ocupacionais, os quais foram frequentemente observados durante observação participante de pesquisa de campo em todos os hospitais.

De acordo com o quadro 04, algumas orientações são dadas aos procedimentos de coleta aos abrigos internos temporários (expurgo), no entanto, considero prudente sinalizar que o expurgo ou sala de utilidades, destina-se ao armazenamento de substâncias residuais utilizadas em práticas assistenciais, como também, de produtos para desinfecção e limpeza do setor.

Quadro 4 – Recomendações quanto ao procedimento de coleta interna e externa de resíduos hospitalares.

Tipo de coleta	Procedimento
Coleta interna I	<p>O horário, o turno e a frequência da coleta devem ser estabelecidos de acordo com o tipo, o volume de resíduos gerados e a periodicidade da coleta II, com a finalidade de minimizar o tempo de permanência dos resíduos no local.</p> <p>Os equipamentos de proteção individual utilizados na coleta dos resíduos infectantes são: touca, óculos, máscara, uniforme, luvas e sapatos de proteção. Para a coleta de resíduos comuns, são dispensados touca, óculos e máscara.</p> <p>Os sacos de acondicionamento devem ser recolhidos, pelas bordas, quando estiverem com 2/3 de sua capacidade preenchida.</p> <p>Devem ser fechados com lacre específico para o tipo de resíduo e encaminhados para a sala de armazenamento temporário da própria unidade, utilizando-se o carro funcional com tampa.</p> <p>No armazenamento temporário, os resíduos, devidamente lacrados, devem ser colocados em contêineres fechados, resistentes, lisos, laváveis, com dreno, rodas pneumáticas e identificados com símbolo de risco.</p> <p>Para os rejeitos radioativos, recomendam-se contêineres blindados, com tampa e sem dreno.</p>
Coleta interna II	<p>O horário, o turno e a frequência da coleta devem ser estabelecidos de acordo com o tipo e o volume de resíduos gerados, lembrando que deve ser evitado o cruzamento de material sujo com o limpo e áreas de grande circulação.</p> <p>Os equipamentos de proteção individual utilizados para resíduos infectantes são: touca, óculos, máscara, uniforme, avental impermeável, luvas e botas. Para a coleta de resíduos comuns, são dispensados touca, óculos e máscara.</p> <p>Os sacos de acondicionamento devem estar devidamente fechados.</p> <p>Devem ser transportados em carro com as seguintes características fechado, resistente, liso, lavável, com dreno, rodas pneumáticas e identificadas com o símbolo de risco. Os resíduos devem ser encaminhados das salas de armazenamento temporário até o abrigo externo através de elevador específico, preferivelmente.</p> <p>Os contêineres devem ser higienizados após cada operação.</p>

Quadro 4 - Continuação

Coleta externa	<p>Deve ser exclusiva para cada tipo de resíduos com intervalos inferiores a 24 horas.</p> <p>A retirada dos resíduos deve ser automatizada por meio de veículo com sistema hidráulico de basculamento. Na impossibilidade de utilizar o sistema automatizado de coleta, a forma manual pode ser empregada. Entretanto, o veículo deve respeitar a altura da carga, inferior a 1,20 m, possuir saco plástico, solução desinfetante e equipamento, como rodo e pá, para limpeza do local.</p> <p>Devem constar, no veículo, em local visível, nome da municipalidade, empresa coletora (endereço e telefone), especificações dos resíduos transportáveis, com o número ou código estabelecido na NBR 10.004/1987, número do veículo coletor com sinalização externa, simbologia para o transporte e documentação específica para execução da coleta.</p> <p>Na coleta dos resíduos químicos perigosos, o veículo deve observar o Decreto Federal nº 96.044, de 18 de maio de 1988, Portaria Federal nº 204 de maio de 1997, portar documentos de inspeção, capacitação, validade, atestando a sua adequação, emitidos pelo Instituto de Pesos e Medidas, ou entidade por ele credenciada.</p> <p>Todos os tipos de resíduos devem ser transportados em caminhões fechados, garantindo a segurança em todas as fases de manuseio e transporte.</p>
----------------	--

Fonte: CREMA, *et. al.*; 2011.

Estudos realizados por Takayanagui (2004) descrevem a necessidade de coleta especial, indicada para o transporte de resíduo de alto risco. Os produtos químicos inflamáveis e corrosivos, assim como os medicamentos vencidos, são exemplos que requerem cuidados sistemáticos durante o deslocamento do expurgo interno ao externo, dependendo do trajeto a ser realizado. Em se tratando de resíduo medicamentoso, os expurgos devem dispor de pallets para disposição das bombonas e espaços exclusivamente reservados para armazenamento dos mesmos, o que não se observou em todos os hospitais (Branco e Preto).

Quanto ao abrigo externo, percebe-se que as instituições hospitalares Branco e Preto não dedicaram espaços reservados ao armazenamento de resíduos químicos. Durante pesquisa de campo, procurei observar se há alguma identificação ou armazenamento específico para os mesmos, no entanto, deparei-me com áreas destinadas, predominantemente aos resíduos comuns e infectantes,

em virtude da quantidade em que são gerados. Em contrapartida, o hospital vermelho adequou os compartimentos de seu abrigo externo, intitulado de Central de Resíduos, a cada tipo de resíduo, incluindo os químicos.

Quanto ao tratamento destes resíduos, os hospitais informam que são incinerados por empresa terceirizada, mediante pagamento de taxa correspondente ao peso coletado. A Resolução do CONAMA Nº 358/2005 afirma que o sistema de tratamento de RSS é um conjunto de unidades, processos e procedimentos que alteram as características físicas, físico-químicas, químicas ou biológicas dos resíduos, podendo promover a sua descaracterização, visando à minimização do risco à saúde pública, a preservação da qualidade do meio ambiente, a segurança e a saúde do trabalhador. A incineração enquanto destinação final vem sendo constantemente polemizada em virtude da emissão de poluentes atmosféricos e cinzas residuais. Embora tais cinzas sejam menos tóxicas, ainda são altamente químicas e poluentes ao meio ambiente não podendo ser despejada em aterros sanitários para que não comprometa os recursos naturais e a saúde dos que residem no entorno do aterro.

Conclusão

Com base em dados de pesquisa, identificam-se significativas falhas no gerenciamento de resíduos químicos hospitalares. Considerando-se os riscos potenciais associados aos mesmos, há necessidade de preparar melhor as comissões responsáveis pelos PGRSS para que o gerenciamento realizado atenda à legislação vigente sob a ótica da segurança ambiental e ocupacional, além de saúde coletiva a fim de que não perpetuem condutas inviáveis ao correto manuseio destes resíduos.

A catalogação e conhecimento voltado aos tipos de resíduos químicos medicamentosos produzidos no hospital, conforme suas propriedades carcinogênicas, mutagênicas, entre outras, seria decisivo ao entendimento e compreensão de que estes não são inócuos, podendo então, contribuir ao gerenciamento racional e consciente de resíduos químicos medicamentosos, sem descaracterizar seus riscos ao meio ambiente e à população.

Referencias

- AGÊNCIA NORTE-AMERICANA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (EPA), *Hazardous Waste*. Washington, DC. Disponível em: <http://www.epa.gov/epaoswer/osw/hazwaste.htm#specific>. Acesso em 19 de dezembro de 2014.
- ARAUJO, M.; SCHOR, T. Resíduos de serviço de saúde no estado do Amazonas: desafios para implantar sua gestão. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v.3, n.1, Seção 1, jan./abril 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 10.004. Resíduos sólidos – classificação*. Rio de Janeiro; 2004.
- BARBIERI, J. C. *Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde/ Ministério da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Brasília: Casa Civil, 2010.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Norma Regulamentadora – 32 de 30 de setembro de 2011. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde*. Diário Oficial da União de 31 de setembro de 2011.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, *Resolução da Diretoria Colegiada nº 306 de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, 2004*.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Portaria n.344, de 12 de maio de 1998. Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial*. In: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, BR). Brasília; 1998. p.1 – 64.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente, *Resolução da Diretoria Colegiada nº 358 de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências, 2005*.
- COSTA, T.F., FELLI, V.E.A., BAPTISTA, P.C.P. A percepção dos trabalhadores de enfermagem sobre o manejo dos resíduos químicos perigosos. *Rev Esc Enferm USP*. 2012; 46(6):1453-61.

COSTA, T.F.; FELLI, V.E.A.; TAKAYANAGUI, A.M.M.; ALBERTINI, L.B.; BAPTISTA, P.C.P. Caracterização Dos Produtos Geradores De Resíduos Químicos Perigosos: Estudo Em Um Hospital Público Universitário. *Cogitare Enferm.* 2013 Jan/Mar; 18(1):109-16.

CREMA, D. *et.al.* Resíduos de Serviços de Saúde. In: PINTO, T.J.A.; VITOLLO, M.; FILHO, A.T.; MARDEGAN, Y.M.L. (Org.). *Sistema de Gestão Ambiental*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

CUSSIOL, N.A.M. *Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde*. FEAM. Belo Horizonte, 2008. Disponível:http://www.feam.br/images/stories/arquivos/minassemlixoes/cartilha_rss_alta.pdf Acesso em dezembro de 2014.

GORDON, J.G.; REINHARDT, P.A.; DENYS, G.A. Medical Waste Management. In: MAYHALL, C.G. *Hospital Epidemiology and Infection Control*.

MAVROPOULOS, A. *Estudo para a gestão de resíduos de serviços de saúde no Brasil*. [S.L.]: EPEM SA, 2010.

NAIME, R.; SARTOR, I.; GARCIA, A.C. Uma Abordagem sobre a Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde. *Rev Esp Saúde* 2004; 5(2):17-27.

OLIVEIRA, José Aldemir. A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira. In: VII CONGRESSO LUSO-AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2004, Coimbra, Set. 2004. *Paper apresentado*. Coimbra, 2004. Disponível em: www.ces.uc.pt/LAB2004. Acesso em: out. 2012.

SCHNEIDER, V. E. ; EMMERICH, R.C.; DUARTE, V.C.; ORLANDIN, S.M. *Manual de gerenciamento de resíduos sólidos em serviços de saúde*. 2ª. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. v.1. 319p.

KUDRJAWZEW, V. Planos de Gerenciamento. In: JARDIM, A.; YOSHIDA, C.; FILHO, J.V.M.(Org.). *Política Nacional, Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos*. Barueri, São Paulo: Manole, 2012.

TAKAYANAGUI, A.M.M. *Risco ambiental e o gerenciamento de resíduos nos espaços de um serviço no Canadá: um estudo de caso*. Tese. Ribeirão Preto (SP): Universidade de São Paulo, 2004.

A Série Desenvolvimento e Sustentabilidade apresenta na obra Sociedade, Campo Social e Espaço Público mais uma seleção de estudos científicos produzidos no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido a partir de suas diferentes linhas e grupos de pesquisa. Os textos perpassam pelas questões concernentes ao desenvolvimento, ao espaço social, à esfera pública e à arena social, considerando-se ainda a comunicação midiática, as novas tecnologias e a produção cultural, entre outros temas relevantes para a compreensão das relações estabelecidas entre os diferentes agentes no espaço público.



UFPA

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos



NAEA